REVISTA

DO

INSTITUTO ARCHEOLOGICO

E

GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO

Fundado em 28 de Janeiro de 1862

VOL. X

Os heroicos feitos dos antigos.
Tende vivos e impressos na memoria.
Alli vereis esforço nos perigos,
Alli ordem na paz digna de gloria.

PROSOPOPÉA.—*Bento Teixeira Pinto.*



RECIFE
TYPOGRAPHIA DO «JORNAL DO RECIFE»
47—Rua 15 de Novembro—47

1902

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

MESA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO

ANNO SOCIAL DE 1902 A 1903

PRESIDENTE

Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire.

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Antonio Pedro da Silva Marques.

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade.

3º VICE-PRESIDENTE

Dr. João Baptista Regueira Costa.

1º SECRETARIO

Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho.

2º SECRETARIO

Dr. Aprigio Carlos de Amorim Garcia.

SUPPLENTES DO 2º SECRETARIO

Major Augusto Cesar da Cunha.
Dr. Vitalino Cordeiro Lins.

ORADORES

Dr. Carlos Ferreira Porto Carreiro.
Dr. Manoel Arthur Muniz.

THESOUREIRO

João Walfredo de Medeiros.

COMMISSÃO DE FUNDOS E ORÇAMENTOS

Dr. Bianor de Medeiros.
Barão de Nazareth.
Fernando Barroca.

COMMISSÃO DE ESTATUTOS E REDACÇÃO DA REVISTA

Dr. João Baptista Regueira Costa.
Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa.
Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho.

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — BIBLIOTECA

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

VOL. X Março de 1902 N. 56

Os Motins de Fevereiro de 1823

A Pinto de Carvalho

O lento processo da integração de Pernambuco ao corpo politico do imperio brasileiro constitue uma das phases mais agitadas e menos estudadas do passado nacional; os episodios que elando se uns aos outros urdiram-lhe a trama sangrenta, comquanto intencionalmente desfigurados ou esquecidos pelos historiadores officiosos do segundo reinado, conservam ainda, nas paginas dos documentos contemporaneos, toda a nitidez do primitivo aspecto, permittindo ao investigador imparcial reconstruil-os com verdade.

Joeirando com attenção os depoimentos originaes de individuos diversamente interessados nos acontecimentos; comparando-os nos mais exiguos detalhes e na feição geral; considerando a repercussão de successos transactos e a influencia de factos synchronicos occorridos no Rio de Janeiro, na Bahia e em Portugal; pesquisando na biographia anterior dos personagens dirigentes a explicação dos seus actos, chega se a comprehender exactamente o caracter das vicissitudes pernambucanas naquella epocha de violenta transição.

Presidisse ao governo da provincia a cautella suspicaz de Gervasio Pires, vacillasse o poder em mãos da Junta de 24 de Setembro ou dominasse a decisão audaz de Manoel de Carvalho — o fundo do quadro permanecia o

mesmo: sombrio e desolador. As peripecias variavam, mas, persistia o espectaculo lastimoso dum povo, na aurora da sua existencia autonoma, dividido pela cubiça de facciosos, brutalisado pelo militarismo, ameaçado por vezes da explosão de uma luta de raças, flagellado pelos horrores da anarchia, debatendo-se emfim no torvelinho de convulsões diarias em que sossobrou a genuina aspiração emancipadora e do qual emergiram triumphantes as conveniencias dynasticas.

No amago dos eventos a observação descortina em permanente conflicto os impulsos centrifugos do vivacissimo espirito provincial, vagamente inclinado ao federalismo, porém, ainda mais sofrego da soberania local, e a acção opposta do sentimento nacional exigindo o congraçamento dos interesses brasileiros para conquista da independencia sem quebra da integridade politica e territorial; contrariando ambas estas tendencias, mas, sem poder para açamal-as, apparecem, complicando o problema, os esforços da metropole por manter o reino unido. Do choque destes diversos elementos, tão fundamente antagonicos, nasceram as divisões intestinas que imprimiram á era da nossa emancipação o seu caracter tumultuario.

Os motins, que alvorotaram esta capital nos ultimos dias de Fevereiro de 1823, offerecem um dos exemplos mais contristadores da completa desorganisação politica e da imminente dissolução social a que tinhamos chegado; recordal-os é dever penoso, mas, que urge cumprir, maxime sendo infieis, obscuras e incompletas as poucas narrativas destes factos até hoje incorporadas á historia patria. (1)

Possuindo, mercê dum feliz acaso, materiaes quasi ignorados, vamos tentar circumstancial-os sem rancor e sem favor.

(1) Principalmente na diffusa e parcialissima *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro* (Tomo VII, pp. 43–44) do conselheiro J. M. Pereira da Silva, e na, aliás interessante, miscellania de F. P. do Amaral intitulada *Excavações* (pp. 227–236); é para lamentar que este chronista, confiando demasiado na propria memoria, não procurasse cotejar a tradição oral, sua melhor fonte de informações, com os documentos coevos: teria assim evitado muitos anachronismos e muitas incorrecções e escapado á censura de escriptor pouco fidedigno.

I

Coubera a presidencia da Junta Provisoria que, a 26 de Outubro de 1821, succedêra a Luiz do Rego na administração de Pernambuco, a Gervasio Pires Ferreira, homem probo e bem intencionado, a cuja extrema rectidão de caracter repugnavam os embustes e as perfidias muita vez necessarias para obviar as crises partidarias. Negociante prospero, figurára salientemente na infeliz tentativa de 1817, mostrando animo varonil e generosa dedicação; porem, agora, em consequencia das amargas tribulações passadas, fizera-se timorato e pessimista, havendo por lição da experiencia quão arriscados são os lances decisivos.

A falta de malleabilidade e esta particular disposição de espirito foram as causas pessoaes do fracasso do seu governo.

Ao ser investido do poder os horisontes politicos apresentavam-se ensombrados por tão densas nuvens que o triumpho final do partido das Côrtes Portuguezas antolhava-se-lhe tão contingente quanto o advento da completa autonomia provincial sob um regimen de pura democracia ou o exito dos manejos do Principe Regente, e, receiando attrahir ao querido torrão natal calamitosas perturbações declarando-se intempestivamente por qualquer das soluções, preferiu manter-se em attitude contemporisadora affectando uma neutralidade dentro em breve insustentavel.

Entretanto os agentes e adeptos das diversas facções traziam em effervescencia continua as paixões populares; boatos desencontrados circulavam sem cessar alarmando os espiritos mais cordatos; a soldadesca, afrouxados os laços da disciplina, agitava-se ameaçadora, e Gervasio, comquanto accusado de affagar aspirações republicanas, conservava relações de dependencia com o governo de Lisbôa, sob cujos auspicios fôra eleita a Junta, alheiando assim os applausos e o concurso dos seus antigos companheiros de revolução e facilitando a tarefa aos delegados secretos dos Andradas.

Estes, habilmente escolhidos, dispondo de fartos recursos pecuniarios e agindo sem descanço iam aliciando proselytos e ganhando adhesões, conseguindo por fim operar um pronunciamento, semi-popular, semi-militar, que

a 1 de Junho de 1822 intimou á Junta o reconhecimento formal do principe D. Pedro como regente e chefe do poder executivo no Brazil, e inteira sujeição ás suas ordens. O governo provisorio, disse Oliveira Lima com a admiravel intuição e propriedade de linguagem habituaes (1), assustado com o tom energico por que lhe foi apresentada a reclamação, insufflada pelo *Segarrega* de Mena Calado e avocada pela Camara municipal do Recife, acquiesceu a ella, embora pretendendo e conseguindo conservar certas resalvas de deferencia para com as Côrtes e a união transatlantica, e de precaução contra o despotismo do ministerio do Rio, propenso á dictadura emquanto a patria se não desenvicilhasse da crise da independencia.

Satisfeita esta primeira imposição recrudesceram as exigencias e Gervasio, levado por um sentimento de lealdade e prevendo acaso o proximo desfecho da curiosa farça politica representada por D. João VI e seu filho no intuito de evitar que o vasto dominio americano escapasse ao sceptro bragantino, manifestou, a 5 de Julho, a necessidade dum plebiscito para exonerar o seu governo da subordinação em que se sentia collocado perante as Côrtes e habilital-o a cumprir as varias determinações do Regente, principalmente as relativas ás eleições de procuradores ao Conselho de Estado, e de deputados á Assembléa Constituinte Brasileira, cuja convocação fôra resolvida por D. Pedro a 3 de Junho. Estes argumentos, porem, capciosamente interpretados pelos mentores do partido triumphante, não conseguiram acalmar a opinião publica que descobria nas razões allegadas pretextos para illudir a obediencia jurada.

A animosidade crescia, as censuras generalisavam se associando ao labéo de republicana, atirado á Junta, a pecha não menos infamante de *corcunda*; ainda assim a situação ter-se-ia talvez resolvido naturalmente pela renuncia voluntaria dos depositarios do poder, não fôra a interferencia dum homem cuja acção na politica pernambucana, comquanto breve, foi nimiamente perturbadora.

O futuro visconde de Goyanna, Bernardo José da

(1) Pernambuco. Seu desenvolvimento historico. Leipzig, 1895, pag. 280.

Gama, era um espirito ambicioso e affeito ás machinações tortuosas; invejando as glorias do seu collega Menezes de Drummond no motin de 1 de Junho, planeou conquistar a graça do Principe Regente por um serviço relevante e ruidoso: a deposição tumultuaria de Gervasio. As circumstancias favoreciam admiravelmente o intento: o favor popular desertára a Junta e ao trefego emissario do *Apostolado* o acaso offerecia um instrumento prestabilissimo á realisação dos seus designios no capitão de artilharia Pedro da Silva Pedroso.

II

Detenhamo-nos um momento a considerar este caracteristico personagem.

Militar soffrivelmente instruido para o tempo, frequentara com assiduidade os clubs maçonicos e fora iniciado nas Academias do Cabo e do Paraiso, donde «todavia saiu mais aproveitado no enthusiasmo da execução do que na theoria da Liberdade», diz o autor d'*Os Martyres Pernambucanos*; mestiço e nativista exaltado, no dia 6 de Março salientou se pela temeraria presteza com que abraçou a revolta, ordenando o assassinato do irreflectido tenente-coronel Alexandre Thomaz e revelando-se sectario do radicalismo intransigente a ponto de ameaçar de morte ao advogado José Luiz de Mendonça quando este tardiamente aconselhou se mantivesse o governo no ambito legal acatando a suprema autoridade do rei; promovido escandalosamente a coronel, na agonia da revolução «ensaiou no Recife um arremedo do Terror, prendendo e fuzilando sem processo os desertores»; preso e milagrosamente escapo ao cadafalso, foi parar nos carceres da Bahia onde entreteve-se ensinando arithmetica e algebra aos companheiros de infortunio menos illustrados; exceptuado como homicida qualificado da amnistia de 1821, seguiu para Portugal á disposição das Côrtes e conseguindo finalmente ali alcançar a tão suspirada liberdade, a instancias de deputados brasileiros, deu-se pressa em regressar á patria.

Alto e bem apessoado, tez cor de bronze, semblante energico e voluntarioso ao qual o longo cavaignac luzidio e bastos bigodes negros davam certo cunho marcial; altivo e vaidoso da sua reputação de bravura, Pedroso, habitual-

mente de maneiras lhanas e affaveis, era, porem, sujeito a accessos duma colera explosiva quando, inteiramente desvairado, deixava-se impellir aos maiores desatinos.

De volta ao theatro das suas primeiras façanhas viu-se alvo de repetidas demonstrações de sympathia, gerada tanto da legenda de indomavel coragem formada em torno do seu nome, como da declarada preferencia com que distinguia a gente de côr ; em breve a sua popularidade entre a tropa e as classes baixas foi immensa. Capitão em disponibilidade, poucos dias depois da sua chegada a Pernambuco, quiz Gervasio dar-lhe exercicio e propoz-lhe o commando duma companhia do regimento de artilharia, offerta orgulhosamente regeitada pelo ex-coronel republicano.

Não ignoravam os chefes da opposição o grande proveito a tirar da alliança com Pedroso que, si a principio dissera-se affeiçoado á causa das Côrtes, grato ao bom tratamento recebido em Lisbôa, agora resentido com o offerecimento do presidente da Junta não occultava o profundo desgosto nascido daquelle supposto ultraje aos seus brios.

Assim Bernardo José da Gama, secundado por Francisco de Paula Gomes dos Santos, José Fernandes Gama, Francisco Ludgero da Paz e João Francisco Bastos, e explorando ardilosamente a sua natural presumpção, logrou sem esforço ganhal-o ao partido dos «liberaes puros» e por ao serviço dos seus planos o incontestavel prestigio do ufano e offendido capitão.

III

Combinado o movimento, os conspiradores ensaiaram-se em arruaças nos dias 2, 3, 22 e 23 de Agosto, assustando criminosamente a população do Recife com toques de rebate e correrias de gente armada ; mas, sobrestiveram em desfechar o golpe final emquanto não seguia a expedição que, a requerimento do general Labatut, o governo deliberára enviar á Bahia.

A opportunidade tão sofregamente esperada apresentou-se-lhes emfim.

Com a partida da flôr das tropas pernambucanas, que o bravo tenente coronel José de Barros Falcão de Lacerda devia conduzir á conquista de louros immarcessiveis nas

lutas contra o general Madeira, ficára a Junta despojada talvez dos melhores elementos de resistencia, e Gervasio, sabedor dos projectos dos seus adversarios, diligenciou mallograr-lhes os intuitos retirando-se airosamente do poder; neste proposito, a 16 de Setembro de 1822, officiou em companhia dos seus collegas aos eleitores, congregados em Olinda para escolha dos deputados á Assembléa Constituinte, pedindo as suas demissões, que aliás já haviam antes debalde solicitado de D. João VI e do Principe Regente.

Recusou-se o collegio eleitoral a satisfazer-lhes o pedido, receiando ultrapassar os limites das attribuições de que estava investido.

Divulgadas estas occurrencias a sedição rebentou na manhã do dia seguinte, 17 de Setembro, após um ultimo conciliabulo dos chefes no Quartel de Artilharia. (1)

Reunida no Campo do Erario (2) a quasi totalidade das forças de 1ª e 2ª linha, bem como as companhias de *Monta Brechas*, *Bravos da Patria* e *Intrepidos*, corpos patrioticos de mestiços e negros organisados durante a administração de Gervasio, appareceu Pedroso á cavallo e, depois de passar revista á tropa, dirigiu-lhe fogosa e extensa arenga, expondo-lhe as vantagens que poderia auferir caso fosse outro o seu commandante, terminando por verberar acrimoniosamente a conducta do presidente da Junta cuja permanencia no governo reputava nociva á causa do Brazil. A soldadesca, prevenida e aconselhada por Bernardo José da Gama (3), mal Pedroso finalisou a

(1) Posteriormente quartel do corpo de policia, occupava o extremo norte do lado occidental do trecho da actual rua Larga do Rosario, comprehendido entre a rua do Cabugá e a praça Barão de Lucena (Pateo do Paraizo), trecho outr'ora denominado rua dos Quarteis.

(2) Primitivamente chamado Largo de Palacio Velho, durante a revolução de 1817 teve o nome mudado para o Campo da Honra, e mais tarde Largo de Palacio, Campo das Princezas e Praça da Republica, denominação actual.

(3) No manuscripto autographo *Ingratidoens que tenho soffrido na vida publica*, B. J. da Gama diz á pag. 7: « No mesmo conflicto da revolta, sendo commandante d'armas hum certo portuguez Aleixo, aconselhei que se acclamasse Pedro da Silva Pedroso, Capitão de Artilharia: acclamou-se e passou a governar as armas com gloria e adhesão á cauza da Independencia e Monarchia Constitucional brasileira. »

sua *proclamação*, prorompeu em delirantes vivas acclamando-o seu Governador das Armas, em substituição ao tenente-coronel Aleixo José de Oliveira, commandante do 1º Batalhão de Caçadores.

Ao som das bandas marciaes e engrossados por innumeros populares, os sediciosos marcharam em direcção ao Paço do Concelho (1) onde o novo chefe militar uzando da palavra declarou «que a força armada e o povo haviam deposto o governo da provincia por ter officiado ao Principe Regente contra a tropa e o povo da villa do Recife, tratando-os de facciosos pelos acontecimentos de 1 de Junho.» (2)

Immediatamente procedeu-se á eleição duma Junta interina de cinco membros, recaindo a escolha sobre Francisco de Paula Gomes dos Santos, para presidente, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, para secretario, e o padre José Ignacio de Almeida Fortuna, o tenente-coronel Thomé Fernandes Madeira e Felippe Nery Ferreira, para vogaes, que, devendo gerir os destinos da provincia emquanto os eleitores não designassem o governo legal, no dia seguinte, 18, foram empossados, com excepção do ultimo, na Camara do Recife e não, conforme o uzo, na da capital.

Pelo mesmo tempo Gervasio, o animo pessimista invadido pela onda negra de crescentes amarguras, embarcava num brigue inglez com destino ao Rio de Janeiro; mas, arribando a embarcação á Bahia, foi ali preso e depois remettido para Lisbôa.

IV

Não occorreram, entretanto, sem protestos os factos acima narrados, e um dos vogaes da nova administração, que tambem o fôra da antecedente, o negociante Felippe Nery Ferreira, tentou em Olinda, a 19 de Setembro, um

(1) Funccionava no pavimento superior do edificio da Cadeia, hoje Tribunal da Relação.

(2) Archivo Municipal do Recife. —Livro das Actas N. 6.— Acta da sessão de 17 de Setembro de 1822.

contra-golpe a favor da Junta deposta; mas, promptamente cercado por numero superior de contrarios, foi capturado com a maioria dos companheiros. (1)

Exultaram os emissarios do *Apostolado* com o brilhante exito da empreza, e Pedroso, guindado ás culminancias do poder como chefe supremo das forças militares, não tardou em embriagar-se com o insenso das estrepitosas ovações da populaça.

No interim a Junta do Governo Temporario limitava a sua actividade aos preparativos do pleito (2) de que devia sair a administração sua successora, na qual aspiravam naturalmente figurar os principaes promotores do motim de 16 de Setembro.

Emfim a 23, novamente convocados os eleitores de Olinda e do Recife, a pluralidade dos suffragios designou para presidente da Junta Provisoria a Affonso de Albuquerque Maranhão, conservou como secretario a José Mariano de Albuquerque Cavalcanti e indicou para vogaes a Francisco Paes Barreto, Francisco de Paula Gomes dos Santos, Manoel Ignacio Ribeiro de Mello, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque e João Nepomuceno Carneiro da Cunha, sendo que os dous ultimos renunciaram aos cargos ainda antes da posse de estylo realisada no dia 24.

Não correspondeu a escolha á espectativa dos mais salientes protogonistas na deposição de Gervasio: Bernardo José da Gama viu-se excluido, bem como seu tio José Fernandes Gama (3) e Paula Gomes soffreu a humi-

(1) Bernardo José da Gama arrogou-se o merito da repressão desta esteril tentativa: « Quando nesse conflicto, escreveu á pag. 5 do manuscripto citado, Felippe Neri Ferreira e outros membros do Governo derribado fizérão hua insurreição em Olinda. eu os fiz prender com todos os seus sectarios. »

(2) Vide na *Gazeta do Governo Temporario* de 21 de Setembro de 1822, os officios trocados a respeito com as camaras do Recife e de Olinda.

(3) Refere Frei Caneca que, já na reunião de 17 de Setembro, elles proprios, « espalhados entre o povo pediam se nomeasse ao primeiro presidente do governo tempora io; mas passaram pelo desgosto e a vergonha de ouvirem gritar: Fóra Gamas! Fóra Gamas! Nada de Gamas! — Cartas de Pitia a Damão (I). — *Obras Politicas e Litterarias*, vol. II, pag. 297.

lhação de passar de presidente do Governo Temporario a simples vogal do Provisorio; só Pedroso foi mantido no elevado cargo militar e em breve pregava nos punhos da farda os galões de sargento-mór e logo depois os de tenente coronel.

Inaugurada entre descontentamentos e despeitos não é de admirar que á nova administração — alcunhada pela chalaça contemporanea de *Governo dos Matutos*, por pertencer á classe agricola a maioria dos seus membros — fallecesse desde o começo unidade de vistas e harmonia de intuitos; dividiu-a sem tardança em dous grupos rivaes a discordia entre Paes Barreto e Paula Gomes, os mais idoneos dos governantes.

V

O morgado do Cabo, descendente directo dum dos companheiros de Duarte Coelho no povoamento da capitania, era o mais opulento proprietario territorial de Pernambuco e á avultada fortuna devia principalmente a influencia que irradiava da sua pessoa entre as classes ruraes do sul da provincia; de intelligencia mediana tivéra a instrucção elementarissima commum na epoca aos filhos dos ricos senhores de engenhos e em geral ministrada pelos capellães dos mesmos; como muitos outros homens de 1817 guardára as instituições democraticas profunda desconfiança, si bem que nas emergencias mais criticas acceitasse o concurso dos seus ex-correligionarios; chamado á direcção dos negocios publicos, comquanto incapaz de resoluções promptas e energicas, soube oppor aos embates dissolventes da anarchia a resistencia da sua inercia tençoeira; devotado aos interesses de D. Pedro, duradoura e lealmente, cooperou com efficacia para a victoria definitiva do imperio e foi galardoado com o titulo de marquez do Recife.

Era o legitimo representante do elemento moderado, mais inclinado ao absolutismo monarchico do que ao separatismo republicano.

Paula Gomes, duma abastada familia de agricultores dos arredores de Goyanna, militára em 1817 nas fileiras patrioticas e presidira a Junta insurgente de 1821; talen-

toso e culto, obstinado e sagaz, a avidez de mando fel-o, porém, immolar á obtenção de vantagens individuaes a prosperidade da cauza que abraçára; intimamente ligado a Pedroso, sobre o qual tinha notavel ascendente, fazia pesar na balança das decisões do governo a espada do caudilho.

Foi o agente perturbador por excellencia.

A superioridade effectiva destes dous vogaes annullava completamente a acção dos demais membros da Junta Provisoria que, constrangidos a acompanhal-os nos seus dessidios, tendiam de preferencia para o lado do morgado do Cabo; separavam-nos meras competencias pessoaes e não divergencias politicas, porquanto todos se declaravam solidarios com a causa fluminense.

Os republicanos, os sonhadores dum Pernambuco independente —só ou federado com as provincias limitrophes— estes laboravam cautamente na sombra, prudencia aliás imposta até pelo novo significado que o epitheto do seu credo havia adquirido; o qualificativo de republicano era então a injuria mais atroz, o apodo mais ferino que o odio ou a vingança podia cuspir nas faces dum cidadão; delle serviram-se com vantagem para discredito dos adversarios no poder todos os partidos alternadamente em opposição. Entretanto não é possivel negar que, astuciosamente dissimulados, os idéaes de 1817 continuavam a abrazar muitos corações e devemos alguma fé aos que affirmam a interferencia do elemento democratico em certos factos contemporaneos; esta, porém, nunca manifestou-se abertamente erguendo a bandeira de partido e nas vezes em que foi assignalada por alguns escriptores occorreu sempre em alliança intima com a autoridade constituida para arrimal-a nos transes perigosos de assustadoras crises. (1)

Ainda estava longe de soar o grito de franca rebeldia de 1824.

(1) E' curioso verificar como ainda então os futuros proceres da Confederação do Equador, como Manoel de Carvalho e Venancio Henrique de Rezende, corriam a protestar pela imprensa toda vez que eram accusados de republicanos. Vide a proposito a *Gazeta Pernambucana* n. 10, de 25 de Março de 1823.

VI

Apparente por occasião da soltura dos implicados no motim de Olinda (1), a differença de opiniões entre os dous chefes do governo pronunciou-se visivelmente no conflicto de autoridade surgido pouco depois.

Já em dias da administração de Gervasio tinha sido aventada e discutida a questão da independencia dos dous poderes civil e militar, prevalecendo sensatamente a doutrina da subordinação do segundo, e sob esta condição expressa fôra Pedroso reconhecido Governador das Armas; não era, porém, o arrogante official de indole a acceitar boamente semelhante connexão e a sua obediencia foi ephemera; estimulado pelas reciminações do seu amigo e conselheiro Paula Gomes, cedo entrou a contrariar publicamente as ordens e mandatos da Junta e a exercer as suas attribuições de modo discricionario. (2)

Consentindo na licença e na insubordinação dos seus commandados, começou a praticar toda a sorte de attentados contra a ordem publica, insultando, prendendo e ameaçando de fuzilamento a quantos incorriam no seu desagrado e revelando nestas determinações uma volubilidade inexplicavel; as arruaças e os conflictos succediam-se quotidianamente e ninguem se julgava acoberto das iras do frenetico Governador das Armas.

As ephemerides da epoca registram em quantidade proezas inauditas e impunes de Pedroso que, se não attendessemos ás circumstancias anormaes em que occorreram, nos levariam a duvidar da integridade mental do seu autor e da existencia dum governo constituido, tal a sua evidente loucura e tamanha a impotencia da Junta em reprimil-as.

« Entre os factos mais escandalosos e arbitrarios de Pedroso, refere um contemporaneo (3), vimos ser tirado

(1) Foram postos em liberdade a 27 de Setembro. Vide *Gazeta do Governo Provisorio* de 26 de Outubro de 1822.

(2) Vide a *Gazeta Pernambucana* n. 9, de 15 de Março de 1823.

(3) *Gazeta Pernambucana*, numero citado.

da Cadeia (1), em a noute de 15 de Outubro do anno passado (1822), e levado para as Cinco Pontas o soldado por alcunha *Brinquinho* para ser fuzilado, sem haver procedido o mais simples processo, comquanto a isto se oppuzesse o Presidente do Governo, que lhe foi fallar e a quem tratou com todo o desprezo á vista da tropa e populaça que devia acompanhar o padecente ; não realisou-se a execução por se evadir o preso em caminho em consequencia de um rumor que de proposito houve por uma voz que se levantou de —*fogo pela rectaguarda*—, á cuja voz a tropa e o povo que o acompanhavam se puzeram em movimento, do que aproveitando se o preso desappareceu ; poucos dias depois foi admittido a serviço pelo mesmo Pedroso a rogo do seu conselheiro Bernardo Gama, protector de quantos malvados aqui havia. »

« Soltou ao tenente-coronel Antonio Martins da Costa preso á ordem de S. M. I. a requisição do general Labatut. Fez o mesmo ao capitão de cavallaria Francisco Joaquim Pereira de Carvalho, preso á ordem da Junta do Governo por desobediencia, sem que precedesse formalidade alguma. »

« Apresentou-se em o dia 12 de Dezembro, depois da acclamação de D. Pedro como imperador, com o 1º batalhão de caçadores em frente da Cadeia para o fim de conduzir a fuzilar dous homens que havim sido presos, um por ter escripto uma carta noticiando a chegada dum cruzeiro do Madeira, e outro por ser achado com uma alavanca e picão tentando romper o recife no Porto das Candeias afim de fazer uma barreta ; cujo fuzilamento não se executou por opposição do Governo.

« Pediu a sua demissão em o dia 14 do mesmo, a qual lhe foi concedida, e logo no dia 16 mandou chamar o seu secretario e continuou a exercer as funcções que já o Governo civil tinha reassumido. Este facto seria de sobejo para provar o desarranjo de tal cabeça. »

VII

A 21 de Dezembro aportaram ao Recife, procedentes

(1) Occupava o edificio onde hoje funcciona o Tribunal da Relação á rua Quinze de Novembro.

de Falmouth, varios dos deputados brasileiros saidos clandestinamente de Lisbôa afim de fugir ao juramento e á assignatura da Constituição elaborada pelas Côrtes; entre elles veiu o famoso agitador Cypriano Barata, a memoria do qual surge na actualidade aureolada com as fulgurações esplendentes do martyrio, mas, cujos titulos á benemerencia dos posteros não tem a magnitude que lhes querem emprestar os seus panegyristas; ardente patriota foi comtudo um visionario politico animado duma concepção phantastica da liberdade e distinguiu-se principalmente como arauto fanatico dessa demagogia inconsistente que jámais logrou crear situações duraveis; dum nativismo hyperbolico ia ao extremo de desdenhar tanto as idéas e os homens como as causas transmarinas: trajava sempre roupas de algodãosinho do paiz e a longa cabelleira alvissima cascateava-lhe por sob as largas abas do chapéo de palha de carnaúba emmoldurando-lhe a face robicunda de louro sanguineo, onde rebrilhavam uns olhos claros e vivazes; irrequieto, turbulento, agitando-se numa movimentação febril, declamava a todo o proposito tremendas verrinas contra a gente da metropole, vibrando de indignação pelas affrontas ali recebidas.

Relampejando odios, explodindo em ameaças ferozes, a sua facundia virulenta excitava cada vez mais a animosidade secular entre os brasileiros natos e os immigrados portuguezes.

Mas, por uma destas mutações subitas proprias aos impulsivos, Pedroso voltára na occasião a favorecer o partido das Côrtes e querendo dar-lhe uma manifestação publica do seu affecto, ao mesmo tempo que protestava contra as declamações do medico bahiano, uzou dum ardil assaz original.

Pelas quatro horas da tarde do dia 24 apresentou-se no Campo do Erario á testa de toda a força de 1ª e 2ª linha com o apparato habitual; depois dum extravagante discurso rompeu em altos vivas aos «europeus» e fazendo sair á frente os que estavam presentes, na tropa e na multidão dos curiosos, declarou-os *ipso facto* naturalisados, assegurando-lhes a sua protecção, que aliás não deviam fruir por muito tempo.

Realmente havia decorrido apenas uma semana quando a 1 de Janeiro de 1823, o Governador das Armas, cedendo

a uma representação promovida pelo rabula Jacintho Moreira Severiano da Cunha, fez prender a cento o oitenta portuguezes pacificos e laboriosos cujo crime unico era terem nascido alem mar; olhado como meritorio pela plebe cujos applausos o caudilho estimava acima de tudo, este novo acto de arbitrariedade provocou grande escandalo e o Governo apressou-se em convocar um conselho de notaveis no qual foi resolvida a liberdade dos detentos, apezar de Pedroso affirmar ter agido a instancias de «cincoenta rapazes dos mais patrioticos sentimentos dirigidos por um notavel litterato.»

Desagradou esta deliberação á populaça e feriu os melindres do seu chefe que, na noite de 8 de Janeiro, promoveu novos tumultos; mandando tocar rebate nos sinos das igrejas, percorreu o bairro de Santo Antonio seguido de numerosa soldadesca e bastos magotes do negros e mestiços os quaes, na demencia da embriaguez, vociferavam contra o governo, acoimando-o de republicano (1) ao passo que proclamavam Pedroso benemerito da patria. Em vista da gravidade da situação a Junta reuniu-se á meia-noute em Palacio (2) e procurou inutilmente chamar á ordem o levantado militar, prolongando se as arruaças até alta madrugada.

Ao amanhecer do dia 9 enviaram os tres corpos de 1ª linha deputações ao Governo solicitando a demissão do Governador das Armas, attenta a sua conducta, e que se nomeasse uma commissão para tratar dos negocios militares; comparecendo Pedroso, depois de haver-lhe notificado a vontade da tropa, a Junta demittiu-o, resolução que acceitou sem protestar. «Vendo-se despojado da autoridade pelos mesmos que pouco antes o cobriam de louvores, diz o citado contemporaneo, retirou-se de Palacio acabrunhado e triste, sendo acompanhado até a porta pelo

(1) Essa accusaçam de Republicano, escrevia Lopes Gama, he maxima sediça, que enjôa de morte. Como saibam, quanto horror tem este povo até ao nome de Democracia, em querendo indispor os mais honrados cidadãos, assacão-lhes o labéo de Republicanos, e com isto pretendem apadrinhar os seus crimes, e sua desinvoltura. —*O Conciliador Nacional*, n. 11, de 22 de Março de 1823.

(2) Era o edificio em que hoje funcciona a Faculdade de Direito.

seu fiel amigo Paula Gomes o qual, apoz rapida conversa, voltou para junto dos seus collegas. »

Parecia emfim satisfactoriamente resolvida a crise e já estava passada a portaria de nomeação dos membros da commissão militar, eis quando penetrou em Palacio um grupo de officiaes milicianos capitaneado pelo alferes dos *Bravos da Patria*, José Francisco do Espirito Santo Lanoia (1) que ruidosamente exigiu a reintregação do commandante demittido em meio de insultos e ameaças ao Governo. Pedroso, surgindo por seu turno na sala das sessões declarou com soberba altivez estar justificado o seu procedimento pois que o povo não queria a sua demissão, sendo apoiado por Paula Gomes e o secretario José Mariano, mas, insistindo debalde os demais governantes no cumprimento da portaria que unanimente se deliberára passar. Vencidos pela maioria e desgostosos em extremo Paes Barreto e Manoel Ignacio Bezerra de Mello publicaram no dia seguinte um manifesto renunciando aos seus cargos; vivamente instados, porem, num conselho especial convocado para este fim, consentiram em voltar a occupal-os.

Ao sair de Palacio Pedroso, envaidecido com este novo triumpho, entregou o commando da artilharia ao sargento-mór D. Gonçalo de Locio e Seiblitz, preso e sentenciado a pena de degredo; expulsou do corpo os officiaes quo haviam feito parte da deputação, aos quaes a gentalha cobriu de apupos e baldões, e exerceu represalias de toda a ordem contra a guarnição de Olinda por constar-lhe não haver applaudido a sua conducta.

VIII

A Junta chegára ao derradeiro extremo de fraqueza e é de crer não abandonasse completamente a apparencia de autoridade, que ainda fingia manter, diante da opposição das classes pacificas e conservadoras, tementes de ver usurpal-a o desvairado caudilho, cujo absoluto dominio onminavam de inteirá subversão.

E não eram infundados semelhantes receios.

(1) Figurára na revolução de 1817 como tambor mór de artilharia endo elevado por Pedroso ao posto de alferes.

Sumidos, em meio destes continuos motins, todos os sentimentos de ordem e o respeito á propriedade e á segurança dos cidadãos inermes, um perigo social de ordem gravissima prenunciava-se imminente: a população negra e mestiça que excedia, como ainda hoje se avantaja, em numero consideravel aos habitantes brancos, regosijava-se com a geral licença e, aggregada em volta de Pedroso, ameaçava accrescentar ás serias complicações politicas o rancoroso antagonismo ethnico, prenhe das mais temerosas consequencias. As noticias dos sanguinolentos successos da ilha de S. Domingos, onde os escravos revoltados haviam triumphado dos senhores, circulavam amplamente commentadas e a muitos sorria a esperança da proxima desforra dos opprimidos com o estabelecimento entre nós dum regimen analogo sob os auspicios do prepotente Governador das Armas. A conducta deste ultimo justificava aliás sobejamente os desvairados anhelos da gentalha de côr, dentre a qual recrutava a turba dos seus sequazes e admiradores, cuja affeição comprava e mantinha destribuindo-lhes as posições ao seu alcance, promovendo-os a officiaes dos corpos milicianos e lisongeando-lhes as paixões em longas e frequentes arengas; na tropa grassava a mais solta indisciplina e á porta dos quarteis não raro observavam-se trovadores fardados que, ao som de violas, traduziam as aspirações collectivas em quadras deste jaez:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar,
Porque só pardos e pretos
O paiz hão de habitar. (1)

(1) Esta é a versão recolhida por F. P. do Amaral (*Excavações*, pag. 232); encontramos tambem a seguinte variante:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar,
Pois só pretos e mulatos
O paiz hão de habitar.

Que o chefe applaudia estas expansões dos seus subordinados e dellas participava até, mostra a segninte e caracteristica anedocta referida por Frei Caneca:

« No dia da festa da Estancia, indo a tarde áquella igreja uns

Incessantemente victoriado pela plebe desenfreada, o audaz caudilho zombava abertamente da autoridade do governo civil e ia consolidando cada vez mais o seu predominio, nutrindo por ventura projectos accordes com os desejos dos seus adeptos, como parece demonstrar o facto occorrido na grande parada havida, a 22 de Janeiro, no Pateo do Collegio (1): naquella occasião, ao levantar o presidente da Junta os vivas do estylo ao Imperador e á Imperatriz, a multidão e a tropa responderu com —*Viva Pedroso! nosso Governador das Armas!*— «ao que elle correspondia risonho fazendo-lhes mil cortejos», conta uma testemunha occular.

Talvez na mente escandecida do tribuno perpassasse naquelle instante o suggestivo exemplo de Dessalines que subira por identicos degráos ao throno real do Haiti.

IX

A nimia tolerancia da Junta, rendendo-se ás mais absurdas imposições, ia procrastinando, mas não eliminára o perigo duma sedição em que se afundassem os ultimos resquicios da sua autoridade e o governo fosse parar ás mãos de Pedroso e dos seus sequazes; havendo representado insistentemente ao imperador sobre a substituição do Governador das Armas, esperava que, com a chegada do Rio de Janeiro dum novo commandante militar, de nomeação imperial, voltasse o socego e a ordem e terminassem as difficuldades oriundas da insubordinação da tropa.

membros do actual governo, acharam Pedroso em uma das palhoças, rodeado de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada no seu collo, e vendo aos *provisorios*, alem de apertar com elles para que tomassem assento, lhes disse entre outras parvoices: —*Sempre estimei esta côr, é a minha gente!* — »

O Caçador atirando á Arara Pernambucana. — *Obras Politicas e Litterarias*, vol. II, pag. 269.

(1) Hoje Praça Dezeseté.

Pedro I, porem, a braços com a guerra da Bahia, que absorvia-lhe todos os recursos bellicos, preoccupado com os incessantes rumores de aprestos de novas expedições portuguezas e quiçá influenciado pelas informações parciaes que, sobre os negocios de Pernambuco, sem duvida ministrava-lhe Bernardo José da Gama, então na côrte como deputado á Constituinte, parecia surdo aos reteirados clamores da Junta protelando indefinidamente a substituição impetrada.

Entretanto Pedroso, que desde muito suspeitava a vinda do seu successor, comprehendeu que os unicos meios de garantir a sua permanencia no commando eram depor a Junta e constituir uma nova administração composta dos seus mais devotados parciaes ou constranger á renuncia dos cargos aquelles membros da mesma que se lhe mostravam infensos, afim de quedarem as redeas do governo unicamente em mãos dos seus amigos Paula Gomes e José Mariano; os successos ulteriores parecem indicar que em seu espirito prevaleceu o derradeiro alvitre. Não era o insubordinado official de molde a embaraçar-se com a escolha de pretextos para promover desordens e assim aproveitou-se soffregamente da primeira occasião em que julgou as suas funções invadidas pelo governo civil.

Foi deveras futil o motivo preferido para coroar a longa serie das suas criminosas façanhas, rematando-as por uma nova sedição na qual felizmente sossobrou o seu grotesco e anarchico predominio. Vindo ao Recife, em 21 de Fevereiro, o 2° tenente de artilharia Manoel Alexandre Taveira, commandante da bateria do Porto de Gallinhas, a chamado da Junta e sem conhecimento do Governador das Armas, este, julgando-se desautorado, dirigiu-se immediatamente a Palacio e deu-lhe voz de prisão. Oppoz-se o governo á sua realisação. Retirou-se Pedroso exasperado e voltando pouco depois, á frente da soldadesca, com tres peças, assestou-as contra o edificio, exigindo a entrega daquelle seu subordinado sob a ameaça de romper fogo caso persistissem em lha recusar. A resposta deferente da Junta não se fez esperar: convencida de que não eram vãs semelhantes bravatas resolveu ceder, condicionando apenas, para recato da sua tão minguada autoridade, que o pedido de entrega lhe fôsse endereçado

por uma deputação e, delegada esta pelos sediciosos, consentiu levasse preso ao tenente Taveira. (1)

Dissipado o primeiro assombro e talvez envergonhado da sua inqualificavel fraqueza, o Governo determinou emfim abandonar o inutil systema de indulgencia e agir com firmeza contra o perpetuo amotinador; passou-se grande parte da noite a suggerir alvitres, discutil-os e regeital-os concordando-se, já pela madrugada do dia 22, a conselho do Intendente da Marinha, Manoel de Carvalho, em ordenar que o tenente Joaquim da Silva Santiago fosse, com uma patrulha do 1º de caçadores, apoderar-se do quartel de artilharia, principal baluarte dos rebeldes, diligencia executada pontualmente graças á presteza e habilidade do official incumbido.

Avisado a tempo e não se julgando habilitado á resistencia, Pedroso fugiu com alguns sequazes para a povoação de Afogados onde, depois dum toque de rebate, tratou de entrincheirar-se; em breve viu-se reforçado pelas guerrilhas daquelle lugar e das Cinco Pontas. Animado com este concurso recobrou a antiga audacia e tendo o alferes Francisco Gonçalves Servina trazido das Candeias uma peça, dispoz-se a voltar ao Recife.

Intentou a Junta obstar o seu regresso enviando a embargar-lhe o passo o capitão do 1º de caçadores José Joaquim Coelho (2), com oitenta homens e uma peça de artilharia; estanciou esta força sobre o aterro, alem da fortaleza das Cinco Pontas, por espaço de meia hora, quando assomou ao longe o grosso dos amotinados que marchavam com grande resolução augmentados por transfugas dos 3º e 4º batalhões de milicias; á distancia de duzentos passos da tropa legal Pedroso fez alto, mas, sendo intimado a retroceder mandou tocar avançar e despregando atiradores rompeu fogo de fuzilaria; travou se a escaramuça com desvantagem dos insurrectos que, apoz os primeiros canhonaços, começaram a bater em retirada com perda dum morto e de varios feridos.

Entrementes agglomerava-se no Pateo de Palacio

(1) *Traslado da Devassa*: depoimento de Manoel Alexandre Taveira. fls. 37—38.

(2) Futuro general e Barão da Victoria.

enorme multidão de populares em attitude hostil e, não obstante os esforços dos membros do Governo para acalmal-os, partiam aos magotes em direcção aos Afogados; por fim, movido das insinuações do tenente Bernardino de Senna Berlink, abalou um troço mais numeroso, composto principalmente de milicianos do 3º batalhão, que reunindo-se em caminho aos primeiros grupos, foi cair sobre a rectaguarda do capitão Coelho quando este acabava de rechaçar a primeira investida de Pedroso.

Recomeçou a fuzilaria, reaccendeu-se a refrega e arremettendo de novo a gente do caudilho o exiguo destacamento legal, colhido entre dous fogos, viu-se forçado a procurar custosamente abrigo sob os muros da fortaleza, afim de escapar ao completo desbarato. (1)

X

A noticia deste revez abateu os animos da pouca gente ainda fiel á Junta que, perdidas as ultimas esperanças de resistencia, buscou salvamento em precipitada dispersão: Paes Barreto retirou-se para o *Engenho Velho*, o presidente acolheu-se ao *Guerra*, Manoel Ignacio e José Mariano foram refugiar-se nas comarcas do Norte, emquanto Paula Gomes dispunha-se a aguardar, no proximo arrabalde do Poço da Panella, a consummação do plano que evidentemente tracejára. (2)

Viéram entretanto os sediciosos avançando para o centro da villa sem topar com o menor estorvo e Pedroso, estrepitosamente acclamado, fazia a sua entrada triumphal cavalgando um canhão todo engrinaldado de folhas de mangue e puxado pelos seus mais ardentes sectarios, espectaculo comparado, pelo sarcasmo erudito de Lopes Gama (3), ao «de Sileno quando, sobre um burro e cercado de faunos e satyros berradores, dirigia-se ás nupcias de Venus descriptas por Ovidio».

(1) *Traslado da Devassa*: depoimento de José Joaquim Coelho, fls. 51—52.

(2) Vide a *Gazeta Pernambucana* n. 9, de 15 de Março de 1823.

(3) *O Conciliador Nacional*, n. 11, de 22 de Março de 1823.

Assim, ao declinar do dia 22, o Governador das Armas festejava mais uma victoria e obtinha a posse do Recife, ermo e abandonado da melhor parte dos habitantes, como premio da revolta. Comtudo o exito desta fôra apenas parcial; para completal-o restava ainda conseguir a abdicação de Affonso Maranhão, Paes Barreto e Manoel Ignacio afim de que Paula Gomes e José Mariano, ficando unicos depositarios do poder civil, chamassem a auxilial-os alguns dos seus mais conspicuos adherentes e assim assegurassem-lhe a conservação do cargo em que tão obstinadamente procurava manter se por todos os meios. Cumpria á sagacidade do seu mentor, fertil em estratagemas e ardis, o desempenho desta delicada missão e, sabendo que se achava perto, convidou-o a voltar ao Recife no intuito de soccorrel-o com os seus conselhos. O antigo revolucionario goyannense accedeu promptamente ao pedido e no dia 23, escoltado por uma patrulha de cavallaria, foi para junto do chefe dos sediciosos a tramar contra os seus collegas da Junta.

Na mesma noite a guarnição da fortaleza do Brum, na maioria de pretos da companhia dos *Monta Brechas*, instigada pelo capitão dos mesmos João Ricardo da Cruz, levantou-se contra o commandante legal Pedro Antonio e pactuou com os rebellados. (1)

(Continúa.)

Alfredo de Carvalho.

(1) *Traslado da Devassa*: depoimento de Bernardo Rabello da Silva Pereira, fls. 30—31.

CARTAS NASSOVIANAS

CORRESPONDENCIA DO CONDE JOÃO MAURICIO DE NASSAU GOVERNADOR DO BRAZIL HOLLANDEZ, COM OS ESTADOS GERAES. (*)

(1637--1646)

I

Senhores.

Para desobrigar-me dum dever quiz, pela presente, dar-vos conta do que occorreu na minha viagem. Como sem duvida soubestes fui forçado a demorar-me cinco semanas na Inglaterra por causa do mau tempo e do vento contrario; tendo me embarcado a 6 de Dezembro passado, prosegui na minha dita viagem até aqui com a possivel presteza e sempre com bello tempo e ventos favoraveis, não parando em parte alguma a não ser na ilha de Maio, escala prescripta, onde permaneci de 31 de Dezembro a 6 de Janeiro e isto para fazer aguada e refrescar um pouco as tropas.

Fazendo novamente de vela aqui cheguei a 23 do mesmo mez, graças a Deus, em boa disposição e commigo todos os demais. Fui recebido com muitas honras, achando o paiz um dos mais bellos do mundo, os negocios e as tropas deixadas em guarnição em muito bom estado, de modo que pretendo ir, no dia 5 do corrente mez, ver si ha meio de obter alguma vantagem sobre os inimigos.

(*) Traduzida do hollandez por Alfredo de Carvalho.

O Conde de Bagnuolo, general das suas tropas, acha-se presentemente com quatro mil homens perto de Porto Calvo, praça fortificada. As minhas forças destacadas para o exercito consistem em tres mil soldados, mil marinheiras armados, mil brazilienses e uma companhia de cavallaria de 80 cavallos, com os quaes levarei quatro meios canhões e seis pequenas peças. O almirante, com 24 navios de guerra, deve acompanhar-me ao longo da costa.

O tempo não me permitte agora escrever-vos mais particularmente, porem não deixarei de fazel-o quando regressar, si Deus quizer. A situação deste paiz é extremamente vantajosa e forte, e si Deus nos fizer a graça de podel-o conquistar inteiramente, não duvidarei que todo o Estado delle tirará uma grande vantagem e serviço. Durante toda a minha viagem apenas encontrei um dos navios da Companhia, isto é o que conduzia o sr. van de Dussen, a 19 de Dezembro proximo á ilha da Madeira, donde navegamos de conserva até aqui. O sr. van Ceulen chegou dous dias depois de nós. Presentemente falta-nos apenas o sr. Gijselin.

Rogando a Deus pela vossa prosperidade, termino esta dizendo-me

Vosso muito humilde e obediente servo,

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Antonio Vaz de Pernambuco, no Brasil, 3 de Fevereiro de 1637.

II

Senhores.

Depois da minha partida da Inglaterra, que teve lugar a 6 de Dezembro, cheguei, graças a Deus, felizmente e com saúde ao Recife, no Brasil. Immediatamente tratei de levantar todas as tropas que as guarnições podiam dis-

pensar e reunindo-as á pouca gente que commigo veiu, puz-me á frente de 3000 soldados, 800 marinheiros armados de fuzil e 600 brasilienses, com os quaes marchei contra o inimigo, cujo grosso achava-se postado perto do forte de Povoação em Porto Calvo, em numero de 3000 sem contar os habitantes.

A 18 de Fevereiro encontramos, em um passo que deviamos atravessar, 1800 homens entrincheirados, bem providos de palissadas e com os flancos cobertos por abatizes. Atacamos os contrarios por tres lados differentes, e, com o auxilio de Deus, batemol-o com perda de 300 homens, entre os quaes muitos officiaes, havendo da nossa parte apenas 6 mortos e 35 feridos. Proseguindo na marcha em direcção ao forte, onde o Conde de Bagnuolo se tinha entrincheirado sobre dous outeiros proximos, verificamos ter abandonado estas trincheiras e haver retirado se em grande desordem para as Alagôas deixando duas peças de bronze.

Depois de sitiar o forte e avisinharmo-nos com os nossos approxes dos seus defensores, estes a 3 do mesmo mez, renderam-se mediante condições.

O governador era um hespanhol chamado Miguel Giberton, tenente general da artilharia, com o qual sairam 8 capitães, 7 alferes, 300 hespanhóes, 110 italianos alem dos feridos e enfermos; mandei-o transportar com a sua gente para a ilha Terceira. Dentro do mencionado forte encontramos 22 bonitas peças de bronze, 5 de ferro, 4 grandes morteiros, 372 granadas grandes, algumas granadas de mão, 500 barris de polvora e grande quantidade de murrões e outras munições de guerra.

Esta era a inteira provisão de petrechos bellicos que o rei de Hespanha tinha aqui no paiz e o Conde de Bagnuolo não tem mais um só canhão comsigo. Todos os habitantes vêm diariamente prestar obediencia aos Estados Geraes, o que julguei de meu dever levar ao vosso conhecimento. Logo que a nossa gente esteja provida de viveres marcharemos ao encalço do inimigo afim de, com o auxilio de Deus, obrigal-o a transpor o rio de S. Francisco.

Si Deus Omnipotente continuar a proteger-nos não

deixarei de avisar-vos e entregando-vos ao seu amparo, prosigo sendo

Vosso leal e obediente servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

No acampamento junto á Povoação de Porto Calvo, 8 de Março de 1637.

III

Senhores.

Julgo cumprir o meu dever levando ao vosso conhecimento como Deus Omnipotente expulsou duma vez desta terra para alem do rio de S. Francisco os nossos inimigos. Considerei necessaria á conservação do paiz a construcção de alguns fortes sobre este rio, a saber na foz do mesmo e tambem junto á cidadesinha de Penedo, onde o inimigo atravessou-o, situada cerca de seis milhas do mar. Este rio tem largura igual á do Maas antes do porto de Delft e tal correnteza que se não pode dizer. Espero com o auxilio de Deus, conter o inimigo nestas fronteiras.

Não querendo importunar-vos por mais tempo, rogo ao Omnipotente vos proteja e recommendo-me ao vosso favor como sendo

Vosso officioso, leal e obediente servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Na cidadesinha de Penedo, sobre o rio de S. Francisco, 2 de Abril de 1637.

IV

Senhores.

Não duvidarei que tenhaes recebido as minhas cartas e por ellas sabido o estado do nosso paiz que ainda possuimos, Deus seja louvado, em boa paz e fazendo quantidade de assucar. Mas por carencia e falta das outras necessi-

dades requeridas não temos podido emprehender o nosso designio. Todavia de preferencia a nada fazer achamos bom enviar á Guiné o coronel Horn, com 800 soldados e 400 marinheiros embarcados em nove navios, para assediar o Castello da Mina. Tendo desembarcado, perto do mesmo Castello encontrou elle 7000 negros armados que o atacaram muito furiosamente, crendo haverem-se com gentes como ha algum tempo passado.

Comquanto fossem devidamente recebidos cortaram as cabeças a um tenente e aos cincoenta escopeteiros que marchavam á frente das nossas tropas, chegando a deixarem-se abater pelos golpes dos nossos para haverem lhes as cabeças. Depois de ter-se attestado a bateria e feito uns quinze ou vinte tiros de canhão, intimou se o dito Castello que rendeu-se no dia seguinte, cousa inaudita e incrivel si considerar-se a força desta praça, tendo duplo fôsso de quarenta pés de profundidade aberto num rochedo, como podereis ver da planta annexa. Não ha possibilidade de fazer-se-lhe approxes ou de minal-o de sorte que é forçoso confessar que foi Deus só quem poz esta praça em nossas mãos.

Uma unica montanha, sobre a qual fizemos construir um pequeno forte, fica a cavalleiro do castello; todavia ha um rio entre ambos de modo que o governador ao ouvir os disparos da nossa artilharia não tinha mais a fazer que descer aos alojamentos e deitar-se a dormir, visto que a natureza do paiz não permitte que os recemvindos ali se demorem muito tempo sem enfermarem. E caso se fosse ao paiz com 7000 homens seria forçoso deixal-o por causa das molestias. Mesmo a nossa gente, que esteve apenas oito dias em terra, passou pessimamente.

Achou-se ali 30 bonitos canhões todos de bronze, bôa quantidade de polvora e balas, porem nenhum ouro. Todos os nossos nove navios regressaram felizmente. Será muito necessario que os Srs. da Companhia enviem para lá um homem honesto para commandal-o com 700 soldados. Provisoriamente deixei lá um capitão dos nossos, um bravo official chamado Malburgh com os seus homens, todos flamengos e allemães, porquanto os d'outra nação seriam suspeitos naquelle lugar por causa do trafico. Não havendo viveres em demasiada abundancia nos lh'os fornecemos por alguns mezes, de sorte que será preciso que a

praça seja em tempo provida da Hollanda das ditas munições de bocca.

Quanto ao Conde de Bagnuolo, este tem se conservado sempre até o presente em Sergipe d'el Rèy ; nosso exercito marcha contra elle para desalojal-o e, si for possivel, obrigal-o a escolher a Bahia para retirada.

Em direcção ao Norte, cerca de oitenta leguas alem do Rio Grande, os inimigos tem ainda um forte chamado Ceará, para onde enviamos um major com tropas afim de tomal-o, si Deus quizer. E' um logar onde se encontra o ambar gris e tambem grande quantidade de sal, de sorte que si Deus nos dér esta praça, os nossos navios não teram que ir carregar sal nas Indias Occidentaes, mas encontral-ão no nosso paiz. Ha cinco semanas que o dito major partiu com as tropas, de modo que diariamente esperamos a noticia do seu successo. Quanto ao mais tenho a dizer-vos que foram achadas duas minas de ouro aqui neste paiz, de cuja existencia, as pessoas que disto tem conhecimento, não duvidam de forma alguma ; mas, faltando aqui os ingredientes proprios a separar o ouro, enviaremos uma bôa porção do mineral para a Hollanda afim de ser examinado.

Nada me restando a dizer-vos por esta vez, terminarei a presente qualificando-me de

Vosso humilissimo e fiel servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Autonio Vaz em Pernambuco, 16 de Novembro de 1637.

V

Senhores.

De varias camaras e logares chegaram-me ás mãos varias missivas muito contrariantes sobre o assumpto do commercio, as quaes me fazem receiar cada vez mais as perigosas consequencias da tão demorada e tão amargamente debatida questão sobre o negocio do commercio, vendo que os medicos disputam tanto tempo sobre a cura

dum doente, até que, a molestia augmentando mais e mais, o paciente entre ambas periclita.

Por isso julguei-me obrigado a indagar com grande disvelo e imparcialidade, bem seria e circumspectamente, de tudo o que possa servir a remediar o mal, e a expor-vos francamente as minhas opiniões com referencia ao mencionado negocio do commercio, afim de que, si não hoje ou amanhã, quando duma resolução perniciosa vierem a derivar maus effeitos, não se me possa arguir de haver, contra o meu dever e para grande prejuizo da Companhia, deixado de emittir as minhas opiniões, devido a estas ou áquellas considerações.

Percebo que aquelles que querem conservar o commercio só para a Companhia bem comprehendem ser o povoamento do Brasil summamente necessario e devem igualmente conceder que, por meio do negocio livre, a população teria melhor incremento; mas, não permittindo o estado actual da Companhia fazel-o não se póde conseguintemente esperal-o, convindo antes procurar os meios adequados á manutenção do credito da Companhia, os quaes consistem no monopolio do commercio, devendo unicamente negociar a Companhia e exportar todo o assucar e demais generos por sua conta exclusiva, consideração esta que presentemente deve preponderar e pesar mais que qualquer outra.

Aos que tem pouco conhecimento da situação aqui do paiz pode parecer que, chamando a Companhia a si todo o negocio, virá auferir os grandes e avultados lucros obtidos pelos particulares; mas, os que assim pensam illudem-se por ignorancia do assumpto.

Estabelecem comparação entre o passado e o presente e nisto commettem um duplo abuzo, porquanto imaginam que ella possa agora alcançar taes beneficios quaes os particulares conseguiram no começo da conquista desta terra, o que agora está mudado; não creio que presentemente os negociantes ahi gabem tanto os grandes lucros que possam ter como anteriormente hajam-no feito. Incorrem ainda noutro abuso comparando a epoca em que a cousa estava no seu principio e a Companhia podia, sem prejuizo de quem quer que fôsse, monopolisar o commercio, e o presente quando ella se acha compromettida para com os particulares; então a Companhia tinha em suas mãos mo-

nopolisar o commercio (como fez) e podia ter conseguido lucros avultados dispondo de tudo por suas proprias mãos (sem que eu queira agora dizer que futuro venha ou não a ser proveitoso ao Estado) ; mas, presentemente ella não pode assim dispor de tudo e por isso não auferirá os ganhos que se imaginam.

No principio, como é notorio, havia aqui na terra uma consideravel quantidade de assucar e de mercadorias, os habitantes estavam completamente despojados e temendo perder os seus assucares, pilhados fosse por um ou por outro partido, vendiam no facilmente, obtendo os negociantes, que então aqui eram poucos e sem grandes carregamentos, pingues lucros com os seus exiguos recursos e duplicavam quatro e cinco vezes os seus capitaes.

Presentemente ha pouco assucar e o mercado está abarrotado de generos de importação, os habitantes estão tranquillos na terra e o nosso Estado tambem não tendo falta de mercadorias, aquelles não lançam mais fora os seus assucares, mas querem por elles bons preços, de sorte que os primeiros annos em que os particulares alcançaram tamanhos lucros são passados e a Companhia não pode fazel-os voltar.

E' evidente, pois, que querendo a Companhia, agora e de futuro chamar a si todo o negocio isto não lhe trará beneficio algum, por este meio não realisará o seu intento, e finalmente ver-se-ha illudida na esperança de lucrar mais do que mantendo livre o commercio, isto pelas seguintes razões :

Assim que o commercio estiver monopolisado a Companhia ver-se-ha defraudada das commissões, fretes e seguros que d'antes davam-lhe uma bella renda, da qual ficará privada e nada lhe entrará nos cofres. Ao contrario si a Companhia vier a negociar terá primeiramente que despender capitaes avultados para arranjar os carregamentos necessarios, e como aqui já existe tamanha quantidade de mercadorias que os negociantes não acham compradores e o paiz está abarrotado, os carregamentos da Companhia ficarão encostados ou terão saida muito demorada, resultando dahi augmento no onus dos juros, quebras e deteriorações ; ainda assim o pouco que for vendido sel-o-ha com pequeno lucro, porquanto os particulares hão de entremetter-se com a Companhia e esta não poderá sup-

portar a sua concurrencia ou perderá os ganhos que muitos pretendem deva fazer como os particulares até agora fizeram, vendendo as suas mercadorias a praso dum anno e mais e, afim de dar-lhes melhor saida, fazendo ainda adiantamentos de dinheiro aos compradores; obrando assim é claro que a Companhia veria não só frustrados os lucros presentemente imaginados como até perdel-os-ia de todo, emquanto que mantendo livre o commercio terá em todo o tempo ainda uma bôa renda das citadas commissões, fretes e seguros, e devendo se notar que todo o assucar na maioria dos engenhos já está vendido ou dado em penhor, de modo que será precisa toda a diligencia para obter o assucar que a Companhia tem de enviar este anno de torna viagem.

Sei que se cogita em obviar esta difficuldade comprando aos negociantes livres o assucar e as suas mercadorias por preços a contento dos vendedores, como foi pretextado; mas, não posso comprehender como isto possa ter lugar, pois tomal-as por preços inferiores aos actualmente em vigor não pode ser feito a contento delles e adquiril-as pelos preços correntes pelos quaes os moradores as compram agora não poderá ser porquanto assim os negociantes não alcançaram os assucares para a exportação.

E si a Companhia adquirindo as mercadorias, carregal-as livremente para depois vendel-as com agio, a communhão sentil-o-ha effectivamente, queixar se-ha disto e ficará desgostosa.

Despresando embora todas estas considerações, não é menos verdade que a Companhia ver-se-ha frustrada no projecto de comprar as mercadorias aos negociantes, porque estes enviarão por terra os seus generos para diversos engenhos e lugares, e dirão não ter mais mercadorias ou havel-as vendido todas; assim continuará o paiz cheio de negociantes e a Companhia ficará a ver navios.

Havendo provado que á Companhia não podem advir ganhos nestes dous primeiros annos, passemos ainda a assignalar os prejuizos que de futuro se devem esperar do monopolio do commercio; o Brasil acaba de supportar oito annos de continuas guerras e no principio foi talado e depauperado pelas tropas da Companhia e abandonado por muitos dos seus habitantes, a ponto de parecer completamente arruinado; e mais tarde, depois de realisada

a conquista destas terras, quando os habitantes cuidavam poder gozar de algum socego, veio a invasão do partido adverso que arruinou-o ainda mais do que dantes e de regiões até então incolumes, como Goyanna e outros lugares, afugentou a maioria dos moradores, de sorte que a terra jaz agora despojada, sem habitantes e sem cultura.

Para sanar tão grave mal faz-se necessario convencer a muitos habitantes de meios da Neerlandia e dos paizes visinhos a transportarem-se para aqui, afim de que estas terras sejam povoadas e de novo cultivadas, ou se fosse possivel (como é) melhorada a sua cultura, e nisto deve a Companhia ter o maximo interesse pelas razões seguintes: Onde ha muitos habitantes trabalha-se, cultiva se e produz-se muito, e assim dá a terra em abundancia fructos e generos com os quaes se póde alimentar grandes negocios desta terra com outras; os muitos habitantes uzam, gastam e consomem muito e dest'arte são necessarias mercadorias de mãos estranhas. Isto é o que faz florescer o commercio e o negocio, disto é que as republicas tiram os seus recursos financeiros os quaes, quando o paiz estiver bem povoado, avultarão muito mais e darão lucros maiores do que o ganho esperado do monopolio do commercio, e tanto mais quando tambem as commissões e outras receitas renderão sem que para isto precisamente a Companhia tenha que arriscar quaesquer capitaes. Igualmente quando forem empregados os meios para o povoamento do paiz e este estiver em andamento, um impellirá ao outro, a terra ficará populosa, a cultura florescente, os negocios quanto maiores mais vantajosos e, o que é de importancia capital nestas conquistas, estas tornar-se-hão fortes e defensaveis contra quaesquer inimigos.

A Companhia não será então mais forçada a manter tão pesadas guarnições e terá os habitantes e todo o territorio em seu poder, o que é aqui consideração principal, pois apenas possuimos um tracto do paiz pouco seguro e poucos portuguezes dignos de confiança, e por aquella forma ficará o paiz mais forte e a Companhia exonerada de encargos.

Por conseguinte sou de opinião que, quando estas terras estiverem florescentes, a Companhia arrecadará a mesma renda avultada que outr'ora; mas, como poder-se-ha attrahir para aqui alguns colonos, movidos da esperança e

de fazer fortuna, como é meu parecer, senão com a liberdade do commercio ?

E' evidente pois que do monopolio só poderá resultar o contrario, e aqui ninguem comprehende como se possa conciliar que, chamando a Companhia a si todo o negocio, os particulares possam igualmente prosperar e convencer outros a emigrar e fazer daqui o seu domicilio.

Dir-se-ha que só a Companhia deve negociar em grosso e que os muitos negociantes particulares que aqui se acham devem comprar-lhe grandes partidas para revendel-as a retalho e assim se manterem ; mas, isto não é bastante e si fôsse possivel fazel-o não contentariamos todos dando a alguns dos que aqui já se acham dessemos meios de prosperar, e assim não seria povoado o paiz.

Sim, o monopolio do commercio virá afugentar os habitantes que já aqui estão, pois estes fazem muitas e grandes queixas, como se pode ver da copia inclusa dirigida aos XIX, dizendo preferirem abandonar as suas plantações e deixar parados os seus engenhos, a, sob o monopolio, dar todo o seu trabalho para os outros, mourejar como escravos para a Companhia assim como os seus negros mourejam para elles nos engenhos, e chegado o fim do anno nada terem lucrado. Si a Companhia quizer levar-lhes á conta as mercadorias e generos de necessidade por preços tão elevados quanto lhe aprouver e receber o assucar pelos preços que bem lhe parecer, elles protestarão contra semelhante extorsão, que bem sabem não tem lugar sob nenhum governo legal, firmando-se nas condições sob as quaes a terra passou ao dominio da Companhia, as quaes juraram por prometterem conservar-lhes o estado de cousas em que se achavam sob o governo passado, e queixar-se-hão da mudança de todos os privilegios e liberdades que gozavam sob o rei de Hespanha e dirão que na realidade nenhum novo privilegio os obriga para comnosco. Tirou-se-lhes pelo contrario os seus antigos privilegios de isempção e, como si isto não fosse bastante, ainda se lhes quer tirar o direito que aos povos de todas as communhões compete ter livre, isto é, a liberdade de commerciar. Muitos dizem que não só não fabricarão mais assucar, mas reduzirão a dinheiro as suas propriedades e partirão para outras regiões onde possam negociar livremente.

Com o monopolio do commercio indisporemos contra

nós os habitantes e não seremos senhores de cousa alguma alem dos nossos fortes, logo que qualquer inimigo vier sobre esta costa, pois os moradores hão de suspirar sempre pela antiga liberdade do commercio livre e passar-se hão para o rei de Hespanha, e estando neste pé para com os habitantes a Companhia será forçada a manter permanentemente pesadas guarnições nesta costa e verá as suas despezas, em vez de diminuirem, augmentarem. Persistindo assim em monopolisar o commercio a Companhia fará apenas pequenos progressos, o paiz irá empobrecendo cada vez mais e quaes serão as rendas?

Do exposto creio dever-se inferir que o monopolio do commercio, não só nos dous primeiros annos como de futuro, não será proveitoso, mas sim prejudicial e até, no que me cabe prever, o caminho da ruina; e esta é a minha opinião sobre o assumpto, a qual, movido do zelo pela prosperidade da Companhia, pensei sinceramente dever expor-vos e incutir-vos no animo. Quanto ao mais atenho-me ás conclusões contidas no meu relatorio aos XIX, no qual proponho que a Companhia reserve-se apenas o commercio de alguns generos de mais saida, juntando-se-lhe, si for possivel, aos que já anteriormente tinham-lhe ficado ainda alguns outros, comtanto que não seja tirada completamente aos particulares a faculdade de negociar. alvitre este que satisfará o intento de fazer prosperar a Companhia, permittirá aos particulares manterem-se, e fará com que o paiz seja povoado e floresça.

Recommendo-vos, entretanto, á protecção do Omnipotente e desejando-vos longo e feliz governo, sou

Vosso obediente e leal servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Antonio Vaz de Pernambuco, 16 de Janeiro de 1638.

VI

Senhores.

Já anteriormente e por diversas vezes tomei á liberdade de dar-vos noticias do estado destas terras; mas,

não sabendo si com as minhas muitas cartas vos importuno, julgo todavia de meu dever levar ao vosso conhecimento o succedido na nossa expedição á Bahia, do que junto com esta vos envio uma extensa e particularisada relação. A vontade foi bôa, mas os recursos exiguos de mais.

Recommendando-vos á protecção do Omnipotente, continúo sempre

Vosso humilde, obediente e leal servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Antonio Vaz em Pernambuco, 29 de Junho de 1638.

VII

RELAÇÃO DO QUE SE PASSOU NA EXPEDIÇÃO Á BAHIA

Tendo partido do Recife, a 8 de Abril passado, Deus nos conduziu felizmente, a 14 do mesmo, á altura da Bahia e lobrigamos terra entre a Torre de Garcia d'Avila e Sant'Antonio. Pretendiamos entrar na vespera, mas, devido ao vento contrario, tivemos que bordejar durante todo um dia proximo ao Rio Vermelho, o que illudindo o Governador da Bahia fel-o marchar para ali com todas as suas forças, ás quaes juntou-se o conde de Bagnuolo, que cinco semanas antes havia feito as pazes com o mesmo Governador e desde algum tempo acampára com a sua gente em Villa Velha.

A 16 de Abril, sendo o vento novamente favoravel levou-nos, pelo meio-dia á Bahia, e devido a forte correnteza vellejamos por diante da cidade, dos fortes e dos navios, donde romperam fogo sem, todavia, nos causarem damno. As quatro horas da tarde lançamos ferro proximo aos fortes do inimigo no ponto de S. Braz, acima do angulo do forte de S. Bartholomeu, onde logo desembarcamos com todas as nossas tropas sem encontrarmos resistencia alguma.

Fôra minha resolução desembarcar na Praia Grande, duas milhas dali; mas, vendo este sitio commodo, mais proximo e a duas milhas e meia da cidade, mudei de pa-

recer e ali mesmo puz pé em terra. Ainda na mesma noute postamos todas as nossas tropas numa posição muito vantajosa, como fôsse um monte calvo e com bôa agua fresca no sopé.

A 17 de Abril permaneci quieto afim de prover a gente de viveres e doutras necessidades; no entretanto sendo avisado por alguns prisioneiros de haver, a cerca duma meia milha de nós, um desfiladeiro, no engenhô de Diogo Muniz Telles, atravez do qual teriamos que marchar um a um e sómente na baixa-mar por causa dos pantanos, enviei o capitão Tourlon, com 300 escopeteiros, a fazer um reconhecimento; chegando este ao desfiladeiro ali encontrou o inimigo entrincheirado com todas as suas forças pelo que os nossos se retiraram. Colloquei a minha gente em ordem de batalha sobre um outro monte fronteiro ao inimigo, tendo entre nós o desfiladeiro, e ordenei logo ao Commandante Jan Mast que seguisse em direcção á cidade com quatorze dos nossos navios e ali ancorasse fóra do alcance dos tiros.

Vendo o inimigo que não pretendiamos ceder e que os navios seguiam rumo da cidade, desguarnecida de soldados, resolveu deixar sem demora o desfiladeiro e regressar á cidade, contra o parecer de todos os coroneis que aconselhavam-no a bater-se comnosco. Por causa da maré alta não podemos avisinhar-nos delle e tivemos que esperar até o outro dia pela baixa-mar; a 18 de Abril, estando prompto a marchar, recebi aviso de que o inimigo voltava ao desfiladeiro, o que tambem verificamos, pois ao chegarmos ali encontramos um troço da sua gente que fez fogo sobre os nossos; mas, depois que sobre elles disparamos as nossas pequenas peças, derribando alguns, puzeram-se em fuga e nós todos atravessamos o passo felizmente ainda na mesma tarde.

Olhei para este desfiladeiro com admiração, por quanto bastariam cem homens para termos impedido a sua passagem.

No dia 19 de Abril avançamos até 1 1/2 milha da cidade, encontrando por toda a parte o inimigo nos desfiladeiros e váus dos rios, mas sempre em retirada, até que a 20 chegamos ao nosso acampamento distante um tiro de arcabuz das fortificações exteriores da cidade, junto ás quaes o

inimigo estava com todas as suas forças em ordem de batalha ao abrigo dos seus canhões; pensei que nos fossem atacar, porem, nada emprehenderam, comquanto, antes que podessemos chegar ao nosso citado acampamento nos tivesse causado algum damno com a sua artilharia.

Na mesma tarde o inimigo abandonou um forte de pedra, chamado de Sant' Alberto, e artilhado com duas peças, o qual immediatamente occupamos garantindo assim melhor o nosso acampamento ao qual ninguem mais podia chegar ao longo da praia. Tambem para garantia fiz logo guarnecer de trincheiras o mesmo acampamento, e no dia 21 de Abril enviei o major van den Brand com alguma gente pela praia a incorporar o forte de S. Felippe, que rendeu-se-lhe ainda na mesma tarde com 5 peças, e do mesmo modo, no dia 22, um outro de nome S. Bartholomeu, com 13 peças, ambos praças muito fortes e de que tinhamos grande necessidade porquanto doutra forma não poderiamos chegar aos nossos navios e por falta de viveres seriamos forçados á retirada, tanto mais quanto só podiamos conduzir comnosco mantimentos para 8 dias. Fiz construir duas baterias, uma de sete meios canhões e outra de duas peças; ao começarmos a sua construcção o inimigo fez uma sortida com 300 ou 400 homens, sem comtudo alcançar vantagem alguma sobre nós.

Com estas baterias fizemos o inimigo abandonar um forte chamado Rosario; mas, não podemos occupal-o, porque estando situado no sopé dum monte, os contrarios o commandavam com os seus canhões.

A 18 de Maio no hornavecque, sobre a eminencia do convento do Carmo, o inimigo, no proposito de garantir os seus defensores dos tiros da nossa artilharia, fez numa noute levantar de quatro pés toda a sua frente, de sorte que com os seus mosquetes não podia defendel-o; deliberei mandar atacal-o e para este fim fiz seguir 400 homens, com 20 granadeiros e 200 sapadores, que chegando em frente á mesma obra deram no sopé do monte com uma grande emboscada inimiga de 400 homens, atravez dos quaes os nossos tiveram que abrir passagem pelejando e onde no primeiro embate, tanto dos nossos como dos inimigos, muitos pereceram; tendo passado por entre estes 400 homens, a nossa gente encontrou ainda uma forte guarda avançada de 200, bem debaixo da obra, que quasi

todos foram mortos a menos que lançando fóra as armas pedissem quartel. Emfim ás 8 horas da noite, com luar, os nossos assaltaram e levaram á escala o referido hornavecque, luctando por espaço de duas horas braço a braço com os contrarios, não obstante haverem ali reunido o grosso das suas forças, tendo sido avisado, ao que se diz, por uma das nossas sentinellas que desertou para elles duas horas antes do nosso ataque, o que é de crer supposto que o inimigo dantes não tinha ali tão forte guarda avançada. Outrosim conhecendo o inimigo bem a importancia daquella posição, sem embargo de terem os nossos lançado dentro da obra para mais de duzentas granadas de mão, manteve-se sempre firme e procurou, por meio de grandes sortidas pelos flancos, cortar a retirada á nossa gente, no que foi obstado pelo major Hendrickson, mandado por mim á frente de 4 companhias, a manter o passo, onde pelejou-se tão furiosamente que de ambos os lados cairam muitos.

Quiz, porem, a má sorte que o capitão Houwijn fôsse morto por um lançaço sobre uma das canhoneiras do inimigo, perecendo tambem o engenheiro Berchen, que tinha o encargo de, com os sapadores, entrincheirar a nossa gente na obra inimiga e estava já a ponto de fazel-o. Com a sua morte e não havendo quem soubesse executar aquelle trabalho, os nossos foram forçados a abandonar as vantagens que já haviam obtido sobre os contrarios, com perda de muitos mortos, entre os quaes se acharam os capitães Abrahão Ebrechts, Rosbaert e Hellingerns, tres tenentes, um alferes e 95 soldados; saindo feridos o major Hendrickson, que está á morte, os capitães Bout e Schutt, tres tenentes, quatro alferes e 222 soldados. Pela manhã vimos que o caminho estava juncado de cadavares de inimigos, de sorte que não posso saber ao certo quanta gente perdeu; mas, pelas informações dos desertores, devo julgar que cairam muito mais dos contrarios do que dos nossos. No mesmo dia suspendemos as hostilidades afim de recolher e enterrar os mortos de ambos os lados, quando verificou-se que a maioria dos nossos mortos achava-se dentro das obras inimigas.

Emfim o inimigo, sabendo pelos nossos desertores e prisioneiros quanto eram diminutas as nossas forças, que dantes imaginara muito mais consideraveis, e sentindo-se

tão forte depois de haver terminado todas as obras que durante a nossa estada começára a levantar sobre todos os pontos mais vantajosos, avançou sobre nós e construiu sobre os outeiros baterias que varriam todo o nosso acampamento onde nem o mais pequeno logar estava ao abrigo das suas balas, o que não podiamos obstar devido aos pantanos existentes entre ambos e a estarem as mesmas baterias ligadas ás suas obras por linhas de circumvallação. Com estas baterias o inimigo logo nos incommodou muito de modo a não se passar um dia sem que tivessemos muitos mortos e feridos e mais duma vez perdemos em um só dia vinte homens victimas do canhão.

Durava este canhoneio dia e noite porque o inimigo, julgando que ao menos á noite nesta estação chuvosa os nossos soldados devessem uzar as suas barracas, atirava sem cessar sobre o acampamento e não sem perda nossa, a ponto de forçar a nossa gente a deixar os alojamentos e esconder-se aqui e ali no matto.

As nossas partidas de 500 a 600 homens que fizemos sair em diversas expedições afim de impedirem o quanto possivel que o inimigo introduzisse na cidade gado e refrescos, nada conseguiram fazer, não só porque os comboyos de viveres viam acompanhados de fortes destacamentos, como tambem porque fora d'horas e por diversas vezes os contrarios metteram na cidade boiadas de 500 e 600 cabeças, graças a ser a praia do lado do norte situada de forma que ao longo do caminho sempre podiam ter aviso da approximação dos nossos.

Não obstante procurarmos, com a nossa pequena força naval, obstal o o mais possivel ; ainda assim o inimigo recebeu diversas barcas com farinha, isto quasi sempre em noites escuras e durante grandes borrascas e temporaes.

Succedeu que em uma noite, devido ao temporal, perdessemos doze ancoras dos nossos navios e um delles fôsse impellido de encontro á prôa de outro com risco de soffrer grande avaria.

Vendo então que as nossas tropas não contava mais gente valida e capaz de combater, inclusive os officiaes, que 2400 homens e cerca de 900 brasilienses ; considerando outrosim que, nem por terra nem por mar, podiamos impedir o inimigo de á vontade introduzir na cidade viveres e fa-

rinha e que tambem não me achava com forças sufficientes para de novo atacal-o; que tinha diariamente tantos mortos e feridos pelo canhão como acima referi; que, devido ao mau tempo trazido pela estação invernosa, era grande o numero de doentes, já havendo fallecido o capitão da minha guarda João Wen....., o capitão Israel Twijn e muitos soldados; que, ao passo que as minhas tropas reduziam-se a tão pequeno numero, o inimigo ao contrario recebia diariamente reforços, porquanto havia levantado todo o povo do matto que com as suas armas iam juntar-se-lhe constantemente, (o que vinha a saber de diversos desertores e de cartas interceptadas) ameaçando tornar-se-nos assim immensamente superior em numero, e constando já só a guarnição do Governador de 2000 soldados, tanto portuguezes como hespanhóes, estando o Conde de Bagnuolo forte de 1400 soldados e 800 brasilienses, a burguezia de 3000 homens, tendo os padres e os estudantes todos pegado em armas, afóra duas companhias de cavallaria, e gente do campo, os mulatos e os negros, todos tambem armados; resolvi convocar o Sr, João Giselijngh, honoravel conselheiro secreto e todos os officiaes superiores de terra e mar e declarei-lhes qual era o nosso estado e a nossa impotencia e que nenhuma vantagem tiraríamos do inimigo nesta expedição, sendo de receiar o contrario á vista da sua grande força e da superioridade que tinha sobre nós; attendendo ainda a que a pouca gente que tinhamos comnosco era a melhor e a maioria das nossas forças e que haviamos deixado Pernambuco fracamente e mal guarnecido, resolvemos unanimemente ser o melhor partido, para a segurança deste Estado, nos retirarmos em tempo antes que Deus Omnipotente nos castigasse permittindo que o inimigo nos surprehendesse ou viésse bater-nos na retirada, porquanto então ficaria o Brasil collocado em pessima situação.

A' vista do que deliberamos, a 25 de Maio á tarde, nos retiramos em bôa ordem e na mesma noite embarcamos a nossa artilharia, munições e todas as nossas tropas, excepto um meio canhão hespanhol arrebentado e uma peça de XVI lb com o eixo quebrado, que, por falta de marinheiros, tivemos que deixar atraz, bem que encravadas; em compensação retiramos e levamos dos fortes conquistados todas as peças de bronze.

O inimigo nada percebeu da nossa retirada, porquanto

ainda no ultimo dia fiz funccionar uma bateria afim de enganal-o, pois doutra sorte nos teria feito grande damno na retirada, tendo nós que passar por um desfiladeiro muito estreito e ingreme.

A 26 de Maio o inimigo, como de costume, bombardeou o nosso acampamento; mas, pelas 9 horas, não vendo mover-se gente alguma nas visinhanças do mesmo, saiu e lançou-lhe fogo, deixando as peças ao redor.

Tive de conservar-me ainda durante aquelle dia ancorado dentro da Bahia, afim de melhor distribuir a gente pelos navios; no entretanto mandei á terra o meu clarim no intuito de solicitar a entrega de sessenta prisioneiros dos nossos que o inimigo conservava na cidade; mas não quizeram deixal-os sair. Emquanto o clarim ainda estava na cidade chegou um navio de Portugal trazendo noticia dum grande soccorro, em regosijo do que o Governador fez dar tres salvas pela artilharia em volta da cidade e dos fortes; os nossos viram esta embarcação, mas devido ao vento contrario não poderam alcançal-a.

As razões que me moveram a esta expedição foram as seguintes:

Primeiramente as numerosas cartas que recebemos da Patria, todas tratando da Bahia, sem comtudo considerarem a exiguidade das nossas forças; outras foram as falsas informações que nos deram da fraqueza do inimigo, da sua pequena provisão de viveres e munições, da disposição dos habitantes ali desejosos, segundo se dizia, de passarem para o nosso lado á vista do bom tratamento que os portuguezes gozam entre nós, e da discordia entre o Governador da Bahia e o Conde de Bagnuolo, todas as quaes verificamos serem falsas e na realidade dar-se o contrario, porquanto, assim como outr'ora Herodes e Pilatos tornaram-se os melhores amigos, assim tambem aquelle Governador entregou ao Conde de Bagnuolo o commando de toda a milicia dentro e fóra da cidade.

Não duvidamos tambem no promettido auxilio vindo da Patria, o qual esperamos antes da nossa expedição, mas receiando com a espera perdermos a occasião e o tempo, seguimos sem duvidar inteiramente que elle nos fosse enviado em paz, o que porem não succedeu e não pouco nos desconcertou.

Tenho pois narrado longamente tudo o que se passou nesta expedição, e sinto de coração não haver podido, em obediencia ao meu dever, servir melhor á Companhia e á Patria com os pequenos recursos de que aqui dispunhamos para esta empreza. Entretanto tomei inteiro conhecimento da praça de modo a poder de novo tentar a empreza, si Deus Omnipotente o permittir, e as Camaras concordarem em enviar-me uma bôa tropa de soldados capazes. As despezas feitas com esta expedição não pesarão á Companhia, pois serão abundantemente compensadas pelas presas de 400 negros, assucar e uma barca hespanhola carregada de toda a sorte de mercadorias. Ha apenas que lamentar a perda de tantos bravos officiaes e bons soldados.

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Antonio Vaz, em Pernambuco, 29 de Junho de 1638.

VIII

Senhores.

Tive a honra de receber a vossa missiva de 18 de Março, da qual deprehendi com grande prazer vos terem agradado os pequenos serviços que, em cumprimento do meu dever e com o auxilio de Deus, aqui tenho prestado; podeis estar certos de que o meu unico e maior contentamento neste mundo é servir a vós e á Patria, e rogo a Deus Omnipotente me conceda para isto sabedoria afim de que possa, durante o tempo que vos approuver manter-me no governo, assim continuar a dar-vos satisfação. E talvez tivesse melhor desempenhado o meu dever não nos faltasse aqui os meios e a gente, como sem duvida haveis de ter visto da minha ultima missiva; e por causa da mencionada falta de gente nada poderemos emprehender este verão contra o nosso inimigo e até mesmo nos manteremos com difficuldade na defensiva. Desde que a Companhia poz pé no Brasil a situação neste nunca foi tão precaria. Espero que sabereis pôr ordem nisto, afim de que as Camaras ainda em falta sejam compellidas a completar as suas

quotas; enviamos aos XIX uma lista pertinente ás que ainda estão em falta.

E' summamente para lamentar que a Companhia comece a esmorecer em occasião tão impropria, porquanto agora é que ella vae, com o auxilio de Deus, principiar a gozar da riqueza do Brasil, visto como este verão, si Deus nos preservar dalguma invasão inimiga, terá de receber tres milhões de florins, e no anno vindouro, segundo a opinião de todos os portuguezes, o duplo desta quantia. Desejaria que conhecesseis exactamente o Brasil, pois assim providenciarieis de modo a sermos providos de tudo, tanto mais quando daqui se póde causar grande damno ao rei de Hespanha.

Nada mais tendo a communicar-vos desta vez, rogo ao Altissimo vos conceda um longo e feliz governo, e permaneço sempre

Vosso humilissimo e leal servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Antonio Vaz em Pernambuco, 30 de Setembro de 1638.

IX

Senhores.

Como vos prouve commetter-me, sob o vosso soberano governo, a administração destas conquistas do Brasil afim de empregar o mesmo Estado e as armas na defeza do territorio conquistado e na ulterior dilatação dos seus limites, assim julguei de meu dever não vos deixar na ignorancia da situação em que se acha este Estado no que diz respeito á milicia, para que em tempo algum me seja imputado haver faltado ao meu dever para comvosco neste particular. Por isto a minha intenção na presente é informar-vos da fraqueza das tropas aqui no intuito de conseguir que, com a vossa grande sabedoria e habitual desvelo, estendaes a vossa mão benefica para a reparação e restauração das mesmas, afim de tornar possivel a manutenção,

conservação e augmento deste Estado e a prosperidade da Companhia das Indias Occidentaes.

Não descuramos de representar, de tempos em tempos, aos Nobres Senhores Commissionados á Assembléa dos XIX como as nossas forças militares iam sempre diminuindo e reduzindo-se, já em consequencia dos muitos soldados que pereceram em varias occasiões, já de outros fallecidos de molestias, e tambem por causa dos que em todos os navios daqui seguem para a Patria, tendo servido neste paiz não só o seu tempo de engajamento de quatro, mas mesmo cinco, seis e sete annos, ou que tendo continuado invalidos tem sido licenciados e enviados para a Patria ou dispensados do serviço e liberados. Assim como ha um grande numero delles que, já tendo servido mais de cinco annos não supportam sem murmurar a demora da sua baixa, os quaes vamos acalmando com bôas palavras, mas não poderemos conter mais por muito tempo.

Accresce ainda que precisamos occupar os lugares que conquistamos e livramos do inimigo, principalmente Serinhaem e de Porto Calvo até o rio S. Francisco inclusive, garantindo-os com guarnições novas.

Tudo isto tem enfraquecido tanto o nosso exercito que si não nos chegarem de prompto soccorros notaveis, não seremos capaz de emprehender o principal do que nos resta fazer para fortalecer e garantir esta conquista: a tomada da Bahia; sobre isto ha um anno nos chegaram cartas dos Nobres Senhores da Assembléa dos XIX, nas quaes se nos promettia auxilios importantes que, por officios da Camara de Amsterdam ás outras Camaras, ainda foram augmentados.

Esperando estes soccorros passamos todo o verão findo sem que, com grande pezar nosso, realisassemos o principal, de modo que vendo que mesmo os poucos soccorros chegados vinham tão lentamente que não era sufficientes para preencher os claros das nossas tropas e que ao contrario diariamente ficavamos mais fracos, deliberamos, afim de não deixar escapar o ensejo e a estação sem nada tentar, e lançando mão de tudo ou até de mais do que o Estado podia prescindir da nossa milicia e reunindo todas as nossas tropas, fazer uma tentativa sobre a Bahia, deixando as nossas guarnições muito desfalcadas, não sem cuidado, mas confiando nos soccorros especiosamente pro-

mettidos que, não duvidavamos deveriam chegar brevemente, pois, sem esta esperança e confiança não teriamos de tal modo enfraquecido as nossas guarnições.

Reunindo todas as forças ainda assim não podemos sair a campo com mais de 3300 a 3400 homens, com os quaes, e tambem em nome de Deus, quizemos fazer uma tentativa sobre a Bahia, porquanto foramos informados de que as forças do inimigo nos permittiam atacal-a com exito. Mas, chegando em frente a ella achamos que não só era muito mais forte em soldadesca do que suppuzeramos, mas que recebendo enorme concurso dos habitantes armados, o inimigo tornava-se-nos notavelmente superior e assim fomos obrigados a operar uma grande retirada, sem contar a perda das vantagens que já haviamos obtido sobre o inimigo conquistando-lhe os fortes de S. Bartholomeu, S. Felippe e Santo Alberto, de cuja retirada esteve pendente a sorte de todo o estado do Brasil. Tendo chegado novamente aqui encontramos as nossas tropas ainda no mesmo estado ou antes muito mais enfraquecidas durante a nossa expedição, porquanto no intervallo não haviam chegado soccorros alguns de importancia e uma bôa porção dos nossos tinha ficado diante da Bahia. E para maior enfraquecimento ou para destruição total da nossa milicia chegou-nos ainda pelo mesmo tempo ordem e mandato dos XIX, com officio de Sua Alteza, para mandarmos o almirante Cornelis Corneliszoou Jol com tantos navios, marinheiros e soldados ás Indias Occidentaes, cuja ordem e o officio de Sua Alteza não devendo menosprezar enviamos para mais de seiscentos soldados com todos os nossos melhores navios e hiates sob o mesmo almirante, confiando novamente na promessa dos XIX de nos mandar outras tropas para as praças, de modo que ficamos completamente ausentes do mar e em terra tão impotentes que no caso duma surpreza do inimigo vindo de Portugal não seriamos capazes de defender os nossos fortes com as guarnições.

Nunca duvidamos que a Companhia, sabendo principalmente das nossas repetidas cartas, que assim nos despojava das nossas melhores tropas, pensasse em mandar novos e notaveis soccorros, com os quaes e com o auxilio de Deus, no proximo verão podessemos garantir o Estado da mesma Companhia. Mas, ao contrario, não só não nos vieram recrutas dignos de consideração, como não pode-

mos saber de cartas ou de informações da gente aqui chegada si ahi foi tomada alguma deliberação de mandar gente e algumas Camaras escrevem haverem completado as suas quotas com os soldados já enviados, de modo que parece pouco temos a esperar.

Procurei aqui seriamente saber qual a gente que cada Camara deve ainda fornecer por conta do seu restante e a que têm enviado depois de resolvida a remessa de soccorros apoz a minha partida, e de tudo enviei aos Nobres da Assembléa dos XIX uma lista da qual se evidencia o retrahimento das Camaras.

Achamos que entre os restantes e os que pelas novas resoluções ainda falta mandar, ha mil e duzentos homens, aos quaes cumpre accrescentar os seiscentos soldados enviados para as Indias Occidentaes, que os mesmos senhores prometteram restituir-nos, faltando portanto mil e oitocentos soldados.

Não é bastante que na Patria se tomem bôas resoluções; mas, urge tambem que ellas sejam executadas e não negligentemente mas com presteza. De nada nos serve que num anno se delibere e só no seguinte se nos envie o resolvido; os primeiros recrutas já se acham consumidos quando chegam os ultimos, de sorte que por este meio não ficamos fortalecidos nem mesmo lentamente, porque os soccorros primeiramente remettidos não são aptos aos nossos propostos designios e por isso tem que esperar pelos que chegam depois, isto é um anno mais tarde, e assim tornam-se ambos infructiferos e baldadas as despezas feitas, com o que a Companhia vae geralmente consumindo-se por partes a si propria. Os soccorros necessarios á realisação desta guerra devem ser todos enviados ao mesmo tempo e com presteza por todas as Camaras duma só vez, afim de que aqui chegando simultaneamente, antes de dissipados, realisem com poder os nossos projectos, o que não se effectuará se continuarem, como agora acontece a serem enviados tão parcamente.

E' meu officioso pedido que vós, com a vossa grande sabedoria, querais tomar a peito o progresso desta causa, para prosperidade da Patria e conservação da Companhia das Indias Occidentaes.

Temos aqui necessidade de 4000 homens, exclusive dos da lista junta, para completar as nossas guarnições, e

não contamos nem approximadamente com este numero, de modo que vindo sobre nós de Portugal um inimigo poderoso teriamos bastante que fazer só com defender os nossos fortes.

Mas o que effectuaremos si apenas podermos defender, e ainda assim mal os nossos fortes, quando estes não podem proteger o paiz, pois, não fecham desfiladeiros nem podem impedir o inimigo de por toda a parte e a seu bel prazer entrar no paiz e marchar atravez delle?

O inimigo então talando os campos ou sublevando contra nós os moradores e fechando-nos nos nossos fortes, occasionará a extrema ruina da Companhia, porquanto a mesma não poderia de subito remetter as tropas necessarias para fazer-lhe frente e teria que retirar-se infructiferamente do paiz.

E alem do prejuizo da Companhia das Indias Occidentaes que grandes prejuizos não resultariam para os negociantes particulares e consequentemente para a Patria da tomada ou ruina do paiz onde tem empregado tantas centenas de milhares de florins na cultura, construcção e levantamento dos engenhos, ao ponto de ser bem possivel que os seus capitaes igualhem aos da Companhia?

Portanto á conservação da Companhia das Indias Occidentaes e á manutenção desta conquista urge podermos defender o paiz contra os nossos inimigos, e para este fim faz-se preciso estarmos em condições de sair a campo; calculamos que a Companhia, tanto para as guarnições como para formar um corpo expedicionario necessita primeiramente manter aqui nada menos de sete mil homens, que mais tarde quando a terra estiver mais bem povoada com habitantes da Neerlandia, poderá este numero ser reduzido pouco a pouco. Assim é que solicito que me sejam enviados com brevidade 3600 homens para com as tropas que ha aqui e que diariamente se reduzem, juntos prefazerem sete mil homens, sem contar os pequenos soccorros que antes do recebimento destes possam aqui chegar, porquanto estes mal chegarão para preencher os claros causados pelos mortos.

Considero bem que a Companhia, depois de tantos annos de guerra sem proveito, deve achar-se consideravelmente atrazada e que este pedido ser-lhe ha muito oneroso; mas, estamos de véras compromettidos e recuar agora será

apressar a ruina total, portanto cumpre proseguir e antes correr pelo meio do fogo do que abandonar a empreza.

E' preferivel invidar todos os esforços ainda agora para salvar tudo o que se despendeu a tudo perder por falta de coragem.

Si a Companhia mantiver bem esta conquista ainda este anno, ella estará definitivamente assegurada, com o auxilio de Deus e assim não só salvar-se ão todos os capitaes despendidos como tambem ainda tirar-se-ha grandes riquezas desta terra. Caso não venha sobre este paiz alguma calamidade, ainda no corrente anno remetteremos á Companhia tres milhões de florins, valendo ainda mais ahi na Patria, renda esta que de anno a anno irá augmentando de sorte que não é agora a occasião da Companhia esmorecer.

No mar tambem estamos impotentes, como já anteriormente de alguma forma indiquei, e não sabemos se nos serão mandados alguns navios poderosos; os navios ultimamente chegados tem vindo tão mal providos de marinheiros que estes nem chegam para manobral-os bem, e no mesmo estado acham se todas as embarcações estacionadas nesta costa, de modo que fomos obrigados a guarnecel-as com mais de trezentos soldados afim de completar-lhes as tripolações e poder envial-os a cruzar em frente á Bahia, para onde ainda proximamente teremos de mandar mais algumas embarcações para prehencher o numero de dez velas, tanto navios como hiates, cruzando ali, o que é tudo o que existe nesta costa, assim mesmo aprestados a custa de grande trabalho e pezados reparos, porquanto são todos navios velhos e completamente estragados.

Comquanto pareça haver a Companhia resolvido manter aqui um grosso de navios capitaes e que nos escrevam, que, em emergencias como a presente, nos servissemos dos navios chegados e a sair, semelhante deliberação pouco nos aproveita, pois estas embarcações são de ordinario pouco convenientes, mal tripoladas, mal equipadas e de nenhum poder contra navios taes quaes os que o inimigo traria a esta costa.

Oxalá uma triste experiencia não nos venha a ensinar quão mal avisados andaram os que assim despojaram esta costa de navios.

Já fizemos ver á Companhia, e continuamos affirmando, que para esta costa devem ser mandados dezoito navios capitaes, os quaes fazendo vela da Patria em Abril e Maio aqui poderiam aportar em Agosto ou Setembro, e conservando-se nesta costa durante o verão até Março e Abril, afim de prestarem serviços de guerra no caso de vir alguma frota de Portugal, o que provavelmente só acontecerá dentro daquelle praso, regressariam então para a Patria bem carregados com assucar e assim dariam á Companhia com segurança bonitos lucros.

Eis tudo o que julguei necessario communicar-vos, esperando que por vossa interferencia a causa da Companhia seja dirigida de forma a concorrer para a prosperidade da Patria e a assegurar o futuro da mesma Companhia.

Não querendo interromper as vossas importantes occupações com mais extenso discurso, entrego-vos aos paternaes cuidados do Altissimo, qualificando-me de

Vosso humilde e leal servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Antonio Vaz em Pernambuco, 6 de Outubro de 1638.

X

Senhores.

Tive a honra de receber a vossa carta de 1 de Setembro passado, da qual deprehendi que as minhas anteriores informações escriptas vos agradaram e na qual me ordenais que prosiga com ellas, o que sem falta cumprirei. Desejaria de coração em lugar de sempre dar-vos más noticias, participar-vos novas agradaveis; mas, parece que os srs. accionistas não nos querem dar motivo ou materia para fazel-o, pois não attendem ás nossas queixas e repetidas cartas, de sorte que não podemos evitar recriminações afim de que indo as cousas mal, da noute para o dia, não se nos lance a culpa sobre a cabeça.

Por isso envio-vos junto com a presente listas tanto das nossas tropas como dos navios, marinheiros, viveres,

petrechos de guerra, equipamentos e materiaes, para que possais ajuizar quanto periga a conservação deste paiz que é a alma da Companhia, a prosperidade da mesma e a fortuna de tantos particulares.

Deprehendo do vosso officio, bem como do dos XIX, que o coronel Artischofsky, general de artilharia, vem para aqui com 2700 homens, o que não é sufficiente para preencher os claros das nossas tropas velhas ; aquelles fingem assim cumprir o seu dever e ganham ahi na Patria grande renome, mas, nós aqui pouco poderemos realisar com isto. Soubemos aqui com pezar haver falhado o golpe sobre a frota da prata por culpa duma porção de picaros que não quizeram fazer o seu dever; espero que tenhais castigado os mesmos para escarmento de outros.

Da frota que foi ás Indias Occidentaes voltaram-nos quatro ou cinco navios, os quaes na viagem de regresso encontraram a frota hespanhola, forte de trinta e tres velas, o que muito nos surprehendeu porquanto da Hollanda sempre se nos assegurou que em Portugal não se faziam preparativos para tal fim, e que S. M. o rei de França dava tanto o que fazer ao de Hespanha, que este não podia pensar em nós. Vimos o contrario quando os mencionados 33 navios, ao amanhecer do dia 10 de Janeiro ultimo, surgiram em frente ao Recife, e depois de bordejarem até o meio-dia fizeram se de novo ao mar, seguindo ao longo da nossa costa rumo da Bahia, onde o nosso almirante se achava cruzando com doze navios tanto grandes como pequenos, e ao qual cinco dias antes tinhamos avisado da chegada desta frota, pois doutra sorte facilmente poderia acontecer-lhe uma desgraça; assim elle acompanhou durante dous dias á frota inimiga e ficou ali até que todos os navios houvessem entrado na Bahia. Varios dos nossos navios encontraram no mar um oito e outro nove velas da mencionada frota que della se haviam desgarrado, e entre aqui e a Bahia ainda deram com uma outra de modo que ao todo ali devem ter chegado de 46 a 48 velas.

Do numero de soldados que conduzem ainda não podemos ter certeza; alguns fallam em cinco mil outros em oito mil homens. Os prisioneiros feitos em terra pelo nosso almirante informam isto, dizendo que todos os navios chegados á Bahia antes destes foram carregados com farinha ; que tambem todos os soldados são diariamente

exercitados e as suas armas reparadas afim de a um tempo nos atacarem.

Tendo noticia desta frota provi a toda pressa os nossos fortes de soldados, viveres e munições quanto nos permittiam os nossos parcos recursos, e reuni á mão o pequeno resto da tropa afim de fazer frente ao inimigo e rechassal-o e repellil-o tanto quanto nos fosse possivel. Mas, qual a resistencia que podemos oppor-lhe facilmente se infere das listas annexas. Eu não sou mais do que um homem e só não posso lutar contra tão grande poder; entretanto hei de, com o auxilio de Deus, fazer o meu dever e provar com acções que viverei sempre e morrerei como um leal servidor da Patria.

Vendo que graças a esta frota a Bahia se acha tão reforçada de gente e provida de todo o necessario, receio que aos srs. accionistas passe a vontade de conquistal-a, porquanto agora serão precisos, para sitial-a mais gente e maiores despezas do que anteriormente quando com pouco ter-se-ia podido fazel-o, bastando para isto apenas dous mil homens.

Nesta opinião me fortalece a experiencia diaria, porquanto vendo como se mostram descuidados por conservar aquillo que tanto lhes custou, o que farão para conquistar mais a não ser que isto nada lhes custe, e penso que d'ora avante aqui nada me resta fazer senão conservar alguns fortes; mas, não quero crer que me tenhais escolhido uma tão longiqua e perigosa commissão para que eu gaste o meu tempo como um covarde dentro dum forte.

E' por isso meu humilde requerimento que vos digneis de conceder-me a honra e o favor de dispensar a minha pessoa deste serviço e permittir o meu regresso para a Patria, onde espero conseguir como coronel mais do que aqui como general, pois neste paiz facilmente poderei perder, por culpa de outros, a pouca honra para manutenção da qual tenho trabalhado toda a minha vida e ainda trabalho e de bom grado não devo arriscar-me a semelhante desventura.

Confio em vós que o meu pedido será tanto mais promptamente satisfeito, quanto o coronel Artischofsky, que para aqui deve vir, é bastante apto para o trabalho que aqui ha a fazer, maxime agora que, graças a Deus, tudo está posto em bôa ordem, e isto emquanto não hou-

verdes nomeado nomeado outro para o meu lugar. Eu acolherei o deferimento do meu pedido não só como um vosso grande favor, mas tambem como recompensa dos serviços que, nos limites das minhas forças, tenho lealmente prestado á Patria durante vinte annos, e continuarei a prestar emquanto Deus me conceder vida.

Vosso obediente e leal servidor

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

Antonio Vaz, 18 de Fevereiro de 1639.

Annexa a esta carta achava-se uma lista contendo o seguinte :

NUMERO DAS TROPAS : — 46 companhias constando de tres mil oitocentos e vinte homens, quinhentos dos quaes estão incapazes de marchar. Alem destes 500 doentes e estropeados, vão neste navio para a Patria 90 homens e ficam portanto aqui na terra 3230 soldados sãos, com os quaes cumpre ainda guarnecer os navios que saem ao mar.

MAURICIO, *Conde de Nassau.*

NAVIOS E HIATES EXISTENTES NA COSTA DO BRASIL

Amsterdam : — 7 navios armados com 190 peças e tripolados por 329 homens ; 7 hiates, com 28 peças e 133 homens.

Zelandia : — 4 navios com 94 peças e 183 homens ; 2 hiates com 8 peças e 41 homens.

Maas : — a Eendracht com 44 homens.

A região do Norte : — a Grouwe Wijf com 43 homens.

Groningen : — 2 navios e 1 hiate com 50 peças e 144 homens.

(Continúa.)

O PASSO DO FIDALGO

Em um artigo nosso sobre o *Arraial Velho*, publicado no *Jornal do Recife* de 6 e 7 de Setembro do anno findo, dissemos, enumerando os diversos reductos que os hollandezes levantaram em 1635 para assediarem o forte real do Bom Jesus, que figurava um no *Paço do Fidalgo*, hoje Sant'Anna, nas immediações do Arraial, onde campeava aquelle forte.

Motivando aquelle nosso escripto, bem como mais dous outros, uma polemica com alguem, cuja individualidade não vem ao caso declinar, escreveu-se sobre esse particular em um artigo publicado n'*A Provincia* de 25 do referido mez de Setembro, que nós revelavamos ignorancia porque escrevemos — Paço do Fidalgo com ç quando deviamos escrever com ss,— e accrescentou se:

« Paço como S. S. escreve, significa habitação regia, e onde foi edificada essa habitação, em que lugar de Sant'Anna?

« Não, Sr. Dr. Pereira da Costa, Passo, como eu escrevo, *quer dizer passagem*, e era por alli que o fidalgo que o Sr. não sabe quem era, fazia o seu caminho. »

Em artigo publicado no mesmo *Jornal* em 4 de Outubro, discutimos o assumpto, demonstrando que *paço* não significa sómente habitação regia, e concluimos em justificativa do modo porque assim escrevemos, baseando-nos principalmente na carta *Mauritiopolis Reciffa et circum iacentia castra*, consignada por Gasp. Barleus na sua obra, que tratava-se da casa nobre de um alentado fidalgo, do seu paço, e de modo algum de *uma passagem ou caminho*.

Vem de novo o nosso contendor n'*A Provincia* de 8, e diz em substancia, que: — o que queria liquidar, restabelecendo a verdade historica, é que alli (em Sant'Anna) não houve absolutamente a casa nobre do alentado fidalgo, como sustentamos apoiados em Barleus; e que, como affirmou no seu primeiro artigo e continuava a affirmar ainda, *era por alli que o fidalgo fazia a sua passagem;* e conclue, que — « em uma obra que está em elaboração explicará

minuciosamente este ponto ainda não sabido da historia pernambucana. »

E assim ficou a questão.

Nós porém, não nos conformamos com aquella como que decisão dogmatica, procuramos estudar detidamente o assumpto, e encontrando valiosissimos subsidios historicos que o esclarecem perfeitamente, vimos trazer á luz da publicidade essas nossas investigações, que chegam a este resultado : — não se trata como suppunhamos, de um paço, ou habitação de um fidalgo, situado em Sant'Anna, cujas terras pertenciam então ao engenho Casa Forte, mas sim de um *passo*, ou armazem de recolher generos coloniaes para embarques, o qual existia naquella localidade em 1630, como outros mais em situações diversas ; e portanto, como quer o nosso contendor, — *Passo do Fidalgo* não indica a passagem ou caminho por onde certo fidalgo, *que nós não sabemos quem era e como se chamava*, fazia a sua passagem.

Eis agora o resultado dos nossos estudos, para cujo fim se torna necessario a explanação de uns tantos antecedentes historicos, que convem conhecer para completa elucidação do assumpto.

Frei Vicente do Salvador na sua *Historia do Brasil*, escripta na segunda decada do seculo XVII, descrevendo o porto do Recife, quando trata da *Capitania de Pernambuco*, refere, que para o serviço de carregamento dos navios — « está alli uma povoação de 200 visinhos com uma freguezia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas, *e os passos de assucar, que são umas logeas grandes, onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.* » (*)

Fica portanto, demonstrado desde já o que significava *passo* entre nós, uma vez que lexicographo algum dá ao vocabulo aquella accepção, nem mesmo os mais antigos como Bluteau e Viterbo.

A noticia mais remota desses passos em Pernambuco, se encontra na carta de doação de um terreno situado no Recife, nas immediações da capella do Corpo Santo, passada em Olinda por Felippe Cavalcanti capitão loco-tenente

(*) Obr. cit. pag. 45, nos —Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro—, vol. XVIII de 1885-1886, Fasc. n. 1.

do donatario Jorge de Albuquerque, em 17 de Setembro de 1590, em cujo instrumento doava elle a Gaspar Dias — « uns chãos no dito Recife entre as casas onde vive e o Passo de Fernão Soares, nos quaes tem feito suas casas. » (*)

O referido Gaspar Dias construiu naquelle seu terreno umas seis casas e armazens, nos quaes — tinha a sua balança de pesar caixas de assucar e outras drogas.

Poucos annos depois, em 1597, pretendendo Antonio de Albuquerque, da familia dos donatarios de Pernambuco, construir um passo no bairro do Recife, requereu a camara de Olinda a necessaria licença, bem como o aforamento perpetuo dos salgados ou alagados do mesmo bairro para os aterrar e levantar o referido passo, ponderando em sua petição — « que muitas pessoas sem licença, fazendo casas e *passos para recolherem generos*, prejudicavam os interesses da fazenda real, pelo que, pedia elle o aforamento dos salgados do Recife para fazer um passo, com sufficiencia para deposito geral de todos os generos, com o fim de não prejudicar os interesses de el-rei. »

Em sessão de 7 de Novembro do referido anno de 1597 concedeu a camara o solicitado aforamento, mediante a imposição de vinte mil reis annuaes, e a 17 do mesmo mez foi lavrada a competente carta de aforamento perpetuo firmada pelos vereadores Pedro de Abreo de Vasconcellos, Ignacio do Rego, Duarte de Sá e Domingos Gomes de Abreo, e pelo escrivão da camara João Velho Prego, cujo acto foi depois submettido a approvação regia e confirmado por Provisão de 6 de Fevereiro de 1601. (**)

O nosso Bento Teixeira descrevendo nos seus Dialogos das grandezas do Brazil (1618) o *modo de se fazer o páo-brasil* em Pernambuco, diz, que, derribada a arvore, e tirado todo o branco, porque no amago della está o brasil, depois de limpo se ajunta em rumas e o conduzem em carros — *até o porem nos passos, para que os bateis os possam vir buscar;* e que depois de *posto no passo*, vendem por preço de sete e oito tustões o quintal, e ás vezes por mais,

(*) Autos de uma questão de reivindicação de um predio na rua dos Judeus, hoje do Bom Jesus, entre a viuva de João Fernandes Vieira e o capitão João de Oliveira. — Archivo do Inst. Arch.

(**) Mello Moraes, —Chronica Geral do Brasil—, T. I, pag. 191.

no que se grangea grande copia de dinheiro, e por este modo se tem feito muitos homens ricos. (*)

E' desses passos ou armazens de deposito de generos coloniaes, os quaes vinham já de epocha anterior, a que se refere Gabriel Soares no seu *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*, ao occupar-se do burgo do Recife, em cujo lugar — « vivem alguns pescadores e officiaes da ribeira, e estão alguns armazens em que os moradores agasalham o assucar e outras mercadorias. »

Esses passos ou armazens foram incendiados em 1630, porque, como diz o general Mathias de Albuquerque em carta dirigida ao rei em 18 de Fevereiro daquelle anno, dando conta da invasão hollandeza, — « pareceu que convinha pegar fogo a 24 navios em que havia mais de oito mil caixas de assucar e muito pau de Brasil, algodão e tabaco, e assim queimei todas as casas em que havia assucar, em que haveria mais de outras oito mil caixas e muito pau e tabaco, que tudo valeria bem um milhão e seiscentos mil cruzados (**), para que o inimigo perdendo as esperanças de um tão grande sacco, pois era tudo o que havia nesta capitania, se desanimassem seus soldados que viessem commettel-o. »

Na escriptura de instituição da capella de Nossa Senhora dos Prazeres, erecta sobre os memoraveis montes Guararapes, cujo instrumento foi lavrado em Olinda no dia 8 de Novembro de 1656, figuram entre os bens doados pelo governador e capitão general Francisco Barreto de Menezes, para a constituição e manutenção da capella — *dous passos de receber assucar, sitos neste Recife*, — doação essa que consta ainda das verbas ns. 255 e 256 do inventario dos predios construidos pelos hollandezes, e se declaram *uns armazens situados na travessa da rua dos Judeus* (hoje Bom Jesus) *que vai para o mar*, rendendo um 70$000 e o outro 50$000 annuaes.

Feita a referida doação ao mosteiro de S. Bento de Olinda, ainda hoje pertencem aquellas propriedades ao mesmo mosteiro, as quaes são precisamente os predios ns.

(*) Obr. cit., Dialogo terceiro, Rev. n. 32 do Inst. Arch. p. 24.

(**) 640:000$000, quantia avultadissima para a epocha.

1 e 3 da rua dos Tanoeiros, que tem presentemente o nome official de *Alvares Cabral*.

Encontra-se, emfim, ainda reminiscencia de um passo existente no Recife em meiados do seculo XVIII, no nome primittivo da rua do Codorniz, hoje de Mariz e Barros, a qual, segundo um documento de 1745 é mencionada com a denominação de *Rua do Passo do Codorniz*.

A' exemplo dos passos do Recife, e para facilitar o transporte e deposito de generos coloniaes destinados á exportação, levantaram-se outros passos em localidades diversas, mas de facil communicação fluvial, os quaes recebiam os productos, que depois eram transportados em embarcações apropriadas para o porto do Recife onde ancouravam os navios.

Desses passos temos noticias mais ou menos circumstanciadas dos seguintes : — o Passo da Barreta, de Santa Cruz do Giquiá, e o do Fidalgo, em Sant'Anna ; e apenas simples indicação, do *Passo Grande*, em Itamaracá, e de um outro em Itapissuma, que existiam em 1638, sem contar com o de Camaragibe, em Alagôas, que então pertencia a Pernambuco.

O Passo da Barreta, em Afogados, foi construido em epocha anterior á invasão hollandeza, em 1630, e estava situado ao norte da Ilha do Nogueira, em frente a uma abertura dos arrecifes conhecida pelo nome de *Barreta de S. José*, que dá passagem a pequenas embarcações.

Confiscada a propriedade pelos hollandezes, era a sua renda, proveniente das imposições de armazenagem e embarque dos generos, arrematada em hasta publica, e em 1638, a importancia desse arrendamento do *Passo da Barreta entre o Recife e o Cabo*, foi feita por 2,556 florins como consta de uma relação dos impostos arrematados naquelle anno.

Depois da restauração, ao que parece, ficou o passo pertencendo á fazenda real, porquanto, perante a mesma foi arrematado em 1746 por Agostinho Cardoso Moreno, que tomando posse da propriedade foi residir com sua familia em uma casa de vivenda que havia annexa ao mesmo passo, cuja carta de arrematação o Instituto possue em seu archivo.

Succedeu a Agostinho Cardoso Moreno na administração e propriedade do passo, seu genro José da Cunha

Bezerra, casado com sua filha unica D. Clara Francisca Xavier, de cujo consorcio houve uma unica filha D. Anna Maria da Exaltação da Cunha Bezerra — *que nasceu no Passo da Barreta cuja propriedade então pertencia á seu pai.* (*)

Do passo da Barreta é só o que consta.

O *Passo de Santa Cruz do Giquiá*, situado á margem do rio do mesmo nome, era talvez mais antigo que o da Barreta, e acaso contemporaneo á fundação de um engenho de assucar que alli houve, denominado S. Thimoteo, que vinha de fins do seculo XVI, engenho esse que depois recebeu o nome de Santo Antonio.

O engenho do Giquiá, de cujas terras se encontra uma demarcação judicial procedida em 12 de Outubro de 1598 pelo ouvidor Jorge Camello, teve como um dos seus primeiros proprietarios o fidalgo madeirense Francisco Berenguer de Andrada, que depois o vendeu a Antonio Fernandes Pessôa, natural de Pernambuco, filho do abastado colono Pedro Affonso Duro. A's terras do engenho annexou Fernandes Pessôa uns partidos que herdara de seu pai, e outras terras mais que comprara a Jeronymo Paes de Azevedo senhor do engenho Casa Forte, e a João Gonçalves Carpinteiro.

O engenho do Giquiá safrejou até meiados do seculo XVIII, e da sua existencia nem mais vestigios restam pelo desapparecimento da capella, casa de vivenda e edificios da fabrica e senzala.

A propriedade do passo do Giquiá, era porem, distincta da do engenho, porquanto em 1697 pertencia ao Padre João de Lima e Abreo; e o engenho, na mesma epocha, aos herdeiros do capitão Antonio Borges Uchôa, que o comprara por escriptura de 3 de Março de 1657, e em cuja familia perdurou por largos annos.

O referido Padre Lima e Abreo, que falleceu em 1697, instituiu um vinculo encapellado na sua propriedade do Passo do Giquiá, e dada depois a sua dissolução em virtude da decretação da lei de extincção dos morgados e vinculos em 6 de Outubro de 1835, foi a propriedade dividida entre

(*) Rev. n 22 do Inst. Arch. pag. 658.

os herdeiros de Vicente Ferreira de Meira Lima, seu ultimo administrador.

E' talvez dessa epocha que vem a decadencia da propriedade do Passo de Santa Cruz do Giquiá, a qual, constava não sómente do passo ou — trapiche de embarque de caixas de assucar, madeiras e outros objectos que entravam para a praça do Recife ou sahiam para differentes engenhos e outros lugares, — como tambem de uma capella, com um grande cruzeiro de marmore em frente, um bom sobrado de vivenda dos proprietarios, varias casas de moradores situadas nas immediações do passo, terras e logradouros para criação de gado, assim como de escravos, bois, carros e muitos outros objectos de serviço do trapiche.

Do Passo de Santa Cruz do Giquiá resta apenas uma reliquia memoravel. — O cruzeiro de marmore da capella o qual jazendo por terra e abandonado por muitos annos, foi em solemne procissão conduzido pelo povo para os Afogados em 1868, e levantado sobre um pedestal em frente á igreja matriz de Nossa Senhora da Paz, pelo missionario capuchinho Frei Fidelis de Fognano. (*)

Passo do Fidalgo.

Estava situado á margem esquerda do Capibaribe, em Sant'Anna, cujas terras pertenciam ao extincto engenho da Casa Forte.

Desse estabelecimento, trata precisamente o hollandez Adriano Verdonck, em uma memoria sob o titulo *Descripção das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande*, apresentada ao Conselho Politico do Brasil em 20 de Maio de 1630, cujo trabalho acaba de ser traduzido pelo nosso illustre amigo e confrade o Dr. Alfredo de Carvalho, e vem impresso na Revista n. 55 do Instituto Archeologico; e cumpre observar desde já, que Verdonck escreve com inteiro conhecimento das cousas de que trata, porque residia em Pernambuco desde os annos de 1618, em completa intimidade com os portuguezes, conhecia a lingua vernacula, e era um homem intelligente — e perfeito conhecedor da situação e dos recursos do paiz.

(*) V. o Relatorio de uma commissão do Inst. Arch. sobre o cruzeiro da capella do Passo do Giquiá, na Rev. n. 18, pag. 379.

Diz elle, em sua interessante e minuciosa memoria quando trata da *Matta do Brasil*, isto é, da matta do páo brasil, e do povoado de S. Lourenço, proximo á mesma, de cuja circumstancia, vem a sua denominação de *S. Lourenço da Matta*, o seguinte: — « Neste lugar de S. Lourenço fazem tambem muito páo-brasil alem do que para alli é levado para ser transportado em outros carros para o *Passo do Fidalgo*, distante de Pernambuco cerca de duas milhas, e para onde se vai em barcas que sobem o rio. »

Isto é claro e positivo, e não precisa de argucia alguma para comprehender-se que o escriptor falla do páo brasil cortado em S. Lourenço, dalli transportado em carros para o *Passo do Fidalgo*, e recolhido ahi, para depois descer pelo Capibaribe para o Recife (Pernambuco) em barcas de transporte.

Está portanto, perfeitamente caracterisado o passo, e firmada a sua existencia já em 1630, como um desses muitos de que trata o historiador Frei Vicente do Salvador: — *umas logeas grandes onde se recolhem os caixões de assucar até embarcarem nos navios.*

Em 1635, quando os hollandezes assediaram o forte real do Bom Jesus, no Arraial, occuparam o Passo que chamavam *do Fidalgo*, como refere o marquez de Bastos nas suas *Memorias*, o qual estava situado — « a tiro de mosquete do mesmo Real, e já d'aquem do rio Capibaribe, custando-lhe isto muita gente, porque os nossos pelejaram por mais de tres horas, para impedil-o, mas não foi possivel. Com esta posse ficava-lhes seguro a conducção de abastecimentos e munições pelo rio Capibaribe, que lhe passava junto. »

Temos, portanto, convenientemente demonstrado o que se entendia então por *Passo do Fidalgo*, e precisamente fixada a sua posição.

Liquidado esse ponto por documentos incontestaveis, como importam o testemunho daquelles dous escriptores coevos, que escreveram o que viram e presenciaram, no proprio theatro dos acontecimentos, resta agora saber quem era esse fidalgo proprietario do passo de Sant'Anna, de cuja circumstancia vem a sua denominação de *Passo do Fidalgo*.

A questão não é difficil de resolver, descendo-se a

umas tantas minudencias historicas sobre o engenho Casa Forte.

Vejamos essas minudencias.

As terras de Casa Forte, conjunctamente com as de Beberibe e uma parte dos terrenos da Varzea, formando um só e extenso tracto, foram doadas por Duarte Coelho, primeiro donatario de Pernambuco, a Diogo Gonçalves auditor da gente de guerra da capitania, á titulo de dote, por occasião do seu casamento com D. Izabel Fróes, afilhada ou protegida da rainha D. Catharina mulher de D. João III, cuja senhora viera de Portugal em 1535 em companhia de D. Brites de Albuquerque esposa do donatario Duarte Coelho quando veio elle fundar a colonia, com recommendações da referida rainha para — « a sua accommodação, ao que generosamente satisfez D. Brites, casando-a com o dito auditor e dando-lhe em dote as terras de Beberibe onde fundou os engenhos da Casa Forte, Beberibe e Santo Antonio. »

D. Izabel Fróes era uma senhora de illustre estirpe, e filha de Alvaro de Campos, um dos progenitores de Francisco de Brito Freire tenente almirante da armada real, e que governou Pernambuco desde 26 de Janeiro de 1661 até 5 de Maio de 1664, e escreveu a Historia da Nova Luzitanea, o mais veridico monumento das valerosas proezas dos pernambucanos na guerra da entrada dos hollandezes. (*)

Fundou, portanto, o auditor Diogo Gonçalves, tres engenhos em suas terras para cada um de seus tres filhos, o que ficou assim disposto:

O engenho Beberibe, para seu filho Leonardo Fróes, que ainda o possuia em 1609; mas em 1637 pertencia a Antonio de Sá, quando foi confiscado pelos hollandezes e vendido a Duarte Saraiva por dez mil florins, tendo então o engenho a denominação de *Eenkalchoven*, e anteriormente a de *Engenho Velho*, acaso por ser o primeiro que levantara o referido auditor.

O engenho Santo Antonio, situado na Varzea, foi sem duvida construido para sua filha D. Cosma Fróes, que

(*) Borges da Fonceca, —Nobiliarchia Pernambucana—, T. III, pag. 253 v.

casou-se com o coronel Pedro da Cunha de Andrade, que em 1630 commandava um terço de ordenanças em Olinda e ainda vivia em 1637, como se vê de uma relação dos engenhos situados na freguezia da Varzea, em que se menciona o de *Pedro da Cunhà de Andrade, de bois e moente.*

Aquelle engenho, por circumstancias que ignoramos, e se é certo que foi levantado pelo auditor Diogo Gonçalves para dote de sua filha D. Cosma Fróes, pertenceu depois a sua irmã D. Izabel Gonçalves, casada com Jeronymo Paes de Azevedo, a qual, já no estado de viuva, o vendeu *todo arruinado e com muito pouca fabrica* a João Fernandes Vieira, que alem da quantia porque foi comprado o engenho deu elle — « por fora disto a D. Anna Paes (filha de D. Izabel Gonçalves), por consentir na escriptura, um colar de duzentos mil reis, e a dita Izabel Gonçalves, dous negros pescadores que valiam duzentos mil reis ; e ás seis filhas de Francisco de Brito, dous portuguezes de ouro a cada uma, e uma moleca, com o que tudo ficou aquietado e concluido ; » — como refere o proprio Fernandes Vieira na verba 35 do seu testamento.

Não consta, porem, a epocha dessa venda ; mas referindo-se Fernandes Vieira a Carlos de Tourlon, segundo marido de D. Anna Paes, naquella mesma verba testamentaria, anteriormente ao trecho transcripto, só podia ser feita essa transacção depois de 1637, quando Vieira começou a fazer fortuna entre os hollandezes, e até os annos de 1640 quando Tourlon foi deportado para a Hollanda e lá falleceu.

O engenho Casa Forte, situado no bello arrabalde do mesmo nome, cuja fabrica, casa de vivenda e dependencias campeavam precisamente na grande praça vulgarmente chamada *Campina da Casa Forte*, coube a Izabel Gonçalves Fróes, casada com Jeronymo Paes de Azevedo, os quaes já o possuiam entre fins do seculo XVI e os primeiros annos do immediato.

A' titulo de dote nupcial, passou depois o engenho a pertencer a uma filha daquelles proprietarios, D. Anna Paes, quando casou-se com o capitão Pedro Correia da Silva, *homem fidalgo*, como o chama Calado, escriptor coevo, no seu *Valeroso Lucideno*, cujo capitão tomou parte briosamente na defesa do forte de S. Jorge, no Recife, atacado pelos hollandezes em 20 de Fevereiro de 1630, e

falleceu logo depois em virtude dos ferimentos que recebeu naquella gloriosa pugna.

Mencionando o nome daquelle fidalgo, tão illustre pelo seu nascimento quão distinctissimo pelo seu valor e heroismo, desse proprietario do engenho Casa Forte, em cujas terras estava situado o *Passo do Fidalgo*, era o caso de exclamarmos agora —*Eureka!*— como o velho Archimedes; mas deixamos isso para um pouco depois, afim de proseguir no interessante estudo sobre esse legendario engenho, cujo historico, ordenadamente, apparece agora pela primeira vez, e em grande parte firmado em documentos inedictos, e em outros dados desconhecidos.

Enviuvando D. Anna Paes em 1630, não emigrou para a Bahia como fizeram as familias pernambucanas quando o invasor hollandez assenhoreou-se completamente do paiz depois da queda do forte real do Bom Jesus em 1635, e ficou residindo no seu engenho, porque talvez já fosse casada á esse tempo com Carlos de Tourlon capitão do exercito hollandez.

Este enlace da bella pernambucana D. Anna Paes, na phrase de Varnhagen, com um estrangeiro calvinista, e celebrado por um predicante, segundo os ritos da sua seita, escandalisára immenso aos portuguezes; e é talvez por esta circumstancia que vem o juizo, sem duvida severo, do autor do *Valeroso Lucideno*, sacerdote catholico e contemporaneo, chamando a D. Anna Paes — « a mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste captiveiro na capitania de Pernambuco, porque sendo filha de nobres pais, e rica, e haver sido casada com Pedro Correia da Silva homem fidalgo, por sua morte vendo-se viuva e moça se foi casar, ou para melhor dizer amancebar com um calvinista, e quiz ser recebida por um predicante desta seita, com grande escandalo do povo catholico. »

Com a chegada do principe conde de Nassau em 23 de Janeiro de 1637, que viera governar a colonia, não sabemos porque circumstancias incorreu logo Carlos de Tourlon no seu desagrado, de sorte que se viu coagido a o prender e deportar para a Hollanda, mas, cujas razões apenas sabemos que consta da acta da reunião do Conselho Supremo do Brasil de 20 de Março do mesmo anno, por communicação do mesmo principe.

Ausente D. Anna Paes de seu esposo, e acaso crimi-

nado de faltas graves, dirigiu ella uma carta ao Conselho da Zelandia, datada de 27 de Agosto do referido anno, na qual dizia ser notorio os serviços que o capitão Carlos de Tourlon prestára na conquista deste estado do Brasil, e que em vez dos grandes premios que mui justamente podera esperar, em lugar delles lhe permittiu sua fortuna o castigo de ser desterrado de sua casa e fazenda, em que vivia casado com ella, sem mais culpa que a informação que quizeram dar alguns que lhe eram pouco affectos ; e conclue solicitando a mercê de favorecer a causa de seu esposo, para que viesse elle para a sua casa e fazenda, onde podia ser de utilidade a sua pessôa e exemplo.

Na mesma data dirigiu tambem D. Anna Paes outra carta aos Estados Geraes da Hollanda, cuja recepção consta da acta da sessão dos mesmos Estados celebrada em 21 de Novembro do referido anno de 1637, fazendo iguaes supplicas; e verificado, depois de informações, que cousa alguma constava contra Tourlon, resolveram os Estados Geraes que lhe fosse permittido voltar á Pernambuco, como particular e para tratar de seus negocios, salvo se depois da dissolução daquella assembléa, se verificasse ser elle culpado em alguma cousa. (*)

Effectivamente regressou Tourlon para Pernambuco, reconciliou-se com o principe, que o nomeou capitão da sua guarda, e em 1638 acompanhou-o na mallograda expedição destinada a conquista da Bahia.

De volta da Bahia reformou Tourlon o seu engenho com cabedaes e materiaes proprios que trouxe, e como seu proprietario, varias vezes se encontra em documentos coevos a denominação de *Engenho Tourlon* dada a sua fabrica, assim como com a de *Engenho Nassau*, que elle impuzera em homenagem ao principe governador de Pernambuco.

Eram então muito intimas e cordeaes as relações de Tourlon com o principe de Nassau, do que nos resta um documento eloquente, uma carta a elle dirigida por sua esposa —a bella, rica e festejada D. Anna Paes—, enviando-lhe o presente de seis caixas de assucar branco, *não só*

(*) Rev. do Inst. Arch. n. 34 pag. 59-60.

pela obediencia que se devia aos superiores, tanto mais a S. Exc. de quem recebiam tantos favores e mercês.

Entretanto, turvaram-se de novo os horizontes daquella intimidade com o principe, Tourlon cahio no seu desagrado, e accusado mesmo de cumplice de uma conspiração com o fim de restaurar Pernambuco da dominação hollandeza, como refere o autor do *Valeroso Lucideno*, foi preso por ordem de Nassau — *com grande rigor e vituperio, e embarcado para a Hollanda, aonde morreu com morte apressada.*

A epocha em que se deu esta segunda e fatal deportação é desconhecida, porem foi posterior a 24 de Fevereiro de 1640, porquanto nesse dia apparece ainda Tourlon exercendo como que o cargo de secretario do principe, como se verifica da sua assignatura em um acto official expedido pelo mesmo principe, firmando a declaração de escripto — *Por ordem de S. Exc.*

D. Anna Paes não acompanhou a seu esposo á Hollanda, talvez por ficar gravida; e enviuvando pela segunda vez, casou de novo com um outro hollandez, Gibert de With, homem de elevada posição social na colonia como membro do Conselho Politico de Pernambuco e coronel da burguezia do Recife, o qual, em 1644 desempenhou importante missão diplomatica junto ao governo da Bahia, e sobre cujo assumpto escreveu um relatorio em 3 de Abril do anno seguinte, firmado tambem pelo seu companheiro de embaixada D. van Hoogstraten.

Calado refere-se ainda indignadamente sobre este novo enlace matrimonial de D. Anna Paes, celebrado na igreja dos francezes calvinistas por um predicante da seita, — com tanto desaforo e pouco pejo, conclue elle, que os mesmos hollandezes que acompanharam este acto e se achavam presentes, se admiravam da sua desenvoltura.

Teve então a propriedade a denominação de *Engenho de With*, mas para perdel-a dentro de pouco tempo pelo nome legendario de *Casa Forte*, o qual, apesar de extincto o engenho, conserva, comtudo a localidade, como recordação de um dos mais bellos feitos pernambucanos na memoravel campanha da restauração.

D. Anna Paes viveu ainda com o seu esposo Gibert de With por alguns annos, porem dado o facto da restauração de Pernambuco da dominação hollandeza em 1654,

em cujo termo de capitulação firmado na Campina do Taborda em 26 de Janeiro figura a assignatura de With como membro do Conselho Politico, seguiu elle logo depois para a Hollanda, deixando, porem, ficar sua esposa abandonada aos seus inimigos, porque essas duas uniões conjugaes com hollandezes, e *herejes*, como chamavam-nos, tornaram-na mal vista e odiada mesmo, tanto mais, como refere Calado talvez apaixonadamente, porque logo — « que se viu casada ou amancebada esta terceira vez, deu em ser tão inimiga dos portuguezes, que era o seu accusador para com os do Supremo Conselho, e lhes aconselhava que os roubassem e matassem a todos. »

Expulsos os hollandezes e firmado de novo o governo portuguez, foi o engenho Casa Forte confiscado pela fazenda real como propriedade hollandeza ; porem D. Anna Paes recorrendo com allegações comprobatorias de que se tratava de um bem de que era ella proprietaria exclusiva na sua qualidade de portugueza, e de modo algum a seu marido, conseguiu reivindicar a propriedade e manter-se na sua posse.

Em 1645 era o engenho de D. Anna Paes uma das melhores propriedades agricolas de Pernambuco, pela sua situação vantajosa, terras fertilissimas e vastas, e bem montada fabrica, com uma espaçosa e confortavel casa de vivenda, levantada sobre pilares de pedra, com varandas e escadarias, ficando ao lado e em frente ao espaçoso terreiro a capella da fazenda, sob a invocação de Nossa Senhora das Necessidades. Já por esse tempo existiam varias casas de moradores, com seus sitios de plantações.

Naquelle anno foi o engenho scenario de um acontecimento notavel, de um brilhante feito de armas, que tanto resplende nas paginas da nossa historia, o qual, foi como que a sancção da batalha de Tabocas, que abre o prologo dessa memoravel guerra da restauração de Pernambuco que perdurou por nove longos annos.

Batidos os hollandezes em Tabocas, caminharam para a praça do Recife, e em sua marcha acampam no engenho de D. Anna Paes.

No dia 16 de Agosto mandou o coronel Henrique Haus o major João Blaer com um destacamento revistar as casas da povoação da Varzea, e prender as mulheres dos moradores notaveis do lugar, que se achavam encorporados ao

exercito pernambucano. Praticada a diligencia, regressaram os hollandezes no mesmo dia com as prisioneiras, que foram encarceradas na casa de vivenda do engenho.

Communicada esta noticia a João Fernandes Vieira, que se achava acampado em Tigipió, partiu immediatamente com a sua gente em demanda do engenho de D. Anna Paes, e na manhã de 17 chega ás margens do Capibaribe, no engenho Cordeiro. Esta marcha, apezar de curta, cerca de 12 kilometros, foi comtudo, penosissima, pelo máo estado dos caminhos e da chuva que cahia.

Estava o rio bastante caudaloso e não havia meio algum de transporte para o atravessar. Fernandes Vieira, porem, atira-se n'agua a cavallo, guiado por um seu escravo, e á esse exemplo seguem-no todos os soldados pondo á cabeça as armas e munições, e ganham todos a margem opposta sem incidente algum.

Posta em ordem a tropa, abala em marcha para o engenho, e conhecidas as disposições do inimigo pelo aprisionamento de duas sentinellas avançadas, cahe com furia sobre elle, já em forma para regressar ao Recife.

Fere-se então renhida peleja. Batidos os hollandezes em campo raso na campina do engenho, acastellam-se na casa de vivenda, e mandam pôr ás janellas as senhoras pernambucanas prisioneiras da Varzea. Tomou o chefe da nossa gente este procedimento como indicativo de capitulação, manda cessar o fogo e parlamenta um official para intimar a rendição, mas o parlamentar é perfidamente morto apenas terminou a intimação.

Um grito geral de indignação irrompe em toda a tropa, e esquecendo mesmo que tinha entre os inimigos patricias distinctas, avança com furor e intrepidez, ao mesmo tempo que um troço de soldados conduz toda a lenha que se achava no terreiro do engenho, atiram-na sob a casa que era levantada sobre pilares de pedra, e ateiam fogo, que em breve ameaçava devoral-a, auxiliado com a grande quantidade de bagaço de canna que se ajuntou a lenha.

Cercados os hollandezes por todos os lados da casa, suffocados pelo espesso fumo que se desprendia da enorme fogueira, cujas chammas iam já attingindo o assoalho da casa, reflectiram ante o perigo que então corriam, deliberam capitular, e assoma em uma janella o coronel Haus

com uma bandeira branca, de chapéo na mão e apresentando o cabo de uma pistola em signal de rendição.

Houve ainda hesitação em conceder-se a capitulação, tão enfurecidos estavam os animos; mas predominando o voto de André Vidal de Negreiros, mandou-se cessar fogo e remover a lenha abrasada.

Ajustada a capitulação, ficaram prisioneiros 250 hollandezes, que se remetteram para a Bahia, e cerca de 200 indios, que foram immediatamente passados a fio de espada; mas, como dizem os escriptores hollandezes, muitos daquelles prisioneiros foram mortos pelos portuguezes em sua viagem por terra para a Bahia.

Perderam os hollandezes poucos mortos na acção, mas deixaram grande copia de armamento, viveres em abundancia e crescido numero de cavallos. A perda da nossa gente foi tambem insignificante, bem como o numero de feridos, os quaes foram remettidos para os engenhos de Apipucos e S. João da Varzea, para onde desfilou tambem o exercito vencedor.

Marchavam na vanguarda ao som dos clarins e caixas os hollandezes prisioneiros, indo entre elles, a cavallo, o coronel Henrique Haus; seguia-se na retaguarda a nossa gente formada em batalhões, tendo á frente os chefes Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, e entre elles as libertadas prisionairas da Varzea, de cujo acampamento partiram depois para a Bahia os prisionriros hollandezes, com as devidas precauções.

A victoria de 17 de Agosto de 1645 foi uma das mais notaveis dessa bella epopéa da guerra da restauração, e consagrada na historia com o nome de *Batalha da Casa Forte*, em allusão á casa de vivenda do engenho, em que se fortificaram os hollandezes, por cujo facto tomou dahi por diante a fazenda a denominação de *Engenho da Casa Forte*, e depois a localidade, cujo nome ainda conserva em memoria de tão bello feito.

Abandonado o engenho pelos seus proprietarios e moradores durante o periodo da guerra, e consideravelmonte damnificado pelo combate, foi somente reparado e começou a trabalhar depois da restauração, em 1654.

A capella do engenho tambem muito soffreu pelas mesmas causas, porem reparada posteriormente, já estavam concluidas as suas obras em 1672, porquanto em 6 de

Junho daquelle anno, como refere o autor da *Nobiliarchia Pernambucana*, — foi baptisado na capella de Nossa Senhora das Necessidades, do engenho Casa Forte, Francisco Mendes da Paz, engenheiro e capitão de artilharia do regimento do Recife.

A referida capella, apezar de ter patrimonio para a sua conservação e celebração do culto divino, foi pelo tempo adiante cahindo em abandono, e arruinou-se de tal maneira, que em 1865 foram retiradas as suas imagens para a igreja matriz de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panella.

O Deão Dr. Joaquim Francisco de Faria, que então occupava o cargo de vigario capitular do bispado, teve a a patriotica idéa de reconstruir a capella, e dentre outros meios de que lançou mão para a consecução desse fim, recorreu ao Instituto — « pedindo a sua coadjuvação para a reedificação da capella de Nossa Senhora das Necessidades visto que, alem da piedade religiosa, rememorava ella a batalha que contra os hollandezes ganhamos a 17 de Agosto de 1645 no campo que fica em frente da mesma capella. »

Lido esse officio do vigario capitular em sessão do Instituto de 8 de Junho do referido anno de 1865, descuidaram-se, infelizmente, os nossos confrades daquella epocha em acudir áquelle appello, porquanto tratava-se da restauração de um monumento tradiccional das nossas gloriosas façanhas; ao passo que, na sessão immediata se menciona que um socio — « deu conta da commissão de que com outros socios fôra incumbido, remettendo igualmente a importancia que lhes fôra possivel obter para adjutorio do monumento que na cidade de S. Luiz do Maranhão se vai erguer ao poeta Gonçalves Dias... »

O certo é que naquella epocha nada se emprehendeu á respeito, e continuou a capella completamente abandonada e cada vez mais se arruinando, até que depois os moradores da localidade tomaram á si esse emprehendimento e começaram a sua reconstrucção, com maiores dimensões; mas as obras interromperam-se á falta de recursos para a sua conclusão, quando já se tinha conseguido levantar todo o edificio exteriormente, e convenientemente coberto; e em tal estado, abandonadamente, está desde então.

Com o fallecimento de D. Anna Paes, annos depois de 1654, a qual não deixou herdeiros necessarios, rever-

teu a propriedade do engenho em favor de seu sobrinho João de Freitas da Silva, filho de sua irmã D. Jeronyma Paes de Azevedo, casada com o tenente general Antonio de Freitas da Silva, fidalgo cavalleiro da casa real e commendador da ordem de Christo, o qual tomou parte na guerra da invasão hollandeza, e cahindo prisioneiro quando o forte real do Bom Jesus se rendeu ao inimigo em 1635, foi muito maltratado, com o fim de lhe estorquirem grande quantia pelo seu resgate.

A João de Freitas da Silva, casado com sua prima D. Catharina de Albuquerque, succedeu seu filho Antonio de Freitas da Silva, na propriedade do engenho; a este succedeu seu irmão o tenente coronel Jacintho de Freitas da Silva, fidalgo cavalleiro da casa real, o qual nasceu em 1680 e falleceu pelos annos de 1759, tocando então a propriedade do engenho a seu filho João de Freitas da Silva, sargento mór do terço de auxiliares do Cabo de Santo Agostinho, o qual ainda vivia em 1777, solteiro, epocha em que Borges da Fonceca escreveu o tomo terceiro da sua *Nobiliarchia Pernambucana*, em que desenvolvidamente dá noticia dessa illustre familia.

E', conhecidamente, o sargento mór João de Freitas da Silva, o ultimo representante da familia do fundador do engenho na sua propriedade, e na qual se conservou ella pelo decorrer de dois seculos e meio; e é crivel, que por morte do referido sargento mór João de Freitas da Silva, ficasse o engenho pertencendo a diversos possuidores.

O que é facto, e consta de documento authentico, é que procedendo-se então a uma avaliação judicial das terras e construcções do engenho Casa Forte para partilhar-se os bens entre os diversos herdeiros, cederam elles de bôa vontade todo o terreno da grande praça que se estende em frente á igreja, — « não só para aformosear a mesma igreja, e servir de praça ou feira para o futuro, como para perpetuar a lembrança da segunda victoria que nelle alcançaram os brasileiros contra os hollandezes; » — e por esse motivo declararam os louvados, *que não fizeram mensão, nem davam valor ao pateo defronte da igreja para não tomar a vista da capella*, o que consta dos respectivos autos de inventario.

Depois, pelos annos de 1810, passou a propriedade do

engenho ao Padre Dr. José Ignacio Ribeiro de Abreo e Lima, o legendario *Padre Roma* da revolução republicana de 1817, cujo proprietario demoliu a velha casa de vivenda do engenho, que servira de casa forte aos hollandezes na memoravel batalha de 17 de Agosto de 1645, e sobre os seus mesmos alicerces construiu a casa nobre que ainda hoje existe ao lado direito da capella e em frente a grande praça. — « A maior parte das vigas sobre que pousava o primeiro andar estavam calcinadas, diz o general Abreo e Lima no seu *Compendio da Historia do Brasil*, e por todo o solo, e mesmo encravadas nas paredes, se acharam muitas balas de ferro de mosquetaria, pedaços de espadas e lanças, que serviram nessa occasião provavelmente de instrumentos de morte para muitos infelizes. Em diversas escavações, que se fizeram, encontraram-se sempre os mesmos vestigios. »

Já então a localidade apresentava o aspecto de uma nascente e prospera povoação. Extincto o engenho, e dividida a grande propriedade em diversos sitios que se foram depois subdividindo, foi assim se desenvolvendo a povoação, que por fim, tomou grande incremento com a passagem do caminho de ferro, e constitue hoje um dos mais bellos, aprasiveis e adiantados arrabaldes da capital do Recife.

E' por todo esse desenrolar historico, que se encontra em nossas chronicas o tradiccional engenho com estas successivas denominações: de *Jeronymo Paes, Izabel Gonçalves, D. Anna Paes, de Tourlon, Nassau, de With*, e por fim *da Casa Forte*, depois da batalha de 1645, cuja denominação, extincto o engenho, passou ao povoado, a qual assim recorda e perpetua aquelle memoravel feito.

Terminando este escorço historico do legendario engenho da Casa Forte, que importa a propria historia da localidade, resta saber agora, quem era o fidalgo de quem vem a denominação de *Passo do Fidalgo* dada ao trapiche de recolher generos coloniaes que existia em terras do engenho, já em 1630, precisamente hoje no lugar chamado Sant'Anna, nas immediações do antigo engenho, e por cujo motivo as chronicas coevas o mencionam com o nome de *Passo do Fidalgo*.

Para indicar precisamente o nome desse fidalgo não é necessario levar-se as investigações historicas a epochas

muito avançadas á partir de meiados do seculo XVI quando foi levantado o engenho Casa Forte, uma vez que em 1630, data averiguada, já existia o *Passo do Fidalgo*, como se vê da citada memoria de Verdonck.

E' preciso, portanto, simplesmente saber quem era, dentro daquelle periodo, o senhor do engenho Casa Forte que possuia o fôro de fidalgo, e como tal era conhecido, o qual, construindo aquelle passo em terras do seu engenho ficou o estabelecimento por esse facto se chamando *Passo do Fidalgo*, como a um que havia no Recife contemporaneamente e se chamava *Passo de Fernão Soares*, do nome do seu primittivo proprietario.

Não foi o auditor Diogo Gonçalves, o fundador do engenho, nem tão pouco seu genro Jeronymo Paes de Azevedo, casado com sua filha D. Izabel Gonçalves Fróes, porque não ha documento algum contemporaneo que os designe com o titulo de fidalgos, nem tão pouco da nossa historia e nobiliarios consta que possuissem elles semelhante fôro.

Foi portanto, o marido da bella pernambucana D. Anna Paes, filha de Jeronymo Paes de Azevedo e neta do auditor Diogo Gonçalves, *o fidalgo Pedro Correia da Silva*, como o chama um escriptor da epocha, Frei Manoel Calado, no seu *Valeroso Lucideno*, escriptor esse que tinha perfeito conhecimento dos assumptos de que trata no seu rarissimo livro, porquanto vivia a esse tempo em Pernambuco, cujo fidalgo falleceu em 1630 victima dos ferimentos que recebeu na heroica defesa do forte de S. Jorge em 20 de Fevereiro daquelle anno.

Fica, portanto, provado, que o *Passo do Fidalgo* em Sant'Anna, era um armazem ou trapiche de recolher generos coloniaes, como tantos outros que existiam em Pernambuco; — que o fidalgo em questão, foi o capitão Pedro Correia da Silva, que o construiu; — e em fim, que *Passo do Fidalgo* não indica, como alguem pretende, ou por outra, *affirmou e diz que continúa a affirmar*, — um lugar de passagem por onde um fidalgo, que ninguém sabe quem era fazia o seu caminho...

Ainda uma circumstancia digna de nota. Depois da morte do fidalgo Pedro Correia, ficou se chamando ao trapiche —*Passo de D. Anna*—, (D. Anna Paes, sua viuva)

como se vê de um documento da epocha (*), o que certamente não se daria se si tratasse de uma passagem ou caminho cuja denominação se originasse do nome de um individuo por uma circumstancia qualquer, como nomeadamente a *Passagem da Magdalena*, que apezar de decorridos uns tres seculos depois do fallecimento de D. Magdalena Gonçalves, de quem vem a sua denominação, ainda hoje a conserva, não obstante a construcção da ponte, em cujo local se fazia anteriormente a *passagem* de uma extremidade á outra por meio de canôas.

E observe-se, que era a esses pontos de travessia de rios que se dava o nome de *passagem*, como a tantas que existiram outr'ora, e a outras que ainda hoje existem.

Que a palavra *passo*, nunca foi usada entre nós para designar *uma passagem ou caminho qualquer*, basta ver-se uma relação dos impostos arrematados em 1638, na qual figuram os de varias *passagens;* e cousa notavel, havendo entre as mesmas, duas situadas entre e junto a passos de recolher generos coloniaes, estabelece o documento uma inteira distincção no emprego dos dous termos, assim os designando :

Passagem entre o Passo grande e o baixo de Itamaracá, — 100 Florins.

Passagem do Passo de Itapissuma em Itamaracá, — 240 Florins.

E ainda, para melhor firmar-se a distincção entre os dous termos, referindo-se o mesmo documento as arrematações da renda dos impostos cobrados em dous passos, assim se expressa :

Passo da Barreta entre o Recife e o Cabo, — 2556 Florins.

Passo do Varadouro do Rio Parahyba, — 7930 Florins. (**)

Em fim, como ultima palavra sobre o assumpto, consignamos o seguinte e expressivo trecho das *Memorias diarias* escriptas pelo donatario de Pernambuco, o Marquez

(*) V. a Prov. Reg. de 6 de Março de 1686 em favor do mestre de campo Manoel Lopes. no 3º T. das *Biographias* de Mello, pag. 170–2.

(**) V. o citado documento na Rev. n. 34 do Inst. Arch. pag. 195.

de Bastos, referindo as occurrencias da guerra da invasão hollandeza em 1630 : — « A Antonio Ribeiro de Lacerda, com a gente que trouxe, encarregou (o general Mathias de Albuquerque, irmão do referido donatario) o posto do —*Passo do rio dos Afogados, na passagem da ilha de Santo Antonio*, — porque este lugar não fôra guardado... » (*)

Cremos que não é preciso ir mais adiante sobre o caso.

.....

Ahi fica o assumpto conveniente e logicamente elucidado, á luz da historia e de documentos tão eloquentes, que não é possivel controvertel-o ou dar-se-lhe uma feição diversa.

Entretanto, dar-se-ha o caso que não seja assim, e que o templo da Historia seja tão impenetravel, que sómente as virtudes e santidade de certos sacerdotes lhe confiram a graça e o privilegio de transporem os seus umbraes, penetrarem nos seus mysteriosos santuarios, e sómente elles, trazerem de lá a luz e a verdade?

Não !... A Historia não é privilegio, nem patrimonio, nem monopolio de ninguem !

Entretanto, aguardemos o annunciado apparecimento dessa — *obra que está em elaboração, e na qual se explicará minuciosamente esse ponto ainda não sabido da historia pernambucana...*

Recife, 3 de Janeiro de 1902.

F. A. Pereira da Costa.

(*) Obr. cit. pag. 21 segunda col. No doc. cit. n. nota anterior, figura a —Passagem entre Antonio Vaz e Afogados,— arrematada por 400 florins, a qual é precisamente a mesma de que se trata, porque Antonio Vaz foi o nome primittivo da Ilha de Santo Antonio.

Essa passagem desappareceu com a construcção da ponte dos Afogados em meiados do seculo XVIII.

A COLONIA ALLEMÃ DA COVA DA ONÇA

NOTICIA SOBRE A EXTINCTA COLONIA ALLEMÃ DA COVA DA ONÇA, MAIS TARDE OFFICIALMENTE DENOMINADA AMELIA, Á MIM PRESTADA POR D. ANNA MARGARIDA FIEDEL, ULTIMA DAS ANTIGAS COLONAS AQUI EXISTENTE, ALLEMÃ DE NASCIMENTO, VIUVA, COM 80 ANNOS DE IDADE, NETA DO MESTRE-ESCOLA DA COLONIA, MORADORA NO LUGAR FERRAZ, QUE DISTA MEIA LEGUA DO LOCAL DA EXTINCTA COLONIA.

Os allemães que constituiram a colonia da *Cova da Onça*, que foi situada á duas leguas mais ou menos desta capital em local por onde corre o rio *Paratibe*, ali estabeleceram-se em 1828. (*) Não traziam destino a esta provincia e sim á de *Santa Catharina*. Embarcaram, com outras familias da mesma nacionalidade, em Amsterdam, em dois navios hollandezes. O primeiro destes navios seguio para o sul; o segundo (e neste vinha os que aqui ficaram) deixou parte de seus passageiros em uma praia do Rio Grande do Norte, sob o pretexto de falta de viveres, nem ao menos deixando-lhes as bagagens. Os abandonados pelo capitão hollandez foram para ao Natal. Dalli, sob a protecção do encarregado do consulado e com intervenção da autoridade brasileira, buscaram Pernambuco.

Chegados ao Recife, as mulheres dedicaram-se á lava-

(*) A informante garante que a colonia fundou-se em 1828. As deficientes notas officiaes que existem consideram-na estabelecida em 1829. Creio mais nas informações da velha allemã, que guarda com felicidade até as nossas datas nacionaes de seu tempo. Talvez que as notas officiaes refiram-se á legislação, ao reconhecimento do que se havia feito; e neste caso é bem possivel que só muitos mezes depois

gem de roupa; e poucos dias depois foram os homens procurados por um major Pluim (Blumm), allemão que talvez estivesse ao serviço do Brasil, o qual vinha de chegar da ilha de Fernando de Noronha. Este, com soccorros do Governo da Provincia, os conduzio para a Cova da Onça, onde fundaram uma colonia agricola, destinada ao cultivo do café, da mandioca e legumes. Prosperou a colonia até Setembro de 1831, tempo em que, chamados os allemães que a formavam pela autoridade superior para acudirem á ordem publica alterada pela revolta da tropa, começou o seu infortunio. Os colonos, sob o commando do mesmo Pluim (Blumm), brigaram com a soldadesca desenfreada, e depois foram guarnecer a fortaleza do Brum, onde se demoraram 3 mezes.

A falta dos homens da colonia, augmentando as difficuldades de suas familias, fez com que estas, para acudirem mais promptamente ás urgencias da alimentação, começassem a fabricar carvão. Depois de restabelecida a ordem publica, vieram os proprietarios de Apipucos e de Timbó embaraçal-os em suas plantações, de modo a intimidal-os. Então alguns se foram transferindo para o Ferraz, porque alli ao menos pagariam direitos de propriedade sómente áquelles, e não tambem a estes. No Ferraz em geral abandonaram a lavoura e dedicaram-se exclusivamente ao carvão. Não estava, entretanto, extincta a colonia porque ainda em Cova da Onça existiam muitos allemães. As visinhanças dos escravos foragidos e o massacre da familia Christiani, assassinada para ser roubada, familia allemã de colonos, deu finalmente o signal de retirada aos que ainda no lugar permaneciam. Vieram para o Recife, onde, segundo suas profissões, buscaram trabalho alguns, retirando-se a maior parte para Porto Alegre, donde buscaram S. Leopoldo, levando a actividade allemã para o sul.

A colonia contava aproximadamente 200 pessoas.

---

alguma cousa, que em todo caso pouco vale, se escrevesse para o archivo; alem de que a fundação poder-se-hia ter dado nos ultimos mezes de 1828. O casamento, já então contractado, da Princeza Amelia com o 1º Imperador, explica a denominação dada mais tarde á colonia allemã da Cova da Onça.

Nos primeiros tempos o governo manteve nella um destacamento militar. Depois abandonou os allemães, entregando o seu socego ás proprias forças. A informante, de prodigiosa memoria em tão avançada idade, affirma commovida que todos os allemães estiveram, até 1831, contentes com sua sorte, que o estado da colonia era prospero.

Recife, 20 de Março de 1888.

Antonio Victor de Sá Barreto.

A SEDIÇÃO MILITAR DE SETEMBRO DE 1831

NARRAÇÃO OFFICIAL DOS ACONTECIMENTOS DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO NOS DIAS 14, 15, E 16 DE SETEMBRO. (*)

Possuido ainda da consternação e horror geral nós vamos emprehender a exposição dos attentados que na noite de 14 e dia 15 se praticaram no recinto da nossa cidade do Recife, scena deploravel da vergonha e do opprobio. Sem premeditação, sem combinações, e só por principios de infame vingança pelo merecido castigo que haviam soffrido de tarde algumas praças se suscitou a desordem pelas 9 horas da noite referida de 14 do corrente no Quartel do Batalhão 14, já distincto pelos seus actos de insubordinação.

Tendo tocado chamada de campo e acodindo o Sr. Commandante das Armas no portão do quartel foi insultodo pelos soldados, que já desenfreados depois de huma pequena alteração ousaram fazer fogo ao Brigadeiro que escapou a morte, e se evadiu : tocaram então a rebate, marcharam para o quartel de Artilharia, afim de reunil-a a si ; o Batalhão 13 ignorando o motivo da desordem marchou quasi em debandada para o bairro de Santo Antonio onde unidos todos os corpos, sem respeito a official algum aos gritos descompassados de differentes *vivas* e *morras*, espalharam-se pela cidade, cujos pacificos habitantes espavoridos por hum successo repentino e inesperado nada

.....

(*) Reproducção do rarissimo opusculo intitulado — NARRAÇÃO OFFICIAL DOS ACONTECIMENTOS DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO NOS DIAS 14, 15 E 16 DE SETEMBRO. — *Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. de E. Seignot-Plancher, Rua do Ouvidor n. 95, 1831*, in-4º 9 pp.

obravam, e começaram a roubar com a maior desvergonha algumas lojas e vendas. Não se respeitou Brasileiro, nem Portuguez; davão *vivas* aos primeiros, e os saqueavam, e assassinavam: todos os esforços de alguns Officiaes, Juiz de Paz; e outros Cidadãos foram infructiferos nessa noite tenebrosa, o mesmo Excellentissimo Presidente foi insultado a frente de seu Palacio, e evitou talvez a morte não apparecendo. O deboxe a que se entregaram fazia cada vez mais horror, a noite foi toda dedicada a consternação e sustos. Pela manhã tendo se reunido alguns soldados, que não se haviam entregue a desordem, no lugar dos Afogados, onde se achavam o Commandante das Armas com alguns Cidadão e Officiaes marcharam pelas Cinco Pontas, onde huma porção dos salteadores os esperava; mas tendo avançado a tropa abraçando-se com a outra, gritaram que havia traição e fizeram fogo sobre os paizanos e Commandante das Armas que segunda vez escapou a morte evadindo-se miraculosamente apezar de ser perseguido até os Afogados. Então a canalha, e alguns escravos unindo-se aos soldados continuaram a saquear as lojas e tavernas; emquanto outros expelliam uma porção de paizanos do Recife armados e unidos a outros, e Estudantes de Olinda, do bairro do Recife, que soffreu a mesma pilhagem. Pela tarde conseguiram alguns Patriotas reunir soldados do 13 e Artilharia, que vieram postallos no principio do Aterro da Boa Vista, e pelas 7 horas da noite chegou a gente que se havia reunido em Olinda; mas reinando quasi a mesma anarquia e confusão, debandaram-se os paizanos, e a tropa marchou a seus quarteis, continuando sempre os tiros, e alguns roubos, e a noite foi ainda de tribulação.

No dia 16 tendo-se reunido gente na Boa Viagem, para onde se havia refugiado o Sr. Commandante das Armas, e os Cidadãos na Boa Vista, no bairro do Recife e mesmo no de Santo Antonio, retirando-se algumas praças do Batalhão 13 para o quartel da Artilharia, e outras reunindo-se aos paizanos e havendo muitos dos saqueadores debandado se, avançou a gente que estava na Boa Vista para Santo Antonio, onde travando-se com os soldados que estavam no Palacio Velho, os puzeram em fuga desarmando os que restavam e fazendo-os embarcar presos para bordo dos Navios Nacionaes. Afugentados assim os salteadores, começou a restabelecer-se a ordem, e apezar de

alguns abusos podemos dizer, que estamos em tranquillidade, ao menos tanta quanta he possivel obter em 48 horas depois de outras tantas de anarquia completa.

He impossivel avaliar por ora o saque, elle he consideravel, mas não tão excessivo como alguem pretende: grande parte dos roubos tem sido apprehendidos; e continuam as diligencias para tiral-os de diversas casas onde foram guardados. He o que podemos agora relatar de tão infelizes successos, tanto mais mortificantes, quanto esta Provincia tinha conseguido por mais de 4 mezes conter os anarquistas, que a Providencia faça afastar do nosso solo para sempre.

BANDO

Convindo acautellar alguns excessos que possam apparecer nas buscas, e prisões que se continuam a fazer das fazendas roubadas e dos roubadores; o Governo da Provincia ordena, que sem ordem por escripta dos Juizes Policiaes, nenhum Cidadão entre em casa alguma particular para aprehender fazendas, ou criminosos de seu livre arbitrio: debaixo da pena de responsabilidade. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei lavrar o presente que vai por mim assignado. Dado no Palacio do Governo de Pernambuco em 17 de Setembro de 1831.

(Assignado pelo Presidente e Conselheiros.)

OFFICIOS

Illm. e Exm. Sr. — Tendo chegado a noticia a esta Camara dos desastrosos acontecimentos, que tem tido lugar na Capital desta Provincia, immediatamente convocou hum Conselho de homens bons do Termo para deliberarem sobre objecto de tanta consideração; e este decidio que uma Deputação composta do Vereador Pedro Cavalcanti de Albuquerque Uchôa, do Capitão Manoel Felippe Wanderley, e de Thomaz Marques da Costa Soares, fosse a respeitavel presença de V. Exc. informar-se da veracidade do acontecimento, e significar a V. Exc., que os habitantes deste Municipio, cheios do maior enthusiasmo se acham

dispostos a coadjuvarem com suas pessoas, e bens, para restabelecimento do socego publico, dando passos para esse fim com a sabia determinação de V. Exc., a quem Deus Guarde. Paço da Camara Municipal da Villa de Serinhaem em Sessão Extraordinaria de 17 de Setembro de 1831. Illm. e Exm. Sr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, Presidente da Provincia. — *Francisco Xavier Paes de Mello* Vice-presidente, *João Baptista Aciole Lins*, *João Pinheiro Catolé*, *Pedro Cavalcânti de Albuquerque Uchôa*, *Antonio Joaquim Lamenha Lins*, *Antonio Germano Regueira Pinto de Souza*.

Este Governo tem o maior prazer de annunciar a Vv. Ss. que o socego publico, alterado nesta Capital pela sublevação de toda a Tropa de primeira Linha, em a noite de 14 do corrente, já se acha restabelecido pelo valor e patriotismo dos benemeritos Cidadãos que de todas as partes correram a repellir a aggressão de semelhantes malvados, que foram mortos, feridos e prisioneiros; e ultimamente desarmados, e mandados para bordo de varias embarcações, surtas neste porto. O Conselho deste Governo, o qual foi apresentada a Deputação, que Vv. Ss. mandaram e igualmente o seu Officio, louva, e agradece a Vv. Ss. os patrioticos sentimentos, que os animão, e que manifestaram a pról da causa publica, e que tanta honra faz aos dignos habitantes desse Termo pelos quaes Vv. Ss. representam. A sua coadjuvação se não faz por ora mister na Capital: espera porem o Governo, que concorrendo elles para a manutenção da ordem, e tranquillidade desse Termo, se prestarão sempre que for necessario a bem de toda a Provincia com a mesma boa vontade com que agora se offerecem. Deus Guarde a Vv. Ss. Paço do Governo de Pernambuco, 18 de Setembro de 1831. — *Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos*. — Srs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal da Villa de Serinhaem.

Illm. Sr. — Achando-me penetrado de sentimentos de admiração, e gratidão para com a illustre corporação dos

Estudantes do Curso Juridico pelos serviços importantes prestados nos dous dias de desgraças, e de dor, que enlutaram a nossa patria, cumpre-me participar a V. S., como Chefe desta briosa corporação, que estes Mancebos cheios de senso e de fogo nas nossas mais urgentes precisões a nenhum incommodo se pouparam; arrastaram todos os perigos, e praticaram actos de valor a prol da ordem, e segurança publica: em huma palavra, foi com estes Mancebos acostumados ao estudo, e versados sómente nos livros, que guarneci fortalezas, desarmei destacamentos de soldados de linha suspeitos, guarneci pontos importantes, e a sua bravura chegou a ponto de irem atacar os faccinorosos dentro da cidade do Recife, que elles saqueavam e ensanguentavam. Não podendo dirigir-me a cada um em particular rogo a V. S. apresente a todos collectivamente os meus sentimentos de particular affeição, e gratidão, e admiração pelas suas brilhantes qualidades, e pelo seu zelo e patriotismo illustrado, certificando-lhes que levo ao conhecimento de S. Exc. o Sr. Presidente os serviços por elles prestados. Deus Guarde a V. S. Olinda, 17 de Setembro de 1831. Illm. Sr. Lourenço José Ribeiro, Director interino do Curso Juridico. — *Antonio Borges Leal*, Coronel Commandante Militar de Olinda.

Illm. Sr. — Tenho presente o officio de V. S. datado de 17 do corrente, em que me pede, apresente ao Corpo Academico os seus sentimentos de affeição, e gratidão pelo zelo, e patriotismo illustrado, com que se houve na defeza da Patria: e certificando V. S. do prazer, e desvanecimento, que me causou esta noticia official, que tanto honra os briosos Academicos, a quem tenho a felicidade de dirigir, eu passo a fazer publico pela Imprensa não só o dito officio, como este tambem em que ajunto com os seus os meus sentimentos de gratidão, por ser o unico meio facil de chegar a noticia de todos. Deus Guarde a V. S. Recife, 19 de Setembro de 1831. Illm. Sr. Antonio Borges Leal, Coronel Commandante Militar de Olinda. — *Lourenço José Ribeiro*.

PROCLAMAÇÕES

Habitantes de Pernambuco ! Collocado á frente desta heroica Provincia, e fiel depositario da confiança do Governo Supremo, que tanto se disvela em promover a prosperidade de todo o Brasil; eu faltaria ao mais sagrado dos meus deveres, se vos não informasse do restabelecimento da Ordem, tão grave e atrozmente alterada por uma soldadesca desenfreada, que rebelde ao seu proprio Chefe se arrojou a levantar o estandarte da desordem, do roubo e até do assassinato, derramando por espaço de mais de 36 horas a consternação e o luto no interior desta Capital ! ! mas se por uma parte he dolorosa e afflictiva a recordação de tantos males e desgraças, quanto não he por outra lisongeiro, e edificante o exemplo de patriotismo e de valor, que acabaes de offerecer ao mundo, combatendo denodadamente pela Patria, e desassombrando as familias entregues a discrição desses ferozes Canibaes ? !

Pernambucanos, eu me congratulo comvosco, eu vos dirijo cordeaes felicitações, e como vosso Presidente vos agradeço em nome de toda a Provincia os nobres esforços, que haveis feito para debellar a soldadesca desenfreada, e para restabelecer a paz e o Imperio da Lei. Confiado em vosso patriotismo não receei permanecer no Palacio do Governo, convencido da vossa bravura, em vós dapositei todas as minhas esperanças: minhas esperanças realisaram-se e a Patria salvou-se. Victimas de vossa intrepidez parte dos rebeldes expiaram os seus crimes debaixo dos vossos golpes; aquelles porem que escaparam do vosso ferro entregues brevemente as Autoridades competentes soffrerão a rigorosa qunição da Lei.

Pernambucanos ! Continuai a coadjuvar o Governo, que tanto em vós confia, a trabalhar, como tendes feito para a manutenção da ordem, e consolidação do sistema legal, e vós gozareis felizes as doçuras da liberdade e da paz, merecereis as bençãos da Patria, e fareis a gloria do Brasil.

Viva a Nação Brasileira !

Viva a Assembléa Geral !

Viva o Sr. D. Pedro II Imperador Constitucional !

Vivão os bravos Pernambucanos !

Palacio do Governo de Pernambuco, 18 de Setembro de 1831.

Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos,
Presidente.

Fieis Soldados, e Bravos Officiaes Pernambucanos. Testemunha ocular da vossa bravura exemplar, vosso camarada, vosso amigo, e vosso chefe; eu não posso resistir do imperioso, e vehemente desejo de vos patentear os sentimentos de admiração de que estou possuido pela vossa disciplina na perturbação, vigor nos perigos, e impavidez no Campo da Batalha.

Sim, vossa conducta militar na espinhosa e deploravelissima conjunctura em que nos achamos, está acima de todo o encomio, alem de todo o louvor. Abandonado, e não mais obedecido por huma soldadesca insubordinada, exposto ao furor e aos embates das suas paixões selvagens e degradantes, contrariado mesmo por acasos desgraçados e lamentaveis: finalmente pungido pelo dolorosissimo, e acerbo sentimento de ver a Lei escarnecida, as Authoridades afrontadas, os Cidadãos insultados, os domicilios invadidos, e pilhados, todos os direitos, finalmente, violados, dissolvida quasi toda a sociedade; eu confesso que teria sucumbido com a Patria se me não achasse escudado em vossos braços, ligado a vós pelos estreitos laços de sympathia, do amor da Patria, e da disciplina, em uma palavra, se vós me não houvesseis coadjuvado, e comvosco a briosa juventude Pernambucana.

Intrepidos Officiaes! Vossos sentimentos, vosso denodo acabam de penhorar do modo o mais vivo a gratidão da Patria, e se hum dia a historia dos nossos successos referir com negrume, e opprobio tão lamentaveis scenas, e seus infames authores, vossos esforços, vosso valor, saberão ao menos temperar a colera, e mitigar o resentimento dos nossos vindouros.

Graças ao vosso denodo, graças aos esforços dos Pernambucanos, e ao zelo das nossas autoridades, a paz se acha já restabelecida, e com ella a justiça e a Lei; os rebeldes, os insurgentes em breve soffrerão o severo castigo

dos seus nefandos attentados. Defendido pela Lei, em perfeito accordo com o nosso honradissimo Presidente, eu só hei mister da vossa coadjuvação, do vosso zelo para obrar segundo cumpre. Vós já me déstes a vossa confiança, continuai a prestar-me vossa coragem, e a Patria será salva, a Liberdade triunfante, e a honra Brasileira restabelecida. Uni-vos as autoridades, e aos vossos benemeritos compatriotas, e a anarchia fugirá dentre nós, como fugiram os rebeldes.

Viva o Brasil !

Viva a Patria !

Viva a Constituição !

Vivão a Officialidade e Cidadãos Pernambucanos !

Quartel do Commando das Armas de Pernambuco, 19 de Setembro de 1831.

Francisco de Paula e Vasconcellos,

Commandante das Armas.

(Rio de Janeiro.—Typ. Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher.—Rua do Ouvidor n. 95.—1831.)

Diario da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645 (*)

A 26 de Fevereiro partiu de *Salgados* o capitão João Blaer com sua gente e tendo marchado duas milhas chegou a um rio chamado *Elinga*, alem do qual havia um alto monte ; dali caminhamos ainda duas milhas e chegamos junto a um rio de nome *Sebahúma*, em cuja margem meridional pernoitamos e onde, na mesma tarde, os nossos indios fisgaram alguns peixes chamados *tarairais*.

A 27 do mesmo, pela manhã, transpuzemos o rio e o alto monte e, tendo marchado boas quatro milhas, chegamos a um pequeno rio chamado *Tamala*, onde descançamos um pouco ; proseguindo depois a marcha, uma milha alem chegamos a um antigo engenho de nome S. Miguel onde ainda vimos jazer algum cobre e ferragens do velho engenho, dali caminhamos uma milha e chegamos ao rio *S. Miguel*, acampando pela noite na sua margem do norte.

A 28 continuamos a marcha ao longo da dita margem, por espaço dum quarto de milha ; atravessamos então o rio e caminhamos uma milha pequena, quando de novo passamos para o lado norte e após meia milha de marcha encontramos alguns *mondés* ou armadilhas para pegar caça as quaes, porem, estavam vazias ; ali acampamos para no outro dia mandar examinar si não havia nas immediações pegadas de negros ; á mão direita do nosso acampamento ficava um grande *lagradiza* (alagadiço) ou pantano.

A 1 de Março pela manhã o capitão dos nossos indios matou á flexa um grande passaro chamado *Enijmma* na

(*) Extrahido da collecção de ineditos denominada — *Brieven en Papieren uit Brasilien* (Cartas e papeis procedentes do Brasil) e traduzido do hollandez por Alfredo de Carvalho.

nossa lingua passaro de chifre *(hoorenvogel)*, pois tem um corno do comprimento de um dedo sobre a cabeça e outros em cada aza, os quaes dizem servir de contra veneno.

A 2 do dito mez o capitão matou ainda um outro destes passaros; neste dia mandamos a nossa gente e os indios á procura de pegadas; mas, nada encontraram, por isso ficamos ali aquella noite e tambem o capitão João Blaer, tendo caido mortalmente doente, voltou, com cinco hollandezes e doze indios, carregado para as Alagôas; o tenente Jürgens Reijmbach continuou comnosco a marcha e caminhamos uma milha por dentro do matto na margem sul do rio *S. Miguel* e quatro atravéz duma campina chamada *Campo de Húmanha*; ali pernoitamos na margem sul do rio *S. Miguel*, que estava todo cheio de penhascos.

A 3 do dito, proseguindo na marcha atravez desta *Campina Húmanha*, passamos tres rios arenosos e seccos, nos quaes apenas havia agua para beber; estes rios são chamados *Cammera*; continuando o caminho pela campina e, por espaço duma milha, por dentro do matto, deixamos á nossa esquerda um monte muito alto chamado *Taipoú*; pouco depois chegamos a um rio de nome *Sagoú* junto ao qual acampamos.

A 4 do dito, depois duma pequena milha de marcha, chegamos a um braço do citado rio *Sagoú*; tinhamos um bom caminho que deixamos á esquerda e mettemo-nos pelo matto e, uma milha adiante, atravessamos um alto monte duas milhas alem do qual pernoitamos junto a um riacho.

A 5 do dito marchamos durante tres boas milhas por dentro do matto e transpuzemos alguns montes, porem nem altos nem ingremes e ali acampamos.

A 6 do dito proseguimos na marcha e chegamos a um rio de nome *Pevirgavo*, o qual subimos por espaço de cinco milhas, ora numa ora noutra margem, até chegarmos ao rio *Paraiba*, que despeja na Alagôa junto do engenho de Gabriel Soares; encontramos a nossa gente, que havia reconduzido o capitão João Blaer para a Alagôas, a cinco milhas do engenho de Gabriel Soares no lugar chamado *Barra de Parúgavo*, onde o rio *Parengabo* desemboca no *Paraiba*; disse a nossa gente que só com grande trabalho tinha conseguido subir aquelle rio *Paraiba* andando pelo leito cheio de penhascos submersos, porquanto as margens estão cobertas de vegetação tão densa que é quasi impos-

sivel atravessal-a; este rio é muito piscoso e estende-se mais para o norte; ali pernoitamos.

A 7 do dito permanecemos acampados e mandamos a nossa gente pescar; pegaram peixes em abundancia tanto a flexadas como com anzóes.

A 8 do dito passamos para a margem sul deste rio e subimos o rio *Parengabo* por espaço de cinco milhas, margeando-o ora dum ora doutro lado; este caminho tivemol-o nós mesmos que abril-o; acampamos junto á margem sul do mesmo rio.

A 9 do dito pela manhã continuamos a marcha por dentro do matto durante seis boas milhas e transpuzemos alguns montes, um dos quaes bem alto, até chegarmos ao passo de *Dona Anna*, distante cinco milhas de *Salgados*, junto a um rio de nome *Itubahúmma*, perto do qual pernoitamos.

A 10 do dito pela manhã marchamos duas milhas; tendo deixado á nossa direita um alto monte chamado *Waipoú*, chegamos na campina a um rio arenoso e secco onde os nossos indios mataram a flexadas seis grandes e dous pequenos porcos do matto; dali caminhamos ainda tres milhas em parte pelo leito do rio secco, até o rio *St. Miguel*, junto ao qual acampamos.

A 11 do dito seguimos rumo de oeste passando ora por dentro do matto, ora pela campina e ás vezes pelo leito de rios seccos, em um dos quaes, chamado *S. Miguel*, pernoitamos.

A 12 do dito subimos o rio de *S. Miguel* durante cinco milhas, encontrando aqui e ali agua para beber; depois passamos para a margem sul e chegamos a um campo aberto chamado *Pasto Novo* ou *Campo de Tamala*; ali deixamos á nossa direita dous montes alcantilados, a que dão o nome de *Grasicqúa*; tambem havia em varios lugares muito capim comprido; esta campina tinha duas milhas de extensão e, tendo feito ainda meia milha por dentro do matto, acampamos e fizemos cavar poços afim de achar agua para beber.

A 13 do dito pela manhã seguimos em direcção ao norte e feito meia milha de caminho chegamos de novo ao rio *S. Miguel* que, um quarto de milha mais adiante despenha-se dum monte situado ao oeste; galgamos este, que era todo de penhascos e tem o nome de *Cachoeira de St. Mi-*

guel; esta cachoeira não é tão elevada quanto a do *Paraiba*, que tem bem quatro vezes a sua altura; estivemos acima desta cachoeira do *Paraiba*, mas não junto a ella; neste lugar descançamos um pouco e enviamos um negro, que traziamos comnosco, com alguns indios a bater o matto, os quaes trouxeram-nos seis grandes porcos do matto e um pequeno, mortos a flexa; depois proseguimos na marcha e acampamos junto á margem sul do rio *S. Miguel*.

A 14 do dito, depois de havermos subido por algum tempo este rio, passamos para a margem norte e uma milha adiante galgamos um elevado monte, de bem meia milha de altura, de cima do qual subimos ainda um outro monte, porem não tão alto; caminhando quasi sempre com rumo norte ou nordeste cerca duma milha alem chegamos a um rio arenoso e secco, cheio de penhascos; marchando mais duas milhas passamo perto do lado occidental duma cachoeira, não muito ingreme, mas presentemente sem agua, no rio que afflúe para o *Paraiba*; no dito rio acampamos, chuvendo durante a noite.

A 15 do dito, pelas oito horas da manhã, comquanto ainda chovesse, partimos e depois duma milha de caminho deixamos aquelle rio á nossa direita chegando a um outro cheio de penhascos; no seu leito marchamos durante todo o dia, saltando dum penhasco para outro como os cabritos nas ilhas do mar do Norte, na extensão de cinco ou seis milhas, ora em direcção ao norte ora a léste, até o rio *Paraiba*; chuveu todo o dia e pernoitamos na margem norte deste rio.

A 16 do dito subimos o rio *Paraiba* bem umas seis milhas e vimos á direita alguns altos montes; neste dia marchamos com grande trabalho por cima dos penhascos que eriçavam o leito do rio, onde muitos dos nossos deram quedas entortando as suas armas e os seus membros, mas não se extraviaram; acampamos na margem norte do *Paraiba*.

A 17 do dito, partindo da margem norte do *Paraiba*, chegamos, depois de boas cinco milhas de caminho, a um outro rio que, vindo do norte, despeja no *Paraiba*, e subimos por elle durante todo o tempo, o leito estava cheio de penhascos; neste dia esgotaram-se os nossos viveres bem como os dos brasilienses, quando teremos outros só Deus sabe; ali na margem sul deste rio pernoitamos, avis-

tando do lado do norte um alto monte que no dia seguinte galgamos.

A 18 do dito ganhamos o cimo do referido monte, que era alto e ingreme e sobre o qual encontramos agua para beber; a este monte demos o nome de *Outeiro de mondés* ou monte das armadilhas por quanto encima delle havia bem cincoenta ou sessenta destas para pegar caça, mas eram todas velhas de tres annos; transposto este monte chegamos, uma milha adiante, a uma antiga plantação onde encontramos algumas *pacovas* verdes; dali por diante tivemos que cortar caminho atravez dum denso cannavial na extensão de duas milhas; em seguida chegamos ao velho *Palmares* que os negros hviam deixado desde tres annos, abandonando-o por ser um sitio muito insalubre e ali morrerem muitos dos seus; este *Palmares* tinha meia milha de comprido e duas portas; a rua era da largura de uma braça, havendo no centro duas cisternas; um pateo onde tinha estado a casa do seu rei era presentemente um grande largo no qual o rei fazia exercicio com a sua gente; as portas deste *Palmares* eram cercadas por duas ordens de palissadas ligadas por meio de travessões, mas estavam tão cheias de matto que a muito custo conseguimos abrir passagem; dali por diante marchamos por espaço de milha e meia sempre por dentro de *roças* ou plantações abandonadas, nas quaes, porem, havia muitas *pacovas* e cannas com que matamos a fome; em uma destas *roças* acampamos e assamos *pacovas*.

A 19 do dito pela manhã caminhamos meia milha e chegamos ao outro *Palmares*, onde estiveram os quatro hollandezes, com brasilienses e tapuias e incendiaram-no em parte, pelo que os negros abandonaram-no e mudaram o pouso para dali a sete ou oito milhas onde construiram um novo *Palmares* igual ao que precedentemente haviam habitado; uma milha adiante demos com um bonito rio, cheio de penhascos, chamado *Cabelero* e affluente do rio *Mondoú* que despeja na *Alagoa do Norte*; depois de ainda duas milhas de marcha chegamos a um riacho, que corria em direcção a léste, e passamos dous montes tendo continuamente chuva; ali pernoitamos.

A 20 do dito, depois de caminharmos quatro boas milhas, passando alguns montes e rios, chegamos a um rio chamado *Japondá*; durante este dia encontramos todas as

meias horas mucambos feitos pelos negros quando deixaram o velho *Palmares* pelo novo situado ao léste e sudéste do primeiro; duas milhas adiante demos com um outro mucambo dos negros onde tivemos de esperar bem duas horas por tres nos nossos soldados estropeados; chegados estes apenas caminhamos ainda uma milha por estarmos muito fatigados e ser já quasi noite e molhados pela chuva constante que prolongou-se por toda a noite; estivemos acampados junto a um rio até a saida da lua; ás duas horas da madrugada fizemos alguns fachos que acendemos e marchamos milha e meia por dentro do matto até chegarmos á porta de *Palmares*, quando já vinha amanhecendo.

Ao amanhecer do dia 21 chegamos á porta occidental de *Palmares*, que era dupla e cercada de duas ordens de palissadas com grossas travessas entre ambas; arrombamol-a e encontramos do lado interior um fôsso cheios de estrépes em que cairam ambos os nosso cornetas; não ouvimos ruido algum senão o produzido por dous negros, um dos quaes prendemos junto com a mulher e filho, os quaes disseram que desde cinco ou seis dias ali havia apenas pouca gente, porquanto a maioria estava nas suas plantações e armando *mondés* no matto; ainda mataram os nossos brasilienses dous ou tres negros no pantano visinho; disseram ainda os negros pegados que o seu rei sabia da nossa chegada por ter sido avisado das Alagoas; um dos nossos cornetas, enraivecido por ter caido nos estrépes, cortou a cabeça a uma negra; pegamos tambem outra negra; no centro de *Palmares* havia outra porta, ainda outra do lado do alagadiço e uma dupla do lado de léste; este *Palmares* tinha igualmente meia milha de comprido, a rua, larga duma braça, corria de oéste para léste e do lado norte ficava um grande alagadiço; no lado sul tinham derrubado grandes arvores cruzando e atravessando-as umas em cima das outras e tambem o terreno por traz das casas estava cheio de estrépes; as casas eram em numero de 220 e no meio dellas erguia-se uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho; havia entre os habitantes toda a sorte de artifices e o seu rei os governava com severa justiça, não permittindo feiticeiros entre a sua gente e quando alguns negros fogiam mandava-lhes *crioulos* ao encalço e uma vez pegados erão mortos, de sorte que entre

elles reinava o temor, principalmente nos negros da Angola; o rei tambem tem uma casa distante dali duas milhas com uma *roça* muito abundante, a qual casa fez construir ao saber da nossa vinda pelo que mandamos um dos nossos sargentos com vinte homens afim de prendel-o; mas, todos tinham fugido de modo que apenas encontraram algumas vitualhas de pouca importancia; no caminho para a casa do rei tivemos de atravessar um monte alto e muito ingreme, da altura de bem uma milha; queimamos a casa do rei e carregamos os viveres; tambem encontramos *rossas* grandes na maior parte de milho novo e achamos muito azeite de palmeira que os negros uzam na sua comida, porem nada mais; as suas roupas são quasi todas de entrecasca de arvores e pouca de chita e todas as *rossas* são habitadas por dous ou tres individuos; perguntamos aos negros qual o numero da sua gente ao que nos responderam haver 500 homens alem das mulheres e crianças; presumimos que uns pelos outros ha 1500 habitantes segundo delles ouvimos; nesta noite dormimos nos *Palmares*.

A 22 do dito pela manhã saiu novamente um sargento com vinte homens a bater o matto, mas apenas conseguiram pegar uma negra côxa de nome Lucrecia pertencente ao capitão Lij que ali deixamos ficar porquanto ella não podia andar e nós não podiamos conduzil-a tendo já muita gente estropeada que era mistér fazer carregar; enchemos os nossos bornaes com alguma farinha secca e feijões afim de voltarmos para casa; neste dia a nossa gente queimou para mais de 60 casas nas *rossas* abandonadas; o caminho deste *Palmares* era marginado de aléas de palmeiras que são de grande prestimo aos negros porquanto em primeiro lugar fazem com ellas as suas casas, em segundo as suas camas, em terceiro abanos com que abanam o fogo, em quarto commem o interior dos cocos e destes fazem os seus cachimbos e comem o exterior dos cocos e tambem os palmitos; dos cocos fazem azeite para comer e igualmente manteiga, que é muito clara e branca e ainda uma especie de vinho; nestas arvores pegam uns vermes da grossura dum dedo os quaes comem, pelo que têm em grande estima estas arvores. Ali tambem feriram-se muitos dos nossos nos estrepes que havia por traz das suas casas. Este era o *Palmares* grande de que tanto se falla no Brasil; a

terra ali é muito propria ao plantio de toda sorte de cereaes pois é irrigada por muitos e bellos riachos; a nossa gente regressou á tarde sem nada ter conseguido; ainda esta noite dormimos nos *Palmares*.

A 23 do dito queimamos o *Palmares* com todas as casas existentes em roda bem como os objectos nella contidos, que eram cabaças, balaios e potes fabricados ali mesmo; em seguida retiramo-nos vendo que nenhum proveito mais havia a tirar; após uma milha de marcha chegamos a um rio, todo cheio de penhascos, denominado *Bonguá*; ali deixamos de emboscada, junto aos *Palmares* um dos nossos sargentos com 25 homens, mas, não sobemos o que conseguiram; nesta tarde, proximo ao referido rio, ainda pegamos um negro com a mulher e um filho, e ali pernoitamos.

A 24 do dito pela manhã sumimos este rio durante milha e meia, ora na margem norte ora na meridional, e ali encontramos um negro cheio de boubas em companhia de uma velha brasiliense, escrava da filha do rei, os quaes nos disseram que nas visinhanças ainda corriam outros negros, pelo que acampamos ali e com vinte homens batemos o matto; chegando á casa da filha do rei, que não estava nella, queimamol-a, mas nada conseguimos achar; passamos ali a noite.

A 25 do dito permanecemos acampados e visitamos o matto em redor num raio de cinco a seis milhas, porem sem resultado; pernoitamos de novo ali.

A 26 do dito marchamos com rumo de léste e de sudéste, durante quatro boas milhas, sempre á vista de montes e transpuzemos dous destes, cada um duma milha de extensão; deixamos á nossa direita um grande monte muito alcantilado; fizemos sempre caminho por dentro do matto e chegando á margem dum pequeno rio, ali pernoitamos.

A 27 do dito pela manhã partimos com rumo de sudéste em direcção a um monte alto, porem não muito ingreme e marchamos duas milhas até alcançarmos o seu cimo; mandamos explorar, do alto duma arvore, as immediações, e o espia descobriu á nossa direita uma grande planice e um elevado monte a oéste; transpuzemos este monte, que erguia-se muito ingreme, no que andamos tres

boas milhas antes de chegarmos á planice onde atravessamos alguns riachos arenosos e seccos; a referida planice estava coberta de matto fechado e de tabocas chamadas cannabrava, de modo que só difficilmente podiamos avançar e não conseguimos conservar o nosso rumo tão densa era a vegetação; em seguida subimos um rio que despeja no *Paraiba*, e junto a elle acampamos perto dum poço, por causa da chuva; passamos mal a noite por não termos *pindoúas* para fazer choças onde nos abrigassemos da chuva que durou toda ella.

A 28 do dito pela manhã partimos deste rio e deixando-o á nossa direita, chegamos a um outro que descemos por espaço de duas milhas até á sua affluencia na margem norte do *Paraiba*; descemos este durante meia milha e acampamos junto á sua margem esquerda; chuveu muito durante a noite.

A 29 do dito pela manhã seguimos ao longo da mesma margem do *Paraiba* e meia milha adiante nos embrenhamos pelo matto com rumo norte e nordéste; depois marchamos para o sudéste ao longo do rio e fizemos quatro milhas em direcção ao sul; transpuzemos alguns montes de pouca elevação e pernoitamos na margem esquerda.

A 30 do dito pela manhã continuamos a marcha pela referida margem, por espaço de tres milhas, passando alguns pequenos montes, mas sempre por dentro do matto fechado que só com grande trabalho conseguiamos atravessar e algumas vezes tivemos de caminhar pelo leito do rio por cima dos penhascos; neste dia os brasilienses pegaram muitos peixes, mas a nossa gente poucos; tambem o capitão dos indios matou dous patos; durante todo o dia chuveu muito e pernoitamos na margem esquerda do rio.

A 31 do dito pela manhã proseguimos descendo o rio ao longo da margem esquerda e tivemos que abrir caminho com grande difficuldade atravez do matto fechado, até darmos com uma antiga estrada que percorremos até chegarmos de novo á margem do *Paraiba*; este rio é muito piscoso e nas suas visinhanças ha muita caça; neste dia matamos alguns *jacús* e á tarde atravessamos alguns riachos inda acampar junto á margem esquerda do *Paraiba*.

A 1 de Abril partimos pela manhã e durante uma milha tivemos de transpor cinco ou seis vezes um riacho, atravessamos em seguida um monte, duma meia milha de altura e chegamos a uma estrada de carros distante tres milhas do antigo engenho situado junto á Alagôa do Sul ; dormimos esta noite no engenho de Gabriel Soares.

A 2 do dito marchamos com a nossa gente para o alojamento na Alagôa do Sul, donde haviamos partido.

Governadores e capitães generaes de Pernambuco

1654—1821

(Continuação do n. 55)

Antonio Felix Machado da Silva e Castro, segundo Marquez de Monte Bello. — Foi nomeado por Patente de 2 de Janeiro de 1690, e por carta da mesma data foi a sua nomeação communicada a Camara de Olinda. Teve 240$000 de ajuda de custo.

Tomou posse do governo em 5 de Junho do mesmo anno, e o dirigiu até o dia 13 de Junho de 1693.

D. Antonio era filho de Felix Machado da Silva Castro e Vasconcellos, primeiro Marquez de Monte Bello, em Milão, homem notavel pela sua elevada posição e illustração litteraria, e D. Violante de Orosco, senhora da mais distincta sociedade milaneza. Seguindo a carreira militar, tomou parte nas expedições de Argel, Oran e Mazagão e nas de Villa Franca de Xira e Saboia, — « na qual se portou com grande luzimento e dispendio de sua fazenda, »— alem de figurar honrosamente em muitos outros feitos.

Nomeado governador de Pernambuco, e dirigindo a sua administração por tres annos, apenas consta que mandou construir a fortaleza de Tamandaré em 1691, e as desintelligencias que teve com o bispo D. Mathias de Figueredo e Mello, que seriam de graves consequencias, se o governador não abandonasse o partido que tinha tomado, porquanto o prelado diocesano era muito respeitado e por todos estimado pelas suas virtudes e caridade.

Logo que o Marquez de Monte Bello deixou a administração, mandou o governo da metropole tirar residencia do tempo que governou a capitania, incumbencia esta que

foi confiada ao desembargador da Relação da Bahia Dr. João de Souza, pelo respectivo governador geral: e terminando aquelle magistrado a sua commissão, deu conta della ao rei em carta de 8 de Outubro de 1695, dizendo: — « que o que constava da devassa de cento e vinte quatro testemunhas que tirára, era haver sido o Marquez de Monte Bello um perfeito governador sem que nenhum de seus antecessores lhe levasse vantagem, e muito desejado o seu exemplo para o futuro, pois fôra de bom acolhimento, affabilidade e trato para todos, e com singular procedimento em tudo o que tocou ao desempenho das obrigações de seu cargo assim na igualdade da justiça como com independencia e isenção na administração da Fazenda Real, fazendo crescer as suas rendas em grande augmento, animando aos lançadores a que dessem maiores lanços, e que se houvesse perda seria pela fazenda delle sindicado, e os interesses seriam para elles lançadores, evitando os delictos, de maneira que foram muito menos as mortes e insolencias em seu tempo que nos passados se viram lastimosamente accommettidos; que com os soldados tivera particular cuidado assim da sua disciplina, como que se não faltasse ao pagamento de seus soldos, nem que os cabos os molestassem; que no reparo das fortalezas e fortificações, e concertos de armas se houvera com grande zelo e diligencia, empregando todo o seu disvello na sua reedificação e reparos; concorrerem nelle sindicado sobre as virtudes de limpeza de mãos, capacidade e modestia, um grande exemplo na castidade, pois se não conhecera que nesta parte, no decurso de seu triennio offendesse cousa alguma particular, ou melhor, que tivesse perante elle requerimento, nem ainda o menor indicio contra a fé e thoro conjugal. »

« Que na contenda sobre o sitial que tivera com o Bispo, se houvera de sorte que dera aos bons um notavel exemplo de prudencia e veneração ás cousas sagradas, não querendo usar dos meios do seu poder para se desforçar da violencia que se lhe fazia, senão só do recurso da justiça; e finalmente, que fôra muito pontual e observante de seu regimento, por cujas acções e singulares disposições do seu governo, o julgavam todos digno de grandes accrescentamentos e honras que podia esperar da grandeza de S. M. »

Presentes ao Conselho Ultramarino os autos da devassa com a carta do juiz sindicante, lavrou o mesmo Conselho o seu parecer em 10 de Agosto de 1695, concluindo que S. M. — *devia ser servido mandar agradecer ao Marquez de Monte Bello o bom procedimento, zelo e satisfação com que se houve no governo de Pernamduco;* — o que foi approvado pelo rei, que em 17 lavrou o seguinte despacho: — *Como parece, o mando assim agradecer.*

No tempo do seu governo em Pernambuco, encontrou desterrado o poeta Gregorio de Mattos, a quem talvez protegeu nas suas desventuras. Umas decimas que o poeta lhe dedicou, e existem ineditas na Bibliotheca Nacional de Lisbôa, na Miscellanea n. 507 da Collecção Pombalina, são acaso, lovoures manifestados ao governador pelo poeta em demonstração de gratidão.

O Marquez de Monte Bello era do conselho de S. M., Alcaide-mór de Mourão, commendador das commendas do Casal e Seixo, da ordem de S. Bento de Aviz, senhor e donatario do conselho e terras de Entre Homem e Cavado, senhor das casas e solares de Castro, Vasconcellos e Barroso, e veador da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia.

Caetano de Mello de Castro. — Foi nomeado por patente de 7 de Abril de 1693, chegou a Pernambuco a 7 de Junho, e tomou posse do governo no dia 13, do mesmo mez e anno, como consta de uma carta dirigida ao rei pelo governador geral Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, em 29 de Julho, tambem do mesmo anno. O acto da posse teve lugar na igreja cathedral de Olinda, e o novo governador dirigiu a administração da capitania até o dia 5 de Março de 1699.

Caetano de Mello de Castro era filho do vice-rei da India Antonio de Mello de Castro e sua mulher D. Anna de Mendonça. Assentando praça de Soldado em um dos terços da guarnição de Lisbôa em Junho de 1672, servindo ao mesmo tempo no paço como moço fidalgo, em 1682 embarcava para a India como capitão da galera S. Thiago, e no anno seguinte recebia a nomeação de capitão general de Moçambique, Rios de Senna e Sofala, com o soldo de

8,000 cruzados annuaes, de cujo governo tomou posse em 3 de Dezembro, conservando-se no mesmo até o anno de 1686.

Regressando á Portugal, recebeu Caetano de Mello de Castro, entre outras mercês, o titulo de conselheiro de estado em 3 de Abril de 1693 e a nomeação de governador e capitão general de Pernambuco.

No seu governo, que se prolongou por quasi seis annos, foi extincta a celebre republica dos Palmares, devendo-se ao seu empenho e actividade, o completo aniquilamento deste quilombo, cuja victoria foi celebrada com festas pomposas promovidas pelo governador ; e communicando elle para a côrte todo o occorrido, lhe foi mandado agradecer tão importante serviço pela Resolução de 20 de Novembro de 1694, em virtude de um parecer muito honroso, que sobre o assumpto proferiu o Conselho Ultramarino em 15 do mesmo mez.

Caetano de Mello de Castro mandou armar e guarnecer o forte do Mattos, e descobrindo-se no seu tempo uma mina de salitre na margem septentrional do rio S. Francisco, promoveu as indagações precisas para a sua exploração.

Intelligente, activo e trabalhador, póde-se dizer, que a conquista dos Palmares absorveu completamente toda a energia e actividade do governador, e com isto, uma bôa parte do periodo da sua administração honesta e fecunda.

Prestou tambem muitos e bons serviços á causa da cathechese e civilisação dos indios, pelo que, por occasião de deixar o governo, El Rei o louvou pela Carta Regia de 27 de Janeiro de 1699, dispensando-lhe estas honrosas palavras :

« Nesta occasião em que vos mando successor, e em que dais fim ao vosso governo, me acho obrigado a significar de novo a satisfação que tenho do zelo, cuidado e actividade com que soubestes tratar dos negocios das missões, segurando-vos que fica muito na minha lembrança este serviço para vol-o agradecer nas occasiões de vosso accrescentamento ; e porque será conveniente a vosso successor tenha todas as noticias que adquiristes, e que siga as direções do que tendes obrado, e as ordens que se vos passaram, lhe participareis tudo com tal individuação e clareza, que possa com o dito conhecimento continuar a

proseguir as disposições que forem necessarias para maior bem das almas e para o augmento das ditas missões, de maneira que se conservem as que já se acham estabelecidas e se façam outras, não se perdendo tempo, nem occasião de se reduzirem mais almas para o gremio da igreja, e de poder chegar a lei do Santo Evangelho para todos os que a ignoram. »

No seu governo encontrou em Pernambuco, como desterrado, o inditoso e notavel poeta Gregorio de Mattos Guerra, que pouco sobreviveu, vindo a fallecer no Recife em 1696.

Apresentando-se o poeta a Caetano de Mello, com o semblante perturbado pela indecencia do habito, lastimou elle de o ver em tão miseravel estado, fez-lhe donativo de uma bolsa bem provida, e com a severidade que lhe era peculiar, ordenou que o poeta *cuidasse muito em cortar os bicos á penna se o quizesse ter por amigo.* Não sei si era zelo publico, si particular temor, refere um autor da vida do poeta, Gregorio de Mattos assim o prometteu, e algumas occasiões mostrou quão violentado estava com aquelle preceito. Para corroborar esta affirmação narra o mesmo autor o seguinte facto, que caracterisa perfeitamente o genio irrequieto do mordaz poeta : — Pisadas de ciumes se encontraram duas mulatas meretrizes junto á porta do poeta, e renovando suas paixões de uma e outra parte se descompunham em vozes petulantes. Passaram de lingua a braços, e atracadas tenazmente cahiram por terra em ridicula visão, a tempo que avisado da grita sahiu a vel-as o poeta, e dando naquelle espectaculo deshonesto começou a gritar : *ai que de el rei còntrà o senhor Caetano de Mello !* Perguntaram-lhe os circumstantes que queixa tinha do governador : — « *Que maior queixa*, respondeu Gregorio de Mattos, *que a de prohibir-me fazer versos quando se me offerem similhantes assumptos ?* »

Em 10 de Agosto de 1695 escreveu Caetano de Mello ao rei solicitado que antecipasse a nomeação do seu successor, porquanto o soldo que percebia apenas lhe chegava para as despezas necessarias ao sustento de uma casa que devia conservar decente á posição que occupava ; que se via forçado a fazer despezas superiores a que outros governadores não o foram ; que a sua renda era tão insignificante, que não excedia de 330$000 ; que estava empe-

nhado, e antes que em seu augmento se deslisasse o credito que com grande trabalho e desinteresse grangeára, rogava a S. M. fosse servido livral-o de um cargo que se lhe tornara muito pesado e oneroso.

Presente o seu requerimento ao Conselho Ultramarino, opinou este pelo seu indeferimento, concluindo porem que S. M. permittisse aos governadores — « aquelle commercio licito para delle se ajudarem para os gastos que fazem na assistencia dos seus governos e desta maneira os supportar, e não faltarão sugeitos que se offereçam para irem servir a V. M. nelles, e tambem por este meio se livrar os povos daquellas imposições com que contribuem para este effeito, os quaes representam-se não acham em estado no tempo presente de concorrerem para semelhante despeza. » — E o rei concordou com um tal parecer, approvando-o pela Resolução de 17 de Dezembro de 1694 !

Estando a terminar o praso triennal de sua nomeação, dirigiram-se ao rei os Officiaes da Camara de Olinda, em carta de 9 de Maio de 1695, ponderando — « que era tão grande o zelo que todo aquelle povo tinha experimentado no governador Caetano de Mello de Castro que se achavam obrigados como cabeça delle a representar a S. M. o seu grande merecimento, e o grande desejo que tinham de que S. M. se servisse prorogar-lhe o tempo de seu governo por mais annos, porque só assim lograria a capitania algum augmento e os povos della o socego que experimentavam, e só o seu disvello e empenho do serviço de S. M. poderia dar principio a obra do molhe, e a outras, porque assim o esperavam da clemencia de S. M. »

Ouvido á respeito o Conselho Ultramarino, e dando este parecer favoravel, foi attendido o pedido da Camara pela Resolução de 18 de Novembro do mesmo anno.

Apezar disso, no anno seguinte, dirigiu Caetano de Mello uma carta ao rei em 30 de Abril, agradecendo a expressão do acto regio de sua reconducção, fazendo sentir todavia, *que ia por quatro annos que fôra para o governo da capitania.* Em 1697, dirige nova supplica ao rei, por carta de 22 de Maio, sendo emfim attendido pela Resolução de 7 de Setembro do mesmo anno, que determinou ao Conselho Ultramarino que consultasse a corôa sobre o governo de Pernambuco. Mesmo assim, protelou-se a sua exoneração de sorte que serviu até o dia 5 de Março de 1699.

Caetano de Mello de Castro teve um filho em Pernambuco, de uma mulher de nome Clara Bermudes, filha de pais incognitos. Chamava-se elle Manoel de Mello Castro, nasceu em Olinda, e educado por seu pai em Portugal e seguindo a vida militar, — « serviu na India com tanto credito, que foi nomeado capitão mór de um armada do Norte, e si a morte o não arrebatara na flôr da idade, seriam os empregos muito conformes a seus grandes merecimentos, » — segundo o juizo de Loreto Couto.

Apezar do bom governo que fez Caetano de Mello em Pernambuco, das honrosas manifestações com que sempre o rei se pronunciou á seu respeito, não sabemos porque motivos, baixou pela Carta Regia de 26 de Janeiro de 1700 communicação ao governador de Pernambuco, seu successor, de que o Desembargador Christovão Tavares de Moraes, vinha tirar residencia de Caetano de Mello de Castro do tempo em que foi governador da capitania.

Seja como fôr, no anno seguinte recebia elle mais honrosa e elevada incumbencia, — « pela maneira distincta com que se desempenhou de suas commissões, » — sendo nomeado vice-rei da India em 13 de Fevereiro de 1702. Sahiu de Lisbôa a 26 de Março, aportou em Gôa a 19 de Setembro e tomou posse do governo na capella-mór da igreja dos Reis Magos em 2 de Outubro do mesmo anno.

Caetano de Mello de Castro, na phrase de Teixeira de Aragão, era um bom general, e os seus feitos militares na India recordaram por algum tempo o antigo poderio portuguez. Expediu do porto de Gôa uma armada composta de sete fragatas em perseguição da esquadra dos arabes, e encontrando-se com ella junto a Surrate, feriu-se a peleja em 2 de Fevereiro de 1704, obtendo os portuguezes famosa victoria. A 14 de Junho de 1705 fez arrasar a fortaleza de Ambona, e em Dezembro do mesmo anno, commandando elle os terços e ordenanças das ilhas de Gôa, terras de Salsete e Bardez, entrou em Bicholim, cujas muralhas deixou destruidas. Em Maio de 1706 mandou conquistar as ilhas de Ponelem e Carjuem, que fortificou e ficaram pertencendo ao estado, e em 1707 ultimou um vantajoso tratado de paz com o potentado Bounsulo.

Depois de prestar todos estes serviços, tendo ainda reparado varias fortalezas, entregou o governo ao seu suc-

cessor em 29 de Outubro de 1707 e embarcou para Portugal em 20 de Janeiro de 1709, navegando a náo com escala pela Bahia.

Refere Loreto Couto, que para segurar elle a náo de el Rei, em tempo que traziamos guerra com Castella e França, e cursavam os mares muitas náos francezas, arribou a Pernambuco, e pediu soldados (dizendo, os queria pernambucanos), foram-lhe dados todos que pediu, e com elles seguiu sua derrota sem receio dos nossos contrarios; mas em viagem foi a náo vigorosamente atacada por um poderoso baixel de piratas, de cuja luta conseguiu livrar-se depois de renhida peleja, graças a disposição e valor do vice rei e a valentia dos soldados que combateram ás suas ordens. Reparada a náo dos estragos do combate, e das avarias que soffreu, no naufragio a que se viu exposta junto aos penedos e baixos de Piraúnas, nas costas da Bahia, dahi seguio depois para Lisbôa no comboio da frota do Brasil, onde chegou sem accidente algum.

Em 1712, quando Pernambuco passava por uma epoca calamitosa, produzida pela luta politica que se ateára em 1710, e o Conselho Ultramarino lembrava ao rei, —para o cargo de governador,— uma pessôa de muita autoridade, valor, prudencia, diligencia e actividade, apresentava a Caetano de Mello de Castro, como quem possuia não só todas aquellas qualidades, como alem dellas — « a do conhecimento daquella terra e seus moradores, pela haver governado com grande reputação, sendo no tempo do seu governo tão respeitado e temido de todos, que se entende que o seu nome bastará para refrear em grande parte o orgulho daquelles homens; e portanto, muito de proposito seria a sua pessôa para este emprego, porque ainda que Caetano de Mello tenha sido vice rei da India, lugar tão proeminente que não acha facilmente outros iguaes, não é crivel que em empreza de uma importancia, e de que depende a segurança de todo o Estado do Brasil, que recuse de ir servir a V. M. se fôr premiado com as mercês que cabem na sua pessôa e qualidade, e pedem as consequencias deste serviço. »

General, conselheiro de estado, commendador de S. Miguel de Assumar, e de Santa Maria de Oliveira de Azemeis, da ordem de Christo, Caetano de Mello prestrou ainda outros serviços a sua patria, e morreu em avançada

idade a 6 de Abril de 1718, e foi sepultado no carneiro da capella mór do extincto convento de Sant'Anna dos padres carmelitas, em Colares, onde estavam os restos mortaes de seu pae.

Souza, na sua Historia genealogica, diz que elle —era valeroso, serio e revestido de tal autoridade que a todos causava respeito, portando-se em todos os cargos que desempenhou com grande inteireza e reputação, servindo sempre com muita distincção, e conquistando glorias para as armas portuguezas quando governou Pernambuco e a India, onde deixou um nome sempre respeitdo.

O seu retrato conserva-se na sala do docel do palacio do governo em Pangim, tendo por baixo esta legenda :— *O vice rei Caetano de Mello de Castro succedeu aos governadores D. Fr. Agostinho da Amnunciação, arcebispo primaz, e D. Vasco Luiz Coutinho em 1 de Outubro de 1702. Governou até 29 de Outubro de 1707.*

D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. — Nomeado por Carta Patente de 27 de Dezembro de 1698, tomou posse do governo em 5 de Março de 1699 e o dirigiu até 3 de Novembro de 1703.

Filho de D. Luiz Mascarenhas de Lencastre e sua mulher D. Brites de Menezes, partiu para a India em 1681 com praça de soldado, e chegando ao posto de capitão, passou depois a servir na armada real, conquistando pelo seu merecimento a patente de capitão de mar e guerra. A expedição á Calecut, para a confirmação do tratado de paz com o Samary, toda a campanha da India, de fins de seculo XVII, e outros serviços, que muito o nobilitaram, conquistaram-lhe o titulo de conselheiro de estado em 1697, e no anno seguinte as mercês das capitanias de Damão, Diu, Pangim e Paço de S. Lourenço, na vacancia dos providos.

Achando-se D. Fernando servindo na guarnição da praça de Gôa, desde 1688, lhe coube tomar parte no governo do Estado, por occasião do fallecimento de D. Miguel de Almeida em 9 de Janeiro de 1691, tendo por companheiro o secretario do estado Luiz Gonçalves Cotta, e ficando só por morte deste, passou a usar do titulo de

governador e capitão general da India, até 20 de Setembro do mesmo anno, em que o arcebispo D. Fr. Agostinho da Annunciação se associou ao governo, segundo ordens da côrte. No seu governo da India, diz um historiador, procedeu de maneira que em todo o tempo que o occupou, se esperimentou grandes felicidades, assim pelas pazes que se ajustaram, como por muitos outros serviços.

A 28 de Maio de 1693 entregou D. Fernando o governo ao Vice-Rei D. Pedro Antonio de Noronha e embarcou para Portugal, onde permaneceu até que foi nomeado governador de Pernambuco, em cujo governo a sua conducta foi bem diversa daquella que teve na India, tão louvada e ennobrecida pelo juizo da historia.

Fernandes Gama diz que elle cuidou sómente em enriquecer-se, considerando Pernambuco como uma fazenda, cujo uso-fructo sendo-lhe concedido por um certo tempo, convinha aproveital-o emquanto se conservasse na sua posse. Arbitrario, sem escrupulos no emprego de meios que chegasse aos fins, a avidez o levava a dar largas á sua jurisdicção, por cujo procedimento se viu reprehendido pelas Cartas Regias de 27 de Setembro e 10 de Novembro de 1700, em virtude de queixas e reclamações que foram dirigidas ao rei; e foi elle o primeiro que se rendeu ás pretensões dos portuguezes do Recife, representando ao governo da metropole sobre a conveniencia da sua erecção em villa, no que não foi attendido.

Tendo recebido da côrte de Lisbôa recommendações mui particulares para se empregar cuidadosamente no serviço das missões e catechese dos indios, procurou elle executar todas as medidas decretadas sobre a sorte e beneficios desses infelizes, regulou o serviço da Junta das Missões de maneira que podesse ella agir de modo conveniente aos interesses dos indios, cuja catechese, civilisação e liberdade estavam confiadas aos cuidados da mesma Junta, bem como a sorte e tratamento dos escravos dos engenhos prestando dest'arte Mascarenhas de Lencastre reaes serviços nesse particular pelo empenho e zelo com que procurou corresponder aos generosos intuitos da metropole sobre tão importante assumpto.

Não extincto ainda de todo o celebre quilombo dos Palmares, e ao contrario, apresentando indicios de reconstituir-se sob a chefia do negro Camuanga, tomou o go-

vernador as medidas necessarias sobre esse objecto e conseguio o seu completo aniquilamento, providenciando ao mesmo tempo sobre a segurança do local e fundação de povoações cujos centros de população impedissem novas tentativas.

Mascarenhas de Lencastre lançou a pedra fundamental para a construcção da igreja de Santa Thereza, do Recife, em 1700, e no tempo do seu governo foi creada a vara de juiz de fóra da capitania, prestou tambem muito bons serviços em prol do desenvolvimento das capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, então annexas ao governo de Pernambuco.

O Ceará, particularmente, deve-lhe a creação da sua primeira villa, pela Carta Regia de 13 de Fevereiro de 1699, sendo até então um simples presidio militar, governado por um capitão mór, pelo que, é Mascarenhas de Lencastre um dos seus benemeritos, na phrase do B. de Studart.

Os habitantes do Rio Grande do Norte, porém, gratos pelos serviços prestados á capitania pelo governador, — julgaram-no digno de retratos a oleo e outras manifestações. — Effectivamente, como narra aquelle escriptor, em carta de 5 de Setembro de 1702 os officiaes da Camara do Rio Grande solicitaram a el-rei permissão para collocar na sala das sessões o retrato de Mascarenhas de Lencastre como uma demonstração de respeito e apreço aos serviços por elle prestados á capitania, mas foi-lhes denegada a licença por originalissimo despacho regio lavrado em 9 de Maio do anno seguinte, concebido nestes termos: — « Não tem lugar esta singularidade pois até na Bahia se mandou impedir principalmente respeitando-se a impossibilidade desse povo pois não póde fazer o painel dos reis para a sua matriz sendo este mais necessario, pois era para o culto divino, do que o retrato do governador a que não tendes, que é para estranhar ver tanta differença e falta na capacidade christã e tanta attenção a uma vaidade. »

Deixando o governo de Pernambuco, foi logo depois provido no do Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1704, com a patente de capitão general *ad honorem*, e tomou posse em 1 de Agosto do anno seguinte. Pouco antes de terminar o seu governo foi a Minas Geraes para pacificar o povo, que dividido em dous partidos, estava em encarniçada

guerra. Mal recebido, voltou para S. Paulo, e ahi tendo noticia da proxima vinda do seu successor partiu para o Rio de Janeiro á esperal-o, e em 1709 entregou o governo da capitania.

D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre regressou para Portugal em 1710, e falleceu em Lisbôa de 1714.

Tinha o titulo de conselheiro do rei, o habito da ordem de Christo, e o fôro de fidalgo da casa real.

O seu retrato conserva-se na sala do docel do palacio do governo da India na cidade de Pangim, tendo por baixo uma legenda allusiva ao seu governo naquella possessão portugueza.

Francisco de Castro Moraes. — Nomeado por Carta Patente de 11 de Adril de 1702, tomou posse na sexta-feira 3 de Novembro de 1703, e dirigiu o governo da capitania até o dia 9 de Junho de 1707.

Francisco de Castro Moraes assentando praça no exercito como simples soldado, subio aos postos de capitão de infantaria, ajudante de tenente de mestre de campo general, sargento mór, e tenente general de artilharia, servindo na praça de Traz os Montes, — « sempre com boa satisfação, assistindo nos postos da raia de Castella para impedir a communicação do contagio, fazendo este serviço algumas vezes socegando as familias de Villa Real, indo em companhia de D. José da Cunha Brochado com 20 caravellas assistir a uma demarcação entre Portugal e Galiza, onde fez muita despeza, passando muitas vezes mostra a gente para a fortificação, e fazendo 500 soldados para encher o terço com grande dispendio nesse diligencia. »

Em 1699 veio servir na guarnição do Rio de Janeiro, conferindo-se-lhe então o posto de mestre de campo, e por Carta Regia de 5 de Dezembro daquelle mesmo anno, lhe foi concedida a graça de assumir o governo da capitania, por qualquer circumstancia de impedimento ou vaga, o que lhe coube fazer em 1700, durante a ausencia do governador Arthur de Sá de Menezes, dirigindo o governo da capitania até Julho de 1702.

Nomeado governador da colonia do Sacramento, por esse tempo, não chegou a tomar posse desse encargo por ser logo depois despachado para o governo de Pernambuco, em cuja administração se conservou por mais de tres annos, sem que se note facto ou circumstancia alguma notavel, que a tornasse digna de memoria; pelo menos, cousa alguma nos legaram as chronicas do seu tempo.

Foi por ordem sua que se levantou o forte de Pitimbú, no littoral da Parahyba, em que trabalharam os soldados milicianos e os moradores do local, com os seus escravos, correndo as despezas do material pelos cofres da provedoria real de Itamaracá.

Entregando o governo ao seu successor, e emquanto não seguio para Portugal, foi Castro Moraes nomeado superintendente das fortificações de Pernambuco, como consta de communicação á respeito por Carta Regia de 11 de Julho de 1707; incumbencia esta que desempenhou até ser provido no governo da capitania do Rio de Janeiro, pelo que teve 3,000 cruzados de ajuda de custo.

Castro Moraes tomou posse do governo do Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1710, e bem infeliz para elle foi esta sua segunda governança. Pouco tempo depois de entrar em exercicio foi a capitania invadida por uma expedição franceza de mil homens sob o commando de Duclerc. Preparou-se para a defesa, mas sabendo que os francezes desembarcaram em Guaratiba, conservou-se em inacção e deixou que penetrassem na cidade sem resistencia alguma.

A acção heroica de Gregorio de Castro Moraes, accendeu os brios do governador, seu irmão, e conseguio bater os francezes, e fazel-os prisioneiros; mas o assassinato de Duclerc, cobardemente executado, clamou vingança dos seus compatriotas, e uma forte expedição de 4,500 homens, sob o commando de Dugay Trouin, parte para o Brasil e entra na barra do Rio de Janeiro em Setembro de 1711.

Apezar dos avisos que lhe foram feitos pela côrte, o governador não deu a menor providencia, foge vergonhosamente do inimigo abandonando a cidade, que foi completamente saqueada, e acceita depois uma humilhante proposta de resgate, indemnisando os francezes, á titulo de contribuição de guerra, com 610,000 cruzados em moeda

que criminosamente retirou do thezouro do estado, alem de 100 caixas de assucar e 200 bois.

Deixando o governo, que passou a ser occupado por Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o ex-governador ficou ainda no Rio de Janeiro, e quando chegou o seu successor em Junho de 1713, o fez prender, assim como a outros cumplices na entrega da praça aos francezes, conservando-os em rigoroso carcere, até que chegasse a alçada que os tinha de julgar.

Diz Loreto Couto, que no governo destas provincias, mostrou elle ter mediana capacidade para negocios politicos, e que transferido para o governo do Rio de Janeiro deu a conhecer que de homem como elle não houvera de haver lembrança no mundo, nem emquanto vivo, houvera de ser conhecido para credito da nação, á qual não pode servir senão de opprobrio. A sua cobardia foi total causa de conquistarem os francezes a cidade de S. Sebastião capital do Rio de Janeiro, com pouco credito das suas armas, e irremediaveis perdas de seus moradores.

O infeliz Francisco de Castro Moraes, que na primeira phase de sua vida militar tanto se distinguira, vio-se perdido, infamado o seu nome, e isto, no ultimo quartel da vida, quando lhe era dado colher os fructos dos trabalhos e fadigas da mocidade.

Mestre de campo do exercito portuguez, do conselho do rei, commendador da commenda lucrativa de S. Miguel de Bugalhal, da ordem de Christo, perdeu todas estas honras e proventos, todos os seus bens que foram confiscados, e foi acabar amarguradamente os seus dias em prisão perpetua em uma das fortalezas da India.

Sebastião de Castro e Caldas. — Nomeado por patente regia de 23 de Fevereiro de 1707, tomou posse do governo no dia 9 de Junho do mesmo anno, e dirigio a administração da capitania até 7 de Novembro de 1710.

Sebastião de Castro e Caldas era natural da provincia de Entre Douro e Minho, e pertencia a uma das principaes familias da mesma provincia. Era filho de Antonio de Castro e Caldas e D. Anna Pereira Pitta. Aprendera a milicia na companhia e escola de seu tio Diogo de Caldas

Barbosa, um dos valentes cabos da guerra da restauração portugueza.

Assentando praça de soldado, servio nas provincias do Minho e Traz os Montes, e esteve por algum tempo em serviço no Brasil, e depois de novo em Portugal, nas praças do Alem Tejo e da Beira.

Quando conquistou as dragonas de mestre de campo de auxiliares, foi nomeado capitão mór do estado da Parahyba, cargo este que não chegou a occupar, por ser logo despachado governador do Rio de Janeiro, por Carta Patente de 4 de Fevereiro de 1695.

Sebastião de Castro e Caldas tomou posse do governo do Rio de Janeiro em 19 de Abril do mesmo anno e o dirigio por espaço de dous annos incompletos, e foi o primeiro governador que teve a satisfação de remetter para Portugal amostras do primeiro ouro, que os exploradores paulistas tinham descoberto nos sertões de Minas Geraes.

Deixando o governo do Rio de Janeiro, foi nomeado commissario de cavallaria, e commandante da colonia do Sacramento, cargo que não acceitou.

Partindo para Portugal, e rompendo a guerra com a Hespanha em 1704, Sebastião de Castro e Caldas fez toda a campanha, penetrou com o exercito portuguez no territorio hespanhol, distinguindo-se pelo — « seu valor e experiencia, conquistando a reputação de um dos melhores officiaes de cavallaria. »

Nomeado governador e capitão general de Pernambuco, salta no Recife em 3 de Junho de 1707 e no dia 9 toma posse da administração da capitania.

Em virtude da Carta Regia de 5 de Outubro de 1706, expede Sebastião de Castro Caldas em 28 de Setembro de 1708 um Regimento para os capitães móres do Ceará, sugeitos á jurisdicção do governo de Pernambuco.

Bem poucos factos notaveis, porem, nos restam do seu governo.

Aváro e immoral, na phrase de Fernandes Gama, de uma impiedade incorrigivel, na do Padre Dias Martins, e entregando se de corpo e alma ao partido dos Mascates, que promoviam caprichosa e accintosamente a erecção do Recife em villa, Sebastião de Castro e Caldas tornou-se odiado de todos em geral, e teve de pagar bem caro os seus desmandos, contribuindo ainda mais para aggravar a sua

situação, o procedimento de seus filhos, rapazes desenvoltos e audazes, insolentes e malcreados.

Pouco tempo depois do seu governo a Camara de Olinda representou ao rei contra os seus actos, — « intrometendo-se na jurisdicção dos ministros, soltando presos, mandando tirar devassas, e suspender no procedimento dellas, dispoticamente abusando das leis e provisões reaes, e commettendo outros absurdos e excessos de grandes prejuizos á boa igualdade da razão e em grande damno da justiça dos povos, » — ao que respondeu o rei por Carta de 7 de Outubro de 1709 communicando — « que lhe mandara extranhar asperissimamente, lhe ordenando se não intromettesse nos negocios da justiça, como crimes, por pertencerem elles aos ministros a que estam commettidos. »

A Carta que o rei dirigio a Sebastião de Castro e Caldas, e a qual se refere na que escreveu a Camara, tem a mesma data, e sobre o caso assim se expressa ella: — « Me pareceu estranhar-vos muito asperissimamente este procedimento e excesso com que vos tendes havido nesse particular, com tanto abuso de jurisdicção que pertence aos ministros da justiça, e espero de vós vos abstenhaes de executar estas desordens, e quando continueis nellas mandarei usar comvosco daquelle rigor de castigo que pedem semelhantes casos tão graves, com tanto prejuizo da bôa igualdade da razão, e com grande damno da justiça dos povos, e assim vos ordeno por esta vos não intromettaes nos negocios de justiça assim civeis como crimes, porque o conhecimento destas pertence aos juizes, ouvidores e mais ministros a quem o tenho commettido por minhas Leis e Provisões, advertindo-vos que não podeis soltar os presos pela justiça, justa ou injustamente presos, porque só aos ministros della pertence, e menos mandares tirar devaças, nem suspendel-as, pois não é do vosso officio examinar quaes são os casos dellas ou não são, e sómente vos pertence o dar-me conta se os ministros da justiça procedem mal, faltam á sua obrigação, ou abaixo de sua jurisdicção para eu os mandar castigar como fôr servido. »

Tão asperas expressões contidas em um documento publico, não ficaram sómente naquellas palavras. A mesma carta trata ainda de um outro assumpto, de que reclamou a Camara de Olinda, sobre o qual assim se expressa o rei: — « E porque os officiaes da Camara dessa

Capitania me dão conta de que nas cartas que lhes escreveis os não trataes com a cortezia devida, e quereis que elles vos tratem nas cartas que vos escrevem com demasiada cortezia: Me pareceu ordenar-vos que nas cartas que escreverdes á Camara lhe ponhaes no fim da lauda branca, Senhores Officiaes da Camara, e a elles o mando assim declarar, e lhes ordeno que quando vos escreverem ponham, Senhor Governador, e não Senhor, porque este titulo simplesmente pertence só a Magestade na forma da lei de cortezias. »

Em face de tão acre censura, outra deveria ser a conducta do Governador, daquella em que o fez ainda permanecer no governo, até que o povo cansado de o supportar e no auge do desespero em que se viu, fez aquillo que a sua propria honra e dignidade o deveriam ter aconselhado —deixar o governo!

Depois de tres annos e meio de um máo governo, de tantas tirannias e males causados pelo seu procedimento, tornou-se odiado, adquiriu inimigos, e por uma felicidade suprema, escapou de pagar com a vida os seus crimes e perversidades.

Foi assim que na tarde de 17 de Outubro de 1710, quando sahia do seu palacio ao seu costumado passeio, acompanhado de mais de vinte e cinco pessôas, ao passar pela rua das Aguas Verdes, hoje Lomas Valentinas, atiraram sobre elle com um bacamarte, de uma casa que se achava deshabitada e fechada, fugindo os assassinos precipitadamente pelos fundos da mesma casa, e com tanta felicidade, que não foram conhecidos nem apanhados, apesar de immediatamente perseguidos pelo sequito do governador.

Sebastião de Castro ficou gravemente ferido, e foi transportado á palacio; e ao mesmo tempo que uns cuidavam de prestar-lhe todos os soccorros possiveis, outros se incumbiam de deligencias tendentes á descoberta dos criminosos de tão grave attentado.

Troços de soldados invadiam as casas dos suspeitos, varejando tudo, sem respeito ao lar e ao decoro das familias; outros se dirigiam a Olinda e varios pontos, e continuando posteriormente as diligencias, foram tantos os presos, que a cadeia do Recife não os comportou, sendo

necessario distribuil-os pelas fortalezas e quarteis, rigorosamente guardados, sem se attender a idade, posição social e ao respeito e importancia de grande parte dos presos.

Sebastião de Castro e Caldas fez tudo para descobrir os criminosos; lançou um bando, promettendo 400$000 a quem os descobrisse ou prendesse, 100$000 e o perdão de El Rei a algum dos proprios conjurados, e se o delator fosse escravo, daria a sua carta de liberdade e a demasia do premio; mas tudo foi infructifero, nada se conseguio.

Entre as innumeras prisões que se fizeram, notam-se a de dous respeitaveis pernambucanos, José Tavares de Hollanda e Manoel Cavalcante Bezerra, cujas circumstancias ainda mais deprimem do caracter do governador, porquanto foram presos por um individuo, que os encontrando em viagem para o Recife, procurou prestar semelhante serviço, com o fim de desfazer qualquer suspeita contra si, como cumplice do attentado contra a vida do governador, «*porque lhe desencaminhava a mulher.*»

Rocha Pitta referindo-se ao attentado, diz com a sua autoridade de contemporaneo: — «posto que Sebastião de Castro e os seus sequazes o attribuiram ás queixas dos pernambucanos, se não averigou com certeza de que parte lhe viera, *havendo mais duas notorias, de onde o podia esperar*, que por modestia se calam.»

Fraco, pusilanime e temeroso, julgando se feliz de haver escapado do primeiro attentado, Sebastião de Castro e Caldas abandona o posto que lhe fôra confiado, e foge precipitadamente, em uma sumaca para a Bahia, na madrugada de 7 de Novembro, deixando o governo acephalo!

Estava, pois, em campo a revolução, essa celebre guerra dos Mascates, que tantas desgraças causou a Pernambuco.

Logo que pela manhã se soube da fuga do governador, mandou o ouvidor Dr. Luiz de Valensuela Ortiz convocar os prelados das ordens religiosas, para irem aos Afogados ter com os revoltosos, que ali se achavam em armas, fazer proposições de paz, uma vez que Sebastião de Castro e Caldas já não estava em Pernambuco; mas nada conseguiram de duravel, os presos foram postos em liberdade, e no dia 10 entra o povo amotinado no Recife, demule o

pelourinho, e segue para Olinda, onde se reune um congresso nos paços da Camara do Senado, para se tratar de preencher o cargo de governador, em cuja solemnidade propõe o intemerato patriofa Bernardo Vieira de Mello, que Pernambuco se constituisse livremente, em republica *ad instar* dos venezianos. Mas a pluralidade aturdida com a magnitade do audacioso projecto, na phrase do Padre Dias Martins, e estremecendo das consequencias, decidiu que se chamasse o bispo diocesano D. Manoel Alvares da Costa, e se lhe entregasse o governo em nome de El Rei, o que se fez, depois de prolongada e calorosa discussão.

Feitas as communicações ao bispo, que se achava ausente, em visita pastoral na Parahyba, regressou elle immediatamente para Pernambuco, e tomou posse do governo da capitania em 15 de Novembro, depois de uma acephalia de oito dias.

Permanecendo Sebastião de Castro na Bahia, mas de accordo com os seus parciaes de Pernambuco, pretendia voltar e tomar de novo posse do governo, mas chegando todos os seus projectos ao conhecimento do governador geral D. Lourenço de Almada, mandou elle immediatamente o prender, em 28 de Setembro de 1711, no forte de Santo Antonio do Carmo, recommendando na Portaria que expediu ao commandante do mesmo forte, *que tivesse esta ordem em segredo.*

Poucos dias depois de recolhido, recebe o governador geral uma carta regia datada de 8 de Junho do mesmo anno, ordenando *que mettesse logo em prisão segura a Sebastião de Castro e Caldas*, em observancia da qual expedio uma Portaria em 16 de Outubro ao commandante do referido forte *para o recolher ao lugar mais conveniente delle.*

Em carta de 11 de Abril de 1712, ordenou o governador geral ao coronel Pedro de Souza Castello Branco, que designasse os navios que tinham de conduzir para Lisbôa os prisioneiros francezes, bem como a Sebastião de Castro e Caldas; mas não partio elle então, e sómente no mez de Junho, para cujo effeito passou á disposição do ouvidor geral do crime, como se vê da Portaria de 21 do indicado mez.

Do governo de Sebastião de Castro se tirou logo em Pernambuco uma devassa, que correu pelo juizo da ouvidoria, e cujos autos se remetteram para a Bahia e Lisbôa;

mas apezar disso mandou o governo tirar uma residencia sobre o mesmo assumpto, para o que veio da Bahia um ministro especial, o Desembargador Domingos Mendes, do que deu contas ao rei com a remessa dos respectivos autos.

Fugindo Sebastião de Castro, de Pernambuco, levou comsigo alguns livros, ordens e regimentos da secretaria do governo; mas chegando este facto ao conhecimento do governador geral, expedio uma Portaria em 28 de Fevereiro de 1712, dirigida ao juiz de fóra para o notificar á entregar os referidos livros e documentos.

Quasi nove mezes esteve o ex-governador em estreita prisão na Bahia, e seguindo para Lisbôa, ignora-se o que occorreu á seu respeito.

Sebastião de Castro e Caldas era militar e tinha a patente de elevado posto no exercito portuguez. Era do conselho do rei, fidalgo da casa real, e commendador de Santa Maria da Covilhã, da ordem de Christo. Homem muito habil e de espirito culto, — « mostrava intelligencia nas materias, diz Rocha Pitta, e vigilancia nos negocios, porem não soube prever o que havia de acontecer-lhe, por que tambem ha Argos que dormem; e a quem cega a paixão ou o destino, cem olhos não bastam. Tinha-os fechados Sebastião de Castro para a nobreza de Pernambuco, e não queria outro objecto, mais que o povo do Recife. »

D. Manuel Alvares da Costa, governador interino. — Abandonando o governador Sebastião de Castro e Caldas o posto que lhe fôra confiado, e fugindo inesperada e precipitadamente para a Bahia, reunio-se em congresso na Camara do Senado de Olinda as pessôas principaes da capitania, afim de se tratar da forma de governo a se adoptar, e depois de calorosa discussão, foi decidido que se chamasse o bispo diocesano D. Manoel Alvares da Costa, que estava de visita na Parahyba, e se lhe entregasse o governo civil da capitania, por lhe competir, segundo as vias de successão existentes.

Logo que o bispo recebeu communicação do occorrido regressou á Pernambuco, e no dia 15 de Novembro de 1710 tomou posse do governo da capitania.

Atravessava então a capitania uma epocha de exaltação politica, que fez explodir o rompimento armado tão celebre em nossa historia, pela consagração popular de guerra dos Mascates.

Como meio de impedir que se avolumasse a corrente dos acontecimentos, e parasse mesmo o seu curso, publicou o bispo, no proprio dia da sua posse, um acto de perdão geral, em nome do rei, que foi depois approvado, e conseguindo apasiguar os animos, — « procurou governar com justiça e mansidão, não distsnguindo entre os habitantes senão subditos do mesmo rei. »

Parecia que todos os negocios e exaltações politicas tinham-se acalmado, e que reinava a paz na capitania, quando em 18 de Junho de 1711 rompe a contra revolução e a guerra civil ateia-se de novo, com mais intensidade ainda.

Estando de visita no Recife, recolhido no Collegio dos Jesuitas, vio se D. Manoel prisioneiro dos Mascates, guardado por uma força de 150 soldados que tinham em apertado cerco aquelle estabelecimento, e forçado á expedir ordens contrarias aos seus sentimentos de paz e de tranquillidade ; mas, desde que lhe foi concedido ter a praça por homenagem conseguio evadir-se para a cidade de Olinda. Ordena então o sitio do Recife, afim de chamar os rebeldes á obediencia, e restabelecer a paz ; emprega todos os meios possiveis para conseguir acalmar a exaltação dos animos e evitar uma guerra cujas consequencias tanto temia ; mas nada conseguio todo o seu empenho e esforços em prol da paz e do socego publico.

Nesta contingencia dolorosa, vendo que era necessario empregar medidas energicas, que só a força poderia conseguir impor obediencia aos sublevados mascates, o Illustre prelado nomeia um commandante em chefe para o exercito, e abdica o governo temporal em 27 de Junho de 1711, entregando-o a uma junta que nomeou ; mas, apparecendo em 6 de Outubro do mesmo anno a frota em que vinha o governador nomeado, expedio o bispo communicações, em uma jangada, sobre o estado em que se achavam os negocios da capitania, e tendo em resposta do governador, que somente de suas mãos receberia o governo da capitania, como pessôa competente, assumio elle de novo ao governo,

para o entregar no dia 8 do mesmo mez ao effectivo funccionario.

JUNTA GOVERNATIVA. — No dia 27 de Junho de 1711 entrega o bispo diocesano D. Manoel Alvares da Costa, o governo da capitania a uma junta governativa que nomeou no mesmo dia, composta do Dr. Luiz de Valensuela Ortiz, Ouvidor Geral de Pernambuco, Christovão de Mendonça Arraes, mestre de campo do terço de linha de Olinda, e dos officiaes do Senado da Camara da mesma cidade, que eram então, o coronel Domingos Bezerra Monteiro, vereador mais velho que servia de Juiz de Fóra, o capitão Antonio Bezerra Cavalcanti, e Estevão Soares de Aragão, procurador do Conselho.

O acto de nomeação da Junta, firmado pelo bispo, é do theor seguinte:

« Visto os moradores do Recife persistirem na sua rebellião e contumacia, e estarem desobedientes, e levantados com as fortalezas de Sua Magestade, e com as peças abocadas para os naturaes da terra, atirando-lhes por todas as partes com balas, e sendo notificados os Cabos, e Capitães sublevados para desistirem da dita violencia, e virem a Conselho de guerra, á minha presença, com pena de privação de seus postos, a cousa nenhuma obedeceram como consta da certião do Secretario do Governo, e respostas dadas nas Portarias, e o ser constante estarem comprados os ditos Cabos. Portanto, attendendo ao meus estado Episcopal, remetto éste requerimento, com os mais documentos juntos, ao Dr. Luiz de Velensuela Ortiz, e ao Mestre de Campo Christovão de Mendonça Arraes, e aos Officiaes do Senado da Camara, para que neste particular determinem o que lhes parecer mais acertado para o serviço de Deus, e de Sua Magestade, e bem de seus Vassallos, para o que demitto, e largo nas suas mãos o poder temporal, que neste particular tenho, comtanto que não haja effusão de sangue, e assim o protesto uma e mil vezes, como já protestado tenho, e que para esta restauração e negocio, e tudo o mais que delle se pode seguir, não concorro directa nem indirectamente, porque só quero a paz e socego nos Vassallos de Sua Magestade, que Deus Guarde e poderá outro sim o dito Dr. Ouvidor Geral proceder

contra os ditos Capitães e Cabos, comprados e desobedientes, na forma do direito, com as penas comminadas nas notificações que se lhes fizeram. Olinda, 27 de Junho de 1711. — *Manoel*, Bispo e Governador. »

A Junta governou até o dia 6 de Outubro do mesmo anno, quando o bispo reassumio o governo da capitania em vista de lhe haver communicado de bordo o governador nomeado, que somente de suas mãos receberia a posse do governo como pessôa competente, de conformidade com as prescripções regias.

FELIX JOSÉ MACHADO DE MENDONÇA EÇA CASTRO E VASCONCELLOS. — Foi nomeado por Carta Patente de 27 de Março de 1711, — « *pelos seus merecimentos, qualidades e serviços,* » — tomou posse do governo em 10 de Outubro do mesmo anno, e o dirigio até 1 de Junho de 1715.

Felix José Machado nasceu em Lisbôa em 22 de Março de 1677, e era filho de Antonio Felix Machado da Silva e Castro, segundo Marquez de Monte Bello, que fora governador de Pernambuco, e de sua mulher D. Luiza Maria de Mendonça.

Despachado governador de Pernambuco depots de haver servido no exercito, e chegado ao posto de mestre de campo, ganho em campanha, posto esse que já o exercia em 1706, commandando o terço velho da guarnição de Chaves, partio para o seu destino onde chegou a 6 de Outubro de 1711, saltou no Recife no dia seguinte e recolheu-se no Collegio dos Jesuitas, tendo lugar a solemnidade da sua posse na cathedral de Olinda, em presença da Camara do Senado da cidade, e com assistencia das de Itamaracá, Iguarassú e Goyanna, que para isso se convocaram.

Regressando o governador para o Recife, no mesmo dia, houve luminarias por tres dias, — « *e com varias dansas e encamisadas, deram os recifenses mostras da grande alegria com que o receberam.* »

Felix José Machado, de animo já mesmo prevenido em Portugal, contra os pernambucanos, entregou-se abertamente ao partido dos Mascates e começou o seu governo praticando toda a sorte de perseguições e arbitrariedades contra o partido pernambucano, que tinha tido o arrojo

de pegar em armas á protestar contra as pretensões dos portuguezes do Recife, e ainda mais, a de tentar a independencia da capitania, sob a forma republicana.

Trazendo em sua companhia novos magistrados para tomar conta das varas de ouvidor geral e de juiz de fóra, iniciou-se tremenda alçada contra os patriotas pernambucanos, que foram arrastados a prisões, postos á ferros, e entregues aos mais crueis tratos, e depois conduzidos a Lisbôa, desterrados para inhospitas regiões, onde acabaram miseravelmente os seus dias. Nem mesmo o proprio bispo diocesano, o venerando D. Manoel Alvares da Costa, que acabava de governar a capitania, se vio isento da sanha dos mascates, dos seus odios e vinganças, tão vilmente satisfeitos pelo inconsciente governador.

Immoral, convertendo o palacio do governo em centro de reunião de mulheres perdidas, e levando a prostituição á casas de familias honestas; ou fazendo ainda do mesmo palacio casa de tavolagem, em que se cobrava aos jogadores o barato de cartas e luzes, sem escrupulos na admissão de pessôas, porquanto até taverneiros eram recebidos para a jogatina, saindo sempre com as algibeiras vasias; selvaticamente guloso, quasi attinge as proporções de um monstro, e pesando-se por garbo na balança de um engenho de assucar, verificou-se que tinha dois quintaes e quatro libras de peso; sem crenças e sem religião, desrespeitava a Deus, ao seu culto e aos seus templos, levando o seu procedimento ao ponto de ouvir missa em casa, deitado em uma cama, entre lençóes, com um barrete branco na cabeça, limitando-se apenas a recostar-se sobre os cotovellos na occasião da elevação da hostia e do calice; tal era o governador Felix José Machado, que corrompido pelo ouro dos mascates, foi o açoite dos pernambucanos victimas do seu patriotismo, por tres longos annos!

E o que se podia esperar de quem obra acções tão irreverentes, interroga um chronista do tempo, e outras em que a racionalidade se desdiz, e se desbarata? Pois aquellas, em que os homens aos brutos se assemelham, deve a prudencia quanto puder occultal-os, e não fazer alarde, estando á mesa, mandar se lhe chegue o asqueroso e immundo vaso de espurcicias para exoneração do ventre cheio, e á vista dos assistentes, no mesmo tempo de comer, estar em acto tão contrario. Esta acção para elle, seria,

falla ainda o mesmo chronista, e será, se a continua, mui curial e mui fidalga; mas não se lhe ha de contar, que alem dos brutos, houvesse quem voluntariamente tal obrasse, e quando outrem o fizera, podia presumir-se e affirmar-se, que teve o nascimento em alguma estribaria, e a criação em algum chiqueiro.

Felix José Machado foi o primeiro governador que exigio o tratamento de excellencia; e com razão, observa Fernandes Gama, porque na verdade, foi excellente, em avantajar-se a todos que o precederam. Familiarisando-se com os mascates, descobrio a propensão dos seus fins, dando a conhecer que seria do lado daquelle que mais désse. Este genio avesso a equidade e a justiça, achou quanto podia aspirar um homem ambicioso, que tinha por alvo as injustiças, as prevaricações e a perversidade!

Não admira que este governador aceitasse peças de ouro, em um banquete que deu em palácio, para o qual convidou os mercadores do Recife, agradecendo-lhes o presente com os maiores louvores, e dizendo entre outras cousas, que, «a intelligencia dos mascates era superior a dos naturaes de Pernambuco»; e não admira tambem, que com semelhante exemplo, os dous magistrados que com elle vieram, puzessem a justiça em almoeda e se declarassem abertamente pelos mascates.

Dos seus actos de parcialidade contra os pernambucanos, das suas tyrannias e desregrado procedimento, endereçaram-se varias representações ao governo da metropole, que mais de uma vez o reprehendeu, especialmente pela Carta Regia de 7 de Abril de 1714, que *estranhou muito severamente o seu procedimento*, assim como pela de 25 de Setembro do mesmo anno, que o reprehendeu severamente por obrigar a se lhe dar o tratamento de excellencia, a que não tinha direito.

Mandando prender na cadeia do Recife ao Padre José Mauricio Wanderley, representou elle de semelhante attentado, e por Provisão de 12 de Fevereiro de 1715 foi ordenado que o puzesse em liberdade, *extranhado-se-lhe o haver preso aquelle Padre contra as ordens reaes.*

Mandou elle desalojar os moradores de umas casas na visinhança de palacio para aboletar ao capitão de mar e guerra José de Semedo Maia e ao tenente João Cardoso. O proprietario requereu os alugueis do tempo em que es-

tiveram ellas occupadas, e elle não os mandou pagar ; recorreu então ao rei, e este ordenou por uma Provisão, que Felix José Machado satisfizesse a sua custa a importancia, que andava em 236$000. Elle pagou immediatamente, mas reclamou, e sendo attendido, veio uma Provisão em 1719, ordenando que o proprietario restituisse a quantia que recebera ! !

Taes são resumidamente os actos mais salientes da nefasta administração de Felix José Machado. No entretanto, elle era um fidalgo de alta linhagem, possuidor de elevados titulos honorificos, homem intelligente e illustrado mesmo, do que deixou testemunho em varios trabalhos litterarios que escreveu !

Findando o tempo do seu governo, e o entregando ao seu successor, dominado pelos remorsos, e cheio de odios, Felix José Machado teve receio de que as suas victimas procurassem vingar se, e pedio ao novo governador soldados que o guardassem, intentando não sahir á rua sem ser acompanhado, como costumava, no que aliás, não foi attendido.

Conhecendo o governo da metropole dos actos do seu governo, expedio ordens para se abrir devassa, com a clausula, porem, de começar ella depois de sua partida, deixando procurador e fiança á perdas e damnos em que o alcançassem.

Permanecendo ainda em Pernambuco cerca de quatro mezes, depois que entregou o governo, partio para Portugal em fins de Setembro de 1715, a bordo da náu Sereia, que fez parte da frota daquelle anno.

A Felix José Machado acompanharam alem das maldições e dos odios de um povo tyranisado, grande numero de libellos e amarguradas queixas dirigidas ao rei, em que se manifestavam o seu máu governo e consciencia, as suas ambições, injustiças, falsos testemunhos, mentiras e perdas que causou, e as maldades com que se houve.

Não consta, porem, qual fosse a pena imposta a este governador que tanto sangue fez correr em Pernambuco, que tantos males causou a esta terra, de parceria com os mascates ; sabe-se apenas que não lhe deram mais commissão alguma, e permanecendo em Lisbôa, falleceu a 15 de Julho de 1731, aos 54 annos de idade, talvez esquecido e ralado de remorsos.

Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcellos, era do conselho do rei, donatario dos conselhos e terras de Entre-Homem e Cavado, senhor das casas de Castro, Vasconcellos e Barroso, e dos solares dellas, alcaide mór de Mourão, e commendador das commendas e villas do Casal, e Seixo de Obidos, da ordem de Christo.

(Continúa.)

F. A. Pereira da Costa.

NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA

CONTENDO AS MEMORIAS GENEALOGICAS DAS FAMILIAS MAIS DISTINCTAS, E A NOTICIA DA ORIGEM ANTIGUIDADE E SUA SUCCESSÃO POR

Antonio José Victoriano Borges da Fonceca

Natural da villa de Santo Antonio do Recife, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, Professo na Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, Familiar do Santo Officio, e Ajudante de Tenente do Mestre de Campo General da Capitania de Pernambuco, e Mestre em Artes pelos estudos geraes do Collegio da Companhia de Jesus na cidade de Olinda.

TOMO I --- 1748

Noticia da causa que houve para se escrever este livro genealogico

O Illm. e Exm. Sr. D. Marcos de Noronha, filho primogenito dos 5° Condes dos Arcos, D. Thomaz de Noronha e D. Magdalena Bruna de Almeida, do Conselho de S. Magestade e Governador e Capitão General desta Capitania, em uma occasião me disse estimaria muito que eu lhe desse por escripto noticias de algumas das familias nobres desta Capitania, supponho que para ajuntar aos muitos escriptos curiosos, que tem mandado fazer de tudo quanto poude haver noticia nesta Capitania, desde o seu descobrimento. Eu que assim desejo dar gosto a este Fidalgo, que pela sua benevolencia e virtudes se faz amavel, como elogiar aos meus patricios, aceitei logo a incumbencia, que me pareceu facil, mas ao depois por experiencia propria, achei o contrario, pois que encontrei sujeitos dos mais nobres da terra, que nem me sabiam dar noticia da

naturalidade de seus avós. Finalmente depois de grandes diligencias pude descobrir uns antigos manuscriptos que a instancias do Senhor Governador, que foi desta Capitania Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcellos, famoso genealogico, havia escripto Antonio de Sá e outros mais que me participaram alguns artigos, mas todos, ainda que extensos e cheios de noticias, tão confusos que me deram mais trabalho em pol-os em ordem do que em alcançal-os.

Communicando algumas noticias das que havia alcançado em uma occasião ao Capitão-mór João Carneiro da Cunha, homem intelligente nas genealogias desta terra, me persuadio a que confiasse as noticias que encontrava em algum livro, do qual havia grande falta nesta terra; sempre assim o fizeram os Portuguezes (mais amigos de adquirirem gloria pelo braço do que pela penna), pois que um que havia escripto, não diz quem por escrupulo, o queimara Antonio Ribeiro de Lacerda, por conter muitas noticias infamatorias, ao mesmo tempo que eram menos verdadeiras algumas dellas.

Facilmente me persuadi e me resolvi a escrever este livro, que contem cento e quarenta e quatro meias folhas de papel, as quaes todas são numeradas e rubricadas, por mim, diligencia que fiz, para que pelo tempo adiante, não houvesse quem quizesse aqui escrever as suas mentiras e attribuir-m'as.

Mas primeiro que escrevesse passei pelos olhos onze tomos, que da genealogia da casa real portugueza escreveu o famosissimo S. D. Antonio Caetano de Souza para lhe imitar o methodo, que me pareceu clarissimo e por isso o sigo.

Esta é a minha satisfação, que da obra me parece devo dar que da verdade della não posso, segurar, pois que muitas cousas escrevo fundado em tradicções e memorias avulsas, que em varias partes encontrei, mas asseguro que fiz quanto pude de proseguir o mais verdadeiro e seguir as opiniões mais bem fundadas. Isto não é dizer que tudo quanto escrevo é fundado em tradicções, porque tambem escrevo muitas cousas fundadas em documentos juridicos e de inviolavel fé; mas é dizer que não pude achar nem encontrar todos quantos documentos desejava e me eram necessarios; pelo que nas cousas que escrever só por no-

ticias não quero mais fé do que a que merece quem conta o que ouve.

Tambem advirto que escrevo das familias de que pude haver noticias e não de todas, e assim não duvido que me fiquem por escrever muitas familias ainda das mais principaes, o que advirto para que daqui a 100 ou 200 annos, se apparecer este livro, que pode ser não haja quem diga V. g. quem é fulano, quem eram seus avós, no anno de tantos, em que fuão escreveu um livro das gerações nobres, não fez caso da sua porque seus avós ainda então não eram nomeados, e fique este meu livro como o da finta dos hollandezes servindo de prova á mentira e maledicencias apaixonadas de homens malevolos, indiscretos que ao mesmo tempo que confessam que os hollandezes fintavam para christãos novos a quem muito lhes parecia, chegando a fintar por tal a um irmão inteiro de um familiar do Santo Officio, se querem aproveitar das confusas listas trasladadas do livro das fintas para macularem a quem é objecto da sua paixão ou talvez inveja.

Eu quiz escrever das familias pela ordem do alphabeto mas não pude pois que não achei todas as noticias ao mesmo tempo, e as que primeiro puz em ordem para dar ao Senhor General D. Marcos de Noronha, essas trasladei primeiro, e como a minha familia e dos meus parentes ou adherentes são as de que tinha mais noticias não foi necessario indagar noticias; por esse motivo fiz primeiro os seus titulos e os trasladei primeiro e não pela vaidade de dar com ellas principio ao livro.

TITULO I

Filhos que houve Jeronymo d'Albuquerque em D. Maria do Espirito Santo Arcoverde

De D. Jeronymo d'Albuquerque Maranhão e da sua successão.

2 Entre os filhos varões que houve Jeronymo d'Albuquerque em D. Maria do Espirito Santo Arcoverde, foi Jeronymo d'Albuquerque Maranhão o terceiro e ultimo, porem o seu valor de tal sorte o distinguio entre seus irmãos que não só as memorias de José de Sá, mas a opinião

commum o suppõe primogenito entre os filhos da dita Arcoverde, sem reflectirem que por não ter Jeronymo d'Albuquerque Maranhão idade competente na occasião em que seu pai casou com D. Felippa de Mello, filha de D. Christovão de Mello, o não casou tambem com alguma das outras filhas do dito D. Christovão de Mello, como casou a seus irmãos Manoel d'Albuquerque e André d'Albuquerque, por serem os mais velhos.

Viveu Jeronymo d'Albuquerque na patria com a honra propria do seu nascimento, mas logo que se offereceu occasião de mostrar o seu generoso espirito marcial o executou com tanta bizarria, que ainda hoje não esquece que a capitania do Maranhão lhe deveu a conquista no anno de 1614, segundo Mariz, tom. 3º livro 2º tit. 46 e que por remuneração deste serviço lhe fez o rei D. Felippe II de Castella, no tempo em que o era de Portugal, a mercê deste appellido, de que muito se presam seus descendentes.

Casou Jeronymo d'Albuquerque Maranhão, com D. Catharina Feijó, filha de Antonio Pinheiro Feijó, feitor mór da Armada, que foi ao Maranhão e de sua mulher Leonor Guedes, irmã de D. Ignez Guedes, mulher do Instituidor do Morgado de Nossa Senhora Mãe de Deus do Cabo de Santo Agostinho, João Paes Barreto, filhas de Francisco Carvalho de Andrada e de sua mulher Maria Tavares de Guardez, senhores do engenho de S. Paulo da Varzea, dos quaes foi filha primogenita N..... Guardez, mulher de Braz Barbalho, avós materno do grande Luiz Barbalho Bezerra.

Falleceu Jeronymo d'Albuquerque Maranhão no seu engenho do Cunhahú, que elle erigio no anno de 1624, deixando de sua mulher D. Catharina Feijó os filhos seguintes :

3 Antonio d'Albuquerque Maranhão, que continúa.

3 Mathias d'Albuquerque Maranhão.

3 Jeronymo d'Albuquerque Maranhão, a quem mataram os hollandezes no anno de 1631, como escreve Brito, Livro 4º n. 432.

3 Antonio d'Albuquerque Maranhão, fidalgo cavalheiro da Casa Real e commendador de Santo André do Ervedal, na Ordem de Christo, foi Governador e Capitão General do Maranhão, depois de governar a capitania da Parahyba, onde se achava no anno de 1630, em que os

hollandezes tomaram Olinda, e nesta occasião procedeu Antonio d'Albuquerque Maranhão com todo o valor e accordo, como referem os nossos historiadores. Casou em Lisbôa com D. Joanna de Castello Branco, filha bastarda de D. João de Castello Branco, filho do Conde de Sabugal D. Duarte de Castello Branco, Meirinho mór do reino, e de sua mulher D. Catharina da Silva, a qual D. Joanna de Castello Branco foi havida em D. Catharina, natural de Andalusia.

Do referido matrimonio de Antonio d'Albuquerque Maranhão com D. Joanna de Castello Branco, nasceram:

4 Affonso d'Albuquerque Maranhão, que falleceu no anno de 1671, na altura de Pernambuco, vindo de Lisbôa embarcado com seu tio Affonso Furtado de Mendonça, primeiro Visconde de Barbacena, que nesse anno veio por Governador e Capitão General do Brasil.

Foi lançado ao mar em um caixão o cadaver de Affonso d'Albuquerque Maranhão e as aguas o trouxeram as praias do *Musuipe*, onde foi sepultado em uma capella que ha naquelle lugar, por ordem de Francisco de Souza, que ignorando de quem era o cadaver, não duvidou ser de pessôa distincta. Não casou nem deixou successão.

4 D. Antonia Margarida de Castello Branco, que segue.

4 D. Antonia Margarida de Castello Branco, casou com Braz Telles de Menezes filho de D. Fernando Telles de Faro Menezes e Carvalho, senhor das villas de Samorosa e Sarçosa, commendador de Nossa Senhora de Companhia da de S. Romão de Mouris, S. Damião de Azeres, Santa Maria de Vide, na Ordem de Christo, e de sua mulher D. Marianna de Noronha filha ..... de Christovão Soares, Secretario de Estado e commendador de S. Cosme e Damião de Azeres e de S. Pedro de..... na Ordem de Christo e de sua mulher D. Catharina de Noronha, filha de D. Francisco Pereira, commendador de Pinheiro.

Viveu D. Antonia Margarida de Castello Branco alguns annos com seu marido; porem recolhendo-se elle ao convento de Jesus, onde recebeu o habito da 3ª ordem de S. Francisco, ella se recolheu ao de Nossa Senhora da Madre de Deus onde viveu com grande exemplo até a morte deixando da sua virtude grande opinião.

Do referido matrimonio de D. Antonia Margarida de Castello Branco com Braz Telles de Menezes nasceu unico.

5 Manoel Telles de Menezes, que segue.

5 Manoel Telles de Menezes succedeu na casa o Morgado de sua mãe e foi senhor das Enguias; falleceu a 15 de Março de 1737. Casou com D. Anna Helena de Castro e Silveira, que falleceu a 30 de Novembro de 1722, filha de Ayres Telles de Menezes, senhor da casa de Villa Rouca e de sua mulher D. Joanna Maria de Castro, filha de D. Braz de Castro, governador da India. Deste matrimonio nasceram:

6 Braz Diogo Telles de Menezes, que falleceu sem successão.

6 D. Joanna Maria de Castro, religiosa no convento da Madre de Deus, onde se chamou Soror Joanna de Jesus Maria.

6 D. Antonia.

6 D. Luiza.

6 D. Maria, que morreram meninas.

6 D. Izabel Catharina Caetana de Menezes, que segue.

6 D. Izabel Catharina Caetana de Menezes, casou a 2 de Outubro de 1713, com D. Pedro de Mello de Athayde, fidalgo da Casa Real, cavalheiro da Ordem de Christo e secretario do conselho da guerra, o qual logrou em Castella a mercê do titulo de Conde, por mercê do rei D. Carlos III, de 17 de Março de 1718, filho de Luiz Correia da Paz, fidalgo da Casa Real, Deputado da Junta do Commercio e instituidor de um oppulentissimo morgado, e de sua mulher D. Josepha Thereza de Mello da Silva, irmã de Frei Carlos de Mello, Eremita de Santo Angelo e Sumilher da Custodia do Imperador Carlos VI, filhos de Pedro de Brito de Mello, Senhor do Morgado da Caparosa, e de sua mulher e tia D. Maria da Silva Mello, filha de Martins da Cunha d'Eça e de sua mulher D. Maria da Silva, senhora da ilha do Anno Bom. Do referido matrimonio de D. Izabel Catharina Caetana de Menezes com Pedro de Mello de Athayde nasceram:

7 Francisco de Mello de Athayde, que segue, a 9 de Março de 1723.

7 D. Anna....., que nasceu a 8 de Dezembro de 1771.

7 D. Josepha. ....., que nasceu a 13 de Março de 1728.

7 Francisco de Mello de Athayde, casou com D. Rita da Graça de Lencastre, filha de D. Rodrigo de Lencastre, Gentilhomem da Camara do Infante D. Manoel e de sua mulher D. Izabel de Castro, filha de João Correia de Lacerda, cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Luiza da Fontoura.

3 Mathias d'Albuquerque Maranhão, filho segundo de Jeronymo d'Albuquerque Maranhão, n. 2 cap. 3º, e de sua mulher D. Catharina Feyo, vivia na capitania da Parahyba em companhia de seu irmão Antonio d'Albuquerque Maranhão, no anno de 1630, em que os hollandezes desembarcaram em Pernambuco, onde veio por cabo de um soccorro, que o dito Antonio d'Albuquerque Maranhão mandou a seu parente Mathias d'Albuquerque governador de Pernambuco; e nesta occasião procedeu com valor e desembaraço que delle se esperava. Tomado Pernambuco e as mais capitanias do norte pelos hollandezes, retirou-se Mathias d'Albuquerque Maranhão com seu irmão Antonio d'Albuquerque Maranhão para Portugal; e quando este foi Governador e Capitão General do Maranhão, veio Mathias d'Albuquerque para o Rio de Janeiro onde se achava empregado no serviço real no anno de 1656, em que a Senhora Rainha D. Luiza então regente do reino lhe fez mercê do Governo da Parahyba, de que fez aviso ao Governador da dita capitania, João Fernandes Vieira, por carta de 19 de Dezembro do dito anno, a qual foi registrada na camara da cidade da Parahyba, a 19 de Agosto de 1657, nella ordena que João Fernandes Vieira entregsse o governo da capitania da Parahyba ao mestre de campo Antonio Dias Cardoso e que partisse logo para o governo de Angola, de que lhe tinha feito mercê para por este modo lhe ficar levantada a homenagem, emquanto não chegasse do Rio de Janeiro Mathias d'Albuquerque Maranhão, que com effeito chegou do Rio de Janeiro e tomou posse do governo da Parahyba no fim do dito anno de 1657 e nelle esteve até o de 1663, em que lhe succedeu João do Rego Barros e Mathias d'Albuquerque Maranhão se retirou para o seu engenho Cunhaú onde falleceu pelo anno de 1685.

Foi Mathias d'Albuquerque Maranhão, fidalgo cavalheiro da Casa Real, filhamento que lhe pertencia por seu

pai e avós, e commendador da commenda de S. Vicente da Figueira, na Ordem de Christo; casou no Rio de Janeiro com D. Izabel da Camara, filha de Pedro Gaio da Camara e de sua mulher D. Izabel de Oliveira, pessôas da primeira nobresa daquella cidade, e deste matrimonio nasceram:

4 Antonio d'Albuquerque Maranhão, fidalgo da Casa Real e commendador, Mestre de Campo da Infanteria, o qual falleceu solteiro.

4 Jeronymo d'Albuquerque, religioso da Companhia Jesus.

4 Lopo d'Albuquerque da Camara, que continúa.

4 Pedro d'Albuquerque da Camara, que falleceu solteiro.

4 D. Catharina Simôa d'Albuquerque, que casou com Luiz de Souza F ..... de quem se ha de dar noticia no § 3º.

4 Affonso d'Albuquerque Maranhão.

4 D. Joanna da Camara d'Albuquerque Maranhão, que casou a primeira vez com João de Noballas y Urreya senhor do engenho de Sibiró e de outros, filho de Manoel de Noballas, nobilissimo hespanhol que veio a Pernambuco antes dos hollandezes, e de sua mulher D. Anna Soares.

4 D. Barbara da Camara d'Albuquerque, que casou com Salvador Quaresma Dourado, proprietario do officio de Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfandega da Capitania da Parahyba, de quem se ha de escrever adiante, no § 4º.

4 D. Marianna da Camara d'Albuquerque, que casou e foi segunda mulher de Affonso d'Albuquerque de Mello, fidalgo cavalheiro da Casa Real, e deste matrimonio não houve successão, como fica escripto na parte primeira, cap. 3º, § 1º.

4 D. Anna Maria da Camara, que falleceu solteira.

4 D. Apolonia da Camara d'Albuquerque, que casou duas vezes no Rio de Janeiro; a primeira com seu primo André Gaio da Camara, filho de Lopo Gaio da Camara e de sua mulher D. Ursula da Silveira, e a segunda com Manoel Pimenta Tello, Mestre de Campo do Terço de auxiliares do Rio de Janeiro, no anno de 1636, em que ambos viviam, e como de nenhum destes matrimonios teve successão, deixou por seus herdeiros a seus sobrinhos o conego Mathias d'Albuquerque Maranhão e Pedro Sal-

danha d'Albuquerque, filho natural de Ayres Saldanha d'Albuquerque, Governador do Rio de Janeiro, que lhe deu a crear. O dito Pedro Saldanha foi para a India por Brigadeiro de Infaniaria neste anno de 1758 em companhia de seu irmão o Conde d'Eça, Manoel Saldanha d'Albuquerque, que foi Vice-rei daquelle Estado.

4 Lopo d'Albuquerque, fidalgo.

Paula Ferraz de Azevedo, mãe do capitão mór João Peixoto de Vasconcellos, foi filha de Fernão de Moraes Daltro, natural de Lisbôa (de onde veio a Parahyba com a propriedade de um officio de Tabellião, que se lhe deu em remuneração dos serviços de seu pai Francisco Vieira Daltro, que foi captivo na batalha de Alcacer, e de sua mulher Jeronyma Ferraz de Azevedo, que nasceu na freguezia da Luz, no anno de 1611 e era filha de Gaspar de Azevedo, natural de Lisbôa e fundador da igreja de Nossa Senhora da Luz, e de sua mulher e prima Izabel de Campos, filha de Affonso de Campos, primeiro senhor das terras da freguezia da Luz.)

D. Manoella d'Albuquerque que casou com Manoel Gomes da Silveira Bezerra, 8º senhor do Morgado do Salvador da Casa da Santa Misericordia da cidade da Parahyba, filho primogenito do capitão mór Jose Gomes da Silveira Bezerra, 7º senhor do dito morgado, e de sua mulher D. Joanna Francisca Peres de Figueirôa, dos quaes acima demos noticia. Do referido matrimonio de D. Manoella d'Albuquerque com Manoel Gomes da Silveira Bezerra tem nascido até o presente :

D. Maria d'Albuquerque Ignacia Francisca, que casou com seu sobrinho João Luiz Salgado Accioly, filho de Antonio Pereira Rego e de sua mulher D. Anna de Moura e deste matrimonio ha a successão que já deixamos escripta.

D. Anna d'Albuquerque que casou com Francisco de Mello e Albuquerque, senhor do engenho vinculado de Tapera.

D. Catharina Simôa d'Albuquerque, filha do commendador Mathias d'Albuquerque Maranhão e de sua mulher D. Izabel da Camara, casou com o coronel Luiz de Souza Furna, pessôa de grande autoridade e de grossos cabedaes na capitania da Parahyba, proprietario dos Officios de Juiz de Orphãos e Escrivão da Camara da mesma capitania, o

qual era filho de Antonio Fernandes Furna, cavalheiro da ordem de S. Bento de Aviz e capitão mór e governador do Rio Grande, o qual era natural da Ilha da Madeira, e de sua mulher D. Beatriz de Souza de Abreu, natural de Olinda, segunda filha de Paulo de Souza, proprietario de um officio de Tabellião da mesma cidade, e de sua mulher Catharina Luiza, naturaes do Porto, os quaes viviam na dita cidade pelo anno de 1608, como consta do livro velho da Sé, irmã de Aleixo de Souza, o velho, progenitor dos *Pessôas Borbas* familia muito principal de Tracunhaem. Do referido matrimonio de D. Catharina Simôa d'Albuquerque com Luiz de Souza Furna, nasceram:

Mathias d'Albuquerque Maranhão, que segue.

D. Brites d'Albuquerque, que não tomou estado.

Antonio d'Albuquerque Maranhão, senhor do engenho de Tapera, Coronel do Regimento de Cavallaria de Serinhaem, a cujo cargo está a freguezia de Ipojuca, neste anno de 1758, casou com D. Joanna Vieira de Sá, filha de João Alves Vieira, cavalheiro da Ordem de Christo e Familiar do Santo Officio; e de sua mulher D. Margarida de Sá, e deste matrimonio não ha successão.

Francisco de Mello Muniz capitão de auxiliares do Terço do Cabo, que vive solteiro.

D. Maria d'Albuquerque.

D. Luiza d'Albuquerque.

D. Izabel da Camara d'Albuquerque, que vivem solteiras.

D. Barbara da Camara d'Albuquerque, filha do commendador Mathias d'Albuquerque Maranhão e de sua mulher D. Izabel da Camara, casou com Salvador Soares Dourado, proprietario do officio de Provedor da Fazenda Real e defuntos e ausentes e Juiz..... da Alfandega da capitania da Parahyba, filho primogenito de Luiz Quaresma, por carta de 13 de Fevereiro de 1682, natural de Santarem e da primeira nobreza daquella villa; o qual passou ao Brasil por occasião das guerras dos hollandezes e nellas occupou os postos de Alferes a Capitão de Infantaria ficando reformado, e depois da restauração passou a Parahyba a servir o officio de Provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes e na dita capitania casou com D. Maria Dourado de Bulhões, irmã do Desembargador Feliciano Dourado, conselheiro do Conselho Ultramarino que na se-

cretaria da Embaixada de França e nas Inviaturas de que foi encarregado, procedeu com os acertos, que referem os nossos historiadores, os quaes eram filhos do Doutor Gaspar Gonçalves Dourado e de sua mulher primeira Izabel Nunes de Bulhões, natural da Parahyba, filha de Amador Velho de Bulhões e de sua mulher Catharina de Mello de Miranda.

Do referido matrimonio de D. Barbara da Camara d'Albuquerque com Salvador Quaresma Dourado, nasceram:

D. Izabel da Camara d'Albuquerque, que continua.

D. Joanna, que casou com Domingos de Mello Montenegro.

D. Josepha, que vive solteira.

D. Izabel da Camara d'Albuquerque casou com seu primo Feliciano Dourado, que foi muito bom estudante, e mui favorecido das musas, porem pelo seu genio de poeta não cuidou em encartar-se na propriedade do officio de Provedor da Fazenda Real da capitania da Parahyba, que pertencia a sua mulher. Foi filho de Manoel de Brito Gramaxo, natural do Porto, e de sua mulher D. Izabel Dourado irmã do Provisor Salvador Quaresma Dourado. Do referido matrimonio nasceram:

Salvador Quaresma Dourado, que serve a El-rei na capitania da Parahyba e é successor do dito officio; vive ainda solteiro.

D. Rosa, que vive solteira.

D. Maria, que casou a pouco tempo.

TITULO II

DOS CARVALHOS

A familia dos *Carvalhos* da capitania de Pernambuco tem a sua origem na nobilissima casa de seu appellido, que é uma das mais antigas e illustres do nosso Reino porque della descendiam os dous irmãos Bernardino de Carvalho e Sebastião de Carvalho, que vindo a dita capitania, antes dos hollandezes, que a tomaram em 1630, nella casaram e deixaram a descendencia de que vamos dar noticia.

Foram Bernardino de Carvalho e Sebastião de Carvalho, filhos de João Alves de Carvalho, fidalgo da Casa Real e Desembargador da Casa do Porto, e de sua mulher D. Maria de Andrada, filha de Fernão Dias de Andrada e de sua mulher D. Angela Berenguer de Alcaminha, filha do Dr. Pedro Berenguer de Lumittana, fidalgo catalão, que casou na ilha da Madeira com Izabel Rodrigues de Andrada, das mais conhecidas casas daquella ilha, das quaes descendem tambem na nossa côrte a dos Jacques de Magalhães, Viscondes de Fonte Arcada, a de D. Miguel de Mello e Abreu senhor do Paulere, Serem e Prestimo, a de Luiz Manoel de Castanheda e Moura, que foi Alcayde mór de Basto e contador mór do Reino e outros.

Netos de Manoel Alves de Carvalho, fidalgo da Casa de S. Magestade e de seu Conselho, Desembargador do Paço que foi por Embaixador á Inglaterra no tempo que a Senhora Rainha D. Catharina governava o reino por menoridade de seu neto El-rei D. Sebastião, e de sua mulher D. Ignez Casado Maciel, filha de João Casado Maciel, natural de Vianna, que se achou na tomada de Ayamór com dous navios á sua custa, e passando depois á India com o Vice-rei D. Vasco da Gama acompanhou ao governador D. Estevão da Gama na viagem do mar Rôxo, e de sua mulher D. Ignez Annes Maciel.

Bisnetos de Sebastião Alves de Carvalho, fidalgo da Casa Real e Corregedor da Côrte, e de sua mulher Branca de Guimarães, filha de N.. ..... . Alves de Guimarães, senhor do Costo e Companhia de Solares, e de sua mulher Izabel Lopes Clamisso, pessôa muito principal da cidade. de.....

E terceiros netos de Francisco Alves de Carvalho, Official em.. .... , filho de Alvaro de Carvalho, senhor de Carvalho, Porto de Carne..... Juvenal Velloso das ..... Villa da Cobra, rico dos foros de..... , o qual foi 8º neto de..... ..... Os genealogicos dão principio á familia do seu appellido no ..... de rei D. Sancho II, como se vê de um titulo desta nobilissima familia escripto na villa de Certam, no anno de 1744, que Jacintho Leitão Alanjo..... .. Lima, famoso genealogico do nosso Reino, do qual nos dá noticia Antonio Caetano de Souza no Aparato da sua Historia genealogica da Casa Real Portugueza pag. CLXXIII e nas advertencias e adicções que andam

no fim do Tomo 8º, pag. 10 e o abbade de Sever, Diogo Barbosa Machado na sua Bibliotheca Lusit., cujo titulo da familia de Carvalho se conforma com o que da sua origem e successão escreveu o Dr. Antonio de Carvalho da Horta na sua Corograf. Portug., Tom. 2º Liv. 1, trat. 1, cap. 23 pag. 77.

§ 1º

BERNARDINO DE CARVALHO E DO SEU CASAMENTO E SUCCESSÃO

2 Bernardino de Carvalho, que era o mais velho veio, como já vimos a Pernambuco antes da entrada dos Hollandezes, mas ainda era vivo no tempo em que estes o dominaram como se manifesta do que nos deixaram escripto os autores que escreveram as guerras que houveram nestas capitanias desde o anno de 1630, em que nellas entraram, até 1654 em que foram restauradas. Do Livro 1 das Vereações da Camara de Olinda, consta que elle era juiz ordinario no anno de 1750 e no liv. 1 de Miscelanias da Vedoria se acha registrada com Patente passada pelo Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes, a 26 de Outubro do mesmo anno, em que ordena a Bernardino de Carvalho, fidalgo da Casa de S. Magestade, que por ser o juiz mais velho servia de Ouvidor e auditor da gente de guerra por ter fallecido Francisco Gomes Muniz que o era.

Foi Bernardino de Carvalho casado com D. Joanna Barreto, filha de Manoel Gomes Barreto e de sua mulher D. Gracia Bezerra, que foi filha de Domingos Bezerra Felpa de Barbuda que falleceu em Olinda a 21 de Outubro de 1607 e de Cezaria Monteiro, que tambem falleceu em Olinda a 12 de Outubro de 1606. Neta paterna de Antonio Bezerra Felpa de Barbuda, natural de Ponte de Lima, um dos primeiros povoadores de Pernambuco, e de sua mulher Maria de Araujo Monteiro, filha de Pantaleão Monteiro, senhor do engenho de São Pantaleão a que chamam do Monteiro, e de sua mulher Maria Monteiro. Manoel Gomes Barreto foi filho de Paulo Bezerra e no anno de 1611 era juiz ordinario de Olinda e era natural de Vianna, irmão de Antonio Bezerra Barriga, da casa dos morgados

de Paredes e de sua mulher D. Maria Paes Barreto. Nasceram do referido matrimonio os filhos seguintes :

3 Bernardino de Carvalho, que foi para Portugal onde serviu nas guerras da acclamação de El-rei D. João IV, e sendo capitão de cavallos ficou prisioneiro na batalha de Montijo e falleceu na cadeia de Badajoz.

3 Antonio de Carvalho, que tambem foi para Portugal a servir na referida guerra e falleceu na mesma batalha sendo capitão de Infanteria.

3 Manoel Alves de Carvalho, a quem de alcunha chamavam o *Cafondó* e é de quem falla o Castrioto e tambem o Valeroso Lucideno. Falleceu sem tomar estado, nem deixou successão pela incapacidade que lhe resultou do estupor que padeceu.

3 D. Gracia de Carvalho de Andrada, adiante.

3 D. Anna Côrte Real, religiosa no Mosteiro de Santa Clara de Lisbôa.

3 D. Gracia de Carvalho de Andrada, casou-se com Francisco de Oliveira Lemos, que nos livros das Vereações da Camara de Olinda, do anno de 1663 se acha servindo de Vereador. Foi filho herdeiro de Antonio de Oliveira, senhor do engenho de S. Paulo da Varzea de Capibaribe, o qual em 1645 servia de Ouvidor e Provedor da Fazenda Real de Itamaracá, e de sua mulher D. Mecia de Lemos de quem foi segundo marido, porque ella primeiro havia sido casada com Gonçalo Feyo.

Nasceram deste matrimonio :

4 Francisco de Oliveira Lemos, que falleceu solteiro.

4 Bernardino Carvalho de Andrada, que continua.

4 D. Maria de Carvalho que casou com Antonio Curado Vidal, fidalgo cavalheiro da Casa de S. Magestade commendador da commenda de S. Pedro do Sul na Ordem de Christo e Mestre de Campo do Terço de Infantaria paga da praça do Recife, o qual foi filho de Lopo Curado Garro, um dos tres governadores da Parahyba nomeados para a restauração a que se deu principio no anno de 1645 e um dos mais valerosos cabos daquella guerra, e de sua mulher D. Izabel Ferreira de Jesus, irmã de André Vidal de Negreiros, do conselho de S. Magestade, alcayde mór das villas de Marialva e Moreira, commendador da commenda de S. Pedro do Sul, Governador e Capitão General que foi do reino de Angola, do Maranhão e duas vezes de Per-

nambuco, o qual era natural da Parahyba e filho de Francisco Vidal, natural de Lisbôa, e de sua mulher Catharina Ferreira natural da ilha do Porto Santo.

Do referido matrimonio não houve successão.

4 Bernardino de Carvalho de Andrada, servio na guerra dos Hollandezes e foi capitão de infantaria do Terço do Recife, de quem era mestre de campo D. João de Souza; por patente de 8 de Julho de 1666, porem os interesses da sua casa o obrigaram a largar o serviço e passar ao posto de sargento mór do Terço de Ordenanças das freguezias do Recife, Varzea e Santo Amaro, por patente de 15 de Janeiro de 1673. E no de 1654, em que se restaurou Pernambuco, o achamos nos livros das Vereações da Camara de Olinda servindo de Vereador. Casou com sua parenta D. Laura Cavalcante Bezerra, filha de Cosme Bezerra Monteiro, e de sua mulher D. Leonarda Cavalcante d'Albuquerque, em titulo de *Bezerras Felpas de Barbuda*, e deste matrimonio nasceram:

5 Bernardino de Carvalho de Andrada, que casou com D. Agueda de Abreu, filha de Cosme de Abreu, senhor do engenho velho da freguezia de Santo Amaro, mas não deixou successão.

5 João Cavalcante d'Albuqnerque, que casou com D. Maria, filha de Calixto Lopes Lobo, que foi vereador de Olinda em 1704 e tambem não teve successão.

5 Lourenço Cavalcante d'Albuquerque, que continua.

5 Antonio de Carvalho de Andrada, adiante.

5 D. Maria Magdalena de Carvalho, que casou com seu paaente Sebastião Bezerra Cavalcante, filho de Manoel de Araujo Cavalcante e de sua mulher D. Brazia Cavalcante e da sua successão se escreve em titulo de Araujos Pereiras.

5 D. Anna Cavalcante Bezerra, que casou com Manoel Lopes Lobo filho de Calixto Lopes Lobo, acima nomeados, e não tiveram filhos.

5 D. Maria Paes Barreto, que casou com seu primo Cosme Bezerra Monteiro, filho de Manoel de Araujo Cavalcante e de sua mulher D. Brazia Cavalcante, e tambem não tiveram successão.

5 Lourenço Cavalcante d'Albnquerque, que falleceu a dous ou tres annos com quasi 80 de idade e no de 1765 era juiz vereador na cidade de Olinda, em cuja camara servio

mais vezes, e de Provedor da Misericordia em 1741 ; foi capitão mór da freguezia da Varzea onde era senhor de engenho de S. Paulo, que havia sido de seus avós ; casou duas vezes, a primeira com D. Luiza dos Prazeres Mello, filha de Bento Velho Ferreira, que foi Alferes de Infantaria e de sua mulher D. Joanna de Barros Castro, e a segunda com D. Ignez Barreto d'Albuquerque, viuva de... e filha do Tenente-coronel Domingos de Souza Cavalcante e de D. Joanna Barreto d'Albuquerque, deste matrimonio teve successão e nasceram :

6 Jeronymo Cavalcante d'Albuquerque, que foi marido de D. Faustina de Mello Muniz, filha de João Ferreira Baptista, sargento mór da Parahyba, e de sua mulher D. Margarida de Mello Muniz filha de Braz de Mello Muniz e não tiveram successão.

6 Antonio Cavalcante d'Albuquerque que continúa.

6 D. Ignez Luiza d'Albuquerque, que casou com Alvaro Barbalho Uchôa, filho de outro Alvaro Barbalho Uchôa e de sua mulher e prima D. Maria Barbalho, e da sua successão se escreve em titulo de *Barbalhos*.

6 D. Adrianna Luiza d'Albuquerque, que casou com João Camello de Sá Cavalcante, filho de Francisco de Sá Cavalcante e de sua mulher D. Catharina Camello Pessôa, de sua descendencia escreve-se em titulo de *Sás Cavalcantes*.

6 Antonio Cavalcante d'Albuquerque casou se com D. Francisca Ignacia Campello, filha de Manoel Rodrigues Campello, cavalheiro fidalgo da ordem de Christo, que foi Capitão de Infantaria do Regimento de Olinda e official das ordens do governo de Pernambuco e ao presente é sargento mór do Terço Velho de Auxiliares do Recife, e de sua mulher Innocencia de Brito Falcão, em titulo de *Campello*, e deste matrimonio tem nascido :

7 Luiz Manoel Rodrigues de Campello.

7 D. Innocencia

5 Antonio de Carvalho d'Andrada, viveu sempre na freguezia da Varzea e servio muitas vezes na camara de Olinda, casou-se com D. Catharina Maria de Sá Cavalcante, filha de Marcos de Sá e de sua mulher D. Maria Cavalcante, titulo de *Sás Cavalcantes*, e deste matrimonio nasceu :

6 Luiz Cavalcante d'Albuquerque que vive na sua fa-

zenda da Varge, é capitão do regimento de cavallaria e tem servido na Camara de Olinda. Casou como acima vimos, com sua prima D. Maria Luiza Cavalcante, filha de seu tio o capitão mór Lourenço Cavalcante d'Albuquerque e de sua mulher D. Luiza dos Prazeres de Mello, e deste matrimonio nasceu:

7 Lourenço Antonio Cavalcante d'Albuquerque que casou a 7 de Novembro do anno passado 1770 com D. Rosa Elena de Souza, filha do capitão mór Roque Antunes Correia, cavalheiro da Ordem de Christo e Familiar do Santo Officio, e de sua mulher D. Ignacia Rosa Tenorio. Veja-se titulo de *Antunes Carvalho*.

§ 2º

SEBASTIÃO DE CARVALHO E SUA SUCCESSÃO

2 Sebastião de Carvalho veio, como ficou dito, a Pernambuco antes da entrada dos Hollandezes e falleceu seis annos depois da restauração porque do seu testamento, que foi feito a 27 de Julho de 1660 e approvado pelo Tabellião Manoel Rodrigues de Castro (o qual anda junto do inventario de seus bens) se vê que foi aberto pelo Vigario da Varzea Manoel Luiz a 4 de Agosto do mesmo anno. Teve o fôro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, que lhe pertencia por seus pais e avós, por Alvará de 30 de Junho de 1623, e não quiz emprego algum no serviço do Rei e da Patria, porque a inimisade em que sempre viveu com Fernandes Vieira por causa das terras de que eram eréos, o obrigou a não seguil-o quando proclamou a liberdade da patria e deu occasião a que os autores que escreveram aquella historia o reputassem menos fiel arguindo-o da sua mesma indifferença.

Do referido testamento se vê tambem que foi natural do Crato e que casou em Pernambuco tres vezes, a primeira com D. Joanna de Góes viuva de André Gomes da Costa e filho de Agostinho de Olanda, o *Velho*, e de sua mulher D. Maria de Paiva, em titulo de *Olandas*; a segunda com D. Maria Camello, viuva de Miguel Bezerra e filha de Manoel Camello de Queiroga, senhor do engenho do Escurial de Porto Calvo, que foi segundo marido de D. Maria Lins, em titulo de *Lins*, e a terceira com D. Fran-

cisca Monteiro, filha de Francisco Monteiro Bezerra e de sua mulher D. Maria Pessoa. Veja-se titulo de *Bezerras Felpas de Barbuda.*

Do segundo matrimonio não teve Sebastião de Carvalho successão e do primeiro e terceiro teve as filhas seguintes:

Do primeiro matrimonio:

3 D. Maria de Carvalho que continua.

3 D. Angela de Carvalho, que do inventario que se fez por fallecimento de sua mãe no anno de 1641, consta que tinha 22 annos de idade e no de 1660, em que falleceu seu pai, estava já casada com João Soares de Souza, como se vê do seu testamento, e não tenho deste matrimonio outra noticia.

Do terceiro matrimonio:

3 D. Sebastiana de Carvalho que casou com Manoel Carneiro da Cunha, filho de Manoel Carneiro de Mariz e de sua mulher D. Cosma da Cunha. Vide titulo de *Carneiros* onde se escreve a sua successão.

3 D. Marianna de Carvalho casou com Gonçalo de Oliveira de Vasconcellos a quem no livro das vereações de Olinda, achamos servindo de Juiz ordinario no anno de 1648 e eram já casados no de 1641, em que se fez o inventario de D. Joanna de Goes, primeira mulher de Sebastião de Carvalho. Como do mesmo se vê foi este Gonçalo de Oliveira irmão inteiro de Francisco de Oliveira Lemos, que acima vimos casado com D. Gracia de Carvalho, filha de Bernardino de Carvalho. Do referido matrimonio nasceram:

4 Manoel Alves de Carvalho, que continua.

4 Bernardo de Carvalho, adiante.

4 João Alves de Carvalho, adiante.

4 Miguel Alves de Carvalho, adiante.

4 Antonio de Oliveira de Carvalho, adiante.

4 Sebastião de Carvalho, que sahindo eleito por vereador de Olinda em 1671, não tomou posse por ser sobrinho de Balthazar Leitão de Vasconcellos que tambem sahio eleito no mesmo anno. Casou com N..... e não teve successão.

4 D. Maria de Lemos que casou com Pedro d'Albuquerque e tambem não teve successão.

4 D. Victoria de Carvalho, adiante.

4 Manoel Alves de Carvalho que foi Capitão de Orde-

nança na freguezia da Varzea, servio de Vereador da Camara de Olinda em 1633. Casou com sua prima D. Ignez de Vasconcellos, que tinha 21 annos e ainda era solteira no anno de 1679 em que o Juiz de Orphãos Christovão Berenguer de Andrada com o Escrivão Fernão Velho de Araujo fez a 18 de Dezembro inventario dos bens que ficaram por fallecimento de seus pais Pedro Villela Cid e D. Ignez de Goes Vasconcellos.

No mesmo inventario se acha um requerimento feito a 17 de Maio de 1636 do qual consta que já então era fallecida D. Ignez que fôra casada com Manoel Alves de Carvalho e que este era o tutor dos filhos que lhe ficaram deste matrimonio, que são os seguintes:

5 José de Freitas de Andrada que tinha 8 annos no de 1632 em que o Juiz de Orphãos Pedro Ribeiro da Silva com o Escrivão Fernão Velho de Araujo fez a 14 de Janeiro inventario dos bens que ficaram por fallecimento de sua mãe. Foi lavrador do Giquiá.

5 João Alves de Carvalho que tinha seis annos.

5 Manoel Alves de Carvalho que tinha quatro annos.

5 D. Anna Maria de Carvalho, que tinha dez annos, no de 1632 casou com seu primo Jacintho de Freitas Barreto filho de seu tio Miguel Alves de Carvalho, como adiante se verá.

4 Bernardo de Carvalho que já em 1630 servio de vereador na camara de Olinda, casou com D. Lourença Tavares de Olanda, filha do capitão Salvador Tavares da Fonceca e de sua mulher D. Maria de Olanda (vide titulo de *Olandas*) e deste matrimonio só ficaram as duas filhas seguintes:

5 D. Maria de Olanda, mulher de seu primo o sargento mór Sebastião de Carvalho de Andrada, como logo veremos.

5 D. Micaella de Carvalho, que não tomou estado e vive virtuosamente na cidade de Olinda, com o habito descoberto da terceira ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

4 João Alves de Carvalho foi capitão da Ordenança da freguezia da Varzea, onde viveu e falleceu no anno de 1633, em que a 20 de Outubro fez inventario de seus bens o Juiz de Orphãos Antonio de Araujo Pessôa com o Escrivão Ignacio Cabral de Souza. Foi casado com D. Ma-

ria de Figueiredo, irmã de sua cunhada D. Lourença Tavares, ambas, (alem de outros) filhas do capitão Sebastião Tavares da Fonceca e de sua mulher D. Maria de Olanda já nomeados.

Nasceram deste matrimonio :

5 Sebastião Carvalho de Andrada, que continua.

5 Salvador Tavares, que do dito inventario consta que em 1633 tinha 9 annos.

5 D. Joanna de Carvalho, adiante.

5 D. Antonia, que falleceu logo depois de seu pai e antes de se fazer o inventario, como do mesmo consta.

5 D. Sebastiana de Carvalho, que tinha 7 annos quando se fez o dito inventario.

5 D. Mecia de Lemos, que casou com seu primo Braz Barbalho filho de Luiz Barbalho de Vasconcellos e de sua mulher D. Antonia de Figueiredo, (Vide titulo de *Barbalhos*), tinha 5 annos quando se fez o inventario.

5 D. Mariana de Figueiredo que tinha 4 annos quando se fez o inventario. Casou com seu primo Luiz Barbalho de Vasconcellos, filho dos já nomeados Luiz Barbalho de Vasconcellos e D. Antonia de Figueiredo, em titulo de *Barbalho*.

5 Sebastião de Carvalho e Andrada que tinha 11 annos no de 1633 em que se fez o inventario de seu pai ; foi sargento das Ordenanças da cidade Olinda e nella servio de vereador em 1733; casou, como fica dito com sua prima D. Maria de Olanda, filha de seu tio Bernardo de Carvalho e de sua mulher D. Lourença Tavares e deste matrimonio nasceram :

6 José Bernardo de Carvalho de Andrada que continua.

6 José Bernardino de Carvalho de Andrada, que vive em Olinda onde é Capitão de Ordenança e tem servido de vereador, casou com sua prima D. Lourença Joanna de Vasconcellos, filha do Tenente Coronel Antonio Cabral de Vasconcellos, segundo marido de sua tia D. Joanna de Carvalho, como logo se verá e deste matrimonio tem nascido :

7 Sebastião José de Carvalho de Andrada.

7 D. Joanna de Carvalho, que tinha 12 annos no de 1633 em que se fez o inventario de seu pai o capitão João

Alves de Carvalho, casou duas vezes, a primeira com.....
.....

e a segunda com o Tenente Coronel Antonio Cabral de Vasconcellos, filho de Francisco Cabral Marecos e de sua mulher D. Maria Cabral. (Vide titulo de *Olandas.*).....
.....

Do segundo matrimonio :

6 D. Lourença Joanna de Vasconcellos mulher de seu primo o capitão José Bernardo de Carvalho Andrade, como acima vimos.
.....

4 Miguel Alves de Carvalho, casou com D. Felicia Barbosa filha de... ..... e tiveram :

5 Jacintho de Freitas Barreto, que continua.

5 Bernardo de Carvalho, que casou com sua prima D. Maria Feyo de Freitas, irmã do Chantre da Sé de Olinda Manoel de Freitas Barros, filhos (alem de outros) de Pedro Villela Cid, o *Moço*, e de sua mulher D. Maria de Barros e não tiveram successão.

5 Jacintho de Freitas Barreto que dos livros das Vereações da Camara de Olinda consta que era fallecido no de 1736 em que sahio eleito para vereador da mesma Camara. Foi casado com sua prima D. Anna Maria de Carvalho, filha de seu tio Manoel Alves de Carvalho e da sua mulher D. Ignez de Vasconcellos, como acima vimos e deste matrimonio houveram
.....
.....

4 Antonio de Oliveira de Carvalho, foi casado com D. Izabel de Barros, filha de..... e tiveram :

5 Gonçalo de Oliveira.

5 José de Barros.

5 D. Victoria de Carvalho, que continua.

4 D. Victoria de Carvalho casou com Manoel do Couto

de Castro de Almeida, natural da Ilha da Madeira e nasceram deste matrimonio :

5 Antonio do Couto de Castro Almeida.
5 João do Couto de Castro Almeida.
5 Manoel do Couto de Castro Almeida.
5 Miguel Alves de Carvalho.
5 D. Francisca de Castro.

(Continúa.)

VIAGENS NO BRASIL

Provincias de Pernambuco, Ceará, Parahyba, Maranhão, etc.

Uzos e costumes dos habitantes desse paiz, por Henry Koster

TRADUZIDAS PARA O FRANCEZ POR M. A. JAY E DO FRANCEZ PARA O PORTUGUEZ POR ANTONIO C. DE A. PIMENTEL, AMANUENSE DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO.

Publicado em Paris em 1846. — 1° volume.

(COTINUAÇÃO DO N. 55)

CAPITULO VII

CONTINUAÇÃO DA VIAGEM. — DE AÇÚ A ARACATY. — DE ARACATY AO CEARÁ. — OS INDIOS. — O ULTIMO GOVERNADOR. — A FAMILIA DOS FEITOSAS.

Caminhamos por entre mattos cerca de uma legua e chegamos ás margens do lago Piato, que seguimos durante meia legua e descarregamos os cavallos junto a *casa de palha* do commandante do districto. O lago do Piato tem quasi tres leguas de comprimento e uma de largura. Suas margens são ferteis e produzem com abundancia arroz, milho, canna de assucar e mellões, tendo eu tambem visto muito encostados a ellas alguns algodoeiros. As aguas que na estação chuvosa se precipitam no lago destroem, até findar o inverno, toda a apparencia de cultura, por ser o terreno que o circumda mais alto do que o nivel das mesmas aguas, obrigando assim a recomeçarem-se os trabalhos na seguinte estação. Nos annos como os em que

viajei por essas regiões, os habitantes teriam perecido se elle não existisse. A elle devem os moradores do Açú o terem podido permanecer em suas casas na apocha que por lá transitei. A apparencia de abundancia, a brilhante verdura, o gado e os cavallos bem nutridos, que, allongando as margens, nos attrahiam as vistas, á nós mesmos reanimavam. Sentiamos confiança, uma especie de certeza (que havia muito não experimentavamos) de que, succedesse o que succedesse, as cousas de primeira necessidade não nos faltariam. Os montes abrasados que cercam o lago, as margens deste bem cultivadas e os profundos e perigosos lamaçaes que contem no centro e que impedem a communicação entre os habitantes das duas margens, constituiam um painel singular. No lago não havia agua, mas o lamaçal era profundissimo e molle para que uma pessoa podesse atravessal-o ; não se podia tão pouco tentar a passagem em jangada, o menor peso a enterraria.

Arranchamo-nos debaixo de um arvoredo que havia num alto, tendo o lago á nossa direita.

Entre esse lugar e a casa do commandante, existia um fundo barranco no meio do qual, na estação pluviosa, as aguas se precipitam do cume do monte. Esse barranco era cultivado e em redor delle tinham construido um cercado onde apenas deixaram uma estreita verêda pela qual se ia do lugar em que estavamos, no monte, á cabana, que era de madeira e coberta de palhas de carnaúba e de outras arvores. Só servia como habitação provisoria na estação calorenta, pois o proprietario possuia no Açú a sua residencia effectiva. Tinha numerosa familia composta de gente por extremo acanhada ; mal apercebi as mulheres ainda que de vez em quando se deixassem entrever, lançando á furto curioso olhar sobre os inglezes que até então tinham imaginado homens de uma especie toda particular.

A' tarde presenciei um acto de destreza surprehendente, executado por um dos filhos do commandante, rapaz de cerca de quatorze annos de idade. Eu ouvira fallar muitas vezes do modo de pegar bois bravos no sertão. O individuo que deve executar essa operação, monta á cavallo, e, armado de uma vara de ferrão, busca o animal que pretende derrubar e quando delle se approxima, furalhe o flanco entre as ilhargas e a anca, e se o ataca justa-

mente no instante em que elle levanta as patas trazeiras, atira-o ao chão com força tal que muitas vezes fal-o virar de costas. Alguns bois tinham entrado nas plantações de milho do commandante e um dos rapazes, trajando calça e camisa, não poude conformar-se com aquellas importunas visitas, e montando em pello num dos cavallos do pai, entre os quaes diversos lindissimos, munio se de uma vara de ferrão e partio ao encontro dos bois. Começou por enchotal-os da plantação entrando depois a perseguil-os até que alcançando um com a vara, no momento opportuno, atirou-o ao chão ; antes porem que podesse voltar a redea, outro accommettendo-o por detraz, metteu os chifres na côxa do cavallo, ao qual tivera o rapaz a precaução de pôr o freio, pois se o montara com o cabresto provavelmente maior perigo teria corrido. Um dos irmãos que se apressara a acodil-o conseguio livral-o. A facilidade com que o animal fôra derrubado prova que o habito e a agilidade em tal exercicio são mais necessarios do que a força.

A' tarde sobreveio uma chuvada, a primeira que apparecia desde a nossa sahida de Goyanna, e foi mesmo a unica que cahio durante toda a minha viagem de Goyanna ao Ceará. Em geral não chove nessa epocha do anno e as desgraças provocadas pela falta de chuvas provinham de terem sido ellas no anno anterior, muito menos do que de ordinario. Corremos para a cabana atravessando o barranco e abandonando as bagagens onde as tinhamos descarregado ; a chuva porem não durou. Por ser a cabana extremamente pequena não podiamos passar a noite nella e o arvoredo ficava muito longe para podermos, no caso de chuva, alcançal-a antes de molhados. A vista disso resolvi estabelecer-me no barranco, junto ao cercado e ao pé do monte onde estava a cabana. Arranjei com dous fardos uma cama para mim, á barlavento do fogo, que accendemos, milhares de mosquitos porem levantaram-se forçando-me abandonar aquella cama e a ir estender-me sobre um couro do outro lado do fogo, alimentado principalmente com estrume secco de boi, cujo fumo era tão espesso e o cheiro tão activo que de todo affastavam os impertinentes insectos ; esse remedio entretanto não é nada agradavel porque o fumo quasi que não deixa abrir-se a bocca nem os olhos e não permitte que se falle. O desejo porem de livrar-nos dessas myriades de mosquitos, que

voavam em torno de nós fez-nos preferir o fumo como mal menor. Apezar desses dissabores divirtianos o trabalho dos que deixavam apagar se o fogo; ninguem dormiu bem porque o cuidado nas fogueiras, obrigava cada um a estar alerta. Pela manhã mal podia o fumo proteger-nos dos insectos; com o andar do tempo aprendi que na visinhança dos lagos e dos grandes pantanos só se deve a gente arranchar nos lugares mais elevados. O proprio commandante que se installara no alto da montanha, tambem se via obrigado a accender fogueiras todas as noites á barlavento da casa.

Partimos bem cedo e proseguimos o nosso caminho durante algum tempo ao longo das margens da lagôa penetrando depois num terreno descoberto onde todas as plantas tinham seccado. Pernoitamos sob os ramos de uma arvore a quasi vinte milhas do Piato. O gado que vimos nesse dia estava bom, o que indicava haver no lugar agua em abundancia.

A estrada que percorremos no dia immediato fez nos atravessar matagaes e terrenos pedregosos, porem os mattos nessa parte do paiz nem são extensos nem de vigoroso crescimento; as arvores não tem a altura das das florestas pernambucanas e as mattas de córte são ahi menos expessas. Passamos por fazendas cujos animaes se achavam nas melhóres condições e vimos mesmo um numeroso bando de cavallos ruços. Pedi agua aos moradores de uma das casas e fui servido por uma linda e alva moça de dezesete annos, pouco mais ou menos, que fallava muito e com vivacidade o que deixava perceber que habitara lugares mais civilisados. Havia na casa duas creanças de côr de quem era mãi sendo ella filha de um pequeno proprietario, que a casara contra a sua vontade com um mulato rico. Deu ao meu guia uma incumbencia para o marido, que estava administrando um córte de madeiras á beira da estrada que seguiamos. Ahi o encontramos com effaito; era homem de cerca de quarenta annos, côr escura mais do que a dos mulatos em geral. Soube pelo guia do Açú a historia daquella mulhersinha que tinha feito barulho naquelles cantões. A tarde atravessamos um pantano salgado cercado de enorme quantidade de carnaúba. Costeamol-o em busca de passagem e escolhemos e achamos uma onde se distinguiam as pegadas dos viajantes que recentemente o

haviam transposto. O lamaçal tinha pé ou pé e meio de fundo e nos demais lugares a passagem era impraticavel. Por toda parte onde uma pata de cavallo abrira um buraco, via-se sal christalisado. A largura do pantauo no meio é de duzentas varas, pouco mais ou menos, e o comprimento de quasi uma legua. Depois de passal-o chegamos ao *taboleiro* em que deviamos dormir. A tarde levantou-se o vento. Eu me sentára na sella de través com as pernas pendentes para o mesmo lado, conservando na mão o guarda sol aberto afim de garantir-me contra os raios solares; uma lufada de vento carregou-nos a mim e ao guarda sol e brandamente nos atirou ao chão o que bastante divertio os companheiros. Se o cavallo tem tomado o freio nos dentes eu me teria visto em desagradabilissima situação; elle porem já viajara muito para assustar-se com semelhantes bagatellas.

Caminhamos ainda dous dias sobre o mesmo solo, isto é, por meio de planicies cheias de arvoredos esparsos e de alguns matagaes, passando tambem por dous pantanos salitrados, mas não lamosos, sendo no entanto salobra a agua que, cavando-se, ahi se encontra; o fundo porem estava secco e duro.

Mimosa, a cadella do meu novo guia muito nos distrahia. Ia sempre farejando no matto junto da estrada onde vinha de quando em quando. Era habilissima em descobrir o *tatú bolla* ou rolante, pequena especie de armadilho. Esse animal é protegido pelo casco; quando o tocam enrosca-se á maneira do ouriço. Logo que a cadella descobria um, tocava-o com o focinho e ladrava continuando nesse manejo cada vez que o armadilho se movia, até que seu senhor lhe respondesse. Dessa forma apanhamos varios desse animaes, cuja carne é tão delicada como a do leitão. O *tatú verdadeiro* ou o verdadeiro armadilho que é muito maior, não se enrosca. *Mimosa* com frequencia perseguia os fugitivos até metterem-se nos buracos onde ficava ella de guarda não sahindo em quanto o dono a não chamasse. Ha uma terceira especie de armadilho conhecida por *peba* que, dizem, alimenta-se de carne humana.

As dez horas da manhã de 10 de Dezembro entramos na povoação de Santa Luzia, que contem de duzentos a trezentos habitantes. E' edificada em quadrado e tem uma

igreja ; as casas são pequeninas e baixas. Achei nessa povoação meios de encher as minhas botijas de licores e de fazer provisão de *rapaduras*, que são pedaços de assucar mascavado, que se apura no fogo até poder endurecer quando esfria o que o torna mais portatil e menos sujeito a se dissolver no caminho.

Na vespera da nossa chegada á Santa Luzia tinhamos descançado, ao meio dia, debaixo de uns arvoredos, junto a uma cabana, onde vi o couro de um jaguar (onça pintada, na lingua do paiz), estendido sobre estacas e parecendo muito fresco. Entrando em conversa com o dono da cabana, contou-me elle que, auxiliado por tres cães, matara aquelle animal, que lhe fizera nas ovelhas grande carnificina, escapando a todos os esforços empregados para surprehendel-o, nunca se deixando ver no mesmo lugar duas vezes consecutivas. Na vespera, conforme o seu costume, sahira o meu homem, levando tres cães e a espingarda carregada com a unica munição que possuia, de maneira que uma vez desparado aquelle tiro, só lhe restava para defender-se, uma faca que levava no quarto. Um dos cães dando com a pista do jaguar seguio-a até a furna onde o animal se mettera e os tres attacaram-no morrendo um e sahindo feridos os outros dous. No momento em que a féra sahia o homem apontou, o tiro partio e vendo o caçador que a ferira gravemente, atirou-se a ella de faca em punho e matou-a. No combate dilacerou elle um braço que conservava na typoia. Pedio-me um bocado de polvora dizendo que nos arredores ainda havia outro jaguar. A pelle desses animaes é muito procurada no Brasil onde servem de mantas para sellas e do modo porque estas são feitas no paiz é indispensavel uma coberta qualquer. Possúo uma manta de couro de jaguar com cinco pés e tres pollegadas de comprimento. A onça vermelha *(felis concolor)* e a onça preta, *(felis discolor)*, são communs ; o jaguar porem ainda o é mais e mais temivel.

No mesmo dia passamos o leito secco do Panema, o terceiro rio que atravessamos desde a nossa partida do Açú e achavam-se todos no mesmo estado.

Santa Luzia fica á margem septentrional de um rio secco, em solo arenoso. Abrigamo-nos ao meio dia sob o tecto de uma miseravel choupana. Cinzas frias e um banco de ramos entrelaçados eram os unicos indicios de

ter sido ella habitada. Diversos moradores da povoação vieram logo pedir-nos noticias de Pernambuco, entre elles um rapaz, cujo accento annunciava ser originario de uma provincia septentrional de Portugal; notava-se, por suas maneiras, a alta ideia que fazia da propria personalidade. Assegurou-me que tinha ordem do commandante para exigir o meu passaporte. Respondi-lhe que se o commandante desejasse ver o meu passaporte, ter-me-hia mandado um dos seus officiaes. O moço observou-me que era o sargento do districto. Respondi-lhe que não duvidava da veracidade de suas palavras, mas que não podia reconhecer-lhe a autoridade, visto como não se achava uniformisado e sim trajando como os outros camisa e seroulas e acrescentei que alem disso as suas maneiras me decidiam a não mostrar-lhe absolutamente o meu passaporte em caso algum. Insistio e eu voltando-me para Julio perguntei-lhe se comprehendia o que dizia aquelle homem e Julio respondeu-me: Sim, senhor, esteja tranquillo! O sargento affastou-se e nós preparamos as armas o que admirou e divertio alguns dos mais pacificos espectadores. Logo depois voltou o meu rapaz e dirigio-se á nós accompanhado de duas ou tres pessôas. Gritei-lhe que não se approximasse do contrario Julio faria fogo. Julgou conveniente parar e como eu mesmo achasse prudente retirar-me o mais breve possivel, sahimos da povoação á uma hora da tarde debaixo de sol ardente e assim nos libertamos da inquisição do tal sargento.

O rio á beira do qual fica a povoação separa as capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará, conseguintemente muitas razões havia para o commandante exigir-me o passaporte, mas era preciso sustentar a alta opinião que se fazia do nomo Inglez por toda a parte em que os homens possuiam bastante intelligencia para comprehender que os inglezes não são bichos e ao mesmo tempo precisava manter a importancia que eu tinha perante os que me acompanhavam. Não me convinha humilhar-me em presença de um individuo que se mostrava desejoso de fazer-me sentir a preponderancia que suppunha ligada ao seu cargo. Se eu tivesse sido convidado, de maneira attenciosa, a ir á casa do commandante, ou se o sargento se houvesse apresentado fardado, nada se teria dado. Estas minudencias, ainda que á primeira vista sem importancia, são

com tudo de grande peso no conceito dos que tão pouco hão progredido na civilisação porque a opinião publica é tudo. Se a ideia de que eu era um bicho e um heretico não fôra contrabalançada pela da ordem e importancia da minho pessôa, eu teria tido contra mim a povoação inteira e a minha propria gente ter-me hia abandonado.

O aspecto geral da capitania do Rio Grande do Norte é o de uma região, ao meio dia de Natal, mediocremente productiva, e ao norte dessa cidade é de todo esteril com excepção das margens do Potengi e das terras visinhas.

Atravessamos o dominio da Ilha, distante legua e meia de Santa Luzia e depois de prover-nos d'agua fomos quatro leguas mais adiante até uma casa deshabitada e ainda não concluida. O proprietario começara a edifical-a no anno precedente, na estação invernosa e continuára até que seccou a agua da fonte mais proxima. A casa era grande e coberta de telhas mas estavo só com as madeiras para a construcção das paredes. A intenção fôra de estabelecer-se ali uma fazenda; a falta d'agua, porem, desviara talvez o proprietario desse intento. Toda a zona entre a Ilha e Tibou, onde fizemos parada no dia seguinte, estava sem agua. Duas turbas de viajantes, sem contar com a nossa, haviam se aboletado nessa casa; os differentes fogos, os grupos que os cercavam, os homens occupados em cosinhar, outros fazendo as refeições e outros finalmente á dormir, os fardos e malas espalhados aqui e ali, formavam um quadro esquisito. A escuridão nos envolvia porque o vento soprova e a casa não tinha paredes, sendo o tecto sustentado só por esteios. Foi unicamente ao clarão das fogueiras que alumiavam ora uma, ora outra figura dos viajantes que pude distinguir a côr e por conseguinte, de alguma sorte, a cathegoria dos individuos. Eu podia estar tanto na companhia de um grupo de escravos como de brancos porque qualquer delles podia ter ido ali arranchar-se durante a noite. Um velho, homem de côr, dirigindo-me a palavra, perguntou-me se eu era o inglez que passara em Santa Luzia. Ouvida a minha resposta affirmativa, disse-me elle que estava em casa do commandante quando o sargento chegara e que houve forte discussão ácerca da maneira porque se devia proceder comigo e os meus companheiros; que a minha obstinação em não mostrar o passaporte, occasionara diversas supposições e entre outras

conjecturas do que eu seria, dissera um imbecil que eu podia ser muito bem um emissario de Bonaparte e que fazia-se indispensavel conhecer as minhas intenções. Bastante me divertiam as extranhas ideias que fazem os habitantes desse paiz das nações longiquas das quaes mal sabem os nomes e talvez alguns detalhes isolados, porem atterrados de forma tal por sua falta de entendimento que muitas vezes tive difficuldade em comprehender o que na realidade tinham em mente.

A tarde, atravessamos mais uma lagoa salitrosa. A que eu tinha passado no dia 4 do mez, era a unica na sua especie. Todas as de que fallei ou de que ainda tiver de fallar, são seccas; o solo, pelo verão, é durissimo e nem relva produz; mas pelas margens veem-se varias plantas das que nascem nas praias, a agua que ali se obtem cavando-se, é completamente salgada.

No outro dia pela manhã a nossa estrada levou-nos por entre mattas de córte onde caminhamos tres leguas sobre areia e mais tres de brejos. Ao meio dia passamos por uma cabana habitada pelo vaqueiro de uma fazenda e chegamos á uma montanha de areia chamada Tibou de onde avistamos o mar. Não sei descrever as sensações que essa vista me fez experimentar. Parecia que me tornava a encontrar na minha patria e que retomava os meus habitos.

O poço visinho da cabana estava secco; havia porem outro no lado opposto da montanha que ainda tinha alguma agua. Recolhemo-nos ao meio dia numa mesquinha palhoça construida no cume da montanha pelos moradores da fazenda para nella salgarem e seccar o peixe; fôra preferido aquelle lugar em razão de sua altura e como mais exposto ao vento. A descida para o mar é ingreme, mas pouco perigosa; as patas dos cavallos enterram-se na areia e ninguem lhes corre o risco de vel-os escorregar e rolar de alto á baixo.

A extensa jornada dos dous ultimos dias, bastante fatigara o cavallo em que montava o meu guia de Goyanna. Conheci que esse homem não estava disposto a caminhar á pé para descançar o animal e pensando que com o meu exemplo o faria, apeei-me despindo parte da roupa e tirei o freio ao cavallo deixando-o ir livremente entre os outros; fui bem succedido pois até o proprio John envergonhou-se

de ir só á cavallo. Caminhamos com rapidez por cima de areias humidas; passamos junto a duas choupanas de pescadores, a duas leguas do Tibou e uma mais adiante. desviamonos da praia para seguir uma vereda arenosa de declive rapido, bastante escarpado que nos levou ao povoado de Areias, composto de uma casa de bonita apparencia e de cinco ou seis cabanas de palhas. As terras que nessa tarde deviamos atravessar, allongando a costa, são baixas, arenosas, incultas e despojadas de arvores. Nos annos menos rigorosos do que aquelle ha uma cacimba perto das cabanas de pescadores, que vimos, mas então se achava completamente esgotada. Essas cabanas acham-se situadas num pedaço de terreno menos arenoso do que o dos arredores. Faz-se ali todos os annos uma colheita de melancias, que entretanto não houve nesse em que viajei.

Chegando a Areias encaminhei-me á casa principal onde pedi para passar a noite. Offereceram-me o quarto da frente e nelle mandei guardar as cargas, surprehendendo-me extraordinariamente de não ver na casa uma só pessôa de maior idade e apenas tres ou quatro rapazes tendo o mais velho, que parecia ser o chefe, de dezeseis a dezesete annos. Permittiram-nos accomodar os cavallos num cercado proximo. Concluidos esses arranjos, pude então dar um giro pelos arredores e ver o lugar que escolhera para estação. Nesse lugar não ha arvores nem capoeiras; de um lado o mar, do outro, elevadas dunas. Sómente a facilidade da pesca poderia induzir aquelles homens a estabelecer residencia naquella localidade. Mandei comprar gallinhas e trouxeram-me uma pela qual paguei seiscentos e quarenta reis. Dizendo-me Julio que vira algumas cabras e cabritos, dei-lhe ordem para comprar um desses ultimos. O que me trouxe estava bastante gordo e o dono cobrara por elle oitenta reis. Julguei-me na obrigação de comer a minha gallinha, o cabrito porem era melhor, na sua especie. A noite appareceu um rapaz propondo ao guia a troca de uma grande tartaruga que trouxe, por uma libra de carne de cabrito. Deu-se-lhe a carne sem se acceitar a tartaruga.

Quando Julio foi fazer a compra do cabrito, contaram-lhe a longa e assombrosa historia de uma alma que a miudo visitava a casa em que estavamos hospedados. Os que a

contaram, influiram-no á que me'a repetisse afim de eu procurar outro alojamento.

Suppuz que queriam divertir-se á nossa custa e disse aos meus companheiros o que pensava a respeito da alma que devia visitar-nos. Animei-os deste modo porque todos receiavam mais os phantasmas do que as realidades. Armando as rêdes em lugares differentes, pegou cada um em suas armas e preparamo nos para o que désse e viesse. O susto apoderara-se do meu novo guia que procurava sahir do quarto; eu porem esbarrei-o dizendo-lhe que o despediria se sahisse; depois disso puz tudo em ordem e tirei a chave da porta Eis aqui como contavam a historia: O dono e a dona da casa tinham sido assassinados por um dos seus escravos e pensavam que as almas de ambos vinham a esse quarto de vez em quando. Accrescentavam mesmo que o marido servia-se da bengala de castão de ouro para acordar os que dormiam. Não tivemos entretanto a honra da visita e pela manhã muito nos rimos do pobre diabo que tanto medo tivera.

A região que pecorremos no outro dia tinha apparencia mais alegre. Perto de Areias observamos cercados lavrados e tendo passado uma lagôa salgada, chegamos a Cajuaes, duas leguas distante de Areias. Essa aldeia tira o nome da enorme quantidade de cajús que produz; tem seis ou sete cabanas. Ahi jantamos, encontrando bôa agua e muita palha de milho com que os cavallos se regalaram Dormimos em terras perfeitamente cultivadas. Algumas pessoas de Cajuaes perguntando-me onde passara eu a noite precedente pois que em Areias não havia casas com capacidade de hospedar viajantes, manifestaram o maior assombro ao saberem que eu pernoitara num lugar frequentado por almas do outro mundo e suppuzeram a principio que eu gracejava. De então por diante tive muitas occasiões de ouvir a mesma historia, que, parece, bastante impressionava o espirito dos que a narravam.

No dia immediato avançamos sete leguas e as cinco horas da tarde entramos no Aracaty, tendo caminhado quasi o dia todo por lagôas salgadas e campinas cobertas de carnaúbas. Os troncos nús das arvores coroadas, taes como o coqueiro, os ramos que ruidosamente se agitam ao menor sôpro do vento, a aridez e a côr sombria do solo, onde não brota uma haste de capim e onde apenas algumas

capoeiras se divisam, dão á essas planicies uniforme e melancolica apparencia. Contei de Açú ao Aracaty quarenta e cinco leguas. Approximando-me desta ultima cidade, mandei adiante o guia de Goyanna com a carta que recebera do governador do Rio Grande para o Sr. José Fidelis Barroso, rico negociante e proprietario dali. Chegando, verifiquei que o guia entregara a carta e que o Sr. Barroso lhe dera as chaves de uma casa vasia em que eu devia assistir durante o tempo que me demorasse.

A cidade do Aracaty consiste principalmente em uma extensa rua e outras menores que partindo desta seguem em direcção ao meio dia. Está edificada á margem meridional do rio Jaguaribe que em grande parte enche com a maré. Na vasante é vadeavel e como se estende muito alem do grande canal, na baixa mar secca em alguns lugares. As casas do Aracaty não se parecem com as de outras pequenas cidades que visitei e teem um andar por cima do terreo. Indagando a razão disso, disseram-me que as aguas do rio avolumam-se de tal sorte, que os moradores são obrigados a refugiarem-se no andar superior A cidade possúe tres igrejas, uma casa de camara e uma cadeia, mas nenhum mosteiro. O numero de habitantes é de quasi seiscentos.

A casa por mim occupada compunha-se de duas peças assaz vastas, cada uma com espaçoso gabinete chamado *alcôva*, contendo uma cama, e cosinha, tudo no primeiro andar. Em baixo era uma especie de armazem. Atraz um quintal oblongo cercado de muro de tijollos com portão por onde entraram os cavallos, que ahi se conservaram até que para abrigal-os, se fizessem as necessarias disposições. Armei a minha rêde no quarto da frente e ordenei que fizessem provisão de aves domesticas para todo o tempo que permanecessemos na cidade. Tratava-se de preparar a ceia, quando tres pretos se apresentaram da parte do Sr. Barroso, o primeiro carregando uma grande cesta com differentes comidas feitas de modo esquisito, vinhos e doces, o segundo trazia um jarro com bacia de prata e toalha de mãos guarnecida de franjas, o terceiro finalmente vinha incumbido de indagar se eu precisava de mais alguma cousa alem do que viera. Este foi levar a minha resposta e os dous ficaram para servir-me. Soube pelo guia que outra

cesta cheia de viveres fôra enviada para a minha gente. Pensei que o Sr. Barroso julgara a proposito tratar-me assim no dia da minha chegada persuadido de que eu não podia ter ainda organisado os preparativos de minha cosinha; mas na manhã seguinte trouxeram-me café e bolos e o mesmo mordomo voltou a perguntar-me se eu gostava de carne. Em todo o tempo em que me demorei no Aracaty, o Sr. Barroso continuou a tratar-me, bem como aos meus empregados, de um modo esplendido. Assim se usa para com as pessoas bem recommendadas; é nobre e dá ideia dos costumes nas altas classes do povo brrsileiro.

Pela manhã fui visitado pelo Sr. Barroso, homem de maneiras polidas e cerimoniosas. Quando lhe testemunhei o meu desgosto pelo encommodo que lhe occasionava a minha estada ali, disse-me que em nada podia alterar o tratamento que me dispensava, pois do contrario não cumpriria os seus deveres para com o governador do Rio Grande áquem devia muitas obrigações, accrescentando que não despresava occasião em que lhe podesse demonstrar o seu reconhecimento. Esta razão que me deu da sua hospitaleira conducta, poz fim á tudo quanto lhe podesse dizer no sentido de impedir a continuação. Ordenou que todos os meus cavallos fossem conduzidos á uma ilha do rio em que havia capim em quantidade. Resolvi reenviar Jonh á Pernambuco por mar e fallei nisso ao Sr. Barroso o qual me respondeu logo que uma de suas embarcações ia partir para aquelle porto e que o meu creado teria nella uma passagem. John, de temperamento fraco, era pouco apto para o genero de vida que levavamos e que eu ir ser obrigado a proseguir. Conservei-me em casa todo o dia, cuja maior parte empreguei em dormir e á noite paguei a visita do Sr. Barroso. Um branco, conhecido do meu guia de Goyanna veio ver-me e combinamos um passeio em canôa para o dia seguinte descendo o rio até a embocadura.

No outro dia á hora convencionada chegou o homem e a sua canôa esperava-nos. Dous pretos impelliam-na com varas nos lugares rasos e nos fundos remavam. Passamos entre varias e bellissimas ilhas; em umas pastavam animaes, em outras o terreno é por extremo baixo para que a relva possa brotar. Estas são cobertas de *mangro-*

ves (1) que crescem tambem á beira dos rios, que só é delles desembaraçada quando alguem a limpa para qualquer mister. O rio, em algumas partes tem perto de meia milha de largura, em outras, por entre as ilhas é mais extensa, a contar das extremidades dos dous braços.

A cidade fica a oito milhas da entrada do rio. Fomos á bordo da embarcação do Sr. Barroso, tomando a sua lancha e chegamos á entrada, que é estreita e perigosa por via dos bancos de areia que a guarnecem de ambos os lados e sobre os quaes o mar se quebra com furor. A areia é tão movediça na embocadura, que os commandantes dos navios costeiros, são obrigados a empregar em cada viagem tantas precauções como se entrassem em porto que lhes fosse desconhecido. O rio alargando-se consideravelmente ácima da passagem, forma uma espaçosa bahia. O porto nunca teria grande importancia mesmo quando não houvesse outro obstaculo alem das frequentes mudanças de fundo nas aguas da entrada, onde só os costeiros podem penetrar. Disseram-me que a areia accumula-se na margem. Em alguns lugares os bancos avançam tanto no meio do rio dos dous lados, que a navegação torna-se difficilima, pouco ácima da bahia até para os pequenos barcos. (2) Em nossa volta jantamos á beira do rio numa propriedade cujo dono conhecia o meu companheiro de passeio. Defronte da casa existe uma ilha onde nasce abundante pastagem, mas onde não ha agua potavel, pelo que os animaes que pastam nella, são obrigados a ir á terra firme para beberem voltando depois, estando a isso tão habituados que não precisa vaqueiros para obrigal-os. Vimol-os atravessar o rio a nado para irem beber. Disse-me o proprietario que nesse trajecto os bezerros conservam-se sempre junto ás mães do lado de onde vem a maré afim de não serem arrastados pela correntesa. Com effeito observei que todos os bezerros se conservam na mesma linha.

(Continúa.)

(1) Palavra que não se encontra nos diccionarios, mas que, segundo penso significa *mangues*.

(2) Soube, no principio do anno de 1815, que a passagem fôra completamente obstruida em seguida a uma bomba de vento vinda do largo, quando na margem dous costeiros tomavam carga para Pernambuco.

DISCURSO

Pronunciado pelo 2º Vice-Presidente do Instituto, desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade, na sessão solemne de 24 de Julho de 1901.

Meus Senhores.

Quasi a ultima hora fui surprehendido com a noticia de que a presente sessão do Instituto Archeologico Pernambucano, em commemoração da proclamação da Republica do Equador a 24 de Julho de 1824, não podia, por incommodos de saude, ser presidida por seu presidente effectivo desembargador Adelino Antonio de Luna Freire, nem pelo 1º vice-presidente conselheiro João José Pinto Junior.

Minha surpreza torna-se tanto maior, quanto, sem tempo para concatenar os respectivos factos e coordenar idéas, vejo-me obrigado a fallar tendo diante de mim um auditorio illustrado e a meu lado o preclaro bispo D. Luiz, que falla sempre eloquentemente e com muita naturalidade.

Senhores, o facto que hoje commemoramos, o brado de Republica erguido pela primeira vez no Brasil, na America, em o Novo Mundo por Bernardo Vieira de Mello no senado da camara de Olinda a 10 de Novembro de 1710 e, senão directa, indirectamente a revolução de 1848, pela qual sacrificou-se o intrepido e integro desembargador Joaquim Nunes Machado, provam exhuberantemente que a Republica foi sempre o ideal dos Pernambucanos; e não só dos Pernambucanos, como dos Brasileiros em geral, o

attestam a proclamação da Republica em Piratinim no Rio Grande do Sul e a conspiração mineira por causa da qual foi levado a força e esquartejado o patriota José Xavier, cognominado o Tiradentes.

Felizmente essa aspiração, o ideal pelo qual foram martirisados e sacrificados muitos dos nossos antepassados, com o patriotico auxilio do exercito, tendo a sua frente o heroico e inolvidavel marechal Manoel Deodoro da Fonseca, no dia 15 de Novembro de 1889 tornou-se uma realidade; e da anarchia, á que ambiciosos vulgares a quizeram precipitar, a salvaram os marechaes Floriano Peixoto e Carlos Machado Bittencourt, que já passaram para a historia com os cognomes de marechal de ferro e marechal de ouro.

Meus Senhores, convençamo-nos uma vez por todas de que a Republica é a forma de governo mais compativel com a dignidade do homem: e de que, como já o disse o sabio Montesquieu, si a base das Monarchias é a corrupção a base das Republicas deve ser a integridade, a probidade, o patriotismo. Ouço todos os dias, a cada hora, a cada instante, a cada canto attribuir-se a Republica as provações pelas quaes ultimamente temos passado; mas pergunto · pode-se attribuir á Republica a luta de irmãos contra irmãos no Rio Grande do Sul; pode-se attribuir a Republica a revolta da Armada; pode-se attribuir a Republica a sanguinolenta guerra de Canudos? Por certo que não; e sómente a ambição dos homens, que são o que são e não o que deveriam ser.

Seria isto o mesmo que attribuir a Republica a delapidação dos dinheiros publicos que se tem verificado na mor parte das repartições arrecadadoras e como uma epidemia tem até invadido os cofres das associações publicas e particulares.

Muitas vezes reflectindo tenho perguntado a mim mesmo: Como povos adiantados em civilisação — a poderosa Inglaterra, a sabia Allemanha, a Italia, a Hespanha e muitos outros, que tem em seu seio milhares de homens illustrados, ainda entendem que só podem ser bem governados por membro de uma familia privilegiada, passando o governo por herança de pais a filhos, como uma herdade, uma propriedade qualquer, dando lugar a serem governados até por creanças.

Concorramos, portanto, para que o nosso grandioso paiz, a nossa cara patria, o Brasil tão grande que lhe banha a cabeça o magestoso Amazonas e os pés as crystalinas aguas do Prata, não se esphacele em pequenas republiquetas, unico resultado de uma restauração monarchica e que ha de ser tão reaccionaria, quanto precaria.

Sim, concorramos todos, cidadãos, magistrados, sacerdotes da religião do direito e os sacerdotes da religião do dever, para que se tornem bem solidas estas bases sobre as quaes se firma o machinismo social, sobre as quaes se apoia a estatua da verdadeira liberdade, da Republica; e sejam a justiça, a moral, a probidade e o patriotismo os brilhantes pharóes, que nos guiem no proceloso e tormentoso oceano da vida publica e particular.

E postas assim estas idéas geraes, que com a illustração que lhe assiste serão desenvolvidas pelo orador official Dr. Carlos Porto Carreiro, está aberta a sessão.

DISCURSO

Pronunciado pelo Orador do Instituto Dr. Carlos Porto Carreiro na sessão solemne de 24 de Julho de 1901

«Fugir! Não! Ides ver como sabe morrer um patriota.» Foram as palavras de Agostinho Bezerra, o nobre capitão negro, quando amigos seus o incitavam a se livrar pela fuga da execução da barbara sentença.

E nestas palavras, Senhores, está synthetisada toda a revolução de VINTE E QUATRO!

Em torno dessa figura legendaria gravitam os ontros representantes da idéa libertadora no vasto espaço que a historia lhes assignala.

« Fugir! Não! »

E' a formula symbolica desse protesto vibrante lavrado pelas pontas dos gladios pernambucanos sobre as lapas escalvas dos seus sertões profundos, —escripto como legenda de fogo no azul immarcessivel do seu firmamento crystallino.

« Fugir! Não! »

E' a tremenda resposta de homens livres á sinistra velleidade de um tyranno.

E, quando homens de côrte e de diplomacia, quando arrogantes fidalgos e parlamentares temporisadores se rendiam tremulos ao direito da força, ou saudavam escarninhos ás *rainhas do universo, —fugir! não!—* significa a revolta contra o despotismo, o alarma da sentinella que sente o approximação do inimigo, o brado que o zelo inspira e que o valor repercute, como um tonitruante echo a se multiplicar intermino e potente.

1710 tinha sido o balbuciar da liberdade proferido indecioso e sem forma pelos nossos antepassados coloniaes.

1817 fôra o impulso varonil de peitos fortes emittindo mais accentuado o verbo da Independencia.

1824 é o grito de repulsa á intimação insolita que nos fazia o throno.

Em 10 de Novembro ouve-se o embate das cadeias que tentam se romper.

Em 6 de Março o ferro dos grilhões se despedaça e deixa em mão do tyranno élos partidos que não mais se conseguiram soldar.

Em 24 de Julho — o tilintar das gargalheiras, das golilhas e das correntes tem como resposta o trom mortifero dos canhões e a sublime eloquencia das espadas livres.

Em todas, um longo gemido de dôr perpassa nas fibras mais intimas do povo; em todas, a alma da patria eleva um suspiro de angustia, um soluço de pezar, um murmuroso threno de saudade...

Mas de todas surge a voz, a palavra energica do patriota, preludios do clangoroso hymno de triumpho entoado em nossos dias pelos cidadãos de uma patria livre!

A formação desta patria e a fecundação desta liberdade estão consubstanciadas na proclamação de 24 de Julho de 1824:

« Brasileiros! Pequenas considerações só devem as torvar pequenas almas; o momento é este; salvemose - Honra, a Patria e a Liberdade, soltando o grito festivo — *Viva a confederação do Equador!* »

E' esta a primeira resistencia armada que a monarchia encontra no solo brasileiro.

E essa resistencia (devemos ufanar-nos disso os Pernambucanos) parte desta terra legendaria; nasce deste povo de gigantes que aprendeu bem cedo com a propria configuração geographica do littoral a oppor um dique expontaneo, —um ante-mural de rocha— a quaesquer invasões da violencia.

Sirvam de resposta estas palavras a quem nos accuse de ephemeras enthusiastas de momento. A resistencia pernambucana é secular !

E tudo quanto se tem feito no Brasil, no terreno da sciencia ou no campo sangrentamente fertil da liberdade tem sido a obra lenta e efficaz dos nossos Maiores.

Quanta dedicação nesses impulsos generosos, quanta generosidade nesses actos abnegados, quanta abnegação nesse heroismo expontaneo que antepunham as commodidades da vida, ao amor sagrado da familia, aos mil interesses materiaes e mesquinhos que a sociedade engendra, impondo-os ao homem civilisado — o amor sublime a uma synthese abstracta que se chama « PATRIA ! »

« Fugir ! Não ! »

Fugir ao dever, furtar-se covardemente á missão que Deus determinou aos nobres corações, evitar a morte gloriosa no patibulo da tyrannia !

Não ! Jamais !

Fugir ao compromisso para com a propria dignidade, contemporisar com a infamia, sophismar opiniões e concilial-as n'um accordo hybrido, salvar o corpo condemnando a honra !

Não ! Jamais !

Ceder á vontade caprichosa d'um despota, disfarçar a escravidão com as fiores da rhetorica servil, encobrir o negro perfil dos carceres com a densa atmosphera do incenso bajulatorio, receber a outorga do que se conquistara em um seculo de oppressões, beijar a mão que offerece uma carta de alforria quando já se tem comprado a liberdade a custa do proprio sangue.

Não ! Jamais !

——

Ah ! Foi isto, Senhores, o que fizeram os pernambucanos em 1824 : *não fugir !*

Obra gigantesca e imperecivel, feito que desafia as mais elevadas imagens !

De certo é admiravel aquelle sonho republicano de 1710, sonho que se transformando em horroroso pesadello não conseguio desnortear os cerebros nem tão pouco intibiar os corações.

E' grandemente punjante a coragem tres vezes temeraria daquella aspiração de 1817, ousando proferir a palavra *independencia* no dominio pleno da colonia e erguer o grito de *republica* aos ouvidos apurados da monarchia absoluta.

Mas, quando alem dos commodos materiaes da fortuna e do aconchego moral da familia, sentimos assegurados, mais ou menos, as garantias publicas d'uma patria — revoltarmo-nos por nos faltar a posse plena e inteira do nosso eu politico, recusarmos jurar a carta que se nos confere, por não ser a expressão da nossa victoria ousarmos dizer ao soberano: «*o soberano somos nós*» é, senhores o maior feito, o mais brilhante fasto que possa exornar a a historia de uma nação.

E essa coragem, tiveram-n'a os Pernambucanos de 1824, e esse feito elles o praticam, e esse fasto refulge como ouro luzente nos annaes de Pernambuco.

« Fugir ! Não ! »

E' Frei Caneca, o duplo martyr de 17 e 24, preso no meio da tropa revoltosa e supportando resignado a sorte que o aguardava; defendendo-se digna e calmamente no seu estylo costumado, correcto e profundo; deixando ainda conselhos e recommendações aos que lhe eram caros; cantando como os bardos de Ossian a beira do seu tumulo; dormindo traaquillamente na manhã mesma do seu derradeiro dia; ensinando ao executor o modo como devia atal-o ao poste; e, mestre até o supremo instante da existencia, proporcionando ao monarcha, a sua Patria, aos homens todos uma licção fecunda: a occasião de contemplarem velhos facinoras de alma perversa recusando matar aquelle que o rei mandava assassinar!

E' Nicoláo Martins, patriota da independencia, que não profere uma queixa, não articula uma recriminação, não allega os seus altos serviços á causa que o Imperador representára, morrendo porque entendeu que a sua morte era apenas mais uma pá de argamassa no alicerce da liberdade nacional.

E' Ratcliff, temendo que o seu sangue não fosse sufficiente para a conquista dos direitos sagrados de sua patria adoptiva.

E' Agostinho Bezerra, arriscando por vezes a sua popularidade para não comprometter a causa da revolução, tutelando como pae carinhoso a população desta cidade, protegendo e garantindo vigilante as vidas e fortunas dos seus concidadãos, e recebendo como paga de tudo isto o insulto, a prisão, a exautoração e a morte!

« Fugir! Não! »

Houvera tempo de fazel-o.

Fugir se poderia... quando, após dissolvida a Constituinte, D. Pedro convidou as Provincias para que jurassem a Carta que de facto lhes impunham.

Mas isso seria fugir com o sello da escravidão.

Fugir seria possivel.... quando demittida a junta governativa.... teve de se proceder á eleição para presidente de Pernambuco.

Mas isso seria fugir com o ferrete da inognominia.

Fugir fôra.... possivel.... quando D. Pedro declarou a Pernambuco ser necessario que as provincias todas se reunissem e cooperassem á custa dos maiores sacrificios para combater a esquadra portugueza que se preparava no Tejo.....

Sim. Porém seria fugir com a sobrecarga da infamia.

E quem recusava tantas vezes: fugir aos inimigos externos, ao temor da perda das sympathias dos seus compatriotas, ao seu dever de militar e brasileiro — iria fugir agora a momentanea passagem para uma Patria onde não ha tyrannos, para uma Patria onde os reis são os derradeiros e o sangue do cadafalso vai transformar-se em purpurinas flores?

« Fugir! Não! »

Que palavras incomprehensiveis para uma epocha, de sordido interesse e de vistas estreitas e mundanas!

Como nos parece longinquo esse passado em que o Patriotismo, como a Fé, removia as massas brutas da ganancia, as moles poderosas das moedas d'ouro, as montanhas alterosas do despotismo!

Como nos parecem contemporaneos, n'um anochronismo que nos confunde, — de Socrates e de Brutus, de todos Martyres da Idéa e todos os Martyres da Crença — esses heróes que sorriam caminhando para a forca, impavidos como o varão forte de Horacio e confessando a virtude !

E, mais robustos do que todos os laços que os prendiam, as frageis cadeias da familia, o carinho da esposa, as caricias dos filhos, os innocentes risos do lar, as promessas dos nascituros e os affagos e lagrimas dos nascidos, as lembranças dos subtis episodios ao manso clarão da lareira domestica, — tudo isso que tem a força inquebrantavel do que é fraco, e a tenaz resistencia da brandura, tudo isso foi lançado de parte, foi posto á margem por esses homens abnegados ante a sagrada effigie da Patria que chorava, ante a sombra turva e lugubre da Escravidão do seu paiz.

— —

Sonhadores ! Felizes elles, sonhadores que viveram bastante para darem o exemplo de semelhante coragem civica !

Felizes que satisfizeram a sua aspiração de liberdade podendo expandil-a, ao menos pelas boccas de suas feridas !

Felizes que morreram embalados pela mão fagueira da esperança e conseguiram dormir o somno derradeiro no leito perfumado da liberdade.

O PASSO DO FIDALGO

Corrigenda e addições

Quando escrevemos e consignamos neste numero da *Revista* o nosso trabalho sobre *O Passo do Fidalgo*, (pags. 53—74) estavamos na persuassão de que as terras de Sant'Anna pertenciam ainda em 1630 ao engenho de Jeronymo Paes, depois da Casa Forte, e que dest'arte, o passo que existia situado naquellas terras, com a denominação de Fidalgo, vinha de Pedro Correia da Silva, *homem fidalgo*, primeiro consorte de D. Anna Paes, proprietaria do referido engenho.

Entretanto, acabamos de verificar, que as terras de Sant'Anna já anteriormente a 1630 tinham sido desmembradas do engenho Casa Forte, e pertenciam a Antonio Fernandes Pessôa, por compra que fizéra a Jeronymo Paes, proprietario do referido engenho, transacção essa que só podia ter-se realisado anteriormente ao casamento de sua filha D. Anna Paes com Pedro Correia da Silva, que receberam o dito engenho á titulo de dote nupcial, e já eram casados em 1630.

Desmembradas e vendidas as terras de Sant'Anna a Antonio Fernandes Pessôa, annexou-as elle ao seu engenho do Giquiá, correndo então a linha divisoria entre as propriedades Casa Forte e Sant'Anna, Norte afóra, da margem esquerda do rio Capibaribe, na altura pouco mais ou menos do Chacon.

Não sabemos, portanto, se o passo que existia em Sant'Anna em 1630 já estava levantado ao tempo da venda dessas terras, ou se foi construido por Antonio Fernandes Pessôa, em favor de quem nada consta com relação a titulos de fidalguia para dahi vir a denominação do passo, uma vez que a seu respeito apenas encontramos os seguintes dados consignados por Borges da Fonceca na sua *Nobiliarchia Pernambucana*, T. I pags. 155—6 :

Antonio Fernande Pessôa — « era filho de Pedro Af-

fonso Duro, que adquirio nesta capitania grossos cabedaes e de sua mulher D. Magdalena Gonçalves.

Antonio Fernandes Pessôa a quem chamaram de alcunha o *Mingáo*, já era senhor do engenho Giquiá, da freguezia da Varzea, quando os hollandezes em 1630 tomaram Pernambuco, e o havia comprado a Francisco Berenguer de Andrada, annexando-lhe os partidos que herdara de seu pae, e outras terras que comprou a Jeronymo Paes de Azevedo (*), e a João Gonçalves Carpinteiro....

« Ficando de fogo morto este engenho e ao tempo em que Antonio Fernandes Pessôa estava já viuvo, se retirou para a freguezia de Ipojuca, onde arrendou o engenho do Sibiró do termo da villa de Serinhãem, e nelle falleceu pelos annos de 1632....

« Foi casado com D. Maria de Aguiar, e uma de suas filhas, D. Anna de Lyra Pessôa, mulher de Luiz da Silva, em primeiras nupcias, recebeu em dote o engenho do Giquiá. »

Eis unicamente o diz Borges da Fonceca á respeito de Antonio Fernandes Pessôa.

Esperemos, portanto, repetimos ainda, a promettida obra que está em elaboração, *e na qual se explicará minuciosamente esse ponto ainda não sabido da historia pernambucana*.

Agora, as addições.

Pag. 61 penultimo periodo. — Leonardo Fróes ainda vivia em 1635, porquanto nesse anno, como refere o Marquez de Bastos, se recolheu ao Arraial do Bom Jesus.

Idem, ultimo periodo. — D. Cosma Fróes já era viuva de Pedro da Cunha de Andrada em 1645, segundo Calado, pag. 218.

Pag. 69 ultimo periodo. — Antonio de Freitas da Silva emigrou para as Alagôas em 1635, donde partio para a Bahia em Janeiro de 1636. Em 1638 distinguio-se muito nas lutas da invasão hollandeza, foi promovido ao posto de sargento mór commandante de um terço, e teve em recompensa dos seus serviços a conferencia de um habito de ordem honorifica. Falleceu naquelle estado da Bahia.

(*) As terras de Sant'Anna, desmembradas do engenho Casa Forte.

Com relação a *passo*, na accepção de armazem de recolher generos coloniaes, encontramos ainda o seguinte, em dous escriptores do seculo XVII, o primeiro dos quaes viveu entre nós:

« Vendo Mathias de Albuquerque que o inimigo havia de vir ganhar o Arrecife, mandou por fogo ás casas que vulgarmente chamam *Passos*, que estavam cheias de caixas de assucar, onde foram queimadas algumas 20,000, e muito páo-brasil, tabaco, algodão e outras drogas da terra. — *Diogo Lopes Santiago*, cap. IV.

« Em 15 de Agosto (de 1646) pela meia noite sahiu do Recife o general Sigismundo, com toda a gente que tinha; passou o váo dos Afogados, e fez alto no passo que chamam de Francisco Barreiros, (*passo* dizem os naturaes, áquellas casas em que recolhem e purgam os assucares) sitio, que distava bôa meia legua da nossa estancia da Barreta.... » *Castrioto Luzitano*, primeira edição, pag. 520.

Recife, Fevereiro de 1902.

F. A. Pereira da Costa.

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

Sessão especial em 16 de Fevereiro de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A uma hora da tarde presentes os Srs. Drs. Conselheiro Pinto Junior, Desembargador Francisco Luiz, Sebastião Galvão, Barão de Nazareth, Major Codeceira, Augusto Cezar, substituindo o 1º secretario, que não compareceu, abrio-se a sessão.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão occupando a cadeira de 2º secretario, leu a acta da antecedente, que foi approvada.

O Sr. 1º secretario mencionou o seguinte

EXPEDIENTE

Um officio da Sociedade de Geographia de Lisbôa, de 24 de Janeiro, pedindo os numeros 1 a 26, 28, 30 e de 50 em diante da Revista do Instituto. — Mandou-se remetter os numeros que houverem.

Um dito do Dr. Pedro Velloso de 19 de Janeiro, communicando a sua nomeação e posse do cargo de director do Archivo Publico do Rio de Janeiro, para o qual pede o concurso deste Instituto. — Mandou-se agradecer a communicação.

Um telegramma do consocio o Exm. Sr. Dr. Joaquim Portella, felicitando o Instituto pelo seu anniversario em 27 de Janeiro. — Inteirado.

Um convite do Exm. Sr. Provedor da Santa Casa de Misericordia para o Instituto se fazer representar na inauguração solemne do *Instituto Pasteur*, no dia 31 de Janeiro ultimo. — Para essa commissão o Sr. Presidente declarou

ter nomeado os Drs. Martins Junior e Pereira da Costa e o Sr. Major Codeceira.

Um cartão do Sr. Duarte Lejeune, de Paris, offertando um catalogo de livros.

Um officio do Conselho Municipal do Recife, de 10 de Janeiro ultimo, offertando 2 exemplares da lei n. 226 (orçamento municipal) para o exercicio corrente.

Um dito da Sociedade Recreio Juvenil Nazareno, de 26 de Dezembro, convidando o Instituto a se fazer representar em sua festa anniversaria, no dia 1 de Janeiro. — Tiveram conhecimento do convite todos os Srs. Socios que compareceram na séde do Instituto.

Um dito do Dr. Director do Museu Nacional do Rio de Janeiro, de 28 de Dezembro, agradecendo ao Instituto a remessa dos ns. 35, 36, 42 e 51 de sua Revista, que pedira. — Inteirado.

OFFERTAS

Pelo autor o Sr. Coronel J. Pimentel, um volume encadernado de sua obra *Episodios Militares*

Pelo autor o Sr. Philoteu P. de Andrade, um folheto —*Documentos Konkanis para a historia de Gôa.*

Pelo director do Archivo do Estado de S. Paulo 3 volumes —*Publicação Official* de documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo.

Pela Academia Cearense o tomo III (1898) de sua *Revista.*

Pelo consocio J. A. Ismael Garcia, um folheto —*O Imposto e o regimem tributario da India Portugusza.*

Pelo Museu Nacional de Montevidéo, 1 volume de seus *Annaes.*

Pelo Sr. Philoteu P. de Andrade, 1 folheto — *Ensaio Philosophico.*

Pelo Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas um volume — *Estatistica, Raça, Estado Civil, etc.* 31 de Dezembro de 1890.

Pelo consocio Dr. Marco Tulio, um volume —*Regulamento da Estatistica Policial e Judiciaria.* Rio de Janeiro 1878, um dito —*Defeza* apresentada pelo 1º ex-vice presidente da provincia do Rio Grande do Norte, bacharel Manoel Januario Bezerra Montenegro, perante o Supremo Tribunal de Justiça e *Sentença* deste ácerca da prisão do

ex-commissario do Thesouro Nacional, Salustiano Jacintho de Andrade Pessôa, em consequencia de determinação da Relação do Ceará. Rio de Janeiro 1879; um dito —*Relatorio* apresentado ao Exm. Sr. Dr. Agesilau Pereira da Silva, presidente da provincia do Amazonas, pelo Dr. Domingos Monteiro, depois de ter entregue a administração, em 26 de Maio de 1877.

Pelo consocio Dr. Pereira da Costa, uma apolice de 200 reis da divida publica do municipio de Triumpho.

Pelo consocio major Codeceira, uma moeda dourada, brasileira, cunhada em 1843, commemorativa do casamento de D. Pedro II.

Pelo autor o Sr. Luiz Leopoldo Flores dous folhetos —A nacionalidade dos filhos de pai portuguez, nascidos no Brasil.— Estudo comprovado das legislações portugueza e brasileira sobre este assumpto, e —Apontamentos historicos, geographicos e estatisticos para relatorio consular, precedidos de uma carta do Exm. Conselheiro de Estado Dr. Hintze Ribeiro.

Pelo consocio Rvm. Padre Raphael Galanti uma caixa de forma exquisita propria para rapé.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou se archivar e agradecer as offertas.

O Sr. major Codeceira apresentou um retrato a oleo do finado Marquez de Olinda remettido, por seu intermedio, ao Instituto pelo Exm. consocio Dr. Joaquim Pires Machado Portella, o qual em carta que lhe dirigio garante a autheticidade do mesmo retrato.

O Instituto, aceitando a offerta com agrado, mandou collocar o retrato na sua galeria e incumbio o consocio major Codeceira de agradecer a preciosa offerta.

Communica ainda o mesmo Sr. major Codeceira, que recebeu o trabalho manuscripto sobre a revolução de 1848 do consocio Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo e por elle offertado ao Instituto, cujo trabalho será opportunamente apresentado.

Foi lido e remettido á commissão de contas para dar parecer o balancete da receita e despeza do Instituto no trimestre de Outubro a Dezembro ultimo.

Pelo Sr. Presidente foi dito que possuido do mais profundo pesar trazia ao conhecimento do Instituto haver,

no dia 5 do corrente mez, fallecido nesta capital o socio benemerito e ex-presidente Desembargador Manoel Clementino Carneiro da Cunha de quem o mesmo Sr. Presidente escreveu o seguinte necrologio :

O illustre extincto, filho legitimo do abastado agricultor major Diogo Soares de Albuquerque, já fallecido, e de sua esposa D. Candida Esmeria Lins de Albuquerque, ainda existente, na avançada idade de 92 annos, nasceu na antiga provincia da Parahyba no dia 14 de Novembro de 1827.

Começou seus estudos no Brejo de Areia, com seu tio materno padre Cassiano Alvares da Costa Machado e continuou-os em 1841 na capital daquella provincia em casa do Desembargador Antonio Thomaz de Luna Freire, então juiz de direito do civel e amigo particular de seu pai e de seu avô, o respeitavel ancião José Pedro dos Reis Carneiro da Cunha.

Concluio o estudo dos preparatorios em Olinda, matriculando-se na Academia daquella cidade em 1844, recebeu o grau de bacharel em 24 de Outubro de 1848.

Foi sempre estudante muito distincto e estimado dos companheiros por seu procedimento exemplar, intelligencia e grande applicação.

Não são lugares communs, phrases banaes, de ordinario dispensadas aos que morrem. Quem escreve esta despretenciosa noticia acompanhou-o sempre de perto e pode dessa verdade offerecer um testemunho insuspeito.

Em 1849, no anno seguinte ao de sua formatura, foi nomeado supplente do juiz de orphãos do Recife, por portaria de 10 de Novembro.

Achava-se então na administração da provincia de Pernambuco o grande estadista Honorio Hermeto Carneiro Leão, depois Marquez do Paraná, o qual, terminada a revolução de 1848, veio dar aos negocios publicos uma orientação mais elevada e generosa, depois da administração violenta do Dr. Manoel Vieira Tosta, mais tarde Marquez de Muritiba.

Em 1850 foi nomeado official maior da secretaria do governo, por portaria de 3 de Junho. Era presidente da provincia o Dr. José Ildefonso de Souza Ramos, depois Visconde de Jaguary ; occupava o cargo de secretario o Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, que falleceu

poucos annos depois no Piauhy, onde exercia o cargo de presidente da provincia.

Pouco tempo occupou o joven bacharel esse lugar da secretaria do governo; o honrado presidente entendeu que deviam suas habilitações ser aproveitadas em posição mais importante e promoveu sua nomeação de juiz municipal da primeira vara do Recife, por decreto de 9 de Dezembro. Começara assim sua carreira de magistrado, que lhe correu sempre facil e sem tropeço; para ella sentia o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha a mais pronunciada vocação.

Em 1853 occupava interinamente a primeira vara de juiz de direito da capital quando foi, por portaria de 22 de Abril, nomeado pelo presidente Dr. Francisco Antonio Ribeiro, para servir de chefe de policia até que assumio o exercicio desse cargo o Desembargador Caetano José da Silva Santiago.

Voltando ao exercicio de seu lugar de juiz municipal da primeira vara foi, por portaria de 13 de Maio do mesmo anno, nomeado delegado de policia do 1º districto da capital.

Nos biennios de 1854 a 1857 foi eleito deputado a Assembléa Provincial, em cujos trabalhos distinguio-se pelo estudo dos negocios publicos, severidade e nunca desmentida honradez.

Em 1855 tendo completado o seu quatriennio como juiz municipal da primeira vara, foi, por decreto de 27 de Outubro, nomeado juiz de direito da 6ª comarca da provincia da Parahyba.

Em 1856, foi, por decreto de 11 de Novembro, nomeado para o cargo de chefe de policia e em 1857, por carta imperial de 17 de Fevereiro, 2º vice-presidente da mesma provincia. Era muito natural que desejasse prestar seus serviços, sempre valiosos, á provincia de seu nascimento, da qual se havia ausentado ainda muito moço.

Em 1860 foi, por decreto de 27 de Março, removido para o cargo de chefe de policia da provincia do Maranho, em cujo exercicio se achava, quando, no mesmo anno foi, por carta imperial de 13 de Agosto, nomeado presidente da provincia do Amazonas.

Em 1862 lhe foi designada a comarca do Rio Formoso

para nella ter exercicio por ter deixado os cargos que havia occupado fora da magistratura.

Em 1864, por decreto de 7 de Maio, foi removido para a comarca do Cabo, servindo em 1865 interinamente o cargo de chefe de policia da provincia, para o qual foi nomeado por portaria de 17 de Julho.

Em 1866 nomeado 1º vice-presidente, por carta imperial de 7 de Fevereiro; esteve no exercicio desde 6 de Março até 3 de Novembro em que passou a administração ao conselheiro Francisco de Paula da Silveira Lobo.

Nas legislaturas de 1869 a 1875 occupou muito dignamente uma das cadeiras da Camara dos Deputados, deixando no Parlamento um nome muito honroso.

Em 1871 foi removido por decreto de 15 de Novembro, da comarca do Cabo para a provedoria de capellas e residuos do Recife e em 12 de Julho para a vara do commercio da capital.

Nomeado por carta imperial de 12 de Abril desse anno presidente desta provincia, esteve na administração desde o dia 1 de Maio até 15 de Novembro do anno seguinte em que passou a presidencia ao Desembargador Francisco de Assis Oliveira Maciel.

Foi nomeado Desembargador da Relação de Belem por decreto de 18 de Abril de 1880 e aposentado no mesmo cargo por decreto de 10 de Novembro do mesmo anno.

No longo estadio de trinta annos de magistrado sua toga honrada conservou-se sempre impolluta e nem uma suspeita siquer pairou, por mais ligeira que fosse, sobre o seu caracter. Era um modelo de juiz e um dos ornamentos da magistratura brasileira por sua probidade.

No exercicio dos cargos administrativos mostrou sempre intelligencia superior, grande moderação e incontestavel honradez.

E se em seu tempo, como em todos os tempos, deram-se abusos e excessos de autoridade, podemos affirmar, sem medo de contestação, que para elles não concorreu nem do modo mais indirecto. Todos sabem como se faz a politica em nossa terra e que muitas vezes tremendas responsabilidades recahem sobre victimas inteiramente innocentes...

O Desembargador Manoel Clementino Carneiro da Cunha, sempre firme em seus principios politicos, nunca se deixou envolver nas demasias dos partidos; de seu

desinteresse e inteireza de caracter deu mais uma prova na mudança de regimen que se operou no paiz. Teria sido um dos proceres da nova situação, e para isto lhe não faltavam incitações, se quizesse transigir com suas convicções. Preferio morrer quasi esquecido no torvelinho das ambições.

A venéra de official da Imperial Ordem da Rosa, que lhe ornava o peito, concedida em 16 de Junho de 1860, não lhe foi alçançada por vil patronato; indicava a recompensa, aliás diminuta, de serviços reaes.

Depois de aposentado ainda foi distinguido pelo governo central com a nomeação de vice-director da Faculdade de Direito do Recife, por decreto de 28 de Agosto de 1886 e pelo governo provincial para fazer parte da importante commissão de syndicancia do desfalque havido na Thesouraria de Fazenda, por acto de 16 de Setembro do mesmo anno.

Soube o Desembargador Manoel Clementino Carneiro da Cunha repartir utilmente o seu tempo; seus serviços não foram prestados unicamente na magistratura, na administração publica e como representante da provincia e da nação. Durante dous biennios occupou a provedoria da Santa Casa de Misericordia e ali, como em todos os lugares por onde passou, em sua vida publica, deixou traços luminosos.

Ha quem desconheça os relevantissimos serviços prestados ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano pelo Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha?

Foi eleito socio correspondente em sessão de 18 de Agosto de 1864 e elevado a socio honorario em 12 de Julho de 1877. Eleito presidente em 15 de Fevereiro de 1888, servio com o maior zelo e dedicação vindo diariamente ao Instituto, examinando acuradamente os seus trabalhos e concorrendo do modo o mais poderoso para melhorar suas finanças, que conseguio collocar em condições lisonjeiras. Sómente deixou de frequentar o Instituto quando a doença o prostrou.

O Instituto Archeologico, como mais uma prova de sua gratidão, por serviços tão relevantes, o elevou á classe dos socios benemeritos, em sessão de 1 de Abril do anno proximo passado e no salão de honra collocou o seu retrato.

Foi dolorosissima a ultima phase de sua existencia um mal cruel lhe minara implacavelmente a vida. Perdeu seu filho mais velho na revolução de 6 de Setembro e pouco tempo depois sua querida esposa D. Olindina Vieira da Cunha, sua companheira fiel desde o dia 25 de Novembro de 1865, data de seu casamento.

Quem conheceu a austeridade de seus costumes, desde a vida escolar, seu culto pela santidade do lar, pode facilmente avaliar de quanto soffreu seu espirito, aliás varonil, até os ultimos momentos da vida angustiada.

Quem escreveu este tosco trabalho, já bem proximo da sepultura, nunca pensou, quando eram ambos meninos na Parahyba, elle mais adiantado nos estudos, quando moravam juntos em Olinda, em 1846 e 1847; quando na vida publica seguia cada um o seu caminho, elle sempre de modo mais brilhante e elevado; quando a idade começou a encanecer-lhes a fronte, quem escreve estas linhas nunca pensou que lhe coubesse a tristissima tarefa que hoje o preoccupa e que devia ser confiada a penna que estivesse mais na altura exigida pela memoria de um homem digno a todos os respeitos.

Concluindo, o Sr. Presidente propoz que se escrevesse na acta um voto de profundo pezar pela perda que acaba de soffrer o Instituto e que se levantasse a sessão ficando addiada para outro dia a eleição que estava marcada para hoje.

O Instituto approvando por unanimidade a proposta resolveu que opportunamente se celebrasse uma sessão funebre, de conformidade com a proposta do Exm. consocio Barão de Nazareth.

Adelino Antonio de Luna Freire,
Presidente.

João Baptista Regueira Costa.
1º Secretario.

Sebastião de Vasconcellos Galvão.
Supplente do 2º Secretario.

Acta da sessão especial de eleição em 9 de Março de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A uma hora da tarde presentes os Srs. Drs. Conselheiro Pinto, Desembargador Teixeira de Sá, Eudoxio de Brito, Julio Pires, Guedes Alcoforado, Alfredo de Carvalho, Sebastião Galvão, Regueira Costa 1º secretario, Major Codeceira e Augusto Cesar abrio-se a sessão.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão occupando a cadeira de 2º secretario, leu a acta da antecedente que foi approvada.

O Sr. Dr. 1º secretario mencionou as seguintes

OFFERTAS

Pelo autor o Sr. José Ribeiro do Amaral um volume da obra *O Estado do Maranhão em 1896*.

Pelo Museu Paulista um numero de sua *Revista*.

Pelo Sr. Candido Costa um folheto these *Quem descobrio o Brasil?*

Pelo Museu Paraense um numero de seu *Boletim*.

Pelo Sr. Pharmaceutico José Braz da Conceição e Silva 4 cobras em alcool, sendo uma de veado com cinco metros e meio, uma caninana com quatro metros e meio e duas de coral pequenas.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Findo o expediente o Sr. Presidente felicita o Instituto pela presença do consocio Dr. Julio Pires Ferreira, de cujos valiosos serviços muito tem a esperar.

O Sr. Major Codeceira communica que a commissão de que fez parte, incumbida de representar o Instituto na inauguração do Instituto Pasteur, desempenhou-se de sua incumbencia.

Declara tambem o mesmo Sr. Major Codeceira que segundo lhe informara o Sr. Coronel Commandante do 14 Batalhão de Infanteria, a bandeira que servio em Canudos ao mesmo batalhão, já foi mandada por a disposição do

Instituto, porem que para ser transferida é necessario que vá uma commissão ao Exm. Sr. General commandante do districto militar afim de que este expeça suas ordens nesse sentido e combinar-se o dia e hora para a transferencia.

Para essa commissão foram nomeados os consocios Drs. Pedro Celso, Alfredo de Carvalho e Sebastião Galvão.

Propoz ainda o Sr. Major Codeceira e o Instituto approvou, que se officiasse ao Exm. Sr. Conselheiro Dr. Governador do Estado pedindo-lhe que se digne autorisar a Bibliotheca Publica do Estado a entregar por emprestimo ao Instituto a collecção de documentos manuscriptos em original, que ali existe sob os nomes de alvarás, cartas regias e provisões, afim de que pelo mesmo Instituto sejam extrahidas copias do que lhe convier, devolvendo-se depois.

Diz que faz esta proposta em razão de ter ido áquella Bibliotheca verificar a existencia de uma provisão do anno de 1730 e ter encontrado na referida collecção noticia de grande interesse para o estudo da historia patria, tendo encontrado tambem na data de 1710 uma provisão regia que trata da primeira igreja edificada em Iguarassú com a denominação de Santa Cruz a qual foi incendiada pelos hollandezes e depois da expulsão delles reedificada, assim como outras noticias de igual valor.

Passando-se a proceder a eleição da mesa administrativa do Instituto, para o anno social de 1899 a 1900, na forma dos Estatutos, foi o seu resultado o seguinte :

Presidente, o Exm. Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire.

1° Vice-presidente Conselheiro Dr. João José Pinto Junior.

2° Dito, Major José Domingues Codeceira.

3° Dito, Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade.

1° Secretario, Dr. João Baptista Regueira Costa.

2° Dito, Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa.

Supplentes do 2° Secretario, Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão e Augusto Cesar da Cunha.

Oradores, Drs. José Izidoro Martins Junior e Pedro Celso Uchôa Cavalcante.

Thesoureiro, Dr. Gaudino Eudoxio de Brito.

Commissão de contas, Drs Manoel Cicero Peregrino da Silva, José Lopes Pessoa da Costa e Joaquim Antonio de Castro Loureiro.

Commissão de redacção, Drs. João Baptista Regueira da Costa, Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire, Francisco Augusto Pereira da Costa e Sebastião de Vasconcellos Galvão.

Finda a eleição e nada mais havendo a tratar se o Sr. Presidente declarando ficar o Instituto em férias até o dia 1 de Abril, de conformidade com o que dispõem os Estatutos, levantou a sessão.

Adelino Antonio de Luna Freire,
Presidente.

João Baptista Regueira Costa,
1° Secretario.

Sebastião de Vasconcellos Galvão,
Substituindo o 2° Secretario.

Acta da sessão de posse em 2 de Abril de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. CONSELHEIRO DR. PINTO JUNIOR

Ao meio dia presentes os Srs. Major Codeceira, Drs· Desembargador Francisco Luiz, Guedes Alcoforado, Regueira Costa 1° secretario, Pereira da Costa, 2° secretario, Andrade Luna, Pedro Celso e os Srs. Caetano Moreira e Augusto Cesar, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. Dr. 1° secretario mencionou o seguinte

EXPEDIENTE

Um officio do Dr. Inspector da Instrucção Publica do

Estado, de 25 de Março, offertando dous exemplares do relatorio da Instrucção Publica do Estado no anno de 1897.

OFFERTAS

Pelo Exm. Sr. Conselheiro Dr. Joaquim Corroia de Araujo, Governador do Estado, uma medalha de ouro com a seguinte inscripção: « Amor e Fraternidade 18 $\frac{2}{5}$ 90 — 1890.

Pelo Sr. Capitão Manoel Francisco Teixeira um arco e seis flechas indigenas.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Findo o expediente o Sr. Presidente declarou empossados todos os senhores socios ultimamente eleitos para comporem a mesa administrativa do Instituto no corrente anno social de 1899 a 1900.

Em seguida vem a mesa e são appravadas duas propostas assignadas por differentes socios, a primeira para que fosse eleito o Exm. Sr. General Arthur Oscar de Andrade Guimarães socio honorario do Instituto, a segunda para que fosse eleito socio correspondente o Sr. Coronel Eugenio Augusto de Mello; este por ser actualmente o commandante e representante do 14 batalhão, que tanto se distinguio nos sertões de Canudos do Estado da Bahia a favor da ordem publica e aquelle pelo relevantissimo servico prestado á patria como commandante geral das forças que ali tão gloriosamente se bateram á bem da mesma causa.

Em seguida foi levantada a sessão

João José Pinto Junior,
Presidente da sessão.

João Baptista Regueira Costa,
1° Secretario.

Francisco Augusto Pereira da Costa.
2° Secretario.

Acta da sessão solemne de 2 de Abril de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. CONSELHEIRO DR. PINTO JUNIOR

A uma hora da tarde presentes os Srs. Socios Desembargador Francisco Luiz, Major Codeceira, Dr. Guedes Alcoforado, Regueira Costa 1º secretario, Pereira da Costa 2º secretario, Pedro Celso, Andrade Luna e os Srs. Caetano Moreira e Augusto Cesar, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão para o recebimento da antiga bandeira do 14 batalhão de infanteria, que servira em Canudos, a qual vinha ser recolhida ao Instituto e nomeou commissões de recepção.

Logo depois foi annunciada a chegada da guarda de honra, conductora da bandeira, a qual foi recebida com as formalidades do estylo, e logo após a chegada dos Exms. Srs. Conselheiro Governador do Estado, General commandante do districto militar, commandantes e officialidade do 14, do 40 batalhões e dos corpos estadoaes, bem como grande numero de convidados, sendo todos introduzidos no salão pelas commissões nomeadas.

Em seguida entrou a bandeira acompanhada de sua respectiva guarda, sendo recebida ao som do hymno nacional e entregue ao Sr. Presidente da sessão pelo Exm. Sr. General Arthur Oscar, que para isso a recebera do Sr. Coronel Commandante do batalhão fazendo preceder a entrega de breves, mas eloquentes palavras dirigidas ao Instituto e ás quaes respondeu o Sr. Presidente do mesmo modo.

Depositada a bandeira no lugar que para isso fôra previamente preparado, fallaram os Drs. Pedro Celso, orador official do Instituto, que ao terminar o seu discurso saudou aos Exms. Srs. General Arthur Oscar e Coronel Eugenio de Mello, entregando, em nome do Instituto, ao primeiro o titulo de socio honorario e ao segundo o de socio correspondente.

Seguiram-se na tribuna os Drs. Regueira Costa, 1º secretario, João Coimbra e por ultimo o Sr. Conselheiro Dr. Pinto Junor, declarando encerrada a sessão e dirigindo palavras de agradecimento a todas as pessoas que concorreram á solemnidade.

A séde do Instituto estava festivamente ornamentada o salão de honra, onde teve lugar a sessão, achava-se litteralmente cheio, notando-se grande numero de péssôas gradas.

Quatro bandas de musica, sendo duas dentro do salão, tocaram durante o acto.

João José Pinto Junior,
Presidente da sessão.

João Baptista Regueira Costa,
1º Secretario.

Francisco Augusto Pereira da Costa,
2º Secretario.

Acta da sessão ordinaria de 25 de Maio de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A uma hora da tarde presentes os Srs. Drs. Conselheiro Pinto Junior, Desembargador Francisco Luiz, Cunha Barbosa, Alfredo de Carvalho, Eudoxio de Brito, Sebastião Galvão occupando a cadeira do 2º secretario, Pereira da Costa substituindo o 1º secretario que não compareceu, e major Codeceira, abrio-se a sessão.

Lidas as actas das sessões ordinaria e solemne de 2 de Abril, foram approvadas.

O Sr. Dr. 1º secretario mencionou o seguinte

EXPEDIENTE

Um officio da Sociedade Litteraria Gonçalves Dias de 1 do corrente, convidando o Instituto a se fazer representar na sua festa anniversaria no dia 27.

Tiveram conhecimento do convite todos os srs. socios que compareceram na séde do Instituto.

Um dito do Exm. Sr. Dr. João G. Torreão da Costa, governador do Estado do Maranhão, offertando um exemplar da obra — *O Estado do Maranhão em 1896.*

Um dito do Sr. Capitão secretario do commando de 2° districto militar, de 15 do corrente, remettendo, de ordem do Exm. Sr. General uma copia authentica da ordem do dia em que o coronel commandante do 14 batalhão communicou ao mesmo a entrega ao Instituto da bandeira que servio em Canudos.

Um dito do Sr. Director da Secretaria de Justiça, Negocios Interiores e Instrucção Publica de 17 do corrente communicando, de ordem do Exm. Sr. Dr. Governador do Estado, que a Bibliotheca Publica acha-se autorisada a ceder por emprestimo ao Instituto os documentos pedidos em officio de 29 de Abril ultimo.

Um dito do Dr. Arthur Vianna, offertando diversas publicações e manuscriptos sobre o descobrimento de Pernambuco.

Mandou-se a uma commissão para examinar e dar parecer.

OFFERTAS

Pela directoria geral de Estatistica um volume — *Recenseamento do Estado de Alagôas, em 31 de Dezembro de 1890.*

Pelo Dr. Rodolpho Galvão um volume de sua obra —*Noções de Bacteorologia.*

Pelo autor o Sr. Lourenço Fonceca um folheto —*Flora Brasileira.* Especimens com applicação a Therapeutica Occular.

Pela Secretaria da Instrucção Publica dous exemplares do relatorio apresentado ao Exm. Sr. Dr. Governador do Estado em 1 de Janeiro de 1898.

Pelo autor o Sr. Elysio de Araujo, por intermedio do Sr. Dr. Quinteiro, um volume — *Estudo Historico sobre a policia da Capital Federal de 1808 a 1831.*

Pelo Sr. Tenente-coronel Francisco Pedro Boulitreau, 5 volumes encadernados do jornal —*Le Monde Illustré.*

Pelo consocio major Codeceira, um volume —*Viaqem Estatistica ao Templo da Sabedoria,* poema por Agostinho José de Macedo.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram lidos, discutidos e approvados os pareceres da commissão de contas sobre os balancetes da receita e despeza do Instituto nos dous trimestres de Outubro a Dezembro de 1898 e de Janeiro a Março do corrente anno.

Foram propostos e approvados, para socio honorario o Exm. Sr. Dr. Lauro Muller deputado federal pelo Estado de Santa Catharina e correspondentes os Srs. Dr. Hermann von Ihering, director do Museu Paulista e autor de numerosos trabalhos sobre a historia natural e ethnographica do Brazil e Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio Astronomico do Rio de Janeiro.

O Sr. Dr. Pereira da Costa communica que a commissão de que fez parte, incumbida de entender-se com o Congresso do Estado e pedir-lhe o seu apoio para a festa do 4º centenario do descobrimento do Brasil, desempenhou-se de sua incumbencia sendo favoravelmente acolhida pelas duas casas do Congresso, que prometteu concorrer com a verba de cinco contos de reis para auxiliar as despezas da solemnidade.

O mesmo Sr. Dr. Pereira da Costa pedio a nomeação de uma commissão para entender-se pessoalmente com o Dr. Prefeito e Presidente do Conselho do municipio do Cabo, onde deverá ser levantado o monumento commemorativo do descobrimento de Pernambuco e pedir-lhes o seu auxilio para esse fim.

Ficou resolvido que fosse a commissão já nomeada para promover os festejos.

O Sr. Major Codeceira, leu um discurso seu sobre os Precursores da Republica e o Instituto determinou que se imprimisse no *Jornal do Recife* e em folhetos.

O Sr. Dr. Cunha Barbosa offertou ao Instituto um trabalho seu em manuscripto sobre Instrucção Publica.

O Sr. Presidente em nome do Instituto agradeceu ao consocio a sua preciosa offerta.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão apresentou um projecto de reforma dos Estatutos do Instituto, que fôra incumbido de organisar e para discutil-o e approval-o resolveu-se convocar para quinta-feira 8 de Junho uma sessão especial em assembléa geral.

Deliberou o Instituto deferir uma petição de D. Rosa Ferreira, filha do finado consocio André Ferreira de Almeida, dando-lhe de uma só vez a quantia de cem mil reis em attenção aos bons serviços prestados a associação por aquelle digno consocio.

Finalmente o Dr. Pereira da Costa apresentou um exemplar do jornal *Progresso* publicado em Itajahy do Estado de Santa Catharina, que lhe foi remettido pelo seu amigo Dr. Thiago da Fonceca, em cujo jornal vem publicado um artigo que interessando a Pernambuco, o Instituto mandou transcrever com a presente acta no *Jornal do Recife*.

O Sr. Major Codeceira, a proposito do mesmo artigo, que se refere a um brinde levantado pelo Sr. Presidente do Estado de Minas Geraes, por occasião da recepção feita naquelle Estado ao Sr. Dr. Campos Salles, Presidente da Republica, diz que o Sr. Coronel Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel, protestou no mesmo sentido no jornal *Brasil* e que elle, major Codeceira, fez transcrever o protesto no *Jornal do Recife*.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão.

Adelino Antonio de Luna Freire,
Presidente.

Francisco Augusto Pereira da Costa,
Substituindo o 1º Secretario.

Sebastião de Vasconcellos Galvão
Substituindo o 2º Secretario.

Acta da sessão especial em assembléa geral no dia 8 de Junho de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A uma hora da tarde presentes Srs. Drs. Desembargador Francisco Luiz, Conselheiro Pinto Junior, Regueira Costa, 1º secretario, Pedro Celso, Eudoxio de Brito, Alcebiabes Velloso, Manoel Cicero, Sebastião Galvão, Pe-

reira da Costa, 2º secretario, Rodolpho Galvão, Phaelante da Camara, Alfredo de Carvalho, coronel Francisco Benicio e major Codeceira, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. Dr. 1º secretario mencionou as seguintes

OFFERTAS

Pelo Museu Argentino um exemplar do seu Boletim.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram propostos e approvados para socios effectivos do Instituto os Srs. Drs. João Coimbra, Inspector Geral da Instrucção Publica, Octavio de Freitas, Pergentino Saraiva de Araujo Galvão, e João Vicente da Silva Costa Filho, correspondentes os Srs. Drs. Affonso Celso de Assis Figueiredo Junior, Augusto Duprat, membro da Sociedade de Engenheiro Civis de Londres, Luiz Leopoldo Flores, membro da Academia de Sciencias e da Sociedade de Geographia de Lisbôa e coronel Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel, autor da obra *Episodios Militares*, e elevado a honorario o socio correspondente J. C. Branner, autor de diversos trabalhos scientificos sobre o Brasil e especialmente sobre Pernambuco.

Em seguida foram discutidos e approvados os primeiros vinte e quatro artigos da reforma dos Estatutos do Instituto, coprehendidos nos capitulos um a quatro, sendo addiadas para dia que opportunamente será annunciado, a discussão e approvação dos demais artigos.

O Sr. Dr. Regueira Costa apresentou ao Instituto a traducção de dous trabalhos do Dr. J. C. Branner intitulados um *A Pororoca* e outro *Supposta Glaciação do Brasil*.

Resolveu o Instituto que opportunamente fossem publicados na Revista e em avulsos.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão.

Adelino Antonio de Luna Freire,
Presidente.

João Baptista Regueira Costa,
1º Secretario.

Francisco Augusto Pereira da Costa,
2º Secretario.

Acta da sessão especial em assembléa geral aos 17 de Agosto de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

Ao meio dia presentes os Srs. Drs. Conselheiro Pinto Junior, Desembargador Francisco Luiz, Eudoxio de Brito, Regueira Costa 1° secretario, Vitalino Cordeiro, Pedro Celso, João Vicente da Silva Costa Filho, Coelho Leite, Alfredo de Carvalho, Luiz Lombard, major Codeceira e Augusto Cesar, abrio-se a sessão.

O Sr. Dr. João Vicente, occupando a cadeira do 2° secretario, que não compareceu, leu a acta da antecedente que foi approvada.

O Sr. Dr. 1° secretario mencionou o seguinte

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo de 2 do corrente, accusando a recepção e agradecendo o seu diploma de socio correspondente. — Inteirado.

Um dito do Exm. Dr. Epitacio Pessoa, ministro do justiça e negocios interiores, de 12 de Julho, remettendo um exemplar do Programma do 7° Congresso Internacional de Geographia que se reunirá em Berlim de 8 de Setembro a 4 de Outubro do corrente anno.

Um dito do Sr. Alberto F. Rodrigues, de 2 de Julho accusando a recepção e agradecendo a collecção da Revista do Instituto. — Inteirado.

Um dito da Sociedade Litteraria Onze de Agosto, convidando o Instituto a se fazer representar na sua sessão magna anniversaria a 11 do corrente.

Tiveram conhecimento do convite todos os Srs. socios que compareceram na séde do Instituto.

Um dito do Dr. Pergentino Saraiva de Araujo Galvão agradecendo a sua eleição de socio effectivo do Instituto.

OFFERTAS

Pelo Museu Nacional de Montevidéo um volume de seus Annaes.

Pelo Sr. Dr. João Carlos da Silva Guimarães um fo-

lheto — Embargos á sustentação apresentados por Pedro da Cunha Machado Pedrosa e sua mulher, na acção hypothecaria que José da Costa Pereira lhes propoz no municipio de Iguarassú.

Pelo Sr. D. Carlos de Bragança um vulume — Instrucções scientificas feitas á bordo do yacth *Amelia* sob a direcção do mesmo D. Carlos. — Mandou-se agradecer.

Pelo Archivo Publico Mineiro um volume de sua Revista.

Pela Companhia do Beberibe o relatorio apresentado a assembléa geral dos accionistas, pelo director Dr. Ceciliano Mamede Alves Ferreira, 1899.

Pelo autor o Dr. Sacramento Blake o 5º volume do seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro.*

Pelo Sr. Coronel Julio de Mello uma certidão do Foral concedida a Duarte Coelho e outros documentos.

Pelo Rvm. Monsenhor Fabricio de Araujo Pereira, por intermedio do Dr. Sebastião Galvão, uma moeda de prata antiga, achada numa escavação feita no Palacio Episcopal de Olinda.

Pelo Sr. Coronel José Thomaz Portella duas ditas, tambem antigas, sendo uma de prata e outra de cobre.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

O Sr. Major Codeceira offertou ao Instituto um Dobrado intitulado *Bernardo Vieira,* composto pelo pernambucano o Sr. Alberto Carneiro de Brito, residente na cidade de Guarabira do Estado da Parahyba e consagrado a memoria do immortal republicano Bernardo Vieira de Mello, precursor da republica na cidade de Olinda em 1710.

O Instituto aceitando com agrado a preciosa offerta, que pelo seu autor foi dedicada ao mesmo Sr. Major Codeceira, mandou archival-a promettendo dar-lhe opportunamente o conveniente destino e determinou que se officiasse ao Sr. Brito agradecendo o seu trabalho.

Pelo referido Sr. Major Cadeceira foi tambem apresentada uma carta do Rvm. Padre João Pereira de Araujo Pedrosa, vigario de Jaboatão, communicando ter encontrado na capella mór de sua matriz a lousa que cobre a sepultura perfeitamente intacta do venerando pai do finado

Visconde de Suassuna, cujo nome figura na historia de Pernambuco, facto este que traz ao conhecimento do Instituto para o tomar na consideração que merecer.

Para examinar a sepultura e dar parecer sobre o que julgar conveniente fazer a respeito, foi nomeada uma commissão composta dos Srs. Dr. Coelho Leite, major Codeceira e Augusto Cesar.

O Dr. Coelho Leite disse que sendo informado de que existe na cidade de Olinda a casa em que habitou o digno patriota natalense padre Miguel Joaquim de Almeida Castro na occasião de ser preso como um dos autores da revalução de 6 de Março de 1817, dia em que foi proclamada nesta capital a independencia nacional e organisado um governo provisorio republicano no paiz, propõe que o Instituto averiguando a veracidade do facto, soccorrendo-se para esse fim das informações exactas que lhe poder fornecer o sobrinho neto daquelle martyr da liberdade Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, residente nesta cidade, mande collocar na frente da dita casa, depois de obtida a licença do respectivo proprietario, uma lapide commemorativa desse facto.

Approvada a proposta foram nomeados para desempenharem essa commissão os Srs. Drs. Coelho Leite, Guedes Alcoforado, João Vicente e major Codeceira.

Finalmente foi lida, discutida e approvada a reforma dos Estatuios do Instituto, que vai a imprimir.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão.

Adelino Antonio de Luna Freire,
Presidente.

João Baptista Regueira Costa,
1º Secretario.

João Vicente da Silva Costa Filho,
Substituindo o 2º Secretario.

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — BIBLIOTECA

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

VOL. X Março de 1903 N. 57

Napoleão I no Brasil

TENTATIVA DE EVASÃO DO PRISIONEIRO DE ST. HELENA CONCERTADO ENTRE OS EMIGRADOS FRANCEZES NOS ESTADOS UNIDOS E OS AGENTES DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817.

A rivalidade colonial entre a França e a Inglaterra; as lutas continuas entre estes dous grandes povos, pela preponderancia politica na Europa; os reciprocos rancores historicos, foram as causas principaes da sympathia que a França manifestou com relação á America do Norte revoltada contra a sua metropole.

A côrte de Luiz XVI fez mais do que votos pela independencia americana: uma parte da nobreza franceza, enthusiasta da liberdade, farta de repouso, avida de aventuras longinquas, arremessou-se ao livramento duma nação que se julgava amadurecida para a Republica.

Em 1778 a França intervinha no Novo Mundo; em 1779 a Hespanha e a Hollanda seguiam o seu generoso exemplo, e, quatro annos depois, a 3 de Setembro de 1783, as principaes potencias reconheciam, por tratados, a existencia legal dos Estados Unidos da America do Norte.

As novas ideas tinham partido da Republica Helvecia, pelos escriptos de J. J. Rousseau; haviam emigrado para a America com os companheiros de Lafayette e de Ro-

chambeau, e regressaram á França avigoradas pelo prestigio da victoria.

Os cavalheiros francezes espalharam-nas por toda parte com a narração das suas façanhas. A opposição systematica que encontraram no circulo dos aulicos e entre as classes privilegiadas da nação serviu apenas para encarecel-as aos olhos do povo. Luiz XVI, que de bom grado se prestara á emancipação dos americanos, viu-se exposto ás reivindiçações logicas e legitimas dos seus proprios subditos.

A liberdade tem destes contagios.

Não nos cabe recordar esta grande phase, tão sangrenta quão gloriosa, tão estranha quão inevitavel, tão terrivel quão fecunda. O nosso assumpto nos conduz directamente da Revolução a Bonaparte, sua creatura e seu dominador.

Na epopéa napoleonica, tem-se querido, nestes ultimos tempos, amesquinhar o papel do principal heroe. Escriptores militares têm tentado despojal-o da aureola de grande homem de guerra. Outros historiadores accusam ao paiz inteiro de se haver abandonado ao despotismo dum só e fazem no partilhar das grandezas e das miserias do soldado armado para e contra a Revolução. As opiniões ainda estão longe de se conciliarem com referencia a Napoleão. Esta figura singular continuará por muito tempo a apaixonar a historia. Haverá sempre documentos ineditos, memorias a publicar sobre esta personalidade immensa. O interesse por tudo quanto é napoleonico jámais cessará.

Parece que este homem, como a natureza, possuia um cabedal infinito de segredos a revelar. Os investigadores exgotam-se em estudal-o, sem conseguir exhauril-o. Tem sido objecto de todas as criticas, alvo de todas as apreciações feitas numa infinidade de obras dum alto alcance historico; entretanto cada um esquadrinha com avidez a menor revelação capaz de projectar nova luz sobre a vida privada, sobre o papel politico, sobre o genio militar do jacobino, do senhor da França, do conquistador da Europa.

Si reunissemos tudo quanto se tem escripto sobre o moderno Cesar, desde as diatribes de Chateaubriand e de Mme. de Stael até ás memorias do general Durand, as ul-

timas em data (1), teriamos com que organisar uma bibliotheca das mais ricas e das mais preciosas. Encontrariamos nella todas as epiniões politicas em jogo, todas as admirações, todos os odios, todos os prejuizos; detalhes sem numero sobre os menores actos e sobre as mais infimas particularidades do grande homem; legendas populares duma ingenuidade grandiosa; poesias inspiradas ao genio pelo genio; apotheoses radiantes; diffamações systematicas; as injurias brutaes das gazetas inglezas do tempo ao lado dos hymnos triumphantes de Thiers. A bibliographia de Nopoleão I é um accervo colossal de informações para a posteridade.

O Corso de cabellos corredios fez escrever mais volumes ainda do que matar homens. Por isto, talvez, torna-se tão difficil julgar e reconstituir esta alma complexa. Os nossos contemporaneos parecem não professar alta estima pelo homem que existia sob o Cesar. A pessoa de Napoleão I parece não se haver alteado mau grado o pedestal de livros que se lhe tem feito. Semelhante facto traduz, não uma injustiça popular, mas um simples erro de apreciação. Bonaparte não foi de certo um Marco-Aurelio. Si o imperador romano conheceu Epiceto, não esqueçamos que o imperador francez, oriundo de sangue italiano, veiu depois de Machiavelli, e que o seu poder, procedente da Revolução, que elle esmagou, não podia consistir logicamente na pacifica applicação das virtudes pregadas num dialogo de Platão. E' difficil representar pastoraes depois de grandes papeis historicos; não se póde exigir dum soldado as qualidades dum burguez pacato. Napoleão I evidentemente não foi Luciano; porem não era indigno de ser seu irmão sob mais dum aspecto. Amou o povo tanto quanto o complacente presidente do conselho dos Quinhentos; mas, desejava a sua felicidade por outra forma. Luciano era um crente nos direitos do homem e nos grandes principios de 89; Bonaparte não cria senão em si proprio e na sua estrella.

Estava persuadido de que uma democracia não póde prescindir dum senhor que a organise e torne forte e respeitada; realisada esta primeira parte do seu programma elle se compromettia a dar á França as instituições ame-

(1) Este estudo foi escripto em 1886.

ricanas. A sua ambição nunca foi talvez exclusivamente pessoal. Lutando contra a Europa colligada, animava-o a convicção de destruir a antiga monarchia e assegurar ao seu paiz novos destinos. A dymnastia, que emprehendeu implantar, devia, conforme os seus designios, garantir a liberdade de todos, mantida pela autoridade forte dum só, preparar o advento do elemento popular graças a uma tutela clarividente e energica. Estas idéas napoleonicas não são mais defensiveis e transformaram-se em outros artigos do credo bonapartista. Cumpre-nos apenas constatar bem que jámais soberano, jámais amassador de homens, inspirou tanta dedicação, provocou tanto enthusiasmo quanto o empalmador da Revolução. Emquanto esteve no governo e o seu poder fez tremer os soberanos, teve sempre, alem dos bajuladores ordinarios das magestates e dos cortezões titulados, um circulo de corações devotades, especie de guarda intima, composta de todos os fervorosos do seu culto. Quando a desgraça precipitou-se sobre elle, pôde por si mesmo julgar da acção profunda que havia exercido sobre certas almas de escól. Em meios das ingratidões officiaes, dos abandonos covardes, das deserções vergonhosas de que foi testemunha contristada, Napoleão teve ao menos a consolação de ver que todos os que lhe ficavam fieis na adversidade eram dos melhores e pertenciam ao numero daquelles cujo valor elle sempre estimára mais alto e não havia corrompido com favores. Quanto aos outros, traidores reincidentes, como Touché e Talleyrand, que haviam passado da Republica ao Imperio e do Imperio á Realeza, com uma desenvoltura demasiado impudente e um sceptismo excessivamente despejado, o grande exilado os estigmatisava com um dito picante e esquecia-os.

Durante os seis annos que durou a sua reclusão em Santa Helena, os verdadeiros devotamentos não cessaram um só dia de manifestar-se. Ha um seculo quantos reis no exilio? Ora, qual dentre elles jámais suscitou tantos testemunhos energicos de fidelidade a toda prova? O Imperador, acima de todas as suas glorias, teve a suprema gloria de fazer-se amar até ao sacrificio da vida. Unico, uma vez caido, encontrou partidarios que tentaram restituir-lhe a fortuna affrontando o destino. O evadido da ilha de Elba viu chegarem-se a elle homens resolutos que

tentaram o impossivel para arrancal-o do seu calvario de Santa Helena.

Bonaparte tinha agido sobre a Europa como um sonho. Os reis e os povos só se convenceram da realidade pela sangrenta evidencia de victorias repetidas. Não tendo a principio podido acreditar na sua prodigiosa elevação ao poder, foi-lhes ainda mais difficil acceitar mais tarde a idéa da sua quéda subita. Parecia impossivel á opinião publica que um homem de semelhante estatura e de tal audacia houvesse desapparecido para sempre. Rumores de evasão circulavam por toda a parte. O rei Luiz XVIII ouvia-os com inquietação e o governo inglez duplicava a vigilancia em volta do seu prisioneiro. Napoleão podia perceber a existencia destes boatos e o terror que inspirava aos seus inimigos, pelo excesso de precauções tomadas com relação á sua pessoa. Quanto mais se fallava em França «do regresso» tanto mais se esforçavam os carcereiros britannicos por tornal-a impossivel. Numerosos planos de rapto foram concertados com effeito, tanto na Europa como na America. A morte prematura de Napoleão tornou estereis todos estes projectos e aniquilou todas as esperanças.

E' uma destas emprezas que nos propomos narrar a todos os que se interessam pela grande memoria do martyr da Santa Alliança. Os archivos do Brasil nos forneceram documentos completamente ineditos sobre uma tentativa de evasão concertada entre os emigrados francezes nos Estados Unidos e os agentes da revolução de Pernambuco e cujo fim era conduzir o Imperador á America, ao paiz da liberdade, para onde elle proprio cogitara de fugir antes de embarcar no *Bellerophonte*.

Vamos tentar reconstruir fielmente, segundo estas informações diplomaticas, todo o plano desta evasão.

I

Em 1808 D. João VI, enxotado pelos exercitos de Junot, deixava o seu pequeno reino de Portugal e desembarcava no Rio de Janeiro. Sentindo-se em segurança na grande colonia portugueza o rei fugitivo não tardou em decretar a abertura dos portos brasileiros a todas as nações amigas. Alguns annos mais tarde, em Dezembro de 1815,

o Brasil inteiro era elevado á categoria de reino e reconhecia a autoridade immediata da casa de Bragança.

As idéas da Revolução franceza tinham sido acolhidas com enthusiasmo no novo reino. O philosophismo humanitario do seculo XVIII ali fizera escola, e as lojas maçonicas, não obstantes prohibições rigorosas e frequentes excommunhões, haviam tomado a peito difundil-as por toda a parte. Os conventos, que eram então no Brasil os unicos focos de luz e as unicas fontes da educação nacional, tinham-se ao mesmo tempo transformado em centros de todas as aspirações liberaes. Pernambuco, a antiga *Mauricia* do tempo do dominio hollandez, havia, no seculo XVII, enxotado os conquistadores vindos dos Paizes Baixos, e no seculo XVIII tinha resistido ao governador geral combatendo-o pelas armas e expulsando-o pela força. A capitania conservara desde esta epocha o seu espirito de descontentamento e um altivo sentimento de independencia.

A 6 de Março de 1817 rompeu no Recife, capital de Pernambuco, uma nova revolução; o governador foi constrangido a capitular; os revolucionarios embarcaram-no numa escuna, que levava arvorada a bandeira da Republica e fizeram-no transportar, sob bôa guarda, ao Rio de Janeiro. O novo governo de Pernambuco organisou promptamente a administração interior; aboliu todos os privilegios; concedeu todas as liberdades e procurou no estrangeiro um apoio material e moral para o novo Estado.

Antonio Gonçalvès da Cruz, mais conhecido pela alcunha de *Cabugá*, foi escolhido para embaixador da Republica de Pernambuco junto á Republica dos Estados Unidos da America do Norte, e partiu incumbido de obter o reconhecimento do novo Estado pelo governo americano; tinha alem disto por missão comprar armas e munições de guerra, alistar officiaes e angariar influencias para sustentar a joven Republica sul-americana.

Cabugá teve de lutar com innumeras difficuldades. Só logrou ser recebido pelo Ministro dos negocios estrangeiros dos Estados Unidos em caracter particular; teve, porem, mais successo no desempenho da segunda parte da sua tarefa, conseguindo expedir sem demora embarcações carregadas de armas, de munições e de homens alistados ao serviço da pequena republica brasileira. Foi então

que os emigrados bonapartistas francezes refugiados nos Estados Unidos, em numero de dez mil, e sempre promptos a sacrificarem-se pelo seu imperador, cogitaram em aproveitar a occasião, que lhes offereciam os transportes e a boa vontade de *Cabugá*, para fazer evadir Napoleão de Santa Helena.

Com effeito, *Cabugá* tinha conseguido obter do governo americano a nomeação de M. Ray para as funcções de consul dos Estados Unidos no Recife. Era uma apparencia de reconhecimento official. Este Ray, creatura dos bonapartistas emigrados e amigo de *Cabugá*, devia proteger *todas* as pessoas que se dirigissem a Pernambuco.

Os portuguezes do Rio de Janeiro agitaram-se em breve com a noticia destas machinações. O Ministro de Portugal em Washington, o abbade Serra, appressou-se em solicitar que o governo americano vigiasse a *Cabugá* e o previnisse de todos os seus passos; chegou mesmo a pedir o embargo dos carregamentos d'armas e de homens que partissem dos portos dos Estados Unidos com destino a Pernambuco. O governo federal mostrou-se surdo aos seus rogos. Nada mais restava ao abbade Serra do que avisar sem tardança o governo do Rio e o governador *nomeado* para Pernambuco. Fel-o sem perda de tempo. O governo central do Rio não podendo de forma alguma agir nos Estados Unidos, tomou todas as providencias para no proprio paiz desfechar um golpe decisivo, aniquilando pelas armas a Republica de Pernambuco. As remessas feitas por *Cabugá* ainda não haviam tocado terras brasileiras e já a Republica do Recife tinha deixado de existir.

Emquanto succediam estes factos, em fins de 1817, um navio americano, o *Parangon*, approximava-se das costas do Rio Grande do Norte e arribava á Bahia Formosa. Depois de ter vendido parte do seu carregamento de breu e havendo obtido do commandante da fortaleza todas as facilidades para abastecer-se de viveres, levantou o ferro e seguio rumo da Parahyba.

Entretanto, alguns dos passageiros do *Parangon* desembarcaram no Rio Grande do Norte. Entre elles achava-se o conde de Pontécoulant, que dizendo-se medico e botanico fez conhecida a sua intenção de dedicar-se ao estudo da flora brasileira. Graças a estes titulos de sabio improvisado o conde de Pontécoulant logrou captar a

amisade intima do secretario do governador da provincia. Este ultimo, José Ignacio Borges, tentou mesmo conserval-o junto a si na capitania, propondo-lhe um excellente emprego no qual poderia exercer a profissão medica. O conde de Pontécoulant recusou semelhante offerecimento e contentou-se em obter do seu novo amigo e protector um passaporte em regra que lhe permittisse percorrer, sem ser inquietado, toda a extensão do territorio brasileiro.

Munido destes papeis o conde deu se pressa em ir reunir-se na Parahyba aos companheiros que haviam continuado a viagem á bordo do *Parangon*. O governador da Parahyba fez sem detença prender todos estes estrangeiros e remetteu-os para o Recife. O governador de Pernambuco, depois de haver examinado os seus papeis e nelles nada encontrando de compromettedor, mandou dar liberdade aos presos, recommendando, todavia, ao Ouvidor do Crime e ao Ministro da Policia não os perdessem de vista. Estes bonapartistas, que haviam querido aproveitar-se da revolução de Pernambuco para realisar o seu projecto sobre Santa Helena, cahiam em plena restauração do antigo regimen no Recife. A sua chegada, alem disto, fôra annunciada por via diplomatica. O abbade Corrêa Serra (1), o ministro portuguez em Washington de quem já fallamos, havia communicado ao governador de Pernambuco (officio de 15 de Dezembro de 1817) que um barbeiro de Pernambuco deixára New York á bordo dum cutter carregado d'armas e de munições bellicas, etc. Ora, este cutter tinha aportado á Bahia dos Touros. As autoridades locaes prenderam toda a sua tripolação, que em seguida foi enviada para o Recife, onde se tinham centralisado todas as pesquizas judiciaes contra os promotores e os cumplices da insurreição vencida. As autoridades de toda esta parte da costa do Brasil tinham se tornado excessivamente vigilantes. Por toda parte fallava-se na chegada de emissarios estrangeiros que deviam sustentar a Republica de Pernambuco. Espalhara-se mesmo o boato de que um grupo destes emissarios tinha desembarcado

(1) Officio do general Luiz do Rego Barreto, governador de Pernambuco, ao Rei e ao Ministro Villa Nova Portugal, em 3 de Outubro de 1817.

no Ceará, o que era falso (1). Todos estes receios explicam a severidade das autoridades portuguezas, apenas refeitas do seu recente terror.

Voltemos aos nossos francezes. Elles chamavam-se: de Latapie, Artong, Roulet e de Pontécoulant.

Dous dias depois de posto em liberdade, Latapie solicitou uma audiencia do governador general e declarou-lhe toda a verdade sobre o fim da sua viagem e os projectos dos seus amigos. Certificou, que elle e os outros francezes achavam-se em Philadelphia quando chegaram aos Estados Unidos as noticias da revolução de Pernambuco; que José Bonaparte, com quem entretinha relações, o impellira a vir a Pernambuco, para verificar si a revolução era tal qual se dizia e informal-o sobre o assumpto; que José Bonaparte, depois das recommendações que lhe fizéra, procurara uma occasião para preparar uma flotilha e fazer evadir o ex-Imperador (2). Latapie, Artong, Roulet, e Pontécoulant residiam, no Recife, em casa do consul americano Ray posto por *Cabugá* ao par dos seus segredos, como atraz dissemos. Mais tarde de Pontécoulant regressou ao Rio Grande do Norte, com Roulet, para ali. exercer a medicina.

Depois desta declaração categorica de Latapie o governador da capitania de Pernambuco, o general Luiz do Rego Barreto, apressou-se em communicar ao governo do Rio de Janeiro todo o negocio. Delegou para este fim a Latapie e a Artong, que se dizia habilitado a informar o governo sobre tudo o que se passava nos Estados Unidos.

Latapie era coronel de infantaria no exercito francez; deixemol-o no desempenho da sua missão e prosigamos com a nossa narrativa.

Vimos como a tripolação dum cutter tinha chegado á Bahia dos Touros e fôra recolhida á prisão. Entre os tripolantes deste navio achava-se um negro da America do Norte, que teve de comparecer perante os juizes, depois da partida de Latapie e Artong para o Rio de Janeiro. Interrogado declarou: «ter ouvido um marinheiro contar

---

(1) Officio do secretario da Alçada, o Dezembargador João Osorio, de 2 de Março de 1818.

(2) Officio de Luiz do Rego Barreto, de 3 de Outubro de 1817

que uma fragata americana partira da America do Norte para o Brasil, no intuito de exigir satisfação dum insulto feito ao pavilhão americano no Fayal e de reunir-se em seguida aos revolucionarios de Pernambuco. »

Este negro accrescentava — « que nesta occasião fallara-se a bordo das sympathias do consul americano em Pernambuco, Joseph Ray, pelos agitadores do Brasil e dos seus resentimentos contra o governador general, que elle accusava de prejudicar o commercio e os interesses dos Estados Unidos. Affirmara-se outrosim que o mesmo Ray declarava muito facil a independencia do Brasil, porquanto o governo do Rio de Janeiro ficaria reduzido á impotencia pela intervenção armada dos Estados Unidos e a neutralidade absoluta da Inglaterra. »

A vista desta grave declaração o Desembargador da Alçada, Bernardo Teixeira, requisitou do governador de Pernambuco a prisão dos dous francezes Roulet e Pontécoulant. Este ultimo, que se achava, como havemos dito, no Rio Grande do Norte, gozava da alta protecção do seu amigo o governador Ignacio Borges, que o reteve na capitania e oppoz toda sorte de embaraços á remessa das testemunhas requisitadas para depor na devassa á qual se procedia no Recife. O presidente da alçada denunciou-o ao governo do Rio e solicitou a sua transferencia como culpado de proteger individuos suspeitos.

As cousas complicavam-se.

Pelo mesmo tempo chegava com effeito ás costas da Bahia da Trahição, na Parahyba, um bote com sete marinheiros, que se diziam pertencentes ao navio *Pinguim*. Esta embarcação, em viagem de New-York para Gibraltar, sossobrara em aguas brasileiras e estes sete homens eram os unicos sobreviventes do naufragio. Referiram ainda elles que, por occasião da sua partida de New-York, ali circulavam insistentes boatos da evasão de Napoleão I.

Os sete marinheiros foram recolhidos á prisão. Feito o inquerito, o governador da Parahyba pôde verificar que a historia dos naufragos era absolutamente falsa, que o seu desembarque fôra premeditado, e que o *Pinguim* proseguia o seu curso sem novidade para a Bahia de Todos os Santos conduzindo um carregamento de munições de guerra. O *Pinguim* não era senão um navio corsario armado pelo

commissario da Republica de Pernambuco em Washington, o famoso *Cabugá*. (1)

Fortalecido com estas provas o presidente da Alçada do Recife proseguiu na tarefa de desvendar todo o mysterio; requereu ao general governador a prisão dum certo Flemming Holdt, dinamarquez de origem, e secretario do consul Ray, e solicitou a mesma medida preventiva contra o proprio Ray. O governador, receioso de complicações internacionaes, concedeu-lhe apenas o direito de proceder a buscas nos domicilios dos dous accusados. Nelles foram encontrados tres individuos gravemente compromettidos na recente sublevação pernambucana. (2) O livro da correspondencia official do consul foi apprehendido.

No seu interrogatorio Georges Flemming Holdt referiu ter servido sob as bandeiras francezas e haver tomado parte na batalha de Toulouse, no Languedoc, onde travara conhecimento com o brasileiro Antonio Carlos R. de Andrada, o mesmo que mais tarde tanto devia celebrisar-se como um dos promotores da independencia do Brasil. Flemming Holdt declarou ainda que, prisioneiro em Bayonne, deixara o serviço da França, em 1814, para alistar-se na marinha da America do Norte, e que emfim, no mesmo anno, embarcara para a Bahia e depois para Pernambuco, onde travando conhecimento com Joseph Ray, ligara-se-lhe na qualidade de secretario. Foi assim que achou-se em contacto com Latapie e varios dos revolucionarios de Pernambuco.

Affirmou ter ouvido, em um jantar, Latapie dizer: «que os emigrados francezes nos Estados Unidos, em numero de dez mil, estavam promptos a ir raptar Napoleão Bonaparte de Santa Helena, para cujo fim já haviam reunido quantia superior a um milhão de dollars. Dous homens dedicados, residentes em Santa Helena, estavam no segredo, e tinham-se offerecido para facilitar-lhes o desembarque na ilha. O plano de evasão fôra submettido ao commandante Decatur, o melhor official da marinha federal, o qual assegurara que o projecto tinha duas proba-

(1) Officio de 1 de Março de 1818, de Bernardo Teixeira ao ministro Villa Nova Portugal.

(2) Officio de 1 de Março de 1818, de Luiz do Rego Barreto.

bilidades de successo sobre tres. Justamente então foi que a noticia da revolução de Pernambuco chegou aos Estados Unidos, e logo convencionou-se entrar em accordo com o governo revolucionario de Pernambuco a afim de, com o seu auxilio, realisar mais facilmente a empreza da libertação do Imperador. »

Tal foi a narrativa do dinamarquez G. Flemming Holdt ao governador, narrativa demasiado precisa para não conter dóse consideravel de verdade.

O secretario do agente consular dos Estados Unidos em Pernambuco, interessara se realmente pela causa dos francezes inquietados pelas autoridades portuguezas do Brasil. Como o seu chefe Ray desenvolvera toda a sua actividade e puzera em jogo toda a sua influencia para mitigar a sorte dos infelizes prisioneiros e obter a sua liberdade.

Antes de partir para o Rio de Janeiro, o coronel Latapie, organisara uma lista das pessoas compromettidas na rebellião pelas quaes se interessava ; confiára esta lista do consul Ray rogando-lhe promovesse a fuga, para os Estados Unidos, dos conspiradores mais compromettidos. Foram estes ultimos os encontrados occultos na casa do consul. Latapie recommendara muito particularmente á benevolencia de Ray o seu compatriota e amigo Roulet, do qual se apossara a policia de Pernambuco. Ray, peitando dous soldados da guarda da fortaleza, conseguiu, por seu intermedio fazer chegar ás mãos do detido dinheiro, viveres e instrucções.

Flemming Holdt, no seu interrogatorio, não fez carga ao seu superior hierarchico; declarou ignorar que Ray estivesse em correspondencia com *Cabugá* e com os outros emigrados pernambucanos nos Estados Unidos; que apenas ouvira Routet dizer que contava com valiosas protecções, suppondo alludisse ao auxilio do consul francez, de Latapie ou dos maçons.

O depoimento feito pelo proprio Roulet, diante dos seus juizes, é mais explicito e lança alguma luz sobre este mysterioso negocio. Segundo o seu proprio testemunho, Roulet pertencia a uma familia de origem nobre, mas de exigua fortuna ; servira nos exercitos napoleonicos e apoz a queda do Imperio refugiara-se na Belgica ; o gosto pelas aventuras e a ambição de riquezas determinaram-no em

breve a embarcar para a America do Norte. Ali conhecera o coronel Latapie que não teve difficuldade em ganhal-o para a sua dupla expedição projectada primeiro para o Brasil e depois para Santa Helena.

Demos a palavra ao accusado. Numa carta escripta por Roulet ao general governador de Pernambuco, encontram-se as preciosas confidencias que seguem:

« Foi nos Estados Unidos que me liguei com M. de Latapie. Conheceis o resto. M. de Latapie vos referiu com a franqueza dum soldado que não conhece outro guia senão a honra. »

« Demais disso, de que nos accusam? De nos termos embarcado para este paiz quando tivemos noticia da revolução de Pernambuco. Mas, se a intenção por si só devesse ser punida entre os homens como um crime, muito poucos seriam dignos de viver. »

« Soubemos, ao costearmos estas terras, que a causa, que determinara a nossa vinda aqui, estava irrevocavelmente perdida. Poderiamos ter então regressado; mas, fortes das nossas generosas intenções e confiando na vossa boa fé, desembarcamos aqui legalmente, lealmente, conformando-nos com as leis e os costumes usuaes em casos identicos entre as nações civilisadas. »

« Minha intenção era conhecer o paiz e me servir dos restos duma educação assás esmerada para obter um emprego em alguma casa commercial até que pudesse regressar á minha verdadeira patria. »

Apezar destes nobres protestos a situação do prisioneiro não melhorava; os enredos dum governo inquisitorial não cessavam, ao contrario, de tornal-a cada vez mais precaria. Na falta de *Cabugá*, as autoridades julgavam de justiça enfurecer-se contra um homem que bem podia ser um seu emmissario.

Foi então que o consul americano Ray interveiu e tentou melhorar a penosa situação de Roulet, servindo-se para esie fim como intermediarios de dous soldadados da fortaleza, dos quaes já fallamos.

Foi um raio de esperança para o prisioneiro que apressou-se em escrever ao seu protector: « Presentemente o meu desanimo desappareceu; já não me sinto de todo separado do mundo dos vivos; recobro a minha energia para repellir, até o ultimo momento, as aggressões do despo-

tismo; para zombar dos seus grilhões e dos seus carceres e forçal-o a escutar a voz dum homem, nascido livre e que tantos motivos tem para desprezal-os. Si me puzerem em completa incommunicabilidade, si me transferirem para algum hospital ou si a morte me aniquilar, sabel-o-heis sem tardança por estes bravos rapazes que nos servem. »

« Não me lastimeis; não sou demasiado infeliz porquanto ainda tenho tão bons amigos como vós. Si me peza deixal-os, experimento todavia um consolo pensando que para elles ainda não morri inteiramente. »

A estas linhas, inspiradas por um nobre coração e uma gratidão profundamente humana, Ray deu a seguinte resposta:

« Lamento não esteja em minhas mãos modificar a vossa desagradavel situação; todos os meios que a prudencia dictava, foram tentados para restituir-vos aquillo que mais estimamos no mundo: a liberdade! Valei-vos da coragem. Sois um soldado, sêde igualmente um philosopho. »

« *E'-me impossivel saber ou mesmo conjecturar sob qual pretexto vos conservam preso.* »

« Quaesquer que fossem as vossas intenções vindo ao Brasil, não haveis commettido nenhum acto hostil ao governo. Por este motivo e em virtude das leis de todas as nações civilisadas nada tendes a temer. »

« Estou perfeitamente informado: o governador declara que não sois *seu* prisioneiro; sabeis, sem duvida que do Rio de Janeiro chegaram cinco juizes com plenos poderes para examinar as pessoas implicadas na revolução; creio que estaes preso por sua ordem. Tende coragem, eu vos supplico, e acredito que a vossa prisão não durará mais por muito tempo. »

E' impossivel manifestar-se mais compadecido da desventura e mais sincero partidario da justiça. Não pretendemos reproduzir aqui toda a correspondencia trocada durante longos mezes, entre Roulet e o consul Ray. Della transparece a cada momento, por parte do representante da livre America, uma solicitude constante pelos opprimidos e um secreto desejo de ver realisadas as ideas republicanas de *Cabugá* e as tentivas de evasão do prisioneiro de Santa Helena.

Citemos unicamente uma ultima carta de Flemming

Holdt que não teve até o desfecho a coragem do principio e para salvar se fraquejou mais duma vez.

« Me é impossivel, meu caro Roulet, dizer-vos quanto a vossa situação me penalisa e interessa. Mas, constrangido pelas circumstancias, a tomar eu mesmo medidas de precaução contra certos attentados á minha propria liberdade, rogo-vos que vos dirijaes directamente a M. R. (Ray) que nada tem a receiar pessoalmente. »

« Dizei si tendes necessidade de dinheiro ou se podemos enviar-vos viveres. »

Ray, este, jamais franquejou diante do perigo e não quiz abandonar os francezes e os outros revolucionarios cuja defeza tomara ; o governador de Pernambuco, L. do Rego Barreto, e o presidente da Alçada não cessaram de incriminar a sua conducta junto ao governo central do Rio, afim de que este solicitasse a sua immediata transferencia. Ray não desanimou, apesar de todos estes manejos dos seus inimigos, e foi á sua habilidade, á sua resistencia firme que os prisioneiros deveram finalmente a sua liberdade.

Não ha duvida que a sua energica conducta pesou consideravelmente nas determinações dos governos de Pernambuco e do Rio e precipitou o desfecho do processo.

Com effeito, o secretario da Alçada de Pernambuco, para sem duvida esquivar-se a graves responsabilidades, invocou a incompetencia do seu tribunal local e reclamou os esforços da policia do Estado. (1) O intendente da policia do Rio de Janeiro foi emfim consultado e metteu hombros á empreza. A requisição sua o governo brasileiro resolveu promptamente « mandar transportar para a Europa os emigrados francezes e collocal-os na fronteira do reino de Portugal, o que realisou se com bastante rapidez. Assim mallogrou-se o plano de evasão combinado por José Bonaparte.

Si examinar-se attentamente a conducta das autoridades brasileiras com relação aos francezes desembarcados em Pernambuco e alhures, é impossivel explical-a doutra forma a não ser por considerações politica de ordem superior.

---

(1) Officio do desembargador Osorio, de 2 de Março de 1818.

Bem como o affirmava Ray com simulada ingenuidade, a detenção dos francezes por supposta cumplicidade na revolução de Pernambuco, era apenas um futil pretexto. Sabia-se perfeitamente, nas espheras governamentaes, que nem Roulet, nem Latapie, nem Pontécoulant, nem Artong tinham vindo ao Brasil no intuito de agital-o e convertel-o á Republica.

Porque, pois, foram elles presos? Unicamente porque eram designados como os principaes agentes do golpe de mão sobre Santa Helena.

O governo do Rio abominava o invasor de Portugal; presava alto a amizade da França e da Inglaterra ligadas contra o Imperador proscripto; eis porque envidou todos os esforços afim de mallograr os projectos dos bonapartistas.

Alem disto achava-se informado da gravidade da conspiração, não só pelo seu agente diplomatico em Washingtou, como ainda provavelmente pelos respectivos representantes da França e da Inglaterra.

II

Ainda vos resta, com effeito, tornar conhecidos dous documentos de subida importancia, os quaes demonstram que as duas nações, mais interessadas no exilio de Bonaparte, estavam perfeitamente informadas quanto aos planos de rapto do prisioneiro de Santa Helena.

O primeiro destes documentos é uma nota dirigida a Lord Castlereagh por Mr. Bagot, agente diplomatico da Gran Bretanha nos Estados Unidos. Bagot tinha plena confiança nas medidas tomadas pelo seu governo quanto a vigilancia de Nopoleão e não ligava grande importancia ás noticias que sobre este assumpto lhe transmittia o seu collega encarregado dos negocios da Restauração. Eis, com effeito, o que escrevia, de Washingtou, em 6 de Outubro de 1817, a Lord Castleregh : (1)

« Não devo descurar de levar ao conhecimento de V. S. algumas informações que recebi de M. de Neuville so-

(1) Castlereagh : Despatch, correspondence, etc., London, 1853. —Third series, Vol. III, pp. 380-381. — Despatch of Mr. Charles Bagot to Lord Castlereagh.

bre um outro assumpto ; si estas informações são exactas podem ser consideradas como tendo uma importancia consideravel.....

« M. de Neuville me informa que dous individuos, chamados Rousseau e Archambeau (este ultimo é um criado de ordem inferior), deixaram a ilha de Santa Helena em companhia de M. Santini. Ainda em companhia de M. Santini elles seguiram para Bruxellas e dali partiram para Philadelphia. Rousseau consta ter passado uns quinze dias com José Bonaparte ; depois ter seguido para Long-Island onde, desde então, reside em casa de Cobbet (1), o qual, como V. S. não ignora provavelmente, fixou-se ali depois da sua fuga da Inglaterra.

« M. de Neuville me assegura saber que Cobett é um dos principaes agentes do plano concertado neste momento para a evasão de Bonaparte de Santa Helena, e que é por seu intermedio que se fazem as communicações com os outros inglezes empenhados na conspiração.

« Diz que Lord Cochrane e Sir Robert Wilson estão um e outro mettidos até o pescoço neste negocio ; que sobre o assumpto estabeleceu-se uma correspondencia entre varias pessoas de França ; que esta correspondencia passa pelas mãos duma parenta de Sir Robert Wilson, residente em Bruxellas ; que elle pensa mesmo que esta senhora é a irmã de Sir R. Wilson. Diz ainda elle que a projectada viagem de Lord Cochrane á America do Sul tem relação com este negocio (2), e que deve haver uma reunião geral dos agentes da conspiração em Fernando de Noronha, pequena ilha na costa de Pernambuco, que os portuguezes transformaram em presidio.

« V. S. dispõe ahi dos melhores meios de informação para apreciar até que ponto estas noticias tem fundamento Aqui não possuo meio algum de verifical-as. M. de Neuville falla com a maior convicção ; mas pode estar enga-

---

(1) Trata se aqui do grande agitador inglez que redigiu, com brilho incomparavel, o *Weekly Register*.

(2) Lord Cochrane foi, com effeito, servir no Chile. Mais tarde, em 1823, passou ao serviço do Brasil e aqui alcançou o posto de primeiro almirante do Imperio e o titulo de Marquez do Maranhão. Talvez houvesse realmente participado no trama para a evasão de Bonaparte e o abandonasse com a sua desinvoltura habitual.

nado, tanto mais quando sei que tem *la tête un peu exaltée* (1). Todavia creio de meu dever levar ao conhecimento de V. S. estas informações confidenciaes. »

Por sua vez o governo francez recebia informações muito circumstanciadas que confirmavam, accentuando os ainda, os avisos que M. de Neuville julgara dever dirigir ao seu collega de Washington. Transcreveremos na integra este documento cuja gravidade é assaz manifesta, e que constitue a justificação authentica, official mesmo, de tudo quanto havemos referido até aqui sobre esta singular conspiração. Elle se encontra nos archivos do Caes d'Orsay, em Paris.

O relatorio que vamos citar traz a data de 29 de Julho de 1817, isto é, foi escripto alguns dias apenas apoz a partida de Pontécoulant e de seus companheiros para o Brasil.

« Assegura-se que José Bonaparte occupa-se desde alguns mezes com o projecto de raptar seu irmão da ilha de Santa Helena. Um certo general Ravul será o chefe da expedição.

« Desnouettes está encarregado de promover a compra duma escuna de tresentas toneladas, armada com canhões de doze e tendo apparelho proprio para preparar balas incandescentes.

« Os irmãos Lallemand devem alistar os officiaes e engajar os tripolantes.

« Os officiaes dirigir-se-ão de Philadelphia para Nova York e Baltimore para em seguida reunirem-se em Annapolis, onde já se encontram Galaberi, ex-coronel do 90° regimento de linha, e Adolpho Pontécoulant, sobrinho de Grouchy.

« O coronel Latapie já partiu com trinta e dous homens para Pernambuco. O ponto de reunião desta expedição é a ilha de Fernando de Noronha, situada a sessenta e duas leguas da costa do Brasil.

« Ali devem reunir-se os officiaes francezes de Bonaparte, em numero de proximamente oitenta, setecentos officiaes americanos, duas escunas e um navio armado por Lord Cochrane e tendo a seu bordo oitocentos marinheiros e duzentos ou tresentos officiaes.

---

(1) Em francez no original inglez.

« Estas forças reunidas devem marchar sobre Santa Helena, acommetter o navio inglez que cruza nas adjacencias, incendial o, e operar em seguida tres ataques: um sabre a capital, outro em Sand-Bay e o terceiro em Prosperown-Bay (?).

« O primario será apenas simulado e terá por fim attrahir para aquelle ponto as tropas inglezas; o grosso das forças expedicionarias marchará sobre o segundo ponto designado e de lá dirigir-se-á sobre o forte que occupa o centro da ilha.

« O resto, compondo o terceiro corpo de operações, marchará sobre a residencia de Bonaparte afim de raptal-o, pol-o á bordo do melhor velleiro, á espera em Prosperown-Bay, que irá desembarcal-o nos Estados Unidos.

« A irmã de Sir Robert Wilson, que se achava em Bruxellas ao mesmo tempo que Lord Cochrane, deve ter communicado este projecto ao coronel Jeanet, sobrinho do general do mesmo nome e que chegou ha pouco a Philadelphia.

« Todas estas disposições foram assentadas sobre um plano da ilha, trazido a José por Rousseau, criado de Napoleão, e ao qual estão appensas as assignaturas seguintes: *Bonaparte Napoleon*. Os iniciados não duvidam do successo deste plano e o proprio Bonaparte, entregando-o a Rousseau, designou-lhe os generaes com os quaes contava.

« O general Brayer, que está em Buenos Aires, prometteu enviar ao lugar da reunião os officiaes sob as suas ordens.

« Uma escuna ligeira, armada de 4 canhões de 12 e 12 a 16 pequenas peças, tendo munições para 300 tiros por peça, prepara-se para partir de Philadelphia para Santa Helena, afim de observar a posição do cruzeiro e das forças inglezas e vir ao encontro da expedição para dar-lhe conta da situação do inimigo. Esta escuna é expedida por Stephan Gérard (1); os canhões estão no porão.

« Grouchy e Clausel transmittem as ordens de José aos outros officiaes: Rousseau e Archambaud, escudeiro

(1) Riquissimo negociante americano, cuja filha acabava de casar-se com um dos generaes do Imperio emigrado nos Estados Unidos.

de Bonaparte, recemchegados aos Estados Unidos, foram portadores de cartas para José, Clausel, Grouchy, Desnouettes e os irmãos Lallemand. Ellas informam de tudo o que se passa em Santa Helena. Os habitantes da ilha estão muito inclinados a Bonaparte. Estes dous enviados conhecem muito bem a ilha, tendo-a visitado e percorrido diversas vezes.

« O corso Handrechi, está encarregado da policia de José; foi elle quem expediu o Sr. Astolphi, á bordo do brigue americano *General Jackson*, que fez de vela a 4 de Junho para Livornio. E' portador de dous pacotes: um para a archiduqueza Maria Luiza e outro para Luciano Bonaparte. Piawtowshy foi, alem disso, portador de cartas de Bonaparte para Cambacérés, Fouché, Carnot e Merlin de Donay.

« Santini foi portador doutras missivas dirigidas aos mesmos personagens e das ordens da Legião de Honra, da Corôa de Ferro, das placas, e de duas mechas de cabellos para a archiduqueza Maria Luiza e seu filho.

« Poli, ex-commandante do forte de Gavi, perto de Genova, um ex-coronel de caçadores e um outro coronel de infantaria ligeira, estão encarregados de raptar o filho de Bonaparte, afim de entregal-o a Luciano que deve conduzil-o para a America.

« Pretende-se que José já deu sommas consideraveis a Cobett para escrever contra a Inglaterra. Cobett estabeleceu-se em Jamaica, em Long-Island, onde se acham Rousseau, Archambaud e muitos officiaes francezes.

« Os filhos de Cobett encarregam-se de transmittir a correspondencia de José aos officiaes.

« Na escuna que está sendo armada em Philadelphia deve embarcar um general.

« Os engajamentos de marinheiros são feitos sob o pretexto de corso contra os hespanhóes.

« As duas outras escunas foram compradas e armadas uma em Baltimore e outra em Annapolis; nellas fizeram-se 74 camarotes; contam-se já 70 officiaes em Baltimore, tendo cada um recebido de José 100 dollars. »

Todos os detalhes da empreza que acabamos de enumerar são duma precisão notavel. O genio de Napoleão não póde ter sido estranho á combinação deste plano ouzado.

Si não houvessem sido commettidas indiscripções, quem sabe o que teria acontecido nos Estados Unidos e na França. Talvez Napoleão sonhasse abater emfim a Inglaterra com este novo alliado da America do Norte, e repor seu filho no throno que elle proprio já não podia mais occupar.

O governo portuguez, abafando a Republica de Pernambuco e fazendo prender os emissarios de José Bonaparte, contribuiu em grande parte para afastar este perigo. (1)

J. A. Ferreira da Costa.

(1) Este interessantissimo e pouco conhecido estudo historico foi primittivamente escripto em francez e inserto nos fasciculos de Fevereiro e Março de 1886, da *Revue du Monde Latin*, publicada em Paris. — N. R.

Da occurrencia de restos de mammiferos fosseis no interior dos Estados de Pernambuco e Alagôas

POR

JOHN C. BRANNER (*)

As observações seguintes, sobre uma região cuja geologia é ainda pouco conhecida, forom feitas durante uma excursão de Pão de Assucar, sobre o Baixo São Francisco, no Estado de Alagôas, a Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco. Por muito tempo esperei que estas notas podessem ser ampliadas no campo e que fôsse possivel estudar as collecções de mammiferos do Pleistoceno conservadas no Museu Nacional do Rio de Janeiro; agora, porém, creiu improvavel, em periodo proximo, a realisação quér duma quér doutra empreza. Este fragmento é, pois, publicado no intuito exclusivo de chamar a attenção e de dispertar o interesse sobre o assumpto.

O rio São Francisco, entre a cachoeira de Paulo Affonso e Pão de Assucar, corre atravez dum estreito canal cavado numa planicie de rochas crystallinas, composta de schisto, gneiss e granito. Esta planice é ondulada elevando-se a uma altura de cincoenta a sessenta metros acima do rio, apparentemente o seu primitivo nivel; rio acima a mesma planice dilata-se até e além de Piranhas, termino da navegação do Baixo São Francisco.

As rochas das adjacencias de Pão de Assucar são todas crystallinas e provavelmente da idade Archaica; o pico alcantilado situado junto ao rio e proximo á cidade, á qual deu o nome, parece ser constituido de rochas stractificadas verticalmente. No lado meridional do rio existe uma serie de collinas semelhantes acompanhando a direcção das jazidas; as rochas, todavia não são constituidas por

---

(*) Traduzido do *American Journal of Science*, vol. XIII, (Fevereiro de 1902), pags. 133–137, por Alfredo de Carvalho.

depositos sedimentares, mas sim de micaschistos escuros alternados com gneiss porphyritico avermelhado; as jazidas seguem o rumo de suéste para noroéste. Dous ou tres kilometros rio acima affloram nas margens massiços de granito.

O caminho de Pão de Assucar a Aguas Bellas passa atravez das povoações de Meirús ou Campo Bello (tres leguas distante de Pão de Assucar) e SantAnna. O terreno entre o rio São Francisco, em Pão de Assucar, e Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco, e dali até Pedra Pintada, (dez leguas ao nordeste de Aguas Bellas), é todo de rochas crystallinas, principalmente de granito, gneiss e schisto, com algumas occurrencias de marmore. (1)

Na superficie destas rochas observam-se, aqui e ali, trechos cobertos duma delgada camada de seixos rolados de varios tamanhos e na maioria de quartzo. Os seixos rolados não se acham limitados aos leitos dos riachos ou ao fundo dos valles, mas espalham-se igualmente pelos terrenos baixos e elevados.

Oito leguas a léste de Aguas Bellas, numa fazenda de gado chamada Lagôa da Lagea, foi encontrada, pelos annos de 1873, uma consideravel quantidade de ossos fosseis; as rochas da immediata visinhança são todas de granito e de gneiss, e a sua superficie decompoz-se desigualmente de modo que em alguns logares a camada de terra sobrejacente é muito delgada ou falta de todo.

Em uma das cavidades rochosas assim constituidas, a terra, o barro e os seixos rolados accumularam-se na altura de mais dum metro, acervo que os habitantes do logar removeram para estabelecer um reservatorio d'agua artificial; no decurso desta remoção de terra foi encontrada profusão de grandes ossos fosseis. O tanque ou reservatorio d'agua, por occasião da minha visita, tinha cerca de 30 metros de

---

(1) A occurrencia de marmore nesta região de granito, gneiss e schisto é digna de nota. Um dos affloramentos se encontra na Ribeira de Baixo, duas ou tres leguas ao sul de Aguas Bellas e a oéste do caminho que conduz a SantAnna. O marmore é branco, de granulação ora fina ora grossa, e uzado no fabrico de cal. Outra jazida occorre entre Dous Riachos e a Serra do Menino, no Caldeirão do Chão, cerca de cinco leguas de Aguas Bellas, e ainda outra na Fazenda dos Meninos, proximamente tres leguas distante de Aguas Bellas, num logar chamado Serrote de Cal.

comprido sobre perto de 20 de largo e pouco mais dum metro de profundidade.

Do calculo approximado que me foi possivel fazer, considerando as informações da pessoa que executou a excavação e os fragmentos que ainda existiam nas immediações, resulta que desta cavidade ou poço foi extrahida cerca duma tonelada de ossos e de dentes fosseis. Os specimens mais bem conservados e mais curiosos foram logo carregados pelos visinhos e visitantes e constava que alguns haviam sido enviados, pelo proprietario da fazenda, para a Bahia: não consegui, porem, saber a quem ou a qual instituição. Muitas vertebras e outros ossos maiores tinham sido empregados, junto com pedras, na construcção dum muro em redor do tanque, emquanto que fragmentos menores jaziam perto aos montões.

Destes montões recolhi specimens sufficientes para carregar tres cavallos, os quaes specimens foram remettidos á Commissão Geologica no Rio de Janeiro; depois da suspensão dos trabalhos da Commissão, pouco mais tarde, este material foi entregue ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde provavelmente ainda é conservado. Entre os specimens recolhidos havia dous pares de prezas, diversas vertebras e varios dentes fracturados de mastodonte, a maxilla e dentes duma outra especie de grande mammifero, alem de pedaços de ossos e de dentes de ainda outros animaes.

Muitos, mas não todos, estes ossos estavam mais ou menos gastos como si houvessem sido calcados sob os pés de grandes animaes; que este estrago occorreu antes de serem desenterrados, demonstrava-o o facto de, em alguns casos, os ossos gastos e quebrados acharem-se embutidos num conglomerato de areia ou cascalho e permanecerem ainda como massas duras e solidas mesmo depois de annos de exposição ao tempo.

Dentre o entulho retirado da cavidade achou se uma tosca mão de pilão de pedra lascada, feita do marmore de grão fino das immediações; tinha cerca de 18 centimetros de comprimento e nove ou dez de diametro; é impossivel affirmar si esta mão de pilão ou malho esteve misturado com os ossos ou si proveiu da camada de terra que os cobria; a pessoa que fez a excavação não se recordava da situação precisa em que fôra encontrado, podendo apenas

garantir ter sido extrahido, junto com os ossos e demais entulho, da cavidade.

Não me foi possivel dedicar mais de dous dias ao exame deste local, não obstante ser de esperar que, aprofundando a excavação, se encontrassem ainda outros specimens; a difficuldade, porem, de obter trabalhadores e a demora causada pela falta de ferramenta apropriada, tornou então impossivel a empreza.

O primitivo tanque foi feito raspando a terra com enxadas para cima de couros de bois que eram em seguida arrastados para fóra por uma junta de touros semi-selvagens. A occurrencia de ossos fosseis de grandes mammiferos na Lagoa da Lagea, no Estado de Pernambuco, é typica para o nordéste do Brasil. Ha menção de muitos casos de descoberta de fosseis em circumstancias semelhantes nos Estados de Alagôas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, e parece provavel serem encontrados por toda a superficie do Brasil sujeita a seccas. A' distancia de tres leguas da Lagoa da Lagea, no caminho para Pedra Pintada, ha um logar, conhecido por Lageiro, onde, numa cavidade de rocha, foi feita uma excavação muito semelhante e para fins identicos; ali novamente foram achados pedaços de ossos de mastodonte e de outros mammiferos, alguns de proporções enormes e outros menores do que os mastodontes. No caminho que de Aguas Bellas vae á Lagoa da Lagea, num logar conhecido por Lagoa Cavada, ha uma outra excavação da qual constava terem sido retirados muitos ossos fosseis; no exame do entulho della retirado não logrei, entretanto, descobrir um só fossil.

Igualmente era voz que grandes ossos fosseis haviam sido encontrados em Meirús, pequeno povoado trez leguas ao nordeste de Pão de Assucar; não examinei nem a excavação praticada neste sitio nem os fosseis della retirados; todavia fui informado por pessoas de consideração de que, ao proceder-se a remoção do entulho, annos antes, afim de fazer-se um bebedouro para o gado, ali foram encontrados enterrados ossos muitas vezes maiores do que os dum boi; referiram-me igualmente que, ao ter o governo conhecimento deste facto enviou pessoas encarregadas de recolher os fosseis e que os melhores specimens foram dali levados: aonde, não me foi possivel saber.

Em todos os casos, chegados ao meu conhecimento, os fosseis foram todos em geral retirados de primitivos tanques, poços ou lagôas, posteriormente seccos, e descobertos por occasião da excavação de bebedouros artificiaes

A região, em que estes grandes fosseis occorrem em tal abundancia, é actualmente sujeita a prolongadas seccas e sou inclinado a suppor que as circumstancias nas quaes estes fosseis são encontrados suggerem, pelo menos, que os animaes morreram de sêde.

A qualquer pessoa que visitar as regiões aridas do Brasil, nos mezes de Agosto a Janeiro, esta explicação parecerá assaz natural. Todo o territorio acha-se então completamente requeimado, salvo as estreitas faxas de vegetação que, ao longo dos cursos d'agua, por sua vez não tardam em desapparecer; a região é tenuemente povoada e a principal industria consiste na creação de gado; alem destes cintos de verdura pode-se viajar durante muitas leguas sem encontrar um indicio d'agua. Quando, como é frequente acontecer, a estação secca se prolonga alem do seu praso normal, os soffrimentos do gado são extraordinarios: são forçados a comer a polpa dos cactos que crescem em toda esta região e os vaqueiros só conseguem obter agua para desalteral-o cavando poços na areia do leito dos riachos seccos. Nas seccas prolongadas, maxime quando duram por todo um anno ou mesmo por diversos, até este fornecimento d'agua falha e o gado tem de ser tangido para a zona costeira, onde póde ser encontrada agua, ou abandonado a morrer de sêde.

Sob a protecção do homem o gado póde presentemente sobreviver ás mais prolongadas seccas; entregue, porem, a si proprio é duvidoso podesse resistir ás que occasionalmente occorrem no nordéste do Brasil. Fui levado a esta conclusão quando pela primeira vez visitei o interior de Alagôas e Pernambuco em 1876; do livro do Dr. J. W. Gregory, intitulado *The Great Rift Valley*, cito o seguinte trecho confirmando que, na Africa, grandes animaes morrem pela forma que suggeri.

« Aqui e ali, em torno dum poço secco, encontramos geiras de terreno alvejando com ossos de rhinocerontes e zebras, gazellas e antilopes, chacaes e hyenas, e entre elles uma vez achamos os restos dum leão; todos os ossos dos esqueletos jaziam juntos e estavam intactos não mostrando

signaes de haverem sido roidos. A explicação é simples. No anno anterior occorrera uma secca que purgara o districto tanto de habitantes como de animaes ; os que não emigraram agglomeraram-se juntos aos poços esvanecentes lutando pela ultima gotta d'agua ; estas accumulações de ossos eram, portanto, devidas a uma secca e não a um diluvio. » (1)

E' sobremodo para desejar que os mammiferos fosseis do Pleistoceneo no Brasil sejam systematicamente estudados ; a obra de Lund sobre a fauna das cavernas de Minas Geraes é classica ; nenhuma tentativa, porém, foi ainda feita para reunir materiaes dos antigos bebedouros do nordéste do Brasil, ao passo que as collecções fragmentarias existentes no Museu Nacional e em poder doutras instituições scientificas ou de particulares, conservam-se ignoradas e sem ser descriptas. A unica publicação sobre o assumpto consiste num artigo do Dr. F. L. C. Burlamaqui dado á luz no Rio de Janeiro, em 1855, nos *Trabalhos da Sociedade Vellosiana*, sob o titulo de *Memoria acerca dos animaes de raças extinctas descobertos em varios pontos do Brasil.*

Universidade de Stanford, California, 10 de Dezembro de 1901.

(1) *The Great Rift Valley*, by J. W. Gregory. *London, 1896*, pp. 268—269.

NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA

POR

A. J. V. Borges da Fonceca

(COTINUAÇÃO DO N. 56)

TITULO III

DOS ARAUJOS PEREIRAS

Amador de Araujo Pereira é em Pernambuco o tronco da familia do seu appellido. Delle fazem honorifica memoria os autores que escreveram a guerra dos Olandezes, na qual foi eleito capitão mór de Ipojuca quando João Fernandes Vieira em 1645 acclamou a liberdade, e procedeu com tanta honra que Sua Magestade, em attenção aos seus serviços o nomeou Governador de São Thomé, posto que não logrou por fallecer quando estava para embarcar.

Foi natural da Provincia do Minho, onde seus pais Pedro Gonçalves, o Novo, e Felippa de Araujo Pereira, aparentado em gráo muito proximo com a casa de Esquivo e com a de D. Miguel de Azevedo e de Luiz de Miranda Pereira, com cujos parentes conservou sempre communicação, como provam as cartas que conservam seus descendentes. Veio a Pernambuco antes da entrada dos Olandezes e casou, na freguezia de Ipojuca, com D. Maria da Costa de Luna, filha de Alvaro Gonçalves de Luna e de sua mulher Izabel da Costa.

Deste matrimonio nasceram:

Manoel de Araujo de Miranda, que continúa.

Bernardino de Araujo Pereira, adeante.

Manoel de Araujo de Miranda, foi capitão na guerra dos Olandezes e morreu valerosamente na segunda batalha

dos Guararapes. Casou e foi o segundo marido de 3 que teve D. Lourença Correia, irmã de João Correia Barbosa, Cavalheiro da Ordem de Christo, Capitão mór de Ipojuca, filhos (alem de outros) de Luiz de Paiva Barbosa e de sua mulher Izabel Correia (Vide titulo de Bezerras Barrigas) e foram seus filhos:

Luiz Miranda Pereira que continúa.

Manoel de Araujo de Miranda, a quem se acha, no livro da Secretaria de Pernambuco, provido no posto de Capitão de Auxiliares do Terço do Cabo, de Ipojuca e servindo que era Mestre de Campo Marcos de Barros Correia, por patente de 10 de Fevereiro de 1666; da qual consta que seu pai fallecera na segunda batalha dos Guararapes. As memorias do Capitão J. de Farias de Figueiredo, dizem que foi casado com Maria da Cunha e que o matrimonio ....

Luiz de Miranda Pereira, que tambem foi Capitão de Auxiliares do Terço do Mestre de Campos Marcos de Barros Correia na companhia que se formou da gente que sobrou das companhias de Bernardo Vieira e de seu irmão Manoel de Araujo de Miranda, por patente de 12 de Março de 1666, e della consta que seu pai morrera na segunda batalha dos Guararapes; casou com Beatriz de Brito de Vasconcellos irmã de seu ultimo padrasto o Capitão Domingos Gomes de Brito e filhos de Diogo de Brito Borges e de sua mulher Custodia Gomes de Abreu.

Ainda vivia o dito Luiz de Miranda Pereira em 1693, como consta do termo de Irmão da Misericordia que assignou a 22 de Janeiro do dito anno, e teve de sua mulher os filhos seguintes:

Bernardino de Araujo Pereira, foi Capitão de Cavallos de Ipojuca, por parte de 12 de Março de 1666. A 2 de Novembro de 1664, assignou termo de Irmão da Misericordia de Olinda e deste consta que já então era casado com D. Ursula Cavalcante de Albuquerque, filha do Capitão Pedro Cavalcante de Albuquerque, Fidalgo da Casa Real e Cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Brazia Monteiro. (Vide titulo de Cerqueiras Cavalcantes).

Do referido matrimonio nasceram:

Amador de Araujo Pereira, que falleceu solteiro.

Manoel de Araujo Cavalcante, que continúa.

D. Maria Cavalcante, que casou com Matheus de Sá, filho de Domingos de Sá e de sua mulher Izabel Alves da Costa. (Vide titulo de Sás Cavalcantes.)

D. Luzia Cavalcante, que casou com seu parente José de Araujo de Luna, filho de Domingos de Luna, e de sua mulher Briolanja de Araujo, que foi filha de José de Araujo e de sua mulher Luiza de Azevedo, e deste matrimonio não houve successão.

D. Brazia Cavalcante, adeante.

Manoel de Araujo Cavalcante, Capitão de Cavallos da freguezia da Varzea, e casou com D. Brazia Cavalcante Bezerra, filha de Cosme Bezerra Monteiro e de sua mulher D. Leonarda Cavalcante (Vide o titulo de Bezerras Felpas) e tiveram os filhos seguintes :

Francisco Xavier Cavalcante, que continúa.

Manoel de Araujo Cavalcante, Clerigo Presbytero que foi Cura no Arorobá.

Cosme Bezerra Cavalcante, que casou com D. Maria de Paes Barreto, filha do Sargento mór Bernardino de Carvalho de Andrada e de sua mulher D. Laura Cavalcante (vide titulo de Carvalhos) e não tiveram successão.

Bernardino de Araujo Cavalcante, adeante.

Sebastião Bezerra Cavalcante, adeante.

D. Maria Cavalcante, adeante.

D. Marianna Cavalcante, adeante.

Francisco Xavier Cavalcante casou com D. Luiza Cavalcante filha de Theodosio Leitão de Vasconcellos e de sua mulher D. Brites Cavalcante de Albuquerque (vide titulo de Olandas) e deste matrimonio nasceu :

D. Brites de Albuquerque, que casou com o Sargento mór João Leite de Oliveira, que foi varias vezes juiz ordinario do Arorobá e não tiveram successão.

Bernardino de Araujo Cavalcante casou com D. Rosalia Maria Ribeiro, irmã do Dr. Amaro Pereira de Souza e tiveram :

Francisco Bezerra.

D. Maria Cavalcante.

N N que todos morreram meninos.

Sebastião Bezerra casou com D. Maria Magdalena de Carvalho, filha do Sargento mór Bernardino de Carvalho

de Andrade e de sua mulher D. Laura Cavalcante, (vide titulo de Carvalhos) e deste matrimonio nasceram :

Antonio de Carvalho Cavalcante, que continúa.

Sebastião Bezerra Cavalcante, Capitão do Regimento de Cavallaria, que foi juiz vereador de Olinda em 1766, casou com D. Ursula José de Mello, filha de Antonio Paes Barreto, senhor do engenho do Anjo e Capitão mór da 2ª firmeza de Serinhaem, e de sua mulher D. Maria da Fenseca Barbosa (vide titulo de Paes, morgado do Cabo) e não tem successão.

Manoel Cavalcante Bezerra, que morreu moço.

D. Bernardina Cavalcante, adeante.

Antonio de Carvalho Cavalcante casou com D. Jeronyma Luzia Barreto de Albuquerque, irmã de D. Ursula José de Mello e filha do Capitão mór Antonio Paes Barreto e de sua mulher D. Maria da Fonceca Barbosa (vide titulo de Paes, morgado do Cabo) e deste matrimonio nasceram :

Antonio de Albuquerque Barreto.

Lourenço Cavalcante de Albuquerque.

Estevão Paes Barreto.

D. Maria de Albuquerque.

D. Laura Cavalcante.

D. Jeronyma Luiza Barreto.

D. Ignacia Cavalcante.

D. Anna Cavalcante.

D. Maria Cavalcante casou com Manoel Leite da Silva Cand. de Ararobá ; e deste matrimonio nasceram :

Manoel Leite da Silva Cavalcante.

Luiz Cavalcante de Albuquerque, que casou com D. Maria Thereza Ferreira, irmã de D. Franco Ferreira, cura de Ararobá.

Leonardo Bezerra Cavalcante.

Bento Leite Cavalcante.

Lourenço Cavalcante de Albuquerque.

D. Innocencia Cavalcante, adeante.

D. Maria Cavalcante de Araujo, que casou em 1737 com José Fernandes Tenorio, filho de José Fernandes Nogueira e de sua mulher D. Anna Thenorio (vide titulo de Thenorios).

Josepha Leite.

D. Thereza Cavalcante.

D. Potenciana Cavalcante.

D. Brazia Cavalcante Bezerra.

D. Innocencia Cavalcante, que casou com o Capitão Thenorio Monteiro da Rocha, filho do Capitão mór Manoel Monteiro da Rocha, Familiar do Santo Officio, e de sua mulher D. Innocencia da Silva e deste matrimonio tem nascido :

Manoel Leite.

Antonio Cavalcante.

D. Marianna Cavalcante, que casou com o capitão Antonio Alves Rico, filho de Luiz Alves da Costa e de sua mulher Francisca de Barros, irmã do Deão da Sé de Olinda Francisco Martins Pereira e dos padres Paulo Martins, que foi vigario da Varzea e Antonio Martins, Clerigo virtuoso, Frei Felippe, Religioso Franciscano, todos filhos de Francisco Martins e de sua mulher Maria Alves. . .. .
E Luiz Alves da Costa foi filho de Rodrigo Alves e de sua mulher Maria Quaresma, do referido matrimonio nasceram :

Marcos Bezerra Cavalcante.

Luiz Alves da Costa.

Antonio Alves Rico.

D. Brazia Cavalcante Bezerra.

Marcos Bezerra Cavalcante, que casou com D. Maria Sophia Cavalcante de Albuquerque, filha de José Bezerra Cavalcante e de sua mulher D. Zenobia Bezerra Cavalcante (vide titulo de Bezerra Felpas de Barbudas), e deste matrimonio tem nascido :

José Bezerra Cavalcante.

Antonio Cavalcante Bezerra.

João Cavalcante de Araujo.

D. Brazia Cavalcante, que casou com João Luiz da Serra, filho de João Lins Pereira, senhor do engenho do Aratangi, e de sua mulher Maria Suaje, e deste matrimonio nasceram :

Manoel da Serra Cavalcante, que continúa.

D. Maria Cavalcante de Albuquerque, que morreu solteira.

D. Joanna Cavalcante, adeante.

D. Romualda Cavalcante, que casou e foi do primeiro marido Capitão Pedro Coelho Pinto, natural de Monte-mór, o Novo, na provincia do Alemtejo, filho de Braz Pinto

Lobo da Silva e de sua mulher Maria Coelho (vide titulo de Colaços).

Manoel da Serra Cavalcante, que foi Provedor Commissario dos Defuntos e Ausentes da Capitania de Itamaracá. Casou com D. Izabel Alves de Castro, filha de Mathias de Siqueira e de sua mulher Margarida Valeria, senhores do Engenho de Araripe de Baixo (vide titulos de Novos), e deste matrimonio nasceram:

Antonio Thomaz da Serra, Clerigo Presbytero.

Thomaz da Serra Cavalcante, Clerigo Presbytero.

D. Brazia Cavalcante, que não casou.

D. Joanna Cavalcante de Albuquerque, que casou com Felix de Oliveira Barbalho, irmão dos padres Antonio Barbalho, Ventura da Silva e João Cosme da Silva, que morreram em Guararapes, e deste matrimonio nasceram:

João Cavalcante Barbalho.

D. Brazia Cavalcante.

TITULO IV

DOS ATAYDES

Esta familia, que se estabeleceu em Serinhaem, deduz a sua origem de Gaspar Dias de Atayde, de quem só sabemos que viveu em Olinda pelos annos de 1580 e que nella casara e fôra primeiro marido de D. Brites de Albuquerque, filha de Jeronymo de Albuquerque e de D. Maria do Espirito Santo Arco-verde. Deste matrimonio, dizem as Memorias do Capitão mór Antonio Feijó de Mello, que nasceram:

Gaspar de Albuquerque, que falleceu moço.

Jeronymo de Atayde de Albuquerque, que continúa.

Francisco de Atayde de Albuquerque, que morreu de poucos annos.

Jeronymo de Atayde, era já fallecido em 1634 em que sua mulher D. Catharina (sobrinha de D. Catharina Camello) que foi casada com seu tio Pedro de Albuquerque, se retirou para a Bahia e delles, me parece, que foi filho:

Antonio de Atayde de Albuquerque, a quem se concedeu a propriedade do officio de Juiz de Orphãos da Villa Formosa de Serinhaem, a 28 de Maio de 1636, em

remuneração dos bons serviços que fez na guerra dos Olandezes.

TITULO V

DOS BARBOSAS

Nobilissima é a origem que tem esta familia por que procede de Fructuoso Barbosa, Fidalgo da Casa Real e filho de Antonio Barbosa, como consta do seu filhamento. Veio de Lisbôa para o Governo da Capitania da Parahyba (que então se principiara a povoar) nomeado no anno de 1579, pelo Cardeal Rei D. Henrique, porem não chegou a Parahyba senão no reinado do Sr. D. Felippe, o Prudente, porque consta certamente que João Tavares, que foi o conquistador da Parahyba, aonde passou de Pernambuco, dava datas de sesmarias em 1587 e as primeiras que concedeu o dito Fructuoso Barbosa são passadas em 1589, ainda que Sebastião da Rocha Pitta na sua *Historia da America Portugueza*, L. 3, n. 83, já o faz Governador da Parahyba em 1583, tempo em que era Geral do Estado Manoel Felix de Menezes. Póde ser que pela ausencia que o mesmo Pitta refere que fizera para Pernambuco ficasse por elle João Tavares, passando Datas.

Foi casado em Portugal antes de vir para a Parahyba, mas não temos noticias com quem e só sabemos que trouxera o filho seguinte :

Simão Barbosa Cordeiro, que assistia em Pernambuco em 1617, como consta do Alvará de seu fôro, que foi passado nesse anno. Casou na dita Capitania de Pernambuco com D. Anna Cardiga, filha de Pedro Cardiga, o Velho, que de documentos antigos consta morara no engenho dos Apipucos, porem depois foi Simão Barbosa para a Bahia e lá nasceu, como se vê do Alvará de seu fôro, o filho seguinte :

Fructuoso Barbosa Cordeiro, que servio com a mesma honra na guerra dos Olandezes e quando depois della se reformaram as tropas de Pernambuco por ordem de Sua Magestade, em 1664, o Conde de Obidos, então Vice-rei do Estado o nomeou Capitão do Cerco do Mestre de Campo D. João de Souza. Casou em Pernambuco com D. Francisca Barbosa filha de Apolinario Nunes (vide titulo de Bezerras Barrigas) e foram seus filhos :

Simão Barbosa Cordeiro, que continúa, e D. Izabel Barbosa, de quem foi filho João da Cunha Pereira (vide titulo de Cunhas).

Simão Barbosa Cordeiro foi Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, casou com D. Francisca Leitão, filha do Capitão Bento da Costa de Brito, segundo marido de Maria Lopes Leitão, natural da Bahia, e filha de Pedro Leitão Amaro, Cavalheiro da Ordem de S. Thiago, e de sua mulher Francisca Lopes.

Do referido matrimonio nasceram :

Bento Barbosa Cordeiro, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, que foi Tenente-coronel do Regimento de que então era Coronel Pedro Velho Barreto. Falleceu na freguezia da Varzea, onde foi casado com..... e não teve successão.

Pedro Barbosa Cordeiro, que continúa.

Fructuoso Barbosa Cordeiro, adeante.

Simão Barbosa Cordeiro, adeante.

Manoel Barbosa Cordeiro, adeante.

Manoel Barbosa Cordeiro, adeante.

D. Francisca Leitão, que foi casada em Goianninha com o Coronel José Gomes Torres, e não teve successão.

D. Anna Barbosa, adeante.

Pedro Barbosa Cordeiro, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, vive no engenho do Cunha, onde casou com D. Josepha Luiza Maria de Albuquerque, filha do Capitão mór Gaspar de Albuquerque Maranhão, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, e de sua mulher D. Luzia Vieira de Sá (vide titulo de Albuquerques) e teve :

Pedro Barbosa Cordeiro, que succedeu no anno de 1702 no morgado da Paratiba por ter casado com uma filha de ..... morgado, fallecendo no dito anno.

D. Francisca Januaria Tiburtina Barbosa de Albuquerque Maranhão, casada com o Capitão Antonio Pereira Rego de Castro Accioly Maranhão, seu primo, que viveu em 1701.

D. Izabel V. de Albuquerque.

D.....

Fructuoso Barbosa Cordeiro, no engenho do Gurjaú

onde casou com D. Anna ....
irmã do Padre Manoel Gomes.

Simão Barbosa Cordeiro, vive em Goianninha onde se casou com D. Ignez ....

D. Anna Barbosa, casou por sua eleição com o Capitão Francisco Simões Tinoco, que vive rico na terra de Baturité, termo da Villa de Monte-mór o Novo, da Capitania do Ceará e foi director da dita villa. E' natural de Porto Calvo, filho de Domingos da Costa Tinoco, natural da freguezia de Santo André de Trade, do Arcebispado de Braga, e de sua mulher Maria Simões, natural de Penedo. Neto por via paterna de Francisco da Costa e de sua mulher Francisca Tinoco, da mesma freguezia de Santo André de Trade. E por via materna de Francisco Simões, natural do Porto, e de sua mulher Paschoa da Cruz, natural do Rio de São Francisco.

Do referido matrimonio nasceram em Itamaracá, onde Francisco Simões viveu algum tempo :

Simão Barbosa Cordeiro.
Antonio Joaquim da Costa Tinoco.
D. Josepha Barbosa Leitão.

TITULO VI

DE BEZERRAS FELPAS DE BARBUDA

A familia Bezerra Felpas de Barbuba é das mais antigas de Pernambuco e nelle conta os mesmos annos que a sua povoação, porque procede de Antonio Bezerra Felpa de Barbuda, natural de Ponte de Lima, e de sua mulher Maria de Araujo que vieram á dita Capitania com o primeiro donatario. Delles foi filho.

Domingos Bezerra Felpa de Barbuda, que do livro velho da Sé, consta que fallecera a 11 de Outubro de 1607 e que fôra sepultado na dita Igreja; foi casado com Brazia Monteiro, que do mesmo livro consta havia fallecido a 12 de Outubro de 1606. Esta Brazia Monteiro, foi filha de Pantaleão Monteiro, segundo senhor do engenho do Monteiro, e de sua mulher Brazia Monteiro.

Nasceram deste matrimonio :

N. Bezerra Felpa de Barbuda, que foi casado com (1) Maria Gonçalves Raposo. (Vide titulo de Pessoas.) No livro velho da Sé se acha um assento que diz : — A 3 de Janeiro de 1610 na Ermida de São Pantaleão do Engenho de Maria Gonçalves v^a— do que parece que devemos inferir que já então era viuva. No mesmo livro se acha a 16 de Novembro de 1612 o assento do seu obito, do qual se vê que não deixara filhos, que fôra sepultada na freguezia da Misericordia, que ficaram por seus testamenteiros seus cunhados Francisco de Barros Rego, Francisco Monteiro Bezerra e Jeronymo Paes.

Francisco Monteiro Bezerra, adeante.

Domingos Bezerra Felpa de Barbuda, adeante.

Manoel Bezerra Monteiro, adeante.

Gracia Bezerra, mulher de Manoel Gomes Barreto filho de Paulo Bezerra e de sua mulher D. Maria Paes Barreto (vide titulo de Bezerras Barrigas).

Brazia Monteiro, adeante.

Maria de Araujo, que casou com seu primo Antonio Bezerra, irmão de Luiz Barbalho.

Francisco Monteiro Bezerra foi um dos valerosos Capitães que teve Pernambuco na invasão dos Olandezes, na qual em repetidas occasiões deu mostras do seu brio e do seu prestimo, porque em defeza da patria não só despendeu a fazenda, mas empenhou a pessoa com tanta efficacia que sendo aprisionado pelos Olandezes, o não deram por seguro em Pernambuco, e o mandaram com toda a sua familia para a Olanda, onde elle falleceu miseravelmente ; sua mulher e filhos depois de alguns annos voltaram para a patria onde se achavam já em 1643.

Foi sua mulher Maria Pessoa, filha de Fernão Martins Pessoa e de sua mulher Izabel Gonçalves Raposo (2) a qual Maria Pessoa, era viuva ainda em 1670, como se vê de um termo feito a 3 de Fevereiro do dito anno, no Livro antigo das entradas dos Irmãos da Misericordia de Olinda.

---

(1) A' margem do livro está a seguinte declaração com letra differente : « Maria Gonçalves Raposo foi casada com Fernão Martins Pessoa, sogro de Francisco Monteiro Bezerra e Francisco de Barros Rego. Nesta bibliotheca (do Instituto) existe documento authentico desta verdade. » — *Codeceira.*

(2) Ha a margem uma nota que diz , «Maria e não Izabel.»

No livro velho da Sé se acha um assento feito a 2... ..... de 1606, do qual consta que receberam, com licença do Sr. Bispo, as bençãos matrimoniaes na Ermida de São Panthaleão do engenho do Monteiro, por estarem já recebidos com licença do L. Ruy Teixeira, ouvidor da vara. E do livro da Camara que servia de registro em 1660, a fl. 42 v. se vê que nella fôra vereador em 1613.

Nasceram do referido matrimonio de Francisco Monteiro Bezerra, os filhos seguintes :

Antonio Bezerra Monteiro, que tambem foi Capitão e morreu valerosamente na guerra.

Domingos Bezerra Monteiro, que tambem foi Capitão e servio.

Francisco Monteiro Bezerra, que foi Capitão na guerra dos Olandezes e ficou morto no campo na occasião do assalto com que o inimigo ganhou a nossa Estancia dos Afogados a 18 de Março de 1633.

Serviram valerosamente na guerra e fallecaram antes da restauração sem tomar estado.

João Pessoa Bezerra, que foi baptisado na Ermida de São Panthaleão do engenho de seu pai a 4 de Abril de 1616. Tinha 14 annos quando os Olandezes tomaram Pernambuco, mas imitando em tão pouca idade o valor de seu pai, servio á patria com honra propria da sua pessoa achando-se em mal occasiões que houveram na campanha contra os Olandezes ajudando a render um patacho e lancha que levavam soccorro as Fortalezas, por cuja causa levantaram o sitio do Arrayal do Bom Jesus, e na occasião de Parnameirim, no sitio do Mingau, e em varias outras procedeu com tal desembaraço, que mereceu ser provido em Capitão de Infanteria ; mas sendo prisioneiro foi levado a Olanda, com seus pais e irmãos, e restituido depois de alguns annos á patria, a servio com ignal constancia achando-se na batalha das Tabocas e em todas as mais batalhas, sitios e recontros que houveram até se conseguir felizmente a restauração das nossas Praças e Fortalezas. Retirou-se depois de expellidos os Olandezes, ao seu engenho do Monteiro, mas nem por isso deixou de lograr as primeiras estimações porque o Rei o honrou com o fôro de Fidalgo Cavalheiro de sua Casa, por Alvará de 2 de Janeiro de 1672 e a Republica o elegeu nos annos de 1664 e 1671 por juiz ordinario de Olinda, em cuja Casa de Misericordia ser-

vio de Provedor nos de 1664, 1670, 1679 e 1684, fallecendo sem tomar estado pouco tempo depois com grande sentimento daquella Irmandade de quem foi insigne Bemfeitor.

Miguel Bezerra Monteiro, que tambem foi Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, nasceu no anno de 1617 e recebeu a graça do baptismo no dia do santo que lhe deu o nome. Padeceu com seus pais e irmãos o grande trabalho do exterminio de Olanda ; mas recolhido á patria a servio valerosamente com o posto de Capitão de Infantaria até a restauração, e ficando depois da guerra reformado o proveu o Governador André Vidal de Negreiros por patente de 9 de Junho de 1667 no posto de Capitão da Ordenança da freguezia da Varzea de que logo em Dezembro fez deixação, applicando-se a levantar o engenho do Brumbrum em uma sorte de terras, que lhe coube de legitima, a que annexou outras que comprou, e tambem falleceu sem casar, havendo servido de juiz ordinario de Olinda, no anno de 1674, e de Provedor da Misericordia no de 1673. Jaz sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo da mesma cidade.

D. Brazia Monteiro, que casou a 11 de Janeiro de 1623 com Pedro Cavalcante de Albuquerque, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real e professo na Ordem de Christo, que na guerra foi Capitão de Infantaria, o qual era filho de Manoel Gonçalves Cerqueira, Cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Izabel Cavalcante de quem Manoel Gonçalves foi primeiro marido. (Da sua successão se escreve em titulo de Cerqueiras Cavalcantes.)

Maria Pessoa Bezerra, que continúa.

Thomazia Bezerra, que casou no anno de 1646, com seu primo João Ribeiro Pessoa filho de Antonio Martins Ribeiro e de sua mulher Branca de Araujo.

(Da sua successão se escreve em titulo de Pessoas.)

Catharina..... que foi baptisada a 20 de Janeiro de 1619 e falleceu de poucos annos.

D. Francisca Monteiro, que foi baptisada a 4 de Outubro de 1620. Casou com Sebastião de Carvalho, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, filho do Desembargador João Alves de Carvalho e de sua mulher D. Maria de Andrada,

do qual Sebastião de Carvalho foi D. Francisca Monteiro. terceira mulher.

(Da sua successão se escreve em titulo de Carvalhos.)

D. Maria Pessoa Bezerra, que foi baptisada a 13 de Dezembro de 1621. Casou duas vezes: a primeira com Domingos Feijó, de quem não teve successão, a segunda com Antonio Correia Calheiros, natural de Vianna, que falleceu no tempo dos Olandezes, como se vê do seu inventario que se acha no Cartorio dos Orphãos de Olinda. Deste matrimonio nasceu unica:

D. Maria Pessoa, tambem casou duas vezes, a primeira com João Bezerra Jacome, Fidalgo Escudeiro e Capitão de Infantaria em 1664, filho de Manoel Jacome Bezerra e de sua mulher Maria Pessanha (vide titulo de Bezerras Jacomes), e a segunda com Simão Barbosa, filho de Antonio Pereira Barbosa, natural de Vianna e de sua mulher Brazia Monteiro de Castro, do qual Simão Pereira foi D. Maria segunda mulher. (Da successão deste segundo matrimonio de D. Maria Pessôa se trata em titulo de Pereiras Barbosas.)

N..... .... Bezerra Monteiro, casou com Camilla Barbalho, filha de Braz Barbalho Texo e de sua mulher D..... ..... Goardez (vide titulo de Barbalho). A dita Camilla Barbalho vivia em Olinda em 1608. No livro velho da Sé se acha nomeada como madrinha de alguns baptisados. Do referido matrimonio nasceram:

Luiz Barbalho Bezerra, Fidalgo da Casa Real, Commendador da Ordem de Christo e Mestre de Campo de Infantaria, que governou a Bahia e o Rio de Janeiro, de quem os Escriptores da guerra dos Olandezes fazem innumeraveis vezes a mais honráda memoria e seria prolixa a nossa se a fizessemos de tantas, tão repetidas e gloriosas acções quando basta o que deste grande soldado disse o General Francisco de Brito Freire neste bem merecido elogio: «A quem tantas continuadas occasiões pelo decurso desta historia adiantaram ao insigne Mestre de Campo e deram illustre fama, principalmente naquella celebre e portentosa expedição em que soccorreu a Bahia, penetrando 400 leguas os desertos da America.» Foi casado e teve 10 filhos, dos quaes o mais velho foi o Capitão Guilherme Barbalho, mas como todos no anno de 1638 em-

barcaram para a Bahia onde, e no Rio de Janeiro, viveram não temos delles outras noticias.

Felippe Barbalho Bezerra, que continua.

Brazia Monteiro, mulher de Luiz Braz Bezerra, o Velho, filho de Paulo Bezerra, de cuja successão se escreve em titulo de Bezerras Barrigas.

Felippe Barbalho Bezerra, consta do livro velho da Sé que casou a 24 de Setembro de 1608 com Seraphina de Moraes, filha de Domingos da Silveira e de sua mulher Margarida Gomes Bezerra. (Vido titulo de Bezerras, Morgados da Parahyba.) Deste matrimonio nasceram :

Jeronymo Barbalho Bezerra, que foi para o Rio de Janeiro, onde ha noticia que morrera degolado.

Felippe Barbalho Bezerra, Cavalheiro da Ordem de São Bento de Aviz, que não casou.

Antonio Barbalho Bezerra, que já se achava casado em 1633 com sua parenta Joanna Gomes da Silveira, filha herdeira de seu tio (irmão de seu avô) Duarte Gomes da Silveira, que nelles instituio com faculdade régia o Morgado do Salvador do Mundo, da Parahyba, a 6 de Dezembro do dito anno. Delle e da sua successão se escreve em titulo de Bezerras, morgados da Paranyba.

Luiz Barbalho Bezerra, que falleceu solteiro.

Domingos da Silveira, que casou com N..... e não teve successão.

Arcangela da Silveira, que casou com o Sargento-mór Bento do Rego Bezerra e não teve filhos.

Maria da Silveira, que casou com seu..... Capitão Duarte Gomes da Silveira Bezerra, morgado da Parahyba, filho de seu irmão Antonio Barbalho Bezerra e tambem não teve filhos.

Margarida Gomes Bezerra e Anna da Silveira, que falleceram solteiras.

Ascensa de Moraes Bezerra, casou com Marcos Correia de Oliveira, natural de Abrantes, sobrinho do Padre Marcos Soares de Oliveira, que depois de ser jesuita foi vigario collado da cidade da Parahyba. E tiveram :

Manoel Correia de Oliveira, que continúa.

Cosme Bezerra Monteiro, que casou no engenho Covos com Maria Coelho e não teve successão.

Felippe Barbalho Bezerra, adeante.

Marcos Soares de Oliveira, adeante.

Serafina de Moraes, que não casou.

Manoel Correia de Oliveira, casou duas vezes: a primeira na Tacoara com Marianna de Freitas Guedes, filha de Francisco Alves Fulta Guedes, sem successão, e a segunda na Parahyba com Antonia da Costa de Almeida, filha de João de Sá de Freitas, teve filhos.

Rosa Maria Vicencia Barbalho, que casou com Caetano da Cunha, sem successão.

Arcangela da Silveira Bezerra, que casou com o capitão mór João Cavalcante de Albuquerque Mello, sem successão.

Maria de Moraes Bezerra, que morreu solteira.

Felippe Barbalho Bezerra, casou no engenho de Covos da freguezia da Luz com Maria de Sá, filha de Lino Rodrigues de Sá, teve uma unica filha chamada Maria de Moraes, que casou com seu parente Simão Rodrigues de Sá de quem nasceu Felippe Barbalho e Maria de Moraes, que morreram solteiros.

Marcos Soares de Oliveira, casou com Cathariua Ferreira irmã do Padre Gonçalo de Gouveia Serpa, que do termo de Irmão da Misericordia de Olinda, que assignou a 27 de Junho de 1703 consta ser filho de Antonio da Fonceca Baixão e de sua mulher Maria de Gouveia, natural da Ilha da Madeira.

Deste matrimonio nasceram:

Marcos Soares de Olivira, Clerigo Presbytero, Vigario Collado da Matriz de SS. Cosme e Damião da Villa de Iguarassú.

Gonçalo de Gouveia Serpa, Mestre de Campo de Auxiliares na Companhia da Parahyba, onde vive solteiro, neste anno de 1771.

Francisco Xavier de Viveiros, Clerigo Presbytero.

Felippe Barbalho Bezerra, Clerigo Presbytero, Vigario da Villa Nova de Nossa Senhora do Pilar na Cap. da Parahyba.

D. Cosma Maria Joaquina Barbalho Bezerra.

D. Anna Francisca Xavier

D. Anna Catharina Inscrepos Colassa, que morreu.

Domingos Bezerra Monteiro, que continúa.

Simôa Bezerra, adeante.

Cosme Bezerra Monteiro, que ainda vivia em 1673, como se vê do termo de Irmão da Misericordia, que assi-

gnou a 27 de Janeiro do dito anno ; foi casado, como consta do termo, com D. Leonarda Cavalcante de Albuquerque, filha de Antonio Cavalcante de Albuquerque (o da guerra) e de sua mulher D. Margarida de Souza, (vide titulo de Cerqueiras Cavalcantes) e deste matrimonio nasceram :

Antonio Cavalcante de Albuquerque, que casou com D. Domingas da Cunha, filha de Antonio da Cunha e de sua mulher Guiomar Gomes, como consta do termo de Irmão da Misericordia que assignou a 27 de Janeiro de 1673 do seu que foi feito..... ....

Cosme Bezerra Monteiro, que continúa.

Domingos Bezerra Cavalcante, adeante.

Leandro Bezerra Cavalcante, adeante.

Pedro Cavalcante de Albuquerque, que foi Cavalheiro da Ordem de Christo, casou tres vezes, a primeira com D. Maria Pessoa, filha de João Bezerra Jacome, Fidalgo Cavalheiro e Capitão de Infantaria e de sua mulher D. Maria Pessoa, (vide titulos de Bezerras Jacomes), a segunda com

....

e a terceira com D. Marianna Cavalcante de Albuquerque (viuva de João de Barros Rego, de quem tambem foi terceira mulher), filha de Joaquim Cavalcante de Albuquerque, o Bom, e de sua segunda mulher D. Simôa de Albuquerque, (vide titulo de Olandas). E de nenhum destes matrimonios teve Pedro Cavalcante successão.

Leonardo Bezerra Cavalcante, adeante.

Manoel Cavalcante Bezerra, adeante.

André Cavalcante Bezerra, que casou com D. Antonia da Costa, filha de Manoel Rodrigues e de sua mulher Maria da Pascoa.

D. Laura Cavalcante Bezerra, que casou com o Sargento mór Bernardino de Carvalho de Andrade, filho de Francisco de Oliveira Lemos e de sua mulher D. Gracia de Carvalho (vide titulo de Carvalhos).

D. Margarida Cavalcante Bezerra, adeante.

D. Brazia Cavalcante Bezerra que casou com o Capitão Manoel de Araujo Cavalcante, filho de Bernardino de Araujo Pereira e de sua mulher D. Ursula Cavalcante de Albuquerque. (Vide titulo de Araujo Pereiras.)

Cosme Bezerra Monteiro, casou com D. Germana Vidal, filha de Sebastião Vidal e de sua mulher Maria Moreira. Deste matrimonio nasceram :

André Cavalcante Bezerra, de cujo estado não tenho noticias.

Leonardo Bezerra Cavalcante, Clerigo Presbytero, que falleceu a pouco tempo na Ribeira de Jaguaribe, freguezia das Russas. 1771.

Domingos Bezerra Cavalcante, que do termo de Irmão da Misericordia, que assignou a 27 de Janeiro de 1673, consta que já então era casado com D. Leonor Cabral, filha de Antonio Paes Cabral e de sua mulher Maria Muniz.

Deste matrimonio nasceram :

José Bezerra Cavalcante, que continúa.

João Cavalcante Bezerra, Clerigo Presbytero, e já o era a 17 de Agosto de 1716, dia em que assignou termo de Irmão da Misericordia.

Fr. Manoel Cavalcante, Religioso Franciscano, que falleceu no Convento de Iguarassú.

D. Maria Cavalcante, que casou com o Capitão mór Aniceto Pereira da Silva, filho de Simão Pereira Barbosa e de sua segunda mulher D. Maria Pessoa (vide titulo de Pereiras Barbosas).

D. Thereza Cavalcante Bezerra, adeante.

D. Leonarda Cavalcante Bezerra, adeante.

José Bezerra Cavalcante, casou com sua prima D. Zenobia Luiza Cavalcante, filha de seu tio Manoel Cavalcante Bezerra, como adeante se verá e deste matrimonio nasceram :

João Cavalcante Bezerra.

D. Maria Sophia Cavalcante de Albuquerque, que casou com Marcos Bezerra Cavalcante, filho de Antonio Alves Rico e de sua mulher D. Marianna Cavalcante (vide titulo de Araujos Pereiras).

Antonio Bezerra Cavalcante, o Mudo. Escrevo isso no fim deste titulo, sendo este o seu lugar.

D. Thereza Cavalcante Bezerra, casou com Geraldo Ferreira de Mello, que do termo de Irmão da Misericordia que assignou a 1 de Julho de 1720, consta ser filho do Tenente Raphael Ferreira de Mello e de sua mulher Ursula Feijó do Amaral.

Deste matrimonio nasceram :

João Cavalcante Bezerra, que casou em Goyanna.

Domingos Bezerra Cavalcante.

Francisco Cavalcante de Albuquerque.

D. Ursula Cavalcante Bezerra, adeante.

D. Ursula Cavalcante Bezerra, casou com José Ferreira de Mello, filho de Manoel Ferreira de Mello e de sua mulhêr Catharina de Senna, e deste matrimonio nasceram :

Francisco de Albuquerque Cavalcante.

Domingos Bezerra Cavalcante.

D. Leonarda Cavalcante de Albuquerque, casou com o Capitão Pedro Pimentel de Luna, senhor do engenho de Matapagipe, e deste matrimonio nasceram :

Domingos Bezerra Cavalcante, que casou com uma filha de Antonio de Almeida Azevedo.

Antonio José Cavalcante, que casou com outra filha do dito Antonio de Almeida Azevedo.

Pedro Cavalcante, Clerigo.

D. Leonor Seraphina Cavalcanto, que casou com João Cavalcante de Albuquerque, filho de Mathias Ferreira de Souza, senhor dos engenhos Pantorra e Anjo, e de sua mulher D. Luzia Margarida Cavalcante (vide titulo de Colaços).

Leandro Bezerra Cavalcante, que casou com D. Joanna de Sá, filha de Fernão Carvalho de Sá, senhor do engenho do Megaó, e de sua mulher D. Brites de Albuquerque, (vide titulo de Carvalhos). Deste matrimonio nasceram :

Lourenço Cavalcante Bezerra, que continúa.

Leandro Bezerra Cavalcante.

D. Bernarda Cavalcante, já defunta.

D. Joanna de Albuquerque, mulher de Silvestre Bezerra de Menezes, adeante.

D. Brites Cavalcante, já fallecida.

D. Maria Lins, já defunta.

Lourenço Cavalcante Bezerra, a quem chamavam o da Ilha, por morar neste partido do engenho dos Apipucos, foi casado com D. Branca .... filha de Marcos de Castro Rocha e de sua mulher D. Izabel Pereira Marcos de Castro Rocha ; foi filho de Roque de Castro Rocha, que foi Capitão de Ordenança da villa de Serinhaem por parte de 6 de Junho de 1663, e sua mulher Francisca Gomes de Abreu, filha do Capitão Francisco Gomes de Abreu, que servio na guerra dos Olandezes. E D. Izabel Pereira, filha de Jeronymo de Tovar de Macedo, Alferes de Infantaria na Parahyba, e de sua mulher D. Leonor de Bulhões, irmã de Martinho de Bulhões, Ca-

valheiro da Ordem de Christo, senhor do engenho das Barreiras.

Neta por via paterna de Jeronymo de Tovar, Capitão de Infantaria na Parahyba, e de sua mulher D. Izabel Pereira, ambos naturaes da Varzea. E por via materna neta de Francisco Gomes Muniz, que foi Provisor da Fazenda Real na Parahyba; falleceu em 1630 servindo de Ouvidor e de Auditor da gente de guerra em Pernambuco, e de sua mulher Izabel Gomes de Bulhões, filha de Amador Velho e de Izabel Nunes, que foram dos primeiros Provedores da Parahyba.

Do referido matrimonio nasceram :

José Ignacio Cavalcante.

Ignacio José Cavalcante.

D. Francisca Cavalcante Bezerra.

D. Joanna Francisca Thereza do Espirito Santo, que casou com Luiz de Albuquerque Noronha, filho do Capitão Gaspar de Albuquerque Maranhão, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, e de sua mulher D. Luiza Vieira de Sá, (vide titulo de Albuquerques).

D. Maria da Annunciação Cavalcante, que casou com seu primo João Tavares de Mello.

N. B. — Leonardo Bezerra Cavalcante, o que foi culpado nos levantes que houveram em Pernambuco, em 1709 e 1711, pelo que foi preso para Lisbôa e degredado para a India, falleceu na Bahia muito velho e cego, depois de haver cumprido o seu degredo. Foi casado com D. Joanna da Silva, viuva de Jorge Vieira e filha de Antonio da Silva, que foi Capitão de Cavallos na guerra da restauração e depois della Capitão-mór do reino de Angola, e de sua mulher D. Maria Pereira, neta por via paterna de Pantaleão Jorge e de sua mulher Brites de Evora da Silva, e por via materna de Antonio Rodrigues Pereira e de sua mulher D. Izabel Pereira, natural de Lisbôa.

Do referido matrimonio nasceram :

Frei João Bezerra, Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Manoel Cavalcante Bezerra, que foi preso com seu pai e indo degredado para a India, lá falleceu.

Cosme Bezerra Monteiro, que tambem falleceu na India, degredado.

D. Maria Cavalcante, que casou com o Capitão An-

tonio da Costa Leitão, senhor do engenho de Caraú, filho do Capitão Antonio da Costa Leitão e de sua mulher Theodora Ferreira, (vide titulo de Leitões Arnozos).

D. Anna..... que continúa. Vae no fim e sendo este o seu lugar.

Manoel Cavalcante Bezerra, casou com D. Maria de Mello, filha de João Ferreira de Mello e de sua mulher Victoria Barbosa. Neta por via paterna de Miguel Ferreira de Mello e de sua mulher Maria do O', e por via materna, neta de João Lopes Siqueira e de sua mulher Maria Barbosa.

Deste matrimonio nasceram :

Manoel Cavalcante Bezerra, Clerigo Presbytero.

Domingos Bezerra Cavalcante, que casou na Bahia.

D. Zenobia Luiza Cavalcante, que casou, como acima se vio, com seu primo José Bezerra Cavalcante, filho de seu tio Domingos Bezerra Cavalcante e teve a successão que fica referida.

D. Margarida Cavalcante Bezerra, que casou com Antonio Alves de Sá, Cavalheiro da Ordem de Christo e tiveram :

Antonio Alves de Sá.

Cosme Bezerra Monteiro, que continúa.

D. Antonia de Sá, adeante.

Cosme Bezerra Monteiro, casou na Parahyba.

D. Antonia de Sá Cavalcante, casou com José Dias Bezerra e tiveram :

Manoel Cavalcante Bezerra.

Simôa Bezerra, que casou com Bento Rodrigues da Costa filho de Manoel Rodrigues e de sua mulher Maria Simões e foram seus filhos :

Aleixo Bezerra Monteiro, que continúa aqui.

Bartholomeu Bezerra Monteiro, que vivia solteiro a 15 de Agosto de 1673, dia em que assignou termo de Irmão da Misericordia de Olinda.....

Bento Rodrigues Bezerra que.....

Aleixo Bezerra Monteiro, que era já casado com Maria da Cunha a 21 de Junho de 1663, dia em que assignou termo de Irmão da Misericordia de Olinda. Foi Capitão de Auxiliares do Terço de Antonio Curado Vidal, por patente de 3 de Março de 1666.

Manoel Bezerra Monteiro, casou com Margarida de Souza. Foi seu filho :

Manoel Bezerra Monteiro, que do termo de Irmão da Misericordia, que assignou a 19 de Fevereiro de 1670, consta que já então se achava casado com Maria Monteiro filha de João de Barros Rego e de Maria Monteiro. Foi Capitão de Cavallos da freguezia de S. Lonrenço, por patente de 4 de Março de 1666.

Brazia Monteiro de Castro, que casou com Antonio G. Barbosa, natural de Vianna. (Vide titulo de Pereiras Barbosas.)

ESQUECIDOS

Antonio Bezerra Cavalcante, o Mudo, casou e foi primeiro marido de D. Maria José do Destino, filha do Dr. Francisco Calheiros e de sua mulher D. Thereza da Silva e deste matrimonio nasceu unico :

Antonio Bezerra Cavalcante, Clerigo Presbytero que morreu moço na Parahyba.

D. Anna..... que casou e foi segunda mulher de José de Araujo..... natural de Angola. Deste matrimonio ficou unica.

D. Feliciana ..... mulher de Antonio Carlos..... Tenente de Infantaria no Regimento da Praça do Recife.

(Continúa.)

UM PROBLEMA NUMISMATICO

AS SUPPOSTAS MOEDAS PERNAMBUCANAS DE 1823

O contingente com que Pernambuco tem contribuido para o numario brasileiro, si avulta pela raridade e alto preço das especies, é numericamente pouco consideravel, parecendo resumir-se ás curiosas placas obsidionaes, de ouro e prata, lavradas pelos hollandezes em 1645, 1646 e 1654, e ás peças de 4$000, de ouro, e de 640, 320, 160 e 80 reis de prata, cunhadas, de 1700-1702, na Casa da Moeda do Recife.

Desde então, affirmam os melhores sabedores da numismatica nacional, como Julius Meili e João Xavier da Motta, nunca mais foram batidas moedas em Pernambuco ou alhures com destino especial á circulação na capitania ou provincia, á exemplo do que succedeu no e para o Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso.

Entretanto os collecionadores —e mais ainda os negociantes de moedas— na faina de encontrar especies ineditas ou de epocas e procedencias ainda não conhecidas, têm mais duma vez proclamado com alvoroço a descoberta de outros numismas pernambucanos alem dos acima mencionados.

Assim muitos se tem deixado illudir, suppondo-a cunhada em Pernambuco, pela serie de cobre dos valores de 20, 10 e 5 reis, com a legenda —*Moderato splendeat uso*— que traz, dentro duma orla formada por quatro arcos, a designação do valor, e em cada arco um P, a qual foi inquestionavelmente fabricada no Porto e circulou em todo o Brasil ; outros acceitaram como genuinas as peças de 960 reis, do reinado de D. João VI, que apresentam sobre a esphera armillar um P, as quaes são manifestamente obra de falsificadores que transformaram, á lima, o R primitivo indicador da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, naquella

lettra, com o fito de fazel-as passar como fabricadas em Pernambuco, alteração fraudulenta de que ha exemplo em muitas moedas de cobre e prata do primeiro reinado.

Parece igualmente averiguado que á carimbagem, tão frequente nos tempos de D. João VI e D. Pedro I, nos *pesos* hespanhóes, não se procedeu aqui; pelo menos da Provisão de 9 de Maio de 1809 consta que, da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, só foram remettidos os ferros proprios aos carimbos para Minas Geraes, Matto Grosso, Goyaz, S. Paulo e Rio Grande do Sul, e o exemplar unico dum *peso* de 1809, contra-marcado com a inicial P é attribuido por Julius Meili a S. Paulo.

Apezar de não nos mover, nem a avida curiosidade de colleccionador, nem a cupida ganancia de negociante de moedas, e cedendo apenas á desinteressada predilecção pelo estudo das cousas doutr'ora, folgamos em registrar nestas paginas um facto cuja vulgarisação irá talvez augmentar o numero das citadas mystificações, mas, que poderá tambem conduzir a resultados positivos.

Acaso terá sómente o valor duma anedocta curiosa; mas, como todas as anedoctas, será uma destas illuminuras polychromas, variegadas e pittorescas que, lançadas á margem das paginas do venerando incunabulo da Historia, servem para realçar o vigor, a belleza, a veracidade ou o esplendor do texto.

A pentarchia que dirigiu os destinos politicos de Pernambuco de 1822 a 1823, foi sem duvida um dos nossos governos mais malsinados; os seus dias amargurados escoaram se sob a ameaça perenne de rusgas e de motins; de amigos e de contrarios soffreram os seus membros as mais inverosimeis invectivas e as mais extraordinarias accusações.

Apenas juguladas as vesanicas arremattidas do celeberrimo Governador das Armas, Pedro da Silva Pedroso, novos boatos, sem duvida gerados por inimigos da facção victoriósa e dextramente apparelhados para cavar-lhe a ruina, foram tomando vulto; alguns abrolhavam dum germen de verdade, outros, porem, nasciam da imaginosa incandescencia dos espiritos e circulavem igualmente vivazes e cridos: mas, de quasi todos é em extremo difficil averiguar a genealogia ou estabelecer a legitimidade.

Compulsando recentemente, á cata de dados sobre os

fastos dessa administração, avultada copia de documentos contemporaneos, deparamos com noticias, embora contradictorios e pouco precisas, relativas á existencia duma moeda mandada cunhar, em 1823, pelo Governo Provisorio de Pernambuco e destinada a ser posta em circulação quando vingassem os planos de autonomia republicana de que o mesmo era aberta e continuamente acoimado por numerosos adversarios.

Cypriano Barata, o mais acabado typo de demagogo que tripudiou na scena tumultuaria da Independencia, favoravel ao governo accusado, apressou-se em defendel-o com calor negando firmemente a cunhagem de semelhante numerario.

No n. 8 do violento bi-semanaaio politico *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, de 30 de Abril de 1832, o irrequieto agitador escreveu, cheio de indignação, os seguintes periodos :

« Ha muito, que os facciosos de Lisbôa tem espalhado aqui a intriga do Republicanismo, a ver se poem esta Provincia em desordem, e se por meio de desconfianças do Rio de Janeiro se barulham os nossos negocios politicos. A 17 do corrente appareceu a novidade de huma moeda nova que os malvados Europeus espalharam ser ensaio de obra preparada nos nossas officinas do Trem : forte canalha ! forte lote de bestas ! Já tinham os intrigantes mexido o povo com estas tolices ; eis que o Governo mandou examinar tudo pela Policia ; apareceram as moedas velhas de Buenos Aires com duas mãos esculpidas de huma banda ; hum barrete, o Sol, humas estrellas, etc. ; acabou-se a intriga em rizadas, e escarnes. Admira ver a farça, que se faz para intrigar, e desacreditar Pernambuco ; os Marotos estão persuadidos, que pegando a desordem em Pernambuco, podem elles colher fructos, que sirvão para submetter esta Provincia, porque ainda esperam Tropas para este fim. O' canalha amaldiçoada ! socega : o Brasil está todo unido : vão-se para os Infernos : basta de intriga : aquelle que não proclamar de coração —Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil ; viva a Independencia ; vivão as Côrtes do Brasil ; ou saia para fóra ou aliás está perdido. Alerta ! »

De outra fonte, adiante mais largamente citada, houvemos ter *O Conciliador Nacional*, outro periodico politico

da redacção exclusiva de Fr. Miguel do Sacramento Lopes Gama, no seu n. 14, secundado a *Sentinella* na defeza do governo; tendo sido infructiferos os esforços que empregamos para obter a referida edição deste primitivo orgão da nossa imprensa, lamentamos não poder reproduzir aqui integralmente o topico em questão; entretanto a attitude desta folha em face de outras occurrencias contemporaneas nos força a crer não discrepasse notavelmente, neste particular, da explicação offerecida nas columnas do jornal do deputado bahiano.

Eis-nos, pois, diante do testemunho publico e formalmente negativo de dous contemporaneos: segundo affirmam, semelhantes moedas jámais existiram; obedecendo ao salutar preceito —*Audiatur et altera pars*, ouçamos agora a voz doutro escriptor coevo que assegura havel-as visto e contesta a opinião dos precedentes.

Em meados de 1823 o deputado á Assembléa Constituinte Bernardo José da Gama, adversario rancoroso da situação politica dominante na sua provincia natal, publicou na capital do imperio uma brochura intitulada — *Memoria sobre as principaes causas porque deve o Rio de Janeiro conservar a união com Pernambuco*, na qual, enumerando as vexações e arbitrariedades de que accusava o Governo Provisorio, citou á pag. 96, nota 46 — a prisão de «José Soares, que gritava pelas ruas, que ia preso por ter casualmente assistido a um jantar, donde sahira horrorisado das saúdes, *e por ter tirado em obrêa os cunhos das novas moedas, as quaes não tinhão mãos enlaçadas, como as de Buenos Ayres, mas que eram do tamanho duma pataca, com emblemas maçonicos de ambos os lados.*»

«*Eu as vi*, accrescentou o futuro Visconde de Goyanna, e as attribui a manejos Portuguezes. O certo he que não combinam com o *O Conciliador* n. 14 e a *Sentinella* n. 8.»

Considerando que, dum e doutro lado, as auctoridades citadas merecem pouca fé, attenta a sua manifesta parcialidade pro ou contra o Governo Provisorio, a critica do assumpto não é das mais faceis.

Accresce que foram vãs as nossas pesquizas, quér no Archivo Municipal do Recife, quér no da Secretaria do Governo do Estado, sobre o inquerito policial a que allude Cypriano Barata, e a falta deste documento —se existiu— enfraquece notavelmente as declarações da *Sentinella* e, por

consequencia, tambem d'*O Conciliador Nacional*; igualmente dentre as moedas, da primitiva republica de Buenos Aires, enumeradas e representadas no excellente e reputado catalogo de Fonrobert, e no *Monetario Americano* de Alejandro Rojas, não encontramos uma só cujo anverso e reverso correspondam simultaneamente á descripção do mencionado Barata, o que em parte esteia o depoimento, aliás de pouco peso, do José Soares citado por Bernardo José da Gama.

Em conclusão, não ousando ainda negar em absoluto a existencia destas suppostas moedas, cujo problematico apparecimento motivou tantas inquietações e causou tantos temores, crêmos fossem provavelmente medalhas ou distinctivos maçonicos; todavia, não havendo jámais visto ou examinado nenhuma dellas, deixamos ao criterio dos colleccionadores circumspectos e á competencia dos numismographos especiaes a solução deste curioso problema.

Alfredo de Carvalho

COMBATE DO RODEADOR

OU DA

PEDRA

(1820)

Pelo General J. I. de Abreu e Lima (*)

Diz o General Luiz do Rego, em uma *Memoria* impressa em Lisbôa, que sabendo á meiados de Abril ou de Março de 1820, que havia para a parte do Sul da provincia uma grande reunião de salteadores, cujo numero passava de 400, mandara contra elles um forte troço de Infantaria com alguns cavallos; que esta reunião foi destroçada, mas que a tropa ainda não tinha voltado, quando teve uma denuncia de outra reunião no monte do Rodeador, uma legua distante do Bonito. Diz mais que não se fiou da denuncia e que mandara um official, filho do paiz, para indagar melhor, e que este official o informara de tudo de accordo com a denuncia. Diz-se agora que o denunciante fôra um tal Bernardino de Sêna, Ajudante de Cavallaria de Milicias do Bonito, que tambem marchara para a Bahia em 1822. Luiz do Rego não entrou no detalhe do combate, nem das tropas que mandara; diz só que houve grande resistencia, e horrorosa mortandade de parte á parte; desculpando-se com as informações, que lhe déra depois o Marechal Salazar, a quem incumbira daquella commissão,

(*) Memoria extraida da preciosa collecção de autographos ineditos do General José Ignacio de Abreu e Lima, recentemente offertada ao Instituto pelo Dr. Elpidio de Figueiredo.

N. da R.

e com a má conducta de muitos dos seus officiaes, etc. Vamos agora a outras informações.

Ignora-se o mez em que marchara a tropa e o dia do combate. Diz-se, porem, que a expedição contra o Rodeador fôra composta de dois Batalhões de Cassadores, o 1º commandado pelo Tenente-coronel José de Sá Carneiro Pereira, e o 2º pelo de igual classe João Casimiro, e mais de uma parte do Esquadrão de Cavallaria de linha, commandada pelo Capitão Resende; que tambem concorreram tres batalhões de milicias do Limoeiro, Bezerros e Bonito, e uma meia brigada de Cavallaria de milicias.

Toda esta tropa foi posta ás ordens do Major Madureira, que era commandante de uma Brigada de Milicias; e como este commando geral era incompativel com os postos dos Commandantes dos Corpos de 1ª linha, por serem já Tenentes-coroneis, e queixarem-se pela preferencia dada a um official de inferior graduação, mandou Luiz do Rego ao Marechal Luiz Antonio Salazar e Moscoso para tomar o commando de toda a tropa.

Desgraçadamente o Marechal demorou-se no caminho por causa da estação invernosa, e só chegou ao Bonito depois do combate; isto é, pelas dez horas do mesmo dia, quando as tropas depois do ataque regressaram para a povoação do Bonito, e ali estavam já muitas mulheres e homens presos. Nesta occasião o tal Major Madureira, em manga de camisa e muito bebado, estava mandando dar por um Sargento dusias e dusias de palmatoadas em algumas mulheres, e já tinham apanhado como umas cinco ou seis daquellas infelizes, quando chegou o Marechal Salazar, e fez cessar tão barbaro castigo, mandando tudo preso para o Recife, homens, mulheres e creanças, sem distincção.

A tropa de linha fez marchas forçadas até o Rodeador, e quando chegou já as Milicias tinham cercado o Monte; de sorte que os Batalhões de Cassadores, chegando de noite tomaram posições dentro do cerco ás duas horas da madrugada. Uma companhia do 1º de Cassadores de linha foi avançada, ficando a tiro de espingarda do logar da Pedra, onde estavam os ranchos de palha dos sitiados. Um soldado da avançada, tendo ido espreitar os ranchos, na occasião em que aquella gente estava rezando a ladainha, foi talvez presentido, e houve um tiro de parte dos sitia-

dos, dando isto motivo a que toda a avançada fizésse fogo indistinctamente, tocando-se alarma por todo o cerco. Ao toque de avançar estreitou-se a linha do cerco, e os Corpos se foram approximando, e por consequencia tornou-se geral o fogo ainda de noite. Neste confflicto todos avançaram sem ordem nem disciplina, porque começado o fogo já não era possivel recuar.

Estreitado o circulo, e approximando-se indistinctamente os Corpos, o fogo foi-se cruzando em toda a periferia, e o resultado foi que mutuamente se fuzilaram, e houve uma mortandade horrorosa, tanto dos corpos de linha como de milicias. O Alferes Souza, da guarda avançada, foi logo morto, sem saber donde lhe veio a bala que o privou da vida. A' proporção que a tropa subia pela encosta acima, foram ficando grupos mais ou menos avançados, o que deu logar a terriveis enganos: uma companhia de milicias, que se aproximava pela retaguarda da avançada, rompeu fogo sobre esta, que fez meia volta e correspondeu ao ataque com toda a bisarria, fazendo recuar a tal companhia, que deixou muitos mortos e feridos. Finalmente o dia veio mostrar o resultado desta operação tão estupidamente ordenada como executada; eis aqui a consequencia de entregar-se um numero tão consideravel de tropas a um bebado e estupido como era o tal Major Madureira.

Logo que rompeu o dia foram queimados todos os ranchos dos miseraveis fanaticos do Rodeador, por ordem expressa do tal Madureira, e nelles pereceram victimas do incendio algumas mulheres e meninos, cujos cadavares foram vistos pela mesma tropa, e muitas pessoas que ainda hoje vivem. De que não houve resistencia está provado pela fuga do Chefe principal dos fanaticos aos primeiros tiros, e de quasi todos os homens, que tambem fugiram ou se esconderam, e foram presos depois da refrega, como confessa o mesmo General Luiz do Rego nas suas *Memorias*. A grande mortandade, pois, foi consequencia da confusão espantosa dos sitiadores, e da indisciplina das milicias, que sem a menor ordem nem regularidade avançaram, e fizeram fogo indistinctamente de noite, e ainda muito mais da estupida direcção do Major Madureira, que em estado de perfeita ebriedade, só fazia gritar —toca a degolla— voz até desconhecida entre a Infantaria, etc.

No dia immediato retiraram-se para o Recife os Corpos de linha, trazendo comsigo todos os infelizes, que poderam escapar da carnificina da Pedra, sendo a maior parte mulheres, em numero de 80 a 100 individuos de ambos os sexos. As Milicias foram mandadas recolher aos seus respectivos Districtos. Chegando ao Recife os desgraçados presos do Rodeador foram recolhidos á Cadeia no mais lastimoso estado de miseria. Finalmente tirou-se uma subscripção para vestil-os e passados alguns dias foi solta a maior parte, ficando só os que se reputavam cabeças.

Toi tal a indisciplina da tropa, que aquelles infelizes foram completamente saqueados; mas havendo disso queixa fez-se uma indagação, cujo resultado foi que a maior parte do roubo passou então para as mãos de um dos chefes da expedição, porque todos elles eram da mesma laia.

Deu motivo a esta reunião da Pedra do monte do Rodeador, situado a 36 legoas do Recife e uma do Bonito, um excesso de fanatismo popular, destramente manejado por um Sylvestre de tal, que se dizia inspirado, e fazia fallar a uma Imagem, que tinha comsigo, e de quem dizia que recebia ordens. As mulheres, sempre possuidas desse espirito de novidade, que as torna tão credulas, eram as que mais concorriam a esse logar; e por fim arrastavam os maridos e os filhos; a ponto de que familias inteiras se mudaram para o Rodeador, onde tinham suas choças de palha, e viviam em communidade. Em tempo de Luiz do Rego se dizia que esta gente praticava muitos actos immoraes, e que vivia em completa devassidão; mas naturalmente assim convinha para justificar o procedimento barbaro, que então se teve com esses infelizes, que não passavam, á excepção de tres ou quatro, de gente de bôa fé, illudida pelas espertezas de um velhaco, que se escapou aos primeiros tiros na hora do perigo.

Eis aqui o que ha por noticias vagas sem nada de positivo nem de certo. Deseja-se saber o dia da marcha dos Corpos de linha do Recife, e o em que regressaram; o numero certo dos Corpos de Milicias que concorreram para essa facção, seus districtos, e se possivel fôr, o nome de

seus Chefes, etc. O dia e o mez do ataque, e o nome do que deu a denuncia. Tambem desejo saber aproximadamente o nome dos Officiaes, que morreram, tanto de linha como de Milicias, e o numero de mortos de todas as classes. Se os mortos foram enterrados ou ficaram insepultos no monte, e o que se fez dos feridos.

Dizendo Luiz do Rego, nas suas *Memorias*, que chegando a seus ouvidos murmurações contra os Officiaes, que marcharam até o Rodeador, mandara nomear um Conselho de investigação para ouvir as queixas e dar seu parecer, visto que estava resolvido a mandar responder a Conselho de guerra a todos quantos tivessem materia para isso; porem não diz o resultado desta medida, o que he prova de que tudo isto foi uma patacoada para fazer calar os queixosos, e talvez um artigo de defeza para o futuro. Emfim pede se ao Exm. Sr. General Seára, que ouça tambem, e consulte algumas pessoas, que concorressem nessa occasião ou que saibão de mais alguma particularidade, etc. Isto he um episodio muito interessante da historia do nosso paiz, que com mais dez annos de silencio ficaria inteiramente esquecido. Seria muito necessario ver a denuncia escripta e a parte dada pelo Madureira do combate, ou talvez pelo Salazar.

Tambem se deseja saber se nesta relação falta algum facto ou alguma circumstancia, e se ha exactidão historica nos detalhes; emfim convem saber qualquer outro incidente a este respeito. -

---

Noticias sobre o cerco e combate do Rodeador extrahidas dos *Livros das Ordens do Dia* de Luiz do Rego, de Abril de 1819 a Dezembro de 1820, e do *Registros das Ordens e Officios*, do mesmo General aos Commandantes dos Corpos, etc., desde Abril de 1819 até o mesmo mez de 1821.

No *Livro do Registro das Ordens e Officios* se encontra á pag. 26 uma Ordem, de 2 de Agosto de 1820, mandando apromptar um destacamento do Batalhão do Algarve, composto de 4 Officios e 107 praças, para sahirem em diligen-

cia do serviço. — No mesmo *Livro*, pag. 139, vem uma Ordem ao Commandante de Cavallaria, com data de 14 de Outubro de 1820, mandando apresentar dois soldados capazes para acompanharem á uma diligencia do Real Serviço ao Major Madureira.

No mesmo *Livro*, pag. 143, vem duas ordens, uma ao Tenente-coronel Simões, do Batalham de Portugal n. 2, mandando apromptar um Destacamento de cem praças do seu Corpo, com data de 30 de Outubro de 1820, e que deveria marchar, no dia 31 immediato, na direitura do Bonito, devendo receber para este fim um mez de soldo e de etaipa adiantados da Thesouraria Militar, etc.; e outra Ordem, com a mesma data de 30 de Outubro, ao Capitão João Baptista Vieira, Commandante do Districto do Bonito, para que logo que ali chegasse o Destacamento do Batalham do Exercito de Portugal, elle lhe entregasse as instrucções que tinha, e regressasse para esta praça com o Destacamento, que tinha ás suas ordens, fazendo as marchas como melhor lhe conviesse, etc.

No *Livro das Ordens do Dia* se encontra, á pag. 31, uma tremenda reprehensão ao Batalham dos Henriques por deleixo e pouca disciplina, etc. A' pag. 126 vem uma Ordem do dia, com data de 28 de Outubro de 1820 que manda, *na ausencia do Tenente-coronel Sá e Major Cayolla*, substituil-os por outros Officiaes, o que prova que a essa data estavam no Bonito. No mesmo *Livro*, pag. 128, Ordem do dia, de 6 de Novembro de 1820, mandando que os Commandantes dos Batalhões de Milicias n. 8 e n. 11 remettam á Secretaria do Detalhe as Relações de todos os Individuos dos ditos Corpos, que marcharam na Expedição do Rodeador. No mesmo *Livro*, pags. 128 v. e seguintes, Decreto de 9 de Outubro de 1812, regulando as promoções nos Corpos de Ordenanças, e mandando que para Officiaes e Capitães novos sejam sempre preferidos os Officiaes de Milicias, e outras praças, que tiverem mais de 25 annos de serviço nas mesmas Milicias.

No mesmo *Livro das Ordens e Officios* aos Commandantes dos Corpos, vem á pag. 139, uma dirigida aos Commandantes dos Corpos de Cassadores 1º e 2º, com data de 14 de Outubro de 1820, mandando apromptar uma força de 200 homens, que devia ser commandada pelo Tenente coronel Sá. Esta expedição devia estar prompta com

muito segredo, afim de ir soccorrer o Major José Bellarmino ao primeiro aviso. No mesmo *Livro*, pag. 142 v., vem uma Ordem, com data de 30 de Outubro de 1820, ao Commandante de Cavallaria de Linha, Capitão Siqueira, ordenando-lhe que nomeasse no Corpo do seu Commando 5 soldados para acompanharem ao Marechal Salazar, que ia a commandar as tropas, que marcharam para os contornos do Bonito. Isto prova que a marcha para o Bonito da tropa foi a meiados do mez de Outubro, e o combate no fim de Outubro ou 1 de Novembro.

No referido *Livro das Ordens do Dia*, pag. 130, começam os Corpos de Cassadores 1º e 2º a fazer o serviço da praça, prova de que já tinham voltado do Bonito.

No mesmo *Livro*, pag. 130 v., Ordem do dia de 11 de Novembro, o General manda dispensar a 1ª Brigada de Milicias do serviço no dia immediato, em attenção do penoso serviço, que teve a mesma Brigada durante a ausencia do 2º Batalham de Cassadores. O que prova que estes já tinha chegado do Bonito.

No mesmo *Livro*, pag. 131, vem a Ordem do dia mandando nomear um Conselho de Investigação, com data de 13 de Novembro de 1820, para receber durante 30 dias as accusações legaes contra os Commandantes dos Corpos que fizeram o cerco do Rodeador, e que tiveram uma conducta pouco louvavel.

No mesmo *Livro*, pag. 132, vem a Ordem do dia de 15 de Novembro de 1820, determinando que os Commandantes dos Corpos de Milicias, que fizeram o cerco do Rodeador, remettessem não só as Relações pedidas pelas Ordens de 6 e 13 do mesmo mez, mas tambem outras dos Individuos dos dos Corpos dos seus Commandos, que morreram no ataque ou gravemente feridos, declarando emquanto aos ultimos, se morreram das feridas, ou se julgam que ficam aleijados, e por isso impossibilitados de trobalhar, ou simplesmente com pequeno defeito. Emquanto aos mortos devem declarar se eram casados, o numero de filhos, que ficaram, o sexo e a idade destes, se a mãi ainda existe, e quaes os meios de subsistencia que tem; o mesmo se deve declarar a respeito das Familias daquelles que ficaram impossibilitados de trabalhar.

CARTAS DO IMPERADOR D. PEDRO II

AO

Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque

Ministro dos Negocios Estrangeiros

DE

1866 A 1867

I

Snr. Sá e Albuquerque.

Estimo muito que o Octaviano não se retire da missão. A ida de Flores *para fiscalisar o procedimento dos generaes das forças alliadas* é inadmissivel. Entendo que o Octaviano deve cingir-se ao que fôr diplomatico, no que se não inclue tudo o que se refere a ajustes preliminares de paz, como já se lhe declarou; portanto não deve tornar ao exercito. Elle mesmo comprehenderá a justeza deste parecer, e não tem razão para desconfiar do Caxias que está lá ha 2 mezes e tanto sómente, e foi nomeado por merecer a confiança geral.

D. Pedro 2º.

4 de Janeiro de 1866.

II

Snr. Sá e Albuquerque.

Veja se me manda todos os artigos que se tem publicado nas folhas do Rio da Prata, e provavelmente foram remettidos para a Secretaria dos Negocios Estrangeiros,

de *Ságita* e *Orion* sobre o ataque de Curupaity. O ultimo de *Orion* tenho-o aqui e já o li ; mas preciso dos outros para fazer idéa exacta dessa polemica.

D. Pedro 2°.

27 de Janeiro de 1866.

III

Snr. Sá e Albuquerque.

Traga amanhã ao despacho os inclusos papeis sobre que tenho de fazer observações fundadas nas instrucções dadas ao Octaviano e ao Caxias.

D. Pedro 2°.

20 de Novembro de 1866.

IV

Snr. Sá e Albuquerque.

Acho M. muito digno do habito da Rosa.

Li no *Mercantil* as noticias da fronteira do Perú. O nosso consul nada disse em officio? Creio que se deve ordenar ao Varnhagen que reclame contra as violencias feitas ao Brazileiro de que falla a correspondencia. A que horas parte o vapor para os Estados-Unidos. Hei de mandar uma carta para o Agassiz.

D. Pedro 2°.

22 de Novembro de 1866.

V

Snr. Sá e Albuquerque.

Minha irman recommendou-me de Paris os bens particulares de meu cunhado, de que está de posse o governo da Italia, e talvez fossem salvaguardados pelo ultimo tratado entre a Italia e a Austria. Encarregue o Ministro brasileiro na Italia de pugnar por estes interesses.

Li no *Diario* de hontem (correspondencia de Lisbôa) que a fragata *Blanco* chegara do Rio de Janeiro ao Tend *conduzindo prisioneiros chilenos!*

D. PEDRO 2º.

23 de Novembro de 1866.

VI

Snr· Sá e Albuquerque.

O Ministro da Marinha deve ter noticia do que succedeu com o vapor venezuelano *Bolivar*. Creio que o Alencar não attendeu bem ao que diz Wheaton — in fact *as well as night.*

D. PEDRO 2º.

20 de Dezembro de 1866.

VII

Snr. Sá e Albuquerque

Mande esta carta e este embrulho ao professor Agassiz pelo vapor que parte amanhã para os Estados-Unidos.

D. PEDRO 2º.

24 de Dezembro de 1866.

VIII

Snr. Sá e Albuquerque.

Ha serviços que constam dos officios que restituo e merecem remuneração. Apresse a pensão para a mãe do Soares Pires.

Traga-me quarta-feira copia da carta que me foi dirigida pela Sociedade Emancipadora da França e da resposta que em meu nome foi dada pelo Martim Francisco.

D. PEDRO 2º.

31 de Dezembro de 1866.

IX

Snr. Sá e Albuquerque.

O artigo do *Morning-News* não está mau ; porem é preciso que não julguem na Europa concedida a cabotagem no Amazonas. Ainda é questão para estudo, e será um dos pontos do regulamento que cumpre examinar com toda a circumspecção, convindo até ouvir sobre elle o Conselho de Estado.

D. Pedro 2º.

3 de Fevereiro de 1867.

X

Snr. Sá e Albuquerque.

Li com attenção a carta do Jabas. (?)

Creio que se não póde retirar forças do territorio em que operam os alliados sem accordo do nosso general. Alem disto o Brito deve ter escripto ou escreveu a tal respeito. Parece-me melhor deixar a retirada da força argentina e de seu chefe a accordo entre elle e o nosso general. Provavelmente já assim se retiraram os 1,500 homens sob o commando do coronel Arredondo. Com mais 3,500 serão 5,000. Quantos argentinos ficarão ? Mas a apreciação da necessidade do concurso dos alliados para avançar-mos já está commettida ao Caxias. Nada de diplomacia nos negocios da guerra.

D. Pedro 2º.

4 de Fevereiro de 1867.

XI

Snr. Sá e Albuquerque.

Cxddier difficuldade é muitas vezes o que sómente faz a diplomacia.

Que ha de novo do Rio da Prata ?

Nada recebeu pelo transporte *Izabel* ?

O Ministro belga póde vir este sabbado ás 6 1/2 da tarde.

D. Pedro 2º.

14 de Fevereiro de 1867.

XII

Snr. Sá e Albuquerque.

Os officios do Borges são interessantes e tranquillisadores embora devamos estar sempre prevenidos contra o odio injusto de nossos visinhos. Marquei n'um delles uma passagem que interessa á repartição da Guerra.

Sei por alguem que chegou do Paraguay que se acharam entre os paraguayos cartuchos feitos em Buenos Ayres, de que essa pessoa trouxe alguns. Estimo que as noticias de Pernambuco sejam exactas.

D. Pedro 2º.

17 de Fevereiro de 1867.

XIII

Snr. Sá e Albuquerque.

Re-envio os officios. Já sabe a minha opinião sobre a mediação americana. Deve-se responder como está emendado, e mandar toda força possivel ao exercito. Si mostrarmos energia os alliados nos acompanharão ou terminaremos sós e ainda com mais gloria a guerra de honra em que estamos empenhados. E' preciso que saibam no Rio da Prata de nossa firme resolução e vejam que temos meios de leval-a a cabo.

O Lucena de que fallou o Sergio foi bibliothecario de meu Pai, e retirou-se para a Europa creio que em 1833, quando José Bonifacio deixou de ser meu tutor. Lance mão quanto antes de todos os meios efficazes de fazer marchar soldados para o exercito. Chegaram pelo *Paraná* 283; mas nós carecemos de milhares.

Se não tem ainda que me dizer alguma cousa não é preciso que venha cá. Não tenha receio de Flores. Elle precisa de nós, e mesmo Mitre, a quem já disse que se po-

deria dar, quando fosse absolutamente necessario, o dinheiro preciso para as despezas da guerra.

Cumpre não perder um momento d'estes mezes até Maio; que já começa o inverno.

Se for preciso despacho ou reunião do Conselho d'Estado, marquem o dia quanto antes, e previnam-me.

D. Pedro 2º.

7 de Março de 1867.

XIV

Snr. Sá e Albuquerque.

Ainda pensei na mediação americana durante a noite passada. Cumpre-nos não lhe dar a menor aberta, e para isso é preciso que o Brito saiba a opinião do gover no com toda a clareza. Explique lhe a razão da suppressão das palavras do protocollo, e diga-lhe que a nota d'elle, que felizmente foi retirada, ainda menos podia ser approvada pelo governo.

Communique tudo ao Zacharias; porque, tendo elle talvez de escrever ao Elizalde, é necessario que não ponha em duvida por qualquer phrase a determinação do governo.

D. Pedro 2º.

22 de Março de 1867.

XV

Snr. Sá e Albuquerque.

Não me agrada a nota do Ministro americano; comtudo é resposta adequada á de Elizalde. Cada vez precisamos de insistir mais na politica que exige nossa honra. E' preciso estar tudo prevenido para o caso do Ministro americano querer offerecer mediações ou bons officios depois d'uma victoria nossa, mesmo que Lopez caia do poder.

D. Pedro 2º.

4 de Maio de 1867.

XVI

Snr. Sá e Albuquerque.

Já foram os officios. O paquete sahiu a 29 e ha telegrapho electrico de Buenos-Ayres para Montevidéo. Espero que o telegramma seja pelo menos exagerado; mas não sei se os nossos diplomatas serão tão diligentes em dar noticias como os negociantes. Repare que o Paranagua ainda não recebeu officios de Caxias que deviam ter vindo pelo *S. José*, nem os que decerto foram expedidos pelo *Etna* (?)

D. Pedro 2º.

4 de Maio de 1867.

XVII

Snr. Sá e Albuquerque.

Acabo de receber este telegramma. Por onde iria Versen para o Pacifico? Póde ser caminho para o Paraguay. Informe-me do que ha. (1)

D. Pedro 2º.

15 de Maio de 1867.

---

(1) Em resposta a este pedido de informações o Conselheiro Sá e Albuquerque escreveu as duas cartas seguintes:

1ª.

Ao Imperador.

Senhor.

« No momento em que escrevo não estou habilitado para dar os esclarecimentos que V. M. I. dignou se de pedir-me sobre o assumpto do telegramma que devolvo.

Como V. M. I. sabe, Versen embarcou para o Rio da Prata no vapor francez de 24 do mez passado, e com elle seguiram dous agentes policiaes nossos, levando um os meus despachos para as Legações Imperiaes em Montevidéo e Buenos Ayres e para a Missão especial, e o outro auxiliado pelo primeiro, particularmente encarregado de seguir Versen, afim de poder a policia da terra inutilisar-lhe o plano.

Eu já tive a honra de enviar a V. M. I. as communicações dos Srs. Leal e Alvim relativas a Versen. Em vista dellas acreditei que o projecto de Versen não seria realisado.

Os agentes que chegaram do Rio da Prata e aos quaes se refere

XVIII

Snr. Sá e Albuquerque.

Nos dous exemplares do Accordo noto sómente na fl. 9 um *tivésse* que devia ser *tiver*, e na fl. 16 a falta de reciprocidade dos annuncios por intermedio do Consulado portuguez no Rio de Janeiro.

D. Pedro 2º.

23 de Maio de 1867.

XIX

Snr. Sá e Albuquerque.

O artigo que publicou o *Diario* de hontem sobre a questão da ilha de *Martim Garcia* mereceu de certo a sua attenção; porem não posso deixar de recommendar-lhe que escreva a nossos Ministros no Rio da Prata para estarem attentos, e evitarem o armamento dessa ilha.

As noticias do Estado Oriental trazidas pelo *Marquez de Caxias* causam-me alguma inquietação. Mande-me o que tiver recebido das legações do Rio da Prata.

D. Pedro 2º.

8 de Julho de 1867.

---

o telegramma ainda não se me apreeentaram. Apenas tiver qualquer communicação que possa esclarecer o assumpto, apressar-me-hei em transmitil-a a V. M. I. »

Sou de V. M. I, etc.

Rio, 15 de Maio de 1867.

A. C. S. d'A.

2ª.

Ao Imperador.

Senhor.

« O Leal não escreveu-me acerca de Versen, mas os dous agentes policiaes, que acabam de dar-me conta da commissão de que foram encarregados, declararam-me o seguinte:

Versen, não desembarcando em Montevidéo, seguiu para Buenos Ayres no mesmo vapor. Apenas ancorado este, a policia foi a bordo, e conduziu Versen preso para a terra. Permaneceu na policia menos de 24 horas, sendo solto sob fiança de um negociante, intervindo nisso os Ministros da Italia e da França. A policia concedeu-lhe a cidade de Buenos Ayres por menagem. No dia 6 tendo desapparecido Versen do hotel aonde tambem se achava hospedado o agente brasileiro,

XX

Snr. Sá e Albuquerque.

Creio que não devemos ter pressa em proseguir nas negociações encetadas pelo Lamas (?)

O padre grego pediu me que apressasse a concessão da licença por parte da autoridade ecclesiastica, para elle poder começar a sua missão de caridade. Veja se falla ao vigario capitular afim de não haver demora.

D. Pedro 2º.

8 de Julho de 1867.

XXI

Snr. Sá e Albuquerque

Previno-o de que conversando eu hontem em casa de meu genro com o Principe Alfredo, fixei a minha visita a bordo para depois d'amanhã ás 3 da tarde, embarcando eu ás 2 1/2 no Arsenal de Marinha. Guardarei para então a

---

deu parte desta ausencia ao Leal, que respondeu-lhe que Versen havia seguido para o Pacifico

O procedimento do Leal não me escrevendo sobre esse assumpto que lhe havia sido tão recommendado é censuravel.

Perguntei aos agentes policiaes se havia alguma noticia do acampamento, mas nada adiantaram. »

Sou de V. M. I. etc.
A. C. S. d'A.

Rio, 15 de Maio de 1867.

Estas informações se referem ao major prussiano Max von Versen que, illudindo a vigilancia dos nossos agentes, conseguiu penetrar no Paraguay e assistir aos principaes episodios da guerra nos acampamentos de Lopez; os resultados das suas observações e as vicissitudes por que passou registrou-as num curioso livro intitulado *Reisen in Amerika und der Suedamerikanische Krieg*, impresso pela primeira vez em *Breslau, Verlag von Max Malzer's Hofbuchhandlung. 1872*, in-8º gr. de IV-220 pp. com 3 ch. e reeditado em *Gera, Verlag von A. Reisewitz, 1876*, mesmo formato e numero de paginas.

N. da R.

entrega da Gran Cruz do Cruzeiro se não vir conveniencia em entregal a antes.

D. Pedro 2º.

21 de Julho de 1867.

XXII

Snr. Sá e Albuquerque.

Vendo um annuncio da commissão do baile pedindo que se apresentem de uniforme os que o tem, resolvi ir de farda de marinha ao baile. Póde communicar isto ao Ministerio e não ser de obrigação o uniforme, sendo o uso delle cortezia apenas para com o Principe Alfredo.

D. Pedro 2º.

21 de Julho de 1867.

XXIII

Snr. Sá e Albuquerque.

Creio que devem ir ao baile de casaca bordada.

D. Pedro 2º.

21 de Julho de 1867.

XXIV

Snr. Sá e Albuquerque.

Mande esta carta ao Agassiz pelo paquete de amanhã.

D. Pedro 2º.

24 de Julho de 1867.

XXV

Snr. Sá e Albuquerque

Creio que não mandou dizer ao commodore americano o que lhe recommendei. Não appareceu cá hontem nem

hoje. Agora só lhe poderei fallar quinta-feira ao meio dia.

D. Pedro 2º.

13 de Agosto de 1867.

XXVI

Snr. Sá e Albuquerque.

Saiba se o Ferraz (?) recebeu alguma noticia mais circumstanciada a respeito das operações da esquadra, que espero se tenha completado com toda a decisão. Depois d'amanhã ou a 30 havemos de ter noticias importantes. Creio que ficaremos todos contentes.

D. Pedro 2º.

27 de Agosto de 1867.

XXVII

Snr. Sá e Albuquerque.

E' preciso explicar aos nossos Ministros no Rio da Prata que noticias é que devem mandar. Os generaes entende-se directamente com o governo. Elles devem informar de *tudo* que lhes constar a respeito da guerra, embora não tenham certeza do que apenas referem. O que Elizalde diz do Caxias e eu marquei, parece-me bem aconselhado, e convem escrever n'esse sentido ao Caxias. A molestia deste aggrava-se e eu receio muito a sua retirada. J. J. Ignacio tambem está doente, mas não falla de licença para retirar-se.

Força e mais força para o nosso exercito, e evitar por todos os modos a desintelligencia entre os generaes alliados e o rompimento da alliança.

Ha grande probabilidade quanto ao boato da morte de Urquiza?

Consta-me que chegou um official do exercito, genro do Dr. Reginaldo Muniz Freire, que dá noticias muito recentes do exercito. Veja o que convem publicar nas folhas de amanhã das noticias recebidas hoje.

Se houver prorogação vejam se a sessão de encerramento não recahe no dia 24.

D. Pedro 2º.

20 de Setembro de 1867.

XXVIII

Snr. Sá e Albaquerque.

Mande me dizer o que tem havido com o Webb. O director geral fallou-lhe em escrever-lhe antes ou depois de saber, pelo menos, como Webb responderia á nota em que se assentou no despacho de sabbado? Hei de querer ver o projecto de resposta do Webb, e a nossa replica antes de reenviado aquelle ao Webb e de expedida esta.

D. Pedro 2º.

24 de Setembro de 1867.

XXIX

Snr. Sá e Albuquerque.

Mande o cartucho de polvora ao Paranaguá. Creio que só se tem examinado aqui a polvora de canhão usada pelos Paraguayos.

O relatorio de noticias do Chile é interessante. Desejo ver sempre os que vierem das diversas legações caso não sejam publicados no *Diario Official*. Noto que viessem juntos os relatorios de noticias do Chile de Agosto e Setembro.

D. Pedro 2º.

29 de Setembro de 1867.

XXX

Snr. Sá e Albuquerque.

Mande o incluso a Mr. Thornton de minha parte. Elle o espera.

D. Pedro 2º.

7 de Outubro de 1867.

XXXI

Snr. Sá e Albuquerque.

Mande esta carta pelo vapor que parte amanhã para os Estados Unidos.

D. Pedro 2º.

25 de Outubro de 1867.

XXXII

Snr. Sá e Albuquerque.

Já conversou com Varnhagen? Será bom que o ouça antes de conferenciar com o Vigil. E' preciso que mostremos energia, para que nossos visinhos nos respeitem. A ida de algum navio mais para o Pará seria muito conveniente, ainda que o ponto principal seja agora o Paraguay.

As fronteiras do Rio Grande tambem me dão cuidado; mais força e mais força para o Paraguay e acabe-se com honra a guerra; que tudo mais se arranjará depois havendo perseverança.

D. Pedro 2º.

29 de Outubro de 1867.

A presente collecção de autographos foi offertado ao archivo do Instituto pelo Dr. Augusto Coelho Leite e é publicada por proposta do mesmo consocio approvada em sessão de 5 de Fevereiro de 1903.

N. da R.

Governadores e capitães generaes de Pernambuco

1654—1821

(Continuação do n. 56)

D. Lourenço de Almeida. — Foi nomeado por patente regia de 23 de Janeiro de 1715, tomou posse do governo em 1 de Junho do mesmo anno, na igreja cathedral de Olinda, e o dirigiu até 23 de Julho de 1718.

D. Lourenço de Almeida era filho de D. Antonio de Almeida, segundo conde de Avintes, e da condessa D. Maria Antonia de Borbon, dama do Paço. Estudou no Real Collegio de S. Paulo, em Coimbra, para onde entrou como pensionista extraordinario em 1690, por especial concessão regia, e depois de adiantada serie de estudos, chegando mesmo a concluir o curso canonico na universidade, abandonou-os pela vida militar e embarcou para as Indias, onde casou com sua prima D. Maria Rosa de Portugal, filha de D. Miguel de Almeida e D. Paula Iria Corte-Real.

Fernandes Gama, confundindo D. Lourenço de Almeida com *D. Lourenço de Almada*, diz que fôra elle governador geral do estado do Brazil, o que não é exacto, não só pela differença dos appellidos como é facil de ajuizar, como ainda pelo caracter superior de um cargo, e a menor cathegoria do outro. Entretanto, para deixar esse ponto convenientemente liquidado, e mesmo como meio de patentear os serviços de D. Lourenço de Almeida anteriores ao seu governo de Pernambuco, damos o seguinte trecho da propria patente da sua nomeação, que é sufficiente para desfazer todas as duvidas :

« ..... Faço saber aos que esta minha carta patente virem, que tendo respeito a D. Lourenço de Almeyda me haver servido no Estado da India em o posto de capitão de infantaria, capitão de mar e guerra, fiscal da armada, capitão mór da costa do Norte, e governador das fragatas que foram ao Sul, por espaço de seis annos, nove mezes e dezeseis dias, em que com a viagem do reino, desde o anno de seiscentos noventa e sete até onze de Janeiro de mil setecentos e quatro, e passando a principio áquelle Estado, provido por mim em o posto de capitão de uma companhia de infantaria o exercitar até ser provido pelo Vice-Rei o Conde de Villa Verde ao de capitão de mar e guerra da náo N. S. da Gloria, em que se embarcou para o Sul, em alcanse de um navio corsario, que naquella costa andava fazendo algumas hostilidades, e a separar os navios que vinham da China e Bengalla, dando nesta viagem caça a mais de vinte navios de differentes nações, que foram visitados e achando no porto de Cochim um nosso navio apresado por outro inglez, que o havia tomado a um corsario, o obrigou a entregal-o com tudo quanto lhe faltava, trazendo depois para Gôa, para naquella cidade se determinar se era tambem corsario o dito inglez, e um navio da China, dous de Bengalla, e seis de Mouros, que pediram os comboiasse, fazendo em tudo a sua obrigação sem poupar a nenhum trabalho, sustentando a sua gente com muita despeza da sua fazenda: em seiscento e noventa e oito se embarcar por fical da armada de alto bordo que foi a Mombaça a desalojar o arabio que tinha sitiado aquella praça, e pela acharem occupada pelo mesmo inimigo voltaram para a ilha de Zamzibar, e dahi para o estreito de Ormuz, voltando do cabo de Rozalgote para Gôa, onde offereceeu aos governadores a sua fazenda e pessôa para a restauração daquella praça: em setecentos e um sendo nomeado em o posto de capitão mòr da armada, e costa do Norte, levar a dita armada, e cafilla sem perda de embarcação alguma, o que havia muitos annos não succedia, tendo nesta viagem tres temporaes grandes, e sendome presentes estes serviços, e os fidalgos brios que havia tido quando embarcou na dita armada para acreditar na Asia o seu appellido, que seus progenitores tiveram tão celebrado na Europa, fui servido agradecer-lhe por esta minha o zelo com que se tinha havido em o meu serviço,

pretendendo acreditar sempre as suas obrigações nas occasiões que se tinham offerecido naquelle Estado; o que fica na lembrança para folgar de lhe fazer mercê quando tratasse dos seus requerimentos; e estando carregada a náo N. S. da Piedade para vir para este reino com as amarras quebradas, sem ter mais que uma, e á que tinha faltava um cordão, lhe acodir e metter criados homens do mar que levou, resultando disso desviar a remos da terra e amarrem-na, deixando-a segura na grande tormenta que houve; e passando depois ás praias de Calondis, aonde estavam perdidas duas fragatas, assistir naquelle sitio até que pelo rigor do tempo e trabalho adoeceu: em setecentos e dous ser nomeado pelo seu valor, disposição e experiencia em o governo de quatro fragatas que passaram á costa do Sul, com poderes e soldo de capitão da armada do Norte, visitar a fortaleza de Angediva, represando um barco de Mouros, que remetteu a Gôa por não trazer cartas, pondo em honra e liberdade o vigario da vara, que estava preso, livrando em Barcellos aquella christandade do medo em que se achava, por irem pessoalmente á côrte de Canará compondo as inquietações, e atemorisando aquelles infieis e fazendo tudo o que lhe foi encarregado de meu serviço, aceitando essa viagem sem querer patente nem admittir promessa sem embargo de terem passado, e pedido algumas pessôas de muito menos qualidade, cousas tão relevantes, que foi preciso abnegação dellas, e vindo da India assentar na Bahia praça de soldado na companhia do mestre de campo do terço da armada, e se embarcar na náo N. S. do Cabo, e achar se na peleja que houve com duas fragatas e um patacho de guerra francez na altura da barra desta cidade, que depois de resgatado o navio allemão que tinha tomado e durar o combate sete horas, se puzeram em vergonhosa fugida, governando a artilharia da coberta de baixo e de sima, e acodindo nesta viagem que foi de quatro mezes e tres dias ás suas obrigações, e a tudo o mais de que foi encarregado por seus superiores, e ultimamente sentar praça de soldado no terço da armada aonde me tem servido sete mezes e seis dias, e se embarcou na que foi a correr a costa no anno de mil setecentos e quatorze; e havendo se em tudo com satisfação, e por esperar do dito Dom Lourenço de Almeyda, que da mesma maneira me servirá daqui em diante em tudo o de que fôr

encarregado, conforme a estimação que faço de sua pessôa. Hei por bem de lhe fazer mercê do cargo de governador de Pernambuco para que o sirva por tempo de tres annos ou mais emquanto lhe não mandar successor; e que haja delle o ordenado de um conto e oitocentos mil reis cada anno, os quaes começará a vencer por ajuda de custo desde o dia que daqui embarcar..... »

Esta carta, passada em Lisbôa em 23 de Janeiro de 1715, existe convenientemente registrada á pag. 123 do *Livro 2 de Patentes reaes, de 1703 a 1726,* do qual copiamos o trecho transcripto.

Nas proximidades da sua partida para Pernambuco, recebeu D. Lourenço de Almeida uma carta regia datada de 16 de Março, em que particularmente lhe foi recommendado, — que envidasse todos os meios possiveis em unir os animos exaltados a uma bôa paz, e que, quando lhe parecesse conveniente tirar da capitania algumas pessôas que se tornassem prejudiciaes á concordia e união que deveria reinar entre todos os vassallos, as deportasse para onde lhe parecesse, do que desse conta, confiando o rei do seu zêlo, modo e prudencia que conseguisse pôr em total quietação os povos, para ter o que se lhe agradecer.

Com taes instrucções partiu o governador na fróta do commercio, saltou em Pernambuco a 30 de Maio de 1715, hospedou-se no Collegio dos Jesuitas, e no dia 1 de Junho seguiu para a cidade de Olinda afim de tomar posse do governo.

Com D. Lourenço de Almeida veio o Dr. José de Lima Castro, despachado ouvidor, em substituição do Dr. José Marques Bacalhão, que de mãos dadas com o ex-governador e com os mascates, tão parcial fôra na distribuição da justiça, e tantos males causara aos infelizes pernambucanos compromettidos no movimento politico que rompera em 1710.

D. Lourenço de Almeida, porem, pelo seu procedimento correcto e justiceiro, e pela sua energia e moralidade, suavisou não pouco os males dos pernambucanos, e conseguiu plantar a ordem e a moralidade tão sensivelmente alteradas desde aquella epocha.

No seu governo, cujo principal caracteristico é o periodo de paz e de reconcilfação que elle iniciou, nota-se

apenas o encerramento dos trabalhos da Casa da Moeda, e o começo das obras de fortificação do bairro do Recife, cujas obras não proseguiram em virtude de posterior deliberação do Governo.

Na sua administração teve apenas um desgosto, causado ainda pela fatuidade do seu antecessor. Encontrando o uso do tratamento de excellencia exigido por Felix José Machado, aceitou-o sem reflexão, até que sabido isto pelo ministerio lhe foi *estranhado estè procedimento mui severamente*, pela Provisão de 25 de Setembro de 1716, como se lhe coubesse uma tal censura !

Depois de um bom governo de pouco mais de tres annos, entregou-o D. Lourenço de Almeida ao seu successor, e embarcou para Portugal, para poucos annos depois voltar de novo ao Brasil e prestar ainda outros serviços no elevado cargo de governador.

Creada a nova capitania de Minas Geraes em 1720, foi D. Lourenço de Almeida nomeado seu governador e capitão general por Patente de 23 de Dezembro do mesmo anno, tomou posse do governo em Villa Rica a 18 de Agosto de 1721 e o dirigiu até o anno de 1732, em que foi rendido, depois de reiteradas supplicas de sua parte.

Seguindo para Portugal, contrahiu segundas nupcias com D. Luiza Romualda de Menezes, filha dos Condes de Santiago, em 5 de Agosto de 1737, sobrevivendo apenas dous mezes e dez dias, porquanto falleceu em 15 de Outubro do mesmo anno.

D. Lourenco de Almeida foi um fidalgo distincto pelo seu merecimento e nobreza de sua casa, tão notavel pelos seus ascendentes. Foi commendador de Borba Gondim, e mestre-sala dos reis D. Pedro II e D. João V.

Manoel de Souza Tavares. — Foi nomeado por Patente regia de 13 de Maio de 1718, tomou posse a 23 de Julho do mesmo anno, e governou a capitania até o dia 9 de Janeiro de 1721, quando falleceu.

Do governo de Souza Tavares por diante, a data da posse dos governadores seus successores, é, firmada em documento authentico, porquanto é de conformidade com os respectivos termos, constantes do competente livro, que

ainda hoje serve, e se guarda na Secretaria do Governo do Estado. Este livro preciosissimo, que tem atravessado perto de dous seculos, e se conserva em bom estado, é um in-folio de 289 paginas, de optimo papel de linho, aberto e rubricado pelo secretario do governo Thomé de Mattos Girão, e tem por titulo : — « *Livro Primeiro em que se lançam os termos da posse que se dá, e entrega, que se faz do Governo destas Capitanias, na Sé da Cidade de Olinda, dos Senhores Governadores que nelle succedem, por Sua Magestade que Deos guarde: ao qual deu principio o Senhor Dom Lourenço de Almeyda. XXII° Governador actual desta Capitania, na posse que deu do dito Governo, ao Senhor Manoel de Souza Tavares, em 23 de Julho do anno de 1718.*

Para dar uma idéa da solemnidade da posse dos governadores desta capitania nos tempos coloniaes, consignamos aqui o seguinte — *Termo 1° da posse que se deu deste Governo, ao Governador Manoel de Souza Tavares*, o primeiro que se lavrou no referido livro :

« Aos vinte e tres dias do mez de Julho, deste presente anno, de mil, setecentos e dezoito, nesta Cidade de Olinda, na Igreja Matriz, e Sé da dita Cidade, se acharam os Senhores Governadores Dom Lourenço de Almeida, e Manoel de Souza Tavares, em presença do Senado da Camara da mesma Cidade, nobreza, e povo della, sendo ahy, li a carta que El Rey nosso Senhor escreveu ao dito Sr. governador Dom Lourenço de Almeida, em que o ha por desobrigado do preyto, e omenagem, que em Suas Reaes mãos deu, pelo governo da Capitania de Pernambuco, ordenando-lhe pela dita carta, que dê posse do dito governo ao dito Governador Manoel de Souza Tavares, em virtude da Real Patente em que o dito Sr. o faz Governador, a qual tambem ly neste mesmo acto de posse, de que S. Magestade que Deos guarde, por Real ordem sua manda se faça este Termo, em que ambos os ditos Senhores governadores assignaram, e os Ministros que se acharam presentes, e mais officiaes da Camara da dita Cidade de Olinda ; e Secretaria deste Governo e Missões delle Thomé de Mattos Girão o fiz escrever, subscrevy e assigney. »

Monoel de Souza Tavares era filho de Bernardino de Tavora de Souza Tavares, que foi governador de Angola, e D. Maria de Lima.

Começou a servir no exercito em 1681, em praça de

soldado, no reino do Algarve e na praça de Mazagão. Conquistando diversos postos, e promovido a mestre de campo, foi em 1702 nomeado governador de Mazagão, «desempenhando esta commissão com tal zelo e procedimento que El Rei por uma Carta Regia lhe mandou agradecer os seus serviços, » — e conferiu-lhe a commenda de Christo.

Nomeado governador e capitão general de Pernambuco, foi-lhe marcada a ajuda de custo de 242$000, e por Provisão de 14 de Maio de 1718, se lhe mandou pagar o soldo á contar do dia do seu embarque em Lisbôa.

Do seu governo nada consta de notavel, a não ser um acto de arbitrariedade, tão commum a quasi todos os governadores. Mandando elle prender aos vereadores da Camara do Senado de Goyanna Duarte de Albuquerque e o capitão Lourenço Gracez, e os detendo na fortaleza das Cinco Pontas, *por presumir que se queria dar posse a um ouvidor nomeado pelo donatario da capitania de Itamaracá*, foi advertido por Provisão de 5 de Junho de 1720, — que não devia ter mandado prender aos ditos officiaes da Camara, e que se abstivesse de semelhantes procedimentos, tão violentos, do que se o avisava, para que assim ficasse entendido.

Consta tambem um outro acto de arbitrariedade que praticou, mandando fechar o curso de philosophia que havia no Collegio dos Jesuitas, do Recife. A Camara e os padres dirigiram reclamação para a côrte, e o seu acto foi estranhado por Carta Regia de 15 de Março de 1721, tanto mais por não haver communicado esse seu procedimento. Aquella Carta foi lavrada já depois do seu fallecimento, por se ignorar na côrte semelhante facto.

Manoel de Souza Tavares falleceu antes de terminar-se o triennio de sua nomeação, em 9 de Janeiro de 1721, e foi sepultado na igreja da Madre de Deus, do Recife. Era elle official general do exercito, senhor de Mira, e commendador da ordem de Christo.

D. Francisco de Souza, governador interino. — Fallecendo o governador Manoel de Souza Tavares, dirigiu-se a Camara do Senado de Olinda ao reitor do Collegio dos Jesuitas, da mesma cidade, afim de se aconselhar com elle

sobre a substituição do governo, e apresentando-lhe um Alvará que existia em seu archivo, com relação ao assumpto, expedido por D. Pedro II em 7 de Abril de 1704, e por não haver outra resolução mais moderna, foi resolvido que a Camara convidasse ao mestre de campo D. Francisco de Souza para assumir o governo da capitania, e désse-lhe posse do cargo, uma vez que não existia então a primeira autoridade designada no referido Alvará, o bispo diocesano, por se achar a diocese *séde vavante*. Toda esta occurrencia consta minuciosamente do archivo da Camara de Olinda, que consultamos, verificando então, que o governador Manoel de Souza Tavares falleceu no dia 9 de Janeiro de 1721, e não a 11 do mesmo mez, como geralmente consta.

Parece porem, que o caso não foi tão facil de resolver, e que teve mesmo suas duvidas, pela delonga que se nota porquanto somente em 11 de Fevereiro é que teve lugar o acto da posse de D. Francisco de Souza, perante a mesma Camara, ficando assim acephalo o governo da capitania por mais de um mez.

De todo o occorrido deu contas a Camara por carta dirigida ao rei em 25 de Abril, cujo acto mereceu approvação por Carta Regia de 21 de Outubro do mesmo anno.

O auto de posse de D. Francisco de Souza, lavrado no respectivo Livro de Vereações, é do theor seguinte:

« Aos 11 dias do mez de Fevereiro de 1721 annos, nesta Cidade de Olinda Capitania de Pernambuco, nas Casas da Camara onde estavão os officiaes della juntos, ahi appareceu perante o Senado da Camara, o Mestre de Campo Dom Francisco de Souza por aviso que lhe fez o dito Senado em razão de se lhe dar posse do Governo destas Capitanias em virtude de uma ordem de Sua Magestade, que Deos Guarde, que fica registrada neste Livro, por fallecimento do Governador e Capitão General destas Capitanias Manoel de Souza Tavares; e logo pelo Senado lhe foi dada a dita posse do dito Governo, em virtude da dita Ordem, e elle dito Mestre de Campo D. Francisco de Souza, prometteu fazer nelle serviço a Deus e a Sua Magestade que Deus Guarde, de que mandaram fazer este Termo de posse em que se assignou o dito Mestre de Campo Governador, e o Senado da Camara. Manuel de Miranda de Almeida Escrivão da Camara o escrevi. *Dom Francisco*

de Souza, Antonio da Cunha Silveira, Manuel Carneiro da Cunha, A. Pereira da Silva, João Pacheco de Lira, e João de Andrade Lima. »

D. Francisco de Souza era natural de Pernambuco, e nasceu na villa do Recife na segunda metade do seculo XVII. Filho natural, mas legitimado, do mestre de campo D. João de Souza, e D. Leonor Cabral, viuva de um hollandez chamado Abraham Traper, herdou a meiação da fortuna de seu pai, por não deixar elle filho algum de sua mulher D. Ignez Barreto, por morte de quem, entrou na administração do Hospital do Paraiso, que ella fundara com seu marido.

D. Francisco de Souza era militar, e attingira a elevada patente de mestre de campo do regimento de infantaria da praça do Recife, e conquistara pelo seu merecimento o fôro de fidalgo da casa real, e as commendas de S. Eurico e S. Fins, da ordem de Christo. Era tambem morgado de Jurissaca, por herança paterna, e foi casado com D. Ursula Cavalcanti, filha de Felippe Cavalcanti de Albuquerque e D. Maria de Lacerda, da mais elevada nobreza pernambucana.

D. Francisco de Souza dirigiu o governo da capitania até o dia 11 de Janeiro de 1722, quando tomou posse o governador nomeado, D. Manoel Rolim de Moura.

Do seu governo de onze mezes completos, nada consta de notavel ; diz porem, Loreto Couto, que governou bem, porque governou com a experiencia, e accrescenta : — « Tinha D. Francisco de Souza pelo discurso de uma larga idade observado os costumes de seus naturaes, e tomado o pulso aos achaques da republica, e quando chegou o ponto de a governar, o fez com tão acertadas resoluções, que conseguio ser amado com respeito, ser reverenciado com carinho, ser obedecido com vontade, e ser consolação dos patricios, temido sem receio. »

D. Francisco de Souza falleceu no Recife em adiantada idade, e foi sepultado no carneiro privativo de sua familia na capella mór da igreja do Hospital do Paraiso.

D. Manoel Rolim de Moura. — Tomou posse em 11 de Janeiro de 1722, e governou até 6 de Novembro de 1727.

D. Manoel Rolim de Moura nasceu em 1668. Filho natural de D. Francisco Rolim de Moura, senhor de Azambuja, recebeu esmerada educação, formou-se em canones na Universidade de Coimbra, e seguiu depois a carreira das armas, merecendo pelos seus dotes e circumspecção a incumbencia de diversas e honrosas commissões.

Em 1702 achava-se no governo das armas da provincia do Alemtejo, quando foi despachado governador do estado do Maranhão, e deixando a sua administração em 1705, foi depois nomeado governador e capitão general de Mazagão.

Nomeado governador de Pernambuco, obteve como mercê especial, pela Provisão de 23 de Maio de 1721, o augmento dos seus vencimentos com mais 600$000 annuaes, ficando então com 2:400$000, e por outra Provisão de 17 de Outubro do mesmo anno, mandou-se-lhe dar mais..... . 400$000 annuaes a titulo de gratificação, mercê esta que se estendeu depois aos seus successores, sendo porem a sua conferencia dependente de ordem especial. Posteriormente foi esta gratificação incluida nos vencimentos ou soldo dos governadores, que dest'arte ficaram percebendo 2:800$000 annuaes.

D. Manoel Rolim de Moura lançou em 1723 a pedra fundamental para a construcção do primitivo hospital da Ordem Terceira de S. Francisco, da cidade do Recife, e promoveu a creação da comarca do Ceará, o que obteve por acto regio de 3 de Abril do mesmo anno de 1723, sendo nomeado seu primeiro corregedor o Dr. João Mendes Machado.

No seu governo levantou-se a tropa do Recife e de Olinda, por falta de pagamento de soldo, atrasado por alguns mezes, cujo apasignamento foi feito mediante a satisfação da divida, concedendo ainda o governador um perdão aos amotinados, o qual foi annullado pelo seu successor, que mandou prender e desterrar os cumplices do levante.

Por esse tempo, quasi todos os productos agricolas, e outros generos, eram sugeitos a um tyrannico monopolio. A carne, o assucar, a aguardente e outros generos, tinham seus impostos especiaes, que eram arrematados, pagando os contractantes a sua importancia, metade em dinheiro, e metade em assucar, que era remettido para Lisbôa por conta do governo. Esta pratica durou até 1717, quando

baixou a Carta Regia de 13 de Maio daquelle anno, ordenando que toda a importancia dos contractos fosse paga á dinheiro.

Esse monopolio enriqueceu a muita gente que se entregava em Pernambuco a esse genero de especulação, e contribuia para haver sempre muito dinheiro nos cofres publicos. Mas toda essa riqueza ficava em sua melhor parte no estado, porque os arrematantes eram aqui moradores, e avultando isso aos olhos do governo, resolveu difficultar o negocio, ordenando pela Provisão de 5 de Março de 1725 que os contractos passassem a ser arrematados em Lisbôa.

Em virtude de varias reclamações dirigidas ao governo sobre o caso, foi aquella providencia modificada, ordenando-se que os contractos depois de serem arrematados em Pernambuco, fossem outra vez postos em hasta publica em Lisbôa, de maneira que havia duas arrematações, sendo que a primeira de nada valia, porque depois bastava o offerecimento de qualquer quantia que cobrisse o lance para favorecer os especuladores de Portugal, que de posse dos contractos enviavam exactores para os arrecadar, armados de privilegios e grandes prerogativas de maneira que levaram os agricultores e outros contribuintes a um completo desespero.

Todas as medidas tomadas pelo governo com relação aos contractos que existiam ao tempo da administração de D. Manoel Rolim de Moura, causaram notavel desgosto e deram lugar a mui vehementes reclamações por parte dos commerciantes e agricultores, que nada conseguiram; e esse estado de vexame prolongou-se ainda por muitos annos, porquanto o monopolio de Lisbôa durou até 1760, quando baixou a Carta Regia de 16 Julho, que revogou a Provisão de 1725, ordenando que os contractos não fossem mais arrematados em Portugal, e sim em Pernambuco, perante a Provedoria da Fazenda Real, para cuja inspecção tinham os mesmos contractos passados, pela Provisão de 22 de Agosto de 1727, que tirou a sua administração da Camara de Olinda.

D. Manoel Rolim de Moura, que pelo seu caracter e honesta administração foi reconduzido no governo findo o triennio de sua nomeação, serviu quasi que o segundo, completando assim cerca de seis annos de governo, e o

deixou com sentimento dos subditos, diz Loreto Couto, — por acabar tão cedo um imperio, que nem estragou a brandura, nem o rigor tornou violento.

Seguindo para Portugal, nada mais consta de sua vida, até o dia do seu fallecimento, que foi em 10 de Julho de 1738, tendo attingido a idade de setenta annos.

O seu obito teve lugar na cidade de Lisbôa, e o seu cadaver foi sepultado no convento dos Remedios, dos carmelitas descalços.

Entre outras disposições philantropicas que fez D. Manoel, nota-se a de 50,000 cruzados que legou ao Hospital de Todos os Santos, da cidade de Lisbôa.

DUARTE SODRE' PEREIRA. — Foi nomeado por Patente regia de 13 de Fevereiro de 1727, chegou a Pernambuco com todos os navios da frota em 3 de Novembro do mesmo anno, a 4 desembarcou no Recife, e foi hospedar-se no Collegio dos Padres da Companhia de Jesus, como era costume, e no dia 6 tomou posse do governo na cathedral de Olinda. Governou a capitania até o dia 24 de Agosto de 1737.

Filho de José Pereira Sodré, senhor de Aguas Bellas, em Portugal, e de D. Anna de Menezes, nasceu naquelle solar de seus pais, e assentou praça de soldado em 8 de Setembro de 1688. Serviu no posto de capitão na Ilha de S. Miguel, commandando o castello de S. Braz, foi governador da Ilha da Madeira de 1704 a 1712, onde prestou muito bons serviços, principalmente na construcção de fortificações e reparos de outras, e foi depois governador da praça de Mazagão.

No seu governo de Pernambuco, que se prolongou por quasi dez annos, se nada consta em desabono do seu caracter e probidade, tambem facto nenhum notavel registram os annaes do tempo.

Um dos seus primeiros cuidados, logo que tomou posse da governança do paiz, foi prender e punir severamente os cabeças do levante da tropa, que teve lugar no tempo do governo do seu antecessor, sendo os mais complicados embarcados para a colonia do Sacramento, para onde seguiram com a expedição militar que partiu para aquella possessão em 1728.

Duarte Sodré convocou e reuniu em 20 de Novembro de 1727 os capitães móres e coroneis de ordenança nos paços do Senado do Recife, e lhes fallou da necessidade que havia de uma contribuição de *um milhão e duzentos e cincoenta mil cruzados*, para occorrer as grandes despezas que o governo da metropole tinha de fazer com os reciprocos casamentos dos principes das casas de Portugal e de Castella, o que tudo constava da Carta Regia de 22 de Agosto do mesmo anno.

Aceita a imposta contribuição, que depois deu-se-lhe o titulo revoltante de *dônativo voluntario do povo*, foi porem esse novo e pesado imposto muito mal recebido, principalmente no Rio de S. Francisco, onde houve uma formal resistencia, que foi suffocada pelas forças que o governador fez marchar.

Esse imposto durou até 1751, quando cessou a sua cobrança em virtude da Provisão de 8 de Novembro.

No seu governo construiu se a cadêia da villa do Recife, em 1731, e o hospicio de Jerusalem, dos esmoleres dos Santos Lugares, em 1735.

Vagando pela comarca das Alagoas um impostor que se intitulava principe do Brasil, acompanhado por um padre de má reputação, chamado Eusebio Dias Lassos, Duarte Sodré os mandou prender por ordem do vice-rei Conde de Sabugosa. Escapando-se o padre, prenderam o tal principe, que deixou os incautos explorados, ainda que agraciados com os titulos de nobreza que prodigamente distribuia.

Processado o tal principe de conformidade com a Provisão de 8 de Julho de 1734, foi remettido preso para Lisbôa, nada constando, porem, sobre o fim que deram a *Sua Alteza Real!*

Infestada a capitania por uma numerosa quadrilha de ladrões, em sua maior parte composta de escravos fugidos, e homisiados nos matos, onde tinham os seus mucambos, que trazia a todos aterrorisados, roubando e matando os viandantes que encontravam, deu Duarte Sodré as necessarias providencias, creando uma companhia de 40 homens, em que entraram 25 soldados de linha e 15 indios praticos, com o soldo de 50 reis diarios, de cujas diligencias resultou a extincção dos malfeitores, porquanto prenderam-se muitos escravos, alguns foram mortos na luta, e

os outros internaram-se pelo sertão, desapparecendo assim os perigos e sobresaltos que a todos aterrorisavam, serviço este que foi merecidamente louvado pelo governo da metropole, por Carta Regia de 20 de Novembro de 1736.

Duarte Sodré muito se interessou tambem pelo serviço das missões e catechese dos indios, pela que mandou El Rei por uma Carta Regia *louvar e agradecer o seu cuidado e zelo pelo augmento das missões.*

Duarte Sodré Pereira falleceu em Portugal em 19 de Setembro de 1738. Era do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo da casa real, e senhor e donatario da villa de Aguas Bellas, em Portugal, solar dos seus antepassados.

HENRIQUE LUIZ PEREIRA FREIRE. — Nomeado por Patente de 23 de Março de 1737, chegou ao Recife em 18 de Agosto do mesmo anno, e tomou posse do governo no dia 24, e o dirigiu até 25 de Janeiro de 1746.

Era filho do mestre de campo general Bernardino Freire de Andrade e D. Joanna Vicencia de Menezes. Serviu no exercito, foi capitão de cavallos do regimento de Lisbôa, e foi ajudante de ordens do general da Extremadura, marquez de Marialva.

Nomeado governador de Pernambuco, recebeu Henrique Luiz Pereira Freire, entre as incumbencias especiaes que lhe foram recommendadas, a recuperação da ilha de Fernando de Noronha, do poder dos francezes, determinada pela Carta Regia de 26 de Março da 1737, o que executou elle preparando uma expedição militar sob o commando do coronel João Lobo de Lacerda, que conseguiu expellir os francezes e firmar o dominio portuguez naquella importante situação maritima.

Conseguindo pelos seus esforços e tenacidade a recuperação da ilha de Fernando de Noronha, Henrique Luiz lançou as suas vistas sobre os diversos melhoramentos materiaes da capitania, que pela sua importancia e vantagens, reclamavam de muito, immediata realisação.

Os concertos e conservação das pontes que até 1730 estavam a cargo da municipalidade, passaram em virtude da Provisão de 9 de Maio daquelle anno, a ser dirigidos pelos governadores, que aliás nada providenciaram, dei-

xando paral-as, pelo abandono em que ficaram, em completo estado de ruinas.

Henrique Luiz emprehendeu não só o concerto e reparo das pontes arruinadas, como ainda cuidou da reconstrucção de outras, como as do Recife e do Varadouro em Olinda, levantando sobre a primeira duas ordens de casinhas lateraes, que alugadas para estabelecimentos commerciaes, constituiam uma bôa fonte de renda publica.

Alem daquellas duas pontes, reconstruiu ainda as de Afogados e da Bôa Vista, e dando conta ao governo da metropole de todos esses trabalhos, e dos recursos de que lançara mão para a sua execução, foram não só approvados todos os seus actos, pela Provisão de 28 de Janeiro de 1744, como ainda louvado por tão bons serviços.

Desejando constituir uma fonte de receita especial para obras publicas, conseguiu, pela Provisão de 24 de Setembro de 1745, não só que o rendimento das casinhas da ponte do Recife fôsse applicado para semelhante fim, como ainda a subvenção de 600$000 dos cofres reaes com applicação á semelhante serviço.

Henrique Luiz empenhou-se ainda em regularisar e disciplinar as tropas da capitania, estabelecendo a bôa ordem e moralidade, que reclamavam pelo estado de desorganisação a que tinham chegado; e creou os primeiros terços de tropas auxiliares do exercito, que houveram em Pernambuco, sendo um no Recife, e os outros em Goyanna, Iguarassú, Cabo e Serinhãem, todos compostos de homens brancos.

Duas occurrencias, poram, que se deram no seu governo, vieram contristar a Henrique Luiz, que ás suas qualidades de administrador honesto e emprehendedor, reunia um coração bem formado e generoso. Uma dellas, foi a desintelligencia que teve com o bispo diocesano D. Frei Luiz de Santa Thereza, motivada por um conflicto de jurisdicção entre aquelle prelado e o juiz de fóra Dr. Antonio Teixeira da Matta, em favor de quem deu algumas decisões favoraveis, pelo que o bispo tornou-se abertamente seu inimigo, e não poucas vezes procurou entorpecer os seus actos. A outra, foi a creação da Junta de Justiça Criminal, pela Provisão de 20 de Outubro de 1735, em virtude do que viu-se constrangido a assignar sentença de

morte a alguns criminosos que por esse tempo infestavam a capitania commettendo toda a sorte de delictos.

Concluindo Henrique Luiz o seu governo, entregou-o ao seu successor, deixando grata e respeitavel memoria em Pernambuco, pelos seus serviços, caracter probidoso, e tantos outros predicados que nobremente o distinguiam. Este juizo, porem, firmado em Fernandes Gama, está em antagonismo com o de Loreto Couto, autor contemporaneo, que conheceu perfeitamente a Henrique Luiz, e assim ajuiza do seu governo : « Mais trabalhou em fazer-se temer, que amar; e conseguio ser mais aborrecido que temido. Em seu tempo, nem os bons viviam seguros; ou punha a mira na satisfação do gosto, ou no desafogo da vingança. Com extraordinarias demonstrações de jubilo festejaram os moradores a sua ausencia; e será eterna a lembrança de seus desatinos. »

Será suspeito este juizo de Loreto Couto, movido por contrariedades pessoaes ou politicas? Em todo o caso ahi fica consignado.

D. Marcos de Noronha e Brito, VI Conde dos Arcos. — Foi nomeado por patente de 12 de Novembro de 1745, embarcou em Lisbôa á bordo da náo Nossa Senhora da Bôa Viagem, capitania da frota daquelle anno, como consta da carta do secretario de estado Antonio Guedes Pereira dirigida ao governador Henrique Luiz em 19 de Novembro, e — foi recebido em Pernambuco com a maior pompa, e festejado dos moradores com inexplicaveis demonstrações de jubilo. — Tomou posse do governo em 25 de Janeiro de 1746, e serviu até 5 de Maio de 1749.

D. Marcos de Noronha era filho de D. Thomaz de Noronha V Conde dos Arcos, e de sua mulher D. Magdalena Bruna de Almeida, filha de D. João de Almeida, Conde de Assumar, e da Condessa D. Izabel de Castro, oriundo, portanto, de antiga e nobre linhagem.

Seguindo a carreira militar, quando exercia o posto de capitão de cavallaria, recebeu a nomeação do governo de Pernambuco, que dirigiu por mais de tres annos; e deixando a sua administracão, embarcou para o Rio de

Janeiro, afim de seguir para a capitania de Goyaz, cujo governo lhe fôra confiado.

Atravessando em sua viagem a capitania de Minas Geraes, recebeu D. Marcos de Noronha do seu antecessor Gomes Freire, na passagem do Rio S. Francisco, as instrucções do governo, e proseguindo a sua viagem em demanda da capital, tomou posse do governo em 8 de Novembro de 1749, no qual se conservou até 1754.

No governo de Goyaz recebeu D. Marcos de Noronha o titulo de Conde dos Arcos, que lhe foi conferido em 2 de Janeiro de 1750.

Nomeado Vice-rei do Brazil, em 1755, cargo este que dirigiu até 1760, regressou á Lisbôa na náu de guerra *N. S. da Ajuda*, que partiu do porto da Bahia em 24 de Abril do mesmo anno conduzindo os padres Jesuitas expulsos daquella capitania.

D. Marcos de Noronha occupou uma bôa parte da sua vida em serviço no Brasil, dirigindo o governo de duas capitanias, e por fim o governo geral de todo o estado em desempenho do elevado cargo de vice-rei.

No seu governo de Pernambuco, foi D. Marcos de Noronha mui zeloso dos interesses da fazenda publica, fez justiça a todos quanto a tinham do seu lado, não vexou o povo, e delle apenas se queixaram os almoxarifes da fazenda real, aos quaes fez prender pelas prevaricações que praticaram.

Eram elles Mariano de Almeida, Antonio Baptista Coelho e Antonio de Torres Bandeira. O primeiro alcansado em 48:724$000, foi preso, e pouco depois falleceu repentinamente na cadeia; o segundo em 32:649$000, desappareceu e não houve noticia alguma á seu respeito; e o terceiro, cujo alcanse montou em 137:954$000, fugiu em uma sumaca franceza, e tambem nunca mais se houve noticias delle. Veio a pagar por todos o escrivão da Alfandega e Almoxarifado, Manoel Meira, que foi preso e remettido para Lisbôa.

Já nos ultimos dias do seu governo teve lugar um acontecimento que poderia ser de graves consequencias. Tendo saltado em companhia do seu successor Luiz José Corrêa de Sá, D. Antonio Rolim, com algumas companhias de dragões, em viagem para Matto Grosso, cuja capitania ia installar, desenfreou-se por tal modo a soldadesca, que

atacou a guarda de Fóra de Portas, do que resultou a morte do capitão do terço auxiliar do Recife, Virginio Rodrigues Campello, que os fôra accommodar.

A morte do capitão exciton por tal modo os animos da guarnição da praça, que se teria ferido grande conflicto, se providencias energicas não fossem tomadas por parte do governador para punição dos criminosos e restabelecimento da ordem publica.

D. Marcos de Noronha transferiu a casa da polvora de Santo Antonio para local mais appropriado, concluiu os arcos da ponte do Recife, e prestou outros serviços, principalmente na quadra afflictiva por que passou a capitania em 1746, quando grassou uma horrivel epidemia, de que morreram milhares de pessôas.

Homem intelligente, instruido, e cultivador da historia, mandou, como refere Borges da Fonceca, fazer muitos escriptos curiosos, de tudo quanto pôde haver noticia em Pernambuco, desde o seu descobrimento até a epocha do seu governo; e insinuou e animou ao mesmo Borges da Fonceca a escrever um trabalho sobre as familias illustres de Pernambuco, ao que de bom grado se prestou elle, não só para assim *dar gosto a um fidalgo, que pela sua benevolencia e virtudes se fazia estimavel*, como ainda *elogiar o merito dos seus patricios*. E dessa circumstancia nos veio a inestimavel obra *Nobiliarchia Pernambucana*, que tão bons serviços tem prestado ao estudo da nossa historia, escripta por aquelle illustre conterraneo.

Dos trabalhos mandados organisar por D. Marcos de Noronha, sob a sua immediata direcção, nos resta uma excellente obra, innedita ainda, sob o titulo: *Discripção de Pernambuco com parte da sua historia e legislação até o governo de D. Marcos de Noronha em 1746*. Desta obra, que depois foi augmentada com alguns documentos até o anno de 1758, existe uma copia na Secretaria do Governo, mandada tirar em 1845, do proprio original, que se conserva no archivo da Torre do Tombo, em Lisbôa.

Loreto Couto tece grandes encomios aos talentos, caracter, nobreza, e probidade de D. Marcos, e diz que, — com o seu prudente e suave governo respiraram estas provincias das oppressões padecidas no tempo de Henrique Luiz.

D. Marcos de Noronha e Brito falleceu em Lisbôa aos

14 de Setembro de 1767, cercado do prestigio e consideração que lográra pelo seu merecimento e virtudes, gosando de elevadas honras pela sua hierarchia de conde, conselheiro, fidalgo da casa real, official superior do exercito portuguez, honrosas condecorações, e outros titulos de distincção.

(Continúa.)

F. A. Pereira da Costa.

Allocução proferida pelo 3º Vice-presidente do Instituto, Dr. J. B. Regueira Costa, na sessão solemne de 10 de Novembrode 1901.

Meus Senhores.

A festa, que aqui nos reune, tem uma dupla significação: a de celebrar o centesimo nonagesimo primeiro anniversario do movimento de 1710 e a de protestar, por esse meio, contra os inconoclastas das glorias pernambucanas, contra esses falsos Themistocles, a quem os louros dos Milciades daquelle tempo ainda hoje tiram o somno.

O germen de independencia plantado, entre nós, na primeira metade do seculo XVII pelos heróes da restauração de Pernambuco do dominio hollandez, não podia deixar de desenvolver-se mais tarde em promettedores rebentos.

Como as lavas dos vulcões extinctos, que, se destacando da massa e transportadas para o sopé da montanha, constituem um sólo riquissimo, sob a influencia da temperatura, as lavas do vulcão revolucionario, que esteve em erupção em Pernambuco de 1630 a 1654, vieram, na primeira década do seculo seguinte, e sob a influencia dos principios de autonomia, constituir o sólo fecundo em patriotismo, de que brotaram os pernambucanos de 1710, entre os quaes occupa o primeiro plano o immortal Bernardo Vieira de Mello.

A quem tiver a lucida intuição do nosso passado não será estranho que nuvens tenebrosas obumbravam o horisonte politico de Pernambuco, ao despontar do seculo XVIII.

De um lado, a florescente Olinda, a filha dilecta de Duarte Coelho —a Phenix renascida das proprias cinzas— ostentava a primazia na magestade de seus templos, na opulencia de seus edificios, na riqueza de suas tradições, na arrogancia da sua nobreza.

Do outro, a povoação do Recife, — a favorita de Nassau — o ninho perfumado, boiante sobre as aguas do Capibaribe e do Beberibe, na phrase poetica de um escriptor, sentia em seu seio a influencia de gananciosos mercadores europeus, experimentava os effeitos do mercantilismo de suas transacções e soffria a prepoderancia politica, que elles aspiravam a exercer contra os naturaes do paiz.

Alem-mar a metropole portugueza projectava a sua sombra protectora, não sobre aquelles que, em Olinda, representavam os descendentes dos heróes de 1654, esses que lhe haviam restituido o Brasil, libertado do poder hollandez, mas sobre aquell'outros, os foragidos da mãi-patria, que, de mãos dadas com o Governador da Capitania viam coroados os seus planos politicos com a elevação do Recife á cathegoria de villa.

E, como expressão dominante desse quadro, vibrava cada vez mais intensa a rivalidade que reinava entre os pernambucanos e os portuguezes daquella epocha e que, começando por acirrar os odios na demarcação dos limites da villa, no assentamento do pelourinho e na tentativa de assassinato contra o Governador Castro Caldas, acabou por animar a reacção, que, provocada pela resistencia do Ouvidor á ordem de prisão que lhe fôra decretada, obrigou o Governador a fugir para a Bahia, arrastou o povo em massa a demolir o pelourinho e fel-o correr para Olinda, afim de resolver sobre a acephalia do governo.

E foi ahi Senhores, foi no dia 10 de Novembro que, reunido o Senado da Camara aos principaes proprietarios do paiz e aos representantes de todas as classes sociaes, marcou o thermometro politico de Pernambuco o maior grau de calor patriotico de seus filhos.

Foi ahi, foi nessa data memoravel, que propoz o pernambucano Bernardo Vieira de Mello, perante esse Congresso, meio Dieta, meio Assembléa Popular, como lhe chama Handelmann, que em vez de se confiar ao Bispo o governo da Capitania, como resavam as vias de successão, se proclamasse uma Republica *ad-instar* dos Venezianos.

Era a Veneza Americana, na ancia de sua independencia, a estender os braços para a poderosa Veneza do Adriatico.

Era o Leão do Norte a rugir de indignação contra a

metropole, que o pretendia acorrentar, e a lançar os olhos, atravez do oceano, para o Leão de S. Marcos.

Não condemnemos, porem, a Bernardo Vieira, por ter sonhado para Pernambuco uma Republica Aristocratica, como a dos Venezianos.

Os que contra elle assim se pronunciam sem duvida se esquecem de que quem julga os vultos historicos de uma epocha, pelas idéas do tempo do julgador, só podem consideral-os sob o prisma de uma falsa apreciação.

A Republica de Veneza, a qual começou a decahir depois da morte do bravo Mosorini, era a unica, talvez, segundo pondera Sismondi, cuja historia se conhecia fóra da Italia; sendo natural que, por sua antiguidade e tradições, se impuzesse como um modelo a seguir na organisação das sociedades politicas nascentes.

Fôra injusto condemnar a Bernardo Vieira, por tentar, em 1710, afeiçoar aos moldes venezianos a republica que lhe afagava a imaginação, quando, naquella epocha, eram esses moldes os que mais apropriados lhe pareciam, para assegurar a sua duração e estabilidade, e quando de uma monarchia absoluta só para uma republica aristocratica poder-se-hia mais suavemente operar a transição.

Na ordem politica, como na ordem physica, tem inteira applicação o *Natura non facit saltus* e a proclamação de uma republica democratica, após um regimen de absolutismo, collocaria Bernardo Vieira fóra do seu tempo, tornando-o, em 1710, o apostolo de principios, que só tiveram a sua consagração universal em 1789.

E para que, com relação aos heróes do nosso passado não se diga dos Pernambucanos de hoje o que diz Luiz Combes dos Gregos modernos: de que estes se parecem tanto com os Hellenos das grandes epochas, como as cinzas se parecem com a chamma, como os ossos se parecem com a vida, honremos, Senhores, a memoria de Bernardo Vieira de Mello e a de todos aquelles que o acompanharam na gloriosa jornada de 10 de Novembro.

Honremos o intemerato patriota, que levantou o primeiro grito de republica no continente americano, honremos a todos aquelles, que com elle jogaram as suas cabeças nessa partida arriscada; e de envolta com as homenagens que lhes tributamos, saudemos a data immorredoura, que

o Instituto commemora no dia de hoje e que recorda o auspicioso alvorecer das instituições que nos regem.

E de feito, assim como do fundo do mar rebentam algumas vezes nascentes d'agua doce purissima, assim tambem do seio daquelle mar agitado pela paixão patriotica, que assoberbou o Senado da Camara de Olinda a 10 de Novembro de 1710, rebentou o fio crystallino da idéa republicana, o qual, formando a caudalosa corrente da opinião, verdadeira corrente mariuha no meio do oceano popular e engrossado pelos mananciaes que recebera em 1720 e 1789 em Minas Geraes, em 1801, 1817 e 1824 em Pernambuco e em 1835 no Rio Grande do Sul, veio, no seu curso de quasi dous seculos, alastrar-se afinal por todo o Brasil a 15 de Novembro de 1889.

Está aberta a sessão.

Discurso proferido pelo orador official do instituto, Dr. Carlos Porto Carreiro, na mesma sessão commemorativa do 191° anniversario da primeira manifestação de independencia politica na America.

Sr. Presidente.

Meus Senhores.

As idéas natas têm alguma cousa desses astros caprichosos que chamamos cometas.

São-lhes communs as primeiras manifestações aos olhos da humanidade.

Assemelha-se numas e noutras o inesperado do seu primittivo apparecimento.

Egual é o espanto ou o terror, a adoração ou a hostilidade supersticiosa que elles provocam.

Semelhante, o deslumbramento que produzem; analogo, o commentario que levantam; e da mesma forma proficuos os estudos e cogitações a que dão lugar, e os esforços que imprimem aos cerebros e aos corações.

Os cometas, no mundo physico, deram sempre que pensar a sabios e a indoutos; mal recebidos, como precursores de desgraças, os hospedes exquisitos do nosso firmamento, —longinquos mensageiros do infinito—, traziam: para os povos as congecturas metaphysicas das relações entre a terra e as amplidões desconhecidas; para o astronomo, a perplexidade dos phenomenos inexplicaveis.

As idéas novas, hospedes apparentemente importunos do firmamento moral, surgem como prophetas de calamidades; são as vozes do futuro —esse infinito do tempo— denunciando a existencia de alguma cousa alem do estabelecido; e fazem tremer o solo das instituições que se julgavam inabalaveis; e geram na mente dos politicos e dos doutores um ponto de interrogação que os desnorteia.

E o céo crystallino dos velhos systhemas se despedaça; e os epicyclos das antigas convenções desfazem-se como outros tantos anneis que se desatam; as superstições, os terrores, as fantasias desapparecem no vacuo; e some-se nas trevas do ridiculo o geocentrismo do direito divino.

E eil-os vão —idéas e cometas— obedecendo ás leis immutaveis da sciencia, regularmente progressivos, e eternamente luminosos, — na sua marcha vertiginosa atravez do tempo e do espaço, descrevendo as ellipses do bem, as parabolas do bello e as hyperboles da verdade— indifferentes ao atomo que lhes volita em redor e desdenhosos do verme que enceta a crosta dos mundos.

Mundos em formação —as idéas libram-se no espaço de accordo com as leis da estatica e dynamica das sociedades, arrojam-se de céos em céos, de esphera a esphera, de um sol para outro sol no vôo louco da conquista universal.

Leves —como os gazes de uma explosão—, extranhas, excentricas, apressadas na sua carreira, ficam incomprehendidas no momento da sua passagem e os contemporaneos que as observam amedrontados, buscam afugental-as

com as suas tremulas preces ou com o ribombo dos canhões.

A posteridade as vê nontro momento de sua trajectoria. O telescopio da sciencia as investiga e estuda.

Ellas entram no campo da acção humana como phenomenos naturaes; e a predicção da sua volta é apenas uma formula do calculo mathematico.

Na pallida allegoria que tenho acabado de traçar, tereis lido, senhores, a historia da independencia brasileira, cujo primeiro clarão fuzilou nos horisontes de Pernambuco no dia 10 de Novembro de 1710.

A idéa nova, nascida como tenue raio de luz do foco ardente de alguns cerebros de patriotas, desappareceu no torvelinho dos espaços, parecendo ter-se extinguido de todo.

A accessão cosmica atravez da amplidão lhe deu alento e corpo: as trevas do vacuo, a distancia, a estreitesa das vistas humanas, roubaram-n'a temporariamente do céo da nossa Patria. Mas o astro appareceu de novo, e cada vez mais accentuado, em epocas posteriores: em 1789 foi uma linda nebulosa; em 1801; um rapido clarão, em 1817 deixou na sua cauda magestosa um rastro de sangue e luz; em 1822 bipartiu-se a nossos olhos, num subito estrondo como de um bolide e mandou sobre a terra em seus estilhaços os diamantes duma corôa .....

Mas não estava encerrado o cyclo desse cometa gigante; e o astro principal continuou a reapparecer, cada vez mais proximo, traçando em torno de nós a prodigiosa espiral de sua invisivel orbita, marcando por lustros e triennios as suas luminosas apparições e deslumbrando por fim o mundo inteiro na aurora boreal de 15 de Novembro de 1889.

E' innegavel a cadeia de relação existente de uma para outra de tantas manifestações desde aquella cuja memoria nos congrega hoje até a affirmação concreta da nossa personalidade politica no penultimo decennio do seculo transacto.

Esta tribuna, senhores, não é um lugar de controversia: é um altar de civismo.

A palavra, nesta casa, não é uma arma de combate : é um hymno de glorificação.

Sem as peias ferrenhas do dogmatismo, ensinamos ao povo a respeitar os seus heróes, a venerar a sombra dos seus mortos illustres e a sanctificar os seus martyres.

Comtudo, se controversia existe, é necessario acceital-a.

Se nos contestam o direito de dizer a verdade ou se a impugnam em qualquer de seus aspectos, não fugimos da luta.

A luta é uma condição da vida ; e gozarmos desta sem a termos conquistado no campo da honra é gozal-a ingloriamente ; é buscarmos a morte no pleno seio da vida, nós que procuramos as razões da vida no regaço da morte gloriosa.

Contesta-se a Pernambuco a precedencia na manifestação das idéas da liberdade.

E' nosso dever oppor a essa contestação todo o esforço da nossa dialectica ; mais do que isso : toda a força das nossas convicções.

A verdade historica impõe-nos esse dever, mais do que simples e ridiculos sentimentos de *chauvinismo*.

Aonde nos conduziria semelhante reivindicação se não fossemos, como somos, animados pela verdade, que falla ao nosso espirito ?

Para que essa reivindicação, se della não estivessemos convencidos ?

Attribuir a Pernambuco uma gloria que lhe não pertencesse, apenas concorreria para amesquinhal-o no conceito da Historia.

Não. A verdade está comnosco.

Não é difficil admittir que fosse o berço da Independencia brasileira a terra onde primeiro no Brasil se combatera pela Independencia.

Já era nossa familiar a deusa da Liberdade ; ella combatera comnosco em Olinda, em Rio Formoso, em Itamaracá, em Tabocas e Guararapes.

Por ella tinhamos derramado o sangue ; ella nos em-

balara os sonhos de independencia, e nos ensinara a viver dos nossos recursos naturaes, passando sem a metropole.

Quando, senhores? Quando comnosco passara revista aos *vinte e sete* soldados de Mathias d'Albuquerque.

Fizera com a ponta da espada a historia dos nossos feitos gigantescos, traçara os lineamentos da nossa nacionalidade e firmara para sempre esse cunho original de nativismo impresso nos corações dos Pernambucanos.

Expulsando o hollandez, nós não tinhamos obedecido a uma simples questão de credo religioso, nem de preferencias ethnico-politicas artificialmente impostas.

Em 1654 já eramos um povo; já se haviam accentuado as nossas tendencias de cellula organica para a constituição de um ser autonomo.

Que de admirar se determinasse mais tarde, e de modo positivo, essa aspiração para uma existencia propria, quando persistiam a respeito dos portuguezes as causas reaes que nos tinham feito preferil os aos hollandezes?

Admittirem-nos elles á escolha, concederem-nos o direito de preferencia, como se fizeram no seculo desesete, não era já reconhecer-nos a maioridade?

Acceitarem-nos de bom grado a desobediencia as ordens regias, e ao armisticio firmado por D. João IV, collaborar comnosco em mal disfarçada conspiração contra a Hollanda, quebrar a fé inviolavel dos tratados, recebendo com o riso nos labios a nossa rebeldia benefica, — tudo isso não foi crime para a Metropole, em 1641. Mas foi crime de lesa-magestade e de alta traição — no conceito da mesma Metropole e seus partidarios, em 1712.

De quem se deviam queixar?

De si mesmos.

Quem nos ensinára os encantos da rebeldia? quem nos mostrara as doçuras da conspiração pela liberdade?

No seculo dezesete combatemos em pé de egualdade, brasileiros e portuguezes.

No seculo dezoito, quizeram tratar-nos do alto do seu desprezo, aquelles que tinham sido nossos companheiros d'armas, sem distincção de classes nem de cores.

Reagimos; e mostramos aos nossos oppressores que eramos os mesmos Pernambucanos que elles haviam conhecido nas vicissitudes da guerra hollandeza.

Outros inimigos surgem nas epocas de hoje. O nosso crime de então é attenuado contemporaneamente, porem com o fim de amesquinhar-nos.

Aquillo que antigamente levava á masmorra dezenas de patriotas, aquillo que era articulado no negro livro V das Ordenações do Reino como passivel de forca, — é hoje votado a uma condemnação mais infamante, a um pelourinho mais vergonhoso, a masmorra mais tetrica e obscura: — o silencio do esquecimento e o sorriso do escarneo.

Das duas injustiças não sei qual mais abominavel: se a dos nossos senhores do seculo XVIII cumprindo nefandamente a lei barbara que os autorisava; se a dos nossos compatriotas de seculos mais luminosos — contestando os nossos intuitos nobres, negando os nossos martyrios, procurando aviltar a nossa generosa tentativa.

E' negar a mesma luz meridiana recusar a verdade de um facto historico por tantos modos comprovado.

Em 10 de Novembro de 1710, Bernardo Vieira de Mello propoz no Senado da Camara de Olinda que se fizesse de Pernambuco uma republica *ad instar* da dos venezianos.

E' incontestavel esse facto; as chronicas do tempo, cuja maior parte é devida á penna dos partidarios dos *Mascates*, os documentos officiaes da epoca em sua simples e perversa ingenuidade — assignalam esse acontecimento, e delle fazem o principal ponto de accusação contra os individuos abnegados que conceberam e votaram semelhante idéa.

Não era um sonho de poeta, não era um projecto loucamente emprehendido, nem tão pouco uma idéa limitada a alguns interesses pessoaes ou a uma restricta area geographica.

Não era um sonho de poetas — porque os patriotas de 1710 sabiam e podiam contar com os amplos recursos da capitania.

Não era um projecto loucamente emprehendido — porque elle durava, latente, desde os fins da guerra hollandeza e soube galhardamente concretisar-se na luta pelas armas.

Não era uma idéa que se limitasse a alguns interesses pessoaes — porque ella creara profundas raizes no coração do povo e congregara voluntarios em torno do seu lemma.

Não pertencia a uma restricta circumscripção geographica, por isso que se estendera por Alagôas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Que lhe faltava, pois, para a sagração de movimento generoso e de movimento nacional?

Generoso, sim, foi esse movimento. Partida de uma classe poderosa, que tinha consciencia de quanto valia por si — de sua influencia até mesmo no animo atimorato da Metropole enfraquecida — a revolução olindense concretisou-se na idéa republicana, quando facil lhe seria a revolta innominada da monarchia ou o despotismo de um soberano improvisado.

Que essa forma republicana fosse olygarchica ou aristocratica, é phenomeno que decerre do espirito da epoca; e é tão estulto imputal-o como crime aos patriotas de 1710, como seria condemnar os povos da antiguidade pelo instituto juridico da *escravidão*, que elles julgavam legitima commutação do direito de vida e morte sobre o prisioneiro.

Veneza e Hollanda eram os mais promptos e notaveis modelos de republica.

Cidades commerciaes, filhas legitimas da liberdade e da conquista pela actividade propria, creadas fóra do mesquinhos interesses politicos da idade-media, a rede hanseatica, verdadeiro cordão sanitario, havia educado na Europa Septentrional esses nucleos admiraveis de progresso e de intelligencia, onde conseguira aninhar-se o genio emprehendedor dos Europeus.

Por outro lado, as republicas littoraes italianas expandiram por meio do commercio a civilisação politica e industrial desde o Oriente até o Occidente.

Em taes sociedades é que se podia encontrar, nos seculos dezesete e dezoito, o molde adequado a um corpo politico de caracter exclusivamente commercial.

Ad instar de Veneza, cuja decadencia, nesse tempo, não era forte motivo para desanimar aos imitadores do seu progresso; — de Veneza, cuja longa prosperidade era oito vezes secular, — pretendeu Bernardo Vieira moldar a republica pernambucana.

Idéa genial, digna de profundo politico e de consummado estadista, hoje sómente não comprehendida pelos que não sabem ou não querem ver.

Alguns desses espiritos não trepidam em cobrir de accusações ignominiosas a pessoa do homem illustre que synthetisa o movimento de 1710.

Emprestaram-lhe mesmo um ou dous crimes de homicidio, como que para deslustrar no homem a idéa e descobrir em vez das feridas do heróe as manchas do criminoso.

Felizmente a critica historica tem feito a devida justiça a essas imputações.

Que em desaggravo de honra um filho de Bernardo Vieira tenha assassinado os offensores dos seus brios de homem, nem uma culpa fica por isso ao pae do homicida.

Que o fizesse elle mesmo, num barbaro rasgo de dignidade offendida — é acção que só o deslustra perante uma geração como a actual, cujas idéas, sentimentos e actos medem-se por estalão muito diverso.

Muito longe nos levariam essas considerações ; tão longe quanto fluctua dos codigos para os costumes, e quanto oscilla do dominio da lei para o terreno da vida pratica, da theoria para a realidade e da these para a hypothese — a debatida questão da honra da familia.—

E' natural que a cultura contemporanea só muito vagamente comprehenda esse requinte do pundonor ; a civisação embota por vezes o orgão do senso moral ; e a barbarie, não raro, apresenta dessas hyperestherias que reagem por instincto.

Em que, porem, torna menor o plano titanesco de Bernardo Vieira esse libello accusatorio á sua vida privada ?

Misero assassino que fosse ou, em vez disso, homem exaggeradamente zeloso de sua honra, — deixa de ser grandiosa a sua tentativa de libertar a nossa patria do jugo da Metropole ?

Pode-se-lhe negar a precessão na idéa de independencia brasileira, facto que é attestado pelos seus contemporaneos, de uma e outra parcialidade ?

Pode-se-lhe contestar essa gloria, quando por ella foi accusado, preso, encarcerado e falleceu nos ergastulos de Lisbôa ?

Tranquillisemo-nos, senhores.

O motivo que nos reune aqui é um motivo justo, honesto e elevado.

Não estamos assistindo á glorificação dum criminoso; não estamos incensando um falso heróe; nem tão pouco endeosando uma celebridade ficticia.

Repitamos com orgulho de Pernambucanos os nomes desses martyres laureados, que trabalharam sem esperança de recompensa, mais do que a satisfação dos seus proprios ideaes, pelo futuro desta Patria, que é a nossa e que ha de ser dos nossos filhos.

Que em nossos feitos se gravem indelevelmente os nomes de: Bernardo Vieira de Mello, André Vieira de Mello, André Dias de Figueirsdo, João de Barros Correia, Cosme Bezerra, Lourenço da Silva, Mathias Coelho Barbosa, Cosme Monteiro, João Luiz Correia, Manoel Bezerra, Cosme Cavalcanti, Manoel Cavalcanti Bezerra, Leonardo Bezerra Cavalcanti, Leão Falcão d'Eça.

Dessa poeira illustre e luminosa que o astro de 1710 deixou no firmamento da memoria pernambucana, eleve-se aos nossos olhos a luz zodiacal da nossa grandeza passada

São corpusculos quasi imperceptiveis na sua rapida passagem pelo ambiente da terra, mas elles servem para attestar, pelo numero, pelo arrojo e pelo seu fim tragicamente bello, a existencia perenne do sol que se occultou no horizonte; e nos asseguram a esperança numa aurora que se approxima — a aurora da liberdade.

E' que o astro excentrico e erradio, que apenas por largos periodos e longos intervallos se mostrava, subito e apavorante, no céo da nossa patria, — condensando o seu nucleo, restringindo sua orbita, regularisando a sua translação, vem trazer-nos, hoje, diariamente o esplendor dos seus raios e o benefico influxo do seu calor e da sua vida.

E o *fiat* que deu impulso á nebulosa partiu da voz possante de Pernambuco, do nosso querido nucleo social, donde se expandiu a força creadora da nossa nacionalidade sob a forma rutilante e fecunda da Republica.

Discurso do 2º vice-presidente do Instituto, Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade, na sessão magna de 27 de Janeiro de 1902.

Senhores

Os estatutos do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano preceituam que celebre-se uma sessão magna no dia 27 de Janeiro de cada anno em commemoração ao anniversario, não só da restauração de Pernambuco libertando-se do dominio hollandez em 1654, como da fundação e inauguração do Instituto, em 1862.

Infelizmente, por continuarem os incommodos de saúde do respectivo presidente effectivo, desembargador Adelino Antonio de Luna Freire e do 1º vice-presidente, conselheiro João José Pinto Junior, coube-me a immerecida honra de mais uma vez presidir uma das sessões solemnes deste Instituto, na qualidade de seu 2º vice-presidente.

Só casualmente cabendo-me, como me coube, a sua presidencia, não tive tempo de reler a nossa historia patria para satisfazer a vossa espectativa, fazendo a exposição dos actos de bravura e patriotismo praticados pelos nossos antepassados para a consecução daquelle grandioso fim ; e dos proveitosos resultados, que já temos colhido com a feliz lembrança dos fundadores do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

Não sendo mesmo a isto inteiramente obrigado, limito-me a dizer que, como lembrança dos serviços prestados, reconhecimento e veneração, o Instituto, como vêdes, guarda em seu salão de honra os retratos dos principaes heróes daquella epoca — Vieira, Negreiros, Felippe Camarão e Henrique Dias ; e bem assim os dos seus fundadores — Joaquim Portella, Antonio Witruvio, felizmente ainda vivos, Torres Bandeira, Soares de Azevedo e Salvador Henrique, infelizmente já fallecidos.

A *Revista do Instituto*, constante de mais de 50 numeros, sua bibliotheca, seu museu, sua collecção numismatica são provas exuberantes dos serviços prestados pelos

referidos fundadores e pelos seus zelosos successores ; e que não póde ser qualificada de improficua esta instituição, que salvando do esquecimento documentos preciosos e curiosas tradições, tem-se mostrado sempre digna da protecção dos poderes publicos e da sociedade pernambucana.

Incontestavelmente Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Felippe Camarão, Henrique Dias, Barreto de Menezes, Mathias de Albuquerque, os heróes do forte de S. Jorge, D. Maria de Souza, os defensores do Arrayal, Clara Camarão, o indio Jaguary, D. Maria Cesar, as heroinas de Tejucupapo, os bravos de Tabocas, Casa Forte e Guararapes — manifestaram-se extraordinarios heróes nessas gigantescas pugnas emprehendidas para a liberdade de Pernambuco.

Com os seus actos de espartano heroismo para a reivindicação da patria do dominio estrangeiro podemos dizer que os pernambucanos prepararam o movimento de 10 de Novembro de 1710, quando pela primeira vez echoou o grito de republica em o novo mundo ; o de 6 de Março de 1817, quando chegou a ser proclamado o regimen republicano ; o de 1822 conseguindo-se a independencia nacional ; o da proclamação da Republica do Equador em 24 de Julho de 1824 ; o de 1848 pela liberdade sacrificando-se o desembargador Nunes Machado ; e o de 1889, sendo definitivamente proclamada a Republica Federal dos Estados Unidos do Brasil.

Exposto, assim, a traços largos, o objecto da presente sessão, os factos, relativos á patriotica restauração de Pernambuco e á existencia desta associação, desenvolvidos serão pelos illustrados secretario e orador official e por todos os que com seus eloquentes discursos quizerem concorrer para a magna solemnidade da presente sessão, que é não só uma festa intima para o Instituto como tambem uma festa civica para todos os pernambucanos.

Está aberta a sessão.

Relatorio apresentado pelo 1º secretario do Instituto, Dr. Alfredo de Carvalho, na mesma sessão.

Meus Senhores!

Antes de cumprir o dever que uma disposição da nossa lei organica impõe ao occupante do cargo, para o qual a generosidade dos nossos consocios, esquecendo a minha incompetencia, dignou-se de eleger-me, a consciencia obriga-me a prevenir-vos da differença visceral que, de certo, notareis entre os brilhantes relatorios do meu illustre antecessor e a palida resenha de factos que hoje vos apresento.

Habituados a ouvir a palavra autorisada e fulgida do Dr. João Baptista Regueira Costa, referindo em linguagem genuinamente vernacula, em estylo castiço, com inexcedivel penetração critica e prodigiosa variedade e profundeza de saber, não só os fastos desta associação como a analyse criteriosa e erudita das offertas de caracter litterario e scientifico com que eramos mimoseados, a exposição arida e incolor, que ora vos faço, dos acontecimentos occorridos no decurso do anno social que hoje finda, despida de galas oratorias, erma de apreciações originaes, pobre de phrases esplendentes, só póde despertar em vossos espiritos um sentimento de pezar e de saudade.

Da vossa benevolencia espero todavia, não vos sirva de norma na presente occasião a excellencia de predicados intellectuaes daquelle emerito homem de lettras; mas, apenas a sinceridade do desejo nos que, qual eu, procuram sempre compensar a exiguidade dos resultados pela copia dos esforços empregados em alcançal-os mais completos.

Durante os quarenta annos de laboriosa existencia que ora conta o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, os seus patrioticos serviços no nobre intuito de conservar sempre viváz nalma collectiva a excelsa recordação das suas origens, a noção clara do seu caracter proprio, a comprehensão nitida da sua expressão actual e a possivel previsão dos seus destinos futuros, mereceram

das gerações coevas os mais calorosos applausos, e sobre os nossos hombros peza o duplo encargo de continuar a ardua tarefa dos precursores e derivar para campo mais vasto e mais desassombrado as pesquizas que, prejuizos politicos, preoccupações religiosas e considerações dynasticas, não consentiram levassem mais avante.

Investigando-se imparcialmente os seus annaes observa-se que o Instituto acha-se presentemente numa nova phase mui diversa das precedentes: em começo zelou-se exclusivamente de glorificar os heróes da guerra da restauração e em deprimir os invasores batavos — empenho em que um falso patriotismo despresou a verocundia dos factos; mais tarde, graças ao vigoroso influxo dos estudos prestabilissimos do nosso benemerito e pranteado consocio Dr. José Hygino, o Instituto fez-se hollandez e delle emanou uma corrente de opinião —tão espuria quanto a primeira— expressa por uma vaga e mal definida nostalgia do dominio neerlandez, cuja ruina era de bom tom carpir-se; finalmente á luz dum mais amplo e mais verdadeiro criterio, fôrra de quaesquer preferencias ou idolatrias, esta associação comprehendeu que a sua missão não consistia sómente na apotheose de guerreiros illustres ou na discussão esteril das vantagens do triumpho de conquistadores tardios, cuja incompentencia para emprehendimentos coloniaes na zona torrida a experiencia de tres seculos tem de sobejo demonstrado.

Foi então que inaugurou a investigação systematica do passado pernambucano, esmerilhando com interesse igual os periodos illuminados por fulgurantes feitos d'armas e as quadras calmas em que obscuros obreiros laboraram inconscientes para a nossa sociogenia; foi então que as locubrações dos seus socios voltaram-se curiosas á contemplação deste portentoso seculo XVI, quando a cultura occidental veio modificar o aspecto da nossa orla littoranea fincando nos outeiros de Olinda os alicerces duma primeira povoação; quando os descobridores portuguezes, lutando sem fraquejar, contra a inclemencia do clima abrazador, contra a agrura do solo virgem de amanho, contra os saltos constantes de incolas ferocissimos, e movidos da ambição romanesca de latinos alliada á constancia pertinaz de celtas, sustiveram victoriosamente o combate da civilisação contra a natureza selvagem.

Sem olvidar o estudo da gloriosa campanha cujo feliz desfecho a data de hoje assignala, os nossos consocios procuraram esquadrinhar a epocha em que primeiro abrolharam no sólo americano os germens fecundos da aspiração emancipadora, e tiveram a ventura de encontral-os vicejando já em promissores rebentos no inicio do seculo XVIII em terra pernambucana.

Na phase immediata, acompanharam passo a passo a accentuação dos anhelos de independencia, manifestando-se ainda debeis na conspiração de 1801, mas explodindo emfim, com vulcanico fragor, no anno memoravel de 1817, e, apoz dolorosos revezes, surgindo ovantes em 1822. Esmerilharam com identico criterio os dias borrascosos e sangrentos do primeiro reinado ; as intensas agitações politicas do periodo regencial, e os fastos mais recentes da segunda metade do seculo passado.

Do conjuncto de resultados alcançados nestas deligentes pesquizas, destribuidos sem parcialidade por todas as eras transactas, já começam a derivar as cobiçadas conclusões que encerram os elementos constituintes da formula, ainda incognita, do nosso desenvolvimento cultural.

O exito obtido, do qual testemunham irrefragavelmente os derradeiros tomos da nossa *Revista*, si não é completo já, basta para animar-nos ; hoje, mais que nunca, é imperioso dever nosso proseguir sem desfallecimentos no desempenho de tão patriotica tarefa, patenteando, sem odio nem favor, o que fomos para melhor habilitar-nos a comprehensão dos destinos que o porvir nos reserva.

Durante o ultimo anno social o Instituto continuou a merecer inequivocas provas de distincção por parte não só das sociedades congeneres nacionaes e estrangeiras, como de muitos particulares ; a sua bibliotheca, o seu archivo e o seu museu foram enriquecidos com numerosas e valiosas offertas.

Dentro do mesmo praso celebraram-se dezenove sessões, sendo 4 solemnes, das quaes 3 commemorativas das datas de 27 de Janeiro, 24 de Julho e 10 de Novembro ; e uma para recepção do quadro que a commissão incumbida de festejar o laudo do governo suisso na questão da Guyana Franceza, resolveu offertar ao Instituto ; duas de assembléa geral, a primeira a 30 de Janeiro para a eleição da nova mesa administrativa e a segunda, a 8 de de Agosto

com o objecto de prehencher os cargos de 1º secretario e orador que se achavam vagos; nas treze demais sessões, que foram ordinarias, cogitou se energicamente em propulsionar os trabalhos sociaes; deliberou-se repetidas vezes no sentido de melhorar as condições financeiras do Instituto, assaz precarias por motivos que não vem ao caso mencionar; providenciou-se relativamente aos reparos de que haviam mistér os moveis da bibliotheca e discutiu-se varias propostas attinentes ao progresso da sociedade em geral e dos estudos especiaes que lhe cumpre realisar.

Assim, em sessão de 4 de Julho, o nosso illustrado e prestimoso consocio Dr. Sebastião Galvão propoz que, á semelhança dos Institutos da Bahia e do Pará, este procurasse conseguir dos poderes competentes declaral-o em lei uma instituição de utilidade publica, permittindo que a sua *Revista* fosse trimensalmente impressa por conta do mesmo contracto que o Governo Estadual tem com a typographia incumbida das suas publicações, e finalmente que, em virtude daquella declaração fosse o Instituto equiparado a um archivo publico do Estado, passando os documentos do seu archivo e os livros da sua bibliotheca, caso algum dia a sociedade venha a extinguir-se, á guarda do Estado sob aquelle caracter. Unanimemente approvada tão vantajosa proposta, deliberou-se aguardar a reabertura do Congresso para então providenciar no intuito de traduzil-a em realidade.

Em sessão de 22 de Agosto lembrei a conveniencia de procurar o Instituto obter copia da preciosa collecção de documentos ineditos, relativos á nossa historia natural e ethnographica, conservada, sob o titulo de *Theatrum rerum naturalis Brasiliae*, na Bibliotheca Real de Berlim. Obra presumivel do famoso naturalista saxonio Georg Marcgraf, este codice inestimavel pertenceu outr'ora ao Conde Mauricio de Nassau, e as suas 1460 estampas, todas acompanhadas de circumstanciadas noticias, comprehendem copia avultada de informações utilissimas para o exacto conhecimento da flora, da fauna e dos primitivos habitantes do nosso paiz. Seria muito para desejar que semelhante copia comprehendesse a totalidade dos desenhos; mas, conscio da impossibilidade do Instituto fazer tão consideravel despeza, limitei-me a propor a organisação dum catalogo systematico das mesmas estampas e da traducção das notas

explicativas. Tendo merecido approvação a minha proposta, o trabalho da copia já se encontra assaz adiantado e dentro em breve terá inserção conveniente nas paginas da nossa *Revista*.

O Dr. Sebastião Galvão propoz ainda, na sessão de 19 de Setembro, que, attentas as difficuldades da publicação, em volumes distinctos, da famosa obra genealogica intitulada *Nobiliarchia Pernambucana*, elaborada em fins do seculo XVIII pelo nosso patricio Antonio Victoriano Borges da Fonseca, este interessante manuscripto fosse impresso, a razão de 50 paginas no minimo em cada numero da nossa *Revista*. São incontestaveis as vantagens emanantes da divulgação deste volumoso inedito, tão frequentemente consultado por quantos buscam esclarecimentos sobre as origens das principaes familias do Brasil Oriental ; mas, cremos que o alvitre indicado pelo nosso presado consocio não trará os resultados por elle presupposto, porquanto constando a *Nobiliarchia* de quatro alentados tomos a sua inserção na *Revista* só poderá ser feita parceladamente e com extrema morosidade. Todavia, havendo sido approvada a proposta, no proximo numero do nosso orgão terá começo a respectiva publicação.

Um mesquinho espirito bairrista que não póde tolerar a primasia de Pernambuco nas mais esplendidas conquistas liberaes da nossa nacionalidade, manifestou-se recentemente ainda uma vez nas peginas especiosas do opusculo —*Uma reivindicação improcedente*— dado á luz em S. Paulo pelo Sr. Alfredo Toledo. Despresando a verdade de factos sobejamente averiguados, falseando as opiniões de historiadores fidedignos, invertendo a ordem chronologica dos acontecimentos, pretendeu o seu author demonstrar a improcedencia do merito attribuido a Bernardo Vieira de Mello por ter, a 10 Novembro de 1710, proposto, na Camara de Olinda, a adopção da forma de governo republicana. Ao ter noticia desta publicação e dos seus intuitos, o Instituto cuidou logo em oppor-lhe formal contestação; coube ao nosso benemerito consocio Dr. Pereira da Costa, augmentar nesta conjunctura, a somma já tão avultada dos seus relevantissimos serviços a esta associação, apresentando, na sessão de 14 de Novembro, uma excellente monographia, fartamente documentada, contendo resposta cabal ás infundadas arguições do citado escriptor paulista.

O proximo apparecimento desta nova producção do nosso judicioso e sabio historiador irá, de certo, por termino definitivo ás respectivas controversias suscitadas pela affirmação, hoje irrefragavel, de ter sido Pernambuco o berço do ideal republicano em terras do Novo-Mundo.

Eis, meus senhores, em perfunctorio resumo, as mais notaveis occurrencias que se manifestaram no seio desta associação no anno social de 1901; comparada com a de alguns periodos anteriores a nossa actividade neste ultimo póde parecer assaz exigua; em compensação, porem, evidencia-se da succinta exposição que acabo de apresentar-vos o desejo ardente que a todos nós anima de, sem descanço, laborarmos pela prosperidade duma instituição inquestionavelmente destinada a resguardar dos estragos do tempo e salvar do olvido as tradicções mais queridas e os monumentos mais gloriosos do povo pernambucano.

Discurso do orador official do instituto, Dr. Carlos Porto Carreiro, na mesma sessão

Meus Senhores.

Na jornada da vida, de que somos todos viajantes obrigados, alguma cousa nos prende uns aos outros, não só os que ainda marchamos sobre o mesmo pó, fitando as mesmas estrellas, senão tambem os que tombaram no caminho, juncando de marcos milliarios a estrada da existencia.

A communhão de dores e de alegrias nos obriga a esquecermos por vezes as lutas em que nos empenhamos quotidianamente em prol dos interesses de cada um.

A larga sociedade humana aprende na escola da familia, da patria e da raça o credo da fraternidade universal, recitado no intimo dos corações pelos homens que dispuzeram na téla do espirito a synthese grandiosa, sonhada por todos os sabios reformadores.

A Patria — esse alargamento da Familia— aspiração da fraternidade humana realisada dentro dos moldes da fronteira, modelo concreto da sublime obra moral que o futuro ha de concluir um dia — a Patria nos interessa mais do que tudo, quando se trata de lançar os fundamentos ou de fazer elevar as muralhas graniticas deste edificio gigantesco.

O sentimento da communhão é que tem feito progredir a humanidade; tirae esse sentimento, e somem-se as venturas do lar, apagam-se os minimos vestigios da civilisação, desapparecem as cidades, as habitações humanas volvem a ser as cavernas primitivas, o homem deixa de viver, para apenas existir, a familia torna-se em bando, a natureza não é mais objecto de trabalho ou de contemplação, mas um campo de espreita e de caçada.

A influencia do passado communica-se, como a electricidade, a todos os élos da cadeia social; e nós sentimos essa influencia dominar-nos a tal ponto que não nos contentamos com a rememoração dos factos e a recordação dos heróes; na audacia dos nossos sonhos, queremos a exacta reproducção das éras preteritas ao fogo sagrado da arte; a restauração dos monumentos, derrocados pela força irresistivel e edaz do Tempo; e o seu renascimento logico e positivo aos clarões deslumbrantes da sciencia.

Impellidos por essa aspiração de conquista historica e de integração moral dentro do espaço e do tempo, erguemos o nosso vôo — do ninho da memoria para os cimos alcantilados da imaginação, alamo-nos da fantasia para os pincaros duma inducção temeraria e, não satisfeitos ainda de ter subido tanto, elevamo-nos até os paramos das conclusões arriscadas e das previsões perigosas.

Não se abalança a tamanha empreza o *Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.*

Guarda vigilante das inesqueciveis tradições da nossa terra, esta instituição limita-se a fazer manter esse legado precioso: é o archivo de tudo quanto de grandioso tem tido por theatro a Patria Pernambucana e, celebrando an-

nualmente esta solemnidade, procura perpetuar vivo no animo do povo o culto dos nossos Maiores.

Esta data que nos lembra a da reivindicação dos nossos direitos de raça, de familia e de costumes; esta data que não é, como alguns suppõem, um mero pretexto para a exhibição dum falso patriotismo, porem o emblema verdadeiro duma importante conquista; — o triumpho real dum povo que já se sentia ethnicamente constituido — esta data nos reune aqui, senhores, não somente para repetir os nomes gloriosos dos precursores da nossa nacionalidade, senão tambem para firmarmos as convicções populares, mostrando aos Pernambucanos a riqueza de seus cabedaes historicos e o valor do seu passado como garantidor do seu brilhante futuro.

Cada anno juntamos mais uma pedra ao edificio magestoso iniciado pelos nossos avós, e fazemol-o: quer evidenciando aos olhos do corpo as provas palpaveis e os exemplos sublimes aqui registrados, quer passando em revista os nomes e actos dos que ainda no anno antecedente collaboravam comnosco em prol do engrandecimento da Patria, daquelles que a noute do tumulo sumiu a pouco tempo nas trevas do desconhecido.

Mas não é a occasião esta, senhores, de apresentar-vos no meio desta solemnidade festiva, em que o mesmo pó das sepulturas deve scintillar aos reflexos da luz e ondear espiritualisado no ambiente da vida, — o aspecto sombrio dum cemiterio, armado de mausoléos, e rumorejado de cyprestes, — embora plantado de cruzes, promissoras da Eterna Felicidade.

Prefiro convidar-vos para o terreno alegre do trabalho e da actividade venturosa e proficua, onde possamos ver com os olhos dalma entregues á lida pela justiça, ao esforço pelo bem, e ao combate pelo verdadeiro, esses bravos que hoje dormem tranquillos o somno da Eternidade.

Nessa vastissima paysagem, lavada profusamente pelo Sol do trabalho, nem todos occupam o mesmo plano, nem todos estão situados á mesma altura. As vicissitudes mundanas os collocaram separados. Mortos, eil-os reuni-

dos no Campo Santo. O mundo lhes havia designado postos differentes na altura; a morte os nivelou.

Não é, pois, assim collocados em o mesmo nivel, que os devemos apreciar.

Nesse campo do trabalho, cujas leiras são partilhadas desegualmente pelos varios cultivadores, a uns coube por sorte arrotear o terreno safaro da magistratura, a outros o solo fecundo, mas illimitado, da sciencia; a estes, o chão escabroso do sacerdocio; áquelles as areas ardentes e accidentadas da politica.

Mas nem um dos misteres, a que os chamava a profissão que abraçaram, os fez esquecer esta instituição que hoje lamenta a perda desses illustres socios.

Comecemos essa peregrinação.

Sacerdote geralmente estimado e respeitado, vigario da fraguezia de Santa Rita, no Rio de Janeiro, falleceu a 31 de Maio de 1901, o conego Joaquim Antunes de Oliveira. Era homem virtuoso e activo, a cuja memoria deve alguns melhoramentos materiaes e sem duvida edificantes exemplos a localidade que teve a ventura de o ter por seu cura d'almas.

A magistratura do nosso paiz ficou privada de um de seus selectos ornamentos com a perda do Dr. Marcos Tulio dos Reis Lima, cuja reputação de integridade era o justo preito dos seus meritos.

A morte do Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, occorrida a 2 de Maio do anno proximo passado, deixou tambem na Sociedade Brasileira um claro difficilmente prehenchivel. Homem politico, mas considerando esse ramo de actividade pelo seu verdadeiro e sincero prisma, o Dr. Almeida Castro, digno homonymo do heróe de 17, era desses «d'antes quebrar que torcer» na energica expressão de Sá de Miranda.

Natural do Ceará, e tendo tido assento na representação do Rio Grande do Norte, d'onde foi governador, cargo de que foi deposto pela força armada, o Dr. Castro, quer na prosperidáde quer na fortuna adversa, sempre revelou o mesmo caracter inquebrantavel.

Outro brazileiro, muito notavel pelo seu talento, illus-

tração e altas qualidades politicas era o nosso confrade Dr. José Avelino Gurgel do Amaral, cearense distincto pelo seu estylo primoroso e correcto como jornalista e litterato e pelos cargos publicos de eleição popular que exerceu, por varias e frequentes vezes, com destino á representação nacional.

Falleceu a 19 de Julho, na Capital Federal, onde ha muitos annos residia.

Registremos tambem o passamento de dous engenheiros pernambucanos, estimados pelo seu saber e qualidades civicas : o Dr. Arthur Martins de Barros, lente da nossa Escola de Engenharia e o Dr. Gervasio Rodrigues Campello, este fallecido a 26 e aquelle a 18 de Junho.

O Dr. Martins de Barros era ainda joven, mas a sua brilhante carreira na Escola em que se diplomou e os dotes de professor abalisado que revelava na cadeira da *Escola Maciel Pinheiro*, muito faziam esperar de suas aptidões, esperanças que a morte veio tão cedo arrebatar.

O Dr. Gervasio Campello era o prototypo da honradez e independencia de caracter. Deputado provincial no antigo regimen, engenheiro encarregado de varias obras publicas e particulares, Gervasio Campello deu sempre as melhores provas da firmeza suas convicções aclaradas por uma solida intelligencia.

Foi um modelo de actividade, grande talento e energica força de vontade o preclaro cearense José Arthur Montenegro, fallecido a 3 de Abril, no Rio Grande do Sul, onde era secretario da Estrada de Ferro de Bagé.

Este illustre cidadão distinguiu-se principalmente pelos seus trabalhos historicos e litterarios, todos de feição louvavelmente patriotica.

Ha nada menos de treze obras devidas á sua lavra ou ao seu labor de traducção; entre ellas um Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Sul, e a Historia da Guerra da Triplice Alliança contra o Paraguay,

obra idedita em 8 volumes, e muito gabada pelo Sr. Dr. Antonio da Cunha Barbosa.

No dia 10 de Dezembro, o Instituto passou pelo profundissimo desgosto de perder o seu querido e notavel socio Dr. José Hygino Duarte Pereira.

O que foi no mundo das lettras, das sciencias e da politica esse eminente pernambucano, todos o sabeis.

A sua carreira invejavel começou promettendo as mais fagueiras esperanças para a nossa Patria desde os bancos escolares e academicos, donde em marcha sempre ascendente nunca se desmentiu nem decahiu jámais, fosse nos auditorios desta cidade onde foi conceituado jurisconsulto, fossa na cathedra de lente de Direito, onde se firmou o seu credito de jurisperito e de homem de saber profundo e serio.

Parallelamente, e como a disputar para vida publica a aptidão de José Hygino, a politica solicitou-o para os seus arraiaes, e o fez successivamente, ou com pequenos intervallos, deputado provincial no antigo regimen, senador na Republica, ministro e secretario da instrucção publica e ultimamente nosso principal representante no Congresso Pan-Americano, onde os seus meritos o elevaram á honrosa posição de Vice-Presidente.

Veio colhel-o a morte quando mais necessarios se faziam e mais accentuados e proveitosos se revelavam os seus serviços á nobre causa da Paz universal.

Lamentando essas perdas sensiveis para a patria e para a humanidade, o Instituto Archeologico não póde ficar como a Niobe da fabula mergulhado nessa dor profunda que provoca as metamorphoses.

O perigo de ser transformado em rochedo é uma verdade profundamente psychologica e social, que a Fabula soube enfeixar num bello symbolo.

Não ha tempo nem vagar para verter lagrimas inuteis.

A morte é tão necessaria á vida como a perda das folhas é necessaria ás plantas.

Deixemos o sabio inclinado para a terra a estudar na decomposição dos seres o germen de novas existencias.

O nosso dever é outro : realçar os exemplos, doutrinar o presente e constituir com a patria de hontem a patria de amanhã.

A outros a missão de prever ; a nossa é de prover.

Que nos importa que o orgulho do espirito humano quizesse, de todos os tempos, perscrutar os arcanos do futuro, armando-se com os apparelhos do passado ?

Depois, consideremos que esse orgulho é legitimo, porque nasce do sentimento de fraternidade, consorcia-se ao proprio destino humano e dirige-se para o seu ideal de progresso.

Esse orgulho é a providencia da sociedade : elle vem da esperança que o presente nos infunde, alenta os arraubos da fé imperecivel e gera essa outra virtude que Jesus Christo fez baixar do Céo á Terra para que ficasse impolluta entre os homens : a caridade.

Esses brazões de que se orgulha o presente, essa linhagem de que elle se ufana, como se ufanaria do mais justo titulo —o ser filho do passado— eis o que nos faz respeitosos e attonitos diante dos vultos soberbos que adornam estas paredes e nos prosterna a imaginação perante o abstracto duma lembrança ou ante o symbolo duma data.

Lembremo-nos desta, senhores, e vejamos o scenario estenso e variegado que se desenrola a nossa contemplação: —desde o Oceano azulado, arquejante ao peso das balandras e náos hollandezas— até as fatigantes planicies calcadas pela emigração pernambucana ; desde o quadro sangrento das resistencias heroicas do Arraial do Bom Jesus, Nazareth, Itamaracá, e Rio Formoso — até a sublime retirada de Luiz Barbalho — o Xenophonte brasileiro — ; e num plano mais vasto, a nossa vista alcançará em pleno campo de acção, como num drama previamente combinado e com todas as violencias da arte cruamente posto em scena, o concurso flagrante das tres raças brasileiras fundindo o sangue heterogeneo, neste immenso crysol pernambucano ou derramando o generosamente em holocausto ao futuro sobre as aras dos montes Guararaqes.

Vêde que suggestão para a nossa alma, ao simples contacto duma data que volta e vem, como se fosse uma

andorinha do passado, tocar-nos de leve com a sua aza peregrina !

Nós a vimos ; nós vimos essa andorinha viajante surgir como um ponto imperceptivel no horisonte e rastejar nas aguas do oceano da vida, e approximar-se, como a pomba do diluvio, trazendo-nos o ramo da esperança.

Vimol-a se elevar nos ares num zig-zag cheio de graça e de promessas, pairar um momento no espaço como para reconhecer o ponto do seu destino, e dirigir-se para os corucheus do pantheon de nossas glorias, abalando na sua passagem o ambiente das nossas tradições sagradas, e pousar afinal, garrulamente pura, no conhecido beiral dos nossos tectos e nos santos campanarios dos nossos templos.

Mensageira dos heróes, eu te saúdo ! Data auspiciosa da restauração pernambucana, eu te dirijo o meu *Salve !*

Entra por estas janellas, voeja neste recinto, libra-te diante destes retratos, pousa nas velhas cores desses trophéos, rufla as azas precipites por sobre as frontes deste povo que é teu e que festeja o teu regresso ! — E quando voltares amanhã para as frias regiões do passado que te envia, poderás dizer aos heróes de cujo seio partiste, que o povo pernambucano é sempre o mesmo : amoroso e meigo, mas valoroso e forte, alma que vibra ao choque das idéas e não sabe ceder !

Discurso do orador official, Dr. Arthur Muniz, na sessão funebre em homenagem á memoria do Dr. José Hygino Duarte Pereira, em 15 de fevereiro de 1902.

Selecto auditorio.

A posição de estensa responsabilidade moral occupada por minha individualidade nesta tribuna, altamente levantada em nosso *meio* pela força de cerebrações de *élite*, onde



J. H. Duarte Pereira

a fraqueza de meu *eu* chega arrastando um desalento formidando e os meus olhos se mostram semi-cerrados ao fulgor do halos que a envolve, obedece á determinação do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, que deliberou provar bem alto, ao Paiz inteiro, no momento da reunião dos intellectuaes no Templo da Justiça para fazer a sagração dum brasileiro de escol e dar-lhe na Historia Nacional o logar conquistado por seu merito de lei, ser elle tão querido no seio deste Instituto, que até o menor dos seus representantes é capaz de soletrar algo sobre a sua obra indestructivel, a qual permanecerá sejam quaes forem as agitações do tempo como « permanece no fundo do Oceano, meio enterrada na areia, a velha ancora de ferro do batel desapparecido na tempestade. »

Não censureis ao Instituto, que apenas tem em sua rotação social uma forte e doce tarefa — perpetuar bellezas, dando-lhes atravez do espaço e do tempo a resistibilidade do marmore e do bronze — a selecção do mais fraco, para entre poderosos, cantar as glorias do mais forte.

Não o censureis, porque collectividade alguma, em pedaço algum do planeta humano, pode dar em plena luz, symbolo de mais vigorosa consideração á memoria dum homem illustre ou á celebração dum acontecimento perduravel, do que tirando do amago o ultimo e ordenamdo-lhe fazer, ao lume da publicidade, a historia da vida do homem que soube ser illustre e a enumeração dos factores compositos do acontecimento que se tornou perduravel.

Si o ultimo descrevendo, singellamente, os feitos e os factos, elles são tão bellos e exemplificadores, quanto mais si o fizessem os outros -- que têm os axiomas da Sciencia, os *processus* da Arte, fallam a lingua dos Deuses — dirão todos, sem excepção .....

....

E' difficil, é mister o delirio pela religião do civismo, no momento da agonia, quando a dor ainda soluça e cahem lagrimas dos cilios da Patria, para esboçar o feitio intellectual dum homem, « compor-lhe as ultimas feições na immortalidade », quando este homem como José Hygino seguio sua vocação e procurou no vasto campo de trabalho o posto onde podesse ser mais util, no dizer de Taine.

Apesar do coração ter tambem filamentos de aço, a extincção dum filho do trecho de terra onde nascemos, que della herdou as forças e as fraquezas, as perfeições e os defeitos — forças e fraquezas, perfeições e defeitos — que forram egualmente a nossa organisação physica e psychica, deixa-nos por muito em crise de extasiação, julgando impossivel haver perecido quem nascera para viver sempre.

De facto, atufarem-se na «região inexplorada, donde viajante algum voltou» creaturas que partiram estrada a fóra, muitas vezes, á cata de pão e encontraram a immortalidade, na phrase de Shakspeare, é para os que ficam razão de seria ponderação e exhaurimento para as energias da combatividade.

Mas, o trabalho surdo de decomposição e reproducção do tempo, o desenvolvimento emocional que acompanha o evoluir social, vão esgarçando o sentir doloroso dos coetaneos e começa então o ajuntamento dos materiaes esparços da obra do morto, em todos os cantos onde passou, afim de se construir o pedestal sobre o qual tem de ser eternisado seu nome.

Este julgamento final é trabalhado pela serenidade da Historia, que vive da vida subjectiva dos *maiores* e os recolhe para o regaço estuoso de sua familia de Eleitos Eternos.

Analysar *de fond en comble* as primitivas obras originadoras das grandes obras de José Hygino, que lhe deram em seu periodo historico o ponto de destaque, observar os phenomenos iniciaes geradores dos outros phenomenos concorrentes para a integração de seu celso valor de cerebral, é incumbencia pesada, a nossa obscuridade não a comporta.

Vamos celeremente com «os andrajos da nossa pobreza litteraria» externar o nosso juizo sobre suas producções intellectivas e a maneira da formação de seu espirito.

Desde a Escola de Direito — casulo donde tem sahido grandes cabeças juridicas do Brasil— José Hygino deu provas inconcussas da sua mentalidade superior, não só com ser um bom estudante e sim tambem como escriptor humorista e polemista.

Na *Illustração Academica* e n'*A Faculdade e o Povo* começou á evangelisação da penna, tornando-se inconfun-

divel entre os contemporaneos, accentuando já, naquelles dias, a individualidade entre mestres e companheiros.

Terminado o curso de Direito, abandonando os bancos academicos em que as phantasias douram a existencia, onde aspirações reconditas, nebulosas da imaginação, trazem-nos ao mundo para não vermos, muitas vezes, ellas transformarem-se em *mundos* de realidade, elle chegou á lareira da vida publica e necessario foi accender o lume.....

Quando se enceta a luta pela existencia, após o amplexo de illusões variegadas, deixando atraz, no crepusculo da distancia, os sonhos que se esfarrapam e vão por uma illusão de *optica moral* parecendo uma via-lactea de recordações no céo da saudade, e se observa o mais forte dominando o mais fraco incessantemente, factos surgirem das cinzas de factos mortos, poderios desabarem ao mais ligeiro sopro dos acontecimentos, a serpente da calumnia colleando em toda a parte; faz-se preciso ser de ferro para a adaptação, é imprescindivel ser-se gigante para ter um logar entre *eiliputianos* felizes.

José Hygino *chegou*, *vio e venceu*, o quanto é possivel vencer pelo caracter moral e pelo caracter intellectual.

Não era só o simples portador dum pergaminho a servir de chave ás posições salientes, mas tambem um espirito cimentado pelas lettras juridicas e um coração onde o patriotismo estava guardado como uma hostia no ciborio.

O que de mais bello, pagina mais epica, possa affirmar mais acendrado amor civico do que a escripta por José Hygino e Maciel Pinheiro, almas gemeas perante o altar da Patria, «peregrinos audazes acompanhados por Deus», na expressão do nosso Homero da raça negra, quando trocaram a penna pela espada, a clamyde das lettras pela blusa de *voluntario*, e seguiram caminho do Paraguay, ensinando á geração delles e ás succedaneas ser a espada tão necessaria ao homem de lettras como a penna e ter sabido aquella completar capitulos da epopeia de Historia começados por esta?

Para os indifferentes, que não admiram o heroismo e consideram certos factos da mocidade reveladores de enormes promessas futuras como productos de espiritos irreflectidos ainda, a bravura de José Hygino e Maciel Pi-

nheiro offerecendo os peitos para muralha nacional, nada significou, nada attestou.

Entretanto ahi está a genese, está o *barro* de que elles se fizeram!

Ha nos predestinados aos actos de bravura, que quando não são patenteados nos campos de combate, á preço de sangue, são demonstrados na peleja das lettras, á preço de esforço, uma força inconsciente que os arrasta, os leva para as posições illuminadas...

E' o atavismo da heroecidade transmittido pela raça dos Eleitos Supremos, fazendo Eschylo combater em Marathona e Platéa, Sophocles commandar um exercito atheniense do qual Phidias era soldado, Miguel Angelo defender Florença, Camões ser o soldado de Ceuta, José Hygino e Maciel Pinheiro partiram para o sitio onde perigava o manto inconsutil de imagem da Patria, sem todavia prejudicarem esses actos a penna e o cinzel, pennas que cinzelaram formosas paginas, cinzeis que escreveram estrophes de marmore, lidas e contempladas sempre, paginas e estrophes, pelos de outras edades trasidos ao rythmo das ondas dos seculos!

José Hygino, em plena vida publica, ou melhor, em largo campo de peleja —onde raro é haver uma *batalha sem lagrimas*— tinha a certeza de que «não se traz uma corôa de estrellas na fronte, sem ter outra corôa de espinhos no coração; não se penetra nesse templo da fama para escrever um nome immortal, senão á conta de o escrever com o sangue das proprias veias», no conceito de Castellar.

Mas, que duvida poderia haver sobre o homem, capaz de crear um nome entre nuvens de fumaça, ouvindo o hymno de sua Patria, ao penetrar na vida publica, armado da cabeça aos pés, pelo talento e pelo caracter?

Foi em *Santa Catharina* a estréa de José Hygino, num cargo de Justiça e taes demonstrações de aptidão deu, que o elevaram á Casa Legislativa daquelle Estado.

Não ha duvida ser *Santa Catharina* um pedaço do Brasil como Pernambuco o é, mas, é incontestavel tambem, termos na physionomia impressos os mais ligeiros traços da nasga de terra onde nascemos e vivemos e amamos, na retina as suas paysagens, e acharmos «que as aves que nelle gorgeiam não gorgeiam como lá»!

A nostalgia, a saudade, melancholica flôr d'alma nada á hora dos soliloquios, quando evocamos o passado com todos os seus matizes para viver nelle um instante sequer, trouxe-o para Pernambuco, e, aqui serviu tambem á Justiça e desempenhou funcções administrativas ao lado do illustre presidente deste Instituto, desembargador Luna Freire, então na direcção do nosso querido e glorioso Pernambuco.

O seu saber não encontrara até aquella data a esphera em que devia luzir, as suas azas estavam chumbadas á terra.

Fitou á Escola de Direito, depois recolheu-se dentro de si mesmo, pensou, e sentindo ser ella a *Colchida* idealisada onde estava o *velo de ouro* ambicionado pelo seu espirito, partiu á conquista, atravessou todos os obices suspenso pelo talento servido por illustração escolhida.

O argonante venceu ! O banco de discipulo transformou-se em cathedra de mestre !

Si de Hugo se conta que elle dizia ser o maior poeta dos tempos, se de Dante se refere que elle affirmava ser o maior dos contemporaneos, a modestia de José Hygino, que o fazia andar de olhos voltados para o chão, não lhe consentia, ao contrario, que ao penetrar na Escola de Direito — centro de gravidade do seu talento, exclamasse com orgulho: eu vivo na intimidade intellectual dos desbravadores do campo de Philosophia e Direito modernos.

Grande e salutar foi a sua missão em o novo mundo de acção, trazendo das fontes da sciencia adiantada amphoras transbordantes de ensinamentos.

Na epocha em que o *compendio* e a *apostilla*, que tanto fizeram descer o ensino official, eram substituidos pelo *programa*, conforme escreveu Arthur Orlando, elle ao lado de alguns lentes de Direito principiou a reacção contra as velharias juridico-philosophicas.

As correntes das escolas juridicas, philosophicas e litterarias partidas dos centros cultos e chegados até nós, formando uma inundação de theorias desconhecidas naquelle tempo, foram, pela plasticidade de sua intelligencia assimiladas vantajosamente e transmittidas com segurança aos que tiveram a fortuna de ouvil-as cahir de seus labios, em jorro.

A faculdade reproductiva de que era dotado, a sys-

tematisação das idéas conservada em todas as questões, fizeram-no um mestre claro, logico, preciso, qualidades estas caracterisadoras dos talhados para ensinar com proficiencia qualquer ramo dos conhecimentos humanos.

O critico de Vico, quando diz que Niebuhr soube tirar vantagens das doutrinas do productor da *Sciencia Nova* não percebidas por este e deu-lhes uma popularidade que o seu autor não lhes soubera dar, escreveu esta verdade acceitavel em completo: Um espirito poderoso tem o direito de aproveitar-se dos pensamentos alheios, visto como, os aproveitando, os apropria e transforma para uzo de todos.

José Hygino tendo intimidade intellectual com Stuart-Mill, Comte, Littré, Le Bon, Roberty, Spencer, Buckle, Maudsley, Topinard, Post, Bain, Huxley, Hæckel, e outros, conhecendo o francez, o inglez, o italiano, o allemão e o hollandez, facil lhe foi estudar no original os escriptores alienigenas modernos, colher as doutrinas de cada um delles, isoladamente, depois alargal-as sob a sua retina de critico e construir a synthese de todos, como fez, para os discipulos.

Para attingir á culminancia tracejada por um programma da ordem daquelle a que se impuzera fôra mister ter inscripta na bandeira a senha dos conjurados de *Hermani-ad augusta per angusta*—, pois, sabia onde ia agir, as censuras que lhe atirariam, do seio das trevas, os incapazes de seguil-o á distancia sequer....

Mas, a sua organisação psychica era resistente, fôra capaz de defender a Patria no meio de fumaça em turbilhão, no sitio da peleja, quanto mais de resar, aos olhos de todos, o seu credo scientifico!

Sua campanha ali pela *sciencia social* foi brilhante e fecunda, e, quão bello não seria ouvil-o provar não haver sciencia sem phenomenos e estes não se produzirem por acaso, sem methodo, sem obedecer a leis constantes, susceptiveis de indagação scientifica, dominadas pela lei de *causalidade*, segundo a qual nenhuma metamorphose se opera sem antecedentes; e mais ainda, a necessidade de, não se podendo estudar, em globo, todos os phenomenos, dever se constituir sciencias particulares tendo por objectivo investigar o curso da natureza sob um aspecto especial?

Vamos dar pallidamente, á *demi-teinte*, os pontos nodaes ao redor dos quaes girou a nova face de conhecimentos introduzidos em nossa Escola de Direito pelo extincto de quem nos occupamos com justiça e saudade.

José Hygino era um dos sectarios da Sociologia, sciencia inviavel para uns e *in fieri* para os outros — e fez-lhe do alto da *curul* de mestre a apologia.

A duvida de possibilidade da existencia duma sciencia social, ensinava aos que com elle praticavam, não provem da ausencia de factos que constituam seu objecto, pois ahi estão as religiões, os costumes, as artes, a litteratura, os factos economicos, as instituições civis e politicas, e nenhuma sciencia tem empregado mais elementos para suas pesquizas.

O que resta saber e disperta oscillação, é se esses factos sociaes estão no mesmo caso dos que forem objecto das outras sciencias, se obedecem a leis invariaveis e constantes como os phenomenos physicos e chimicos, por exemplo.

Levantando essa duvida, teve por escopo bater o *dualismo* existente para alguns, entre a sciencia social e as outras sciencias, sujeitando os factos que fazem objecto da chimica, astronomia, mechanica, a leis fixas e nomeadamente á lei da *causalidade*, que demonstra não se produzir um phenomeno sem outro antecedente, e explica os factos sociaes por um *livre arbitrio* do homem ou por um poder desconhecido.

A lei da *causalidade*, pará elle, representou a conquista do espirito humano, a historia longa de nossa evolução mental, que obedeceu á experiencia secular, transmittida por herança de uma capacidade intellectual maior.

Affirmando isto, fazendo semelhante asserto, exemplificava com a formação da lingua de um povo, provando ser um phenomeno social irrealisavel fóra do seu *ambiente*, não podendo nem mesmo ser o producto do genio, e sim de lenta formação ao lado do caracter, do sentir, das idéas, das necessidades desse mesmo povo ; e alem, que ás phases regulares do desenvolvimento social só por meio de catastrophes se lhes póde oppor obices, momentaneamente.

Apoiado em Littré, mostrava que a interferencia de poderes desconhecidos nos phenomenos foram desappare-

cendo e a sciencia enveredou em franco progresso, como facil era verificar com a astronomia, onde outr'ora figurava Apollo e o seu carro, as idéas pythagoricas sobre os numeros, harmonias e outras concepções metaphysicas, e actualmente é sujeita á lei de gravitação, á geometria e á dynamica; a physica, em que o raio foi por tanto tempo explicado pela intervenção de Jupiter, e se tornou o estudo regular do peso, da electricidade, da luz, do som e do calor; a biologia, ora entregue á intervenção das acções magicas, ora sujeita ás explicações metaphysicas, repellindo hoje esta alliança e prendendo-se sob os nossos olhos ao systema geral dos nossos conhecimentos.

Apontava o equivoco de certos historiados em julgar os homens eminentes os unicos factores do progresso, olvidando as influencias resultantes do passado e do meio social.

O curso da Historia determinado por causas geraes, obedecendo a leis constantes, não quer dizer que os homens superiores e os governos não tenham influencia alguma sobre o progresso social, pois, seria a confusão da doutrina da *causação* com o *fatalismo*; e sim, que elles, homens e governos, podem representar bôa ou má influencia no desenrolar dos acontecimentos, mas, representando apenas as idéas, as aspirações, as necessidades da epocha e do povo, como orgãos, anneis na cadeia de causas e effeitos.

O homem sendo, e neste argumento firma-se em Spencer, um phenomeno natural, deve ser classificado com os productos dos estados anteriores da sociedade onde teve origem, isto é, com as instituições, as linguas, os costumes, as sciencias e as artes.

Newton e Mozart não poderiam ser senão productos d'uma sociedade civilisada, suas faculdades foram exercidas por antepassados, sob a influencia de uma civilisação crescente e que sendo transmittidas de geração em geração fortalecidas por este mesmo exercicio, poderam attingir em Newton e Mozart á superiorisação.

Como seria possivel um homem de genio, sem meios de acção, sem as forças, a experiencia, as riquezas materiaes e moraes transmittidas pelo passado e accumuladas no meio social?

Como ser Cesar sem o material de guerra — producto do passado?

Como se realisaria uma descoberta sem outras que a precedessem?

Como se comprehenderia a descoberta da imprensa, da machina a vapor, do telegrapho electrico, sem o progresso da mechanica, da physica, da metallurgica e relações?

Logo que os factos sociaes são acções humanas, previstas com certa exctidão, impossivel é o homem obrar sem causa como pensam os *livre-arbitristas* e os *fatalistas*, aos quaes se oppõem os *deterministas*.

O *livre-arbitrio* admitte que não podemos querer sem motivo e dado o concurso de motivos que nos solicitem de modo diverso a obrar, podemos indifferentemente decidir-nos por qualquer delles, embora seja o mais fraco; o *fatalismo* sustenta que as nossas acções não dependem de nossa vontade e sim duma força superior — o destino; o *determinismo*, pelo contrario, suppõe que não póde haver, e não ha mesmo, volição sem motivo, e que concorrendo diversos, não nos podemos decidir senão pelo mais forte.

Indubitavelmente o determinismo—doutrinando a causação— é a suprema lei da combatividade pela qual os homens lutando se tornam fortes e se compenetram desta verdade: querer é poder.

José Hygino pregando o *determinismo*, corroborando com a palavra a sua supremacia sobre o *livre-arbitrio* e sobre o *fatalismo*, não era só um convicto e sim tambem um espirito conscio de que amassava espiritos, para a resistencia ao fluxo e refluxo da mechanica social.

Servio-lhe tambem de assumpto para largo desdobramento a *evolução*, theoria formulada por Darwin, que teve por predecessores Lamarck e Goethe, na qual é desenhada o *struggle for life*, luta universal, ininterrupta entre os homens, os animaes e as plantas, conseguindo nesta luta triumphar os fortes e dar-se a *selecção natural*.

Demonstrou que, desde o principio da existencia a humanidade, o individuo luta com os individuos doutra especie, seu organismo luta com influencias inorganicas.

Os fortes, os *eleitos*, transmittem aos descendentes a qualidade forte pela qual se conservam e esta, de geração

em geração, tomará mais intensidade, augmentando o numero de triumphadores pela mesma causa.

Parece-nos, no estreito campo de nossa observação, que um mestre conhecedor da psychologia brasileira, em pleno crepusculo de nosso povo, pregando taes theorias, dizendo aos que com elle praticavam ser «á mais inerte das faculdades humanas, a intelligencia, que o homem deve a maior das conquistas, a sciencia», isto em uma Faculdade de Direito cheia de moços futurosos, avidos de *mirar algo nuevo*, Faculdade que era «fiel ao seu espirito de livre indagação e que teve a honra de iniciar o estudo do direito sob o ponto de vista scientifico, associando-se assim dentro do circulo de sua competencia, ao movimento fecundo que ha cincoenta annos tem renovado todos os conhecimentos humanos», conforme elle escreveu; mestre assim merece de nós e dos vindouros merece, todos os applausos e as considerações todas.

José Hygino foi isto, não ha negar; e, propositalmente escolhemos nos seus trabalhos a prova da proposição que suscitamos, e é a seguinte: infiltrando no espirito dos discipulos o que de novo havia no seculo XIX sobre a sciencia em geral, tinha o alvo de ensinar-lhes ser o homem o producto da luta, sobreviverem nella apenas os mais aptos, e não haver necessidade portanto de apodrecer o caracter para o equilibrio social, ou cruzar os braços á espera da visita da Fortuna.

Abendiçoada a memoria do sonhador da rigidez do caracter para a sua Patria — a nossa unica pobreza — e que dizia aos seus discipulos — para que todos os ouvissem: — «quão sombrio e temeroso se nos deveria afigurar o futuro deste paiz, si á somma dos males que o acabrunham viesse accrescentar-se a ignorancia da nova geração que se propõe dirigir ou influir sobre os seus destinos.»

Compulsai a sua obra, ella felizmente ficou, e aprendereis verdades, pois, o que a nossa palavra incolor deslustra, é extrahido do seu minerio!

Não ouvimos a sua voz, mas, é voz, não haver sido amplo de affeitos rhetoricos, diserta, e sim, limpida, ajustada e logica.

Os pensadores, os que mergulham na sciencia á procura da Verdade Altissima, não podem ter a hyperesthesia da Arte, não podem perder um quarto d'hora como Sten-

dhal, o adorador da musica de Cimarosa, perdia, na collocação dos adjectivos, não podem morrer sobre a esculptura da phrase como Goncourt — o Julio — morreu, exhaurindo toda a vibratibilidade dos nervos!

José Hygino pertencia á raça dos Pensadores e não á familia dos Artistas; para elle a belleza não estava na exteriorisação da *Forma* quintessenciada e sim na exactidão mathematica do conceito scientifico enunciado, afim de *servir de patâre vivante á des hommes vivants*, segundo a phrase de Bourget em tratando de Leconte de Lisle.

O seu nome começou a repercutir em os angulos do Paiz, servia de assumpto áquelles que curam de lettras e consideram os seus cultores como elementos auxiliadores do progresso social.

Isto posto, não nos é possivel deixar de reproduzir, por vir a pello, o que Latino Coelho, estudando José Bonifacio, o velho, firmou no seu estylo rijamente classico: « Deixemos os homens que se levantam pela fortuna, os ephemeros heróes que não terão estatua, nem Capitolio, guiar os destinos das nações nas epochas tranquillas, nos tempos sem grandeza e sem historia, quando a vida nas nações é, pela negação do pensamento, um parasitismo na humanidade. Mas, quando um povo tem de abrir um capitulo novo nos seus fastos, quando o tempo tem prescripto que se cumpram os novos destinos nacionaes, é forçoso que as grandes intelligencias, desaparando os seus lavores quotidianos, encaminhem as multidões, na conquista da independencia e liberdade. Então o sabio surge transfigurado no estadista. Com a sciencia satisfaz o que a razão cosmopolita devia á natureza. Com a acção, pagou o que á patria devia o cidadão. »

Quem suscitará contestação, conhecendo a historia das nações ao que reproduzimos?

Effectivamente, quando se inaugurou o nosso actual regimen governamental, foi necessario que os cultos do Brasil apparecessem para lhe dar a viabilidade urgida naquelle momento historico, com a luz das suas intelligencias dobradas de saber, afim de não perigar a instituição desabrolhada então.

Entre as cabeças superiores, que deixaram o silencio das quatro paredes do gabinete pelo scenario das agitações politicas, da ondulação das multidões naquelle tempo,

afim de guiar os destinos da Patria exclusivamente, e, depois voltar ao centro de actividade donde haviam sahido José Hygino figurou em o numero dellas, levado por sua terra á Constituinte da Republica.

Para se medir os esforços, estudar-se em acabado a sua obra politica em um periodo cheio de difficuldades, produzidas pela revolução que alterara completamente os moldes politicos nossos, seriamos duma prolixidade sem igual e nada isto vos adiantaria porque conheceis o trabalho da Constituinte e quaes os seus maiores operarios.

Ahi permanece, e para que prova mais robusta de superiorisação intellectual e moral do que a dada por elle em se tratando da organisação do poder judiciario, em pleno Congresso Constituinte, se collocando em franca opposição aos que queriam o dualismo da justiça, e batendo-se de viseira erguida pela sua unidade, mostrando com argumentos irrefragaveis não ser elle incompativel com a indole do regimen federal?

O monumental discurso que pronunciou em patrocinio de suas idéas, foi, na opinião de Felisbello Freire, autor da Historia Constitucional da Republica, o mais notavel ouvido pela Constituinte.

Occupando-se da unidade do Direito, da qual deduzio argumentos em prol da unidade da magistratura, provou, á saciedade, ser não só um crime de lesa-patriotismo e sim tambem um gravissimo erro politico, fragmental-o, considerando que os negocios e interesses publicos não podem ser bipartidos, para reinar em cada uma de suas partes um poder isolado.

Respondia aos antagonistas, aos descentralisadores da Justiça, que consideravam ser a unidade da magistratura um golpe profundo no regimen federativo, que na federação existia a unidade da moeda e a da legislação aduaneira porque facilitava as relações economicas e mercantis, a unidade do telegrapho e do correio porque facilitava a communicação, e qual o motivo da não unidade do Direito e da Justiça, assegurando a todos, no territorio patrio, o abrigo dos mesmos direitos e as mesmas seguranças para effectividade delle, quando somos povo unificado pela mesma lingua, os mesmos costumes e a mesma Historia?

No terreno escorregadio da politica, onde se tem de carbonisar o feixe de illusões acariciadas em a Torre de Marfim das phantasias, e por todos os cantos pupillas de fogo espreitam-nos á passagem, quando acceleramos a marcha ; em que é impossivel polvilhar de ouro um acto sem que a calumnia o salpique de lama, de alto a baixo, José Hygino não achou a hospitalidade sonhada, teve desillusões, sentio nos labios o travo do fructo com que ella nos tenta e envenena depois, maximé, quando se tem merito como elle o tinha, capaz de apagar meritos de muitos.....

José Hygino fez inimigos — nascidos na escuridão da inveja !

Mas não foram os invejosos, que o fizeram se ausentar da politica militante, entregando-se á banca de causidico, pois, elle era um *eleito*, e sim a convicção de, só, não poder lutar com os solapadores da honra nacional, e que em politica muitos homens são como aquelle pedaço de gelo citado pelo poeta, que guardado cuidadosamente pelo arabe no seu alforge, pensando fosse um diamante, nem uma gotta d'agua encontrou, quando mais tarde lhe quiz rever o irradiante brilho....

Os inimigos não apavoram um espirito como o delle o era, pois, são elles mais necessarios á vida, quasi sempre, do que os amigos sem qualidades para o ser.

Lêde Padre Antonio Vieira, lêde Seneca, lêde Hugo exclamando : os inimigos produzem um ruido efficaz, que excita e aviva o triumpho. Injuriar não é prejudicar. E' isto que os inimigos ignoram. Os inimigos não podem deixar de insultar : e nisso é que está a sua utilidade. Tem uma impossibilidade de calar que alimenta a attenção publica ».

Não foi o receio de enfrental-os, pois, podia fazel-o, o que o obrigou a abandonar a actividade politica, nem tambem a inadaptabilidade á forma de governo para realidade da qual não concorrera, porque sabia, como Castellar, « que o fundador de Christianismo foi o judeu S. Paulo, o da Republica Norte Americana, o monarchista Washington, o realisador da abolição dos servos na Russia, solicitada por almas republicanas — um Imperador, o fundador da unidade italiana, sonhada pelo republicano Mazzini — o realista Cavour, que poetas e oradores des-

pertaram tres vezes a idéa republicana abafada na França, mas, quem a consolidou foi o monarchista Thiers; os republicanos de Francforte projectaram reunir a Allemanha em corpo de nação e não conseguiram, conseguindo fazer o que elles não souberam, um imperialista, Bismarck », mas a convicção de que seria mais util á sua Patria tratando de consolidar as leis do processo federal, organisar o Codigo do Processo Civil, transplantar para o vernaculo trabalhos dum *Laete*, dum *von Listz* e de outros, deixando em tudo isto transparecer, em rôdo, o amor civico que enchia a sua alma de pernambucano de raça, desabrochada ao calor da alma dum *praeiro de 48*, como era a de seu avô materno, junto ao qual atravessara a infancia.....

....

Um dos capitulos de rigidez adamantina da obra longa e fecunda de José Hygino, cuja referencia deixamos propositalmente para o termino desta fragil oração, é aquelle que o Instituto — crystallisando o reconhecimento pernambucano — tral-o numa apotheose perenne.

Está gravado na retentiva nossa o trabalho carinhosamente feito por elle, internando-se nos archivos empoeirados de Haya, sem a preoccupação exclusiva do prazer de *mostrar* como Michelet ou de *demonstrar* como Taine, mais ainda, sobretudo, de extrahir das entranhas dos factos extinctos para muitos e ignorados da mór parte, os traços primévos, modificados por influencias ethnicas, mesologicas, evolucionaes, da composição da nossa raça pelejando pelo seu triumpho na crosta do planeta humano.

E' admiravel, merece contemplação, o Pernambucano que sob o clima inhospito dum Paiz « paludoso e insalubre », realisou o quanto possivel para a ressurreição do passado, não o fazendo mais porque o governo de sua Patria amarrara-lhe os braços e um filho da mesma nesga de terra della, cujo nome deixo nas expessas umbras do esquecimento, declarara ser a nossa Historia já conhecida e quanto a parte da occupação hollandeza o governo geral nada ter com isto por ser um assumpto peculiar a Provincia !....

O que vimos de narrar é um facto triste para a memoria dum governo e doloroso para os narradores, que

necessitam esmagar certos sentimentos, para em prol da verdade historica, trazel-os á téla.

Como acreditar, se não estivesse contastado, se procedesse assim com um patriota que abandonara o ninho da familia, o conforto da Patria, sem outros recursos a não serem os vencimentos da cadeira de mestre e que tivesse até a abnegação de não acceitar para as despezas particulares o auxilio fornecido por este Instituto ?

E' preciso acreditar porque ha quem percorra a estrada da vida com a alma morta para os seus unicos esplendores ; é preciso acreditar porque ha quem chegue á cimalha do poder sem a noção do que elle seja e desça sem saber porque lá chegou !....

De facto, dar o sopro de vida á episodios valorosos da psyché nacional, fazer a palingenesia de datas enthesouradas de grandes energias civicas, que as vezes por falta dum espirito amorosamente investigador, vão se apagando no espaço e no tempo, é sem duvida, digno de applausos constantes.

« A certeza da data imprime realidade ás cousas que, sem essa certeza encarnadora, apenas passadas, se desfariam na diaphaneidade e impalpabilidade do tempo. Todo o nosso viver consiste num rôlo de sonhos que se vão desprendendo de nós, fugindo para traz como o fumo de uma tocha que corre depressa a adelgaçados, logo esvoidos.

São as datas que prendem, se têem esses sonhos : nelles ficam immoveis, em torno dellas se condensam, por ellas ganham forma e duração, » conforme marmorificou Eça de Queiroz, o esculptor da palavra.

Sim ! o que seria o passado nosso, pando de conquista e de bravura pando, se não fossem as datas que o guardam — bordas da Historia sobre as quaes o investigador debruçado distingue e aproveita o eternizavel, o que pode ser olhado pelos olhos das gerações montantes !

Os impressos, os mappas chorographicos, os manuscriptos, sobre a guerra, constituição e organisação do Brasil Hollandez, guardados nos archivos e bibliothecas de Haya, despertaram ardorosamente ao Instituto, edificado no solo que outr'ora foi a séde do governo colonial, e que tem por alicerce o sangue dos ancestraes e por tecto, não telhas de ouro como o templo de *Khamon*, nem cupula de bronze como o templo de *Tanit*, mas, um palio de almas de todos

elles feito, despertaram, diziamos, o anhelo de possuir, ao menos *fac-similes* desses documentos, afim de sentir de perto o fremir daquella parte concernente as suas luctas.

As guerrilhas feitas por espiritos pequenos ao tentamen do Instituto, são conhecidas, allegando-se já estar recolhido o que havia sobre o assumpto por Netscher e Varnaghen.

Mas, o Instituto estando conscio de que os trabalhos daquelles escavadores não tratam senão da historia militar e politica da occupação hollandeza, e mais ainda de estarem no olvido feitos importantes; rosolveu commissionar José Hygino para fazer a luz sobre elles, attento mesmo ao que Ramiz Galvão, após as suas visitas ás bibliothecas européas declarára em relatorio sobre a collecção de documentos do seculo XVII, desconhecidos dos escriptores referidos.

Ramiz Galvão encontrou numa das camaras da Companhia das Indias Occidentaes, a da Zelandia, que tinha a séde em Middelburgo, muitos documentos de origem official relativos ao Brasil.

E na epocha em que Netscher e C. da Silva extrahiram os seus trabalhos dos archivos de Haya, os papeis citados lá não estavam, o que fez José Hygino, almejando passar a limpo este ponto, se entender pessoalmente com o director do archivo de Haya, *Van-den-Bergh*, que lhe deu a descripção circumstanciada do occorrido.

Reunidos no mesmo edificio funccionavam os archivos das duas companhias das Indias Orientaes e Occidentaes, sendo vendida uma parte desses archivos, de ordem do ministro das colonias, por julgal-a sem valor.

Esta perda de documentes do seculo XVII concernentes ao Brasil seria irreparavel, se excepto alguns registros que ficaram, e um acaso auspicioso não houvesse conservado em Middelburgo o archivo da camara da Zelandia, em que pullulavam collecções volumosas de papeis remettidos do Brasil á Companhia das India Occidentaes.

Os documentos procedentes de Middelburgo, assim como todos os dos archivos coloniaes, foram mais tarde remettidos á Amsterdam para o archivo de Haya onde estão presentemente.

José Hygino embrenhando-se nessa densa floresta de documentos, completaria a sua brilhante missão, si o governo não lhe tivesse quebrado a penna...

Aqui estão, no intimo do Instituto, os documentos referidos sobre o Brasil Neerlandez, originaes uns, trasladados outros, que nos transportam, em espirito, á epocha de Fernandes Vieira, Barreto de Menezes, Vidal de Negreiros, Mathias de Albuquerque, Barbalho Bezerra, Camarão, Henrique Dias, e, nos fazem passar pelo campo visual, em revoada, *Tabocas* bordada de canas cheias de espinhos e os *Guararapes* com o seu *passo estreito* osculado pelo mar e contemplado pelos oiteiros que o cercam !

Procurae as cartas de Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira; procurae as escriptas em lingua tupy, de Felippe Camarão e Diogo Camarão a indios que se alliaram aos Hollandezes copiadas cinco, e uma que não sendo possivel copiar por estar quasi apagada, foi por elle mandada photographar; procurae jornaes ou noticias sobre expedições emprehendidas para o descobrimento de minas no interior do Brasil, no ultimo periodo hollandez, afim de concertar as suas finanças por meio do ouro e da prata; procurae as actas das assembléas synodaes, que funccionaram no Recife, sobre a Igreja Neerlandeza, que contêm as deliberações sobre a administração ecclesiastica, pontos de disciplina, costumes, instrucção primaria, cathechese dos indios; procurae noticias sobre a Igreja de Calvino, o sanguinario, o inimigo da liberdade, o pregador do culto dum Deus vingador; procurae tudo isto, e encontrareis aqui, graças a José Hygino, no relicario do Instituto.

E mais ainda, para alem, temos em copia as Actas ou *notulos* diarios do Conselho Supremo e Secreto do Brasil, codice importante, onde estão gravadas as resoluções do governo hollandez, que era entre nós representado por um collegio ou junta, sobre os negocios publicos ou particulares, civis, politicos e militares.

Desejando ampliar cada vez mais a sua romagem pelos dominios da Historia Hollandeza, o commissario do Instituto visitou o archivo particular do rei da Hollanda, achando ahi, muitos documentos attinentes a Mauricio de Nassau, incontestavelmente um bello typo historico, elegante no trato e no vestir, sabendo usar uma couraça de aço, luvas de anta e botas de bufalo, portador da arte de

guerra aprendida nas campanhas dos *Paizes Baixos* e fido representante dos esplendores da Renascença, e, achando, mais ainda, o registro que contem a correspondencia sobre os quadros ou pinturas do nosso paiz, presenteados a Luiz XIV, o *Rei Sol*, por aquelle que saltara no Recife acompanhado por um poeta, um botanico, um pintor, um geographo e um mathematico.

Augmentando tudo isto, alargando o ambito dos nossos conhecimentos, elle nos trouxe as copias das actas da Assembléa Legislativa convocada por Mauricio de Nassau em 1640, a primeira Assembléa da cidade Mauricea, materiaes para a nossa historia anedoctica, livros sobre historia, geographia e ethnographia, opusculos hollandezes sobre o Brasil, retratos dos notaveis daquelle tempo, e o mais que a nossa vista por mais que se distenda não alcança, tal é a sua extensão infindavel ! .....

.....

Felizmente, ainda não está tudo em ruinas, como vociferam os devorados pelo scepticismo, os *blasés* de nossa epocha !

Ainda podemos olhar, ainda contemplar podemos uma romagem de corações, como a presente, á nave dum Templo em que é celebrada pelo civismo — a canonisação dum homem notavel, « cuja incrustação de virtudes esmaltava uma incrustação de glorias».

Não viestes, vós todos, assistir ao trabalho fôsco destas phrases ephemeras, que vão se diluindo no espaço á medida que voam dos nossos labios ; viestes, sim, e fizestes bem e muito ! ajudar-nos a collocar o retrato de José Hygino, em nome dos vivos, na galeria dos *mortos immortaes*, os quaes nos agradecem a companhia daquelle que os veio tornar mais vivos na memoria dos cultores do civismo !

Entre as cabeças vividas pelo pincel do artista e guardados pelo Instituto, vai a partir d'hoje, figurar a do extincto que pranteamos.

Parece, ao primeiro golpe de vista, que esta prova de consideração não é resistente, pois, a successão dos dias, irá apagando a sua physionomia e, dentro em pouco, nada perdurará senão a sombra...

Mas, quando a acção do tempo tiver cumprido a sua missão devastadora, a acção da Verdade Eterna terá collocado a sua effigie n'alma de todos !

A justiça é tardia, é necessario fazer estas solemnidades até que ella chegue com o seu cortejo de sóes !.....

Quando lá fora, vos disserem á surdina, não zelarmos as reliquias da Patria muito amada, podeis gritar unisonamente : o Instituto só vive para ter uma urna e uma galeria, urna para guardar bellezas historicas, galeria para eternisar a physionomia dos que concorreram para suas realisações.

Dizem, alguns dizem, que somos uma associação morta, não sabendo que, quando parecemos mortos, é porque laboramos por uma causa, para depois desse labor, trazermol-a ao publico.....

Ao soldado hungaro Rodoïtza, nas mãos dos turcos, queimam-lhe o peito e elle não treme ; collocam-lhe no seio uma serpente excitada pelo sol, cravam-lhe pregos nas unhas, e elle se conserva immovel ; mas quando a bella filha de Zara entôa o canto nacional da Illyria, elle abre os olhos, estremece, e morto seria se Aaïkonna lhe não lançasse ao rosto, que se anima, um lenço de seda.....

O Instituto semelhando ao soldado que deu seu nome ao canto nacional da Illyria, pode ser fustigado pelo menospreso de uns, pelo insulto de outros, que a tudo isto parecerá inanimado ; mas, não se lhe toque nas glorias que enthesoura, não se lhe procure manchar o nome dos seus *maiores* porque então se transformará, passará da immobilidade á actividade, defender-se-ha com todo o sangue, com toda a alma !

Somos poucos, mas somos sinceros ao nosso culto ; somos poucos, mas não apostatamos !

Não consentiremos apagar-se jámais o fogo sagrado do patriotismo, velaremos por elle, como sacerdotes cheios de Fé !

O auctor da *Citta Morta* e de *Il Foco* refere que os gregos instituiram, como perpetuadores da memoria de Titan, a um bando de cavalleiros athenienses, cujo chefe agitava um facho no altar dum santuario, onde os outros accendiam os seus, e, si por acaso, na impetuosidade da corrida o primeiro facho apagava-se, o que o levava passava-o ao segundo que o reaccendia correndo, o segundo

ao terceiro, e seguidamente, até que o ultimo o collocava acceso no templo de Prometheu .....

Nós, imitando os hellenos, teremos sempre, eternamente sempre, no altar construido por nossas mãos, illuminando-o, fachos accesos por nós no facho da Patria: e quando um se extinguir outro o substituirá, e mais outro, e outro mais, para que a luz não cesse, para que a adoração não esmoreça.....

E como não ser assim, estando o nosso templo cheio de imagens de patriotas que souberam vencer nos momentos do prelio, quando no dizer do poeta, «o infinito suspende a terra, para ver de perto o borbulhar da Idéa.»

Isto posto, nada mais podemos dizer sobre o Pernambucano que foi um dos almos do Congresso Pan-Americano onde vem de deixar inoccupada para sempre a cadeira de sua vice-presidencia, dando-lhe, porem, o ultimo alento de su'alma tendo apoiado ao peito a mão que apertava uma copia das suas actas.

O que dizer mais?

Dizer apenas, e só, e para todo o sempre, o que de De Amicis disse D'Annunzio : --*Elle venceu a morte!*

Discurso do 1º vice-presidente do Instituto, Desembargador Antonio Pedro da Silva Marques, na sessão solemne de inauguração do retrato do Dr. F. A. Pereira da Costa, em 20 de junho de 1902.

Senhores

Tendo o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano resolvido enriquecer a galeria de retratos de

homens celebres, que mantem em seu salão de honra, com o de seu socio benemerito Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, vem hoje desempenhar-se de semelhante compromisso, realisando esta sessão solemne, em que será inaugurado o retrato de tão preclaro homem de lettras.

Justa e merecida homenagem é a que d'est'arte rende o Instituto Archeologico ao seu eminente socio, que ha consagrado a sua intelligencia culta e privilegiada ao estudo das origens historicas do povo pernambucano, que em sua trajectoria luminosa atravez dos tempos tém feito assignaladas conquistas. Pôr em relevo, pois, essas conquistas, rememorar as acções gloriosas dos heróes pernambucanos nas luctas pela liberdade e pela independencia nas differentes epochas em que Pernambuco, com o patsiotismo de que sempre foi dotado, combateu para constituir-se em nacionalidade, tal é a tarefa fecunda a que se impoz o conspicuo Dr. Pereira da Costa, levando-a a effeito de um modo brilhante, como attestam todos os seus trabalhos historicos.

O historiador evocando o passado, estudando-o á luz de uma critica severa, fria e imparcial, prepara o futuro, que traduz sempre um avanço da civilisação. E' que o genero humano tende para a perfectibilidade, para o direito, para a justiça e para o bem e, em cada periodo historico, essa aspiração mais e mais se aproxima da realidade.

O defensor de uma idéa justa póde succumbir, mas, a idéa não perecerá.

Vencida hoje, terá amanhã novos defensores.

« A theoria da glorificação do successo é uma concepção falsa. A lei constante, a lei consoladora da historia é victoria da causa justa » *(Jules Simon, La Liberté Politique)*.

As victorias dos reaccionarios são verdadeiras victorias de Pyrrho.

« A verdade, diz E. Quinet *(L'Espirit Nouveau)* persiste como a força latente que move o mundo e as espheras porque ella é identica a esta força. »

Inspirado nestes principios, convencido de que nenhum esforço humano se perde, o emerito Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa não cessa de trabalhar pelo engrandecimento de Pernambuco, arrancando do olvido as

suas datas memoraveis e ensinando o povo a respeital-as, festejal-as. Licção essa de civismo, senhores, porquanto as nações que não celebram os seus feitos heroicos tendem a desapparecer sob o peso do indifferentismo politico tão prejudicial quanto o religioso. Um e outro são symptomas de decadencia e devem ser combatidos.

Senhores, quem, como o infatigavel cenobita do trabalho, o illustrado Dr. Pereira da Costa, tem prestado, na qualidade de historiographo, serviços de tanta valia merece uma distincção e o Instituto Archeologico vai conferil-a praticando assim um acto de justiça.

Está aberta a sessão.

Discurso do orador official, Dr. Arthur Muniz, na mesma sessão

Illustre auditorio.

O adoravel historiador Michelet, —um dos bardos da Historia— na sua *Legenda de Ouro*, onde permanecem numa evidencia encantadora os feitos de *Latour d'Auvergne* de quem foi guardado o coração em urna de prata pelos companheiros de batalha; de Desaix — que triste partiu para o tumulo sem ter realisado o bastante para viver na posteridade; de Hoche — que achava impossivel numa Republica uma porção de homens estarem submettidos a um só homem; de Mameli tangendo na lyra magoada cantos de civismo em prol da unificação da Italia, dos Alpes até o mar; nessa *Legenda de Ouro* em que cada phrase é uma estrophe e todas enfeixadas são um carme de amor e saudade aos que se foram — deixando sobre as nossas ca-



F. A. Pereira da Costa

beças um baldaquino de luz e sob os nossos pés uma alfombra de flores—, Michelet pediu a fundação da Religião da Justiça.

A fundação da Religião da Justiça pedida para a França, o valoroso pedaço do occidente europeu, deve tambem ser pedida por nós outros para este pedaço da terra americana onde viveram com mais lustre os nossos ancestraes do que nós vivemos, e, futuro a dentro viverão os nossos posteros os quaes para serem dignos não devem copiar os actos dos dias correntes, e sim os daquelles que nos legaram um espolio de conquistas ganhas a golpes de civismo.

Para o observador calmo e consciencioso dos acontecimentos nacionaes, para os que comparam o passado historico com o presente, para os que auscultam o movimento de systole e diastole do coração brasileiro, o que dizemos não será considerado como o resultado pessimista dum espirito enfermiço a preparar o feretro para o enterro de seus idéaes acariciados por ver o exicio da Patria.

O que nos entristece de forma avassaladora e nos deixa em psychalgia, é não ouvirmos um grito de revolta, um brado de alarma, contra certos factos nodoadores do pudor patrio, factos sanccionados por um silencio profundo a semelhar uma approvação tacita, approvação tacita a nos esbarrondar pelo despenhadeiro do crime...

Dizendo-vos assim, encarnamos a verdade; dizendo-vos assim, as nossas phrases não podem ter veu...

E porque não sermos verdadeiros na critica afim do erro cahir?

E porque não deixarmos, em todos os cantos, sahir dos labios a exclamação tão conhecida do Senado Romano nas occasiões de crises sociaes: — *Caveant ?*

Caveant, sim! o caracter brasileiro não reaje mais; a imagem da Patria está com o seu templo em ruinas, e o manto vestaleano dos seus hombros está cheio de manchas.....

Não ha duvida lavrar o scepticismo em todo territorio nacional, *ser a caria intelleçtual que não deixa uma ideia perfeita no cerebro;* mas, não ha duvida tambem termos nas veias sangue dos nossos avoengos — que souberam morrer como viver souberam — e podermos ainda reagir

com bravura e fé contra tudo que assistimos de braços cruzados envolvidos num optimismo panglossiano.

Que importa chamem-nos de sonhadores, como se «podesse haver nada mais forte para gerar o futuro do que o sonho, como se o que hoje é utopia, não podesse ser amanhã carne e osso!»

Pensando assim e confessando no seio do Instituto — onde a verdade só é publicada depois de purificada no crysol da analyse, — obedecemos á Religião da Justiça sempre cultuado por elle, e impetrada por nós, em seu nome, para ser cultuada pela Patria.

O Instituto, ha mais de quarenta annos, tem o seu programma de acção social, determinando sacrificar tudo pela Verdade Suprema, aconteça o que acontecer; e propagar os feitos dos *Maiores* por meio da palavra fallada ou escripta — os quaes são todos entretecidos pelos fios de ouro do Civismo e pelos fios de bronze da Bravura.

Razões estas, poderosas em absoluto, nos ordenam fazer hoje a panegyria dos meritos do historiador Pereira da Costa, —o trabalhador infatigavel, o exhumador paciente das nossas glorias, o reconstructor do nosso passado historico, que deve ser copiado pelo presente, de joelhos; em resumo, o pernambucano ao molde dos puros, egual em todos os actos da sua vida publica e particular.

Pereira da Costa nasceu em Pernambuco e aqui tem sido o seu vasto campo de trabalho incessante, todo realisado em beneficio da sua terra, sem preoccupações do seu bem estar pessoal, sem auferir de toda a sua *Obra* a menor vantagem especulativa.

Começou estudando humanidades para matricular-se na Faculdade de Direito desta Capital, pretendendo assim realisar o sonho doirado, que embalava o seu velho e extremecido progenitor Manoel Augusto de Menezes Costa.

Motivos de ordem superior fizeram-n'o abandonar os livros; e, tendo então dezeseis annos, não lhe sendo licito entregar-se aos braços da ociosidade, decidiu-se pelo commercio e collocou-se em uma livraria sita á rua 15 de Novembro.

Essa livraria era o *rendez-vous* dos intellectuaes daquelle tempo e dos estudantes de Direito, para tertuliarem e colherem as novidades litterarias e scientificas.

Abreu e Lima, Franklim Tavora, Soares de Azevedo, Feitosa, Torres Bandeira, Victoriano Palhares, Joaquim Portella, Antonio Joaquim de Mello, Lopes Machado e tantos outros, ahi estacionavam todos os dias, ora um, ora outro, na mais intima e animadora palestra sobre lettras.

O convivio com esta sociedade intima e selecta, o contacto diario com os livros, despertaram, pouco a pouco, em Pereira da Costa o gosto pela leitura.

Taine teve razão quando na sua *Philosophia da Arte na Italia* escreveu : — *L'âme est comme en brandon ardent ; pour agir, il faut d'abord qu' elle brûle par elle-même, et ensuite qu'elle trouve autour d'elle d'outres tisons enflammés. Le contact mutuel les avive et leur-chaleur centuplée port alors l'incendie de toutes parts.*

A sua alma, sentindo o contacto das almas daquelles illustres homens de lettras, distendeu as azas, ensaiou o vôo, em procura das regiões onde ellas pairavam.....

Não podendo na livraria occupar-se em devorar os livros que enchiam as suas estantes, o nosso illustre Historiador entrou como socio subscriptor do Gabinete Portuguez de Leitura, e, em seus momentos de lazer e mesmo em alguns intervallos das suas occupações, entregava-se á leitura de poesias e romances.

Abreu e Lima, que muito se lhe affeiçoara, apreciando o seu amor aos livros e o interesse que tomava na leitura dos seus artigos de polemica com Pinto de Campos, fez-lhe presente das suas obras e dum exemplar da Biblia para cotejar as citações que a cada passo fazia em sustentação de suas idéas.

Antonio Joaquim de Mello, o saudoso velho pernambucano, era outro que o estimulava a estudar, pois, soubera descobrir o valor de Pereira da Costa atravez da modestia, que em suas grandes dobras o envolvia e o envolve ainda hoje.

Um dia, em que entre outras pessoas, achava-se presente o conego Rochael de Medeiros e fallava-se do seu devotamento ás lettras e dos progressos feitos, este illustre sacerdote disse : — « *Estude, menino, porque foi assim de caixeiro, que sahio o nosso grande estadista Visconde de Souza Franco.* »

Uns quatorze annos após, em 1891, o conego Rochael de Medeiros advogava na Assembléa Provincial, uma pre-

tenção do nosso Historiador solicitando um auxilio de dois contos de reis para a publicação do *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres*, o que, effectivamente, lhe foi concedido pela lei Provincial n. 1585 de 21 de Junho daquelle anno.

Na convivencia referida, tendo por egide tão sinceros e valorosos conselheiros, estimado e animado por elles, á alguns dos quaes communicava as suas primicias litterarias, não era possivel arrefecer ; e continuou, e pouco a pouco se foi munindo de bons livros. Depois, a evolução pela qual passava o seu espirito, não lhe consentia ficar satisfeito com aquellas primeiras leituras, e tratou de instruir-se, por si mesmo, nos estudos de humanidades que desconhecia, ao mesmo tempo que procurava embrenhar-se pela Historia da nossa Patria, a conselhos de Antonio Joaquim de Mello —o Plutarcho brasileiro—.

Eram mister livros para tal *desideratum* e o primeiro chegado ás suas mãos tinha o titulo de *Synopses*, de Abreu e Lima.

O trabalho deste historiador foi o primeiro livro que possuiu e ainda possue, comprado em 1868, cheio de notas marginaes, contemporaneas, algumas até —consintam-nos dizer em obediencia á traçada rota— com erros de orthographia e incertezas de syntaxe.....

Nas tertulias com aquelles cultores da seara da intelligencia, elle ouviu fallar pela primeira vez do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, recentemente fundado, dos seus patrioticos fins, do seu largo campo de acção, dos seductores episodios da nossa historia ali discutidos ; e d'ahi, a accentuação pelo amor a esses estudos, não lhe escapando mais a leitura das actas das suas sessões e dos seus trabalhos pela imprensa.

Seja-nos permittido, já que estamos aproveitando, em conjuncto, todos os pontos capitaes da vida de Pereira da Costa, abrir um parenthesis, para deixar, em alto relevo, mais um facto interessante que servirá de *chatiment* á burguezia.....

Pela desdobração destas phrazes ides notando, que o nosso consocio benemerito, dia a dia, sentia augmentar-lhe a sêde de saber, necessidade, que o levou a comprar na *Livraria Franceza* — a *Galeria pittoresca dos homens celebres*.

Atravessou Pereira da Costa, graças a essa passagem da sua vida, o celebre *mau quarto de hora* de que fallava Rabellais !.....

O patrão, apezar de o estimar, tendo sciencia desse facto, enraivou-se, ralhou e concluiu dizendo *antes comprasse um livro de escripturação mercantil, pois, lhe seria de mais proveito*.....

Uma collocação assim que o prendia de manhã á noite, principiou a aborrecel-o, obrigando-o a procurar outra proporcionadora de mais tempo de descanço, o que conseguiu entrando para uma *casa commercial de grosso*, mas, encontrando em compensação tambem *patrões de grosso trato*.....

Então, já bem familiarisado com as lettras, no trecho da existencia onde os sonhos e as illusões desabrocham ovantemente, furtava algumas horas dos labores de sua carteira, e escrevia versos... o que nos vem provar, uma vez mais, a verdade affirmada pelo autor da *Sociologia Descriptiva* : « a actividade mental do homem começa pela poesia. »

Essa phase de sua vida commercial não foi duradoura. Quanto mais trabalhava intellectualmente, quanto mais alimentava o espirito, mais sentia-se deslocado exercendo uma profissão, que de certa forma, o impossibilitava para entregar-se de todo ás lettras.

Entretanto isso durou até 1871, quando encetou a carreira de funccionario publico, na qual, depois de servir nas repartições das *Obras Publicas*, *Conservação dos Portos*, *Secretaria do Governo* e da *Camara dos Deputados*, entrando nesta como primeiro official, teve depois a chefia da repartição, com a *inesperada* e *nem solicitada* nomeação de Director Geral da Secretaria, em 27 de Abril de 1892, conferida por adversarios politicos, até que no anno seguinte foi aposentado naquelle cargo mediante honrosissimo parecer firmado pela commissão de Policia da Camara.

Em 1884, quando era um simples empregado subalterno, e não tinha ainda conseguido a laurea de Bacharel em Direito, foi honrado com a confiança do cargo de Secretario da Provincia do Piauhy, em attenção ao seu — *« merecimento real »*.

Chegando em Theresina, toda a imprensa sem distincção de côr partidaria o recebeu condignamente, e entrando no exercicio de suas funcções *houve-se no cargo com muita dignidade, lealdade e intelligencia*, como disse o presidente da provincia Dr. Raymundo Theodorico de Castro e Silva na *Falla* de Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1885.

Alli, de par com os trabalhos de subida responsabilidade de seu cargo, não ficou inactivo durante o tempo que lhe sobejava.

Examinando todo o archivo da secretaria sob a sua direcção, completamente desorganisado, deu-lhe uma feição methodica, e separando todos os documentos de valor historico por elle encontrados, desde os primordios da capitania, os reuniu em uma secção especial, facilitando deste modo ao futuro historiador o material necessario para qualquer trabalho historico sobre aquelle Estado.

Não satisfeito ainda, escreveu na imprensa daquella capital uma serie de artigos, entre os quaes, se notam os referentes ao facto da independencia do Piauhy, ás suas repartições, estabelecimentos e instituições publicas, e ao fecundo governo de D. João de Amorim Pereira.

Incumbido pela presidencia, em satisfação de ordem do governo imperial, escreveu uma noticia sobre as comarcas da então Provincia, e colligiu os dados necessarios para um trabalho desenvolvido sobre a mesma, o que effectivamente tem concluido, sob o titulo de *Chronologia historica do Estado do Piauhy desde os seus primeiros tempos até a proclamação da Republica.*

Os serviços de Pereira da Costa á Theresina são inestimaveis, e nós esgotariamos a vossa paciencia.

Entretanto chegando a Pernambuco, e aguardando o despacho de uma commissão de caracter superior, cahio o partido liberal, e elle teve de voltar para o seu lugar na Secretaria do Governo, não sem algumas difficuldades, porque estava interinamente preenchido por um adversario, que se tornara situacionista.

E assim, quando acabava de exercer, na terra dos outros, um logar importante, voltava, por um desses revezes da sorte tão constantes na vida politica, a occupar em sua terra, o *ultimo logar* em uma repartição da mesma natureza ?

A sua formatura em Direito era uma *idèa fixa* do seu espirito, os sonhos do seu velho Pae, de sua digna Companheira, e dos intimos.

Os obices espontavam sempre, pululavam por todos os cantos, quando se lembrava dos cabellos brancos, do tratamento de doutor recebido de todos e que lhe tinha sido dado até officialmente por decreto imperial —assignando a sua exoneração de secretario da provincia do Piauhy— desanimava..... e desanimava!

A reacção se fez, felizmente, e o nosso Historiador entrou para a Faculdade, já conhecido no mundo das lettras, possuindo valiosos titulos litterarios, fazendo os exames do curso superior ao mesmo tempo, que seu filho de egual nome, prestava tambem exames do curso secundario!.....

A 20 de Maio de 1891 recebeu o diploma de Bacharel em Direito, facto que mereceu encomios da imprensa indigena, destacando se nesse côro de applausos *A Provincia* neste juizo franco e verdadeiro: «Durante o tirocinio academico Pereira da Costa deu provas evidentes do seu amor ao estudo e habilitações, conquistando de mestres e collegas testemunhos de amisade e consideração.»

Tinha trinta e nove annos quando transformou em realidade os sonhos dos seus pela voz do sangue e pelos élos do coração..... ....

....

Deu-se na vida publica do Historiador Pernambucano um interrupção, permeando a sua primeira e segunda nomeação, e neste espaço, frequentava assiduamente a Bibliotheca Publica e o Instituto Archeologico, que funccionavam nessa epocha no Convento do Carmo; e familiarisando se com os membros dessa associação, que o consideravam pelo seu amor ás lettras, cujas locubrações a imprensa registrava, recebeu expontaneamente a nomeação de amanuense deste Instituto, cargo, que desempenhou até 1875, quando entrou para o funccionalismo publico.

No anno subsequente proposeram-n'o socio do Instituto, servindo de base de sua candidatura os trabalhos historicos já publicados, a partir de 1873, entre os quaes se destacam: *Estudo historico e biographico do Padre João*

Ribeiro Pessôa, martyr da revolução de 17, Estabelecimento de typographia em Pernambuco, Cultura do Café em Pernambuco, Estudo sobre a Bibliotheca Publica, sendo a sua proposta approvada em 24 de Maio, tomando elle assento a 7 de Junho daquelle anno.

Em agradecendo a sua admissão, pronunciou um discurso, que mereceu os maiores encomios do jornalismo e dos belletristas, respondendo-lhe pelo Instituto o seu inesquecivel orador Maximiano Lopes Machado.

O discurso foi uma profissão de fé historica, digamos de passagem ; maximé, attendendo a maneira pela qual considerou a dominação hollandeza e estudou o bello typo de Mauricio de Nassau, dispertando por isto uma acirrada polemica entre nós.

Ao transpor os umbraes deste templo —« como o moço Raphael subindo as escadas do Vaticano », baldo de pergaminhos recommendaticios que dão o *cachet* de capacidade, elle trazia apenas uma saccola atulhada de livros amassados por sua penna.

Aqui, depois de vinte e um annos de labor paciente e amoroso, a sua modestia em cujos folhos se esconde o seu merito, teve a certeza plena de ser elle um dos *eleitos* do Instituto com a publicação deste acto :

« — Propomos a elevação a socio benemerito deste Instituto ao Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, justificando tal proposta com os diversos relevantes serviços prestados á esta associação pelo mesmo, notando de preferencia o descobrimento, em face de documentos de fé, da sepultura do grande heróe João Fernandes Vieira quando o Instituto se empenhava e vacilava ácerca do local, depois de muitas perdidas pesquizas (*Revista* n. 34); ao exame dos archivos publicos de Olinda, por incumbencia do Instituto, (*Revista* n. 43), e ultimamente quando o então Senador Federal Pernambucano, Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcante, propunha na Camara a reivindicação de uma grande parte do territorio pernambucano, que provisoriamente fôra annexada á Bahia, pelo que este Instituto lhe conferio o titulo de socio benemerito. O valoroso serviço do Dr. Pereira da Costa, em nada menor ao daquelle Senador, aliás em condições mais vantajosas para prestal-o em virtude do mandato de Senador, apresentando momentosamente o trabalho que conhecemos, já devidamente

julgado com vantagem para o seu autor pela imprensa, —*Em prol da integridade de Pernambuco,* o qual foi um valiosissimo subsidio ao assumpto, um grande serviço prestado ao Instituto e tambem a este Estado. —*Sebastião Galvão.—Alfredo de Carvalho.—Augusto Cesar.—Domingos Codeceira.—Francisco Luiz.—Luna Freire.* »

Sobre este ultimo livro já se tinha manifestado o Instituto em 5 de Novembro do ânno anterior, exarando na acta da mesma sessão um voto de louvor, sob proposta do seu illustre Presidente, Desembargador Luna Freire, — *pelo modo completo e cabal com que se desempenhou da incumbencia do Instituto.*

O mesmo Desembargador Luna Freire, em um vibrante artigo de sua lavra publicado n'*A Provincia* de 10 e 11 de Novembro de 1897, occupando-se do n. 50 de nossa *Revista,* em que vem consignada a critica da imprensa indigena e alienigena, de notabilidades litterarias, e tudo quanto occorreu em relação ao surgimento daquella producção de Pereira da Costa, externou-se deste modo:

« Deve estar na memoria de todos que se interessam pelos negocios da patria, que por occasião de apresentar o Dr. João Barbalho, na sessão do Senado, em 26 de Maio do anno proximo passado, um projecto restituindo a Pernambuco a antiga comarca de S. Francisco, o distincto socio do Instituto, Dr. Pereira da Costa, publicou uma excellente memoria, impressa por conta daquella patriotica associação, em prol dé nossos direitos.

O bem conhecido publicista dividiu sem trabalho pelo seguinte modo : zona sertaneja pernambucana ; sua exploração, conquista e colonisação ; desmembramento de uma parte dessa região temporariamente para Minas Geraes, e depois provisoriamente para a Bahia ; iniciativa em prol de sua reivindicação pelo desapparecimento das causas que a isso determinaram ; legitimidade de Pernambuco sobre os territorios contestados, em face de seu direito, exuberantemente comprovado pela historia e legislação patria. A esse trabalho juntou o Dr. Pereira da Costa uma carta chorographica do territorio contestado e documentos de mais subido valor. »

Segue-se uma exacta e demorada recapitulação do trabalho, colhida — *da longa exposição em que seu auctor exhibiu larga copia de conhecimentos historicos ;*— concluida

a qual volta-se o Desembargador Luna Freire sobre a producção de Pereira da Costa, mencionando agora o successo que obteve :

« A publicação do Dr. Pereira da Costa foi recebida com a mais pronunciada benevolencia pela imprensa do Paiz e pela de Portugal. A *Mala da Europa* e a *Madrugada*, de Lisbôa ; a *Voz Publica* e o *Commercio*, do Porto ; a *Patria*, de Braga e a *Aurora do Cavado*, de Barcellos, externaram juizo muito favoravel, tanto ao merito litterario do autor, como ao direito de Pernambuco sobre o territorio de que a Bahia se acha de injusta posse.

A redacção da *Peterman's Geographische Mitteillungen* de Gotha, dirigio-se ao Dr. Pereira da Costa, pedindo-lhe um exemplar de sua obra para sobre ella apresentar o seu relatorio.

O Dr. Guilherme Studart, cearense muito distincto que se tem dedicado ao estudo da historia, especialmente a de sua terra, accusando o recebimento do interessante trabalho, concluio sua carta com as seguintes palavras : « li o vosso escripto com a attenção que me deviam despertar o assumpto a discutir e o nome do autor ; sem a minima lisonja vos asseguro que os direitos de Pernambuco encontraram em vossa pessôa o melhor dos patronos. »

Não deve passar desapercebido o parecer do Dr. Ireneu Joffily, autor das *Notas sobre a Parahyba*. Depois de tratar do incontestavel direito de Pernambuco, a que chama *jus in ré*, e do facto de ter sido o territorio em questão povoado pela Bahia, accrescenta as seguintes considerações que nos parecem muito criteriosas : — « para se resolver a questão ou devia se consultar a população do territorio, ou então (o que seria melhor) erigir-se alli um novo estado da união. Já durante o imperio havia a idéa de uma provincia de S. Francisco, comprehendendo não sómente a margem esquerda do grande rio, como tambem territorios da direita. Quero crer que seja esta igualmente a opinião sua. »

Em continuação, occupa-se o digno censor, da opposição suscitada pela imprensa da Bahia, e pelos seus representantes no Congresso Nacional, um dos quaes, *ameaçou-nos até com a revolução, se o projecto fosse convertido*

em lei; e conclue, ponderando: — *seja approvado ou não o projecto do Dr. João Barbalho, o trabalho do Dr. Pereira da Costa, será em todo o tempo do mais subido valor; mereceu honroso reconhecimento do Senado do Estado, um voto de louvor do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e a elevação de seu autor á classe dos socios benemeritos; distincção muito merecida não sómente por esse grande serviço prestado á integridade de Pernambuco, como por muitos outros trabalhos que o recommendam como um dos operosos e intelligentes membros da associação a que pertence, como se verifica do catalogo de suas obras.*

O nosso Presidente olvidou, no ésto de fazer justiça ao merito, a resistente prova de consideração obtida por Pereira da Costa no tempo dessa guerra aberta.

O Senado Federal, em 1896, resolveu ser o «*Em prol da integridade de Pernambuco*» publicado nos seus *Annaes*, resolução excepcional até o presente, a qual despertou protestos da representação bahiana daquelle tempo...

Passa então o desembargador Luna Freire a enumerar as obras de Pereira da Costa de 1879 a 1897, e detem-se, em fim, no seu *Diccionario biographico*, publicado em 1882 do seguinte modo:

« Entre essas importantes producções destaca-se vantajosamente seu Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres, que, apezar de suas falhas e defeitos proprios de um trabalho tão difficil, levará aos posteros o nome de seu autor e já deu causa á sua admissão no Instituto Historico do Rio de Janeiro.

«Com effeito, o Diccionario Biographico do Dr. Pereira da Costa é preciso repositorio de utilissimas informações sobre a vida e feitos de muitos pernambucanos distinctos. Pode-se facilmente avaliar dos trabalhos, dos esforços, da paciencia com que elle as colheu, esparsas como estavam pelos archivos e jornaes.

« A introducção de seu livro não parece escripta pela mão de um neophyto das lettras, como era então o Dr. Pereira da Costa; porém, pela penna adestrada de um mestre.

« Nessa introducção dá elle noticia curiosa da historia de Pernambuco desde a epocha dos donatarios; da creação das capitanias da Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Grão-Pará por iniciativa dos filhos

filhos de Pernambuco ; de seu poderoso concurso em 1567 na expulsão dos francezes estabelecidos no Rio de Janeiro e libertação da Bahia invadida pelos hollandezes em 1634; serviços prestados em 1700, por occasião da guerra de Portugal com a Hespanha e com a França ; em 1735 pela defeza da colonia do Sacramento e expulsão dos hollandezes de Fernando de Noronha ; nas expedições de 1774 para Santa Catharina, de 1775 para o Rio Grande do Sul, em 1809 para a Cayenna, de Montevidéo em 1817 e restauração da Bahia em 1823 ; o auxilio valiosissimo dos pernambucanos nas campanhas de Cisplatina, Republica Argentina e Paraguay, —occupando-se por fim da guerra colossal que durante vinte e quatro annos sustentaram contra a poderosa Hollanda, de cujos mercadores audaciosos conseguiram expurgar o solo da patria.

« O Dr. Pereira da Costa não esqueceu-se da guerra dos Palmares, essa Troya Negra, como a denominou um historiador, nem da dos Mascates em 1710, na qual immortalisou-se o nome de Bernardo Vielra de Mello ; da tentativa infructifera de republica em 1801 sobre o protectorado de Napoleão Bonaparte ; das revoluções de 1817 a 1821 ; da da memoravel republica do Equador em 1824 ; das luctas de 1829 a 1831 que terminaram pela abdicação de Pedro I e por fim da revolução praeira de 1848, da qual nos occupamos ultimamente em uma série de artigos publicados nesta folha.

« O nome dos pernambucanos tornou-se celebre na mallograda jornada de Alcacerkibir, na qual combateram como leões, Duarte de Albuquerque morto ao lado do inditoso rei D. Sebastião e seu irmão Jorge de Albuquerque, gravemente ferido e prisioneiro dos mouros ; em Angola e na Asia, na defeza da causa portugueza que era então a nossa causa.

« Mathias de Albuquerque foi o heróe de Montijo e de outros feitos de guerra na restauração de Portugal do dominio castelhano ; e muitos outros filhos desta terra querida distinguiram-se nas batalhas de Elvas, Montes Claros, Amexial e Tavira, na guerra da independencia da patria commum, assim como nas de Hespanha e Flandres.

« Não foi sómente nas armas que salientaram-se nossos conterraneos.

«Na magistratura e alta administração do paiz occuparam posição elevada.

«Na hierarchia religiosa enumera—Fr. Manoel, bispo de Angola; Fr. Bernardo, bispo de Meliapor; Manoel Gonçalves, que rejeitou a mitra de S. Thomé; João Ribeiro Pessoa, monsenhor do patriarchado de Lisbôa; Francisco José Arantes, deão de Coimbra; Conde de Irajá, Fr. Carlos, bispo do Maranhão; Fr. Pedro, bispo de Chrysopolis; Cardoso Ayres e Fr. Vital, bispos de Pernambuco.

«Na litteratura cita o nome de Bento Teixeira Pinto, primeiro brasileiro que illustrou a patria, como poeta e historiador; nas sciencias e artes, os de Arruda Camara, Fr. Leandro, Irajá, Chrysopolis e barão de Iguarassú.

«Como notaveis parlamentares indica Muniz Tavares, Andrade Lima, Ferreira da Silva, Maciel Monteiro, Nunes Machado, Urbano Sabino, Mendes da Cunha, Paula Baptista, Feitosa, Ferreira Barretto, Lopes Gama, Venancio de Resende, Sá e Albuquerque e Buarque de Macedo; e na tribuna sagrada: Barretto, Fr. Caneca, Lopes Gama, Jaboatão, João Baptista da Fonseca, Ferreira Portugal, Fr. Luiz Botelho e Fr. Manoel de Macedo.

«A erudita introducção termina com as seguintes considerações, em que a modestia ainda mais faz realçar o merecimento do escriptor:

« São fidedignas e authenticas as fontes em que fomos buscar as informações do nosso trabalho. As pesquisas, o colleccionamento, a forma imperfeita e incorrecta que tem, trabalhos de longas fadigas, vigilias e sacrificios, eis o que nos pertence: eis unicamente o que é nosso. »

Tinhamos, pois, razão, conclue o illustre Presidente deste Instituto, de quem nos temos occorrido para a apreciação feita, não só pelos justos conceitos emittidos como tambem pelo muito que merece o seu nome vantajosamente conhecido, em affirmar que Pereira da Costa *é um dos mais operosos e intelligentes socios do Instituto Archeelogico e Geographico Pernambucano.*

Encarregado em 1880 pelo presidente da Provincia, Franklin Doria, de colligir documentos nos archivos publicos desta terra, afim de figurarem na *Exposição de Historia do Brasil*, realisado no Rio de Janeiro, desempenhou perfeitamente essa missão dando a Pernambuco o primeiro lugar.

Tres annos decorridos, em 1883, o distinctissimo Desembargador José Manoel de Freitas, pyauhiense recordado sempre pelos pernambucanos com saudade, director então dos destinos administrativos deste Estado, de accordo com um aviso do governo geral, escolheu-o para fazer um trabalho que servisse de alicerce á uma nova classificação das comarcas por entrancias, escolha essa, que o fez escrever a *Noticia sobre as comarcas de Pernambuco* -- impressa officialmente *por ter satisfeito em completo*.

Alem dessas incumbencias honrosas devemos referir: a de examinar os livros e documentos historicos existentes nos conventos do Recife e Olinda, que conviessem, mediante cessão, ser removidos para a Bibliotheca Publica, enriquecendo-a dest'arte, como fez, com mais de cem volumes, entre os quaes algumas edições raras do seculo XVI, como por exemplo as edições elzeverianas; fazer um trabalho sobre a Ilha de Fernando de Noronha, tendo em vista a sua geographia, riqueza e importancia; auxiliar o director do Archivo Publico do Imperio, em Pernambuco, serviço que foi *considerado relevante;* promover uma exposição, preparatoria a de Chicago; organisar o catalogo da Bibliotheca Publica e de outros trabalhos de interesse historico e politico; descriminar os papeis relativos a instituição abolida pela lei de 13 de Maio, para serem destruidos pelo fogo, como resolveu o governo da união; confeccionar no Estado um repertorio systematico dos trabalhos relativos ás sciencias geographicas de accordo com o plano adoptado pelo *Congresso Internacional de Berne;* e mais outras que seria longo descrever apezar da vossa attenção admiraticia a tantas distincções dadas a um homem de quem não se fala em toda parte, e, que sómente tem um pequeno publico, por ora, para julgal-o... graças á nossa infeliz educação civica!

O espirito forjador de livros de ensinamentos, que vive a descobrir e ressucitar episodios da Historia Pernambucana, tambem ajuda a lutar pela luz aos artistas, que nasceram onde nascemos, e vivem sob a turqueza concava do mesmo céu onde vivemos!

São em myriade os serviços de Pereira da Costa á nobre pelo trabalho -- unica nobreza conhecida por nós— *Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes*, mantida á

mais de meio seculo a desafiar encomios no edificio do *Lycéu de Artes e Officios.*

Nessa sociedade Pereira da Costa, quer promovendo conferencias, quer fomentando exposições dos seus trabalhos, quer redigindo as suas leis organicas, quer reduzindo á escripta sua historia, tem, não ha negar, concorrido immenso para a sua incrementação.

A' Sociedade Propagadora da Instrucção Publica, escola de educação da psyché feminina e á Santa Casa de Misericordia, congeneres serviços elle tem prestado, assim como á instrucção publica em geral, imprimindo até uma *Selecta Pernambucana*, com o objectivo de concorrer para o levantamento da instrucção entre nós, firmando o seu caracter civico.

A' campanha abolicionista unio-se o Historiador Pernambucano, deu-lhe tambem os seus esforços!...

A *Commissão Central Emancipadora do Recife*, selecciona-o para graphar a descripção das festas celebradas por nós em homenagem ao *Ceará Livre;* elle, chegou ao termino da empreza, deu-nos *Pernambuco ao Ceará* e declarou, que o seu producto fosse applicado á redempção dos captivos.

Quando a idéa da *Grande Causa* lastrava em todas as consciencias brancas, e, mais ainda, jorrava em espumas do alto da tribuna popular e cahia em cascatas de luz dos labios dos Nabucos, Pereira da Costa surge no *Theatro da Nova Hamburgo* e conferencia sobre *A idéa abolicionista em Pernambuco*; e, deixa provado, á cunha, num estudo retrospectivo, cimentado de documentos, a prioridade dos Pernambucanos, não só no facto em si, como ainda no primeiro clarão iniciador do movimento que partiu os grilhões dos pés dos escravos e obrigou a Historia a guardar em logares distinctos: dum lado os que o atiçaram e souberam vencer; e do outro os que o julgaram obstar e foram vencidos!

E' que a Historia nesses momentos imita Deus, que guarda por sua propria mão:

> «Numa jaula de ferro a alma de Locusta
> Num relicario d'ouro a alma de Platão.»

Sobre essa Conferencia o immaculado e superior espi-

rito de Maciel Pinheiro manifestou-se n'*A Província* de tal maneira, que terminou supprimindo a publicação do seu exordio por achar não precisar *um esforçado cultor das lettras, um trabalhador devotado e infatigavel, de grande merecimento e valiosos serviços* pedir indulgencia ao auditorio.

O nosso Historiador tem conquistado premios aos seus trabalhos; devemos dizer em attenção áquelles, que os tem conferido, provando assim justiça ao merito.

Pertencente ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, á Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, ao Instituto Geographico da Bahia, ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, á Academia Pernambucana de Lettras, associações que o acolheram em consideração ao seu valor.

Encontrareis tambem o seu nome ao lado do de Souza Pinto, Eduardo de Carvalho, Rangel S. Paio, Victoriano Palhares, Demetrio de Albuquerque, Generino dos Santos, João Candido, Lopes Cardoso fundando aggremiações litterarias, e em todos os jornaes da nossa terra a partir de 1872 até a epocha presente.

Os seus numerosos trabalhos publicados, quer em livros e folhetos, quer na *Revista do Instituto* e jornaes diversos tem enriquecido o nosso mundo litterario e historico segundo os juizos valiosos de Capistrano de Abreu, Sylvio Romero, Oliveira Lima, Moreira Pinto, Studart, Cunha Barbosa, José Verissimo e Sacramento Blacke.

Em 1887, referindo-se a revista italiana *Il Brazile* ao seu trabalho sobre a *Ilha de Fernando de Noronha* disse que:

« In detto livro vi é un'idea precisa subl'isola in questione, e una prova de piú, del bel talento dell'autore, giá vantaggiosamente conoscinto per altre opera importante; » e logo que apparece o livro, no Instituto, a *Justus Pethers Geographische Anstalt* de Gotha, dirigio-se-lhe pedindo a remessa de um exemplar para publicar *un compte-rendu.*

O Jury Internacional de Exposição de Pariz, conferiolhe uma medalha de prata pelos seus trabalhos de Historia e Geographia, acompanhando-a um diploma firmado por Tirard, presidente do conselho de ministros da França.

Sacramento Blacke consagra ao seu nome toda a atten-

ção, no monumental *Diccionario Bibliographico Brasileiro* e ao referir-se ao *Diccionario de Pernambucanos Celebres* faz-lhe grandes referencias elogiosas.

Este *Diccionario* abrio-lhe as portas do Instituto Historico e Geographico Brasileiro e mereceu delle, por vehiculo duma commissão eleita, composta de Olegario Castro, Norberto de Souza e Moreira de Azevedo, phrases como estas: « *a commissão tem como digno de apreço e de incontestavel merito litterario o trabalho historico que acaba de ser examinado, e o considera como sufficiente titulo de habilitação litteraria para que possa o seu autor ser merecidamente recebido como membro correspondente desta associação, sendo para desejar que iguaes commettimentos sejam tentados nas demais provincias do Imperio, em proveito das lettras e glorias daquelles que illustraram seus nomes por talentos e virtudes.* »

A grande encycopledia allemã — *Brockhaus Konversations-lexicon*, — ao tratar do Brasil cita o seu nome entre os escriptores e publicistas nossos, salientando o seu *Diccionario Biographico*; egualmente procederam Marie Wright no seu livro *The New Brazil*, recentemente vindo á lume em Philadelphia, e o sabio americano Branner na sua —*Bibliographia da Geologia do Brasil*— ambos esses cercando a sua individualidade de todas as considerações a que elle tem jus.

Agora mesmo Pereira da Costa no seu artigo sobre os *Judeus*, da série *Reminiscencias historicas pernambucanas*, que publica no *Diario dePernambuco* desde o anno passado alcançou o prazer de vel-o trasladado para o allemão e transcripto em uma das revistas de Berlim.

Piauhy, o Estado do Norte, onde conquistou affectos e considerações, ferindo em 1900 a questão de reivindicação das ilhas do archipelago do delta do Parnahyba, da posse illegal do Maranhão, encontrou na sua penna a defesa calcada em documentos historicos e juridicos, a qual, deixou ás claras, patenteados os direitos daquelle sobre este.

Um outro feito digno de nota, que no *raccourci* vertiginoso destes periodos — uns atropellando-se aos outros— ia quasi ficando no escuro do esquecimentos, é o seu protesto lavrado em nome deste Instituto á rogativa do Concelho Municipal do Recife, quando o governo da União preten-

deu apoderar-se do proprio municipal em que funcciona, nesta cidade, o nosso Forum.

Pereira da Costa com a brevidade requerida, no espaço de quinze dias, apresentou ao nosso Instituto sob o titulo de — *Memoria justificativa do direito de propriedade que assiste á Municipalidade do Recife sobre o edificio em que funcciona o Forum da Capital do Estado*, que remettida ao Concelho Municipal despertou enthusiasmo, o qual se estendeu pela imprensa, e forçou a União a silenciar sobre o caso.....

A politica, a tentadora, arrastou o homem de lettras...

Achamos, e nos escudamos na genial cabeça de Joaquim Nabuco : « Que a politica tomada em sua forma mais pura, o espirito publico, é inseparavel de todas as grandes obras : a politica dos Pharaóes reflecte-se nas pyramides tanto quanto a politica atheniense no Parthenon ; o genio catholico da Idade Média está na Divina Comedia, como o genio protestante no Protectorado está no Paraiso Perdido, como o genio da França monarchica está na litteratura e no estylo dos seculos XVII e XVIII .....

Nós não pretendemos matar no litterato, no artista, o patriota, porque sem a patria, sem a nação, não ha escriptor, e com elle ha forçosamente o politico. »

De facto, a politica mata o litterato, o artista, quando elles não têm dentro de si a comburencia das *qualidades* — que o fazem litterato de quilate, artista de raça.... mas, quando ao contrario, ella encontra organisações que não se deixam escorregar pelos seus declives — que os tem e muito ! — serve de estimulo ao trabalho, como está servindo, para não citar outros, áquelle de quem nos occupamos.

Pereira da Costa, quer no Conselho Municipal, quer no Congresso do Estado, continúa a ser o trabalhador de sempre.

Não podemos olvidar tambem o que *A Provincia* escreveu sobre o nosso Historiador nos seus *Novos e Velhos* : — « E' filho de suas obras, filho do poder de sua vontade..... A Historia de Pernambuco deve muito ao Dr. Pereira da Costa, que reune a paciencia de um benedictino á modestia de uma violeta. »

O escriptor filho de suas obras, de sua vontade, que reune a paciencia dum benedictino á modestia da violeta,

saberá, sejam quaes forem as ondulações politicas do *meio* em que age, conservar o nome feito com muito trabalho e constancia muita....

.....

Os capitulos da vida intellectual de Pereira da Costa, que procuramos compaginar neste trabalho — onde não reçuma o estylo adereçado, mas, floreja a Verdade Suprema — têm a missão exclusiva de coroar os seus meritos, fazer a panegyria dos seus serviços á Patria.

O historiador tem conquistado em todos os tempos, quando sabe mover-se dentro duma atmosphera de serena justiça, as maiores considerações, não só dos contemporaneos como tambem dos vindouros.

Effectivamente, ser o Lavater de *feitos* atravez dos quaes possamos conhecer a physionomia dos ancestraes illustres; ser o Cuvier de acontecimentos, que por uma *correlação das formas*, organise, fragmento a fragmento, a *paleontologia moral* do passado; e depois de tudo feito, de tudo acabado, dar a nós outros — que nada fizemos e nada procuramos fazer — a perfeição daquellas physionomias e deste passado, deve despertar a nossa gratidão dobrada de applausos.

Alem da parte narrativa, da parte estructural, ou melhor, alem do arcabouço de factos e datas — a Historia tem necessidade de organisar uma psychologia para «a comprehensão dos factos transmittidos pela memoria do passado, isto é, uma analyse do modo da formação das concepções humanas collectivas e dos meios da sua expressão, porque só assim é que as noções que motivaram as transformações sociaes, os estimulos que determinaram a actividade de certas epochas, emfim os mythos, as lendas poeticas, os symbolos, os signaes graphicos, os estylos monumentaes, os syncretismos religiosos, as tradições domesticas, as variações de linguagem, tudo interpretado á luz dessa psychologia dará inesperados documentos para a sciencia da historia.»

Pelo que acabamos de reproduzir de Theophilo Braga, vêdes que não só se occupando com a parte narrativa da Historia e sim tambem com a sua psychologia, o historia-

dor não pode deixar de ser considerado como um dos principaes factores da evolução social.

Si elle tem a preoccupação exclusiva de contar o que outros já contaram, si é um simples reflector de factos e datas, si vê as bellesas moraes de certo *momento* trabalhadas pela raça dos *fortes* apenas com os olhos da carne, certamente não passará do *narrador* frio e sem interesse; mas, si ao contrario, as contemplar religiosamente com os olhos do espirito, si as souber sentir, conhecer os seus antecedentes, o seu *stok*, a sua filiação, não poderá deixar de ser considerado como o historiador capaz de viver todas as bellesas moraes de certo *momento* habilitado pela raça dos *fortes*.

A historia — seductor departamento dos conhecimentos humanos — dá aos seus cultores, áquelles que penetram com alma até o seu sob-solo, até os seus subterraneos intensas volupias psychicas e agonias torturantes!

Sente-se e soffre-se atravez das suas paginas todas as conquistas e todas as miserias mostradas por ellas em sua nudez de estatuaria grega como Flaubert sentio o saibo do arsenico quando descreveu o envenenamento de Emma e Dickens soffria as dores dos typos por elle *vividos*.

A alma que visita, ou melhor, se entranha pelo passado historico dum povo, vê as suas ruinas e contempla as glorias que desabrocham do seu cerne a attestar feitos homericos, passagens immortaes, não pode deixar de guardar no seio as impressões gravadas por tudo quanto assistio espiritualisar-se dessas ruinas.

Para assim ser, é mister *sentir* a febre da paixão pela sua *obra*, egual a de Buonarotti perante a estatua de Moysés nascida das espumas da sua inspiração divina e á qual disse —*fala*, ou egual a de Raphael perante ás *madonas* sahidas do santuario do seu genio, ás quaes exclamava — *voem ao Olympo!*

Pereira da Costa está nestas condições, nos seus trabalhos encontram-se as qualidades necessarias pelas quaes o possamos classificar de historiador, sobretudo, de historiador passionario das glorias pernambucanas?

Não hesitamos em responder affirmativamente, não trastejamos em garantir ser um inexhautivo, o maior trabalhador dos nossos dias nos dominios da Historia de Per-

nambuco e ter sabido até o presente conservar a senha que tomou aos versos de Camões:

Não me mandas contar extranha historia ;
Mas mandas-me louvar dos meus a gloria.

Os seus livros são um repositorio de tudo quanto se possa desejar sobre a nossa vida historica, desde a sua parte épica até a sua parte pinturesca, descripta num estylo que se não é brilhante, esculptural, é cadencioso e facil e singelamente suggestivo.

Não ha duvida sobre a phrase de Buffon, sagrada universalmente — *o estylo é o homem* — e a nenhuma individualidade litteraria ella se ajusta melhormente do que ao nosso Historiador.

E' necessario conhecer de perto Pereira da Costa, gosar a sua intimidade, procurar ferir os seus meritos, provocal-o em assumptos litterarios, — quer nos logares publicos onde a *exhibição* tenta a muitos sem a repressão duma força inhibitoria, quer no seu gabinete de trabalho todo cheio de objectos nacionaes, todo *localista*, desde as passagens de trecho da nossa terra, copiadas *d'aprés nature* por Carneiro Vilella, Chrispim do Amaral, Theodoro Braga e Telles Junior, até as classicas cadeiras de couro, para se conhecer o quanto é despretencioso, o quanto é simples, o quanto está longe do *narcisismo moral* de alguns que a maneira dos gregos fazem altos conceitos de si mesmos.

Não o tortura o *successo* ou o *exito*.

O *successo*, diz Hugo, tem para o commum dos homens perfil egual ao da primaria.

Quem triumpha é venerado.

Um falso Corneille faça Tiridates, ganhe um falso Prud'homme militar, por mero accidente, a batalha decisiva de uma epocha — será genio. »

Do *exito*, Nordau escreve:

« Será respeitado pela maioria quem puder convencer á cidade ou ao paiz que é grande homem, sabio, douto, virtuoso. »

Mas, elle sabe bem e muito, que o valor real, positivo, sejam quaes forem as salsugens da critica saccudidas

sobre este pela inveja que se estorce e morde, não necessita do brilho ephemero do *successo* ou do *exito*.

Após as injustiças, as desillusões e os dissabores martyrisantes, o momento da glorificação chegará !

Pereira da Costa apesar de dedicar-se unicamente ao labor quotidiano das lettras, com escopo de dar-nos os raros exemplos de coragem civica, de ensinamentos profundos, tem sido alvo da verrina de folicularios, de pasquinos.....

« Mas, os grandes homens são sempre mordidos : Zoilo insulta Homero, Mevio insulta Virgilio, Visé insulta Moliéré, Pope insulta Shakspeare, Freron insulta Voltaire. »

E, como não ser assim quando os microzeros das lettras veem-no adejar pelas alturas, conquistar encomios — que elles não conquistarão nunca ?

O Instituto cumpre hoje um dever de civismo, collocando entre as *imagines majorum* da sua galeria, a effigie do Historiador cançado de clamar contra « muita gente que se tem na conta de illustrada e occupa elevadas posições sociaes, e fala de persas e babylonias, de gregos e romanos de Colombo e Gutenberg, de Marat e Mirabeau, e desconhece entretanto a nossa Historia ».

Façamos justiça sempre ao valor real, mesmo porque assim fazendo, seguimos os exemplos deixados pelos nossas *maiores*, nascidos nesta terra gloriosa — *que faz crer fóra um dia o Paraiso.*

(O orador foi muito applaudido e abraçado por todos que assistiram a solemnidade.)

Discurso do Dr. F. A. Pereira da Costa, na mesma sessão

Exmas. Senhoras.

Meus Senhores.

Subo a esta tribuna sob os impulsos do nobilissimo sentimento da gratidão, para significar ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, o meu mais intimo e profundo reconhecimento pela subida distincção

que me acaba de conferir, collocando o meu retrato no salão de honra das suas reuniões magnas, e ainda mais, em tão solemne e apparatosa festa.

Senhores, externar por palavras ramalhetadas por conceitos correctos, o que me vai n'alma, para significar as emoções do meu coração sensibilisado por esta bellissima e honrosa manifestação; e ainda mais, pelas phrases adamantinas do esmerado e primoroso discurso do meu joven amigo e collega, Arthur Muniz, que fallou, mais pelos impulsos do seu generoso coração, que pelos ditames severos do seu cerebro; mais como amigo, que artista para traçar em rapido escorço os tons caracteristicos da minha humilde individualidade; tudo isso, Meus Senhores, deveis comprehender, enleia-me de tal sorte, confunde-me de tal modo, e emociona-me tanto, que mal posso significar por palavras os sentimentos que me vão n'alma.

O que poderei dizer ao Instituto, Senhores, a quem o que sou, o pouco que valho, absolutamento devo, e assim o confessando, publica e solemnemente cumpro um dever, que me é grato, e pago uma divida de honra, que me trazia vergado ao peso, desse compromisso, que desde muito o devia ter satisfeito para expansões liberrimas da minha consciencia, do meu espirito, de todo o meu ser em suas complexas manifestações?

Sim, Meus Senhores. O Instituto foi a minha escola, foi a minha tenda de trabalho, onde encontrei mestres provectos nos seus ensinamentos, que prodigalisaram-me os thesouros da sua sabedoria, e que, sem indagarem mesmo donde eu vinha, que credenciaes trazia, e o que aspirava, abriram-me, generosos e bons, as portas deste templo da sciencia, encaminharam os meus passos vacillantes, e guiaram-me até formar-se a minha humillissima individualidade litteraria.

E' que eu bem sabia, Meus Senhores, que a sabedoria como o valor dos grandes homens, transmitte-se como o fluido magnetico; e eu tinha fé, e a fé, meus Senhores, — realisa maravilhas, transporta montanhas.

Era eu ainda bem moço, mal contava os meus vinte e cinco annos de idade, quando transpuz os umbraes deste templo venerando, onde arde o fogo sagrado das nossas epopéas, das nossas lendarias e brilhantissimas tradicções historicas; e inexperiente, e timidos e vacillantes como

eram os meus passos, guiado por mestres provectos, encanecidos no estudo das lettras e das sciencias, unindo a esses predicados, corações largos, abertos a todos os sentimentos affectivos, o Instituto, Senhores, foi para mim uma verdadeira escola, porque aqui, aprendi á terçar as armas, até receber a investidura cavalheiresca, que considero-a, lisonjeadamente, o diploma de Socio Benemerito com que me distinguiu esta illustre e patriotica associação.

Sim, Meus Senhores. Agora mesmo, voltando-me um pouco para os tempos que se occultam já nas dobras do passado, afigura-se-me, que vejo ainda a meus olhos, occupando condignamente a curul presidencial desta casa, o vulto venerando e respeitavel de Muniz Tavares, com aquella envergadura romana, sagrado martyr pelas suas idéas emancipacionistas, jogadas em audacioso lanço em 1817, sagrado sabio pela bella historia que nos legou desse memoravel e arrojado commettimento politico, tendo aos lados, Soares de Azevedo, o poeta, o philosopho e prosador emerito, e Salvador Henrique, o mestre conscienciosо escriptor correcto, que entre os mais illustres obreiros do Instituto, occupa incontestavelmente distinctissimo lugar.

Mais abaixo, nessas duas ordens de cadeiras, que em alas se abrem em frente á mesa, vejo ainda, distinctamente, os vultos de Nascimento Feitosa, Antonio Joaquim de Mello, Torres Bandeira, Lino do Monte Carmello, Aprigio Guimarães, Tavares Belfort, José Hygino, Soares Brandão, e tantos outros, que se alaram deste mundo em busca das regiões azues; e dentre os vivos dessa epocha, Regueira Costa, que saliento como justissima homenagem aos seus talentos e virtudes, pelo valor real do seu merecimento, e como aquelle, que manejando a penna com mestria e elegancia, quer nos seus vôos de poeta, quer nos seus arroubos de prosador, tanto brilho e realce tem dado a esta illustre associação pelos seus importantissimos trabalhos, não sómente originaes como tambem de traducção.

Mas aquella geração passou; e agora, novos obreiros, dignos continuadores daquella pleiade brilhante, occupam o seu lugar de honra, velando como ella o fogo sagrado das nossas tradicções, precioso legado que jámais se extinguirá.

Sim, Meus Senhorès; e elles ahi estão mourejando heroicos no trabalho, com a fronte aureolada pelas victorias das suas conquistas, de animo forte e varonil, dando novos brilhos e realces a tão preciosa herança.

Seria opportuno agora, Senhores, como tributo de homenagem ao merecimento dessa nova geração que atravessa, penetrando heroica nos arcanos do passado, illuminando ao brilho das suas conquistas paginas obscuras da nossa historia, e desvendando com as achegas dos seus trabalhos novos e largos horisontes, individualisar a cada um dos seus membros, traçando a sua feição caracteristica.

Mas, eu não venho fazer uma apologia academica, não me é dado esculpir agora esse grupo bellissimo dos levitas deste templo, que se impõe ao reconhecimento publico pelo fervor das suas crenças, pelo zelo do seu apostolado, e pelo seu heroismo nos combates contra a descrença de uns, a ignorancia de outros, e o indifferentismo de muitos, em uma epocha em que os *espiritos fortes*, e os chamados opportunistas não comprehendem o alcance dos seus esforços e nem sabem mesmo, desviados por absorventes interesses materiaes, aquilatar do valor real de tão nobres e patrioticos commettimentos !

Entretanto, seja-me licito, ao menos, como uma justa homenagem ao merecimento de cada um desses homens de fé pura e de crenças inabalaveis, e como que enfeixando todos esses viçosos rebentos dos velhos e abatidos troncos desta associação, escolher e apresentar a um só, synthetisando nelle a todos os seus pares no paladinato dessas justas heroicas em que se objectiva um sentimento nobilissimo, grandioso e sublime, que tem gerado heróes e sagrado martyres, — o amor da Patria !

Esse a quem destaco, Senhores, como digno representante da moderna geração de obreiros do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, é Alfredo de Carvalho, cujo nome, já tão vantajosamente conhecido e respeitado pelos seus substanciosos e multiplos trabalhos, brilhantissimos attestados do seu talento e incontestaveis dotes, bem póde mui condignamente representar a todos elles.

Senhores, neste dia memorabilissimo, que jámais se olvidará da minha memoria, porque fica eternamente gravado dos escrinios do meu coração ; neste momento sole-

mnissimo de minha vida, em que para mim, transluz mais o espirito affectivo de amigos dedicados, irmanados pelos mesmos vinculos de idéas nesse operariado das lettras, que uma homenagem real ao pouco que valho, ao pouco que tenho feito ; é-me grato externar de um modo solemne, e o faço curvado a consciencia de um dever, — que se por ventura tenho conquistado alguns louros em minha timida vida litteraria, esses louros, Senhores, não me pertencem !

Sim. E o confesso com a convicção sincera das minhas crenças, que pertencem todos elles a esta generosa associação, que foi a minha escola, que diffundiu-me os seus ensinamentos, onde encaneci nos serões do trabalho, e onde persistirei, curvado aos sentimentos da gratidão, por toda a minha vida, continuando a consagrar-lhe todas as energias de minh'alma, e todas as vigilias do meu espirito, porque nesse objectivo vela-se a imagem sacratissima da Patria, dessa adoravel terra em que nasci, a que tenho consagrado todos os meus affectos, toda a minha actividade, todas as energias da minha mocidade, e agora, meus Senhores, ao penetrar no declinio da velhice, — o culto do mais puro e santo amor !

Senhores. Curvado ao mais sublime e nobilissimo dos sentimentos do homem, o sentimento da gratidão, permitti, que me volte agora para os meus queridos amigos e companheiros desta confraternidade litteraria, para consagrar-lhes, por ultimo, as derradeiras phrases deste punhado de palavras, que não sei mesmo como as reuni, como as tracei.

Meus amigos e confrades.

Eu vos agradeço de coração aberto esta significativa e eloquente prova de consideração que me acabaes de conferir, e tão bellamente manifestada.

O dia de hoje, inolvidavel para mim, dia de uma aurora perenne, de um sol sem occaso, que só se occultará, quando occultar-se tambem a luz da minha existencia, fica indelevelmente gravado em meu coração como um dos mais solemnes de minha vida, que se vai desdobrando já alem de meio seculo, tombando assim para o seu declinio ; neste momento solemne, pois, minh'alma se curva genuflexa, e como a expressão intima, sincera, amoravel, dos mais puros sentimentos da sua gratidão, dirige-vos um fraternal amplexo, e beija-vos a generosa dextra.

ACTAS DAS SESSÕES

Sessão ordinaria de 5 de Outubro de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes o Exm. Sr. Desembargador Luna Freire, os Drs. Conselheiro Pinto Junior, Pedro Celso, Pereira da Costa, substituindo o 1º Secretario que não compareceu, Sebastião Galvão, João Vicente e os Srs. Majores Codeceira e Augusto Cesar, occupando a cadeira de 2º Secretario, foi aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, o Dr. 1º. Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Officio do Inspector interino da Instrucção Publica do Estado, Dr. João Baptista Regueira Costa, de 4 de Setembro, communicando haver assumido, no dia 1º, o exercicio do mesmo cargo ; do Dr. Luiz Lombard, Director da Escola de Engenharia, participando ter tomado posse do dito cargo no dia 4 ; da *Associação dos Empregados do Commercio de Pernambuco*, de 15 de Setembro, communicando a posse de sua nova directoria e pedindo o apoio do Instituto para o bom desempenho das suas funcções ; da *Academia Cearense*, de 20 de Agosto, remettendo a relação dos membros da sua directoria. — Mandou-se agradecer as communicações.

Um officio do Dr. Antonio Pimentel, de 28 de Agosto, pedindo uma collecção da *Revista* do Instituto : — Mandou-se remetter os numeros que houvessem.

OFFERTAS

Pela *Sociedade de Geographia de Lisbôa*, um numero do seu *Boletim;* pelo Dr. Antonio da Cunha Barbosa, um exemplar dos *Estudos Historicos*, de sua lavra; pelo Dr. Guilherme Studart, um volume da sua obra *Datas e Factos para a Historia do Ceará;* pelo Dr. Ribeiro da Silva, um volume intitulado *Livro do Estado Servil e respectiva libertação*, por Luiz Francisco da Veiga; pelos Srs. João W. de Medeiros & C., um *Almanach Luso-Brasileiro* para 1900; pelo Sr. Arthur Octavio Nobre Vianna, o seu opusculo — *Estudos sobre o Pará;* pelo Sr. tenente-coronel José Thomaz Portella, uma pequena moeda antiga; pelo Sr. Coronel Eugenio de Mello, um manuscripto sobre a capitulação de Florianopolis, e pelas respectivas redacções varios jornaes deste e doutros Estados. — Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Passando-se á ORDEM DO DIA, o Sr. Major Codeceira communica que a commissão de que fez parte, incumbida de examinar a sepultura encontrada na igreja matriz de Jaboatão, pelo Rvm. Vigario daquella freguezia Padre João Pereira de Araujo Pedrosa, que o communicara ao Instituto, em Setembro ultimo, com a declaração de ser a do pae do finado Visconde de Suassuna, para ali seguiu no dia 4 do corrente, sendo cordealmente recebida pelo dito Rvm. Vigario, que teve a bondade de acompanhar a commissão e facilitar-lhe a mesmo exame; que com effeito a commissão vio a sepultura de que se trata, a gual fica no centro da capella mór e é coberta com uma lapide de marmore de Lisbôa, tendo de extensão..... $1^{m},85 \times 0^{m},80$, sem armas nem escudo e sómente com a seguinte inscripção em baixo relevo:

ESTA SEPULTURA HE DE FRANCISCO
XAVIER CAVALCANTE DE ALBUQUER
QUE E SEUS FILHOS.

Por esta inscripção se vê que a sepultura não é do Capitão-mór de Olinda, Francisco de Paula Cavalcante d'Albuquerque e sim de seu pae Francisco Xavier Cavalcante de Albnquerque e seus herdeiros; são portanto os restos mortaes que ali devem existir inhumados, não do pae, e sim

do avô dos Viscondes de Suassuna e de Camaragibe e do Barão de Muribeca, em vista da geneologia dessa respeitavel familia. Pelo que a commissão é de parecer que nada ha a fazer, e que quando, porventura se tivesse de proceder a uma escavação, não se poderia violar aquella sepultura sem o consentimento dos herdeiros de quem a constituiu. Concluindo propõe que se officie ao digno Rvm. Vigario Pedrosa agradecendo-lhe o bom acolhimento prestado á commissão, o que foi approvado. Propoz ainda o Sr. Major Codeceira, e foi tambem approvado, que tendo chegado de Roma os virtuosos e venerandos consocios Exms. Bispo Diocesano e Arcebispo do Rio de Janeiro, fossem nomeadas commissões para, em nome do Instituto, comprimental-os e felicital-os pela sua boa vinda. Foram designados para felicitar ao Exm. Sr. Bispo Diocesano os Drs. Sebastião Galvão e João Vicente e o Sr. Major Augusto Cesar, e ao Exm. Sr. Arcebispo os Drs. João Vicente e Guedes Alcoforado e o Sr. Major Codeceira.

O Exm. Sr. Presidente, em sentidas palavras, communicou ao Instituto o fallecimento, em Setembro ultimo no Capital Federal, do distincto socio honorario o Exm. Sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, e o Instituto deliberou que fôsse consignado na acta um voto de pezar por esse infausto acontecimento; em seguida, nada mais havendo a tratar foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente; *F. A. Pereira da Costa*, servindo de 1º Secretario; *Augusto Cesar da Cunha*, supplente do 2º Secretario.

Sessão ordinaria de 14 de Dezembro de 1899

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' 1 hora da tarde, presentes o Exms. Srs. Desembargadores Luna Freire e Francisco Luiz, os Drs. Eudoxio de Britto, Alfredo Freire, Sebastião Galvão, Pereira da Costa, substituindo o 1º Secretario, e os Srs. Majores Codeceira e Augusto Cesar, occupando a cadeira de 2º Secre-

tario, foi aberta a sessão. Sendo approvada a acta antecedente o Dr. 1º Secretario mencionou o seguinte:

EXPEDIENTE

Officios do Sr. José E. Rieldel, datada de Santa Cruz, Rio Grande do Sul, em 30 de Outubro, pedindo uma collecção da *Revista do Instituto*, ao qual mandou-se satisfazer com os numeros que houvessem; do *Club Central dos Officiaes da Guarda Nacional* convindando o Instituto a se fazer representar na sua festa anniversaria de 9 do corrente, do qual tiveram conhecimento os Srs. Socios que compareceram á séde do Instituto; do Sr. Augusto Duprat, de 14 de Novembro, accusando a recepção e agradecendo o seu diploma de socio correspondente do Instituto: — Inteirado.

OFFERTAS

Pelo Sr. Hugo Gabriel, por intermedio do Sr. Major Codeceira, uma brochura intitulada *Historia de Anadia* por Nicodemus de Souza M. Jobim e uma carta chorographica do Estado de Alagôas; pela *Sociedade de Geographia de Lisbôa* um exemplar do seu *Boletim*; pelo autor um opusculo intitulado *Politica de Pernambnco*; pelo Dr. Estanislau S. Zeballos, cinco folhetos — *Apuntaciones para la Bibliographia Argentina*; pelo consocio Dr. Regueira Costa um numero da *Revista de Instrucção Publica do Estado de Pernambuco*; pelas redacções diversos jornaes deste e doutros Estados; mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Passando-se á ORDEM DO DIA, o Dr. Alcebiades Velloso propoz, e foi approvado pelo Instituto, que se creasse um *Livro de Tombo*, a cargo do 1º Secretario, no qual fossem lançados, a contar do 1º de Janeiro de 1900, todos os factos que poderem interessar á archeologia do Estado servindo-se para isso duma linguagem clara e a mais resumida possivel.

Pela mesa administrativa foi proposto que, attendendo-se ao indubitavel devotamento e dedicação, traduzidas por factos positivos, pela prosperidade do Instituto que tem mostrado o socio correspondente Dr. Antonio da Cunha Barbosa, fôsse elle elevado a socio benemerito. Não estando ainda eleita a commissão de syndicancia, o Sr. Presidente nomeou aos consocios Drs. Sebastião Galvão,

Francisco Luiz e Alfredo Freire, na forma dos Estatutos, para na primeira sessão darem parecer sobre a proposta. Em seguida o Dr. Pereira da Costa propoz que o Instituto se associasse ás festas nacionaes em commemoração ao 4º. Centenario do descobrimento do Brasil, publicando para esse fim uma nova edição especial da carta escripta a El-Rei D. Manoel por Pero Vaz de Caminha, datado de Porto Sêguro em o 1º de Maio do 1500, dando conta detalhada da descoberta do Brasil. O mesmo Dr. Pereira da Costa abundando em considerações sobre esse importante documento, que abre o prologo da historia do Brasil, concluiu lendo um trabalho preliminar á publicação da mesma carta, que offereceu á apreciação do Instituto, se porventura approvasse a sua indicação, a qual submettida a discussão foi unanimemente approvada.

O Sr. Major Codeceira, obtendo a palavra, communica que a commissão de que fez parte, incumbida de verificar, na cidade de Olinda, qual a casa em que morava o patriota natalense Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, um dos martyres da revolução de 1817, quando foi preso como um dos chefes daquelle movimento, dirigiu-se á mesma cidade e sendo informada de que o cidadão João Baptista da Silva Manguinho, filho do finado major Manguinho, tinha perfeito conhecimento do local da dita casa, procurou-o afim de pedir-lhe informações a respeito. E, com effeito, aquelle cidadão, acquiescendo ao pedido da Commissão, guiou-o ao local da casa, que é na rua que fica em frente ao convento das freiras de N. S. da Conceição; observou a commissão que a referida casa acha-se completamente arruinada e que, segundo disse o cidadão Manguinho, por ouvir de seu fallecido pae, que então morava defronte do Padre Almeida Castro, que daquella casa sahira elle preso, noticia que foi por vezes confirmada pelo finado Padre Antonio Manoel da Assumpção, que fôra secretario do bispado, o qual por vezes lhe disséra que depois da prisão do Padre Miguel Castro fôra a casa occupada por elle Padre Assumpção. A commissão ouviu igualmente o digno socio deste Instituto Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro que confirmou ter sido aquella casa em que habitava o seu tio avô na occasião em que foi preso e que sabia isso por informações do mencionado Padre Antonio Manoel da Assumpção, quando ainda morava em dita casa,

no tempo em que o Dr. Castro frequentava a Academia de Direito de Olinda. Que sendo este o resultado das investigações a que procedeu, e achando-se aquelle predio de tal modo arruinado que já nem uma parede existe onde possa ser collocada uma inscripção commemorativa, a commissão julga inutil que isso se faça e antes propõe que o Instituto se dirija por officio ao cidadão Manguinho e ao Dr. Miguel Castro para que comparecendo ambos em uma sessão, no dia que lhes for indicado, venham pessoalmente fazer as mencionadas declarações, para que, lavrando-se termo dellas, fique consignado na acta respectiva. A proposta foi approvada e a sessão levantada por nada mais haver a tratar-se. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente; *F. A. Pereira da Costa*, servindo de 1º Secretario; *Augusto Cesar da Cunha*, supplente do 2º Secretario.

Sessão ordinaria em 11 de Janeiro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' 1 hora da tarde, presentes os Exms. Srs. Desembargadores Luna e Francisco Luiz, Conselheiro Pinto Junior, Drs. Eudoxio de Britto, Sebastião Galvão, Pereira da Costa, substituindo o 1º Secretario, Coelho Leite, e o Sr. Major Augusto Cesar, occupando a cadeira de 2º Secretario, foi aberta a sessão. Approvada a acta antecedente, o Dr. 1º Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. Leopoldo Luiz Flores, consul de Portugal no Rio Grande do Sul, agradecendo a remessa do seu diploma de socio corresponte; e apresentou as seguintes :

OFFERTAS

Pelo consocio Dr. Coelho Leite, uma moeda portugueza de ouro, cunhada em 1764 no reinado de D. José I, do valor de 4$000 reis; pelas respectivas redacções diver-

sos jornaes deste e doutros estados. — Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Passando-se á ORDEM DO DIA foi apresentada uma proposta para socio correspondente, que foi enviada a respectiva commissão; em seguida foi lido, discutido e approvado o seguinte parecer, para ser votado na proxima sessão:

« A commissão abaixo assignada, incumbida de dar parecer sobre a proposta que fez a mesa administrativa da elevação a socio benemerito do Dr. Antonio da Cunha Barbosa, actualmente socio correspondente, tendo consideração os diversos serviços relevantes prestados por esse mesmo socio a esta associação, entre outros o continuo esforço para que de nenhum orçamento da Republica fôsse retirada a quota federal que, com regularidade e ainda com intervenção sua ultimamente recebemos, cuidando o mesmo ultimamente em conseguir, para toda a correspondencia do Instituto que circúlar dentro do paiz, a dispensa da taxa postal, é de parecer que, de accordo com as disposições dos nossos Estatutos lhe seja conferida semelhante distincção. Sala das sessões do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, 10 de Janeiro de 1900. — *Sebastião de Vasconcellos Galvão*, relator; *Francisco Luiz Correia de Andrade*, *Augusto Cesar da Cunha*. »

O Sr. Presidente communicou ter recebido uma proposta para o Instituto comprar a collecção numismatica que pertenceu ao finado Barão de Caiará, e o Instituto resolveu que fôsse nomeada uma commissão para examinar a mesma collecção, sendo para este fim designados pelo Sr. Presidente os consocios Drs. Manoel Cicero, Pereira da Costa e Coelho Leite. Declarou ainda o Sr. Presidente que havia convocado extraordinariamente a presente sessão para assentar-se nos meios de realisar-se a sessão solemne de 26 do corrente mez, como foi deliberado na ultima sessão por não dispor presentemente o Instituto dos recursos necessarios em razão da falta de pagamento das subvenções devidas. O Instituto, depois de alguma discussão, resolveu que se effectuasse a referida solemnidade, no dia já designado, ficando a mesa administrativa autorisada a obter os recursos para esse fim necessarios. O Sr. Presidente nomeou para a commissão que tem de fazer os convites, nos termos do art. 72 dos Estatutos, os Srs. Drs. Pereira

da Costa e Alfredo Freire e Major Augusto Cesar. Em seguida resolveu o Instituto que fosse inserido na presente acta o protesto seguinte:

« Havendo chegado ás minhas mãos o *Diccionario Geographico* do Dr. Moreira Pinto e encontrando ali, no artigo *Recife*, um trabalho meu transcripto por extenso, como daquelle autor, sobre as igrejas do Recife, trabalho publicado anteriormente no *Almanak Pernambucano*, de Gaspar Regueira Costa, para o anno de 1895, e reproduzido ainda ultimamente na nossa *Revista* de n. 52, embora ampliado como era necessario, protesto perante este Instituto, declarando meu aquelle trabalho e pedindo a inserção deste protesto na acta e na *Revista*. Recife, 14 de Dezembro de 1899. — *Sebastião de Vasconcellos Galvão.* »

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente; *F. A. Pereira da Costa*, servindo de 1° Secretario; *Augusto Cesar da Cunha*, supplente do 2° Secretario.

Sessão solemne de assembléa geral em 26 de Janeiro de 1900

PRESIDEMCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' 1 hora da tarde, presentes os Srs. Ajudantes de Ordem dos Exms. Srs. Governador do Estado, General Commandante do 2° Districto Militar e Coronel Commandante do 14 Batalhão de Infantaria, deputados federaes e estadoaes, lentes das Escolas de Direito e de Engenharia, officiaes dos corpos de linha e de policia, academicos, jornalistas, distinctas senhoras e grande numero de pessôas gradas da sociedade e os socios do Instituto Desembargadores Luna Freire e Francisco Luiz, Conselheiro Pinto Junior, Drs. Pereira da Costa, Pedro Celso, Sebastião Galvão, Eudoxio de Britto, Carlos Porto Carreiro, Luiz José da Silva, Adelino Filho, Regueira Costa, Manoel Cicero, Henrique Capitulino, Castro Loureiro, Martins Pereira e os Srs. Majores Augusto Cesar e José Domingues

Codeceira e o Sr. Soares Brandão, foi pelo Sr. Presidente aberta a sessão, depois de breve discurso analogo ao assumpto da selemnidade; em seguida deu a palavra ao Dr. José Luiz da Silva que, fazendo o elogio do socio bemerito Major José Domingues Codeceira, offertou ao Instituto, em nome de diversos consocios, o retrato do mesmo Major, o qual foi immediatamente inaugurado na galeria do Instituto.

O Sr. Major Codeceira, pedindo a palavra, em voz bastante commovida, agradeceu a honrosa surpreza que lhe acabavam de fazer os seus consocios.

O Sr. Presidente declarou, em nome da associação, que acceitava com reconhecimento a offerta que acaba de ser feita, e que o retrato seria conservado em memoria dos valiosos serviços prestados por tão distincto consocio.

O Dr. Sebastião Galvão, occupando a cadeira de 1º. Secretario, leu um excellente e minucioso relatorio do movimento do Instituto durante os dous ultimos annos. Em seguida occupou a tribuna o Dr. Pedro Celso que proferiu um luminoso discurso analogo á solemnidade, commemorativa do anniversario da installação do Instituto e da restauração de Pernambuco do dominio hollandez, concluindo com o elogio dos socios fallecidos no mesmo periodo. Occupou depois a tribuna o socio Dr. Carlos Porto Carreiro que, em brilhante allocução, tratou especialmente do 4º centenario do descobrimento de Pernambuco por Vicente Yanez Pinson. Finalmente fez-se ouvir sobre o mesmo assumpto o Dr. João Coimbra, que correspondeu de modo satisfactorio á espectativa dos seus ouvintes.

O Sr. Presidente agradecendo as pessoas presentes que se dignaram de honrar com a sua presença a festa do Instituto, declarou encerrada a sessão.

Durante o acto duas bandas de musica, a do 14 Batalhão de linha e a do 2º Corpo de policia, fizeram ouvir lindas peças dos seus repertorios, e uma guarda fez as honras da festa.

Sessão ordinaria em 15 de Fevereiro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' 1 hora da tarde, presentes os Srs. Desembargadores Luna Freire e Francisco Luiz, Drs. Eudoxio de Britto Luiz José da Silva, Pedro Celso, João Coimbra, Manuel Cicero, Alfredo Freire e Sebastião Galvão, occupando a cadeira do 1º Secretario, e os Srs. Coronel Manoel Heraclito e Major Augusto Cesar, substituindo o 2º Secretario, foi aberta a sessão. Lida e approvada a acta antecedente o Dr. 1º Secretario mencionou o seguinte:

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. C. M. Gabriel, director do Congresso para a Exposição de Paris, em 1900, pedindo informações sobre o Instituto, ao qual mandou-se satisfazer; outro do Secretario do Conselho Municipal do Recife offertando um exemplar da lei orçamentaria n. 269, ao qual mandou-se agradecer.

Em seguida o mesmo Dr. apresentou as seguintes

OFFERTAS

Pela Reparticion de Deposito Reparto y Cange de Montevideo, 3 volumos encadernados da *Historia de la Dominacion Española en el Uruguay*, por Francisco Bauzá; pela Sociedade de Geographia da Finnlandia, um numero do seu *Boletim*; pelo Sr. George Rapilly, livreiro em Paris, um catalogo de livros; pelo Museu Nacional um volume de seus *Archivos* de 1896-99; pelo Sr. Ludvig Junior, livreiro em Copenhague, um catalogo de livros; pelo Exm. Sr. Bispo Diocesano, um exemplar da sua pastoral a proposito da solemnidade em homenagem a Jesus Christo Redemptor e ao seu Vigario na terra; pelo Dr. J. C. Branner, um folheto — *The Maganese Deposits of Bahia and Minas*; pelo Sr. Commendador José Braz da Conceição e Silva, por intermedio do Major Codeceira, 8 moedas de cobre e 1 medalha da Exposição Universal de Paris em 1889; pelas redacções, diversos jornaes deste e doutros Estados; mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram lidos e remettidos á commissão de contas, para dar parecer, os balancetes da receita e despeza do Instituto no semestre de Julho a Dezembro de 1899.

Foram propostos para sacios effectivos do Instituto os Srs. Dr. Manuel Brunet, director da Repartição de Obras Publicas do Estado, Conde de Caetano Pinto, Manoel Arão e Antonio Joaquim Barbosa Vianna (este ultimo independente do pagamento da respectiva joia, em attenção aos serviços prestados a esta associação) ; para dar parecer sobre estas propostas e por não estar ainda eleita a commissão de syndicancia, creada pelos novos Estatutos foram nomeados os Drs. Manoel Cicero, João Coimbra e Eudoxio de Britto.

Foi lido e approvado o parecer da commissão de syndicancia elevando a socio benemerito o correspondente Dr. Antonio da Cunha Barbosa, distincto clinico do Rio de Janeiro, e correndo a votação por escrutinio secreto, na forma dos Estatutos, foi unanimemente elevado o mesmo Dr. a socio benemerito, sendo proclamado tal pelo Sr. Presidente.

O Instituto, a requerimento do Dr. Sebastião Galvão, e depois de breve discussão em que tomaram parte alguns consocios, resolveu que, para completar o grande serviço feito á nossa historia pelo illustrado Dr. José Hygino Duarte Pereira, em sua tão proveitosa viagem á Hollanda em 1884, se dirigisse ao mesmo Dr. pedindo-lhe a remessa das traducções, que porventura já tenha concluido, dos documentos confiados á sua intelligencia e especiaes habilitações, afim de serem publicados na nossa *Revista*, que passa a ser trimensal, assim como que, se lhe não fôr possivel, por motivos sem duvida muito poderosos, continuar a encarregar-se deste serviço se digne de restituir os mesmos documentos ao Instituto, por intermedio do consocio Dr. Antonio da Cunha Barbosa, a quem o mesmo Instituto se dirige, afim de terem o conveniente destino.

O Instituto resolveu tambem, de conformidade com o art. 69 dos seus Estatutos, que se fizésse acquisição dos livros e objectos que se acham fóra da bibliotheca, sendo para esse fim nomeada uma commissão que, examinando o protocollo e obtendo as informações necessarias, se entenda com as pessôas, em cujo poder se acham esses livros e objectos ; foram nomeados os Srs. Drs. Sebastião Galvão,

Luiz José da Silva e João Coimbra. Resolveu ainda o Instituto celebrar, no dia 6 de Março, proximo vindouro, a sessão solemne commemorativa da patriotica revolução de 1817, nos termos do art. 40 dos seus Estatutos.

Em seguida foi levantada a sessão por nada mais haver a tratar-se. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente; *J. B. Regueira Costa*, 1° Secretario; *F. A. Pereira da Costa*, 2° Secretario.

Sessão solemne de assembléa geral em 6 de Março de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A's 7 horas da noute, presentes os Srs. Desembargador Luna Freire, Conselheiro Pinto Junior, Drs. Regueira Costa, Pereira da Costa, João Coimbra, Martins Junior, Estacio Coimbra, Pedro Celso, Sebastião Galvão, Eudoxio de Britto, Adelino Filho, Luiz José da Silva, Silva Leal, Major Codeceira, grande numero de senhoras, o Dr. Substituto do Procurador Geral da Republica, Dr. Inspector Geral da Instrucção Publica, uma commissão do 14 Batalhão de infantaria representando a officialidade e o respectivo commandante, lentes da Faculdade de Direito, commissões de sociedades diversas, magistrados, jornalistas, academicos e grande numero de cidadãos de todas as classes sociaes, o Sr. Presidente, em breves e eloquentes palavras, expoz o fim da sessão, que era commemorar a gloriosa data da patriotica revolução de 1817.

Em seguida occupou a attenção do selecto auditorio o Dr. José Izidoro Martins Junior que, por espaço duma hora, dissertou larga e brilhantemente sobre o assumpto, sendo com frequencia interrompido por calorosos applausos. Obteve então a palavra o Dr. João Coimbra que, num bem elaborado discurso, fez o historico daquella revolução, abundando em considerações reveladoras do seu grande talento e conhecimentos da historia patria. Apoz fallaram, por parte da mocidade academica e Sr. Francisco Alexandrino de Albuquerque Mello, e por parte

do Gremio Litterario Victoriano Palhares, o Sr. Octavio Celso de Novaes, os quaes, em brilhantes improvisos, se congraturam com o Instituto pela solemnisação de tão memoravel data. Antes de encerrada a sessão, foram distribuidos impressos contendo varios sonetos do Dr. Regueira Costa, commemorativos do martyrio dos patriotas de 1817 sacrificados por seu amor á causa da liberdade.

Não havendo mais quem quizésse usar da palavra, o Sr. Presidente, depois de agradecer a presença das pessoas que se dignaram comparecer á festa do Instituto, deu por encerrada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente; *J. B. Regueira Costa*, 1º Secretario; *F. A. Pereira da Costa*, 2º Secretario.

Sessão extraordinaria de eleição em 8 de Março de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Desembargador Luna Freire, Conselheiro Pinto Junior, Drs. Eudoxio de Britto, Pedro Celso, Pereira da Costa, substituindo o 1º Secretario, Sebastião Galvão, occupando a cadeira de 2º Secretario, João Coimbra, Luiz José da Silva, João Vicente e os Srs. Coronel Coelho Cintra e Major Codeceira, foi aberta a sessão.

Sendo approvadas as actas das sessões ordinaria, de 15 de Fevereiro, e solemne de 6 do corrente, o Dr. 1º Secretario mencionou o seguinte:

EXPEDIENTE

Uma carta do Sr. Philoteio Pereira de Andrade, de 15 de Janeiro, offertando os folhetos: *A Inereia da Materia*, *Documentos Kocanius*, *Padre André Gomes*, *Contribuições para a Historia da India Portugueza*; em seguida apresentou as seguintes:

OFFERTAS

Pela redacção um numero da *Revista Industrial e Mercantil*; pelo Sr. Alvares da Costa, por intermedio do Sr.

Major Codeceira, dous folhetos — *Discurso civico sobre a vida nacional* e *Paginas Avulsas*; pelo Sr. Julius Melli, uma medalha commemorativa do descobrimento do Brasil; pelo Sr. Coronel Coelho Cintra um fragmento duma bala de canhão de tiro rapido, atirada de bordo da esquadra revoltosa, encontrada na casa n. 9 da rua Senador Dantas, no Rio de Janeiro, e uma espada que pertenceu ao commendador Manoel Figueirôa de Faria, alferes de milicias, presenteada por seu filho o Dr. Miguel Figueirôa ao offertante; pelas respectivas redacções, diversos jornaes deste e doutros Estados; mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Passando-se á ORDEM DO DIA, o Sr. Major Cedeceira communica que o consocio Dr. José Hygino, expontaneamente acaba de remetter, para a bibliotheca do Instituto, parte dos documentos hollandezes que pedira para traduzir, declarando que justos motivos o impediam de continuar incumbido da commissão de traduzil-os e recommenda, que os mesmos sejam entregues aos consocios encarregados de reorganisar a bibliotheca, devendo ser organisada a relação dos volumes que ainda faltam, afim de serem reclamados do mesmo Dr. José Hygino. Propoz tambem o Sr. Major Codeceira que se officiasse ao Sr. Dr. Juiz de Direito do Rio Formoso, como um dos fundadores e presidente da sociedade ali ultimamente creada, para annualmente solemnisar o glorioso anniversario dos actos de heroismo praticados pelo invencivel Capitão Albuquerque, o qual com diminuto numero de companheiros soube valentemente resistir ao furioso embate dos hollandezes, na tomada do forte do Rio Formoso, e offerecendo ao mesmo Dr. e aos seus dignos associados os serviços deste Instituto, que muito se afana de tão patriotica lembrança.

Iniciando-se a eleição dos membros da mesa administrativa e das commissões do Instituto para o corrente anno social, registrou-se o seguinte resultado: — Presidente, Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire; 1º Vice-presidente, Conselheiro João José Pinto Junior; 2º Vice-presidente, Major José Domingues Codeceira; 3º Vice-presidente, Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade; 1º Secretario, Dr. João Baptista Regueira Costa; 2º Secretario, Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa; Supplentes do 2º Secretario, Major Augusto Cesar

da Cunha e Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão ; Oradores, Drs. Pedro Celso d'Uchôa Cavalcanti e José Izidoro Martins Junior ; Thesoureiro, Dr. Gaudino Eudoxio de Britto ; Commissão de fundos e orçamento, Drs. Manoel Cicero Peregrino da Silva, José Lopes Pessôa da Costa e Joaquim Antonio de Castro Loureiro ; Commissão de Estatutos e redacção da *Revista*, Drs. João Baptista Regueira Costa, Sebastião de Vasconcellos Galvão e Francisco Augusto Pereira da Costa ; Commissão de admissão de socios, Drs. João Coimbra, Alfredo Alves da Silva Freire e João Vicente da Siva Costa Junior.

Depois de concluida a eleição, o Sr. Presidente declarou empossados os Srs. Socios eleitos, e, sendo-lhe delegada pelo Instituto, de conformidade com os Estatutos, a faculdade de nomear as demais commissões, designou os seguintes Srs. Drs. João Coimbra, Francisco Augusto Pereira da Costa e Luiz José da Silva, para commissão de revisão de manuscriptos ; Srs. Major José Domingues Codeceira, Drs. Carlos Porto Carreiro e Guedes Alcoforado, para a de trabalhos historicos ; Drs. Vitalino Cordeiro, Lèal de Barros e Luiz Lombard, para a de trabalhos geographicos ; Drs. Manoel Cesario Brasileiro, Sebastião Galvão e Coelho Leite, para a de historia e geographia do Brasil.

Antes de levantar-se a sessão, o Dr. Sebastião Galvão propoz, e foi unanimemente approvado, que se mencionasse na acta um voto de felicitação ao venerando vice-presidente e socio benemerito do Instituto, o notavel historiador Sr. Major José Domingues Codeceira, pelo seu auspicioso 80· anniversario, hoje realisado, fazendo o Instituto sinceros votos para que a Providencia dilate a sua existencia, tão proveitosa á familia e á patria. O Sr. Major Codeceira, obtendo a palavra, cordealmente agradeceu a prova de consideração e amisade que lhe deram os seus consocios, e o Sr. Presidente levantou a sessão, por nada mais haver a tratar-se. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente ; *F. A. Pereira da Costa*, substituindo o 1º Secretario, *Sebastião de Vasconcellos Galvão*, substituindo o 2º Secretario.

VOL. X Junho de 1903 N. 58

REVISTA

DO

INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO

PERNAMBUCANO

Fundado em 28 de Janeiro de 1862

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Drs. Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho e Arthur Muniz

Os heroicos feitos dos antigos,
Tende vivos e impressos na memoria,
Alli vereis esforço nos perigos,
Alli ordem na paz digna de gloria.

Prosopopéa.—Bento Teixeira Pinto.



HOSTIL NAVAL ... RIO DE JANEIRO

RECIFE

Empreza do JORNAL DO RECIFE, *rua 15 de Novembro n. 47*

1903

SUMMARIO DO N. 58

I—Geologia de Pernambuco.— Pelo Dr. John C. Branner; traduzido do inglez pelo Dr. Alfredo de Carvalho. *(Com 1 mappa)*..... 381

II—A bandeira da Confederação do Equador.— Pelo Dr. Alfredo de Carvalho. *(Com 1 estampa)*..... 403

III—Nobiliarchia Pernambucana.— Por A. J. V. Borges da Fonseca. *(Continuação)* 408

IV—A Setembrisada, a Abrilada e a Guerra dos Cabanos.— Por Felix Fernandes Portella..... 425

V—Governadores de Pernambuco.— Pelo Dr. F. A. Pereira da Costa. *(Continuação)*..... 446

VI—Um novo mappa do Brasil Oriental.— Pelo Dr. Alfredo de Carvalho.... 460

VII—Actas das Sessões..... 465

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

VOL. X | Junho de 1903 | N. 58

GEOLOGIA DE PERNAMBUCO

POR

John C. Branner (*)

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — BIBLIOTECA

INTRODUCÇÃO

A geologia do nordéste do Brasil é tão pouco conhecida que as manifestas imperfeições do presente trabalho não necessitam de desculpa. A maioria das notas que o constituem foram colhidas durante uma viagem ao longo da costa e varias excursões atravez das jazidas sedimentares, em 1899; mas previamente já eu havia tido occasião de familiarisar-me com a geologia desta região, graças á minha actividade como membro da Commissão Geologica do Brasil e a frequentes excursões ao interior de Pernambuco.

Felizmente consegui tambem obter valiosos subsidios, que completam as minhas proprias observações, de varias pessoas cujos nomes vão mencionados no lugar opportuno.

(*) Traduzido do *Bulletin of the Geological Society of America*, Vol. 13, pp. 58–92, por Alfredo de Carvalho.

A

GEOLOGIA DA COSTA DE PERNAMBUCO AO SUL DO RECIFE

§ 1° — *Situação e caracter dos affloramentos.* — Em Julho de 1899 realisei uma excursão a pé ao longo da costa meridional de Pernambuco, e algumas das observações geologicas então feitas são aqui aproveitadas. Seguindo pela praia ao sul do Recife nota-se que as collinas terciarias, que affloram ao norte e oéste da cidade, só reapparecem na costa do lado do sul perto do povoado de Paiva, onde approximam-se da praia até um kilometro, vindo do sudoéste; as jazidas são horisontaes e compostas de areias, barros e cascalhos, não contendo fosseis.

§ 2° — *Trachytes.* — Dous kilometros ao nordoéste da ponta de terra, chamada das Pedras Pretas, as collinas descem quasi até a praia, mas, são ali de trachyte e revestidas de uma tenue camada de jazidas sedimentares terciarias; junto ao Cabo das Pedras Pretas os trachytes estão inteiramente descobertos, mas, sobre elles se encontram alguns seixos rolados de quartzo, indicio evidente das jazidas terciarias de que foram despojados; ao decompor-se o trachyte torna-se vermelho, amarello e purpurino; para o calçamento das ruas do Recife foram, ha tempos, extrahidos parallepipedos de junto do cabo, porem, actualmente as pedreiras não são mais exploradas; os specimens destes trachytes que colhemos foram submettidos á apreciação do Sr. H. W. Turner, o qual teve a bondade de fornecer as descripções seguintes:

« Estas rochas são trachytes typicos. Consideradas macroscopicamente são rochas purpurinas, de granulação fina e ferteis em phenocrystos de feldspatho, alguns dos quaes attingem o comprimento de 6 millimetros.

Microscopicamente o trachyte é composto de feldspathos idiomorphos embutidos numa massa fundamental de esquirolas de feldspatho finamente granulado, com delimitações indistinctas, as quaes manifestam a tendencia de se agruparem em linhas parallelas que se curvam proximo ás extremidades dos phenocrystos de feldspatho, exhibindo assim uma contextura typica do trachyte. Alguns dos phenocrystos, bem como a maioria dos microlitos da massa fundamental, extinguem-se em sensivel parallelismo com a direcção dos seus prolongamentos, e tem um indice de refracção inferior ao do balsamo: são, portanto, orthoclases. Uns poucos dos phenocrystos são micro-

perthites apresentando pequenas laminas presumivelmente de albite e de orthoclase entresachadas; estas laminas extinguem-se sob angulos differentes; algumas esquirolas da massa fundamental mostram albite geminando e extinguindo-se sob angulos agudos: são provavelmente oligoclases. Ha alguns grãos alongados de quartzo, sem limites crystallographicos apparentes, que parecem ter sido formados depois dos feldspathos, mas, todavia ser originaes.

Os microlitos não revelam tendencia para se arranjarem em torno destes grãos de quartzo. Uns poucos de prismas achatados, quasi rectangulares, com alto relevo e brilhantes cores de interferencia extinguindo-se parallelamente ao prisma, são provavelmente de zirconio. Occorrem tambem, assaz numerosos, grãos opacos de oxydo de ferro, parecendo magnetite. A secção é obscurecida por uma poeira de particulas, algumas quasi opacas, mas, que, quando delgadas, transluzem com cor bruno-amarellada: são talvez de limonite formado pela alteração do magnetite, porquanto os grãos de magnetite apresentam uma estreita orla de materia similar. Estes grãos avermelhados dão á rocha a sua cor purpurina. Foi tambem observado um pouco de carbonato. »

Na ponta das Pedras Pretas existem varios blocos de trachyte admiravelmente perfurados pelos ouriços marinhos; actualmente, porém, acham-se tão superiores ao nivel maximo da prea-mar que já não podem mais ser occupados pelos referidos animaes. E' evidente que, em epoca pouco affastada, occorreu um solevamento de parte desta costa na altura de perto de 2 metros; ha muitos outros blocos grandes apresentando em parte perfurações similares. Não me recordo de nenhuma outra occurrencia de trachyte no Brasil. D'Orbigny diz que trachytes acompanham os porphyros no lado occidental das Cordilheiras; mas, acrescenta: « Ninguem ainda os observou no Brasil ou nas Guyannas e eu só os vi nas Cordilheiras ou nas suas vertentes occidentaes. » (1)

§ 3º — *Granito em Gaibú.* — Ao sul das Pedras Pretas as primeiras rochas, que neste particular offerecem interesse, affloram no povoado de Gaibú, logo ao norte do Cabo de Santo Agostinho; neste lugar as rochas são granitos cinzentos grosseiramente granulados e affloram no sopé da collina, ao sudoéste do povoado, onde um velho forte assenta sobre ellas. Ao sudoéste do povoado de Gaibú ha uma eleveda collina de jazidas sedimentares terciarias recobrindo o granito subjacente. Acompanhando a vereda

(1) *Voyage dans l'Amérique Méridionale*, vol. III, 3ª partie, Géologie, Paris, 1842, pp. 215-216.

atravez do Cabo de Santo Agostinho, de Gaibú ao povoado de Suape, o granito continúa até meia altura do serrote, mas o topo é todo de sedimentos terciarios. Proximo ao pharol do Cabo, e especialmente no lado septentrional do mesmo, jazem muitos seixos enormes de granito esfoliado.

§ 4º — *Granitos e diorites do Cabo de Santo Agostinho.* — Por todo o caminho em volta do Cabo de Santo Agostinho, de Gaibú a Suape, occorrem granitos sob uma ou outra forma, e apenas no topo do serrote ha porções de sedimentos terciarios (2).

No lado meridional do mesmo Cabo ha diversas pedreiras de granito-porphyros, todas, porém, actualmente abandonadas; neste lugar os granitos são de duas qualidades: granito grosseiro e granito-porphyro. Atravez dos porphyros passa um dique alterado de diorite, correndo quasi parallelo á collina, entre o velho forte junto ao porto e meio caminho para o povoado de Suape; a rocha, em ambos os lados do diorite é de granito-porphyro e pequenos diques de porphyro penetram o grande de diorite verde escuro. O velho forte na extremidade do Cabo, perto da Barra de Suape, assenta em porphyro, porem, mais para o norte a rocha é de granito.

Estas tres rochas do Cabo de Santo Agostinho foram igualmente descriptas pelo Sr. Turner nos seguintes termos:

« O granito do Cabo de Santo Agostinho é uma rocha grosseira, composta de orthoclase, microperthite e quartzo, com frequentes cunhas dum amphibolo fortemente pleochroico verde-azul entre os outros constituintes. Este amphibolo apresenta a forma de prismas longitudinalmente estriados, os quaes são pretos quanto vistos atravez duma lente manual. O pleiochroismo é maximo (azul escuro) nos logares em que as linhas de clivagem são parallelas ao fio horizontal do recticulo; a extincção não foi determinada devido a densidade da cor. Um fragmento deste amphibolo foi tratado pelo acido hydrofluosilicico, dando em resultado pequenos fluosilicatos de sodio, alguns crystaes anistropicos octaedricos de natureza indeterminada, e outras formas anistropicas, semelhantes a espinhos, irradiando dum centro

(2) As rochas aqui consideradas como terciarias ainda não apresentaram evidencia de qual seja a sua idade. A sua posição stratigraphica, bem como os seus caracteres lithologicos permittem igualmente consideral-as como cretaceas.

muito parecido com fluosilicatos de calcio. A presença de sodio, junta ao caracter do pleochroismo, faz suppor que este amphibolo seja alliado á riebeckite; calcio manifesta-se em algumas analyses de riebeckite. (3)

O granito que forma um dique no diorite é, macroscopicamente uma rocha grosseira, de cor cinzento clara, composta de feldspatho cinzento claro, quartzo e materias verde escuras; microscopicamente é composto de orthoclase, microperthite e quartzo, com um pouco de biorite, bruno avermelhado e fortemente pleochroico, e dum amphibolo verde-azul fortemente pleochroico, com clivagem marcada parecendo riebeckite e semelhante ao amphibolo descripto no specimen precedente.

Os granito-porphyros do Cabo de Santo Agostinho são, macroscopicamente, granolites finamente granulados, de cor cinzento clara, mostrando quartzo,—porphyrico até o diametro de 1 1/2 millimetros e feldspatho— porphyrico, de cor rosea, até 2 millimetros de diametro; microscopicamente a rocha contem numerosos phenocrystos dum feldspatho turbido, ás vezes de geminação simples, cubicos ou hexaedricos, fortemente idiomorphos, e phenocrystos de quartzo numa massa fundamental, microgranulada, de quartzo e feldspatho. O feldspatho, tanto nos phenocrystos como na massa fundamental, consta principalmente de microperthite, havendo, entretanto tambem vestigios de orthoclase. Occasionalmente apparecem pequenos grãos opacos de oxydo de ferro metallico, provavelmente magnetite, e grãos e diminutos prismas, com alto relevo, mostrando forte clivagem e brilhantes cores de interferencia, e extinguindo-se parallelamente ao prisma. Num specimen do granito-porphyro ha em profuzão diminutos crystaes pleochroicos rectangulares, mostrando uma unica clivagem parallela aos lados do rectangulo; o seu pleochroismo é bruno-avermelhado quando o fio vertical do recticulo se acha parallelo á clivagem e quasi preto quando em angulos rectos com esta direcção.

O diorite do Cabo de Santo Agostinho é, macroscopicamente, escuro e finamente granulado, e microscopicamente uma rocha ignea, catalastica, mostrando feldspathos e amphibolos secundarios comprimidos numa massa fundamental de feldspatho fino: esta rocha supportou forte compressão. Os feldspathos, em parte, geminam segundo a lei do albite e um ou dous de accordo com a lei de Carlsbad, e apresentam um indice de refracção superior ao do balsamo; foi observado um quartzo apparentemente original; os feldspathos são sem duvida plagioclases e provavelmente andesines; notou-se um grão de quartzo que parecia original. Constatou-se a presença de magnetite e, em abundancia, de pequenos grãos secundarios de natureza indeterminada. »

Uma das rochas colhidas ao lado sul do Cabo de Santo Agostinho, na qual as reciprocas relações, entre granito, granito-porphyro e diorite, não são bastante claras, foi

(3) Dana, — System of Mineralogy.

classificada pelo Sr. Turner como *meta-rhyolite*, « evidentemente vidro original agora desvitrificado », uma occurrencia de interesse em connexão com os rhyolites em Santo Aleixo.

§ 5º — *Rochas de Santo Aleixo.* — As rochas proximas que offerecem interesse particular são as da pequena ilha de Santo Aleixo, cerca de 30 kilometros ao sul do Cabo de Santo Agostinho. Na praia opposta ao lado occidental da ilha, e logo ao sul da ponta de Sernamby, as areias são pretas ao contrario da habitual côr de palha; sendo este o unico lugar em que semelhantes areias foram observadas, num trecho de mais de 300 kilometros de praias examinadas, parece que ellas derivam das rochas eruptivas da ilha fronteira de Santo Aleixo; dos especimens destas, que ali colhi e submetti á analyse do Sr. Turner, este se dignou gentilmente de fornecer a seguinte descripção:

« O mineral mais abundante é o oxydo preto de ferro, que não é magnetico excepto quando empregado o electro-iman, que foi uzado para separal-o do pó remanescente. Este oxydo de ferro dá uma reacção para titanite, e é muito provavelmente ilmenite. Manifestam-se tambem espatho adamantino, granadas, feldspathos e varios outros mineraes ainda não determinados. »

As rochas que constituem quasi toda a pequena ilha de Santo Aleixo são rhyolites. Alguns annos atraz submetti ao Dr. Georg H. Williams specimens por mim colhidos em Santo Aleixo, o qual os considerou rhyolites e a seu respeito escreveu o seguinte:

« São aggregados de orthoclase de quartzo quasi sem constituintes de bisilicato; mas, as suas estructuras são variadas, um dos specimens tem uma massa fundamental holocrystallina granular de quartzo e de feldspatho, algum chlorite, apresentando, talvez, hornblende ou mica primitiva e, em porção consideravel, turmalina azul.

« O outro specimen de Santo Aleixo é um bello granophyro; quartzo — porphyrico e feldspatho jazem numa massa fundamental cheia de bellos spherulites, mostrando a cruz preta entre nicols cruzados. Não existe nephelene em nenhuma destas rochas. »

O professor Derby suggeriu ultimamente, numa carta particular, datada de 29 de Julho de 1901, a theoria de que as rochas de Santo Aleixo « possam ter alguma connexão, como uma phase acida, com a epocha eruptiva de

Fernando de Noronha e que a mesma *magma* podésse ter produzido um granito na visinhança.

§ 6º — *Rochas do Rio Formoso.* — Os sedimentos terciarios affloram em todas as principaes collinas e occasionalmente nos riachos e estuarios, durante a baixa-mar, desde o sul do Cabo de Santo Agostinho até a fóz do Rio Formoso. Em Rio Formoso os granitos affloram na margem meridional do Rio, a cerca de 2 kilometros do mar, e, deste ponto rio acima, até a cidade de Rio Formoso; neste lugar existe, pois, apenas uma estreita faixa do terciario.

As collinas proximas á costa são todas terciarias e isoladas; mas, entre ellas ha affloramentos de sedimentos tenros que parecem ser de epoca terciaria mais recente. Ao longo da costa, entre a foz do Rio Formoso e a Praia da Gamella, existe um interessante affloramento destas rochas do terciario posterior.

Sendo as jazidas horizontaes e rapidamente atacadas pelas vagas, notaveis modificações occorreram neste lugar entre Janeiro de 1876, quando pela primeira vez foi examinado, e Julho de 1899.

A jazida que mais baixo afflora é de grez branco tenro numa espessura de 2 metros; no topo desta ha uma jazida de grez preto tenro, e entre ambas uma camada, espessa de 2 centimetros, de barro amarello; no cimo destas duas jazidas encontra-se uma bonita areia branca de quartzo na profundidade de 3 a 6 metros; em alguns lugares a jazida tem 3 metros de espessura e em outros as areias espalhadas pelo vento accumularam-se numa altura de mais 3 metros. Esta areia parece aproveitavel para o fabrico do vidro e occorre ali em abundancia. Estas jazidas terciarias affloram desde Gamella até á collina em que assenta a igreja de N. S. de Sant'Anna; a collina deste nome é tambem de rochas terciarias, mas, estas pertencem a series mais remotas.

§ 7º — *Granito de Pedra do Porto.* — Ao nordoéste da povoação de Tamandaré o terciario colorido horizontal afflora em dous lugares nas collinas; cerca de 2 kilometros ao sul de Tamandaré as collinas declinam para a costa e os granitos affloram bellamente na praia numa ponta chamada Pedra do Porto; deste granito o Sr. H. W. Turner faz a descripção seguinte:

« O biotite-granito de Pedra do Porto é macroscopicamente uma rocha grosseira, de cor cinzento clara, com grandes phenocrystos roseos de feldspatho numa massa fundamental de quartzo, feldspatho e biotite; microscopicamente é composto de orthoclase, microperthite, microcline, micropegmatite, oligoclase, quartzo e biotite; como accessorios manifestam-se oxydo de ferro, titanite e um mineral semelhante ao xenotime.

Este granito é lindamente veiado de quartzo, algumas de cujas veias attingem a 1 metro de espessura; blocos gigantescos esfoliam-se em proporções surprehendentes; 200 ou 300 metros, mar a dentro, existe uma ilhota rochosa e escalvada deste mesmo granito; nella as collinas de granito fronteiras ao littoral tem de 30 a 40 metros de altura. Um outro affloramento de granito da mesma qualidade apresenta-se a pouco mais dum kilometro ao sul da Pedra do Porto no lugar denominado Pedra do Conde, onde junto á praia os blocos de granitos revelam admiravel esfoliação; proximamente meio-kilometro ao sul da Pedra do Conde notam-se duas ilhotas de granito, redondas e escalvadas, cerca de 150 metros mar a dentro.

Ao sul deste ponto não occorrem affloramentos de granitos ou outras rochas crystallinas em posição proxi[illegible] á praia até Maceió; as rochas observadas em posição são todas terciarias ou recentes; as barrancas, parcialmente coloridas, visiveis em tantos lugares ao longo da costa, são todas de sedimentos terciarios; entretanto, em alguns lugares, affloram na praia grandes seixos de granito subjacentes ás jazidas terciarias; considerando as avantajadas dimensões destes seixos, muitos delles dum metro e mais de diametro, é de presumir que, onde quer que sejam encontrados, o granito em posição se acha muito proximo da superficie.

Os seixos de granito occorrem na praia nos lugares seguintes: Camáxo, ao sul de Maragogy na costa de Alagôas; Barreiros do Boqueirão, logo ao norte do Rio de Porto Calvo; Morro de Camaragibe, cerca de 2 kilometros ao sul do Rio Camaragibe, e Riacho Doce, logo ao norte do povoado do mesmo nome.

Do granito encontrado junto a foz do Riacho Doce, o Sr. Turner deu a seguinte descripção:

« Microscopicamente é um granito, de granulação média, composto de orthoclase, microcline, oligoclase e quartzo. O quartzo oc-

corre em aggregados emaranhados com grãos de tamanho inferior ao dos feldspathos; ha em pequena quantidade uma substancia bruno-amarellada e quasi opaca, enchendo as fendas e formando crystaes rhomboedricos, presumivelmente secundarios; ha ainda um pouco de muscovite e grãos pretos opacos apparentemente de oxydo de ferro. »

Reservamos para um trabalho especial as observações feitas, ao longo da costa, sobre os recifes de pedra e de coral, bem como o estudo geographico da região respectiva.

§ 8º — *Resumo da Geologia da costa meridional de Pernambuco.* — 1º As rochas terciarias formam apenas uma estreita zona costeira entre o Recife e Maceió, que em parte alguma dilata-se alem de 14 kilometros.

2º No trecho da costa comprehendida entre o Recife e Maceió, as rochas crystallinas subjacentes affloram apenas em quatro lugares: em Pedras Pretas, no Cabo de Santo Agostinho, em Santo Aleixo e na Pedra do Porto.

3º As rochas de Pedras Pretas são trachytes.

4º A ilha de Santo Aleixo é formada de rhyolite, que tambem occorre no lado meridional do Cabo de Santo Agostinho.

5º As rochas do Cabo de Santo Agostinho são principalmente granitos, granito-porphyros e diorites.

6º As rochas de Pedra do Porto e Pedra do Conde são granitos.

7º As rochas eruptivas que affloram ao longo da costa são todas mais antigas do que os depositos terciarios da mesma costa.

8º Até agora as rochas terciarias ao longo da costa não tem produzido fosseis e são consideradas como pertencentes ao terciario attenta a theoria de que são iguaes ás jazidas fossiliferas de Olinda e de Maria Farinha ao norte da cidade do Recife.

9º Os sedimentos terciarios têm, nesta parte da costa, a espessura maxima de apenas 75 metros approximadamente.

10º Recentemente occorreu um solevamento da costa, alteando-a de cerca de 2 metros.

B

GEOLOGIA AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO DO RECIFE AO SÃO FRANCISCO E DO SEU PROLONGAMENTO A ESTRADA DE FERRO SUL DE PERNAMBUCO. (*)

§ 9º — *Estações da Estrada de Ferro e topographia das suas adjacencias.* — Na lista seguinte se encontram os nomes das estações da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco com as distancias e as altitudes acima do nivel do mar, bem como as do seu prolongamento a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

ESTRADA DE FERRO DO RECIFE AO SÃO FRANCISCO

Kilometros	ESTAÇÕES	*Altitude em metros*
0.00	Cinco Pontas	2.43
2.76	Affogados	4.22
8.72	Boa Viagem	7.75
12.27	Prazeres	9.80
.....	Pontezinha	.....
24.22	Ilha	2.10
31.51	Cabo	13.30
38.36	Ipojuca	53.50
45.03	Olinda	98.50
51.83	Timbó Assú	96.00
57.67	Escada	92.44
63.91	Limoeiro	99.60
70.14	Freixeiras	124.87
78.29	Aripibú	119.70
86.87	Ribeirão	95.60
95.78	Gamelleira	90.50
104.02	Cuyambuca	94.40
113.02	Agua Preta	142.86
124.73	Una ou Palmares	120.00

(*) As notas sobre a geologia ao longo desta Estrada de Ferro foram tomadas durante cinco excursões na linha a léste de Una, tres

ESTRADA DE FERRO SUL DE PERNAMBUCO

Kilometros	ESTAÇÕES	*Altitude em metros*
129.78	Pirangy	120.00
133.58	Boa Sorte	125.00
142.44	Catende	153.00
155.74	Jaqueira	185.00
158.30	Colonia	189.00
163.82	Marayal	215.60
167.86	Florestal	246.74
174.72	Barra da Jangada	296.00
	Pery-Pery	
183.71	São Benedicto	368.60
197.37	Quipapá	427.47
209.65	Agua Branca	563.43
214.46	Glycerio	529.19
227.98	Canhotinho	497.27
242.79	Angelim	647.30
253.52	São João	699.90
271.16	Garanhuns	866.30

A estação inicial da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco é chamada Cinco Pontas; da altitude indicada na tabella anterior vê-se que esta estação está edificada na planicie raza em que assenta a maior parte da cidade do Recife. Entre este lugar e Afogados a Estrada corre proxima dos mangues que cobrem grande parte desta planice. Afogados, a seguinte estação, acha-se na margem dum mangue que se dilata por alguns kilometros ao sul e ao oéste.

Cerca de 300 metros ao nordéste da estação de Bôa Viagem a Estrada passa das baixas de mangues para a

---

na linha a léste de Glycerio, e duas na linha até Garanhuns; confesso-me particularmente penhorado para com o Sr. Frank Clemetson, superintendente em exercicio, pela sua amavel cooperação no estudo da geologia ao longo desta Estrada de Ferro.

planice branca e arenosa semelhante á vizinha a Areias na Estrada de Ferro Central. Esta planice arenosa estende-se em direcção a léste até o mar, junto do qual acha-se plantada de coqueiros. Ao sudoeste da estação de Bôa Viagem a Estrada continúa atravez da planice arenosa, mas approxima-se gradualmente das collinas terciarias que se elevam ao nordoéste do eixo da linha até achar-se distante della uma pedrada.

Prazeres (kilometro 12) acha-se ainda na planice arenosa, porem as collinas ao occidente (1) distam neste lugar apenas um kilometro da linha ferrea. Em Pontesinha ha um outeiro isolado cerca de 200 metros a oéste da estação, e um outro a um kilometro ao nordoéste. Meio kilometro alem de Pontesinha a Estrada atravessa os mangues e o rio Jaboatão; os mangues estendem-se por 2 kilometros alem do rio quasi até a estação de Ilha.

A oéste e ao nordoéste de Ilha as collinas terciarias distam cerca de meio kilometro da estação; meio kilometro adiante de Ilha as collinas acham-se á distancia de apenas 100 metros ao nordoéste da estação.

Nos lugares em que nestas collinas foram abertas pedreiras, os affloramentos são inteiramente vermelhos. I[illegible] a oéste de Ilha dous cursos d'agua, os rios Gurjahú e Pirapama, reunem se, e as collinas ao noroéste da Estrada acompanham a margem esquerda do Gurjahú e reapparecem na ponta de terra entre estes dous rios.

No Cabo (kilometro 31.5; altitude 13m,3) as collinas ao sul da Estrada acham-se á distancia duma pedrada da estação. Neste lugar a Estrada deixa a planice raza da costa e interna-se pelas collinas; nos arrabaldes da cidade do Cabo ha varios córtes em todos os quaes afflora uma areia amarella, vermelha e mosqueada semelhante ás jazidas terciarias intensamente coloridas; as rochas, entretanto, não são terciarias, mas sim crystallinas decompostas em posição. As collinas junto ao Cabo e a oéste delle até Bôa Sorte elevam-se de 50 a 75 metros acima do nivel de drenagem. A região é accidentada; mas, não montanhosa.

§ 10. — *Decomposição de rochas.* — Os granitos e gneisses ao longo da via-ferrea acham se profundamente e

(1) Os montes Guararapes.

N. do T.

em geral decompostos, afflorando nos córtes da Estrada como barros residuarios de côres vermelha, amarella, purpurea ou mesclada, seixos esfoliados de decomposição ou calotes redondas e escalvadas na superficie do sólo. A espessura da decomposição das rochas é manifesta em varios córtes profundos ao longo da linha ferrea; mas, é facto notavel que em muitos dos mais profundos destes córtes não se manifesta a espessura total da decomposição; não é menos para admirar que em muitos destes córtes, rasgados em terra residuaria, os taludes sejam quasi verticaes e se tenham conservado durante muitos annos sem desmoronar.

Os seguintes são alguns dos córtes mais profundos em que a decomposição é bem apparente:

Um kilometro ao sul da estação de Limoeiro, num córte de 14 metros de profundidade, a decomposição das rochas attinge o nivel do leito da linha.

Na devisa á leste de Palmares, em córtes de 12 metros de profundidade, afflora terra residuaria cruzada por veios de quartzo.

Na estação de Palmares (kilometro 124; altitude 120m,00) ha um córte, de 6 a 7 metros de fundo, aberto em rocha crystallina decomposta. O barro residuario é vermelho ou purpurino cruzado de veios partidos de quartzo. A terra na parte superior do córte consiste apparentemente de materias trituradas derivadas da mesma rocha decomposta, porquanto o quartzo que apparece em veios verticaes na parte inferior do affloramento acha-se disperso em fragmentos subangulares ao longo de faixas horizontaes atravez da porção superior da terra que afflora no córte.

Em Pirangy (kilometro 129; altitude 120m,00) as terras residuarias são de intensa côr vermelha com listras amarellas ou purpurinas. Dous e meio kilometros a oéste de Pirangy ha um córte, de 12 metros de fundo, em rochas crystallinas decompostas.

Em Bôa Sorte (kilometro 133,5; altitude de 125m,00) e logo a oéste, affloram nos córtes schistos decompostos de mistura com as terras residuarias de côres notavelmente brilhantes: vermelha, branca, amarella e purpurina.

Atraz da estação de Jaqueira ha um córte em terra amarella e vermelho-amarellada. Um kilometro a léste

de Colonia ha profundos córtes em rochas crystallinas decompostas; as terras são intensamente coloridas.

Em Florestal (kilometro 167.8; altitude 246m,00) ha um córte de 12 metros de fundo em rocha decomposta semelhante a schisto; as rochas no fundo deste córte não se acham decompostas. Logo a oéste da estação de Barra da Jangada (kilometro 174.7; altitude 296m,00) ha um córte de 8 metros em rochas crystallinas decompostas (schistose). Cem metros a léste da estação de Pery-Pery foram cortadas rochas crystallinas decompostas; cento e cincoenta metros mais a oéste ha um outro córte de 10 metros de fundo.

A oéste de S. Benedicto ha varios córtes profundos quasi todos em rochas decompostas; a oéste de Quipapá, em varios córtes em rochas decompostas, afflora kaolim; mas, a terra residuaria é principalmente de côr vermelha. Na vertente occidental de Agua Branca os córtes da Estrada de Ferro penetram de 12 a 15 metros a rocha decomposta atravessada de veios de quartzo; a terra residuaria apresenta o aleitamento pronunciado ou a estructura esfoliada dos schistos, e é intensamente colorida.

Em Glycerio (kilometro 214; altitude 529m,00) ha um córte de 9 a 10 metros de fundo em schistos crystallinos decompostos; esta rocha achava-se falhada antes de decompor-se; a terra residuaria é em geral de côr purpurea.

§ 11. — *Aspectos estructuraes.* — Voltando ao Cabo poderemos agora considerar a natureza e os aspectos estructuraes das rochas que affloram ao longo desta Estrada de Ferro. A oéste e ao sul do Cabo a estrada passa atravez de rochas crystallinas em quasi todo o percurso até Garanhuns, numa distancia total de 240 kilometros. Estas rochas parecem ser granitos, gneisses e schistos; mas, devido á profunda decomposição na maioria dos casos e da falta de opportunidade para exames cuidadosos em outros, nada mais do que simples impressões podem ser registradas com relação a muitos affloramentos. Onde quer que foi possivel examinal-o, o rumo approximado da direcção das jazidas foi notado.

Entre Timbó-Assú (kilometro 51,8) e Escada (kilometro 57,6) muitos affloramentos demonstram que as rochas são gneisses e schistos listrados; esta natureza ver-

tebrada das rochas é assaz manifesta nos affloramentos por erosão. No rio Ipojuca, na e junto á Escada e em Limoeiro, os affloramentos mostram que este aleitamento ou schistosidade tem uma orientação de E–W.

A mesma orientação de E–W é apparente nas calotes esfoliados meio kilometro a léste e de novo a oéste da estação de Aripibú (kilometro 78). Um pouco a léste da estação de Gamelleira (kilometro 95,7) as rochas affloradas parecem granitos; a léste da estação de Agua Preta (kilometro 113,6) as rochas são massiças como granitos; proximo a Palmares (kilometros 124,7) as rochas têm uma estructura listrada muito mais pronunciada do que a do gneiss. Na ponte a oéste da estação a estructura afflora bem no leito e nas margens do rio Una. A orientação é aqui de NE–SW.

Em Pirangy (kilometro 129,7) as rochas são decompostas; a orientação (ou schistosidade) das jazidas é manifesta de NE–SW. Entre Bôa Sorte e Catende a orientação é de NE–SW; um kilometro a léste de Catende a orientação é ainda de NE–SW; entre Catende e Jaqueira a mesma orientação afflora no leito e nas margens do rio [illegible]ngy.

Na estação de Marayal (kilometro 163,8), 10 metros acima do nivel do rio, as rochas schistosas, com diques de pegmatite, tem a orientação de N–20°–W e o pendor de S–70°–E; mais para léste, entretanto, a orientação volta a ser de NE–SW, ao passo que em Florestal (kilometro 167,8) o pendor é de cerca 30° para NE; quatro kilometros acima ou ao occidente de Florestal as rochas no leito do rio tem a orientação de NW–SE; tres kilometros ao oriente de Barra de Jangada as rochas schistosas tem o pendor de 40° para NE; dous kilometros ao nascente de Barra ellas pendem para S–30°–E.

Em S. Benedicto (kilometro 183,7), e logo a oéste as rochas são schistosas com a orientação de N–S e o pendor de 80° a 90° para E; cerca dum kilometro a oéste de S. Benedicto afflora, no córte da Estrada de Ferro, um dique ou veio de rocha preto-azulada; um kilometro a léste de Quipapá as rochas schistosas tem uma orientação de E–W.

Cerca de 150 metros a léste de Quipapá (kilometro 197,3; altitude 427m,00) affloram junto ao leito da linha

micaschistos (?) escuros que se orientam quasi de E-W. Na vertente occidental de Quipapá as rochas têm uma orientação local de quasi N-S e pendem para E ; dous kilometros a léste de Agua Branca as rochas schistosas pendem de 40° a 50° para E : as rochas entre Quipapá e Agua Branca são falhadas e um tanto friaveis ; entre Glycerio e Canhotinho os micschistos pendem para sudéste.

Em Canhotinho (kilometro 227,9 ; altitude 497m,00) o gneiss é cortado por numerosos veios de quartzo ; trezentos metros a oéste da estação as rochas são schistos crystallinos orientados de N-S (?) e atravessados por numerosos veios de quartzo.

Entre Canhotinho e Angelim affloram aqui e ali pelos campos calotes de rochas crystallinas, cujas superficies mostram numerosos veios de quartzo e diques de pegmatite ; cerca de cinco kilometros a oéste de Canhotinho os schistos pendem para o sul num angulo de 50° ; um pouco mais a oéste affloram rochas de jazidas tenras parecendo gréz ; ainda mais a oéste ha schistos pendendo de..... S 50°-W 60°.

Tresentos metros a oéste de Angelim (kilometro 242,7 altitude 647m,00) ha granitos e schistos crystallinos. Entre Angelim e S. João ha uma linha de collinas ao sul da Estrada de Ferro, cerca de 100 metros acima do nivel da mesma, nas quaes as rochas parecem jazer e pender para o norte num angulo de cerca de 30° ; nos córtes da Estrada de Ferro os affloramentos mostram as rochas schistosas pendendo, numa distancia de 2 a 3 kilometros, para sudoeste num angulo de cerca de 45° ; estas rochas são cortadas por muitos veios.

Em S. João (kilometro 253,5 ; altitude 699m,9) afloram schistos crystallinos no córte logo a oéste da estação ; pendem para nordéste.

As rochas em Garanhuns e suas immediações são todas gneisses ou granitos ; a maior parte, porém, do planalto adjacente, acha-se coberto de productos da decomposição destas rochas.

§ 12 — *Topographia da região.* — Alguns dos aspectos topographicos da região atravessada por esta Estrada de Ferro são dignos de attenção. O planalto em que está assente Garanhuns (altitude 866m,00) eleva-se a um pouco

mais de 1000 metros na sua borda occidental, em Poço, cerca de 35 kilometros a oéste da cidade (1).

A oéste de Cimbres dizem que o planalto attinge a mais de 1000 metros acima do nivel do mar. Os cursos d'agua que têm as suas cabeceiras nesta região elevada rasgaram os seus valles no planalto numa profundidade de 400 a 500 metros. Não existem mais cadeias de montanhas no planalto, porem tambem a linha do horizonte, vista das collinas proximas de Garanhuns, não é raza ou plana. As partes superiores dos valles são bastante estreitas e empinadas. As collinas entre Garanhuns e S. João attingem apenas a altura de 100 a 150 metros, meio kilometro de S. João ao sul da Estrada de Ferro.

Em Canhotiuho esta acha-se no estreito valle do rio Canhoto, onde as collinas empinadas têm cerca de 100 metros de altura. As collinas são muito mais abertas do que aquem do rio Canhoto.

§ 13 — *Seixos rolados.* — As notas seguintes foram tomadas com referencia ao apparecimento de seixos rolados ao longo da linha desta Estrada. Na maioria dos casos, talvez em todos elles, estes seixos rolados pertencem evidentemente aos cursos d'agua proximos. Em Ribeirão uma camada de cascalho de quartzo afflora a dous metros abaixo da superficie do solo ; em Cuyambuca (kilm. 104) um leito de seixinhos subangulares de quartzo mostra-se a dous metros abaixo da superficie do solo amarello ; um kilometro a oéste de Catende affloram seixos rolados dous metros abaixo da superficie ; um pouco mais a oéste seixinhos similares acham-se cobertos por 3 a 7 metros de terra ; cerca de cinco kilometros a oéste de Catende uma jazida de cascalho, da espessura dum metro, afflora ao norte do leito da linha. Em um outro lugar os seixinhos acham-se de 3 a 5 metros abaixo da superficie, mas apenas de 7 a 15 metros acima do nivel da corrente actual ; quatro kilometros a léste de Quipapá affloram seixos rolados de quartzo em varios lugares acima do presente curso d'agua, o Pirangy ; kilometro e meio e tres kilometros a oéste de Canhotinho affloram seixos rolados ao lado da linha 10 metros acima do rio.

---

(1) Dr. L. Lombard.

§ 14 — *Observações fóra do traçado da Estrada.* — O valor destas notas augmenta quando relacionadas com as observações feitas fóra do traçado da Estrada de Ferro.

O autor emprehendeu excursões de Palmares, para o norte, até Bonito, e de Pão d'Assucar, no Rio São Francisco, a Aguas Bellas, a oéste de Garanhuns.

Toda a região nas cercanias de Bonito é de granito, e a Serra do Bonitinho é igualmente granitica. Ha alguns casos notaveis de *fluting* de gigantescos blocos de granito no caminho de Palmares a Bonito; no valle abaixo da cidade de Bonito algumas das calotes escalvadas apresentam inclusões subangulares de outras rochas mais escuras.

Entre Pão d'Assucar e Aguas Bellas as rochas são granitos e gneisses, com algumas rochas fortemente metamorphoseadas; as ultimas comprehendem jazidas inconspicuas de calcareo crystallino na Serra dos Meninos perto de Aguas Bellas. Na Lagôa da Lagea, 8 leguas a léste de Aguas Bellas, e em Pedra Pintada, 12 leguas a oéste de Garanhuns, foram observadas rochas graniticas. (1)

Dous interessantes estudos foram igualmente publicados, pelo Dr. L. Lombard, sobre a geologia do interior do Estado de Pernambuco, e como estes artigos tenham sómente apparecido em portuguez, pelo que são inacessiveis aos geologos em geral, dou aqui as suas conclusões no referente á geologia do Estado de Pernambuco na visinhança da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco.

Um dos estudos (2) do Dr. Lombard encerra os resultados de dous mezes de exploração na região ao sul de Garanhuns, e abrange uma area de cerca de 3,500 kilometros quadrados.

Elle resume a geologia da região nos seguintes periodos:

---

(1) Noticias mais amplas sobre a região visinha de Aguas-Bellas encontram-se no *American Journal of Science*, de Fevereiro de 1902. Vide Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern. n. 57 pag. 219.

(2) Relatorio sobre a exploração da parte sul do Estado de Pernambuco entre Palmares e Bom Conselho. Por L. Lombard. Recife, 1895. Pp. 51—62 do Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado... pelo Dr. Rodolpho Galvão. Secretario dos Negocios da Industria. Recife, 1895.

« Os terrenos desta região pertencem á parte inferior dos terrenos primitivos aqui representados por gneiss em contacto com granito ; micaschistos são raros : os unicos por mim encontrados acham-se no Rio Salgadinho e assemelham-se a gneiss pobre de feldspatho. O gneiss e o granito mergulham juntos sem apresentar nitidas linhas de distincção. São raros os de rochas basicas eruptivas recentes, e os levantamentos das jazidas de gneiss foram causados por erupções de granito e talvez de granolite »

O segundo artigo do Dr. Lombard trata da região entre Garanhuns e Buique e das adjacencias de Buique (1); o seu mappa abrange uma superficie de approximadamente 5,000 kilometros quadrados.

Achou elle que a região entre Garanhuns e Buique é de granito e gneiss. Descendo a Serra de S. José o gneiss pende para NE num angulo de 20° ; na bacia do Rio Ypanema as rochas são mais graniticas; perto do Rio Cordeiro foi observado um dique de diabase.

A Serra de Buique é de granito ; mas, ao longo da sua vertente de sudéste foram notados calcareos, sobre cuja posição geologica nada se diz. Os massiços montanhosos e o planalto a oéste, norte e nordéste de Buique são de grez assente em granito. As montanhas conhecidas pelos nomes de Coqueiro, S. José, Catimbao, Quyri d'Alho, Andorinha e Chapéo, são todas de grez ; estes grezes pendem para SE num angulo de 10° a 15°. O grez contem mica, seixos rolados de quartzo e vestigios de kaolim ; fornecem algum sal e salitre, que é extrahido por filtração, e certas substancias organicas cujo caracter ainda não foi determinado. (2)

---

(1) Relatorio sobre a exploração mineralogica de Garanhuns a Buique e da zona salitrosa de Buique. Por L. Lombard. Pp. 123—140 do Relatorio acima mencionado. Recife, 1895.

(2) Esta materia organica é conhecida na região em que é encontrada, pelo nome de *borra*. Uma amostra com que me presenteou o Dr. Lombard, foi submettida a apreciação do Dr. J. M. Stillman, professor em chefe de chimica na Universidade de Stanford, que me forneceu os seguintes resultados da analyse chimica :

« A substancia submettida a minha apreciação sob o nome de *borra* parece constar principalmente de terra, areia e cascalho ligados ou permeados por uma substancia ou mistura de substancias de origem organica de côr bruno-chocolate escura. A materia organica pertence á classe das substancias que tem sido, por vezes, denominadas resinas mineraes —*Erdharze*— na falta de nomes mais pertinentes.

« A *borra* é fragil e dura, não funde-se ou amollece apreciavel-

Dr. Lombard considera este grez como pertencendo «á idade primitiva ou pre-cambriana». Attenta a ausencia de fosseis quasi que não vale a pena especular com relação á sua idade. Entretanto, parece mais provavel que estes sedimentos pertençam á grande área cretacea que cobre uma parte consideravel do interior do Piauhy, Ceará, Parahyba e Pernambuco. A altitude do grez de Buique (entre 800 e 900 metros acima do mar) parece tornar improvavel que pertença ao periodo terciario.

L. E. Dombre, um engenheiro francez ao serviço da repartição de obras publicas da provincia de Pernambuco viajou pelo interior da mesma nos annos de 1874 e 1875, e as suas cartas ao director contem muitas notas valiosas sobre a geologia da região visitada. (1)

Dombre avançou até Floresta; mas, aqui consignam-se apenas as observações sobre a geologia nas visinhanças da Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco.

Do caracter geral da geologia diz Dombre (2) que as poucas bacias sedimentares vistas por elle acham-se com-

---

mente ao ser aquecida; em temperaturas elevadas desprende vapores de cheiro pungente e arde com chamma amarella deixando um residuo terroso da forma da massa original e que a compõe na sua quasi totalidade. Reduzida, por trituração, a um pó fino e extrahida com alcool e ether a *borra* produz uma pequena quantidade de extracto inicolor de sabor amargo. O residuo da extracção alcool-etherea, quando tratada com solução de sóda caustica, dá uma solução de côr bruno escura; reprecipitado, ao ser neutralisado com acido, uma massa resinosa de côr bruno escura, insoluvel n'agua, e apenas ligeiramente soluvel em alcool, ao qual, entretanto, colore por solução parcial. A porção da materia organica, não dissolvida com sóda caustica quente, tinha a forma duma massa pulverulenta, bruno escura, misturada com residuos inorganicos, e não é facilmente soluvel nos dissolventes communs. Em acido sulphurico concentrado dissolve-se, pelo menos em parte, com uma côr bruno escura.

« Do exposto creio dever concluir que a materia organica na *borra* é uma mistura de substancias amplamente oxygenadas e de caracter fracamente acido, á semélhança das frequentemente caracterisadas como « resinas mineraes », ou das intermediarias entre estas e as chamadas substancias humosas. A materia organica occorre em tão exigua quantidade e é tão difficil de separar da sua admixtão terrosa, que não permitte ser mais precisamente caracterisada. »

(1) Viagens do Engenheiro Dombre ao Interior da Provincia de Pernambuco em 1874 e 1875. Recife, 1893, in-4 de 86 pp.

(2) Loc. cit., pag. 36.

pletamente metamorphoseadas e não contem fosseis; não menciona, entretanto, a locação destas rochas sedimentares.

Achou que as rochas perto de Panellas, ao norte de Quipapá, são granitos cinzentos finamente granulados. Em Pesqueira, ao nordoéste de Garanhuns, encontrou granitos, e achou que a Serra de Ororobá, junto a Cimbres, é de granito affloramdo em solidos picos arredondados. (1)

Entre Pesqueira e S. Bento deparou apenas com granitos (2); na visinhança de Bom Conselho (Papacaça) encontrou «por toda a parte o mesmo terreno de granito e porphyro» (3), ao passo que em Ipueiras, ao nordoéste de Bom Conselho, assignala gneiss e schisto e «uma jazida irregular de calcareo crystallino branco».

§ 15 — *Resumo da geologia ao longo da Estraaa de Ferro do Recife ao São Francisco.* — As rochas crystallinas atravez da região percorrida pela Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco acham-se muito falhadas; estas rochas são principalmente granitos, gneisses e schistos. A oéste de Canhotinho alguns affloramentos tem a apparencia de rochas sedimentares; mas, estas jazidas não foram cuidadosamente examinadas, e póde ser que o aspecto do aleitamento seja devido ao metamorphismo.

A orientação das jazidas (ou a schistosidade?) é de alguma sorte constante na metade nordéste da Estrada de Ferro; mais para oéste, porem, o pendor e a orientação variam muito em gráo e direcção. Estas mudanças são sufficientes para demonstrar que não é possivel tirar conclusões fidedignas da similaridade ou dissimilaridade de pendor e orientação em districtos consideravelmente apartados das regiões paleozoicas do Brasil.

Muitas pessoas residentes no Estado de Pernambuco suppõem ainda que as calotes arredondadas de granito e os grandes seixos circulares que se encontram pelo viso das collinas ao longo desta Estrada de Ferro, são de origem glacial. Esta supposição é inteiramente erronea. A theoria, em algum tempo abraçada por Luiz Agassiz e por Belt, de que esta parte da America do Sul tenha estado co-

(1) Loc. cit., pag. 81.
(2) Loc. cit., pag. 83.
(3) Loc. cit., pag. 37.

berta de gelo durante o periodo glacial, foi ha muito regeitada como insustentavel. Estes penhascos especiaes originaram-se onde hoje jazem, a não ser que em alguns casos tenham rolado abaixo dos flancos das collinas; semelhantes penhascos occorrem entre o Cabo e Ipojuca, 300 metros a léste da estação de Olinda (kilometro 45), perto de Timbó-Assú e ainda em muitos outros pontos ao longo da Estrada de Ferro.

A decomposição das rochas acha-se muito espalhada; mas, a profundidade da decomposição exposta nos córtes desta Estrada de Ferro não excede a 20 metros. As jazidas sedimentares ao norte e a oéste de Buique não forneceram fosseis; mas, parece provavel que sejam parte da area cretacea do interior do Piauhy e do Ceará.

Comparando a geologia e a geographia ao longo desta Estrada de Ferro com a da Estrada de Ferro Central, observa se que ambas atravessam jazidas similares, na ordem seguinte:

1° A baixa planice costeira de mangues e a planice arenosa de Areias e Bôa-Viagem.

2° A estreita linha de collinas terciarias, que termina perto de Tigipió, na Estrada de Ferro Central, e entre Ilha e o Cabo, na linha do Recife ao São Francisco.

3° Uma faixa de collinas de rochas crystallinas terminando, na Estrada de Ferro Central, na base da Serra das Russas, e na do Recife ao São Francisco perto de Canhotinho ou talvez um pouco mais a léste.

4° Uma região elevada da qual os sedimentos paleozoicos têm sido em parte removidos. Na Estrada de Ferro Central esta região começa com a Serra das Russas; na do Recife ao São Francisco principia perto de Canhotinho e, estendendo-se para oéste, forma os cimos montanhosos de Aguas Bellas e adjacencias.

(Continúa.)

A BANDEIRA

DA

Confederação do Equador

Investigar qual foi a disposição exacta das côres e dos symbolos da bandeira da Revolução de 1824 é quiçá ociosa pesquiza, porquanto está provado hoje que a insignia dos confederados jámais palpitou entre o fumo dos combates ou tremulou ovante nas fortalezas e vasos de guerra dos insurgentes. De que nunca foi hasteada, comquanto chegasse a ser organisada, sobejam testemunhos.

Um contemporaneo assaz fidedigno, o então capitão José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa e Mello, refere (1) que, sabendo haver Manoel de Carvalho proclamado a Confederação do Equador, dirigiu-se immediatamente da fortaleza do Brum, da qual era commandante, á residencia do Presidente, na rua do Collegio (2), para dizer-lhe que naquella praça de guerra não seria arvorada semelhante bandeira emquanto elle a commandasse. Ali chegado não encontrou a quem buscava, mas, sim, entre outros, a João Soares Lisbôa, que, ouvindo lhe o vehemente protesto, procurou acalmal-o, abraçando-o e indo a uma alcova, contigua á sala em que se achavam, a trazer-lhe a malsinada bandeira. José Maria Ildefonso, porem, sem esperal-o, retirou-se furioso e deparando emfim, em Palacio (3) com Manuel de Carvalho renovou-lhe as suas recriminações; o astuto Presidente acolheu-o gentilmente, concordou com os seus escrupulos e conseguiu serenar-lhe

(1) Rev. do Inst. Arch e Geogr. Pern., n 47, pp. 278—280.

(2) Era o predio que actualmente tem o n. 73 na Rua 15 de Novembro.

(3) Edificio hoje occupado pela Faculdade de Direito.

o animo. O certo é, affirma o capitão, que se desistiu da idéa de apresentar a bandeira da Confederação do Equador.

Em face de tão firme resolução por parte de José Maria Ildefonso não é crivel que a nova bandeira fosse tolerada no exercito insurgente em operações no sul da provincia, onde aquelle militar foi logo depois servir no posto de major de artilharia; ali, como no Recife, os seus sentimentos de fidelidade aos principios monarchicos ter-se-iam revoltado.

Que semanas apoz o pendão ceruleo não fluctuava á brisa atlantica nas fortalezas da capital, dil-o o proprio Manuel de Carvalho no officio que, a 14 de Agosto de 1824, dirigiu ao capitão de fragata Antonio José de Carvalho, commandante da divisão naval que bloqueava o Recife, exprobando-o de, á sombra do pavilhão do imperio, exercer o corso, registrando embarcações, impedindo-lhes a entrada no porto, e obrando como pirata, uma vez que o fazia sem previa intimação ás autoridades constituidas da provincia *em cujos fortes tremulava o mesmo pavilhão do imperio que elle trazia arvorado nos seus navios.*

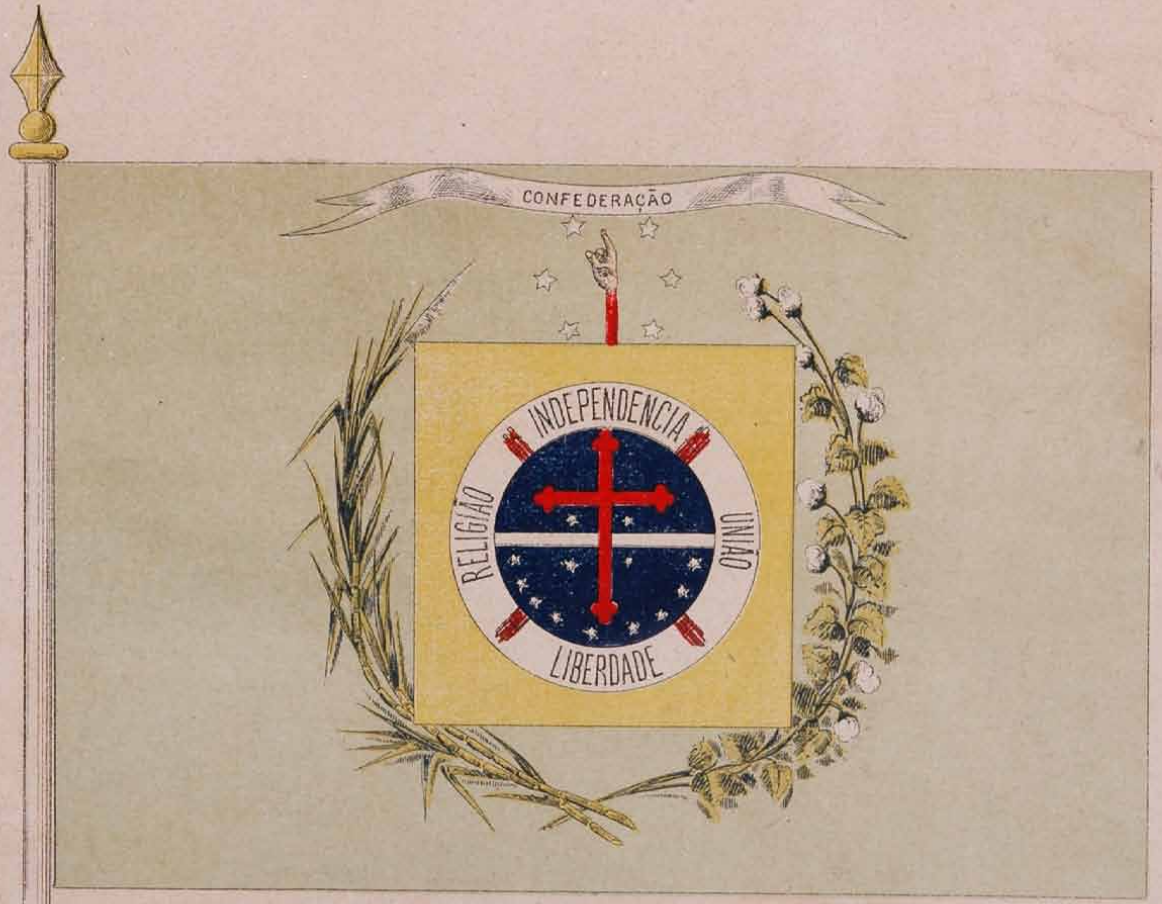
Emfim é evidente que as forças dos confederados, na sua retirada para o interior, depois de batidas no Recife nos sangrentos combates de 12 a 17 de Setembro, não no levavam tambem.

No epilogo do seu interessantissimo *Itinerario*, Frei Caneca, resumindo os argumentos da sua defeza, escreveu: « Salvo, finalmente, si é ser rebelde o fugir á morte em companhia de um exercito, que marchava por todos os logares debaixo da sombra do mesmo *verde-louro estandarte do imperio* dado pelo mesmo Imperador, proclamando por todos os termos dos mais interiores sertões vivas ao mesmo imperador constitucional, liberal, etc. » (1)

Comtudo, reconstituir a bandeira de 1824, tal qual a conceberam os seus autores, é tarefa fructuosa como subsidio ao conhecimento das tendencias e das idéas dominantes na epoca, e é este o interesse unico que nos move no designio de diligenciar restaural-a sob o seu primitivo aspecto.

---

(1) Obras Politicas e Litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Recife, 1875. Vol. I, pag. 135.



LITH. BARBOSA PRIMO & C.ª

BANDEIRA DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR.

Infelizmente já não existe uma só destas curiosas reliquias, nem o seu desenho original authentico.

Ainda assim não é difficil reordenal-o.

Quem primeiro o descreveu foi o Dr. A. J. de Mello Moraes, em nota, á pag. 24, da *Biographia do Dr. Manoel Joaquim de Menezes* (1) ; segundo o historiographo alagoano a referida bandeira tinha a disposição seguinte: « Campo azul celeste, tendo no centro um escudo *esquartelado*, de amarello gema, ladeado de um ramo de cana e outro de algodão. Dentro do escudo desenhava-se um circulo branco, no qual se viam gravadas estas palavras em caracteres pretos — RELIGIÃO — INDEPENDENCIA — UNIÃO — LIBERDADE — ; separando estes nomes quatro feixes de varas escarlates. Este circulo era dividido por uma faxa branca que o separava em duas partes iguaes. A superficie era de azul ferrete, tendo no centro uma cruz floreteada de escarlate, com duas estrellas brancas por baixo das extremidades dos braços, assim como outras duas na altura dos dous terços inferiores, e por baixo mais nove estrellas em semi-circulo. Na parte superior do escudo erguia-se uma haste escarlate, a qual terminava por uma mão, no centro da qual desenhava-se o olho da Providencia, circulado por seis estrellas brancas. A mão apontava para uma flamula branca, que lhe ficava no alto, sobre a qual se via a palavra — CONFEDERAÇÃO. »

Em sessão do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, de 9 de Agosto de 1861, o Dr. Joaquim Norberto de Souza e Silva apresentou «um modelo da bandeira de que uzavam os revoltosos da Confederação do Equador », e propoz fôsse nomeada uma commissão ou um membro do Instituto afim de que, tirada uma copia do referido modelo, a comparasse com a descripção que, da mesma bandeira, fez o autor da biographia do Dr. Manoel Joaquim de Menezes (pag. 24), na qual pensava tivésse sido pouco exacto, e do resultado da comparação désse conta ao Instituto (1). »

Approvada a proposta, foi nomeado o Conselheiro Pedro de Alcantara Bellegarde que, na sessão de 4 de Ou-

(1) Publicada no Rio de Janeiro, Typ. Brasileira, Editor J. J. do Patrocinio, 1861, in-4°, 35 pp.

tubro do mesmo anno, procedeu á leitura do seguinte relatorio :

« Cumprindo a ordem que recebi do Instituto, fiz copiar o desenho que me foi remettido, da bandeira adoptada pela revolução de 1824 em Pernambuco, tendo em vista a biographia recentemente publicada do Sr. Dr. Manoel Joaquim de Menezes, onde em uma nota vem descripta a referida bandeira.

« Na copia se corrigiram alguns erros do desenho que foi presente ; e passando á comparação da nota, encontrei divergencia notavel.

« A nota diz que sobre o fundo azul celeste a bandeira tinha um *escudo esquartelado* amarello gemma ; o desenho mostra um *escudo quadrado* desta côr com o mais que indica a nota ; mas nem pelo desenho nem pela sequencia da nota se deprehende que seja *esquartelado* o escudo, isto é, dividido em quatro partes. Parece, pois, que se quiz dizer escudo *quadrado*, e assim o fiz desenhar conforme está no original. » (1)

A authenticidade do modelo apresentado pelo Dr. Joaquim Norberto não padece duvida, porquanto era certamente o mesmo desenho enviado para a Côrte, pelo governador da Bahia, Dr. Francisco Vicente Vianna em 25 de Novembro de 1824, conforme se infere dum trecho da *Noticia historica sobre a revolução pernambucana de 1824*, pelo Dr. Antonio Pereira Pinto. (2)

Este, porem, não obstante ter presente o mencionado desenho, reproduziu ainda a descripção errada do Dr. Mello Moraes (3), e sendo aquella sua monographia a fonte mais frequentemente consultada sobre o movimento revolucionario de 1824 não nos surprehendem as indecisões que ainda hoje persistem quanto ao modo de representar a insignia dos confederados, maxime tendo-se extraviado o desenho original e a copia feita em 1861.

Na estampa annexa cremos entretanto, haver conseguido reproduzil-o com toda a fidelidade possivel.

Do brazão d'armas da Confederação do Equador —que plausivelmente era o mesmo da bandeira— remetteu tambem para a Côrte o Morgado do Cabo, Francisco de Paes

(1) Ibidem, Vol. XXIV, pp. 750—751.
(2) Ibidem, Vol XXIX, pag 104.
(3) Ibidem, Vol. XXIX, pag. 105 nota.

Barreto, futuro Marquez do Recife, o desenho que fôra mandado para a França afim de ser gravado nos objectos e armas da republica (1) ; desenho este cujo paradeiro é ignorado.

Finalmente é permittido suppor, com os melhores fundamentos, que a idéa da organisação de ambas as insignias partiu do portuguez João Soares Lisbôa, republicano fervoroso e amigo particular de Manoel de Carvalho, sobre o qual possuia marcada ascendencia.

Alfredo de Carvalho

(1) Pereira da Costa. — Mosaico Pernambucano — *Recife, 1884*, pag. 200.

NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA

POR

A. J. V. Borges da Fonceca

(COTINUAÇÃO DO N. 57)

TITULO VII

DE BEZERRAS JACOME

Manoel Jacome Bezerra, natural de Vianna, a quem as memorias antigas tratam por Fidalgo Escudeiro, é o tronco de que procede a familia do seu apelido em Pernambuco, onde já antes da entrada dos Olandezes vivia casado com D. Maria Pessanha do Amaral, de quem teve os filhos seguintes :

Antonio Jacome Bezerra, Fidalgo Escudeiro, servio com grande reputação em toda a guerra dos Olandezes desde que estes entraram em Pernambuco e foi nella Capitão, Sargento-mór e Tenente de Mestre de Campo General e depois della Alcaide-mór da villa de Iguarassú por carta regia de 3 de Outubro de 1636, Coronel de Infantaria da Ordenança de toda a Capitania de Pernambuco com 100 cruzados de soldo por mez. Por Patente de 21 de Maio de 1666 e ultimamente Mestre de Campo de Infantaria paga.

João Bezerra Jacome, que continúa.

Manoel Jacome Bezerra, adiante.

João Bezerra Jacome foi Fidalgo Escudeiro e Capitão de Infantaria na guerra dos Olandezes quando depois della se reformaram as tropas por ordem regia de 11 de Dezem-

bro de 1663 ficou servindo com o mesmo posto no terço do Mestre de Campo D. João de Souza por um Alvará do Obidos Vice-rei do Estado, de 14 de Outubro de 1664 casou com D. Maria Pessoa, filha de Antonio Correia Calheiros e de sua mulher Maria Pessôa. (Vide titulo de Bezerras Felpas de Barbuda.)

Deste matrimonio nasceram :

D. Maria Pessôa e foi mulher do Capitão Pedro Cavalcante de Albuquerque, Cavalheiro da Ordem de Christo filho de Cosme Bezerra Monteiro e de sua mulher D. Leonarda Cavalcante. (Vide titulo de Bezerras Felpas de Barbuda.) Não tiveram filhos.

D. Joanna Bezerra Pessanha casou com Felippe de Moura de Albuquerque filho de Antonio Paes Barreto e de D. Leonor Figueira de Moura. (Vide titulo de Paés, Morgados do Cabo.)

Manoel Jacomé Bezerra que em 1666 era Juiz de Orphãos na villa de Iguarassú ; foi casado com D. Maria de Britto, filha de Diogo de Britto Borges e de sua mulher Custodia Gonçalves de Abreu, e deste matrimonio nasceram :

Pedro Bezerra Jacome, que continúa.

Maria de Vasconcellos, que casou e foi primeira mulher do Commissário Geral Arnáo de Olanda Correia, filho do Capitão-mór João Correia Barbosa, Cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Magdalena de Góes. (Vide titulo de Bezerras Barrigas.)

Pedro Bezerra Jacome casou com D. Maria Manoella senhora do engenho do Tatú, filha natural do Padre Estevão Ribeiro da Silva, vigario de Goyanna.

Tiveram :

Manoel Jacome Bezerra, que casou com D. Francisca filha de Felippe de Moura de Albuquerque e de sua mulher D. Joanna Bezerra Pessanha. (Vide titulo de Paes, Morgados do Cabo.)

TITULO VIII

DOS BARBALHOS SILVEIRAS

Principiou esta familia em Antonio Barbalho, natural do Reino e primeiro Senhor do Engenho de Nossa Senhora

do Rosario de Camaratuba, que levantou no anno de 1610. Foi casado com D. Anna da Silveira filha de Pedro Alves da Silveira e de sua mulher Maria Gomes Bezerra. (Vide titulo de Bezerras, Morgados da Parahyba.)

Do referido matrimonio nasceram:

Domingos da Silveira, que falleceu solteiro.

Victoria Gomes que continúa.

Violante Barbalho.

Maria Barbalho.

Anna da Silveira, que falleceram solteiras.

Victoria Gomes casou com Mathias da Costa Vasconcellos Marecos, natural da Ilha de S. Miguel e Capitão da Ordenança da freguezia de Mamanguape e viviam em 1665, como consta da Escriptura de venda do dito Engenho que a 9 de Maio fizeram a seu parente Marcos de Oliveira Correia, na Nota do Tabellião da Cidade da Parahyba Antonio Pereira da Costa.

Do referido matrimonio nasceram:

Izabel de Vasconcellos que continúa.

Antonia Barbalho, casou na Parahyba com o Alferes João Soares Franco e não deixou filhos.

Maria da Silveira foi casada com Alvaro Martins e tambem não deixou filhos.

Victoria Gomes, adiante.

Izabel de Vasconcellos casou com João Soares de Avellar, irmão do Dr. Frei José da Natividade Seixas, Religioso da Ordem de São Domingos, naturaes de Lisbôa e filhos de Manoel Soares de Avellar e de sua mulher D. Maria de S. Antonio de Oliveira, irmã do Vigario João Baptista de Oliveira, e tiveram:

João de Vasconcellos, que continúa.

Mathias da Costa Vasconcellos, adiante.

Manoel Soares de Vasconcellos, adiante.

Vicente Soares de Avellar, adiante.

Antonio Barbalho Pinto, que morreu solteiro.

José Soares de Avellar, adiante.

D. Catharina Barbalho, adiante.

D. Victoria Gomes da Silveira, adiante.

D. Maria da Assumpção de Oliveira, casou com o Capitão Francisco Falcão de Oliveira, natural do Reino e não tiveram filhos.

D. Anna da Silveira, adiante.

D. Rosa Maria de Vasconcellos, que casou com o Capitão Manoel Pereira Bulcão, filho de Manoel Pereira Bulcão e de sua mulher D. Izabel da Cunha. (Vide titulo de Figueiras.)

João Soares de Vasconcellos, foi Tenente-coronel da Cavallaria e casou com D. Faustina Pereira da Cunha filha de Manoel Pereira Bulcão, natural da Ilha do Fayal, e de sua mulher D. Izabel da Cunha Bandeira. (Vide titulo de Figueiras Pintos.)

Deste matrimonio nasceram :

Cosme Soares de Vasconcellos, que terá 33 annos pouco mais ou menos, neste de 1771, vive na Ribeira de Acaraçú, Capitania do Ceará, onde casou.

D. Joanna de Vasconcellos casou na freguezia de Muribeca com Pedro Lins de Albuquerque.

D. Maria de Vasconcéllos, casou tambem na Muribeca com Francisco Xavier Lins.

D. Francisca Figueira, morreu na Ribeira do Acaraçú, onde foi casar.

D. Izabel..... casou na Tacoara, com José Figueira, filho de José Figueira.

Mathias da Costa de Vasconcellos, casou com Marianna de Freitas filha de João Marinho, morador em Tejucupapo e de sua mulher Anna Rebouças, e tiveram :

Mathias Soares de Vasconcellos, que continúa.

Manoel da Costa de Vasconcellos, adiante.

João Marinho de Freitas.

Hypolito Soares de Vasconcellos, adiante.

Luiz Soares de Vasconcellos.

Maria da Costa.

Anna Rebouças da Palma mulher de seu primo Manoel da Rocha Pinto.

Mathias Soares de Vasconcellos, casou com sua prima Victoria Gomes da Silveira, filha de João Gomes da Silveira e de sua mulher Izabel de Vasconcellos, e deste matrimonio tinham nascido até o anno de 1736 os filhos seguintes :

José Gomes da Silveira,

João Gomes da Silveira,

Rita Gomes da Silveira,

Izabel.....

Anna da Silveira

Victoria Gomes,
Maria da Silveira,
Manoel da Costa de Vasconcellos, que vivia no sitio da Capella de Mamanguape, casou com Clara Gomes da Silveira, filha de. ....
Tiveram :
Manoel Soares,
Hypolito Soares de Vasconcellos, casou com sua prima Anna Rebouças filha de José Soares de Avellar irmão de seu pai.
Manoel Soares de Vasconcellos casou com sua prima Maria Barbalho, filha de Gabriel Martins e de sua mulher Victoria Gomes, e deste matrimonio nasceram :
Gonçalo Soares de Vasconcellos,
Manoel Soares,
João Gomes da Silveire, que continúa.
Mathias Soares,
Antonio Martins,
Gabriel Martins,
Thomé Soares da Costa,
D. Izabel .... adiante.
D. Victoria Gomes da Silveira, que casou com seu primo Martinho Ribeiro Pinto, como adiante se verá.
João Gomes da Silveira, casou com Maria da Luz, filha B. de Sebastião Ribeiro e tiveram :
D. Izabel..... ..... . casou com Pedro Soares de Azevedo, natural do Porto, que vive na Tauna e tiveram :
Pedro..... ....
Maria..... .....
Vicente Soares de Avellar, casou duas vezes, a primeira com .... e a segunda com D. Joanna de Castro Barbosa, filha de José Correia de Araujo e de sua mulher D. Ignez Lins de Vasconcellos. (vide titulo de Soares, do Engenho da Palma) da qual D. Joanna foi Vicente Soares primeiro marido. Nasceram :
Do 1° matrimonio
Do 2° matrimonio
José Correia de Araujo,
Vicente Soarës,
Gonçalo de Castro Barbosa,
José Soares de Avellar casou com .....

filha de João Maranhão, de Tejucupapo, e de sua mulher Anna Rebouças. Morreu no Engenho do Padre da Parahyba e teve os filhos seguintes :

José Soares,

Cosme Soares,

Manoel Soares,

Maria Theresa, adiante,

Anna Rebouças, que casou, como acima vimos, com seu primo Hypolito Soares.

Thomasia ....

Maria Theresa, casou com Antonio de Lima filho de José Alues Lima, de Mamanguape, e deste matrimonio nasceram :

Antonio..... ....

D. Catharina Barbalho casou com Francisco Ribeiro, de Beça, e deste matrimonio nasceram :

Francisco Ribeiro de Beça que morreu solteiro.

Luiz Soares de Avellar, Capitão da Ordenança.

Antonio Ribeiro Pinto.

Manoel da Rocha Pinto, que casou; como acima vimos, com sua prima Anna Rebouças da Palma, filha de seu tio Mathias da Costa de Vasconcellos e não tem filhos.

João Soares de Avellar, Sargento-mór de Mamanguape.

Martinho Ribeiro Pinto, que continúa.

D. Izabel..... .... que casou duas vezes; a 1ª com seu primo o Capitão João Gomes da Silveira, filho de Gabriel Martins e de sua mulher Victoria Gomes, e delle teve a successão que adiante se verá; e a 2ª com Sebastião Ribeiro e foi sua primeira mulher e delle não teve filhos.

D. Catharina Barbalho, adiante.

Martinho Ribeiro Pinto, casou com sua prima Victoria Gomes, filha de seu tio Manoel Soares de Vasconcellos e de sua mulher Victoria Gomes, como acima vimos, e deste matrimonio nasceu :

Victoria.....

D. Catharina Barbalho casou duas vezes ; a primeira com o Tenente José de Mello, natural de Goyanna, que teve filhos, e a segunda com Aniceto Ferreira de Padilha que é natural de Muribeca e mora na Barra do Cunhaú.

Deste matrimonio nasceram :

Desiderio Fernandes.

Raymundo Ferreira Barbalho, que casou com D. Cosma..... filha do Capitão João Soares de Vasconcellos, como adiante se verá.

João.....

Sebastião.....

D. Luiza ..... casada com Antonio de Mello filho de Sebastião de Albuquerque, que moravam em Guajá junto a Barra do Cunhaú e tem filhos.

D. Rosa

D. Maria

D. Victoria Gomes da Silveira, morou na Embiribeira e foi casada com o Alferes Salvador de Mattos, natural do Rio Grande.

Deste matrimonio nasceram :

Salvador de Mattos que continúa.

João Soares de Vasconcellos, adiante.

Antonio dos Santos Vasconcellos adiante.

D. Thereza..... adiante.

D. Maria da Assumpção, adiante.

Salvador de Mattos é Capitão de Cavallos no Seridó onde vive, casou com Maria dos Santos filha de Antonio Diniz, que morou no Picão da Parahyba e deste matrimonio nasceu :

D. Anna..... que casou com o Tenente Miguel Accioly, que mora no Seridó.

João Soares de Vasconcellos Capitão de Ordenança do districto de Tauna, onde mora, casou com D. Leandra Pereira da Cunha filha do Capitão Pedro Barbosa de Albuquerque e de sua mulher D. Izabel Pereira da Cunha. (Vide titulo de Figueiras.)

Nasceram deste matrimonio :

João Salvador

Antonio dos Santos

Manoel.....

Gonçalo..... que nasceu em Outubro de 1756

D. Cosma ..... que casou, como acima vimos, com seu primo Raymundo Pereira Barbalho, filho de Aniceto Ferreira Padilha

D. Maria

D. Joanna

D. Anna.

Antonio dos Santos de Vasconcellos, mora no sertão Sabogê, casou com D. Maria..... filha do Capitão Pedro Barbosa de Albuquerque e de sua mulher D. Izabel Pereira da Cunha.

Deste matrimonio nasceram :
Salvador .....
Estevão.....
D. Antonia ..... que casou em 1736 no mesmo sertão do Sabogê
D. Victoria .....
D. Thereza..... que casou com Domingos Alves Casado, natural da Parahyba, mora no Páo e tem os filhos seguintes :
Manoel Casado, que continúa
Domingos Alves Casado
Antonio Alves
João Alves
D. Thereza..... adiante.
D. Victoria Gomes

Manoel Casado, casou em Outubro de 1736 com sua prima D. Maria, filha do Capitão Manoel Pereira Bulcão e de sua mulher D. Rosa ..... como adiante se verá.

D. Thereza..... mora no Páo e casou com Manoel Carlos, natural do Reino, de quem nasceram :

D. Maria da Assumpção que mora no Seridó, casada com Francisco Cardoso, natural da Ilha da Madeira, de cujo matrimonio nasceram :
José Francisco
Bento
Victoria.

D. Anna da Silveira casou com o Alferes Antonio de Sá Serrão, natural de Goyanna.

Deste matrimonio nasceram :
Antonio de Sá Serrão, que continúa
José Soares de Avellar
D. Joanna de Sá
D. Maria
D. Feliciana..... casada na Bahia de S. Miguel com Luiz Pereira Souto, natural de Goyanna.

Antonio de Sá Serrão, Alferes de uma companhia da Ribeira de Mamanguape, onde mora. Casou com Maria

Pereira, filha de João Pereira e de sua mulher Anna Rebouças.

Deste matrimonio nasceram :

Antonio.....

D. Clara.....

Victoria Gomes, morou sempre na Mataraca, junto a Camaratuba e casou com Gabriel Martins que era filho de um hespanhol e tiveram os filhos seguintes :

João Gomes da Silveira, que continúa,

Domingos Barbalho da Silveira, adiante,

Roque da Costa, que morreu solteiro,

Manoel Barbalho, que casou, como acima vimos, com seu primo Manoel Soares de Vasconcellos, filho de João Soares de Avellar e de sua mulher D. Izabel de Vasconcellos e teve a successão que fica escripta.

Narcisa Gomes, que casou com Aires de Souza, filho de Manoel Coelho e de sua mulher D. Guiomar Coutinho. (Vide titulo Souzas Coutinhos.)

João Gomes da Silveira, filho do Capitão de Cavallos em Mamanguape e teve grande respeito e estimação e viveu sempre na Mataraca, onde foi casado com sua prima D. Izabel..... filha de Francisco Ribeiro Bessa e de sua mulher D. Catharina Barbalho e foi seu primeiro marido, como acima vimos ; deste matrimonio nasceram :

Francisco Ribeiro, que morreu solteiro.

Luiz Gomes..... que em 1735 casou em Jaguaribe com.....

D. Victoria Gomes da Silveira, que casou, como acima vimos, com seu primo Mathias Soares de Vasconcellos filho de Mathias da Costa de Vasconcellos e de sua mulher Marianna de Freitas e teve a successão que fica referida.

Domingos Barbalho da Silveira casou com Maria da Assumpção, filha de João Marinho, de Tejucupapo, e de sua mulher Anna Rebouças e teve varios filhos que morreram meninos e só ficou vivo :

Antonio Barbalho da Silveira, que é Alferes.

TITULO IX

DOS CAMELLOS PESSOAS

Esta familia procede de Nuno Camello, natural da

Bahia de onde veio a Pernambuco com praça de soldado no Terço do Mestre de Campo André Vidal de Negreiros, que no mesmo anno de 1643 desembarcou em Tamandaré e servio em toda a guerra com o posto de Alferes de Infantaria, commandando por varias vezes a sua companhia em auzencia de seu capitão.

Achou-se no rendimento do reducto de Serinhãem, da peleja da Varzea, na retirada da Artilharia de Itamaracá, nas duas batalhas dos Guararapes em uma das quaes ficou ferido em uma côxa, e nas marchas de Itamaracá e Parahyba, e ficando depois da guerra reformado, foi provido no posto de Capitão da Ordenança da freguezia da Varzea, por patente do Governador Jeronymo de Mendonça Furtado, de 29 de Julho de 1666 do qual passou ao de Sargento-mór da comarca de Pernambuco, por Patente Real de 22 de Março de 1687, e tambem sérvio na politica o cargo de Provisor da Camara de Olinda em 1670, o de Vereador em 1676 e o de Juiz Ordinario em 1683. Do termo de Irmão da Misericordia de Olinda, que assignou a 2 de Julho de 1686, consta que era filho de Antonio Vieira Camello e de sua mulher Catharina de Lomba e de uma inquirição tirada no Arcebispado da Bahia no anno de 1739, a requerimento de seu neto o Illm. e Revm. Monsenhor Pessôa, se mostra que Antonio Vieira Camello fôra natural de Leiria, que fôra Capitão de Infantaria e Cabo da Fortaleza de Monserrate e que delle se não conservam máis noticias que a de ser parente de Pedro Pereira da Silva, que depois de ser Secretario do Estado do Sr. Rei D. João IV. foi Bispo do dito bispado de Leiria e que Catharina de Lomba, mulher deste Antonio Vieira Camello, fôra senhora do Engenho Jacaracanga e irmã de Paulo de Lomba homem nobre e authorisado.

Casou Nuno Camello em Pernambuco segunda vez com D. Ignez Pessôa, herdeira do Engenho Capella de São Panthaleão do Monteiro e da Capella de Nossa Senhora das Angustias da Igreja de Nossa Senhora da Graça do collegio de Olinda, filha do Capitão João Ribeiro Pessôa e de sua mulher Thomasia Bezerra, (vide titulo de Pessôas) e só deste segundo matrimonio teve a seguiute successão :

José Camello Pessôa, que continúa,

D. Maria Pessôa, que casou com o coronel André de

Barros Rego, filho do Capitão André de Barros Rego, Cavalheiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Adrianna de Almeida Wanderley. (Vide titulo de Regos).

D. Catharina Pessôa, que casou com Francisco de Sá Cavalcante, Capitão-mór de Ipojuca, filho de Mathias de Sá e de sua mulher D. Maria Cavalcante. (Vide titulo de Sás Cavalcantes.)

D. Cosma Pessôa, adiante.

D. Anna Pessôa, que casou com o Capitão-mór Antonio da Silva Pereira filho de João Dourado de Azevedo, Capitão de Infantaria e cabo da Fortaleza do Brum, e de sua mulher D. Catharina Pereira. (Vide titulo de Dourados.)

José Camello Pessôa, que nasceu no anno de 1682, foi Cavalheiro da Ordem de Christo, Capitão-mór da Varzea, Coronel das Ordenanças da cidade de Olinda e Capitão-mór da villa de Goyanna, onde foi senhor do Engenho da Boa Vista, casou com D. Maria de Lacerda, filha de Jeronymo Cavalcante de Lacerda, Fidalgo Cavalheiro da Ordem de Christo, Capitão-mór da Capitania de Itamaracá e de sua mulher D. Catharina de Vasconcellos. (Vide titulo de Cavalcantes.)

Deste matrimonio nasceram:

José Camello Pessôa, Clerigo Presbytero e Cavalheiro da Ordem de Christo.

João Ribeiro Pessôa de Lacerda, do Conselho de S. M. e Monsenhor da S. Igreja Patriarchal de Lisbôa, o qual foi Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra e oppositor ás cadeiras da sua Faculdade, estando aceito no Collegio Ponteficio de S. Pedro foi chamado para conego da dita Patriarchal em 1738.

Caetano Camello Pessôa, que continúa.

D. Catharina Pessôa, que casou com seu primo o Capitão-mór André de Barros Rego, filho do Coronel André de Barros Rego e de sua mulher D. Maria Pessôa. (Vide titulo de Regos.)

Caetano Camello Pessôa, casou com D. Catharina Josepha Soares, filha herdeira de Francisco Soares de Quintan, Conego da S. Igreja Cathedral de Olinda, havida em Francisco Gomes Lyra, filha de Domingos Leitão Ferreira e de sua mulher Anna Maria de Oliveiros, neta por via paterna de Manoel Leitão Figueira, natural de Evora, e

de sua mulher Maria Alonso de Abaroa, e por via materna neta de Francisco Dias de Oliveiros e de sua mulhãr Mecias de Brito de Carvalho. E o dito Conego Francisco Soares de Quintan, que foi Provisor do Bispado era natural de Lisbôa e filho de Manoel Pereira Pos e de sua mulher Damasia Soares. Neto por via paterna de Gregorio Pereira e de sua mulher Maria Rosa, e por via materna neto de Francisco de Quintan e de sua mulher Maria Soares.

Do referido matrimonio nasceram:

Francisco Camello Valcarar, que presentemente é senhor da Capella e Engenho do Monteiro.

José Camello Pessôa,

D. Maria do Carmo,

D. Anna Joaquina,

D. Catharina de Lacerda,

D. Josepha Pessôa,

D. Iguez Pessoa,

D. Thereza Ludovina,

João Ribeiro Pessôa, Capitão de Infantaria do Regimento do Recife.

D. Cosma Pessôa, casou duas vezes: a primeira com Jorge Cavalcante de Albuquerque, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real, filho de João Cavalcante de Albuquerque, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real e Professo na Ordem de Christo, a quem chamaram o de Santa Anna por ser Senhor deste Engenno, e de sua mulher D. Maria Pessôa, e deste matrimonio não houve successão e a segunda com Bento Correia de Lima, natural de Sergipe de El-Rei Senhor do Engenho de Goianna Grande, do qual tambem foi segunda mulher, e deste matrimonio nasceram:

Jorge Correia Pessôa, que ainda vive solteiro.

D. Iguez Pessôa, que não tomou estado.

D. Antonia Francisca Pessôa, que casou com o Desembargador Jorge Salter de Mendonsa, que falleceu na Relação do Porto e teve successão que hoje existe em Lisbôa.

TITULO X

DOS CAMPELLOS

Esta familia é das modernas e principiou em Pernam-

buco pelos annos de 1680, em que vieram para a dita capitania Antonio Rodrigues Campello e seu primo José Peres Campello, e como ambos casaram e tiveram descendencia trataremos de cada um delles em diversos paragraphos.

§

DE ANTONIO RODRIGUES CAMPELLO

Eu vi um titulo desta familia escripto pelo Doutor José Ferreira Moscoso Montarroio, o qual se conserva em poder do Sargento-mór Manoel Rodrigues Campello e delle e de uma certidão que tambem vi, passada pelo Secretario do Conselho Geral do Santo Officio Jacome Esteves Nogueira, consta que Antonio Rodrigues Campello era natural de Vianna de Lima, filho de Manoel Rodrigues, natural de Refrios de Lima, e de Nathalia Domingues Campello, natural de Vianna; neto paterno de Domingos Pires, natural do lugar de São Juhão de Meirim termo de Villa de Ponte Vedra, o qual era filho de Domingos Rodrigues e de Domingas Pires de Carasselas, naturaes do reino de Galiza, e de sua mulher Ignez Rodrigues, natural de Refoio de Lima, e por via materna neto de Domingos Gonçalves Campello, natural de São Verissimo de Tamel, e de Justa Gonçalves natural de Villa Franca de Cortegassa junto de São João, o novo.

Em 1692 achamos já o dito Antonio Rodrigues Campello servio de Capitão de Ordenança do Recife, por patente do Governador D. Antonio Felix Machado, de 14 de Março que foi confirmada por El-rei a 20 de Dezembro do mesmo anno, e deste posto passou ao de Sargento-mór da mesma Ordenança.

Nos livros da Camara de Olinda o achamos servindo de Almotacé em 1700 e depois foi vereador da Camara do Recife e foi Familiar do Santo Officio dos do numero. Casou com D. Ignez de Barros Rego, natural do mesmo Recife, filha do Capitão Francisco Rabello de Barros da freguezia de Assumpção da Villa de Caminha e de sua mulher Maria da Rocha Barros, natural de Vianna. Neto por via paterna de Francisco Rabello de Barros, natural do lugar de Rebollo, frõguezia de Santa Euthalia do Rio

de Minho, termo da Villa dos Arcos e de Anna de Carvalho, natural da Villa de Caminha e filha materna de Manoel Mendes natural de Cortegassa, freguezia de S. Pedro de Sopertella, termo de Barcellos, e de Apolinaria de Barros natural da freguezia da Assumpção da Villa de Vianna.

Do referido matrimonio nasceram :

Antonio Rodrigues Campello, que foi Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Provincia da Reforma de Pernambuco e depois passou para a Religião de Malta e falleceu em Roma.

João Rodrigues Campello que se formou em Coimbra e foi juiz de fora da Villa da Feira e da Villa de Ourique, Ouvidor da cidade de S. Paulo e Desembargador da Relação da Bahia e da do Porto, na qual foi aposentado por casar segunda vez naquella cidade, onde vive neste anno de 1771, e é Cavalheiro professo na Ordem de Christo e administrador da capella que se instituio Mathias Gonçalves Paes, em que succedeu a sua prima D. Micaella Mauricia Campello de Brito. Casou a primeira vez em Lisbôa com D. Maria Micaella da Natividade da Maia, filha de Antonio da Maia, Cavalheiro Fidalgo, que foi official maior da Secretaria do Conselho da Fazenda, e de sua muiher D. Pascoa Maria da Conceição, e de nenhum dos matrimonios teve successão.

Manoel Rodrigues Campello, que continúa.

Felippe Rodrigues Campello, Clerigo Presbytero e Cavalheiro da Ordem de Christo e Commissario do Santo Officio, que já é fallecido.

D. Florencia Rodrigues Campello, adiante.

D. Catharina Rodrigues Campello, que foi primeira mulher do Capitão Julião da Costa de Aguiar e não teve successão.

Manoel Rodrigues Campello, é Cavalheiro Fidalgo Professo na Ordem de Christo e depois de servir na Colonia, occupou os postos de Capitão de Infantaria do Regimento de Olinda e do Regimento das Ordens do Governo de Pernambuco e Sargento-mór do Terço Velho de Auxiliares do Recife, onde vive neste anno de 1771. Casou no de 1717 com D. Innocencia de Brito Falcão, filha de Luiz Braz Bezerra, Capitão de Infantaria no Recife e de sua

mulher D. Francisca Sanches del Posso. (Vide titulo de Bezerras Barrigas.)

Deste matrimonio nasceram:

Antonio Rodrigues Campello, que morreu menino.

Virgineo Rodrigues Campello, que continúa.

José Rodrigues Campello, que morreu menino.

Felippe Rodrigues Campello, adiante.

D. Innocencia de Barros, que morreu menina.

D. Francisca Ignacia Campello, que casou com Antonio Cavalcante de Albuquerque, filho do Capitão-mór Lourenço Cavalcante de Albuquerque e de sua mulher D. Luzia dos Prazeres de Mello. (Vide titulo de Carvalhos).

D. Rosa Maria de Barros, que casou com o Capitão Antonio José Teixeira, filho do Capitão Gonçalo Teixeira Cabral e de sua mulher D. Cosma de Araujo Bezerra e da successão se escreve em titulo de .....

Virgineo Rodrigues Campello, servio a El-Rei no Regimento do Recife e foi com seu pai ao soccorro da Colonia e depois passou a Capitão do Terço de Auxiliares da mesma Praça do Recife, onde morreu no anno de 1749, de uma estocada que lhe deram acodindo a apartar uma pendencia dos soldados do Matto Grosso. Casou e foi primeiro marido de D. Francisca Thereza de Jesus de Barros, filha do Capitão-mór Manoel Carneiro Leão e de sua mulher D. Rosa Maria de Barros, irmã de Roque de Barros de Mellos Telles, neta por via paterna de Francisco Carneiro Leão, natural do termo da cidade do Porto, e de sua mulher D. Luiza Barbosa, natural de S. Tiago de Carvalhosa, termo da mesma cidade, e por via materna do Capitão Ignacio de Barros e de sua mulher Vicencia de Carvalho.

Deste matrimonio nasceram:

Manoel Thomaz Campello, que continúa.

Virgineo Rodrigues Campello, adiante.

Joaquim José Rodrigues Campello, que casou com a filha de José Paes, adiante.

D. Rosa Maria de Barros casada com José Mendes da Silva.

Manoel Thomaz Campello, que casou com D. Francisca Margarida Diniz Bandeira.

Virgineo Rodrigues Campello, que casou com D. Rita Josepha de Jesus, filha do Capitão José Pedro dos Reis.

Felippe Rodrigues Campello, Cavalheiro da Ordem de Christo e Capitão do Regimento de Cavallaria. Foi casado com D. Maria Theodora de Barros irmã da mulher de seu irmão, ambas filhas do Capitão Manoel Carneiro Leão e de sua mulher Rosa Maria de Barros.

Deste matrimonio nasceram :

João Caetano.

Manoel Carneiro.

Felippe Rodrigues Campello.

D. Paula Maria de S. Pedro.

D. Anna ....

D. Anna.....

D. Florença Rodrigues Campello, que casou com o Capitão José Rodrigues Colasso, Familiar do Santo Officio, filho de João Rodrigues Colasso e de sua mulher D. Izabel Antunes, natural do lugar de Figueira, termo da Villa de Cadaval. Neto por parte paterna de José Colasso e de sua mulher D. Izabel Rodrigues, natural da Villa de Coimbra, e pela parte materna de Gil Esteves natural do lugar de Boussa de Louro, termo de Cadaval, e de sua mulher Maria Antunes, natural do lugar de Sobrena, termo da mesma villa.

Do referido matrimonio nasceu :

D. Anna Thereza.

D. Mauricia de Brito Campello, que casou com Francisco Xavier da Maia, Cavalheiro Fidalgo e Professo na Ordem de Christo, filho de Antonio da Maia, official maior da Secretaria do Conselho da Fazenda, e de sua mulher D. Pascoa Maria da Conceição ; deste matrimonio nasceram :

Antonio José da Maia Colasso, que continúa.

Francisco .... que morreu menino.

Antonio José da Maia Colasso, que casou com D. Anna Victoria, filha de João da Costa Monteiro, Cavalheiro da Ordem de Christo, Capitão-mór da Villa do Recife, e de sua mulher D. Paula Monteiro de Lima. (Vide titulo de Monteiros.)

§ 2°

DE JOSÉ PERES CAMPELLO

José Peres Campello, foi Familiar do Santo Officio e Tenente-coronel de um Regimento da Ordenança e tam-

bem servio na Camara do Recife. Foi filho de José Peres, segundo marido de D. Maria Domingues, irmã inteira de D. Nathalia Domingues, mãe do Sargento-mór Antonio Rodrigues Campello. Casou em Pernambuco com D. Catharina da Rocha de Barros, irmã inteira de D. Ignacia de Barros, mulher de seu primo o Sargento-mór Antonio Rodrigues Campello, ambas filhas do Capitão Francisco Rebello de Barros e de sua mulher D. Maria da Rocha de Barros.

Do referido matrimonio nasceram:

José Peres Campello, que foi Religioso da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Provincia da Observancia.

Thomé Peres, que falleceu moço.

D. Maria da Rocha Campello, que casou com Miguel Gomes Correia, Cavalheiro Fidalgo, Professo na Ordem de Christo e proprietario do Officio de Escrivão da Fazenda Real de Pernambuco e de sua mulher D. Catharina Gomes de Figueiredo. (Vide titulo de quatro Cunhados.)

(Continúa.)

A SETEMBRISADA, A ABRILADA,

E

A guerra dos Cabanos

Apontamentos para a Historia Patria

POR

FELIX FERNANDES PORTELLA

A Setembrisada, a Abrilada e a Cabanada, tinham um só fim, e esse fim era a volta de D. Pedro I, ex-imperador do Brasil, que estava em Portugal esforçando-se para collocar no throno daquelle reino a sua filha a Senhora D. Maria da Gloria, cujo throno era disputado pelo principe D. Miguel irmão de D. Pedro.

§ 1° — CONFRONTEM-SE OS FACTOS. — Jacintho José de Mello (já fallecido) portuguez e antigo negociante estabelecido na cidade do Recife, e complicado na revolta—*Abrilada*—, confiou de nós, um antigo folheto quasi ininteligivel pela sua antiguidade, cujo folheto era manuscripto.

O dito Jacintho esteve preso e degredado no presidio da Ilha de Fernando de Noronha, sendo seus companheiros o tenente-coronel Salgueiro, Manuel de Mello, senhor do engenho *Muitas Cabras*, e outros complicados na *Abrilada*.

Vamos abrir uma vereda para assim alcançar a estrada da verdade, que tanto se tem arredado de nós. Vamos ver os factos como se passaram attendendo áquillo que assistimos quando jovem, e o que escreveram os nossos antepassados.

Foi por esse mesmo tempo que começou a desenvolver-se em Pernambuco, e nas outras provincias do Norte, um partido denominado —*regressista*— composto pela maior parte de portuguezes.

E o que pretendia este partido ? !

Seria porventura o regresso do governo absoluto ? !

Não certamente, attendendo-se, que em Portugal, e quasi todos os paizes do Universo, dominava já o governo representativo ; isto é, o governo do povo pelo povo.

E o que queriam então os *regressistas* senão a volta do ex-imperador D. Pedro I, para constituir um novo imperio no norte do Brazil, depois de ter collocado no throno do reino de Portugal sua filha a princeza D. Maria da Gloria ? (1)

Tendo-se feito a paz definitiva com a republica Cisplatina no anno de 1828, era bem natural fazer retirar do theatro da guerra os corpos que la estavam, assim como diminuir os corpos que excedessem das necessidades do Estado.

Para Pernambuco viéram os batalhões ns. 13 e 19 de caçadores, alem dos corpos que já existiam para a guarnição da praça, das villas e das fortalezas.

§ 2º — A SETEMBRISADA OU SUBLEVAÇÃO DA TROPA DE LINHA EM PERNAMBUCO. — Que a sublevação dos soldados dos corpos de linha, foi procurada e ageitada pelos *regressistas* e por agentes occultos assalariados, é o que não padece duvida alguma. Vamos mostrar esta verdade que tanto se tem occultado de nós.

Era Commandante das Armas em Pernambuco no tempo da *Setembrisada*, o patriota e activo brigadeiro, Francisco de Paula Vasconcellos ; mas o Sr. Paula tinha a grande falta, perante os *regressistas*, de ter concorrido

(1) Divergiam as opiniões a respeito do nome que devia ter o novo imperio ; queriam uns que fosse —Imperio do Equador—, queriam outros que se chamasse —Imperio de Amazonas—, e outros finalmente que se chamasse —Imperio do Rio do S. Francisco.

mui activamente para a abdicação de Pedro I, no dia 7 de Abril de 1831; mas para os soldados sublevados era elle um verdadeiro protector, e portanto não merecia ser desobedecido como foi pelos soldados sublevados na *Setembrisada*.

Esse só facto, pode bem provar que a sublevação dos soldados foi procurada por agentes occultos.

Os soldados sublevados foram batidos e desarmados pelos povo, e degredados para o presidio de Fernando de Noronha, e o commandante das armas Paula de Vasconcellos demittido sem razão plausivel, conseguindo assim os *regressistas* o que procuravam, a diminuição da tropa de linha no norte do Brazil.

Não havendo em Pernambuco tropa de linha sufficiente para fazer a guarnição da praça, pedio o presidente da provincia ao Exm. Ministro da Guerra que lhe mandasse alguma força para o dito fim.

No Rio Grande do Sul, na então villa de S. Pedro do Rio Grande do Sul, tinha ficado de guarnição o Batalhão n. 17 de Caçadores pertencente á provincia de Pernambuco, que contava ainda mais de 600 praças (1), a cujo batalhão eu pertencia com praça de cadete.

No principio do anno de 1831 recebeu o commandante do dito batalhão (2) ordem do Ministro da Guerra para embarcar e seguir com o seu batalhão para Pernambuco.

Em virtude de tal deliberação o Batalhão 17 embarcou em pequenos vasos para o porto de Santa Catharina, onde o esperava a fragata *Bahiana* e o brigue *Cacique*, sendo commandante da dita fragata o norte-americano Mr. Inglis, homem energico e deliberado no cumprimento dos seus deveres.

Pelos fins do mez de Dezembro de 1831, ancoramos no Lamcirão, porto de Pernambuco. Fez-se signal para terra pedindo-se meios para fazer desembarcar o batalhão que já era esperado em Pernambuco por communicação do Ministro da Guerra.

Houve alguma demora, mas dahi a duas horas pouco mais ou menos, atracou na fragata uma lancha trazendo

(1) O Batalhão n 17 tinha embarcado para a campanha do sul com 723 praças em Julho do anno de 1827.

(2) Era commandante do batalhão o tenente-coronel José Joaquim Coelho.

um officio do presidente da provincia declarando que o presidente em conselho, por effeito duma representação dos negociantes da praça do Recife, tinha deliberado que o Batalhão n. 17 voltasse para o Rio de Janeiro.

Semelhante officio não fez móssa no animo do energico chefe Inglis, que respondeu como devia responder declarando — que elle sabia cumprir ordens dos seus superiores, e que tendo recebido ordem do Exm. Ministro da Marinha para conduzir o Batalhão n. 17 para Pernambuco, sómente o mesmo Ministro podia contrariar esta ordem, e portanto se não lhe dessem meios de fazer desembarcar o batalhão que conduzia, que neste caso elle iria fazer o desembarque em lanchas da fragata na fortaleza do porto de Tamandaré ou em Itamaracá, ou em outro qualquer porto desta provincia. Então convidou o commandante da fragata aos officiaes e cadetes para ouvirem ler a sua resposta, que mereceu geral approvação de todos.

Em consequencia da resposta do commandante da fragata, o presidente da provincia em conselho tomou a medida seguinte : Mandou dissolver o Batalhão n. 17, dando a cada um dos soldados excusas do serviço e uma guia para se retirarem immediatamente para as suas freguezias Havia porem dous obstaculos a vencer ; o primeiro era a falta de dinheiro para pagar os soldos atrazados das praças demittidas (1) por não haver na thezouraria geral dinheiro sufficiente para isso ; o segundo obstaculo era não haver na provincia tropa de linha para fazer a guarnição da capital.

Mas, tudo foi remediado pela vontade forte dos negociantes de Pernambuco. Quanto ao primeiro obstaculo os negociantes da praça do Recife descontaram bilhetes da Alfandega afim de poder pagar-se o soldo dos soldados ; quanto ao segundo obstaculo os corpos de milicia sujeitaram-se a fazer a guarnição da praça nos domingos e dias santos.

Os soldados foram então desembarcados por secção de companhias, e depois de desarmados e pagos de seus vencimentos atrazados, recebiam uma guia para seguirem immediatamente para as suas freguezias, commettendo-se deste modo um verdadeiro attentado contra as garantias

(1) Devia-se ao Batalhão n. 17 quasi dous annos de soldo de campanha.

constitucionaes do cidadão brasileiro, previsto no Artigo 179 § 1° da Constituição do Estado, e nem se attendeu que o Batalhão n. 17 não tinha tomado parte na sublevação de Setembro ! ! !

Desde a *Setembrisada* em que ficou a cidade do Recife sem força sufficiente para fazer a guarnição da praça, suppriam esta falta os batalhões de milicia que faziam a guarnição nos domingos e dias santificados.

§ 3° — A ABRILADA OU REVOLTA DOS PORTUGUEZES EM PERNAMBUCO. — Em um domingo do mez de Abril de 1832 em que tinha feito a guarnição da praça o 1° Batalhão de milicias composto pela maior parte de portuguezes, pelas quatro horas da madrugada, abandonaram todas as guardas (1) e reunidos a outros que vinham chegando armados e fardados, seguiram com passos accelerados para o bairro do Recife, e para estarem mais seguros, arrancaram o estivamento da ponte na distancia de 4 a 5 braças. Na antiga Alfandega fizeram elles um entrincheiramento, tirando para isso as saccas de algodão, que estavam na inspecção para embarcarem, cujo entrincheiramento tinha face para o antigo palacio do Collegio. Uma porção de sublevados marchou pelo isthmo de Olinda e apoderou-se da fortaleza do Brum e do Buraco sem resistencia alguma, mostrando assim ter havido accordo com os commandantes das ditas fortalezas.

No Arco da Conceição collocaram elles uma peça de artilharia de pequeno calibre, sendo commandada a dita peça pelo major Livramento do corpo de artilharia, cuja peça fazia fogo sem motivo algum para o bairro de Santo Antonio. Das fortalezas do Brum e do Buraco faziam elles incessante fogo de metralha contra os transeuntes homens e mulheres; parecia que tinhamos tocado a meta do barbarismo, pelo mau proceder dos nossos hospedes os portuguezes.

Por espaço de tres dias o commercio esteve paralysado, as repartições publicas fechadas, e as familias inteiramente privadas de mandarem comprar o necessario para o sustento diario.

Um tal estado de cousas era grave. gravissimo, e não podia perdurar, e era preciso deliberar com toda a effi-

(1) Este facto mostra bem claramente que houve combinação.

cacia, e por isso alguns proprietarios e funccionarios publicos formando commissões de salvação publica, dirigiram-se ao governo da provincia pedindo promptas medidas para fazer sanar tão grande mal; então o presidente da provincia em conselho deliberou a seguinte medida:

Que não havendo no Recife força sufficiente para atacar os revoltosos acastellados no bairro do Recife, fosse convidado e armado o povo dos outros bairros da cidade para o fazer sem demora, e para o que foram nomeadas commissões espalhadas pelas ruas, afim de induzir o povo, designando-se o lugar da reunião, que era na antiga rua do Collegio, hoje rua do Imperador, e para cujo lugar corria o povo pressuroso e armado, comparecendo eu tambem para fazer parte da patriotica empreza. Para commandar em chefe, e dirigir o povo ao seu destino, foi nomeado o então coronel José Joaquim Coelho, que promptamente acceitou a commissão.

Estando o povo reunido no lugar que lhe fora designado, era preciso ser armado e municiado no Arsenal de Guerra, cuja entrada era na rua da Praia, mas por ahi não se podia entrar por causa do fogo que faziam os revoltosos das trincheiras da antiga Alfandega, e então seguio para a Pracinha do Livramento, onde existia nesse tempo um portão que dava entrada franca para o Arsenal de Guerra e ahi o povo recebeu armas e munições, e eu tambem que vestia o meu antigo fardamento com as insignias de cadete, e então o povo assim armado e municiado retrocedeu outra vez em numero de 400 a 450 pessoas e fez pausa na rua Collegio, prompto para marchar.

Pelas 9 horas da manhã compareceu o chefe Coelho montado a cavallo, com algumas ordenanças de cavallaria e dous officiaes ajudantes de ordens, e depois duma ligeira exposição em que mostrava a razão daquella reunião, separou uma porção do povo para guarda avançada, e outra maior porção para marchar na rectaguarda, com elle chefe na frente. O telegrapho da torre do Collegio fez o signal convencionado para Olinda, donde tambem devia marchar outra força composta de estudantes do Curso Juridico e diversos moradores daquella cidade. Então o chefe com a espada na mão acenou e em altas vozes disse: —*Avança! Avança, camaradas!*, e então tudo se moveu.

A guarda avançada ao chegar na embocadura do Arco

de Santo Antonio deu uma descarga com pontaria para o Arco da Conceição afim de deslocar os revoltosos que alli estavam fazendo fogo, cuja medida produzio bom resultado Ao chegar a guarda-avançada no meio da ponte retrocedeu com passos acelerados gritando: — *A ponte está cortada! A ponte está cortada! Não ha por onde passar!* E então o valeroso chefe interrogou: *E as madres da ponte tambem estão cortadas?* *Não*, foi a resposta. *Então podemos passar* (1) e poz-se na frente, com a espada na mão, picou o cavallo, transpoz a abertura e voltando-se para o povo gritou: *Imitai-me camaradas! No Arco da Conceição não tem mais ninguem, já fugiram todos!* e então o povo desfilou por cima das madres com a maior facilidade.

No Arco da Conceição não havia mais ninguem, a peça de artilharia estava abandonada e o major Livramento, commandante della foi encontrado morto, alem de mais dous outros soldados de milicias dos amotinados. Então o povo armado derramou-se pelas ruas e principiou o morticinio dos amotinados com a maior severidade. Quando chegamos ao Arco do Bom Jesus já encontramos com a columna de Olinda dando vivas aos brasileiros, depois de haverem tomado sem resistencia alguma as fortalezas do Brum e do Buraco. Então o massacre contra os amotinados tornou-se geral, não se dando quartel aos portuguezes onde fossem encontrados.

Já por fim alguns dos amotinados procuravam fugir para os navios ancorados em nosso porto, mas esse mesmo meio de salvação tornou-se impossivel, porque o povo fazia fogo para as lanchas e jangadas quando suspeitava que conduziam sublevados fugitivos, por isso os moradores não se quizeram mais prestar a transportal-os por interesse algum.

Constando ao chefe Coelho que eram mortos ainda mesmo os soldados de milicia que se entregavam prisioneiros voluntariamente, ordenou que não fossem mortos e sim conduzidos para a Cadeia para serem interrogados na futura devassa que se ia abrir, afim de se descobrir a origem daquella revolta e os seus cumplices. Mas os conductores eram tão malignos que ao chegarem á abertura da ponte, onde tinham arrancado o estivamento, mandavam

(1) As madres da ponte tinham perto de dous palmos de largura.

aos presos que passassem para o outro lado e não sendo possivel fazel-o, empurravam o preso e elle cahia sobre as ostras e era levado pela corrente das aguas na enchente ou vasante da maré.

Pelas duas horas da tarde o chefe mandou tocar pelos cornetas cessar fogo e reunir, sendo o lugar da reunião na rua da Cadeia Velha, e então separou alguma gente para conduzir os cadaveres que estavam espalhados pelas ruas para a igreja da Madre de Deus, cujos corpos eram arrastados e puchados pelas pernas como judas em sabbado de Alleluia; e a tudo isto assistimos.

As duas horas e meia da tarde começou a retirar-se o povo armado, tendo o governo já mandado assentar taboas na abertura da ponte. E' certo que o derramamento de sangue de tantos pais de familia podia ser evitado attendendo-se que os revoltosos não se podiam sustentar por muitos dias encurralados no bairro do Recife.

Mas, a offensa foi grande e grande devia ser a desforra, e deste modo terminou a *Abrilada* para principiar:

§ 4° — A CABANADA OU GUERRA DOS CABANOS. — O mau e triste resultado da *Abrilada* não fez móssa no animo dos *regressistas* do Brasil; elles persistiram na empreza pela guerra de emboscada nas mattas de Pernambuco e Alagôas, em Panellas de Miranda —Pernambuco— e Jacuipe —Alagôas— tendo por chefes do movimento insurreccional Vicente Ferreira de Paula, Antonio Thimoteo, João Thimoteo, Caetano Alves e outros caudilhos, e na provincia de Alagôas o capitão-mór dos indios de Jacuipe e na Barra Grande João Baptista, conhecido por João Baptista da Barra Grande, que era quem recebia armamento e cartuchame para os *cabanos*, cujos objectos vinham do Recife e de Alagóas.

Em Agosto ou Setembro de 1832, Vicente de Paula com outros caudilhos invadio a povoação de Panellas de Miranda e nella fez construir uma famosa trincheira, mandando tambem construir outras trincheiras em Cafundó, Brejo Velho e Catende. Em Jacuipe os indios tambem levantaram outra trincheira no povoado deste nome.

Dos acampamentos dos *cabanos* sahiam forças para roubar pelas estradas e pelos engenhos dos quaes seduziam e tiravam os escravos com a promessa de ficarem forros

e com cujos escravos formaram um corpo denominado dos *papa-meis*. (1)

E o que queriam os cabanos ? !

Quem lhes mandava armamento e cartuchame e roupa para vestirem ? !

Eram certamente os *regressistas* por meio dos seus agentes.

Tendo o presidente da provincsa noticia do quanto se passava no interior da mesma provincia, mandou uma pequena força com destino a Panellas de Miranda, cuja força ao chegar á então povoação de S. José de Bezerros, foi a noite agredida por uma força de paizanos armados, que desarmou os soldados e prendeu o official, o qual foi pela manhã solto, sendo autores desse facto alguns portuguezes, como depois se soube por pesquizas feitas.

A par desse grave acontecimento iam chegando outras noticias do interior da provincia, mostrando com a maior evidencia que a guerra dos *Cabanos* progredia com a maior intensidade possivel, resultando disso a decadencia da nossa agricultura e commercio ; era portanto necessaria uma medida dos altos poderes do Estado, e assim succedeu. Não havendo, porém, na provincia tropa sufficiente para marchar para o interior, o presidente da provincia em conselho fez augmentar o Corpo de Permanentes, engajando-se de preferencia aos homens instruidos na arte da guerra, para o que espalharam se agentes pelas ruas da cidade, que convidavam as pessôas habilitadas para se engajarem no Corpo de Permanentes, e sendo eu tambem convidado para isso, accitei prestando-me ainda uma vez aos reclamos da patria afflicta, não obstante já estar empregado em uma casa commercial.

Dentro de quinze dias estava prompto para marchar um corpo de cerca de 200 homens pouco mais ou menos.

Para commandar o corpo foi nomeado o tenente-coronel dos Permanentes José Francisco Vaz de Pinho Carapeba. Pelo meiado do mez de Setembro pouco mais ou menos do anno de 1832, seguio o corpo com destino a Panellas de Miranda, pernoitando na então villa de Santo Antão e na manhã do dia seguinte seguimos para Bezerros,

(1) Assim chamados porque occupavam-se em tirar mel de abelhas para comerem.

onde pernoitamos, e dahi seguimos para o povoado de Bebedouro, onde nos demoramos alguns dias para reunir novos contingentes vindos dos outros lugares, como de facto succedeu. De Cimbres chegou o então capitão da Guarda Nacional Francisco Albuquerque Cavalcante Camboim, hoje Barão de Buique, com alguns indios e outras pessoas engajadas. Do Altinho chegou o valente Dionisio Rodrigues Jacobina com outro reforço. De Caruarú e do Bonito tambem se nos reuniu alguma gente devidamente armada. De Alagôas (Maceió) chegou o capitão Fortes com uma peça de artilharia de pequeno calibre assim como alguns soldados de artilharia.

Dispondo nós de uma força de cerca de 500 homens pouco mais ou menos, marchamos para Panellas de Miranda no dia 15 de Outubro de 1832 pelas 6 horas da manhã, depois de ter o chefe Carapeba separado alguma gente para batedores para desfazer as guerrilhas que os *Cabanos* porventura tivessem postos nos flancos das estradas por onde deviamos passar, medida esta que produzio bom resultado porque com effeito os *Cabanos* tinham posto guerrilhas pelos lados das estradas por onde deviamos passar.

Chegamos finalmente na entrada da povoação de Panellas de Miranda, soffrendo a nossa gente apenas alguns ferimentos.

Avistando-se as trincheiras deu-se sobre ellas uma descarga de mosquete, e então o capitão Fortes seguiu para a frente com a peça de artilharia ; deu alguns tiros sobre as trincheiras, mas na occasião em que fazia pontaria para a trincheira foi ferido com uma balla na bocca, que lhe arrancou dous dentes e ficou na bocca por ser de arma fina, e por isso poude conservar-se no seu posto de honra militar até o fim da luta.

Com o ribombo da peça de artilharia, os *Cabanos* aterrados abandonaram as trincheiras e a povoação para se entranharem pelos mattos, deixando alguns mortos e entre estes foi achado um tal Manoel Colete, official de Vicente de Paula.

Por via de alguns fugitivos, soube-se que os *Cabanos* estavam se fortificando em Cafundó, Brejo Velho e Catende, onde tinham levantado formidaveis trincheiras, assim como soube-se que dos engenhos continuavam a fugir os escravos para augmentar o corpo dos *Papa-meis*.

Soube-se tambem que do Recife tinha sido remettido aos *Cabanos* armamento e cartuchame, cujos objectos tinham desembarcado na Barra Grande. E vendo então o chefe Carapeba que a guerra dos *Cabanos* tinha ainda de durar por algum tempo, tomou as seguintes medidas: — Estabeleceu o seu quartel general na então povoação do Altinho, 7 leguas distante de Panellas de Miranda, em cuja povoação do Altinho foi creada uma pagadoria e commissariado de viveres, bem como um hospital militar; e então o chefe Carapeba pediu ao presidente da provincia, que lhe mandasse novos contingentes afim de com vantagem poder-se commetter os entrincheiramentos de Brejo Velho, Cafundó e Catende, cujos contingentes foram remettidos, vindo entre estes alguns soldados que tinham sido degradados na ilha de Fernando de Noronha como complicados na *Setembrisada*, e então as trincheiras de Cafundó, Brejo Velho e Catende foram vigorosamente atacadas, com algum prejuizo para a nossa gente, que eram os atacantes.

Para que os *Cabanos* não se reanimassem, nem se entrincheirassem em parte alguma, foram creadas companhias do batedores volantes e nesse serviço muito se distinguiram o tenente Victor e o indio Agostinho Cabral, e o capitão José Alves de Moraes, commandante das companhias de batedores.

Estamos chegados ao mez de Abril de 1833 em que um grave acontecimento se deu na povoação do Altinho, do qual resultou a morte do chefe Carapeba, foi o seguinte:

Parecia a todos que a *Guerra dos Cabanos* tinha tocado ao seu termo final: foi engano como vamos ver.

De quando em vez o presidente da provincia remettia para o Altinho dinheiro para pagar os soldos e para comprar gado, farinha de mandioca, etc., assim como mandava fardamento, cartuchame e medicamentos para o hospital, cujo recebimento dos objectos deviz ser accusado pelo chefe na forma da pratica.

E então os *Cabanos*, por meio dos seus agentes e espias, souberam que o chefe Carapeba tinha de vir ao Altinho para responder aos officios em virtude duma remessa que alli tinha chegado de dinheiro e outros objectos.

O dito Carapeba, quando chegava ao Altinho ia hos-

pedar-se em uma grande casa assobradada, pertencente a um tal Benevides, em cuja casa tambem residia o capitão do Corpo de Permanentes, Bento José Fernandes Barros o tenente do mesmo corpo Luiz da Costa Porto Carreiro, assim como a musica do mesmo corpo, devidamente armada e municiada para se defender quando fôsse necessario.

Em um dia do mez de Aflril do dito anno de 1833, pela Semana Santa, ás quatro horas e meia da manhã, quando a nossa gente ia para a promptidão no lugar do costume, que era entre os paredões duma começada Igreja, que hoje serve de Matriz, foi recebida por uma descarga dada pelos *Cabanos* que ali estavam occultos.

Em vista de tal aggressão, a nossa gente retrocedeu pelo flanco esquerdo, e o sargento Carneiro, que a commandava, voltou na carreira para o quartel para avisar a nossa gente, que alli tinha ficado e onde eu tambem me achava.

§ 5º — PERIGOSA SITUAÇÃO EM QUE ME ACHEI NESTA OCCASIÃO E COMO ME PUDE SALVAR. — Logo que foi atacada a força que estava de promptidão, o sargento Carneiro, seu commandante, correu pressuroso para o quartel afim de avisar a nossa gente, que alli tinha ficado de guarda, do succedido, e então foi gritando : *Alerta ! Alerta gente, que fomos atacados pelos Cabanos !*

Eu tinha sahido de sentinella e me tinha deitado em uma cama feita duma taboa assentada sobre forquilhas ; fiz da farda travesseiro enrolando-a no bonet, puz a patrona e o cinturão sobre um torno que alli havia, e debaixo do torno puz a granadeira, que estava carregada.

Cabe aqui notar que, por economia, usavamos eu e alguns camaradas de camisas feitas de riscado encarnado e os *Cabanos* tambem usavam de camisas tingidas com as cascas de arueira e outras arvores.

Logo que o sargento Carneiro chegou ao quartel dando o alarma, eu me levantei um tanto atordoado e não pude acertar nem com a farda nem com o bonet, que tinham escorregado para debaixo da cama ; não quiz perder tempo no meio do perigo, e em mangas de camisa como estava e sem bonet, lancei mão da patrona e da granadeira, e perguntei ao sargento Carneiro : *Onde está a nossa gente ?*

afim de me reunir com elles; respondeu então o sargento: *No lugar da promptidão, nos paredões da nova Igreja.*

Esta distava do quartel cerca de duzentos passos pouco mais ou menos, e então, em correndo para lá, fui encontrando grupos dispersos que, por estar ainda escuro, não pude bem distinguir que gente era, e sempre suppondo que fosse da nossa, por isso me veio á lembrança perguntar: *Onde estão os Cabanos?* mas, antes de fazer a pergunta, ouvi uma voz, que sahia do grupo em que me achava dizer: *Ataca quartel, mata patriota, avança, avança camaradas!...* Mas ninguem seguia e ficaram em consulta como d'antes, e então conheci que me achava entre os *Cabanos*; descancei a arma e puz-me a pensar no que devia fazer para me livrar da morte.

Eis que um *cabano*, que estava junto de mim, pensando que eu pertencia ao seu grupo, bateu-me com a mão nas costas dizendo: *Que faz em pé camarada? Avança, avança para o quartel dos patriotas!*

Então eu aproveitando essa occasião corri para o quartel e ninguem seguio commigo e ficaram ainda em consulta; ao approximar-me gritaram do quartel:

Quem vem lá? Quem vem lá? Faça alto!

Diziam outros: *E' cabano! Faz fogo!*

Respondi immediatamente: *E' camarada! E' o Portella!* e entrei para o quartel.

Perguntando-me o sargento: *E que gente é aquella que está defronte de nós?* respondi que eram *Cabanos* e que estive no meio delles, mas que não me conheceram por estar sem farda e sem bonet e ser a minha camisa encarnada. *Que felicidade!* responderam alguns camaradas.

E não falta mais ninguem? disse o sargento.

Não; só faltava o Portella e este já chegou.

Então faz fogo para a frente! e rompeu o fogo com intensidade.

Os *Cabanos* que estavam em nossa frente recuaram para o flanco esquerdo para se abrigarem em umas casas começadas, donde faziam fogo para a casa do Benevides onde estava residindo o chefe Carapeba e o seu estado maior.

Já vinha amanhencendo o dia e o fogo dos *Cabanos* ia diminuindo por falta de cartuchame, visto como elles não conseguiram apoderar-se das nossas reservas como

pretendiam, segundo declarou um prisioneiro que cahio em nosso poder.

Tendo moderado o fogo dos *Cabanos*, como já ficou dito, o Carapeha dispoz-se a sahir para o quartel afim de dar algumas providencias, ao chegar na porta da rua os soldados, que estavam alli de sentinella, requereram que elle não sahisse porque pela porta tinham entrado muitas ballas dos tiros dos *Cabanos*; mas, elle Carapeba não fez caso do aviso, e foi sahindo pondo a espada na cinta, e nessa occasião foi ferido por uma bala que lhe partiu o osso da côxa esquerda perto da verilha, cahindo immediatamente sem poder dar mais um passo, e então os soldados o conduziram para dentro da casa. No quartel nada se sabia do ferimento do Carapeba, entretanto que se faziam grandes esforços para impedir o assalto na casa onde elle estava residindo.

A's sete horas da manhã, quando o fogo já estava muito moderado, o capitão Camboim (hoje Barão de Buique) saltou para fora do quartel com alguns soldados, e nessa occasião foi ferido por uma bala que lhe partio o osso da canella, assim como foi ferido o sargento Carneiro e eu, na mesma occasião de sahir do quartel, com dous bastardos na côxa direita, que não me privou de continuar na luta até o fim, emquanto a inflammação não apparecia como depois appareceu com intensidade.

Foi de muito proveito a coadjuvação das praças que estavam convalescendo no hospital, em numero de 20 a 25 as quaes tomando as suas armas sahiram para a luta, commandadas pelo cirurgião Verissimo que muito se distinguiu.

As nove horas da manhã a povoação do Altinho continha mais de 200 homens dos quarteirões de fóra dirigidos pelos respectivos inspectores, quando não havia mais com quem brigar, porque os *Cabanos* já se tinham retirado O nosso prejuizo foi de 8 homens mortos e 2 extraviados, e entre os mortos deve-se contar o Benevides, que foi encontrado morto em seu sobradinho por effeito duma bala perdida; tivemos mais dez feridos entre os quaes o Carapeba.

Quanto ao prejuizo dos *Cabanos* não foi possivel conhecer-se porque elles costumavam a conduzir os seus mortos

e feridos, e todavia foram encontrados alguns mortos pelos mattos perto da povoação.

Tendo-se aggravado muito a ferida do chefe Carapeba foi por isso conduzido para o Recife pelos soldados e passado alguns dias falleceu.

E conhecendo o presidente da provincia que a *Guerra dos Cabanos* ainda tinha de demorar-se, pedio e obteve do governo geral amnistia para os soldados que estavam de gradados na ilha de Fernando de Noronha por causa da *Setembrisada* ; e mandou que o commandante das armas — José Joaquim Coelho— marchasse com alguma gente para a então povoação de Agua Preta, e fazer alli um ponto fixo para dirigir as operações.

Em Alagôa dos Gatos foi creado um ponto, sendo commandante delle o major Aleixo José de Oliveira.

As companhias de batedores continuavam a prestar relevantes serviços, não consentindo que os *Cabanos* se estabelecessem em ponto algum.

Mas um tal estado de cousas não podia perdurar, attendendo que era muito dispendiosa para os cofres publicos mandar dar caça á homens fugitivos e occultos nas florestas desta e da provincia de Alagôas, em consequencia do que foram retiradas do theatro da guerra as praças do Corpo de Permanentes, ficando sómente a tropa de linha dividida em companhias de batedores, e deste modo o commandante das armas tambem se retirou de Agua Preta onde não tinha o que fazer.

Estamos chegados ao principio do anno de 1834, em que era presidente desta provincia o patriota Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Pelo meiado de Janeiro do dito anno começaram a reunir-se alguns individuos no Campo do Erario ou Palacio Velho; pelas oito horas da manhã compareceram os dous Carneiros, Antonio e Francisco, montados a cavallo, e fardados, conduzindo alguns soldados da Guarda Nacional, dos quaes eram commandantes, fazendo reunir o povo, que já alli estava, declarou então Antonio Carneiro que aquella reunião tinha por fim exigir do presidente da provincia promptas medidas para acabar com a revolta dos *Cabanos*, que tanto tinha flagellado esta provincia.

Eu tinha chegado do acampamento com outros companheiros do Corpo de Permanentes, e sabendo daquella

reunião fui assistir por méra curiosidade, mas não quiz assignar o abaixo-assignado que ahi se promoveu.

O presidente Manoel de Carvalho sabendo que o povo estava reunido afim de lhe dirigir uma petição, montou a cavallo, e com duas ordenanças de cavallaria, dirigio-se para o Campo do Erario onde a gente estava reunida, e então appareceu Antonio Carneiro, que em altas vozes declamou, mostrando com vivas côres o desgraçado estado a que tinha chegado a provincia de Pernambuco por falta de medidas dos altos poderes do Estado, e essas medidas era o que o povo alli reunido exigia do presidente da provincia.

E então o presidente respondeu que ninguem desejava mais do que elle a terminação da *Guerra dos Cabanos*, que tanta flagellava esta provincia digna de melhor sorte, e portanto estava disposto a fazer alguma cousa para acabar com a *cabanada*, e por isso desde já convidava aos Srs. Carneiros, patriotas bem conhecidos, para o coadjuvarem na empreza, marchando com elle presidente para o interior da provincia ; houve então uma especie de reconciliação, dando Antonio Carneiro vivas ao presidente da provincia, sendo correspondido pelo povo com enthusiasmo.

Ao despedir-se Antonio Carneiro declarou que dentro de quinze dias estaria prompta uma força do seu batalhão (Guarda Nacional) para marchar com elle presidente.

Dentro de quinze dias tinha-se preparado a expedição composta do Corpo de Municipaes Permanentes, sendo commandante delle o tenente-coronel Francisco Antonio de Sá Barreto, que tinha substituido o Carapeba.

Ainda não tinham completado dous mezes, que eu tinha chegado no Recife para descançar das fadigas da guerra e gosar dos prazeres da cidade no seio da familia, e assim acabar de cicatrisar as minhas feridas recebidas no ataque do Altinho, quando fui obrigado a seguir outra vez para caçar *Cabanos* fugitivos no meio das florestas ; si era essa a minha sorte, devia cumprir o fado.

No dia designado seguiu o Corpo de Permanentes para o engenho *Ilha de Mercês*, e alli passou um dia para receber os outros contingentes, como de facto alli reuniram-se-lhe os Corpos da Guarda Nacional commandados, um por

Antonio Carneiro e outro pelo seu irmão Francisco Carneiro, e então seguimos juntos e comnosco o presidente da provincia Manoel de Carvalho, trazendo comsigo os seus dous filhos João e Luiz como ajudantes de ordens, assim como o major do corpo de artilharia Joaquim José Luiz de Souza, e fomos acampar no engenho *Limeira*, situado á margem do rio Una ao lado meridional, chegando depois para se encorporar o tenente-coronel Henrique Pereira de Lucena, com um corpo de Guardas Nacionaes de Limoeiro.

Os *Cabanos* tinham levantado uma formidavel trincheira, feita de paus a pique, na povoação de Jacuipe da provincia de Alagôas, para cuja provincia elles *Cabanos* tinham afluido depois de serem perseguidos em Pernambuco pelas nossas forças.

Para dirigir as operações foi nomeado Joaquim José Luiz de Souza, coronel em commissão, que dando então as suas ordens, nos fez marchar para Jacuipe passando o rio Una em jangadas.

A's oito horas da manhã chegamos perto da povoação de Jacuipe, e encontramos um profundo valado que circumdava a povoação ; mas, este foi transposto sem difficuldade no meio do fogo que os *Cabanos* faziam sobre nós, e quando chegamos ás trincheiras achamol-as abandonadas e os *Cabanos* tinham fugido por uma abertura que havia do lado opposto das trincheiras.

O nosso prejuizo foi apenas de alguns feridos levemente, porque os tiros dados pelos *Cabanos* eram pela maior parte dados com armas finas.

Seriam dez horas da manhã, pouco mais ou menos, quando ouvio-se uma corneta tocar nos baixos da povoação (1) do lado do sul. Houve então uma especie de rumor entre a nossa gente e com pouco descobrio-se uma força de paisanos armados que avançava procurando a povoação e sobre a qual a nossa gente fez fogo ; mas, o chefe Joaquim José Luiz mandou tocar « cessar fogo », gritando : *Aquella gente é nossa ! E' a columna de Alagôas que nos vem coadjuvar !*

---

(1) A povoação de Jacuipe está situada sobre um monte.

Apparecendo gritos de: *Estamos trahidos!* e gritando outros: *Joaquim José Luiz sempre foi corcunda!* mandou o chefe tocar por um corneta o signal convencionado, que foi correspondido satisfactoriamente, e então tudo se acalmou e a columna de Alagôas fez a sua entrada na povoação.

Não havendo no povoado de Jacuipe casas para tanta gente (1), foi tirado do Corpo de Permanentes e dos soldados vindos de Fernando de Noronha um destacamento de cerca de cem homens, commandados por um capitão e dous subalternos, e o restante da gente voltou para o engenho *Limeiras*, onde tinha ficado o presidente Manoel de Carvalho, retirando-se tambem a gente que tinha vindo de Alagôas.

De *Limeiras*, depois de passados alguns dias foram dispensados os corpos de Guarda Nacional, tanto os do Recife como tambem os de Limoeiro, ficando sómente em *Limeiras* algumas praças do Corpo de Permanentes.

O presidente Carvalho demorou-se ainda alguns dias, mas depois tambem retirou-se e com elle o commandante do Corpo de Permanentes, ficando em *Limeiras* um destacamento commandado pelo capitão de Permanentes Feliciano Joaquim dos Santos.

A tropa que tinha ficado em *Limeiras* e Jacuipe occupava-se em fazer descobertas nas mattas desta provincia e na de Alagôas, para impedir que os *Cabanos* se reunissem e se fortificassem em qualquer ponto, no que se commettiam toda a sorte de violencias e arbitrariedades como vamos ver e lastimar.

O presidente da provincia, attendendo que os *Cabanos* se tinham tornado incorrigiveis, adoptou as medidas seguintes: Que todas e quaesquer pessôas, homens ou mulheres, que fossem encontradas nas mattas ao sul do rio Una até a Barra Grande, fossem tiradas de suas moradias sendo os homens remettidos para a Fortaleza de Tamandaré, afim de dalli serem transportados para o norte da provincia, e as mulheres e meninos para os povoados e engenhos que ficam aquem do rio Una.

E o que faziam os conductores? Faziam presente aos amigos dos meninos e meninas, que podiam prestar algum

(1) Eram perto 1,000 homens.

serviço; os mais pequenos ficavam em poder das mães e as moças entregues á prostituição.

As noticias chegadas de Portugal eram favoraveis á causa de D. Pedro, que afinal conseguira collocar sua filha D. Maria da Gloria, no throno daquelle reino; D. Pedro, porem, não poude sobreviver por muitos dias e falleceu a 24 de Setembro de 1834, tendo apenas 35 annos, 11 mezes e 12 dias de idade, e desde então as esperanças dos *regressistas* ficaram dissipadas, e a *Guerra dos Cabanos* não teve mais razão de ser.

Em principios do anno de 1835 existiam ainda algumas praças do Corpo de Permanentes e dos soldados que tinham vindo de Fernando de Noronha, em Jacuipe e em *Limeiras*, mas estes mesmos foram retirados por occasião da *Carneiradada*, isto é, por occasião da revolta dos Carneiros contra o presidente Manoel de Carvalho, que mandou buscar a dita gente para a sua defesa, que muito approveitou na manutenção da ordem publica.

Estamos chegados finalmente ao anno de 1836; a revolta dos *Cabanos* estava inteiramente extincta por falta de motivo que autorisasse a sua continuação; mas, Vicente de Paula ainda se conservava occulto nas mattas para onde fugiam os escravos dos engenhos para se pôrem a seu serviço, e por isso conservavam-se alguns destacamentos nos povoados do interior da provincia em prejuizo dos cofres publicos. Um tal estado de cousas não podia perdurar e exigia promptas medidas, e estas foram as seguintes:

No mez de Julho para Agosto chegou na Villa do Bonito o Exm. Sr. D. João da Purificação Marques Perdigão, e hospedou-se em casa do advogado Joaquim José Esteves, e dahi mandou um expresso com uma carta a Vicente de Paula, pedindo-lhe uma entrevista no lugar que fosse designado. Vicente de Paula respondendo a carta do Bispo designou o lugar para a entrevista no dia que para isto fosse marcado. Então o Bispo, acompanhado sómente do seu guia, para lá se dirigiu; tiveram uma conferencia que durou apenas uma hora, e ficou assentado que Vicente de Paula seria amnistiado e deixaria as mattas, e assim succedeu, sendo por isso restituidos alguns escravos fugidos aos seus legitimos senhores.

Ao restituir ao Sr. Jacintho José de Mello o manuscripto, que de mim havia confiado, disse-me elle:

— Então, Sr. Portella, leu com attenção os meus apontamentos sobre os verdadeiros motivos que deram causa á revolta dos portuguezes, conhecida por *Abrilada* ?

— Sim, li tudo, respondi eu.

— Então conheceu que as intenções dos revoltosos eram justas e vantajosas para Pernambuco? O que diz, Sr. Portella ? !

— Digo que as intenções dos revoltosos eram bôas ; mas, os fins maus e inopportunos.

— E porque ? repetiu o Jacintho.

— Porque o Brasil, não obstante a sua immensa extensão de territorio, que daria certamente para quatro grandes Estados, não tem todavia população sufficiente para constituir dous Imperios. A população do Brasil não excede de onze milhões de habitantes inclusive os indios que vivem nas mattas, que não concorrem para as despezas do Estado, e o que ficaria para constituir o novo Estado e Estado monarchico, attendendo-se que na parte separada do Rio S. Francisco ao Amazonas a população é menos densa e não excede a quatro milhões de habitantes inclusive os selvagens, e não daria certamente para os encargos dum Estado monarchico ; seria então indispensavel tributar o povo até o infinito, o que teria como resultado continuas revoluções, attendendo-se a que ninguem é obrigado a dár mais do que tem, nem fazer mais do que póde.

— Mas, a população seria augmentada por correntes de immigração expontanea, disse ainda Jacintho.

— Engano manifesto, Sr. Jacintho, disse eu. Lembre-se o meu amigo, que ninguem procura os seus proprios males para ser infeliz ; é melhor sel-o na patria em que nascemos. E então, fique certo, Sr. Jacintho, que nós os brasileiros é que emigrariamos para os Estados Unidos da America do Norte e para os Estados do Prata, depois de grandes e continuas revoluções.

E' certo, porem, que a cidade do Recife, a guarda avançada da America Meridional, pela sua feliz posição geographicá, está no caso de vir a ser um grande emporio de movimento commercial ; esperemos, pois, e si não fôr para nós será para os nossos filhos ; mas, quando ? Quando o nosso systema tributario fôr modificado rigorosamente para que não degenere em verdadeira extorsão, como já

está succedendo, e neste caso não é possivel esperar colonisação expontanea, a unica que nos pode servir.

— Para que isso possa succeder, disse o Jacintho, é indispensavel que no nosso parlamento se representem as classes productoras, como bem a classe dos agricultores e a dos negociantes e a dos artistas, entrando tambem em proporção a classe dos letrados — os bachareis formados, e não serem estes sómente os legisladores que, protegendo-se mutuamente, tem creado grande numero de termos e comarcas em qualquer pequeno povoado, o que o paiz não pode comportar. Este ponto de economia politica já foi discutido em uma reunião em que me achei; o que diz ? !

— Digo-lhe que é verdade que se tem creado no Brasil grande numero de comarcas, termos e freguezias, sem necessidade, e que trazem grandes despezas para o Estado; mas, que os bachareis formados não são os culpados e sim o governo geral, que nomeia juizes para taes termos e comarcas; mas, concordo que para taes abusos deve haver uma providencia. Lembro-me de ter lido que nos Estados Unidos da America do Norte não se póde crear um novo Estado sem que primeiro se prove que o novo Estado póde manter-se por si mesmo sem prejuizo das despezas para manter a União.

E' porque, Sr. Jacintho, alli tudo se rege pelos principios do verdadeiro socialismo, que tem por norma a equidade. E' porque alli comprehende-se perfeitamente que o equilibrio é a lei suprema que rege todas as cousas divinas e humanas, e que pelo equilibrio é que os corpos se sustentam. Alli trabalha-se para adquirir colonos e aqui para afugental-os com tributos immoderados. Nas sociedades bem constituidas o imposto em sua applicação é como que dinheiro dado a premio, que volta para a bolsa do contribuinte sempre accrescido, posto que indirectamente, e se assim não fôra o pacto de sociedade seria uma uzura e uma uzurpação intoleravel.

Temos no Brazil muitas Villas e Cidades, mas o que são ellas pela maior parte? São pobres aldeias cheias de necessidades.

Bonito, 1881.

Governadores e capitães generaes de Pernambuco

1654—1821

(Continuação do n. 57)

Luiz José Correia de Sá. — Foi nomeado por Decreto de 26 de Julho de 1748, sahiu de Lisbôa em 3 de Fevereiro de 1749 em uma náo de guerra, chegou ao Recife a 14 de Março, tomou posse do governo em 5 de Maio, do mesmo anno, e governou até 16 de Fevereiro de 1756.

Luiz José Correia de Sá nasceu em Lisbôa a 15 de Outubro de 1698, e foram seus paes o commendador Diogo Correia de Sá, alcaide-mór da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e sua mulher D. Ignez de Lencastre.

Fez os seus estudos no Real Collegio de S. Paulo, em Coimbra, para o qual entrou como pensionista em 1718, e deixando a carreira das lettras pela das armas, passou ao Rio de Janeiro, onde assentou praça, e servia em 1725. Voltando a Portugal continuou no serviço militar, foi capitão de infantaria do regimento de marinha, e em 1747 occupava o posto de capitão-tenente.

Nomeado governador de Pernambuco, e dirigindo os seus destinos por quasi seis annos nada consta de notavel, a não ser as providencias que deu para abastecer o mercado de dinheiro, mandando vir de Lisbôa, de Angola e da Bahia avultadas quantias, inclusive moedas de cobre, de que havia grande falta, o que muito prejudicava o pequeno commercio da capitania. Foi nessa epocha que veio a moeda de cobre de cinco reis, que até então não havia.

Muitos capitalistas de Pernambuco, escreveu Fernandes da Gama, não querendo limitar sómente o seu di-

nheiro ao acanhado circulo da nossa praça, preferiam mandar para Portugal a moeda que possuiam, em lugar de a levarem á casa da moeda do Recife, onde recebendo um accrescimo de valor nominal, ficava pelo contrario depreciada para as outras praças, nas quaes não podia girar e dahi a falta de numerario em circulação, o que se tornou mui sensivel em meiados do seculo XVIII.

Importante serviço, porém, prestou o governador promovendo a exploraçãc das minas de S. José dos Cariris, na capitania do Ceará, e confiando tão importante missão a um distincto official pernambucano, o capitão de artilharia Jeronymo Mendes da Paz, que partiu para alli com a expedição que se organisou para semelhante fim em Maio de 1752.

Promoveu o governador solemnes festas na capitania em regosijo á exaltação de D. José I ao throno portuguez, as quaes constaram de um *Te-Deum*, celebrado na igreja cathedral, em 6 de Junho de 1751, em que pregou o bispo diocesano, luminarias, lauto banquete offerecido aos officiaes militares e saráu ; e por não permittir o tempo invernoso, transferiu-se para Fevereiro do anno seguinte a representação de tres comedias em um grande e vistoso palanque que se armou em frente ao palacio do governo, havendo ainda fogos de artificio em tres noites, e uma serenata na ultima, que poz termo aos festejos, dos quaes existe minuciosa descripção em um raro e interessante folheto sob o titulo :

— « Relação das festas que se fizeram em Pernambuco pela feliz acclamação do muito alto, e poderoso rey de Portugal D. José I nosso senhor do anno de 1751, para o de 1752. Sendo Governador e Capitão General destas Capitanias o illustre e excellente senhor Luiz Joseph Corrêa de Sá do Conselho de Sua Magestade &. Por Felippe Neri Corrêa Official mayor da Secretaria do Governo, e Secretario particular do mesmo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Governador. *Lisbôa, na officina de Manoel Soares. Anno de MDCCLIII.* » In 4°, de 22 pp.

Segundo diz Loreto Couto, — « com o seu pacifico governo cresceu Pernambuco em sumptuosos edificios, e por sua ordem se fizeram em utilidade do publico muitas obras. Tres pontes com dilatadas calçadas, e caes de cantaria. As fortalezas de Tamandaré, Brum e Buraco, foram ree-

dificadas, mudada a Casa da Polvora, que estando no centro da grande povoação de Santo Antonio, ameaçava algum lamentavel estrago, e reedificou os palacios de Olinda e Recife, e quarteis dos soldados, que estavam totalmente arruinados. Tendo feito maravilhosas obras em grande utilidade do publico, as fez com tão singular providencia, que vendo-as com admiração os olhos, não ouviram os ouvidos clamores, nem queixas. »

Luiz José Correia de Sá era official superior do exercito portuguez, e tinha o titulo de conselheiro do rei. Segundo Jaboatão, na dedicatoria do seu livro de sermões *Jaboatão mystico*, era elle — *dotado de raras e excellentes virtudes, muito religioso, e nimiamente caridoso.*

Luiz Diogo Lobo da Silva. — Foi nomeado por patente regia de 1755, e a sua nomeação foi communicada a Camara de Olinda por carta de 11 de Dezembro do mesmo anno. Tomou posse em 16 de Fevereiro de 1756 e governou até 8 de Setembro de 1763.

Luiz Diogo Lobo da Silva nasceu em 17 de Junho de 1717 e era filho de Manoel Lobo da Silva, general de batalha, e de sua mulher D. Margarida da Silva. Seguio a carreira militar, serviu na côrte com o posto de capitão de cavallos, e tinha a commenda de Santa Maria de Moncorvo da Ordem de Christo, e o titulo de conselho, quando foi nomeado para o governo de Pernambuco. Era senhor do morgado de Mongona.

No seu governo instituio-se a Companhia Geral do Commercio de Pernambuco e Parahyba, e foi elle quem mandou prender os Jesuitas e os remetteu para Portugal em 1 de Maio de 1760, de conformidade com as ordens do governo expedidas para semelhante fim. Em 1758 mandou fortificar a ilha de Fernando de Noronha, e construir a fortaleza do Morro, na mesma ilha.

Nomeado governador e capitão-general da capitania de Minas Geraes, deixou o governo de Pernambuco, embarcou para o Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1763 a bordo da náo de guerra *N. S. da Italia*, e seguindo por terra para a cidade de Ouro Preto, tomou posse do governo da capitania em 28 de Dezembro do mesmo anno.

Terminando a sua administração, regressou Luiz Diogo para o Rio de Janeiro em 1768, e embarcou para Portugal a bordo da náo *N. S. Madre de Deus*.

No seu governo de Minas Geraes teve Luiz Diogo como seu secretario o Dr. Claudio Manoel da Costa, o infeliz poeta, que sacrificara-se pela sonhada emancipação da patria em 1789.

Sem factos notaveis conhecidos, que illustrem o seu governo em Pernambuco, de mais de sete annos, as chronicas do tempo, porem, apresentam a Luiz Diogo Lobo da Silva como um governador exacto e exemplar, severo na punição dos crimes e fiel cumpridor dos seus deveres.

Loreto Couto, que escreveu no tempo do seu governo em Pernambuco, diz de Luiz Diogo o seguinte: — « E' ornado de uma suavidade de animo, que exclue todo o amargor e asperesa, e que acompanhada com gravidade, e semblante aprazivel, observa em todas as acções uma certa medida entre o respeito e o agrado, sem mostrar nas duvidas perplexidade, nem nos embaraços perturbação. Com espirito livre, não soffre acção temeraria, indigna, e prejudicial ao bem publico ou particular, mostrando grande empenho em zelar a utilidade da republica, o serviço del rei e honra de Deus, para cujo effeito cuida em que todos pontualmente cumpram com as obrigações do seu officio. »

D. Antonio de Souza Manoel de Menezes, *Conde de Villa Flôr*. — Foi nomeado por patente de 14 de Julho de 1763, prestou juramento de preito e homenagem no real palacio d'Ajuda em 17 do mesmo mez, tomou posse do governo da capitania em 8 de Setembro do mesmo anno e o dirigiu até 14 de Abril de 1768.

Era filho de D. Luiz Manoel de Souza de Menezes, Conde de Villa Flôr, e de sua mulher a Condessa do mesmo nome.

Acompanhou a D. Antonio de Souza á esta capitania, sua esposa D. Maria Xavier Thomasia da Silveira, condessa de Villa Flôr, que aqui falleceu em 15 de Janeiro de 1767, e foi sepultada na igreja do convento de S. Francisco do Recife, onde tambem foi sepultada uma sua filha que falleceu em 23 de Abril do mesmo anno.

D. Antonio de Souza teve um filho em Pernambuco, que nasceu no palacio das Torres do Recife, chamado D. Antonio de Populo Faustino de Souza Manoel de Menezes que recebeu o foro de fidalgo escudeiro em 1780.

D. Antonio de Souza creou quatro terços auxiliares de homens brancos e pardos, instaurou uma companhia de familiares do Santo Officio, estabeleceu em todos os districtos, sargentos-móres, pagos pelas respectivas municipalidades, e remetteu para Portugal 40:000$000, que arrecadou de dividas antigas á real fazenda; e das ordens particulares que trouxe, para a cobrança dos foros das terras doadas por sesmarias, deu inteiro cumprimento.

No seu tempo baixou uma Carta Regia em 1766, prohibindo em Pernambuco o officio de ourives, e ordenando o fechamento de todas as officinas, prisão e assentamento de praça dos artistas solteiros ou pardos forros, á par de outras providencias a respeito.

Terminando o tempo do seu governo, seguiu D. Antonio de Souza para o Rio de Janeiro, com seus tres filhos donde embarcou depois para Portugal.

Sobre o caracter e probidade do Conde de Villa Flôr no seu governo de Pernambuco, nada referem os chronistas contemporaneos. Entretanto, encontramos um soneto que distoa desse silencio, e aqui o consignamos como um documento do tempo, apezar de não se recommendar muito, pela sua incorrecção. O soneto foi publicado em 1846 no periodico *O Annunciante*, precedido das seguintes linhas:

« Quando D. Antonio de Souza, conde de Villa Flôr governou esta provincia de 1763 até 1768, muito soffreram os pernambucanos em consequencia do máo governo que elle praticou; foi este governador chamado a côrte, mas nas vesperas de sua retirada, falleceu uma de suas filhas, e estando já elle embarcado, um pernambucano, que por elle tinha sido perseguido dirigiu ao dito governador o seguinte soneto:

Do conde já na vesp'ra da partida,
Que fazia do Recife para a côrte,
Eis que não esperada chega a morte,
E da filha mais moça corta a vida!

(Vida) Morte, pois, és tão atrevida,
Quando o conde pretende o seu transporte,
Então é que executas o teu córte,
Então é que te fazes homicida?

(Morte) Sim. Nunca obrei tão acertada
De livrar uma victima innocente.
Que para o céo estava reservada,

De acompanhar um pai tão insolente
Que sem temer jámais de Deus a espada,
Pernambuco roubou publicamente!

D. Antonio de Souza Manoel de Menezes, conde de Villa Flôr, era fidalgo da casa real, copeiro mór da mesma casa, do conselho do rei, e commendador das commendas de S. Pedro de Calvelas, e das ordens de Christo e Santiago.

D. José da Cunha Grã Athayde e Mello, *Conde de Pavolide*. — Foi nomeado por acto regio de 22 de Agosto de 1767, e assignou termo de homenagem no real palacio de Ajuda, em Lisbôa, a 25 do mesmo mez.

Chegou ao Recife em 6 de Abril de 1768, a bordo da náo *N. S. Madre de Deus* e hospedou-se no edificio que servira de collegio dos Jesuitas, *em razão de occupar o palacio da residencia dos governadores seu antecessor com a sua familia feminina*, segundo communicou em officio de 6 de Maio.

Tomou posse do governo da capitania em 14 de Abril do mesmo anno de 1768, na cathedral de Olinda, e o dirigiu até 3 de Outubro do anno seguinte.

D. José da Cunha Grã Athayde e Mello nasceu em 23 de Agosto de 1734, e era filho de Luiz Vasques da Cunha de Athayde, conde de Pavolide, e sua mulher D. Helena de Castello Branco.

O seu governo em Pernambuco foi apenas de anno e meio, e nada consta de notavel. Sabe-se apenas que creou um hospital militar na capitania subalterna do Ceará, em 1769, o primeiro que alli houve.

Em Pernambuco deu-se um levante na cadeia do Recife, que não custou pouco a suffocar.

Por motivos ignorados, remettera o mamposteiro dos captivos, Silvestre Vieira Cardoso, um capitulo de accusação para a metropole, contra o governador; mas este vingou-se do seu delator prendendo-o e o enviando para Lisbôa, como prevaricador em seu officio.

As accusações contra o governador não produziram effeito algum, e ao contrario, foi elle distinguido com incumbencia de mais alta importancia.

Nomeado governador geral do estado do Brazil, para succeder ao Marquez do Lavradio, partiu para a Bahia em 5 de Outubro de 1769, tomou posse do governo em 11, e o dirigiu até 3 de Abril de 1774 em que partiu para Lisbôa, deixando o governo entregue por ordem da côrte ao arcebispo D. Joaquim Borges de Figueiredo, ao chanceller da Relação Miguel Serrão Diniz, e ao coronel do segundo regimento Manoel Xavier Ala.

D. José da Cunha Grã Athayde e Mello, conde de Pavalide, tinha o titulo de Conselho, e era commendador da ordem de Christo.

Manuel da Cunha Menezes, depois *Conde de Lumiar*. — Nomeado em 3 de Abril de 1769, embarcou para Pernambuco em 25 do mesmo mez, em uma náo de guerra do comboio daquelle anno; mas fazendo agua o navio, foi ter a Bahia, onde demorou-se alguns dias e partiu depois para o Recife. Em 3 de Outubro do mesmo anno tomou posse do governo na igreja cathedral de Olinda, como consta do respectivo termo original, e dirigiu a administração da capitania até 31 de Agosto de 1774.

Manoel da Cunha Menezes nasceu em 13 de Janeiro de 1742, e era filho de José Felix da Cunha Menezes, veador da rainha D. Mariana de Austria, e D. Constança de Menezes. Foi depois Conde de Lumiar por se casar com a herdeira deste titulo D. Maria do Resgate Portugal Gama Carneiro de Souza.

Nomeado governador de Pernambuco ainda bem joven porquanto tinha apenas 27 annos de idade, portou-se porém muito bem, e as chronicas do tempo fazem honrosa menção do seu nome. Um manuscripto sobre os gover-

nadores da capitania, que possue o Instituto Archeologico, consagra-lhe estas palavras:

« Este joven foi um optimo governador; tinha penetração, era habil, desinteressado, e nasceu apropriado para governar, e fez o seu nome memoravel: foi muito apaixonado dos pernambucanos, e governando depois a Bahia, sempre protegeu aos que lá appareceram, com predilecção. »

Fernandes Gama diz o seguinte á seu respeito:

« Este joven fidalgo portou-se em seu governo honradamente, empenhou-se quanto lhe foi possivel para morigerar os ecclesiasticos, cuja maior parte procedia escandalosamente; mandou prender o vigario de Una e a dous frades franciscanos, e com este exemplo conteve os demais. »

Manoel da Cunha Menezes installou em 1770 a Junta Administrativa da Fazenda Real, e nomeou o respectivo pessoal para a nova repartição funccionar; creou o Erario Regio, construindo o respectivo edificio, e repartições da Vedoria e Fazenda, mandadas organisar pelo governo da metropole.

No seu governo deu-se um facto bastante caracteristico para a epocha, que é assim narrado por Fernandes Gama:

« Havia no regimento de infantaria do Recife um capitão chamado João Rodrigues de Souza, a quem o vulgo denominava, ora o capitão bicho, ora o capitão diabo, homem honrado, natural de Pernambuco, official de muito brio, tão severo para os máos soldados, quanto docil e protector dos bons. Era um destes seu camarada, o qual indo em uma manhã comprar carne ao açougue, no momento em que se fazia o peso chega um preto escravo do governador, aproxima-se ao talho, e ordena arrogantemente ao carniceiro que sobr'estando no peso do soldado, o aviasse incontinente. O soldado, porem, offendido pela arrogancia do escravo, exigiu que se concluisse o seu peso já começado, mas o escravo do governador avançando bruscamente para a balança, tira a carne, arremeça-a ao chão, e descarrega no soldado um bofetada. Então o soldado, cego de furor, lança mão de um páo, que o acaso lhe depara, e descarrega tantas pauladas no escravo, que o deixa quasi moribundo, e depois, concluindo o peso de carne

retira-se para a casa do seu capitão, a quem expõe todo o occorrido. »

« Entretanto, chegando a noticia ao conhecimento do governador, ordena que o soldado fosse preso, e no dia seguinte apoleado. Mas o capitão informando-se do facto, e conhecendo a razão do seu camarada, dirige-se a palacio para justifical-o perante o governador ; este, porem, em vez de ouvir o capitão, e proceder com justiça e delicadeza, pelo contrario, tratou mal ao official, e no accesso de furor em que estava chegou a dizer-lhe : *O soldado ha de ser apoleado, e aquelle que me desobedecer, hei de lançal-o da janella abaixo. — Ah ! Exm. Sr. !* tornou-lhe o brioso capitão ; *a ser isso commigo, que queda daremos nós ambos !* Resposta esta que seria hoje mui moderada, mas que naquelle tempo se reputou digna de commemorar-se por forte ! Emfim, vendo o capitão que nada conseguia, sahiu de palacio e recolheu-se á sua companhia. »

« Entretanto, recolhido o soldado a cadeia, preparava-se a polé, e o barbaro castigo parecia inevitavel. O capitão Rodrigues de Souza, portanto, convencido que os meios brandos eram inteiramente improficuos, julgou que a sua honra o aconselhava a commetter um crime para salvar o soldado. Disposto, pois, a isto, forma a sua companhia, distribue-lhe cartuchame, e á frente della marchou para a cadeia, chama a si a sua guarda, e intima ao carcereiro, sob ameaça da força, que lhe entregue o soldado. Chegando ao conhecimento do governador o que se passava, ordena que as outras companhias ataquem a do capitão Rodrigues de Souza, e prendam a todos os amotinados. Porem o criminoso exemplo do capitão insubordina as outras companhias, que em vez de obedecerem as ordens do governador, pelo contrario, insubordinam-se tambem, fazem causa commum com os amotinados, e no mesmo sentido move-se o outro regimento que aquartelava em Olinda. »

« Nestas circumstancias, o bispo e os prelados das ordens religiosas dirigem-se ao governador, e pedem-lhe que ceda, para evitar o derramamento de sangue, e todas as mais desgraças que se podiam seguir. O governador a principio resistiu ; mas vendo-se desobedecido por toda a tropa, fingiu que melhor informado perdoava ao soldado, e o mandou entregar ao capitão, que immediatamente

contra-marchou para a quartel com o soldado, por quem se sacrificára. Assim terminou esta questão filha do orgulho do governador, e ainda mais, da falta de disciplina militar. »

« Tanto o governador como o capitão deram contas para Lisbôa do occorrido, mas sem nenhum resultado. Apenas o capitão passou a ser reformado em 1 de Setembro de 1774, pouco menos de um anno depois daquelle facto, e já quando o governador não estava mais em Pernambuco. »

Promovido naquelle mesmo anno ao cargo de governador geral do estado do Brasil, deixou Manoel da Cunha Menezes o governo de Pernambuco e partiu para a Bahia; e dirigindo aquelle cargo até 1779, seguiu para Portugal, deixando no Brasil honrosa memoria do seu nome, pela sua honestidade e serviços.

JOSE' CESAR DE MENEZES. — Foi nomeado por Carta patente de 27 de Julho de 1774, com o ordenado de mil cruzados por anno, tomou posse em 31 de Agosto do mesmo anno, e governou até o dia 13 de Dezembro de 1787.

Filho de Vasco Fernandes Cesar de Menezes conde de Sabugosa, nasceu na cidade da Bahia ao tempo em que seu pai alli permaneceu (1720-1734), exercendo o cargo de Vice-rei do Brasil.

Abraçando a vida militar, servio por algum tempo em Portugal, e seguiu depois para as Indias, onde demorou-se alguns annos. Regressando á patria, foi José Cesar promovido ao posto de capitão de granadeiros, e depois ao de sargento-mór, quando lhe foi confiado o governo da capitania de Pernambuco.

Um dos primeiros cuidados de José Cesar, logo que tomou posse do governo, foi completar o regimento de infantaria do Recife e o fazer embarcar para a Colonia do Sacramento, para onde continuou ainda a mandar tropa, de maneira que em 1776 tinham seguido de Pernambuco com destino áquella Colonia 1050 praças.

Para este fim, havia elle creado em 1774 tres regimentos de milicianos auxiliares, sendo um de brancos, chamado de *José Ignacio Alves Ferreira*, seu primeiro coronel, outro de pardos, denominado de *Luiz Nogueira*,

seu commandante, e um outro de pretos, chamado o *Terço Novo*, para o distinguir do velho terço de pretos denominado dos *Henriques*.

No seu governo grassou na capitania uma terrivel epidemia de bexigas que ceifou milhares de vidas, e para cumulo de uma tal calamidade, quando declinava ella em 1776, teve lugar uma grande secca, e depois a sua terrivel e necessaria consequencia — a fome veio completar a quadra de horrores por que passou a capitania.

José Cesar, como diz Fernandes Gama, foi um governador muito activo. Não vexou o povo, e quando teve de fazer recrutas, grandes e pequenos igualmente foram recrutados. Era muito zeloso da sua autoridade, e providenciava com violencia, quando haviam queixas contra os ministros. Não tendo o Juiz de Fora do Recife querido reparar uma injustiça que lhe determinou emendasse, mandou no dia 18 de Setembro de 1775 prender o mesmo Juiz e o fez embarcar para Lisbôa. José Cesar governou arbitrariamente, é verdade, mas as suas arbitrariedades raras vezes deixaram de ter um fundo de justiça.

Foi tambem infatigavel na punição dos delinquentes, e graças as suas providencias e energia, livrou a capitania de um grupo de audazes salteadores, capitaneados pelo celebre Cabelleira, que nem mesmo a capital respeitavam commettendo assassinatos e roubos. Para todos se armarem, como se uma grande quadrilha ameaçasse as vidas e bens de todos, diz Fernandes Gama, nada mais era preciso do que espalhar-se a noticia de que o Cabelleira se approximava ! Todos se punham em armas, e aquelles que assim não se preveniam por timoratos, o recebiam com submissos obsequios, e prestavam-se apressados a todas as suas exigencias.

José Cesar fez marchar contra esses malfeitores differentes partidas militares, com ordem de os conduzirem vivos á cidade, e conseguindo-se a sua prisão, foram elles processados e condemnados pela Junta de Justiça a morrerem enforcados, sentença esta que se executou, subindo os malfeitores ao patibulo dando mostras de grande contricção e arrependimento de seus delictos.

Os trovadores do tempo compuzeram cantigas allusivas a vida e morte do Cabelleira, cujas façanhas serviram de assumpto para um bello romance historico de Fraklin Ta-

vora. Ainda hoje são populares essas trovas, principalmente a que começa por esta quadra:

Fecha a porta gente
Cabelleira ahi vem,
Matando mulheres
Meninos tambem.

José Cesar de Menezes, pelo seu caracter energico, pelas suas qualidades e pela sympathia geral que angariou pelos actos de justiça do seu governo, correcto e honesto, foi alvo de differentes manifestações populares, notando-se entre ellas a celebração de uma sessão litteraria em 19 de Março de 1775, dia de seu anniversario natalicio cujas peças foram recolhidas em um volume, que chegou aos nossos dias, tendo por titulo: — *Colleçám das obras feitas aos felicissimos annos do Illm. è Exm. Senhor José Cesar de Menezes Governador e Capitão General de Pernambuco na sessam academica de 19 de Março de 1775, offerecida por Antonio Gomes Pacheco, Presbitero Secular.*

A sessão litteraria teve lugar no salão de honra do palacio do governo, e nella tomaram parte os homens de maior reputação litteraria do tempo, nomeadamente o Padre Antonio Gomes Pacheco, Padre Dr. Antonio Machado Portella, Dr. Francisco José de Salles, Ouvidor de Pernambuco, Dr. José Antonio de Alvarenga Barros Freire, Juiz de Fora, Frei Francisco Xavier Feijó, religioso benedictino, José Antonio da Silva Guerreiro, Padre José Victorino Pereira Torres, Sargento-mór João Carneiro da Cunha, Padre José Gomes da Costa Gadelha, João Baptista de Souza, Padre Manoel Rebello Pereira, Padre Belchior de Campos Camello, e o Dr. Frei João Baptista de Sant'Anna, religioso benedictino.

Esta bella collecção consta de 34 peças poeticas, e uma extensa oração panegyrica, escripta pelo Padre Dr. Antonio Machado Portella, tudo em louvor de José Cesar de Menezes, e exaltando os seus meritos e as suas virtudes.

Entretanto, Francisco Pacifico do Amaral, publicando quasi todo aquelle precioso inedicto no seu interessante livro —*Escavações, factos da historia de Pernambuco*, impresso em 1884, diz o seguinte a respeito do governador:

« Acerca da imparcialidade e justiça tão apregoadas

pelos louvaminheiros de José Cesar, nos são bastantes os os dous factos seguintes para julgarmos do caractes daquelle governador; referimo-nos a prisão do Juiz de Fora do Recife e os assassinatos do Cabelleira e do pae do pae do mesmo, que apezar de serem ladrões de summa crueldade, não podiam ser enforcados como foram em vista da decisão da *Junta de Justiça Criminal*, creada por Provisão Regia de 20 de Outubro de 1735.

« A prisão do Juiz de Fóra do Recife por se ter negado esse magistrado a *reparar uma injustiça;* e emquanto os enforcamentos do Cabelleira e do pae, só se deram por força de seu animo resoluto, e ostentação de poderio; porque, em vista do vencido na *Junta Criminal*, jámais poderia ter lugar aquelles assassinatos.

« José Cesar despresando, como despresou, o voto da maioria daquella *Junta*, da qual só um membro votára pela pena de morte, subrogou-se a missão de algoz calcando aos pés a lei que elle deveria ser o primeiro em honral-a.

« Voltando ainda a prisão do Juiz de Fóra dizemos: Quando com um magistrado o descendente dos Sabugosas procedia tão violentamante, querendo metter a mão na jurisdicção alheia, para o que lhe faltava competencia, é facil de prever-se o que não soffreria o *resto* de seus governados.

« Esse procedimento emquanto a nós é bastante para aferir-se a somma de *justiça*, *sabedoria* e *virtudes* que lhe atiraram os poetas seus contemporaneos, dos pés á cabeça, sem a menor ceremonia, para não dizer requintado servilismo; uzo do tempo e que ainda hoje, não sabemos, se em menor escala, impera em animos gastos e degenerados.

« Que o povo não o gostava, attesta-o as quadras populares que se cantaram então, entre as quaes havia uma que dizia assim:

José Cesar já lá se foi,
Já partiu a embarcação,
Pelo que estamos livres,
Desse tão grande ladrão.

« O povo rara vez é injusto em seus resentimentos quando invectiva aquelles que o governam; o modo por-

que muitas vezes o faz é que desafia parte do mesmo a tomar o partido da tyrannia, alem daquella que della aufere os prós e precalços. »

Seja como fôr, José Cesar de Menezes governou a capitania por mais de treze annos, de 31 de Agosto de 1774 a 13 de Dezembro de 1787, e sendo os governadores nomeados por tres annos, teve elle tres reconducções, o que só se dava, ou em virtude de supplicas dos povos dirigidas ao monarcha, exaltando o merecimento e serviços dos governadores, ou pelo proprio governo da metropole, sciente de semelhantes predicados, e da satisfação dos governados do seu governador.

José Cesar teve um filho natural em Pernambuco, Pedro Cesar de Menezes, que foi governador da capitania do Piauhy ; e deixando o governo da capitania, retirou-se para Portugal onde terminou os seus dias em idade provecta.

A ultima phase da vida deste illustre brasileiro é completamente ignorada.

(Continúa.)

F. A. Pereira da Costa.

UM NOVO MAPPA

DO

Brasil Oriental

THE GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY COMPANY, LIMITED.—1903—WATERLOW & SONS, LIMITED, LONDON WALL, LONDON. ($0^m,53 \times 0^m,66$.)

A cartographia patria, não obstante a copia fallaz das especies é ainda tão pobre de documentos fidedignos e de trabalhos originaes, que qualquer novidade no genero deve despertar a curiosidade e convidar ao estudo.

Especialmente com relação a Pernambuco esta escassez é sobretudo notavel, si considerarmos haver sido o seu territorio o mais bem investigado pelos antigos cosmographos.

O seu littoral já figura reproduzido com regular semelhança nas cartas de *Vaz Dourado* (1571), de *De Bry* (1592) e de *Arnoldus Florentius* (1599), ás quaes sobrelevam em abundancia de detalhes as tres «demonstraçoens» de *João Teyxeyra* delineadas pouco antes de 1612 e conservadas no famoso inedito intitulado —REZÃO DO ESTADO DO BRAZIL.

Mas, não nos illudamos quanto ao prestimo scientifico destes primeiros ensaios: a grosseira imperfeição dos instrumentos então em uzo e o falso computo das distancias, não lhes permittiam senão approximações. Ainda em começos do seculo XVII as determinações astronomicas consignadas nas cartas e roteiros portuguezes e hespanhóes situavam todas as longitudes do Brasil 8° mais a léste do que a realidade, e, si tão deficiente era o conhe-

cimento da costa, a despeito das frequentes communicações maritimas, como admirar que, logo a poucas leguas do Atlantico, começasse a intermina região desconhecida, cujas solidões a phantasia de imaginosos gravadores se comprazia em semear de extraordinarios accidentes naturaes e povoar de fabulosos habitantes!

Veio depois o breve dominio neerlandez, que foi inquestionavelmente o verdadeiro periodo aureo dos progressos geographicos entre nós; não satisfeitos com corrigir os velhos roteiros defeituosos, rectificar a hydrographia littoranea, sondando e marcando cuidadosamente a costa e os portos, os «geometras» a serviço da Companhia das Indias Occidentaes iniciaram tambem a exploração topographica das terras do interior.

Sobretudo durante o brilhante governo de Mauricio de Nassau tiveram estes trabalhos singular incremento, mercê da actividade e dos talentos do joven naturalista saxonio *Jorge Markgraf*, um destes homens excepcionaes —mas, ainda possiveis naquellas eras— que, reunindo todas as aptidões, possuiam tambem a universalidade dos conhecimentos do seu tempo.

Physico, ástronomo, geographo, botanico, zoologo e cartographo *Markgraf*, depois de haver realisado no Recife observações astronomicas e meteorologicas de merito imperecivel, percorreu grande parte do territorio pernambucano e das capitanias limitrophes para determinar a longitude e a latitude das differentes localidades e traçar as respectivas cartas; de volta destas penosas excursões consignava o resultado dos seus estudos topographicos em plantas cadastraes, admiraveis pela correcção inexcedivel e o primor do desenho.

Infelizmente a maior parte destes preciosissimos documentos ainda permanece inedita: mas, para dar idéa do seu valor basta assignalar que os raros publicados, por iniciativa de Mauricio de Nassau, não só tiveram repetidas edições, como serviram de fonte exclusiva de informação a todos os geographos que, desde *Montanus* e *d'Abbeville* até *Dalrymple* e *Arrowsmith* — isto é, durante quasi duzentos annos— se occuparam do Brasil Oriental.

Por todo este tempo nenhum elemento novo veio contribuir para o aperfeiçoamento das observações do mallogrado sabio: os mappas se succediam uns aos outros, va-

riando apenas de titulo ou de escala, e reproduzindo sempre e só os dados colhidos pelo laborioso autor da HISTORIA NATURALIS BRASILIAE.

Em 1807, porém, o piloto *José Fernandes Portugal*, que devia ser uma das illustres victimas da nossa primeira revolução republicana, organisou uma CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, baseada em explorações originaes, quanto á região de léste, e em noticias combinadas dos moradores e viajantes praticos dos logares, no relativo á vasta extensão occidental; mais tarde, em 1823, os officiaes do Corpo de Engenheiros *Firmino Herculano de Moraes Ancora* e *Conrado Jacob Niemeyer* trouxeram novo e valioso contingente á cartographia pernambucana com o seu MAPPA TOPOGRAPHICO, arranjado segundo os trabalhos existentes e as observações feitas por ordem da Junta do Governo Provisorio; aperfeiçoado no anno seguinte foi este mappa amplamente aproveitado para a confecção da KARTE VON OST-BRASILIEN redigida em 1831, por *Martius* e *Eschwege*.

Pela mesma epoca a hydrographia da costa era consideravelmente melhorada, graças ás investigações do *Barão de Roussin*, de *E. Mouchez*, *Philipp Parker King*, *Robert Fitzroy* e outros officiaes das marinhas franceza e ingleza, de sorte que a CARTA COROGRAPHICA de *Conrado Niemeyer* e *Marcos Pereira de Sales*, publicada em 1843, apresenta notaveis progressos, tanto no que diz respeito á maior abundancia de indicações, como ás correcções; valheu-lhe isto ser —a exemplo do succedido com os mappas de Markgraf— reproduzida, quasi sem alterações, pelo *Visconde de Villiers de l'Isle Adam*, em 1848; pelo *Dr. Candido Mendes*, em 1868, e por *Lomellino de Carvalho*, em 1882.

Emfim, em 1880, surgiu novamente uma producção —senão rigorosamente scientifica, pelo menos fertil em informações ineditas — o ESBOÇO DA CARTA COROGRAPHICA DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO, organisado pela Repartição das Obras Publicas Provinciaes. Para este mappa, ainda hoje o melhor que possuimos, foram judiciosamente aproveitados, alem de todos os trabalhos anteriores dignos de credito, principalmente os resultados novos das explorações parciaes emprehendidas no interior pelos engenheiros *Dombre*, *Beringer* e *Mermoud*, por

iniciativa do inolvidavel *Victor Fournié*, então director daquella repartição, bem como os da commissão incumbida do traçado do prolongamento da Estrada de Ferro do S. Francisco.

Attenta a falta dum levantamento systematico e de cuidadosas operações geodesicas, só com que poderiam ter sido evitados os seus numerosos erros, representa, para a epoca, a realisação dum commettimento digno dos mais calorosos louvores.

O novo mappa, agora mandado elaborar pela directoria da *Great Western of Brazil Railway*, veio supprir algumas das lacunas principaes do de 1880 ; mas, não póde aspirar a substituil-o inteiramente, o que, de certo não tiveram em mira os seus autores ; destinado especialmente a representar a rêde ferroviaria explorada por aquella companhia, cobre uma area de approximadamente 250,000 kilometros quadrados, comprehendendo a metade oriental de Pernambuco e a totalidade da superficie de Alagôas, da Parahyba e do Rio Grande do Norte ; copioso e exacto nos detalhes topographicos ao longo do traçado das linhas ferreas, quanto ao demais resente-se do mesmo defeito fundamental dos precedentes : é uma obra de compilação, feita com elementos esparsos, de valor desigual e sem unidade de intuitos ; talvez por negligencia do gravador e dos revisores, não traz declaração da escala (presumiveis seja de 1:1.000,000) e contém bom numero de toponymos estropeados.

Entretanto o trabalho graphico honra as famosas officinas de que saiu e confere-lhe um aspecto de nitidez e de precisão pouco vulgar na nossa cartographia.

Em resumo, é um passo andado para a realisação da carta geographica definitiva do nosso Estado, cuja falta, de dia a dia, se torna mais sensivel.

Mas, quando chegaremos, não a possuil-a, mas a emprehender de véras a sua execução, a exemplo do que se faz em Minas Geraes e em S. Paulo ?

De certo não será em futuro proximo, porquanto se têm procurado exagerar formidavelmente os obices a semelhante empreza, cogitando em commettel-a simultaneamente com o estudo geologico, climatologico e botanico do nosso territorio. Foi por isso que *V. Fournier* calculou em 5185 contos (ou 40$000 por kilometro quadrado) o seu

custo e em dez annos o tempo necessario para leval-a a termino, despeza e praso que *L. Lombard*, mais optimista, posteriormente reduziu á metade.

As nossas exigencias presentes devem ser mais modestas, afim de serem mais facilmente satisfeitas: almejemos apenas uma bôa *carta geographica*, confeccionada sobre uma exploração systematica do nosso territorio, consistindo na organisação duma triangulada, no levantamento topographico do terreno e na determinação approximada do relevo do sólo.

Com bôa vontade e pessoal idoneo, estes trabalhos podem ser effectuados sem tão grande demora nem tão avultado dispendio, e os seus resultados positivos e immediatos são por tal forma evidentes que não precisamos acentual-os.

No interesse da propria *Great Western of Brazil Railway Company* está a sua urgente realisação, ponderada a necessaria expansão futura das suas linhas ferreas, rumo do nosso *Far West*.

Esperemos, pois, que apóz o presente ensaio, faça, dentre em pouco, apparecer mais completo e prestavel succedaneo.

Alfredo de Carvalho

ACTAS DAS SESSÕES

Sessão ordinaria em 29 de Março de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde presentes os Srs. Desembargador Luna Freire, Drs. Regueira Costa, 1º Secretario, Eudoxio de Brito, Thesoureiro, João Coimbra, Luiz José da Silva, Sebastião Galvão, Alfredo Freire, Pereira da Costa, 2º Secretario, Major Codeceira e Augusto Cesar, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente e approvada, o Sr. 1º Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do Dr. Prefeito do municipio do Rio Formoso, communicando ao Instituto a fundação da sociedade patriotica «Sete de Fevereiro» e a festa alli promovida para commemorar-se a gloriosa data da defeza do forte do Rio Formoso, em 1633, pelo capitão Pedro de Albuquerque e seus vinte companheiros, e pedindo o auxilio deste Instituto em favor daquella sociedade. — Mandou-se agradecer a communicação e offerecer os serviços e publicações do Instituto.

Um dito da sociedade Perseverança e Auxilio dos Caixeiros de Maceió, remettendo a lista dos membros de sua directoria do corrente anno social e pedindo o concurso do Instituto em favor do Muzeu Commercial de Alagôas. — Mandou-se agradecer e offerecer os serviços do Instituto.

Um dito do Dr. Secretario da Assembléa do Estado offertando dous exemplares dos Annaes da Assembléa, relativos ao anno findo. — Mandou-se agradecer.

OFFERTAS

Pelo Instituto Historico de S. Paulo, um volume de sua Revista.

Pelas respectivas Redacções, diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

O Sr. Major Codeceira apresentou e foi lida uma carta do consocio Dr. José Hygino, datada de Barbacena, declarando que quando voltar á Capital Federal remetterá para o Instituto os documentos hollandezes, que deixaram de vir.

Foram lidos, discutidos e approvados os pareceres da commissão de contas relativos aos dous balancetes da receita e despeza do Instituto nos trimestres de Julho a Dezembro de 1899.

O Sr. Dr. Pereira da Costa communica que o Exm. Sr. Dr. Governador do Estado acaba de lavrar um acto abrindo um credito de tres contos de reis de conformidade com a lei n. 392 do anno proximo findo com applicação a commemoração do 4º centenario do descobrimento de Pernambuco, por Vicente Yanez Pinzon, no dia 26 de Janeiro de 1500, e que portanto propõe:

Que a alludida verba seja applicada á publicação da Polyanthéa e cunhagem da medalha commemorativa;

Que a Polyanthéa tenha uma tiragem de 1500 exemplares allusivos ao anno do descobrimento, convenientemente numeradas e que os numeros um e mil quinhentos fiquem reservados á bibliotheca do Instituto e que os demais se destinem a destribuição dos estabelecimentos scientificos, nacionaes e estrangeiros, bibliothecas e pessoas gradas, e o restante exposto á venda;

Que as medalhas commemorativas sejam cunhadas em bronze, em numero de trezentos exemplares e que se solicite a incumbencia desse trabalho na Europa, ao illustre e prestimoso consocio o Sr. Julio Meilli, residente na Suissa;

Que a medalha tenha em torno a legenda: Vicente Yanez Pinzon descobre Pernambuco. — No centro, as armas de Leão e Castella — e em baixo: Cabo de Santo Agos-

tinho 26 de Janeiro de 1500. No verso, em torno: Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. No centro as armas do Estado e em baixo 26 de Janeiro de 1900.

A proposta foi approvada, porem sujeita ainda, com relação á medalha, ás modificações que os encarregados de organisar o modello julgarem a proposito fazer.

Pela Mesa administrativa foi apresentada uma proposta para socios benemeritos, a qual foi remettida á commissão respectiva, bem como as propostas anteriormente apresentadas e que se achavam em poder de uma commissão especial.

O Sr. Presidente declara que a requerimento do socio Dr. Sebastião Galvão iam os Estatutos ultimamente approvados á commissão de redacção para dar sobre elle o seu parecer, antes da impressão ordenada pelo Instituto, e pedindo dispensa dessa incumbencia o mesmo Dr. Sebastião Galvão, foi nomeado para substituil-o o Dr. Alfredo Freire.

O Sr. Dr Alfredo Schonowski offereceu-se para traduzir para este Instituto, o melhor que possivel lhe fôr, do hollandez para o portuguez, os manuscriptos historicos do Brasil, sob o dominio hollandez, em papel almaço, escripta natural, sob as duas seguintes condições:

1ª O Instituto Archeologico obriga-se a pagar-lhe a quantia de mil e quinhentos reis por pagina escripta.

2ª O pagamento do trabalho executado será feito á medida que for entregue esse trabalho.

Espera serem aceitas as duas condições apresentadas e uma resposta favoravel o mais depressa possivel, afim de começar logo a traducção de que se trata.

O Instituto autorisou a Mesa a resolver do modo mais conveniente sobre as condições apresentadas.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *J. B. Regueira Costa*, 1º Secretario. — *F. A. Pereira da Costa*, 2º. Secretario.

Sessão ordinaria de 19 de Abril de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, achando-se presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire, João Coimbra, Manoel Cicero, Pereira da Costa, substituindo o 1º Secretario que não compareceu, Sebastião Galvão, occupando a cadeira do 2º Secretario, Guedes Alcoforado, Luiz Silva Conselheiro Pinto Junior, Eudoxio de Brito e o Sr. Augusto Cesar, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada e o Sr. 1º Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do consocio Dr. Luiz Lombard, de 10 do corrente, apresentando ao Instituto as suas despedidas por ter de seguir para a Capital Federal. — Inteirado.

Um dito do Exm. Sr. Desembargador Sigismundo Antonio Gonçalves, de 4 do corrente, convidando o Instituto a se fazer representar no acto da posse do Exm. Sr. Dr. Governador Antonio Gonçalves Ferreira, no dia 10.

O Sr. Presidente declara que para corresponder ao convite nomeara uma commissão composta dos Srs. Major Codeceira e Drs. João Coimbra e Eudoxio de Brito.

Um dito do Dr. Director do Archivo Publico Nacional de 26 de Março, accusando a recepção do n. 52 da Revista do Instituto e pedindo os ns. 41, 48 e 49. — Mandou-se satisfazer.

Um dito do Sr. Alberto Ferreira Rodrigues, de 18 de Março, agradecendo os ns. 51 e 52 da Revista, que lhe foram remettidos e pedindo informações sobre o Instituto para publical-as em seu almanak. — Mandou-se remetter.

OFFERTAS

Pela Repartição de Deposito Reparto y Cange de Montevidéo, um volume do *Annuario* correspondente ao anno de 1899 e outro de Estatistica.

Pelo autor o Sr. Gaspar Guimarães um folheto intitulado —*As nossas fronteiras e a reorganisação do Exercito Nacional.*

Pelo autor o Sr. Alvaro da Costa um volume *Ensaio de Critica. Paginas de Litteratura.*

Pelas respectivas redacções deste e de outros Estados diversos jornaes.

Pelo consocio fundador do Instituto Dr. Antonio Witruvio Pinto Bandeira e Accioly de Vasconcellos, por intermedio do consocio Dr. Luiz José da Silva, uma medalha commemorativa do descobrimento do Brasil.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

O Sr. Dr. João Coimbra communica que a commissão de que fez parte, nomeada para representar o Instituto no acto da posse do Exm. Dr. Governador do Estado desempenhou-se de sua incumbencia.

O Sr. Dr. Luiz Silva apresentou um officio do consocio Dr. José Hygino communicando que os livros reclamados pelo Instituto deixaram de vir por descuido das pessoas encarregadas de remettel-os ; mas que opportunamente o Instituto os receberá. Declarando no mesmo officio aquelle prestimoso consocio que deseja incumbir-se da traducção de alguns dos documentos avulsos, que ficaram em seu poder resolveu o Instituto aceitar e mandou que se communicasse ao mesmo Dr. José Hygino essa resolução e que se lhe agradecesse tão valioso serviço.

O Sr. Dr. Guedes Alcoforado propõe que o Instituto nomeie uma commissão que o represente nas festas do 4º centenario do descobrimento do Brasil, e foram nomeados para a mesma commissão o proponente, o Dr. Luiz Silva e o Major Codeceira.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão declara ter sido incumbido pelo Sr. Major Codeceira, que não poude comparecer a presente sessão, de propor que o Instituto dirija uma petição ao Congresso Nacional pedindo a revogação do Decreto do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de 14 de Janeiro de 1890 na parte que considera feriado o dia 21 de Abril, consagrado a memoria dos precursores do Brasil resumidos em Tiradentes, devendo dita petição ser acompanhada do discurso proferido por elle Major Codeceira, na sessão deste Instituto de 26 de Maio de 1899, onde se acham transcriptos os documentos historicos com que comprovou não ter sido Tiradentes o proto-martyr dessa idéia, mas Bernardo Vieira de Mello e seus companheiros neste Estado em 10 de No-

vembro de 1710 e no de Minas Geraes Felippe dos Santos executado na praça publica no dia 16 de Julho de 1720, quando Tiradentes ainda não era nascido. Acresce que esses dous primeiros movimentos politicos para a Republica não se pódem considerar de proveito para a união brasileira e sómente para cada um dos Estados a que portanto esse feriado nacional deve ser condensado para 15 de Novembro consagrado aos heróes precursores da Republica, resumidos no marechal Manoel Deodoro da Fonseca, nome que não figura na lei fundamental da Republica como fundador da mesma.

A proposta depois de discutida foi approvada.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *F. A. Pereira da Costa*, Servindo de 1º Secretario. — *Sebastião Galvão*, servindo de 2º Secretario.

Sessão ordinaria em 31 de Maio de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde presentes os Srs. Desembargadores Luna Freire e Francisco Luiz, Conselheiro Pinto Junior, Drs. Regueira Costa, 1º Secretario, Eudoxio de Brito, João Coimdra, Luiz Silva, Pereira da Costa, 2º Secretario, e Augusto Cesar, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada e o Sr. Dr. 1 Secretario mencionou as seguintes :

OFFERTAS

Pelo autor o Sr. Manoel M. Peralta tres volumes da obra *Juridiscion Territorial de la Republica da Costa Rica*.

Pela Sociedade de Geographia de Lisbôa, um numero de seu *Boletim*.

Pelo Sr. Antonio Joaquim Barbosa Vianna, por intermedio do Sr. Major Codeceira, um volume de sua obra intitulada *O Recife*.

Pelo Exm. Provedor da Santa Casa de Misericordia do Recife um exemplar do Relatorio que apresentou á Junta Administrativa da mesma Santa Casa no 1º de Julho de 1898.

Pelo Sr. Antonio Gabino de Almeida Mendonça, quatro manuscriptos antigos.

O Sr. Dr. Regueira Costa apresentou um retrato photographado da consocia D. Ignez Sabino Pinho Maia e por ella offerecido ao Instituto, declarando nessa occasião o mesmo Dr. Regueira, pertencer dito retrato a uma distincta cultora das lettras e autora de varias obras, entre as quaes —*As mulheres illustres do Brasil*.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Pelo consocio Dr. Thesoureiro foram apresentados os dous balanços geraes da receita e despeza do Instituto nos mezes de Abril a Dezembro de 1898 e de Janeiro a Dezembro de 1899.

Foram remettidos á commissão de contas para dar parecer e á de admissão de socios duas propostas para socios effectivos e quatro para socios correspondentes.

Na auzencia temporaria de dous membros desta ultima commissão o Sr. Presidente nomeou para substituil-os os Srs. Dr. Eudoxio de Brito e Augusto Cesar.

Nomeou tambem para irem ao Exm. Governador do Estado pedir-lhe para mandar pagar a subvenção do Instituto os Srs. Desembargador Francisco Luiz, Dr. Luiz Silva e Major Codeceira, e para se entenderem com o Dr. Prefeito a respeito da subvenção municipal os Drs. Pereira da Costa, Eudoxio de Brito e o Sr. Augusto Cesar.

O Sr. Dr. Luiz Silva, communica que a commissão de que fez parte, incumbida de representar o Instituto nas festas do 4º centenario do descobrimento do Brasil, desempenhou-se de sua incumbencia.

O Sr. Presidente diz que cumprindo um doloroso dever do seu cargo communica ao Instituto haver fallecido no dia 25 do mez proximo passado, na capital do Estado da Bahia o illustre socio honorario D. Manoel dos Santos Pereira, virtuoso bispo desta diocese.

O eminente prelado nasceu na antiga villa de Santo

Amaro da Purificação daquelle Estado, em 12 de Maio de 1827 e eram seus pais o portuguez do mesmo nome e sua mulher D. Maria Luiza dos Santos Pereira, já fallecidos.

Afim de poder dedicar-se ao sacerdocio, para o qual tinha a mais pronunciada vocação e a que já pertenciam seus irmãos mais velhos José Manoel dos Santos Pereira, que foi vigario de Manaus no Estado do Amazonas e Fr. João de S. Bento, que foi abbade geral de sua ordem no Brasil, dedicou-se ainda joven ao magisterio do qual obtinha os recursos precisos.

Foram seus elevados intuitos coroados de feliz exito em 11 de Dezembro de 1853, quando recebeu ordens de presbytero das mãos do illustre arcebispo D. Romualdo Antonio de Seixas, de saudosa memoria.

Desde então começou o padre Manoel dos Santos Pereira a percorrer a longa escala dos cargos da igreja desde o modesto emprego de professor de latim do Seminario em 1856 até os mais elevados.

Com effeito exerceu no mesmo anno de 1856 a commissão muito honrosa de visitador; foi conego honorario em 1857, em attenção aos valiosos serviços prestados durante a epidemia do colera morbus na capital, em Santo Amaro e no Catú; foi conego prebendado em 1860.

Foi examinador sinodal desde o tempo do venerando arcebispo acima mencionado, capellão do convento do Desterro e defensor dos matrimonios e das ordens religiosas em 1862, penitenciario da Sé em 1864, promotor do juizo ecclesiastico em 1865, vigario geral e desembargador da Relação ecclesiastica em 1866, arcediago e capellão collado do palacio archiepiscopal, e provisor do arcebispado em 1878.

Pio IX o nomeou seu prelado domestico em 1877 e Leão XIII o elevou em 1878 a protonatario e deu-lhes as honras de conde romano e de prelado assistente ao salio pontificio.

Não estava ainda terminada a carreira do preclaro sacerdote. Foi vigario capitular em 1879, 1889 e em 1891 e eleito bispo titular da Eucarpia e bispo coadjutor do arcebispo D. Antonio de Macedo, recebendo em S. Paulo a uncção das mãos do bispo daquella diocese D. Lino de Carvalho, por occasião de reunir-se ali o episcopado brasileiro.

Sendo escolhido arcebispo do Rio de Janeiro o illustrado bispo desta diocese D. João Esberard, que deixou entre nós um nome coberto de bençãos, foi D. Manoel dos Santos Pereira transferido, por breve de 22 de Setembro de 1892, para a diocese de Olinda da qual tomou posse por procurador em 20 de Setembro do mesmo anno, fazendo sua entrada solemne na legendaria cidade em 15 de Abril de 1894.

Durante mais de seis annos occupou o virtuoso prelado tão espinhoso cargo, com tamanha felicidade que soube conquistar o respeito de todos por sua extrema bondade, por sua reconhecida moderação e relevantissimos serviços, como fossem a reforma dos estudos dos que se dedicam ao sacerdocio, a separação do pequeno collegio do grande seminario, deixando aquelle no antigo edificio que foi dos jesuitas e estabelecendo este no vasto convento de S. Francisco, para esse fim mandado entregar por Leão XIII.

Para patrimonio de tão uteis instituições, á cuja frente collocou sacerdotes de elevada posição e reconhecidas habilitações, teve a feliz lembrança de crear o Obulo Diocesano. Suas vistas estendiam-se até mais longe. Pretendia com o producto daquella caridosa instituição restabelecer os actos religiosos da Cathedral, assegurando renda sufficiente aos conegos, que por falta de recursos haviam abandonado o côro, e melhorar a sorte das freguezias mais pobres, dando-lhes tambem um patrimonio.

Já na avançada idade de setenta e dous annos, com as forças alquebradas pela enfermidade, que já lhe minava a existencia, não duvidou emprehender, o anno passado, uma penosa viagem a Roma afim de tomar parte no concilio plenario dos bispos latino-americanos. Está na consciencia de todos a solicitude verdadeiramente paternal com que zelou os interesses espirituaes do rebanho em tão bôa hora confiado aos seus cuidados.

Partiu daqui para Roma no dia 17 de Abril do anno passado no paquete francez *Brésil*, chegando de volta no dia 18 de Setembro do mesmo anno, depois de uma quarentena de oito dias na Ilha Grande, a bordo do paquete francez *La Plata*.

E essa viagem elle fez a sua custa, apesar de pobre. De quanto lhe rendia a mitra, hoje empobrecida, tirava

elle apenas o indispensavel para a sua modesta alimentação; tudo o mais era empregado na conservação das instituições e residencias episcopaes, como teve a franqueza de declarar em seu testamento, feito nesta capital em 11 de Fevareiro do anno passado.

Em obediencia ás suas ultimas vontades seu funeral deve ter sido feito sem luxo e seus restos mortaes sepultados na Cathedral da Bahia, em cujo capitulo serviu por muitos annos, uma vez que se não realisava a hypothese por elle prevista de fallecer em Pernambuco; nesse caso seria seu corpo sepultado na Cathedral de Olinda e não sendo isso possivel, na igreja dos religiosos franciscanos do Recife.

O Instituto Archeologico lhe conferio em sessão de 13 de Setembro de 1894 o titulo de socio honorario. Por mais de uma vez o illustre prelado visitou a séde desta instituição e lhe fez presentes.

Concluindo o Sr. Presidente a sua exposição, propoz que se consignasse na presente acta um voto de profundo pezar pela grande falta que acaba de soffrer a igreja pernambucana, sendo a proposta unanimemente approvada.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *J. B. Regueira Costa*, 1º Secretario. — *F. A. Pereira da Costa*, 2º Secretario.

Sessão ordinaria de 11 de Junho de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde presentes os Srs. Desembargador Luna Freire, Drs. Regueira Costa, 1º Secretario, João Coimbra, Luiz Silva, Alfredo Freire, Sebastião Galvão, Eudoxio de Brito, Pedro Celso, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa, 2º Secretario, e Augusto Cesar, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. Dr. 1· Secretario mencionou as seguintes:

OFFERTAS

Pelo Dr. João Brigido um volume de sua obra—*Ephemérides do Ceará*

Pela redacção um volume da *Revista Mercantil e Industrial*, publicada nesta cidade.

Pela Sociedade de Geographia de Lisbôa, dous numeros do seu *Boletim*.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Sendo approvados os pareceres da commissão de admissão de socios e correndo o escrutinio secreto, foram eleitos, socios effectivos os Srs. Commendador Celestino de Menezes, Consul de Portugal neste Estado e Rodolpho Lima distincto artista e muito conhecido entre nós pelos seus trabalhos de pintura, e socios correspondentes os Srs. Bernardino Lopes de Oliveira, cidadão portuguez e concelheiro municipal de Alcobaça, Conselheiro Augusto de Castilho, official da marinha portugueza e escriptor, Conselheiro Jayme Victor, escriptor, Larjó Tavares, escriptor e Alvaro Pinheiro Chagas, redactor da revista *Portugal e Brasil*.

Em seguida e sob proposta dos Srs. Drs. Silva e Sebastião Galvão, resolveu o Instituto celebrar a 1 hora da tarde de 24 de Julho proximo vindouro, uma sessão extraordinaria para commemorar a gloriosa data da revolução do Equador, publicando a mesa o necessario programma.

Por proposta do Sr. Dr. Silva resolveu tambem o Instituto que se nomeasse uma commissão especial para dar parecer sobre a traducção dos documentos hollandezes de que foi incumbido o Sr. Dr. Alfredo Schouowsk, sendo nomeados para a mesma commissão os Srs. Drs. Alfredo de Carvalho, Pedro Celso e Carlos Porto Carreiro, assim como que em vista do estado pouco lisonjeiro das finanças do Instituto alem do expediente e ordenado dos empregados nenhuma outra despeza se fizesse antes de estarem pagas as dividas do mesmo Instituto.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *João Baptista Regueira Costa*, 1º Secretario. — *F. A. Pereira da Costa*, 2º Secretario.

Sessão ordinaria de 5 de Julho de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire, Conselheiro Pinto Junior, Eudoxio de Brito, Manoel Cicero, Sebastião Galvão, Pedro Celso, João Coimbra, Alfredo de Carvalho e Augusto Cesar substituindo o 1º Secretario que não compareceu, abriu-se a sessão.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão occupando a cadeira de 2º Secretario leu a acta da antecedente, que foi approvada.

O Sr. 1º Secretario mencionou as seguintes :

OFFERTAS

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram approvados socios benemeritos do Instituto os Drs. Conselheiro João José Pinto Junior e João Baptista Regueira Costa e correndo ainda o escrutinio secreto foram tambem eleitos socios effectivos os Srs. Drs. Manoel Brunet, actual director da Repartição das Obras Publicas do Estado e Manoel Arão, redactor do *Diario de Pernambuco*.

Pedindo a palavra o Sr. Dr. Sebastião Galvão, propoz que, emquanto o Instituto não tivesse impresso os Estatutos, ultimamente approvados, se dirigisse em tudo pelos anteriores para todos os fins. A proposta foi approvada.

Submettida á consideração da casa a redacção de um

requerimento em que o Instituto, se dirigindo ao Congresso Nacional, pede a suppressão do feriado de 21 de Abril, por não traduzir elle uma verdade historica, foi approvada a mesma redacção, com exclusão da parte final, discordando o Dr. Pedro Celso, que disse que o Instituto deveria procurar substituir aquella data pela de 10 de Novembro, pela qual tanto se bateu.

O Sr. Presidente consulta á casa o que se deve fazer a respeito de Estatutos e foi resolvido que se officiasse ao Dr. Alfredo Freire, encarecendo-lhe a necessidade de ser breve a volta do projecto approvado, que está em suas mãos e portanto que elle no praso minimo que podesse remettesse aquelle trabalho, ficando em vigor os anteriores Estatutos provisoriamente, conforme já fora resolvido.

O Sr. Dr. Luiz Silva, pedindo a palavra, disse que o Instituto se congratulava com a acertada nomeação do illustre consocio Dr. Manoel Cicero, para bibliothecario da Bibliotheca Nacional, e o Dr. Sebastião Galvão propoz que partindo o mesmo Dr. Manoel Cicero no dia seguinte á bordo do vapor *Olinda*, se nomeasse uma commissão para acompanhal-o ao seu embarque, e sendo approvada a proposta foram nomeados o mesmo Dr. Sebastião Galvão e os Drs. Conselheiro Pinto Junior e Pedro Celso.

O Sr. Dr. Manoel Cicero agradecendo a fineza do Instituto offereceu-lhe os seus serviços e apresentou as suas despedidas.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *Augusto Cesar da Cunha*, servindo de 1º Secretario. — *Sebastião Galvão*, servindo de 2º Secretario.

Sessão ordinaria em 19 de Julho de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire, João Coimbra, Eudoxio de Brito, Sebastião Galvão, substituindo o 2· Secretario, que não compareceu e Augusto Cesar, occupando a cadeira do 1· Secretario, abriu-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. 1· Secretario mencionou as seguintes :

OFFERTAS

Pelo autor Dr. Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake um volume do seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*.

Pela redacção um exemplar da *Revista Militar*.

Pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, um numero de sua *Revista*,

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Lido o parecer da commissão de admissão de socios e correndo o escrutinio secreto foram approvados para socios effectivos os Srs. Drs. José Lopes Pereira de Carvalho e Arthur Martins de Barros, bachareis em sciencias physicas e mathematicas e engenheiros civis, sendo o segundo lente cathedratico da Escola de Engenharia do Estado, e para socio correspondente o Sr. João Feliciano Marques Pereira, cidadão portuguez, residente em Lisbôa.

O Sr. Major Codeceira communica que, conforme fôra deliberado pelo Instituto em uma das sessões passadas, remettera ao Exm. Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima acompanhada de 50 exemplares do seu trabalho intitulado *Os Precursores da Republica*, para ser presente ao Congresso Nacional, a petição abaixo transcripta.

O mesmo Sr. Major Codeceira diz que tendo este Instituto resolvido officiar aos Srs. Dr. Miguel Castro e Major Manguinho pedindo-lhes informações sobre a casa em que residio o padre Miguelinho, na cidade de Olinda, e nunca se tendo remettido esse officio, entendera-se pessoalmente com os dous e ambos prometteram fornecer as informações pedidas.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão propoz e foi approvado que se pedisse a continuação da remessa do Annuario do Observatorio Astronomico do Rio de Janeiro e a da Revista da Sociedade de Geographia tambem do Rio de Janeiro agradecendo-se o numero ultimo e solicitando-se os anteriores.

Em seguida foram nomeados para a commissão ás autoridades superiores para assistirem a sessão extraordina-

ria de 24 do corrente os Srs. Major Codeceira, Dr. Luiz José da Silva e Augusto Cesar.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão diz que a commissão de que fez parte, incumbida de acompanhar o consocio Dr. Manoel Cicero ao seu embarque desempenhou-se de sua incumbencia e que aquelle consocio agradeceu a fineza do Instituto.

PETIÇÃO

Illms. e Exms. Srs. Presidente e Membros do Congresso Nacional

O Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano vem respeitosamente perante esse Congresso reclamar contra as disposições do Decreto de 14 de Janeiro de 1890, do Governo Provisorio, que considerou de festa nacional o dia 21 de Abril, consagrado aos precursores da Republica, resumidos em Tiradentes, fundamentando essa reclamação nas incontestaveis razões firmadas nos opusculos annexos sob a denominação de —*A Idéa Republicana* e *Os Precursores da Republica*, do Major José Domingues Codeceira, para os quaes chama muito respeitosamente a attenção desse Augusto Congresso.

O Instituto pondera que, se até hoje, e com melhor fundamento não foi contemplado de festa nacional o 27 de Janeiro de 1654, cuja data recorda a expulsão do dominio hollandez no territorio dos actuaes Estados de Alagôas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, do que certamente resultou fazerem os mesmos territorios presentemente parte integrante da communhão brasileira, alem de outros que talvez fossem arrastados a se ligarem a aquelles, entre os quaes o Piauhy, o Maranhão, o Pará e o Amazonas, inclusive ainda a propria Bahia, reduzindo-se assim a pequena porção a parte não conquistada; se até agora não foi considerado de festa nacional, o dia 2 de Julho da Bahia, em que nessa luta pela independencia nacional, se empenhou punjantemente todo o paiz, e em virtude da qual sem nenhuma duvida se firmou definitivamente com base solida a Independencia Brasileira; talvez porque ambos esses feitos, embora gloriosos, interessassem

mais particularmente a região determinada em que se deram; está provado, alem disso, com a maior evidencia que a primeira tentativa para o estabelecimento da forma de governo republicano no Brasil foi em 10 de Novembro de 1710 quando Bernardo Vieira de Mello e os que o acompanharam no Senado de Olinda propoz que a capitania fosse declarada em *Republica ad instar de Veneza*, proposta tão arrojada que fez os primeiros martyres de uma idéa malograda; que o segundo movimento politico de semelhante natureza foi em 16 de Julho de 1720, sendo delle principal martyr Felippe dos Santos, espedaçado na praça publica quando Tiradentes ainda nem era nascido; si, finalmente, é caso fora de duvida que em Minas Geraes foi a terceira tentativa, em 1789, tendo como vultos que nella figuraram José Alves Maciel, Alvarenga, Claudio Manoel da Costa, Thomaz Antonio Gonzaga e outros e como principal martyr o alferes José Joaquim da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, que effectivamente foi uma victima mas uma victima sómente, não tendo sido, não sendo e nem podendo ser jámais um heróe dessa inconfidencia que, como disse alguem, *não passou de um sonho de poetas* e pois aquelle martyr, segundo refere uma testemunha do seu processo, dissera que tinha ainda a esperança de ver um testa coroada em Minas; de tudo isso a conclusão é que não se justifica a *commemoração de taes precursores* no dia da execução do mesmo Tiradentes a 21 de Abril, não podendo ainda em nada os vultos dessa inconfidencia, os quaes deram vivas á sua rainha por lhes haver commutada a penna de morte em degredo perpetuo e o sacrificio daquella victima ser comparado com o heroismo dos martyres de 1817 e 1824, que de facto proclamaram a forma do governo republicano deixando a vida todos elles com admiravel intrepidez de heróes, afrontando a morte e escarnecendo de seus algozes.

Em vista, pois, de todas estas consideraçoes, provadas e registradas nos annaes da historia patria, este Instituto espera que o illustre Congresso Nacional revogue o mencionado Decreto de 14 de Janeiro de 1890 na parte que se refere aos precursores da Republica resumidos em Tiradentes, porque, alem de tudo, taes movimentos politicos mais particularmente interessam á historia de cada Estado em que elles se deram.

Não se póde considerar de interesse immediato para a communhão brasileira e unicamente como tal pode ser comprehendido o 15 de Novembro de 1889, consagrado á proclamação da Republica, porquanto tambem essa aurifulgente data e a glorificação de todos os precursores da Republica, entre os quaes não se deve admittir preferencias nem escolham, desde que todos foram obreiros do mesmo edificio. E. Receber Mercê. Recife 5 de Julho de 1900. — *Adelino Antonio de Luna Freire*, Presidente; *Sebastião de de Vasconcellos Galvão*, *José Domingues Codeceira*.

REVISTA

DO

Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

VOL. X — Setembro de 1903 — N. 59

UM EPISODIO

DA

REBELLIÃO PRAEIRA

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — BIBLIOTECA

A FUGA DE PEDRO IVO

Após a quéda da situação liberal, em 1848, rebentou em Pernambuco um movimento revolucionario, que passou á historia com o nome de *Revolução Praeira*.

Esse movimento era condemnado pelos proprios chefes liberaes, e Nunes Machado, que se achava no Rio de Janeiro, foi chamado pelos seus correligionarios liberaes, para conter a exaltação de seus partidarios. Com esse intuito, seguiu elle, e, ao tocar em Alagôas, teve noticia do rompimento.

Nunes Machado, que, segundo Paraná, *tinha todas as coragens, menos a de resistir a seus amigos*, chega a Pernambuco, com intenção de evitar a lucta; mas a sua attitude conciliadora é considerada pelos combatentes em

---

Deve o Instituto a communicação desta interessante narrativa, transcripta d'*O Commercio de São Paulo*, de 8, 10, 12 e 13 de Abril de 1903, ao seu prestimoso socio correspondente Dr. Antonio de Toledo Piza, dignissimo director do Archivo Publico do Estado de S. Paulo.

N. da R.

armas como uma tentativa de deserção, e essa suspeita deshonrosa lança á frente da revolução quem tinha ido para evital-a.

A 25 de Novembro de 1848, Nunes Machado e mais sete deputados liberaes publicam um manifesto, em que procuram justificar a revolução.

A 2 de Fevereiro de 1849, os revoltosos atacam a cidade do Recife, mas são derrotados e perdem, morto por uma bala, o seu chefe, Nunes Machado.

Com essa derrota amorteceu o movimento, que, mais tarde, recrudesceu nas mattas de *Agua Preta*, sob o commando de Pedro Ivo.

Afinal, depostas as armas pelos revoltosos e restabelecida a paz, Pedro Ivo é levado preso para a fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro, onde, segundo alguns, foi assassinado, e donde, segundo outros, logrou evadir se.

A narração, que damos hoje á publicidade, refere-se á fuga de Pedro Ivo dessa fortaleza.

Essa narração —que foi encontrada entre os papeis do conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, que, como se sabe, estudou com amor esse movimento, fazendo-o até objecto de uma de suas poesias, na *Musa Patriota*— não traz nome do auctor; mas, a referencia expressa que faz a personagens proeminentes da época, alguns dos quaes ainda vivem, deixando todos descendentes, que poderão contestar ou affirmar, a veracidade do facto; a singellesa do estylo, donde reçumam a bôa fé e a sinceridade do auctor desconhecido; a riqueza de pormenores e minudencias que ostenta e que faz suspeitar ser o autor do escripto um dos actores da evasão (1); tudo isso faz dar algum valor a esse documento.

O que se póde affirmar é que a narração não é feita pelo conselheiro Pedro Luiz, nem por elle copiada.

Esse documento foi offerecido pelo Dr. Everardo Vallim Pereira de Souza ao Instituto Historico de S. Paulo, por intermedio do Sr. Washington Luiz Pereira de Souza que o leu, no justo presuppposto de que é o Instituto legitimo tribunal para pronunciar-se sobre a veracidade do allegado.

---

(1) No presente escripto sobejam provas internas de que foi seu autor o cadete Manoel Luiz Barreto Falcão.

N. da R.

Fugida de Pedro Ivo

PRIMEIRA TENTATIVA

Em 1850, era Manoel Luiz Barreto Falcão cadete do 1º batalhão de Fuzileiros e achava-se no Rio de Janeiro, na fortaleza de Santa Cruz, com os que guarneciam esta fortaleza e outros que ahi se achavam, quando o som de uma corneta annunciou a approximação de um escaler, e tiveram de ficar surprehendidos, quando viram que o escaler trasia a seu bordo..... quem? O capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira!

Pedro Ivo vinha da provincia da Bahia, onde esteve com o respectivo presidente, o conselheiro Gonçalves Martins, que concorreu e esforçou-se para que elle, afinal, depuzesse as armas, sendo medianeiro deste acontecimento o venerando pae de Pedro Ivo, que, indo ás mattas de Catucá, em Pernambuco, onde este se achava, poude conseguir sua rendição, sobre promessa e condição de conseguir o presidente Gonçalves Martins amnistia do poder competente.

Veiu, pois, Pedro Ivo á Bahia em companhia de seu pae, juntamente com outros seus companheiros, inclusive Miguel Affonso, onde eram esperados pelo presidente Gonçalves Martins, que melhor lhes communicou suas disposições e esperanças relativamente á amnistia que conseguiria do governo geral; e, assim, combinado tudo, demorou-se Pedro Ivo na Bahia para, posteriormente, seguir para o Rio de Janeiro, em companhia do referido presidente Gonçalves Martins, tendo este do occorrido dado parte ao governo, na Côrte, que, ficando á espera de Pedro Ivo *para a sua recepção, passou a dar a seguinte providencia:*

« Mandar ficar ancorada uma pequena embarcação nas aguas da fortaleza da Santa Cruz, com ordens de, quando chegasse ou passasse pela fortaleza o vapor que trazia a seu bordo Pedro Ivo, o fizesse fundear; da referida embarcação sahiria um escaler, que tomaria Pedro Ivo e o conduziria preso para a fortaleza Santa Cruz. »

De facto, chega o vapor, trocam-se fallas, parte o escaler, recebe Pedro Ivo e saltou este na fortaleza, onde foi recolhido ao estado-maior, sendo-lhe designado o so-

brado á esquerda do entrar a fortaleza, tendo vindo em companhia de Pedro Ivo —Miguel Affonso, o tenente Batinga (posto ganho na revolta), ambos revoltosos e o cabra Theodoro, escravo de Pedro Ivo; e ahi tiveram de aguardar a realisação da promessa de Gonçalves Martins, que de certo não se descuidou, como se deprehende do que se passa a narrar

Dias depois do occorrido, apresentou-se na fortaleza o Chefe de Policia, sendo o portador do decreto de amnistia, que foi lido a Pedro Ivo e a seus companheiros, quanto ao primeiro amnistiado, conservando-se-lhe o posto de capitão, que era do exercito, e com ordem de seguir para o Pará, onde estacionaria por dez annos; o que ouvido, recusou Pedro Ivo, sendo apoiado por seus dous companheiros, em vista da condição do degredo para o Pará; —declarou que a amnistia só podia ser acceita sem condições e, ainda mais, extendendo-se aos seus companheiros de revolta, que ficaram nas mattas de Pernambuco, do que lavrou um auto o chefe de Policia e retirou-se a ir ter com o governo.

Em consequencia do exposto, ordenou o governo que Miguel Affonso e Batinga fossem removidos para Pernambuco e Pedro Ivo, submettido a conselho de guerra, depois do de investigação.

Proseguiu o governo em suas ordens, ao passo que o conselheiro Gonçalves Martins se esforçava para melhorar a sorte de seus protegidos, sem nada conseguir.

Succediam-se os dias e todos estavam anhelantes por um desfecho, ao passo que só eram dadas providencias no sentido de se tomarem precauções para completa segurança do preso. Para a fortaleza foi mandado mais um official e foi reforçado o destacamento, ficando assim Pedro Ivo em plena segurança.

Mas .... tambem se achava na fortaleza o cadete Manoel Luiz Barreto Falcão, de quem dá noticia o principio desta narração, que tudo via, ouvia e, sobretudo cogitava, e, arrebatado por seus principios politicos, protestou, em suas longas horas de silencio, empregar toda a sua astucia, força de vontade e energia em pról de Pedro Ivo, quer na defesa, quer na fuga deste, conforme se apresentasse opportunidade ou meio.

Por um caso providencial, foi Falcão surprehendido

com a presença do tenente Umbelino Alberto de Campos Limpo, official designado para guardar Pedro Ivo, com o qual se tinha outr'ora encontrado Falcão na bateria de Sete de Setembro. Conhecidos, portanto, de infancia, trocaram-se entre ambos os mais cordiaes cumprimentos. Lembrou-se Falcão, de momento, de que Campos Limpo era liberal extremado; provocou com elle um dialogo concebido nestes termos:

F. — Tú, que sei que és liberal, és quem vem guardar a Pedro Ivo?

C. — Que fazer, se sou soldado?

F. — Sabes o que fará agora o partido liberal a favor de Pedro Ivo?

C. — Nada, que nada póde fazer um partido sem as posições.

F. — Pelo contrario, entendo que póde fazer muito.

C. — Mas, que?.....

F. — Dar-lhe fuga.

C. — Fale baixo; dar-lhe fuga, e como?

F. — Por meio de uma sublevação, ou seducção das sentinellas.

C. — Não prosigas mais; dize-me onde é o teu quartel, eu apparecerei e melhor conversaremos.

Indicou-lhe Falcão o seu quartel e, á noite, procurou-o Campos Limpo e disse-lhe: — « Muito bem, Falcão; disseste que o partido podia dar fuga a Pedro Ivo, e que se poderá fazer? »

Responde-lhe Falcão: — « Pedro Ivo está preso no sobrado e este é fronteiro á muralha que deita para o mar tendo uma sentinella á vista, unica responsavel; é preciso, a todo o custo, seduzir se a sentinella, e esta descerá com Pedro Ivo a muralha, por meio de uma corda que se prepara; um escaler os receberá e os conduzirá até á cidade e os amigos, fazendo o resto, teremos o homem salvo.

C. — E quem será o homem que se encarregue da empreza?

F. — Eu.

C. — Pois bem, vou á cidade fallar com os amigos, aos quaes tudo exporei.

Separaram-se os dous para se tornarem a vêr depois da estada do ultimo na cidade.

Dias depois, annunciou a corneta o escaler vindo da

cidade; era o Campos Limpo que chegava e que só á noite desse dia poude estar com Falcão e dizer-lhe que tinha estado com Urbano Sabino Pessôa de Mello, que este approvava a tentativa, promettendo conversar a respeito com Ottoni e Porfirio José da Rocha; que estes haviam de approvar, e recommendou-me (accrescentou Campos Limpo), que tú désses principios, dizendo, ou pedindo o que preciso fosse.

Ao receber Falcão taes determinações, tratou de relacionar-se com diversos soldados que teriam de fazer sentinella a Pedro Ivo, sondou a sahida pela muralha e a possibilidade de encostar o escaler.

Mas, que fatalidade! Nessa mesma occasião, o commandante da fortaleza, brigadeiro Amado, tratando dos meios de ter bem seguros Pedro Ivo, Miguel Affonso e Batinga, entendeu que não convinha ter perto destes o cadete Falcão, e, em seguida, o fez transferir para a Lage, levando Falcão comsigo o seu plano de fuga, ficando o Campos Limpo na maior decepção, e Urbano Porfirio e Ottoni, a *coçarem a cabeça!*

SEGUNDA TENTATIVA

Passados poucos dias, mandou Urbano ao velho Cerqueira ter com o Falcão na fortaleza da Lage, a vêr se este se lembrava de outro meio de dar fuga a Pedro Ivo.

Consultado Falcão, este disse de prompto que Pedro Ivo se désse por doente, afim de ir ter ao hospital dos militares, no Castello, e que elle Falcão tambem lá havia de baixar *doente*, e, debaixo dos lençóes, descobriria o melhor meio de fugir Pedro Ivo, que então estava já sem os companheiros Batinga e Miguel Affonso, por terem estes seguido para Pernambuco, afim de responderem ao Jury.

Effectivamente, deu Falcão parte de doente, baixou ao hospital, tomou suas medidas, estudou sahidas, reconheceu o pessoal alli existente e certificou-se de que, sem o auxilio do enfermeiro, nada poderia fazer, e, por isso, procurou fraternisar-se com o segundo enfermeiro, de nome Mello; aproveitou-se de um occasião em que se viu só com elle e dialogou nestes termos:

F. — Amigo Mello, quanto ganhas como enfermeiro?

M. — Trinta mil réis.

F. — E' pouco e não vale a pena, principalmente sendo este teu emprego sem futuro. Ora, se és capaz de de guardar segredo, te proporcionarei um negocio todo vantajoso para ti.

M. — Juro lhe guardar todo o segredo.

F. — Ouve: Eu tenho de dar fuga a Pedro Ivo, e para isto me correspondo com Urbano, Ottoni, Porfirio e Salermo (empregado no Arsenal da Côrte), e lembrei-me de ti, considerando que Pedro Ivo póde baixar, como doente, a este hospital e daqui tu facilitar-lhe a fuga, fugir com elle e ganhar a consideração e estima de todo o partido liberal.

E com isso enthusiasmou-se Mello e prometteu fugir com Pedro Ivo, logo que elle baixasse ao hospital. Assim preparadas as cousas, pediu Falcão alta, voltou á Lage e fez com que Pedro Ivo se désse por doente; o que este fez, e foi ter ao hospital.

Chegado, porém, Pedro Ivo a enfermaria, quiz o diabo que estivesse como medico do hospital o Dr. Macedo, aparentado com Manoel Felizardo, Ministro da Guerra, e o tal medico, apenas avistou Pedro Ivo, correu a prevenir o ministro e este não consentiu que Pedro Ivo *se curasse* no hospital, fazendo-o incontinenti regressar á fortaleza, onde se medicaria.

Foi esta uma nova decepção para os que se esforçavam em dar fuga a Pedro Ivo, principalmente para Falcão, a quem taes contrariedades serviam de estimulo para porfiar em novas e mais atrevidas emprezas.

Neste interim, constou a Falcão que Pedro Ivo, logo que melhorasse do incommodo *ficticio*, seria removido para a fortaleza da Lage, e teve Falcão o presentimento de que, *ipso facto*, o escaler que conduzisse a Pedro Ivo para esta fortaleza levaria a elle Falcão para a outra, e, em consequencia de tal presentimento, tratou Falcão de tomar algumas providencias ao seu alcance.

Era commandante do destacamento da Lage um sargento pernambucano; afoitamente Falcão se dirigiu a elle nestes termos:

« Sei que és liberal e és pernambucano e, por isso, não te poderá ser indifferente um acontecimento almeijado e importante, como será a fugida de Pedro Ivo. » E, vendo que o sargento não o repellia, pelo contrario, dava si-

gnaes de interesse, continuou: « E's o commandante do destacamento; Pedro Ivo vem, preso, para aqui e, melhor do que ninguem, podes proporcionar-lhe fuga. Elle será recolhido a uma destas prisões do pateo, onde eu já tenho uma sentinella seduzida; esta, de combinação com a da bateria, que são as unicas durante a noite, ajudadas pela posição da fortaleza e por ti, como commandante, que poderás ter sentinella de tua confiança, a da bateria lança uma escada de corda para o pateo, pela qual sobem Pedro Ivo e a sentinella do pateo, que, reunidos com a sentinella da bateria, servem-se da mesma escada de corda e por ella descem todos para o cáes de embarque, onde acharão embarcação, anteriormente disposta por Urbano e outros chefes liberaes, com quem tu irás fallar e melhor exporás o que commigo acabas de concordar; não é verdade, amigo? »

Dous dias depois, foi o sargento conferenciar com o Urbano, deputado por Pernambuco, que ficou satisfeito e esperançoso: e, de volta, communicou a Falcão o resultado da entrevista.

Quinze dias depois, chegou Pedro Ivo á fortaleza da Lage e, conforme o presentimento de Falcão, teve este de ser dahi retirado, mas deixando tudo bem planejado para os fins que tinha em mira.

Foi mandado Falcão para São João e ahi aguardava a noticia de se ter realisado seu plano, mas semelhante noticia nunca lhe chegava ..... nem podia chegar, porque o sargento não podia executar o plano da fuga, por falta de quem, da cidade, fosse á meia noite levar ás aguas da fortaleza um escaler para a conducção de Pedro Ivo; do que só veio a saber Falcão por vir Cerqueira a São João communicar-lhe, a mandado de Urbano, Porfirio, Ottoni e Sylvano; e, sendo o exposto ouvido por Falcão, este fez voltar Cerqueira com recado que dispuzessem a fugida e o prevenissem do dia, porque nesse dia elle, Falcão, iria em um escaler á Lage e conduziria Pedro Ivo.

Voltou Cerqueira á cidade, participou o occorrido e, transmittidas ao sargento as precisas ordens, tratou este de executal-as. Dahi a dias, appareceu Cerqueira a Falcão, em São João, e disse-lhe que estava a fugida preparada, mas que era preciso Falcão ir nesse mesmo dia á cidade, saltar no cáes Pharoux, onde encontraria pessôa que

lhe daria as ordens finaes e lhe apromptaria escaler para a execução naquella mesma; ao que respondeu Falcão: « Pois, no dia e quasi na hora é que se me diz: «aprompte-se e venha!» São 10 horas da manhã; onde acharei agora embarcação para achar-me no cáes Pharoux ás 8 horas da noite, se aqui não ha escaleres, nem canôas? Emfim, é preciso, volte e diga aos homens que me esperem. »

A's 2 horas da tarde, estava ainda Falcão ancioso por um transporte, sem o encontrar; sahiu do quartel, sem destino, pelo caminho que, da fortaleza, communica com os fortes que, collocados na Barra, fazem parte da fortaleza. Eis que, com um caniço e cóvo de pescar, ás costas, appareceu-lhe Francisco, remador do escaler de S. João e muito seu conhecido; foi-lhe Falcão ao encontro e disse-lhe: « Sei que vais pescar, meu bom Francisco; deixa-te disso por hoje, que para passares bem alguns dias vaes ganhar cincoenta mil réis » — « Como? » — « Eu te digo: Preciso hoje, ás 8 horas da noite, achar-me na cidade, no cáes Pharoux, e para isso é necessario que tú, ás 6 horas, me leves na tua canôa »

O Francisco vascillou e apresentou alguns obstaculos, mas não poude resistir á logica dos 50$000, amenisada com as persuasivas palavras do Falcão, e, conseguintemente, á hora aprazada, achava-se Francisco, com sua canôa, no lugar denominado *Fonte da Saudade*, onde se embarcou Falcão e seguiu em caminho da cidade, luctando com as difficuldades, que se pódem calcular, de semelhante trajecto, em uma canôa pequenina, apropriada apenas para a pesca junto de terra.

Chegando, finalmente, Falcão ao cáes da cidade, ahi encontrou Umbelino de Campos Limpo, que, depois de saudal-o, apontou-lhe o escaler que estava ás ordens de Falcão e disse-lhe que fosse á fortaleza da Lage, se collocasse em distancia de poder vêr uma luz, que seria signal dado por Pedro Ivo de achar-se prompto para fugir e embarcar, que então se approximasse da fortaleza, recebesse Pedro Ivo e o conduzisse para a praia de Santa Luzia.

Seguiu Falcão no escaler e approximou-se da fortaleza; porém, não vendo a luz indicada, que deveria apparecer á meia-noite, e sendo já uma hora da madrugada, suppoz que já estivesse ella apagada, por se ter elle demorado, e então, sem perda de tempo, fez seguir o escaler

para a fortaleza; porem, ao approximar-se, presentiu, na casa do respectivo commandante, que era na bateria, certo movimento, presagioso de ter sido frustrado o plano da fuga, e, em seguida, ouviu a voz da buzina, que perguntava : « Oh, da embarcação ? »

Mandou Falcão que os remeiros perguntassem o que queriam da fortaleza. Perguntou a buzina o que fazia a embarcação ; mandou Falcão responder que estavam pescando e ordenou que fossem remando para fóra, *de vagar a toda pressa*, ao mesmo tempo que a buzina replicou : « Retire-se das aguas da fortaleza ». Era o que o escaler já estava fazeudo por sua conta, com cuidado e presteza, em direcção á praia de Santa Luzia, conforme as ordens dadas.

Chegando a essa praia, onde diversas pessôas esperavam Falcão e Pedro Ivo e onde achavam-se postados guias e cavalhada, que deveriam conduzir Pedro Ivo a Itaguahy, naquella mesma noite, tiveram de contentar-se com a triste descripção do occorrido que lhes fez Falcão. E ficou ainda Pedro Ivo na fortaleza, quando era anciosamente esperado em Itaguahy, na fazenda do commendador Manoel Martins do Couto Reis.

Ora, tendo o canoeiro Francisco esperado por Falcão até ás 4 horas da madrugada, para leval-o de novo a São João, conforme as ordens deste recebidas, e não tendo Falcão apparecido senão depois desta hora, ficou Falcão sem meio de se transportar para S. João, e já sendo dia, sem poder ser elle visto na cidade !

Foi Falcão, sem perda de tempo, ao cáes Pharoux, fretou um saveiro e nelle seguiu para a fortaleza de S. João. Já perto della, viu que não devia approximar-se, pois seria fazer saliente a sua falta, ou crime, de ter sahido do porto sem ordem. Tomou o expediente de fazer o escaler mudar de rumo, seguiu barra fóra e foi saltar na praia do Pão de Assucar ; ahi, passou Falcão o dia, até que, favorecido pela noite, foi ter a fortaleza, passou desconfiado pelas sentinellas e, chegando a salvo ao seu quartel, ahi certificou-se de que sua ausencia não tinha sido reparada, podendo então considerar na decepção pela qual elle e outros tinham passado, com o facto de ter sido frustrado o plano, tão habilmente concebido e posto em execução !

TERCEIRA TENTATIVA

Não desanimou, porém, Falcão e, aguardando uma opportunidade, passaram-se dous mezes. Desappareceu Urbano do trama, por parecer-lhe impossivel a fuga, mas foi substituido por Francisco de Salles Torres Homem, que tratou de animar os companheiros.

Appareceu de novo a Falcão o *embaixador* Cerqueira, por mandado de Theophilo Ottoni e Torres, afim de combinarem novo plano da desejada fuga, e, depois de larga conferencia, disse Falcão a Cerqueira: «Amigo, sem minha presença na fortaleza, parece-me que nada se fará e, como é de suppor, nunca consentirão que eu esteja na mesma fortaleza em que estiver Pedro Ivo; diga, pois, a Ottoni e mais pessoas interessadas na fuga do nosso homem, que apromptem trinta homens e os ponham á minha disposição, que eu assalto a fortaleza da Lage á noite, tomo Pedro Ivo e com elle ponho-me em fuga.»

Voltou Cerqueira a dar parte deste meio que Falcão se propunha executar, no que não concordaram os amigos da empreza, entendendo ser uma temeridade cujas consequencias podiam ser funestissimas. Ficou, pois, ainda uma vez aprazada a fuga.

Passados mais dous mezes, achavam-se Pedro Ivo na Lage e Falcão em S. João, não pensando, então, este na fuga daquelle, que, tendo já sido condemnado a dez annos de prisão, se achava fechado em um calabouço da referida fortaleza da Lage; eis que se deu um conflicto na fortaleza de S. João, entre um filho do commandante della e Falcão; aquelle injuriou a este, pelo que foi energicamente repellido, do que resultou considerar-se offendido o dito commandante; entendeu-se a respeito com o general e obteve deste a remoção de Falcão para a fortaleza da Lage, o que teve lugar no dia immediato ao conflicto.

Deu-se o caso de, na occasião em que recebia Falcão ordem de seguir para a Lage, achar-se presente sua irmã, D. Maria Joaquina de Menezes Barreto Falcão, casada com o capitão Leopoldo Nabuco de Araujo, irmão do conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, então Ministro da Justiça, por ter ido sua referida irmã visital-o; e como Falcão receiasse que, de novo, o fizessem sahir da Lage, pediu á sua irmã que, por intermedio do conselheiro Na-

buco, se conseguisse do Caxias, então commandante das Armas, ficar elle, Falcão, definitivamente na Lage, o que lhe foi promettido.

Era o que queria Falcão, em pró da «causa da fuga» e ha mais tempo teria elle questionado com o filho do commandante da fortaleza de S. João, se soubesse ser este o resultado.

Sem perda de tempo, passou a communicar aos amigos da cidade esta occurrencia e que aguardava ordens sobre a fugida de Pedro Ivo, fingindo-se, aliás, indifferente á sorte deste, procurando até convencer ao commandante, ao ajudante e mais figuras da guarnição da fortaleza de que as suas idéas politicas eram contrarias e, pilhando-os assim convencidos, certificou-se de que o homem podia fugir, sendo seduzido o homem que fizesse a sentinella, o qual, estando seduzido, poderia abrir, ou consentir que se abrisse, com chave falsa, a porta da prisão; o que feito, tendo-se prevenido um escaler para o dia convencionado, realisar-se-ia a fuga.

Passou Falcão a idéa aos interessados na historia, já bem conhecidos dos leitores, que, approvando-a, trataram de mandar fazer a chave no arsenal, para o que serviu o Salermo; para guia do escaler serviu Cerqueira. E prompto o escaler, bem como a chave, e tudo o mais necessario estando em mão de Pedro Ivo, que, por escripto, se communicara com Falcão, ainda desta vez frustrou-se o plano!

E' que todas as tentativas eram planejadas por Falcão e as execuções entregues a outros, o que assim sempre succedia, porque Falcão não se tinha disposto a acompanhar na fugida a Pedro Ivo, uma vez que julgava não ser isso preciso. Desta vez foi baldada a tentativa por facilidades de Pedro Ivo, que convenceram ao commandante que havia plano de fuga, pelo que se duplicaram as cautelas e vigilancias por parte da guarnição.

QUARTA TENTATIVA

Em taes emergencias e desapontado Falcão, concebeu elle o novo plano seguinte, em que elle seria chefe e executor, fossem quaes fossem as consequencias:

Verificou que na fortaleza havia uma guarnição de

31 praças e mais o commandante, major Lobo, um tenente ajudante, um almoxarife, um alferes commandante do destacamento, um furriel, um africano livre, que fazia o serviço da guarnição, e alguns presos — ao todo 41 pessôas para se vencerem, e effectuar-se uma fugida de dia, afim de tornar *soberbo* o plano da evasão.

Dirigiu-se Falcão ao preso Luiz Antonio da Silva, sentenciado a galés, e disse-lhe: « Estás sentenciado a galés e sem esperanças de liberdade; entretanto, se guardares segredo e prometteres fazer o que eu te disser, dar-te-ei a liberdade ». — « De que se trata? Estou prompto ». — « De dar fugida a Pedro Ivo, para o que estou preparando gente disposta para uma sublevação, fugindo os sublevados com Pedro Ivo e eu, com todos, e seremos todos garantidos por pessoas poderosas. »

Abraçou o preso a idéa e prometteu, ao lado de Falcão, morrer se fosse preciso; respondeu-lhe este: « Por saber que és valente é que te procuro; uma vez que se me falhar o calculo e necessitar bater-me, os adversarios são muitos e preciso de quem me ajude; e baterme-ei com quem se apresentar, até vencer, ou morrer ».

Dirigiu-se Falcão ao preso Simplicio e fez-lhe igual proposta, que foi pela mesma forma abraçada. Dirigiu-se depois, ao soldado pernambucano José Antonio, a quem fallou em nome do partido liberal, e ficou satisfeitissimo com a resposta que obteve, o que o animou para ainda fallar ao cabo do destacamento, moço pernambucano, que por sua vez garantiu a Falcão toda a sua lealdade.

Era já alta noite e recolheu-se Falcão ao seu leito, apparentemente para descançar; mas ahi é que elle se mirava no espelho vivo dos seus projectos e por um instante estremeceu ao contemplar que, havendo apenas quatro homens seduzidos, Pedro Ivo era o 5° e elle Falcão, o 6°, um numero muito limitado para surprehender e vencer toda a guarnição, constantemente espalhada, com uma guarda constante e duas sentinellas, e disse comsigo: « Se eu pilhasse, em certa hora, a todos juntos, em um só logar como a cozinha..... era o que seria mistér conseguir ».

Para isso, lembrou-se de fazer uma rifa a 100 réis o bilhete, tendo por sorte grande uma bôa calça de linho, cuja extracção deveria ser feita na cozinha, com a presença de todos os que fossem portadores de bilhetes, os

quaes deveriam lançar os dados, e o que maiores pontos fizesse seria o dono da calça, e a extracção deveria ser annunciada para uma occasião em que lhe fosse conveniente ter todos reunidos.

Nos dias de domingo, costumava haver missa na fortaleza, vindo para este fim um sacerdote, á madrugada; concluida a missa, pela manhã, retirava-se o padre para a cidade e com elle, o commandante, o alferes, o almoxarife e um cabo de ordens, ficando o ajudante no commando, e, então, havia mais liberdade na fortaleza, porquanto o referido ajudante permittia até que se abrisse a porta da prisão a Pedro Ivo, *para este arejar* (palavras suas).

Convencionou Falcão com Pedro Ivo a sua fugida para o domingo proximo, na occasião de extrahir a rifa, que tambem foi annunciada para esse dia, exigindo Falcão de Pedro Ivo que este, calculadamente, se mostrasse extranho e indifferente a tudo, não dando passo algum, nem conversando com os seduzidos, se estes o procurassem; o que Pedro Ivo prometteu fazer.

Após o exposto, poude ainda Falcão persuadir, em pró da empreza, ao cadete pernambucano e foi experimentar se a porta da cozinha girava sobre os seus eixos com facilidade e se a chave era capaz de se uzar della com presteza. Foi uma bôa prevenção, porque teve de ver, bem a seu pezar, que, alem de estarem os eixos enferrujados e a chave quasi sem serventia, havia uma espessa camada de terra na soleira da porta, que a impedia de se mover, tornando se por isso indispensavel envolver na empreza o cozinheiro Marciano, cearense, para remover e vencer estas pequenas difficuldades; e foi facil a conquista deste cozinheiro, porque Falcão sabia *prometter* á larga.

Dando-se as providencias precisas, removendo Falcão os obstaculos que se lhe iam oppondo e aguardando o domingo proximo, pediu e obteve licença para ir á cidade, onde precisava expor aos chefes todo o occorrido e combinar no final. Esteve com Ottoni, que silenciosamente tudo ouviu, sem fazer a menor observação, talvez por parecer-lhe impossivel que Pedro Ivo, ás 10 horas da manhã, se puzesse com Falcão fóra da fortaleza, como este asseverava.

Dirigindo-se Falcão ao cáes, para ir a fortaleza, encontrou-se com José de Assis Alves Branco, que, princi-

piando a ouvir Falcão sobre o que se tratara, levou-o para um corredor e, depois de sciente, respondeu-lhe : « E' um plano temerario ! E realisal-o de dia ! Parente e amigo, sabes que sou auditor de Guerra, e tenho a ponderar-te que deves ponderar bem a respeito. Tens paixão pela causa de Pedro Ivo e, se lhe falharem os calculos, serás fuzilado, só Deus podendo salvar-te ». Respondeu-lhe Falcão que nada temia. Abraçou o Alves Branco, despediu-se e foi ter com os amigos, com os quaes naturalmente conversou a respeito. Da conferencia de Alves Branco com os mais resultou quererem obstar Falcão da projectada empreza, por considerarem-n'a inexequivel, e para isso mandaram Cerqueira á Lage, accrescentando este que a insistencia daquelle importava querer perder-se e augmentar desgostos aos amigos e ao partido.

Respondeu-lhe Falcão que por nada desistiria dos seus projectos e que então se apresentaria na cidade com Pedro Ivo e mais sublevados, embora ahi fossem todos presos, pesando a responsabilidade, da fortaleza para fóra sobre aquelles que com elle trataram da fuga. Scientes os amigos desta decisão, mandaram por Cerqueira pedir a Falcão que viesse á cidade, á casa de Salermo. Dirigiu-se Falcão ao ponto indicado e ahi encontrou-se com Torres Homem, encarregado da conferencia, e ahi este apresentou áquelle o quadro das difficuldades e o castigo que estava imminente.

Para livrar-se Falcão de mais reflexões, disse-lhe :

« Quando eu tiver de extrahir a rifa, prendo todos que estiverem commigo, por meio de uma estrategia ; eu, os seduzidos e Pedro Ivo, abafaremos os que não estiverem presos ; nada faltar-me-á para chegar aos fins a que me propuz, prepare-se, pois, para nos dar destino no domingo da Resurreição, ás 11 horas, quando chegar-mos a esta cidade, e adeus. »

Partiu Falcão, e Torres Homem foi ter com Ottoni e disse-lhe que, pelo que ouviu de Falcão, a fugida de Pedro Ivo seria em breve um facto dado, pedindo-lhe Falcão, apenas, ao despedir-se, uns jogos de pistolas, polvora, balas e algumas armas brancas, denominadas *facas flamengas*.

Ora, os objectos pedidos não foram remettidos a Falcão, porém este, prevendo isto mesmo, quando seguiu para

a fortaleza, de caminho, comprou pistolas a um armeiro, em uma loja facas e em outra, polvora e balas, seguindo, assim provido, para a fortaleza, onde exerceu, no restante dos dias, a maior vigilancia, no sentido de fazer desapparecer todas as difficuldades.

Ainda por intermedio de Cerqueira, pediu Falcão a Ottoni e Torres que tivessem promptos dous escaleres para domingo da Resurreição, pois que ás 6 horas da manhã desse dia receberiam uma carta delle Falcão, no sentido de seguirem os escaleres para a fortaleza e ahi chegarem ás 9 horas, sendo essa carta levada por Pedro, escravo de Pedro Ivo, que iria leval-a depois da missa.

Em seguida, preparou Falcão a carta, em que exigia a vinda dos escaleres, e ao mesmo tempo uma outra carta, em sentido contrario; a primeira, para o caso de haver missa na madrugada do esperado domingo e depois da missa terem-se retirado para a cidade o commandante e os outros que assim costumavam fazer, e a segunda, para o caso contrario, porque então nada se poderia fazer.

Ficou assim tudo combinado e já não exigiam de Falcão que desistisse da empreza. Dirigiu-se Falcão a Marciano, o cozinheiro: «Senhor Marciano, estamos em vespera de abalar-nos, cada um para a sua terra; hei de, na occasião, prender, na cozinha, todos os marrecos que não *competuam* comnosco, afim de nos deixarem o campo livre; vá agora vossa mercê ver se a porta da cozinha já fecha bem e á noite me dê parte». Nesse mesmo dia, Falcão teve occasião de examinar, elle mesmo, a dita porta e certificar-se de que Marciano tinha cumprido o que lhe fôra ordenado. A porta fechava perfeitamente.

No sabbado, vespera da fuga, conversou Falcão com os sublevados, cada um de per si, e determinou-lhes que tivessem todos os olhos nelle no domingo, das 7 horas em diante, porque, quando elle visse os escaleres se approximarem, daria principio á rifa, e quando elle sahisse da cozinha, sósinho, é porque todos ficavam presos, ou, ao menos, grande parte da gente da guarnição, e o momento era chegado. Dirigiu-se ao Simplicio e ao cadete pernambucano e disse-lhes:

« No domingo, pela manhã, quando vossas mercês me virem fechar á porta da cozinha, ficando presos os que lá se acharem, emquanto eu correr ao meu quarto para ar-

mar-me, vossas mercês, que estarão já armados, corram ao ajudante, intimem-lhe que se renda á prisão, um apontando-lhe a arma ao peito, outro abraçando-o logo e o levando para o xadrez onde está o Luiz Antonio, que é um bem reforçado xadrez ; o que façam com toda a coragem e sangue frio » ; e isso ficou combinado.

Em seguida, determinou Falcão ao cabo que, na hora aprazada, na occasião em que elle fosse extrahir a rifa na cozinha e de lá sahisse fechando a porta, fosse elle cabo ter com Pedro Ivo e com elle atacasse a sentinella que o vigia, prendendo-a no mesmo xadrez que servia de prisão a Pedro Ivo, recommendando-lhe coragem e todo o cuidado em Pedro Ivo.

A José Antonio e a Marciano recommendou que, na supradita occasião, convenientemente armados e de surpreza, atacassem a sentinella das Armas e a intimassem a se render, sob pena de morrer, e a conduzissem ao xadrez. Passando a communicar a Pedro Ivo todas as providencias que estavam dadas, encarregou-o de reunir-se a elles na occasião azada e de proceder no sentido de effectuar-se a fuga.

Neste interim, é Falcão surprehendido com a noticia que lhe deu o preso Luiz Antonio, que este não podia fazer parte dos sublevados e que o dispensasse; respondeu-lhe Falcão que nunca o obrigou a isso e que, portanto, estava dispensado, pedindo-lhe sómente segredo para não se frustrar seu plano, que promettia o melhor resultado possivel. Replicou-lhe o sentenciado que guardaria todo o segredo, mas que aconselhava a elle Falcão que se deixasse disso, por ser uma empreza arriscada e de pouco resultado, sendo que elle, apezar de galé, preferia ficar preso.

Felizmente, porém, este mesmo Luiz Antonio procurou a Falcão e perguntou-lhe se sempre punha em execução o *brinquedo* (palavras suas). Respondeu-lhe Falcão que não queria conversa e que se retirasse ; replicou-lhe Luiz Antonio : « Pois, a minha primeira obrigação era ver se o senhor, com a minha recusa, mudava de resolução ; mas, pelo que tenho observado, é esta resolução inabalavel ; a minha segunda obrigação é acompanhal-o, pois muito preciso, que sou galé, principalmente quando em minha triste estrada da vida tive a fortuna de encontrar-

me com um salvador de tanta força e energia. Preciso apenas do seu espadim e de um bom cacete» ; o que lhe foi promettido por Falcão.

Restava apenas a Falcão preparar algum cartuxame embalado, e foi o que passou elle a fazer com suas proprias mãos, inclusive os cartuxos que deviam caber na arma do furriel, commandante do destacamento, para o que disfarçadamente tomou a precisa medida, contando conquistar a este dito furriel na hora precisa, o qual então ainda nada sabia, nem desconfiava.

Devendo ficar o Luiz Antonio preso no xadrez, na noite de sabbado para domingo, como nos demais dias, e querendo Falcão que elle ficasse livre, por ser um dos seduzidos, uzando de uma estrategia, conseguiu que o cabo deixasse a respectiva porta apenas cerrada e não fechada.

Precisava tambem Falcão que nessa mesma noite o cabo dobrasse na guarda e que com elle ficasse o José Antonio, pois assim tinha a guarda enfraquecida; e isto conseguiu o furriel, que a tudo se prestou, ignorando o trama da fuga. E sendo já 10 horas da noite, passou Falcão a fazer as duas cartas, já citadas nesta narração, uma em contrario da outra, para ser uma dellas entregue a Torres Homem e este mandar ou não mandar os escaleres, conforme a carta que recebesse ; e feitas as cartas, ficou Falcão esperando, velando até á madrugada, na espectativa de vir ou não vir o sacerdote que costumava dizer missa na fortaleza.

Finalmente, ás 4 horas da madrugada do domingo da Resurreição, dia 20 de Abril de 1851, annunciou a corneta a chegada do escaler ; correu Falcão ao cáes, viu o sacerdote saltar e ir celebrar. Emquanto o sacerdote exercia suas funcções, entregou Falcão a Theodoro, escravo de Pedro Ivo, a carta dirigida a Torres Homem, em que pedia a vinda dos escaleres, e seguiram para o ponto de embarque, Theodoro para ir á cidade e Falcão para assistir á partida do commandante, major Lobo, alferes Souza, e do cabo ; emfim tudo conforme previa e esperava Falcão, para o fim de tornar mais facil a sublevação.

Emquanto seguia o escaler com os acima mencionados inclusive o portador da carta, procedeu Falcão a um exame das licções dadas a cada um dos seus e certificou-se de que todos tinham excellente memoria e seriam bons na

execução; em vista do que poz-se á espreita dos escaleres esperados.

Avistou, afinal, dous escaleres na distancia de meio caminho entre a Lage e a fortaleza de Villegaignon, a dous remos cada um, que, pelo facto de ora orçarem, ora arribarem, approximando-se sempre, concluiu Falcão que eram, e não podiam deixar ser, os esperados, e consequentemente desceu ao pateo da fortaleza e annunciou a extracção da rifa. Em um instante, reuniu na cozinha todos os que tinham comprado bilhetes, anciosos pela *grande sorte* ou *sorte grande!*

Achando-se ao redor de uma mesa os possuidores de bilhetes, isto é, a gente da guarnição que guardava Pedro Ivo, entregou Falcão a um delles tres dados para lançar e ver os pontos que fazia, e, querendo sahir, deixando-os á espera, pretextou não se dever lançar os dados á mão e, por isso, iria buscar um copo apropriado, evitando-se assim alguma esperteza no jogo, no que combinaram.

Retirou-se, pois, Falcão..... em busca do copo e sahiu fechando, ao sahir, a porta da cozinha, cuja chave metteu no bolso, ficando desta arte presos vinte e um homens!

Feito isto, entrou em seu quartel, que era proximo, armou-se e sahiu para a execução do seu plano, tendo alguns já dado principio ao que se lhes tinha encommendado e outros passando a assim fazer; de sorte que a Falcão, com bom general, coube o prazer de presenciar o melhor desempenho de suas ordens, occupando-se em animal-os e louval-os pela coragem e sangue frio com que souberam haver-se.

Preso o ajudante no xadrez em que estivera Pedro Ivo, este solto, outro na prisão deixada por Luiz Antonio dirigiu-se Falcão ao corpo da guarda, que suppunha ter já se rendido á intimação de Marciano e de José Antonio, conforme as ordens dadas, porém encontrou a dita sentinella no seu posto, de arma ao hombro. E' que Marciano e José Antonio estavam ainda occupados em segurar no pateo alguns soldados que estavam espalhados.

Dirigiu-se Falcão, por isso, á dita sentinella, que estava de baioneta calada, e disse-lhe: « Estás preso, entrega-te », e apontou-lhe a pistola. A sentinella vacillou; replicou-lhe Falcão: « Entrega-te, não hesites, senão morres », e continuou: « Já a guarnição está presa, inclusive

o ajudante, e tu has de entregar-te e já, se não quizeres morrer». Já a sentinella se tinha entregado, quando se apresentaram Pedro Ivo e Luiz Antonio, ordenando Falcão a este que conduzisse a sentinella para a prisão pelo mesmo deixada, acompanhando-os tambem Falcão de arma em punho.

Feito o exposto, reuniu Falcão a sua gente, dirigiu-se com ella á porta da cozinha, onde estavam fechados, prisioneiros, vinte e um homens; collocou sua gente em alas, distribuiu cartuchos, deu voz de escorvar e carregar, frente armas, calar baionetas, cominhar para a porta da cozinha. Bateu, chamou a attenção dos presos e disse-lhes :

« Camaradas, trata-se da fuga de Pedro Ivo! E' a sorte grande que lhes annunciei. Estais presos; o resto da guarnição está tambem presa pela pequena parte que concorda na fuga de Pedro Ivo, sendo esta pequena parte sublevada por mim. Consolem-se com a sorte de surprehendidos, prestando-se assim a causa da liberdade e concorrendo para a salvação de Pedro, que é vosso amigo e patricio. Elle, o defensor da liberdade, o brioso pernambucano, foi preso traiçoeiramente; era mistér que nós a elle dessemos a liberdade ! »

Os presos deram vivas ao cadete Falcão e disseram que concordavam na fugida de Pedro Ivo e que queriam acompanhal-o. Respondeu-lhe Falcão :

« Agradeço e louvo os bons desejos que manifestaes e sinto não poder consentir que nos acompanheis ; mas isso é impossivel, porque ha condução sómente para oito companheiros, e seguir mais gente é comprometter a todos. Agradeço-vos de novo ; conformem-se e deixem nos ir em paz. »

Em seguida e em voz baixa, determinou Falcão aos companheiros que se fossem embarcar com Pedro Ivo, que elle iria logo depois; o que feito, chamou de novo a attenção dos que estavam presos na cozinha e disse-lhes :

« Como sabem, tudo fiz para dar fugida a Pedro Ivo ; elle e os companheiros já se foram ; eu aqui fico de sentinella, guardando a porta ; se alguem de entre vós queira arrombal-a, será victima do que eu fizer. »

E silenciosamente correu a embarcar-se, fechando ainda o grande portão que dá entrada para a fortaleza,

de sorte que, se os presos conseguissem arrombar a porta da cozinha, ainda assim estariam seguros na fortaleza.

Chegando ao cáes para se embarcar viu Cerqueira, que tinha vindo em um dos escaleres, e, tendo já seguido em um escaler Luiz Antonio, Simplicio, o cabo José Antonio e Marciano, por ordem de Cerqueira, para o lugar determinado por Torres Homem, embarcaram-se no outro escaler Cerqueira, Pedro Ivo, Falcão, o furriel e o cadete pernambucano, e foram desembarcar na praia do Bota Fogo, em um lugar perto de S. Clemente.

Ahi acharam um carro para os conduzir, sendo estas ultimas providencias tomadas por Torres Homem, Ottoni, e outros já conhecidos do leitor.

Deixaram-se conduzir pelo cocheiro, que fez o trajecto pela praia de Santa Luzia, largo de....., largo do Paço, rua de S. José, rua da Carioca, rua do Piôlho e outras, até á Prainha, onde, ao chegarem, encontraram Torres Homem, que, recebendo-os, os conduziu ao ponto de embarque em completo silencio.

Ahi, olhando Torres para o mar, perguntou-lhe Falcão : « Que procura ver ? » « Um barco que nos conduza. » « Não ha barco algum ; para onde quer nos conduzir ? » « Para Nossa Senhora da Guia. »

Avistou Falcão um escaler, chamou e perguntou se queria leval-os á Nossa Senhora da Guia ; foi ajustado o frete por 10$000. Seguiram todos, a quatro remos, para o ponto supra citado, todos silenciosos, receiosos e assustados, inclusive o Torres, que tambem já corria risco de ser preso com os fugidos.

Nesta anciedade, correndo Falcão os olhos para o lado da cidade do Rio de Janeiro, avistou um vapor, ao longe, nas aguas do escaler que os conduzia, e tratou de se dirigir aos remadores e conferenciar nestes termos :

— Amigos, é hoje a festa da Guia ?

— E', sim, senhor.

— A que horas acabará a festa ?

— A's 2 horas, mais ou menos.

— Pois bem, se vocês puxarem pelos remos ao ponto de lá chegarmos antes de terminada a festa, ganharão, de gratificação, esta moeda de ouro de 20$000.

E atirou a moeda para a prôa. Tomou o escaler dobrado impulso, á força de remos, tal é a fascinação do

ouro, e de tal sorte que, apesar do vapor caminhar como é de costume, o escaler afastava-se delle visivelmente e approximava-se do ponto onde deviam saltar os fugitivos, isto é, na Estrella, lugar da praia de Nossa Senhora da Guia, onde o Torres Homem, de accordo com o seu cunhado, Dr. Bernardino, tinha disposto uma casa para recebel-os, devendo estar na praia, á espera, o Dr. Barcellos para conduzil-os á dita casa.

Realmente, ao approximar-se o escaler da praia, foi visto nella um homem que, pelos seus movimentos, indicava estar esperando com anciedade. Trajava de branco, era de aspecto extrangeiro e trazia guarda sol ao hombro e chapeo de Chile; era o Dr. Barcellos, conhecido unicamente pelo Torres Homem.

Seguiram todos com o Dr. Barcellos para a casa supracitada, ficando o escaler á espera, e desta casa, depois de algum descanço e de fazerem uma refeição, retirou-se Torres Homem para a cidade, partindo no escaler, que ficou á espera.

A' meia noite desse mesmo dia retirou-se o Dr. Barcellos, para voltar dahi a pouco trazendo algumas roupas com que, disfarçando-se os fugitivos, pudessem tomar destino, tendo já Pedro Ivo e o cadete pernambucano rapado as barbas e bigodes, trabalho este que não tiveram Falcão e o furriel, por serem imberbes.

Assim, uns mudando ou trocando os chapéos e todo o mais fato, de fórma a não serem conhecidos facilmente, seguiram a cavallo por onde o Dr. Barcellos os conduzia. A um quarto de legua de viagem, encontraram-se com o Dr. Bernardino e dous criados deste, que vinham ao encontro dos fugitivos e auxiliar o Dr. Barcellos na tarefa de proporcionar meios de segurança de que aquelles precisavam; e, depois de se cumprimentarem, seguiram, acompanhados do referido Dr. Bernardino, até a um lugar denominado *Saracuruana*, quasi matta virgem. Ahi disse-lhes o Dr. Bernardino: « Ficam vossas mercês aqui por hoje, até que sejam mudados amanhã para lugar que indicaremos. » E seguio com o Dr. Barcellos.

Ficaram os fugitivos na dita matta por todo o restante da noite daquelle dia e por todo o seguinte dia, até 10 horas da noite, hora em que lhes appareceu o Dr. Barcellos, acompanhado de um major, cujo nome se ignora,

e estes conduziram aquelles para uma fazenda, onde permaneceram durante quinze dias, sendo-lhes alli proporcionado, com profusão e até com luxo, tudo de que poderiam necessitar, sendo visitados e frequentados por muitas pessoas gradas do partido liberal, inclusive o visconde de Barbacena, que lhes forneceu uma dispensa sumptuosa; e assim aguardaram ordens dos chefes do partido, que deviam providenciar acerca da remoção dos mesmos para fóra do paiz.

Quinze dias depois da chegada nesta fazenda, seguiram para o lugar denominado *Gambôa*, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido feita a viagem durante a noite. Ahi passaram o restante da noite e o dia seguinte; na noite desse dia, ás 8 horas, foram embarcados em uma canôa de voga e levados barra fóra, a principio com prospera viagem, depois sendo victimas de uma furiosa tempestade, de que milagrosamente escaparam com vida, tendo sido alagada a canôa, e foram ter á praia de Mangaritiba, onde desembarcaram.

Ahi, tendo sido esperados por um cavalheiro, sobrinho de Joaquim Breves, o mais rico fazendeiro do Rio de Janeiro, a quem iam recommendados, tomaram montadas e cavalgaram até á importante fazenda de nome *Marambaia*, pertencente ao mesmo Joaquim Breves, onde, passando vida deliciosa, esperaram mais de um mez as ultimas determinações sobre o destino que teriam.

Afinal, determinaram os chefes que seguissem os fugitivos para a America, no que não concordou Pedro Ivo, que insistia em seguir para Pernambuco. Foi resolvido, em vista disso, que seguissem para Pernambuco Pedro Ivo e o cadete pernambucano e que teriam outro destino Falcão e o furriel.

Tomada esta resolução, foi despachada uma barca genoveza, que, em viagem para Genova, parasse na fazenda *Marambaia* e recebesse os dous primeiros fugitivos e os deixasse em Pernambuco, embarcando-os em qualquer jangada que apparecesse, a qual os levaria a algum ponto conveniente da cidade de Pernambuco.

Por uma fatalidade, chegou a barca genoveza á fazenda *Marambaia* em um dia em que tinha ido em um passeio o cadete pernambucano, perdendo este assim esta occasião de seguir viagem, seguindo, portanto, sómente Pedro Ivo

cabendo por sorte ao referido cadete seguir posteriormente por terra até á referida cidade de Pernambuco.

Na barca genoveza seguiu Pedro Ivo, acompanhado do escravo Theodoro. Ora, estando Pedro Ivo doente, aggravaram-se os seus incommodos na vespera da chegada da barca á fazenda *Marambaia*, sendo-lhe, pois, forçoso embarcar nesse estado. E qual foi o seu fim ?

.....

Morreu em viagem, já nas aguas da cidade de Pernambuco, sua terra natal e pela qual estremecia. Foi sepultado no Oceano, depois do cortejo do estylo; do que a bordo foi lavrado o competente auto.....

.....

O escravo Theodoro seguio para Genova, onde vivue annos, regressando depois para o Brasil, a esforços de Falcão.

E este, o campeão denodado desta narração historica, cujo assumpto, se fosse desenvolvido por uma habil penna se tornaria interessante, teve de luctar, sósinho, com a sorte de fugitivo, errante e perseguido, pelo longo periodo de seis annos, nos sertões das provincias deste Imperio, passando por peripecias e phases bem notaveis, dignas de se descrever, ao menos, em uma outra narração do porte desta.

Falcão foi, finalmente, amnistiado. Teve, depois, occasião de ouvir do proprio Theodoro o final da molestia, morte e destino dado ao cadaver de Pedro Ivo, e elle Falcão vive presentemente na provincia da Bahia e villa de Itaparica, onde presta e prestará serviços ao seu partido e ao paiz, se delle necessitar, e vive um pouco orgulhoso de si pelo simples facto de conhecer alguma cousa deste mundo, praticamente fallando.

GEOLOGIA DE PERNAMBUCO

POR

John C. Branner (*)

(CONTINUAÇÃO DO N. 58)

C

GEOLOGIA AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DE PERNAMBUCO

§ 16. — *Estações da Estrada de Ferro.* — A seguinte lista contem as estações, distancias e altitudes na Estrada de Ferro Central de Pernambuco. (1)

Kilometros	ESTAÇÕES	*Altitude em metros*
0	Central (Recife)	2.4
6	Areias	5.0
8	Tigipió	11.0
.....	Socorro	.....
16	Jaboatão	45.0
27	Morenos	85.6
38	Tapera	155.0
51	Victoria	146.0
64	Francisco Glycerio	194.8
72	Russinha	308.8
89	Gravatá	446.0
112	Bezerros	459.0
127	Gonçalves Ferreira	509.1
136	Caruarú	537.7
161	S. Caetano	548.6
180	Antonio Olyntho	565,0

(*) Traduzido do *Bulletin of the Geological Society of America*, Vol. 13, pp. 58—92, por Alfredo de Carvalho.

(1) Sou extremamente grato ao Dr. Antonio Sampaio Pires Fer-

§ 17. — *Topographia em detalhe e affloramentos de rochas.* — Da estação Central, na cidade do Recife, até meio kilometro aquem da estação de Areias, a estrada atravessa uma região plana, cuja maior parte é coberta de mangues; meio kilometro a léste de Areias a estrada córta um banco de areia de 5 a 6 metros de altura; este banco constitue a margem da planice raza, coberta de areia, adjacente á estação de Areias; poucas centenas de metros a leste desta estação a via-ferrea cruza um valle de fundo chato e flancos empinados; a oéste de Areias e a léste da estação de Tigipió ha um outro valle de conformação semelhante, descendo para o Capibaribe; os valles em torno da margem desta planice arenosa são de forma dendritica e pertencem a um typo unico.

A interpretação destes aspectos peculiares induz a suppor que a planice de Areias achou-se outr'ora em altitude muito superior á actual e que, ao tempo desta elevação, os cursos d'agua rasgaram quebradas de flancos empinados ou estreitos valles sinuosos em torno das margens da planice; uma depressão subsequente collocou o fundo destes valles estreitos abaixo do nivel d'agua salgada, pelo que ficaram immediatamente cheios de limo. Trezentos metros a oéste da estação de Areias a estrada corta as jazidas terciarias sedimentares coloridas; estas jazidas são vermelhas, e a maioria dellas contem pequenos seixos de quartzo antes espalhados atravez do estrato do que dispostos em cintos bem definidos; em Tigipió um córte na margem septentrional da linha mostra seixos rolados em faixas approximadamente horizontaes.

Nesta mesma estação o fundo do valle do regato é plano, como que pertencendo ao grupo dendritico em volta da planice de Areias. As collinas baixas a léste de Tigipió são quasi de altura igual; a oéste de Tigipió as collinas elevam-se de subito talvez a 70 metros acima do nivel da Estrada de Ferro. As jazidas terciarias, como as que affloram em Dous Irmãos, Caxangá e Macacos, no lado

---

reira, obsequioso director desta Estrada de Ferro, pelas facilidades que me proporcionou para examinar a geologia ao longo da mesma. O Dr. Pires Ferreira forneceu-me ainda uma planta, em grande escala, da Estrada de Ferro e enviou-me amostras do marmore de S. Caetano.

septentrional da planice aberta em volta do Recife, afflo-ram pouco ao longo da Estrada de Ferro Central; começando a pequena distancia a céste de Areias, affloram na estação de Tigipió e cercanias e terminam ha 2 ou 3 kilometros a oéste d'ali; ainda assim ellas apparecem principalmente no vizo das collinas neste extremo occidental das jazidas. Num córte, dous kilometros a oéste de Tigipió, afflora uma jazida horizontal de seixos rolados; entre 2 a 3 kilometros a oéste de Tigipió affloram rochas decompostas num córte na margem sul da linha; estas rochas, porem, affloram apenas na parte inferior do córte e jazem sob uma camada, espessa de cerca meio metro, de grosso cascalho rolado de quartzo, coberta por 1 a 2 metros de terra.

Deste ponto para oéste nos córtes não affloram mais jazidas terciarias; antes de chegar a Jaboatão ha muitos affloramentos de gneiss e granito decomposto, nos quaes se notam nucleos ou penhascos rigidos de decomposição; um dos maiores destes córtes acha-se a cerca de 3 kilometros a léste de Jaboatão, e a léste deste córte ha affloramentos de granito no valle; um kilometro a léste de Jaboatão, num córte de 12 metros de profundidade, afflora terra residuaria vermelha contendo grandes blocos esparsos de gneiss não decomposto; logo a léste da estação de Jaboatão ha um córte de 10 metros aberto em rocha gneissoide decomposta; junto á mesma estação notam-se muitos affloramentos de rochas crystallinas no leito do Rio Jaboatão; pouco mais dum kilometro a oéste da estação ha um córte de 10 metros. Só em raros destes córtes afflora, mesmo no fundo, rocha massiça; a maioria delles, porem, contem ainda alguns blocos de rocha inalterada.

Tres ou quatro kilometros a oéste de Jaboatão affloram nos córtes jazidas de cascalho subangular de $0^m,20$ a $0^m,30$ de espessura; estes córtes, porém, não foram abertos nas cristas das collinas e sim a mais de meio caminho dos seus flancos. Parece provavel que o cascalho foi deixado pelos cursos d'agua ao abrirem o seu leito para baixo, e que não pertence ás camadas de cascalho terciario.

Cerca dum kilometro a léste da estação de Morenos (kilometro 57) ha um córte de 10 metros de fundo, e varios outros mais rasos, em terra residuaria vermelha; na estação de Morenos o Rio Jaboatão corre sobre e entre blocos

de granito ; cinco kilometros a oéste de Morenos affloram nos campos pequenas calotes de granito.

Entre Morenos (kilometro 27) e Tapera (kilometro 38) ha varios córtes de 10 metros ; em alguns delles a decomposição das rochas attinge o nivel do leito da linha, em quanto que em outros restam aqui e alli pedaços não decompostos da primittiva rocha crystallina. Sempre que ao longo desta parte da Estrada de Ferro afflora nos córtes a rocha decomposta no lugar, as argillas residuarias são vermelhas, amarellas, brunas ou mescladas ; mas, o vermelho é a côr predominante. Notam-se as primeiras rochas aleitadas ou foliadas a tres ou quatro kilometros a oéste de Tapera ; a léste da vertente entre Tapera (kilometro 38) e Victoria (kilometro 51) estas rochas têm o aspecto de gneiss com a orientação geral de E-W ; a oéste da vertente e á distancia de 3 kilometros da estação de Victoria as rochas são schistos e argillas assentes sob angulos de 60° a 80° ; a léste da Victoria, durante cerca de 3 kilometros, as rochas assemelham se mais a granitos. Logo a léste da estação da Victoria ha um córte de 8 metros, cujo fundo é de rochas crystallinas decompostas com veios de quartzo ; sobre estas ha uma jazida de pesados seixos rolados, espessa de 0m,10 a 1m,00, coberta por 0m,50 á 2m,00 de terra.

Cumpre observar que a cidade da Victoria acha-se 146 metros acima do mar e que as jazidas de cascalho nas visinhanças dos principaes rios são provisoriamente relacionadas antes a uma origem fluvial do que marinha. A oéste da Victoria as rochas ainda parecem ser mais ou menos schistose. Na estação de Francisco Glycerio (kilometro 64 ; altitude 194m,8), nos córtes da Estrada de Ferro abertos numa argilla vermelha, affloram alguns seixos rolados de quartzo na linha de junção entre o sólo e as rochas massiças subjacentes ; na visinhança desta estação uma planice bastante rasa abre-se para o norte, emquanto que ao sul e norte erguem-se montanhas que tem a denominação local de Serra da Russa, com a altitude maxima de 503 metros proximo ao ponto em que a Estrada de Ferro atravessa o valle do Rio Ipojuca ; estas montanhas entretanto, são apenas as bordas orientaes e septentrionaes do alto planalto ondulado do systema fluvial do Ipojuca superior. A oéste de Francisco Glycerio a Estrada de

Ferro galga a escarpa do grande planalto; entre Glycerio e Russinha, numa altitude de 250 metros, as brilhantes côres vermelhas e amarellas, tão caracteristicas a léste deste lugar, parecem terminar. Ao oéste d'ahi, tambem, a decomposição das rochas não parece ser nem tão profunda, nem tão espalhada.

Logo a oéste de Glycerio, a região é coberta de terra vegetal e mais de metade é cultivada; ha poucos affloramentos de rochas nos flancos das collinas e nos leitos dos riachos; nos córtes desta parte da Estrada de Ferro nota-se uma linha persistente, porém ás vezes nucleada, de seixos afflorantes; manifestam-se, em geral, na junção do sólo com as rochas subjacentes não decompostas, e parecem geneticamente relacionados com o primitivo, mas não muito remoto, escoadouro da região; os blocos isolados deste cascalho têm, por vezes, as dimensões duma cabeça humana.

Nos proximos 3 a 5 kilometros a léste de Russinha as rochas tem a apparencia de gneisses escuros, muito micaceos; são cortados por alguns veios de quartzo e acham-se profundamente decompostos.

Seguindo em direcção a oéste, Russinha (kilometro 72; altitude 308,8) é a ultima estação da Estrada de Ferro antes de attingir-se o cume da Serra das Russas; pouco adiante desta estação a linha atravessa o divisor das aguas entre os rios Capibaribe e Ipojuca. A oéste de Russinha ha varios córtes profundos que offerecem á observação do geologo excellentes affloramentos; alguns destes córtes tem 30 metros de profundidade, medidos da crista, e muitos 15 metros; ha, alem disso, varios tunneis nos quaes as rochas são tão solidas que não requerem revestimento excepto nas boccas; um delles, entretanto, estava sendo revestido por occasião da minha visita. Algumas das rochas nestes córtes acham-se mais igualmente aleitadas, como se fossem de argilla ou grez, emquanto que outras são schistosas ou gneissicas; são muito nodosas e apenas um pouco enrugadas e acham-se collocadas em angulos quasi rectos, de 70° a 80°, com pendor para o sul (?); em lugares parecem ter sido esmagadas e falhadas.

Entre Russinha e os tunneis mais proximos da estação affloram nos córtes rochas mais escuras, mais micaceas e mais decompostas do que as mais acima da montanha.

Proximo á crista da montanha ha uma vista magnifica para nordéste abrangendo o valle ondulado do Capibaribe. Entre a crista e o Rio Ipojuca ha alguns affloramentos de argilla de côr rosea. Depois de passado o divisor das aguas da Serra das Russas ha apenas uma diminuta descida para a estação de Gravatá, junto ao Rio Ipojuca, no fundo do valle ao sudoéste da montanha, de sorte que o Ipojuca neste sitio não se acha num valle semelhante ao da Victoria ou da Escada, mas, corre atravez dum valle largo, aberto e raso junto á bórda dum planalto montanhoso duma altitude 500 metros ou mais acima do mar.

Duzentos metros a léste da estação de Gravatá (kilometro 89; altitude 446m,00) ha um bom affloramento de argillas num longo córte baixo; estas rochas claramente aleitadas, e algumas dellas têm a apparencia de sedimentos silicosos alterados semelhantes a novas culites ou argillas diatomaceas; sob um microscopio de pequeno poder parecem estar cheias de grãos de quartzo ou de opala alongados ou lentiformes; pendem para o sul em cerca de 70°.

Nos cimos das montanhas que se avistam ao sul de Gravatá affloram rochas escalvadas; duzentos metros, 1 1/2 kilometros e ainda 3 ou 4 kilometros a oéste de Gravatá, ha córtes ao longo da Estrada de Ferro nos quaes affloram rochas aleitadas —schistos ou argillas— com pronunciado pendor (70° a 80°) para o sul.

Segue-se lhes uma faxa de rochas listradas de escuro, semelhantes a gneiss, com 2 ou 3 kilometros de largura; um ou dous kilometros a léste da estação de Bezerros e ao sul do rio affloram rochas schistosas, na maioria com pendor para o sul; ha varias calotes e massas esfoliadas de gneiss logo a léste de Bezerros; em varios lugares afloram seixos rolados ao longo da Estrada de Ferro, mas todos estes affloramentos acham se proximos ao Rio Ipojuca; em Bezerros (kilometro 112; altitude 459m,00) num córte nas rochas em frente á estação, affloram schistos de hornablenda cruzados por grandes veios de feldspatho roseo; estes schistos tem apenas um pendor para o sul de cerca de 30°.

Ao sul de Bezerros a Serra Vermelha acha-se em plena vista, parecendo elevar-se cerca de 200 metros acima do planalto; nos seus flancos affloram aqui e alli ro-

chas escalvadas, parecendo calotes de granito ou gneiss ; Dombre assignala uma jazida de ferro obgisto na Serra Negra, duas leguas ao norte de Bezerros.

Entre Bezerros e Gonçalves Ferreira a Estrada de Ferro parece cruzar e recruzar a linha de contacto entre granitos de granulação grosseira e schistos ; o pendor dos schistos muda, porém é sempre forte, algumas vezes apparentemente terminando com orientação de E-W ; num dos córtes, fundo de 6 metros, affloram admiravelmente schistos numa extensão de varias centenas de metros.

Na estação de Gonçalves Ferreira (kilometro 127 ; altitude 509m,00) as rochas continuam com a orientação de E-W ; nas montanhas, cerca de 2 kilometros ao norte da Estrada de Ferro, affloram enormes penhascos e calotes de granito massiço, com inclusões pretas, admiravelmente esfoliadas ; um destes grandes blocos acha-se bellamente estriado ; vista da estação esta montanha, denominada Serra de Imburana, tem um aspecto imponente.

No sitio em que a Estrada de Ferro contorna o contraforte occidental da montanha, afflora junto ao leito da linha uma camada de seixos grosseiros de granito, cujo diametro varia de 5 a 20 centimetros ; estes seixos parecem ser antes uma das muitas pequenas camadas isoladas do que fazer parte dum extenso lençol, comquanto possa haver semelhante lençol na planice de Caruarú ; dous kilometros a oéste de Gonçalves Ferreira, no sopé da Serra de Imburana, ha um bello affloramento dum granito muito escuro com grandes feldspathos roseos.

Tres kilometros a léste de Caruarú a Estrada de Ferro passa dos schistos para os granitos ; os schistas parecem pender para o norte num angulo de 80°, como que passando sob a montanha granitica, Serra de Imburana ; logo a léste de Caruarú os granitos contam diques de aplite.

A estação de Caruarú (kilometro 139 ; altitude 537m,70) assenta numa planice rasa junto á base dum collina conica de granito ; á vista da cidade tanto ao sul como ao norte, correm cadeias de montanhas approximadamente parallelas ao valle do Ipojuca e á direcção geral da Estrada de Ferro ; no pico granitico de Caruarú affloram, em alguns lugares, blocos e calotes esfoliados ; mas, em Julho de 1899, a maior parte delle achava-se coberta de vegetação ;

as rochas na base do pico são granitos de granulação grosseira, que cobrem a região adjacente na extensão de milhas; a planice a léste de Caruarú é revestida duma delgada camada de seixos rolados de quartzo; não ha florestas densas nas immediações, a vegetação é baixa e arbustiforme, devido, talvez, ás seccas a que esta região é ás vezes sugeita.

A oéste de Caruarú ha, ao longo da Estrada de Ferro muitos bons affloramentos de granitos roseo-vivo de granulação grosseira. popularmente conhecido por «granito escossez»; estes granitos são cortados aqui e alli, por grandes veios de quartzo e diques de aplite; em alguns lugares as rochas são gneissicas e occasionalmente acham-se decompostas.

Perto de São Caetano os schistos alternam com os granitos, e os primeiros parecem formar uma faxa, situada ao norte dos granitos de Caruarú, mas ao sul dos da Serra de Imburana; a oéste e ao sul de São Caetano as rochas assemelham-se mais a gneiss, mas apresentam a estructura listrada dos schistos; a oéste de São Caetano, durante 3 ou 4 kilometros, as rochas pendem para o sul num angulo de 65° a 70°; mais a oeste o pendor é para o norte e de cerca de 80°.

Existem calcareos na visinhança de São Caetano; mas, não me foi possivel visitar as pedreiras; Dombre viu estes depositos e refere que elles formam uma jazida tendo a orientação de E-W em dous affloramentos, mas, não menciona a espessura das rochas. (1)

Devido á amabilidade do Dr. Antonio Sampaio Pires Ferreira, director da Estrada de Ferro Central, recebi um spscimen do calcareo das pedreiras ao sul de S. Caetano; é um bello marmore, finamente granulado e capaz de adquirir intenso polimento.

A seguinte analyse, feita pelo professor L. R. Lennox, demonstra ser um calcareo notavelmente puro.

---

(1) Viagem do Engenheiro Dombre ao Interior da Provincia de Pernambuco em 1874, 1875. Recife. 1893 pag. 14.

ANALYSE DO MARMORE DE SÃO CAETANO

	Porcentagem.
Silica (Si O_2)	14
Oxydo de ferro e alumina (Fe_2 O_2 e Al_2 O_2)	14
Calcareo (Ca O)	55,19
Magnesia (Mg O)	40
Acido carbonico (CO_2)	43.80
Acido phosphorico não determinado	
	99 67

Antonio Olyntho (kilometro 180), a ultima estação nesta linha, é igualmente a mais elevada achando-se numa altitude de 565 metros acima do nivel do mar ; antes que a Estrada de Ferro alli chegasse este lugar era conhecido por Curralinho ; a região adjacente faz parte do planalto elevado que se dilata para oéste desde a Serra das Russas; o valle do Ipojuca é aqui baixo e ondulado, com montanhas visiveis no horizonte ao norte e ao sudéste.

Ha varios bons affloramentos de rochas junto á estação, ao norte do desvio e igualmente ao longo do leito da linha a léste da estação ; no córte ao norte do desvio ha cinco ou seis falhas, separadas de 2 a 4 metros umas das outras, com a orientação approximada de E-W ; neste sitio as rochas pendem para o norte em angulo quasi recto; das notas tomadas na estação de Antonio Olyntho consta que «as rochas schistosas metamorphicas contem argillas nellas embebidas ». Mas as rochas metamorphicas parecem ser tufos, parecendo demonstrar que a serie esteve originalmente depositada em agua onde as argillas alternavam com as ejecções vulcanicas que formam as jazidas de feldspatho.

A feição preeminente destas rochas aleitadas é a apparencia feltrada caracteristica das antigas rochas paleozoicas que occorrem atravez das terras altas do Brasil ; nos schistos silicosos feltrados ha occasionalmente lentes ou listras de silex ou calcedonia muito semelhantes a novaculites, algumas das quaes têm mais dum metro de comprido e 20 centimetros de largura, sendo observada uma com o comprimento de 3 metros e a largura de 2 centimetros ; este silex é parcialmente circumdado e penetrado

por feldspathos roseos. Os schistos variam em côr desde quasi pretos, quando não decompostos, até cinzento quando o são; os pretos são excessivamente duros; os feldspathos roseos são caracteristicos de todos ou quasi todos elles, e muitos contem lentes de quartzo.

Todas estas rochas aleitadas são muito nodosas, e os nós, nitidos e lisos, atravessam, quasi sempre, as jazidas em angulos rectos; os nós distam de 1 a 15 centimetros uns dos outros.

As rochas schistosas junto a Antonio Olyntho são polidas *(slickensided)*; este facto, junto com as falhas que affloram em Antonio Olyntho e a estructura geral, tanto quanto é visivel entre a Serra das Russas e o extremo occidental do valle, conduzem á conclusão de que a região é muito falhada, especialmente ao longo da faxa E-W atravessada pela Estrada de Ferro entre Caruarú e Antonio Olyntho.

Segundo as observações de Dombre, as rochas graniticas, que se encontram nas cercanias de Bezerros, prolongam-se até S. Bento, cerca de 40 kilometros ao sul e um pouco a oéste de Antonio Olyntho, e tambem assignalam granitos entre S. Bento e Pesqueira, mais para o oéste.

Depois de escriptas as paginas precedentes submettemos secções das rochas nodosas e feltradas encontradas junto a Antonio Olyntho á apreciação do Dr. J. P. Iddings, que, a seu respeito, teve a amabilidade de escrever o seguinte:

« As tres secções que me foram enviadas parecem proceder da mesma rocha; sob o microscopico vê-se que é uma rocha granitica metamorphoseada, ou talvez granito-porphyro ou rhyolite. Consiste em phenocrystos ou remanescencias de feldspatho potassico numa massa fundamental microgranular de quartzo e de feldspatho alcalino não estriado. Ha uma estructura corrente, recurvada e raiada, e é evidente que houve esmagamento, recurvamento e recrystallisação das minusculas particulas esmagadas.

Os grandes feldspathos acham-se parcialmeuto divididos e lascados e os espaços intermediarios prehenchidos por quartzo granular. Os feldspathos são microline pela pressão de orthoclase, sendo a geminação mais apreciavel onde mais forte foi a compressão. Os grãos minusculos de feldspatho não são estriados, têm baixa refracção, e são portanto de alcali, ou presumivelmente orthoclase (?) (microline não estriada). Em alguns pontos os grandes feldspathos não gemina-

dos são raiados por um outro feldspatho não estriado dum modo perthitico. Os grãos de quartzo feldspathico na massa fundamental não se acham igualmente destribuidos, mas, encontram-se em pedaços raiados de muitos grãos de feldspathos e de quartzo, suggerindo que a rocha original foi antes um granito de granulação fina do que um porphyro.

« Alem destes poucos outros mineraes apparecem: pequenas particulas de muscovite, incolor e amarellada, em raias; pequenas apatites esmagadas; um pouco de magnetide esmagada; um pouco (?) de hornablenda, verde pallido. Creio dever suppor que a rocha é um granito orthoclasico, contendo muito pouca mica e poucos outros mineraes. »

Convem accrescentar que senti-me convencido, ao observal-as no campo, de que muitas das rochas na Serra das Russas e a oéste della eram jazidas sedimentares metamorphoseadas; a rocha descripta pelo Dr. Iddings pertence ao que eu supponho ser um tufo metamorphoseado de certa qualidade; o Dr. Iddings diz-me não ser impossivel que assim seja, mas a simples apparencia das declinações não no demonstra.

Sou ainda induzido a pensar que estas rochas sejam rhyolites, em parte, pela constante evidencia do seu aleitamento, pela sua associação com argillas e pela concordancia da sua orientação com a dos calcareos de S. Caetano, segundo referiu Dombre.

§ 17. — *Conclusões relativas á geologia ao longo da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.* — 1· As jazidas terciarias (?) affloram apenas ao longo da Estrada Central até o kilometro 13, a partir do começo da linha no Recife.

2· A topographia nas adjacencias de Areias e Tigipió suggere uma elèvação recente e uma depressão ainda mais recente da região.

3· Que os granitos sejam mais antigos ou mais modernos do que os schistos não resulta claramente de nenhuma observação feita ao longo desta secção geologica.

4· As côres das argillas residuarias são muito mais brilhantes proximo ao occidente de Francisco Glycerio em em direcção a léste —isto é desde o nivel do mar até uma altitude de cerca de 200 metros— do que em maiores elevações a oéste deste ponto.

5· A oéste da area terciaria a Estrada de Ferro passa sobre granitos, gneiss e schistos. De Russinha para o oéste, em alguns poucos lugares, affloram rochas estrati-

ficadas, algumas das quaes se assemelham a tufos alterados e outras são argillas.

6· As rochas aleitadas comprehendem calcareos notavelmente puros (marmores) ao sul de S. Caetano, e estes marmores têm tambem uma orientação de E-W.

7· Algumas das jazidas metamorphoseadas têm a apparencia feltrada caracteristica de certas rochas paleozoicas das terras altas de Minas Geraes.

8· A região a oéste da Serra das Russas parece ser muito falhada, acompanhando as falhas a orientação das rochas de E-W.

D

GEOLOGIA AO LONGO DA GREAT WESTERN RAILWAY, DO RECIFE A' TIMBAÚBA

§ 18. — *Estações da Estrada de Ferro.* — A seguinte lista contém as estações com as distancias e altitudes:

Kilometros	ESTAÇÕES	*Altitude em metros*
0.000	Brum	1,24
3.150	Encruzilhada	4,04
6.550	Officinas	10,04
13.750	Macacos	47,24
18.376	Camaragibe	35,24
25.175	S. Lourenço	31,24
20.120	Tiuma	44,24
33.000	Santa Rita	53,94
48.822	Pau d'Alho	69,54
59.875	Carpina	182,64
67.243	Tracunhãem	90,74
72.944	Nazareth	57,84
80.000	Junco	.....
84,144	Lagôa Secca	46,24
91.244	Barauna	73,64
97.244	Alliança	59,24
107.600	Pureza	70,24
118.000	Timbaúba	100,74

§ 19· — *Topographia e affloramentos de rochas adjacentes ás estações.* — O ponto inicial da *Great Western of Brazil Railway* (1), no Recife ou Pernambuco, é no Brum, proximo ao velho forte hollandez entre as cidades do Recife e Olinda; Brum acha-se num banco de areia que se eleva pouco mais dum metro acima da prea-mar (2); a terra é baixa, arenosa e rasa do Brum até a Encruzilhada, 3 kilometros alem; dous e meio kilometros adiante da Encruzilhada o eixo da via-ferrea chega ao sopé das collinas terciarias de rochas sedimentares intensamente coloridas; em Arrayal as collinas a léste e ao norte da Estrada elevam-se de 30 a 50 metros acima da baixa planice costeira; cerca dum kilometro e meio alem (3) do Arrayal a Estrada deixa a planice e sóbe, atravez de muitos córtes nas tenras jazidas terciarias parcialmente coloridas; as rochas que affloram nestes córtes são vermelhas, brunas, purpureas, amarellas, cinzentas, brancas e mescladas; as jazidas são approximadamente horizontaes e os seus materiaes são principalmente sedimentos muito finos contendo aqui e alli grosseiros seixos rolados.

Na estação de Macacos (kilometro 137) a altitude da Estrada é de 47 metros e o grande córte junto á estação tem 20 metros de profundidade, todo elle em jazidas terciarias parcialmente colloridas; estas jazidas foram examinadas em busca de fosseis, mas nenhum foi encontrado.

Convem mencionar em connexão com isto que o reservatorio d'agua em Dous Irmão, ao noroéste da cidade do Recife, acha-se sobre uma destas collinas terciarias e

---

(1) O autor confessa a sua profunda gratidão á directoria desta companhia de Estrada de Ferro, pelo transporte gratuito delle e de cinco ajudantes e por todas as cortezias e attenções que contribuiram para augmentar o prazer e o interesse da excursão.

(2) As altitudes, que me foram amavelmente fornecidas pelo Sr. John A. Lorimer, da Estrada de Ferro, referem-se ao *bench-mark* do Arsenal de Marinha, no Recife; esta estação consta achar-se a $8^{m},76$ do nivel da prea-mar; todas as altitudes referem-se á prea-mar subtrahindo-se $8^{m},76$ das altitudos usadas pela Estrada de Ferro.

(3) Estas notas são escriptas como tendo sido tomadas na excursão para o interior: « alem » dum ponto dado; portanto, indicam sempre sitios ao longo da linha da Estrada afastando-se do seu ponto inicial no Recife.

que o cimo desta mesma collina está a 81 metros acima do nivel do mar.

Os córtes em Macacos e suas proximidades têm dado muito trabalho á companhia da Estrada de Ferro devido aos desmoronamentos que com frequencia occorrem durante a estação chuvosa; as camadas brancas são especialmente susceptiveis de causar estes desmoronamentos; isto é devido ao facto de serem estas jazidas brancas principalmente do kaolim depositado pelos feldspathos decompostos das rochas crystallinas subjacentes; quando este kaolim humedece-se torna-se excessivamente escorregadio.

Cerca de meio kilometro alem de Macacos, onde a erosão cortou fundo nas jazidas terciarias, o granito subjacente afflora em pedaços; um kilometro alem de Macacos o granito (ou gneiss) afflora junto ao leito da Estrada de Ferro.

Os affloramentos das antigas rochas crystallinas mostram que a sua superficie superior é inteiramente desigual porquanto os sedimentos terciarios affloram em muitos lugares tanto em altitudes menores como maiores do que os granitos.

Em Camaragibe (kilometro 183; altitude 35m,24), ao norte do leito da linha e meio kilometro alem da estação afflora granito. O terciario continúa até um pouco adiante deste ponto, apesar de ser mais ou menos fragmentado ao norte de Camaragibe. A Estrada de Ferro penetra no valle do Rio Capibaribe em Camaragibe e acompanha o até Pau d'Alho; é digno de nota que a linha ferrea, em vez de subir o valle do Capibaribe, deixe a planicie atravez da qual este rio vae desaguar no Oceano, transponha por meio de córtes dispendiosos o divisor das aguas em Macacos (altitude 47m,24) e desça de novo para o Capibaribe em Camaragibe (altitude 35m,00); inquirindo da razão disto fui informado de que a Estrada de Ferro deixou de ser construida atravez da garganta junto a Apipucos em consequencia da natureza apaúlada e esponjosa do sólo que fórra este valle.

Um kilometro aquem de S. Lourenço ha terraços ao longo de ambas as margens do Rio Capibaribe que se elevam cerca de 10 metros acima do nivel medio das aguas; estes terraços são visiveis na distancia de tres ou quatro

kilometros ao longo do rio, em cujo leito, em muitos pontos as rochas affloram perfeitamente.

De S. Lourenço rio acima, as rochas que affloram no leito do mesmo, na extensão de alguns kilometros, são gneisses ; em S. Lourenço o gneiss é cortado por um dique de granito (pegmatite).

Cerca de 200 metros alem da estação de Tiúma a via-ferrea atravessa gneiss decomposto numa profundidade de quasi 20 metros ; aqui e alli jazem, por entre a massa decomposta, pedaços arredondados (esfoliados) da rocha inalterada ; este córte tem cerca de 150 metros de extensão. Proximo á crista do talude corre uma camada delgada de seixos rolados acompanhando o contorno das collinas.

Em Santa Rita, S. Severino e Pau d'Alho as rochas crystallinas affloram perfeitamente no leito do rio ; abaixo da ponte de Pau d'Alho os schistos decompuzeram-se no lugar e apresentam as mesmas côres vivas que se encontram nos sedimentos terciarios ; alem de Pau d'Alho o pendor das collinas é mais suave, os valles mais largos e os divisores das aguas mais distantes uns dos outros. Nas collinas entre Pau d'Alho e Carpina (cerca de 3 kilometros ao sul de Carpina) as rochas crystallinas decompostas acham-se cobertas duma tenue camada de argilla vermelha, proximo a cuja base existe uma faxa de seixos rolados misturados com fragmentos angulares e subangulares de gneiss. Em todos os casos observados estas faxas de seixos acompanham o contorno das collinas e jazem a 2 metros da superficie do sólo ; em alguns sitios — não no topo das collinas— os seixos rolados acham-se a 5 metros da superficie do sólo. Carpina (kilometro 59,8), cumpre notar, é o ponto culminante do traçado da Estrada de Ferro (182^{m},00) e acha-se sobre o divisor das aguas do Capibaribe e do rio Goyanna. Olhando-se de Carpina para o norte as montanhas apresentam no horizonte um contorno serrilhado ; para o nordéste são menos accidentadas, emquanto que para o sudéste a linha do horizonte é perfeitamente unida ; a léste de Carpina, cerca de 3 kilometros, ha um pico elevado que domina toda a região adjacente.

Entre Tracunhaem (kilometro 67,2) e Nazareth affloram junto ao leito da Estrada de Ferro gneisses e algum

granito, mas, não se encontram no sólo seixos rolados; na estação de Nazareth (kilometro 72,9) o gneiss apresenta-se enrugado e decomposto. No ponto de parada do Junco, entre Nazareth e Lagôa Secca, as rochas decompostas têm antes o aspecto de schistos do que de gneisses; um dos córtes tem perto de 20 metros de profundidade e as rochas decompostas são na maioria vermelhas. Cerca de 150 metros alem da estação de Lagôa Secca (kilometro 84,1) afflora no fundo dum córte uma estreita faxa de seixos rolados.

Na estação de Barauna (kilometro 91,2; altitude 73m,60) as rochas são schistos; nos córtes situados 300 metros alem da estação os schistos acham-se profundamente decompostos e faxas de seixos rolados passam atravez da densa argilla e das areias que cobrem as rochas decompostas no lugar; dous ou tres kilometros alem da estação estas argillas e areias tem de 6 a 10 metros de espessura, quando expostas nos córtes, e faxas de seixos, alguns com 20 centimetros de diametro, atravessam em linha recta as collinas; estas faxas de seixos provêm de veios de quartzo que penetram os schistos nesta parte da linha ferrea.

Na estação de Alliança (kilometro 97,2; altitude 59,2) as rochas consistem novamente de schistos crystallinos ou gneiss decompostos e em parte cobertos de seixos rolados de quartzo: estes schistos contem muita mica. De 200 a 300 metros alem de Alliança affloram num córte, 7 ou 8 metros acima do nivel do rio, seixos rolados de quartzo de 10 centimetros de diametro.

Em Pureza (kilometro 107,6; altitude 70m,20) ha schistos crystallinos decompostos e alem da estação as rochas não decompostas affloram no leito do rio. Um kilometro alem de Pureza ha seixos rolados ao nivel do leito da linha, e em Timbaúba (kilometro 118,0; altitude 100m,70) affloram grandes seixos rolados de quartzo junto e a oéste da estação da Estrada de Ferro; alguns destes seixos tem 20 centimetros de diametro e são tanto subangulares como arredondados; as rochas em Timbaúba são ou schistos crystallinos ou gneisses.

A estação terminal da Estrada de Ferro em Timbaúba acha-se no divisor das aguas dos rios Goyanna e Parahyba; a região circumvisinha é accidentada, mas as en-

costas são em geral suaves e muitas dentre ellas acham-se cobertas até o cimo de campos cultivados. Não dispuzemos de tempo sufficiente para subir ás mais altas collinas; vistas da povoação muitas parecem se erguer a uma linha de horizonte unida, cem metros acima da estação, emquanto que aqui e alli se levantam sobre ellas alguns picos mais altos.

São tão pouco conhecidas as aguas do Brasil que julguei util reproduzir aqui uma analyse a que mandou proceder a directoria desta Estrada de Ferro das aguas colhidas em cinco pontos differentes ao longo da linha. Estas analyses foram feitas no intuito de verificar o seu prestimo para a alimentação das caldeiras das locomotivas mas contêm dados de muito interesse com relação á quantidade total dos solidos existentes nas aguas e indicam de certa forma o caracter destes constituintes. Estas aguas provêm de fontes proximas ás estações mencionadas na tabella.

ANALYSES PARCIAES DAS AGUAS AO LONGO DA LINHA DA GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY (1)

(Expressas em grãos por gallão)

	TIMBAUBA Kilm. 118; alt. 100 metros	PUREZA Kilm. 107; alt. 70 metros	JUNCO Kilometro 80	NAZARETH Kilm. 73; alt. 57 metros	S. LOURENÇO Kilm. 25; alt. 31 metros
Total dos solidos.	82,39	24,01	49,35	60,34	19,39
Calcareo.....	7,30	3,10	5,66	5,26	3'00
Magnesia.....	4,40	0,40	2,20	4,30	0,42
Chlorina.....	43,56	11,16	16,20	27,72	8,28
Dureza total.....	26,30	6,58	16,50	21,80	6,58
» permanente	21,00	6,58	11,90	15,40	6,58
Gráo de dureza...	10,00	3.00	5,00	7,00	3,00

(1) A' gentileza do Sr. John A. Lorimer, chefe da locomoção da Estrada de Ferro, devo a communicação duma copia destas analyses.

Os factos de interesse geral revelados pela geologia ao longo desta Estrada de Ferro acham-se resumidos no § seguinte :

§ 20. — *Conclusões relativas á geologia ao longo da Great Western Railway.* — As jazidas terciarias, parcialmente coloridas, que constituem as collinas em volta da planice em que assenta a cidade do Recife, formam apenas uma estreita faxa no ponto em que são atravessadas pela *Great Western Railway*.

Estas jazidas terminam pouco alem de Macacos, de sorte que a sua faxa tem alli apenas de 12 a 15 kilometros de largura. As jazidas terciarias que affloram ao longo da Estrada de Ferro não contem fosseis ; mas, nas que lhes parecem ser identicas, comquanto menos decompostas, como em Olinda, existem fosseis marinhos que foram considerados pelo Professor Gilbert D. Harris, da Universidade de Cornell, como pertencendo ao terciario-eocene.(1) Os sedimentos terciarios foram depositados sobre uma superficie desigual de rochas crystallinas — granitos, gneisses e schistos.

As rochas crystallinas affloram junto á linha ferrea desde Macacos até Timbaúba, numa distancia de perto de 100 kilometros.

Para o interior dos principaes sedimentos terciarios as encostas inferiores das collinas acham se cobertas de seixos rolados ; mas estes seixos não foram observados em altitude superior á de pouco mais de 100 metros acima do nivel do mar.

As côres especiaes, caracteristicas das jazidas terciarias, foram algumas vezes observadas quando os antigos schistos crystallinos, gneisses, etc., estavam decompostos no lugar. Por isso é de suppor que algumas das colorações dos sedimentos terciarios sejam devidas á decomposição no lugar das rochas crystallinas, e que algumas das jazidas terciarias tenham portanto sido sempre vivamente coloridas : demonstra-o a area e o caracter das superficies parcialmente coloridas.

---

(1) E' possivel exista uma delgada jazida de cretaceo de permeio ao terciario e os schistos e granitos.

Ha um notavel contraste topographico entre a região dos sedimentos terciarios e a das antigas rochas crystallinas ; as tenras jazidas terciarias elevam-se a uma altura approximadamente plana e são rasgadas por valles ou gargantas estreitas, de encostas empinadas, e proximas, emquanto que na região das rochas antigas o contorno é mais arredondado, os valles mais amplos e os divisores das aguas mais afastados uns dos outros.

Duas instituições inglezas em Pernambuco

O CEMITERIO BRITANICO

E

O Templo Protestante

A abertura dos portos do Brasil a todas as nações amigas, por acto regio de 1808, foi de incalculaveis vantagens pela corrente de emigração que immediatamente affluiu para todo o paiz, e tratados posteriormente celebrados com algumas potencias estrangeiras, ainda mais concorreram para dar maior vulto a essas vantagens.

Particularisando o *Tratado de navegação e commercio* celebrado entre Portugal e a Inglaterra, e firmado no Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1810, é mister particularisar tambem os seus beneficios e immediatos resultados com relação a Pernambuco.

Effectivamente, já pelos annos de 1812, entre um grande numero de estrangeiros domiciliados no Recife, introduzindo novos uzos e costumes, principalmente no trajar, notavam-se os inglezes, com os seus estabelecimentos commerciaes representando grandes capitaes, exhi-

bindo artigos variados de todos os generos, e de uma completa novidade no mercado, concorrendo d'est'arte para o desenvolvimento do nosso commercio e augmento das rendas publicas.

Foram os inglezes, que nessa epocha introduziram em Pernambuco o uzo ordinario do chá da India em nossas mezas, até então vendido nas boticas como uma droga qualquer e applicado a uzos medicinaes.

Um criterioso viajante, Henrique Koster, que depois de uns dous annos de ausencia voltava de novo a Pernambuco nessa epocha, descreve o differente aspecto da cidade, o novo e elegante trajar, principalmente das senhoras, rompendo já com os antigos preconceitos que faziam do lar uma completa clausura, as novas e elegantes construcções urbanas, de par com as campestres com os seus jardins e pomares, as carruagens substituindo os vetustos palanquins ou cadeirinhas, e emfim, a animação e a vida impulsionadas pelos novos elementos de civilisação e progresso de recentissima introducção.

De par, porém, com todas essas manifestações de progressiva evolução social, notava-se comtudo, alguma cousa ainda de anormal, de consequencias de preconceitos religiosos, que urgia attender.

Não havia então cemiterios publicos, e os cadaveres eram inhumados nas igrejas, e conduzidos em procissões nocturnas, de um lugubre aspecto; mas esse uzo era privativo dos catholicos, de sorte que, os protestantes, fóra dessa communhão, eram sepultados em lugares indecentes e sem o menor respeito tributado aos mortos, apezar de, entre outras concessões estatuidas no citado Tratado, figurar uma, particularmente, garantindo proporcionar o governo lugares decentes e privados para semelhante fim.

De par com essa concessão, garantiu-se tambem aos subditos britanicos residentes nos dominios portuguezes a plenissima liberdade de consciencia e de religião, com as reservas porém, ditadas pelo decôro da religião do estado.

Foi portanto, em virtude desse accordo diplomatico entre a Inglaterra e Portugal, que erigiu-se em Pernambuco o Cemiterio Britanico, e posteriormente o templo protestante dos subditos inglezes, cujas instituições vamos particularmente estudar, servindo-nos em grande parte, de documentos officiaes, ineditos ainda.

CEMITERIO BRITANICO

Pelo artigo 12, *in fine*, do Tratado de Navegação e Commercio celebrado entre Portugal e a Inglaterra em 19 de Fevereiro de 1810, permittiu o governo portuguez, entre outras concessões feitas aos vassalos de S. M. Britanica, — « enterrar os que morressem nos territorios de S. A. R. o principe regente de Portugal, em convenientes lugares, que fossem designados para este fim, não se perturbando de modo algum, nem por qualquer motivo os funeraes ou as sepulturas dos mortos. »

Em virtude desta concessão, representou ao governo o embaixador inglez residente na côrte do Rio de Janeiro contra — « a pratica indecente que existia em Pernambuco de serem enterrados nas praias os vassallos britanicos da religião protestante que falleciam na capitania, e nos mesmos lugares em que eram sepultados os negros africanos não baptisados ; » — e requerendo se lhes destinasse um terreno para o estabelecimento de um cemiterio particular, determinou o governo por Aviso de 20 de Novembro de 1813 dirigido ao governador de Pernambuco, que — com toda a possivel brevidade mandasse proceder a escolha de um terreno adequado para aquelle fim, comprando-o a custa da real fazenda se por ventura não fosse já propriedade da mesma fazenda.

Dando o governador execução immediata á ordem recebida, escolheu um terreno que lhe pareceu mais conveniente, situado em Santo Amaro das Salinas, e de propriedade particular, porquanto pertencia ao patrimonio da capella vinculada da mesma denominação, fez a devida desapropriação, mandou-o demarcar em 1814 e o entregou ao consul inglez em Pernambuco ; e de tudo deu sciencia ao governo do Rio de Janeiro por officio de 20 de Outubro do mesmo anno. Entretanto não fez o governador a devida indemnisação ao proprietario do terreno cujo herdeiro ainda em 1855 a reclamava do corpo legislativo e não sabemos mesmo se foi ou não attendido.

O terreno media 120 palmos de frente sobre 200 de fundo e logo que o consul inglez entrou na sua posse, em 1814 mandou-o murar, e assim estabelecido o cemiterio começou desde logo a prestar-se aos fins da sua instituição.

Apparecendo, porem, em 1850 o terrivel flagello da

febre amarella que victimou a grande numero de estrangeiros, principalmente inglezes, reconheceu-se a necessidade de ser alargada a area do cemiterio, no que foi solicito, o Barão depois Conde da Bôa Vista, proprietario dos terrenos visinhos, fazendo cessão gratuita da parte que foi julgada necessaria para semelhante fim; e á tamanha gentileza responderam os inglezes residentes no Recife, representados por uma deputação, dirigindo-lhe a seguinte carta, a que deram publicidade no *Diario de Pernambuco* de 10 de Julho do mesmo anno:

« Illm. e Exm. Sr. — Os subditos britanicos residentes nesta cidade, representados pela deputação abaixo assignada, teem a honra de entregar a V. Exc. a presente carta, extremamente penhorados pela generosa doação que V. Exc. acaba de fazer-lhes do terreno contiguo ao Cemiterio Britanico em Santo Amaro, para que seja accrescentado aquelle em que actualmente se enterram os seus finados compatriotas; terreno esse que é tão extenso como aquelle que já os subditos britanicos possuiam por carta de doação do Rei o Sr. D. João VI, e que os abaixo assignados estavam decididos a comprar por todo o preço desde que appareceu nesta formosa cidade o terrivel flagello da febre amarella, que tão grande mortandade fizera entre elles. Assim, pois, veem hoje agradecer a V. Exc. do modo mais solemne, este espontaneo e claro testemunho de sua piedade christã para com todos os povos do mundo, e de affeição particular para com a nação britanica.

« Como se ainda não fossem poucos os actos de dedicação com que V. Exc. tornou o seu nome historico, quando por duas vezes se achou á frente da administração desta provincia, ainda V. Exc. depois de aliviado de tão grave e honrosa tarefa, continúa a fazer sentir a aquelles que a habitam, o benefico influxo de tal nome, sem distincção de seita nem de paiz.

« Digne-se V. Exc. acceitar esta confissão não suspeita dos abaixo assignados, e os votos que elles fazem pela prosperidade e merecida fortuna de V. Exc. a cuja pessôa Deus guarde por muitos annos.

« Illm. e Exm. Sr. Francisco do Rego Barros, Barão da Bôa Vista e Senador do Imperio.

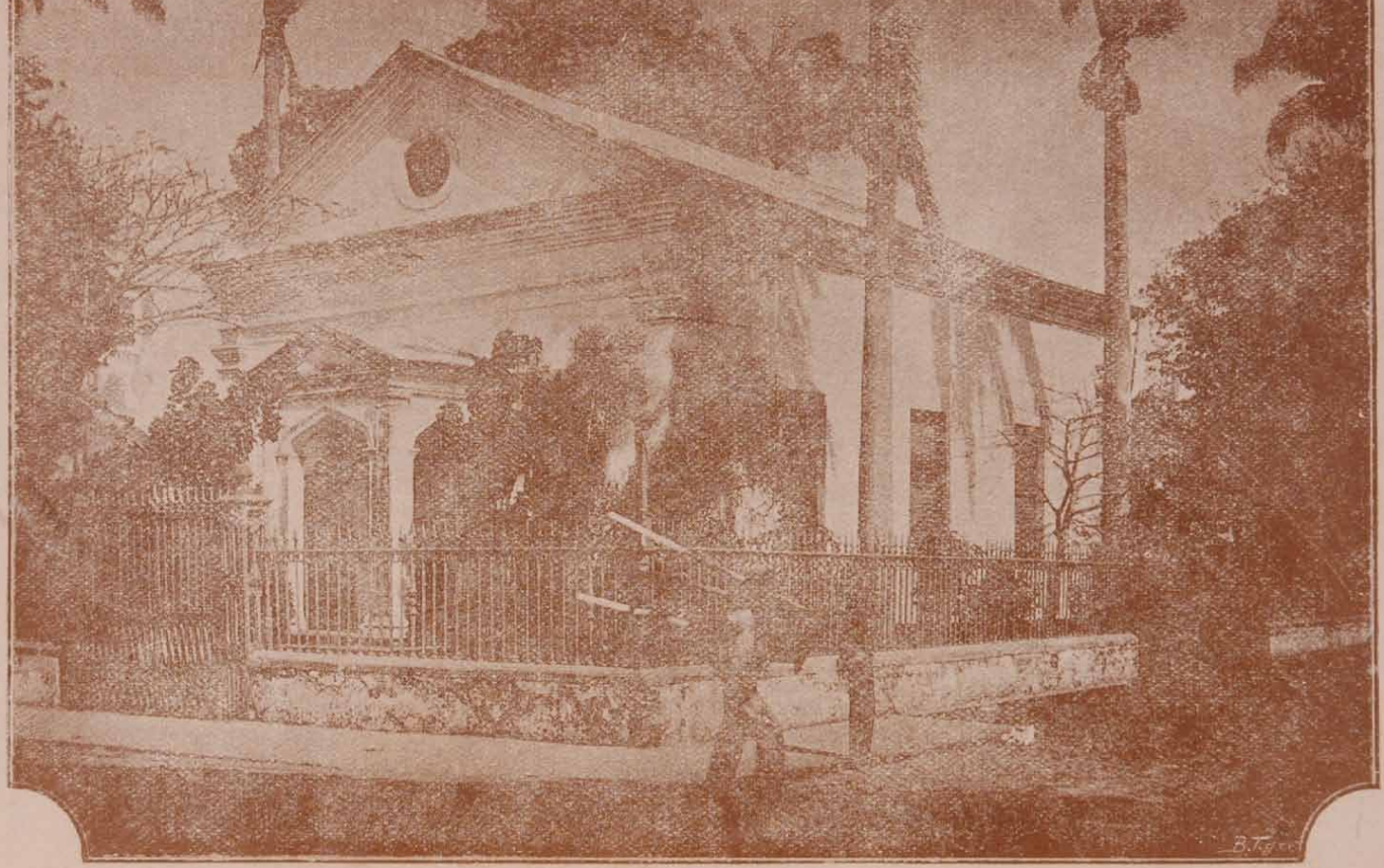
« Pernambuco, 3 de Julho de 1850. — *Edward Fenton*, — *A. S. Carbett*, thesoureiro do Cemiterio Britanico. — *C. A. Austin*, capellão. »

Com a acquisição desse terreno ficou o cemiterio com uma area duplamente maior do que a que tinha anteriormente, fez-se novo muro em volta, e collocou-se um elegante portão de ferro na frente, em cujas pilastras se vê em relevo a data —*Anno MDCCCLII*—. No centro do cemiterio se ergue uma capella octogonal para deposito dos cadaveres á sepultar-se, e em lugares distinctos campeiam varios mausoléos, alguns importantes e de bella apparencia, além das catacumbas dispostas em arruamentos arborisados.

Em um desses mausoléos, acaso o mais importante do estabelecimento, descançam as venerandas cinzas do illustre pernambucano o General José Ignacio de Abreu e Lima, em cujo cadaver vingaram-se os seus inimigos, conseguindo arrancar do Bispo Diocesano D. Francisco Cardoso Ayres uma ordem que negava-lhe um pedaço de terra no Cemiterio Publico do Recife, para o receber ; facto esse que repercutiu sob a mais desagradavel impressão, e deu lugar a uma grande polemica pela imprensa, agitada não só em Pernambuco, como no Rio de Janeiro, S. Paulo, e outras cidades.

Na face principal do monumento, que se acha situado logo á entrada do cemiterio, á esquerda da rua que vae do portão para a capella, se lê o seguinte epitaphio :

Aqui jaz
O cidadão brazileiro General
José Ignacio de Abreu e Lima
Propugnador esforçado da liberdade de consciencia
Falleceu em 8 de Março de 1869
Foi-lhe negada sepultura no Cemiterio Publico
pelo Bispo D. Francisco Cardoso Ayres
Lembrança de seus parentes



Templo Protestante em Pernambuco

A direcção do cemiterio está a cargo do Consulado Inglez, tendo porem um thesoureiro, que immediatamente superintende sobre a economia particular do estabelecimento.

TEMPLO PROTESTANTE

O artigo 12 do Tratado de 19 de Fevereiro de 1810, firmado entre Portugal e a Inglaterra, assegura aos subditos de S. M. Britanica residentes nas possessões portuguezas a plenissima liberdade de consciencia e de religião concedendo-lhes a faculdade — « para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do todo poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas particulares igrejas e capellas, que S. A. Real agora e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro dos seus dominios, comtanto porem, que as sobreditas igrejas e capellas serão construidas de tal modo que externamente se assemelhem a casas de habitação; e tambem que o uso dos sinos lhes não seja permittido para o fim de annunciarem publicamente as horas do serviço divino. »

De conformidade com esta concessão, e emquanto não se construia um edificio proprio para a celebracão dos actos da religião protestante, iniciou-se as praticas de seu culto em um predio particular situado na rua do Hospicio e precisamente o que tem hoje o n. 47, sob a capellania do Padre G. Tuckins, que foi o primeiro ministro da igreja anglicana em Pernambuco, e por muitos annos dirigiu o serviço do culto.

Resolvendo posteriormente os commerciantes inglezes residentes nesta capital construir um templo para a celebração dos actos religiosos conforme os usos e costumes da igreja protestante, e tratando-se da realisação dessa idéa, de conformidade com um plano adoptado, e reunido já o capital necessario, dirigiu o consul Henrique Augusto Cooper um officio ao presidente da provincia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, em 26 de Agosto de 1830, consultando-o se havia alguma objecção sobre esse particular, afim de dar-se começo ás obras de construcção da projectada igreja; ao que respondeu a presidencia no dia 28, scientificando que nenhuma duvida havia, uma vez

que se observasse as disposições do artigo quinto do Tit. I da Constituição Politica do Imperio, isto é, que o edificio não tivesse a fórma exterior de templo.

Apresentando o consul um projecto de edificio que pareceu á presidencia não satisfazer aquelle preceito constitucional, teve escrupulos em conceder a solicitada licença, e submettendo a questão ao conhecimento e resolução do governo imperial, baixou pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros um Aviso, firmado pelo ministro Francisco Carneiro de Campos em 13 de Novembro do mesmo anno de 1830, expedido ao presidente da provincia, communicando-lhe que — « tendo observado na respectiva planta que o edificio não tem cruzes nem campanario, houve Sua Magestade por bem determinar que se concedesse a necessaria licença, visto estar a pretenção conforme os preceitos constitucionaes. »

Em 7 de Janeiro de 1831 officia ao consul o presidente da provincia, transmittindo-lhe por copia o referido Aviso e scientificando-lhe, que em seu cumprimento e execução — podia levantar o edificio que se tinha projectado para celebração dos actos religiosos dos subditos da sua nação, — do que se deu por inteirado o consul, accusando a recepção do referido officio no dia 25 do mesmo mez.

Não obstante essa concessão, não se deu logo começo ás obras de construcção do templo, apezar de obtido já o terreno necessario, comprado em nome do governo britanico, porquanto em 25 de Setembro de 1835 officiava o presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque ao consul inglez Eduardo Watts, em resposta a um officio seu datado de 13 do mesmo mez, ractificando a concessão da licença para a construcção do edificio, e que nessa conformidade podia entender-se com a Camara Municipal sobre a demarcação do terreno e risco da obra; entretanto decorreram ainda mais de dois annos para, effectivamente dar-se começo á construcção do templo.

De um officio do consul Eduardo Watts dirigido ao presidente Francisco do Rego Barros em 19 de Dezembro de 1837, vê-se que sómente então tratou-se de dar começo ás obras de construcção do templo, o que effectivamente teve lugar logo depois, como consta de um outro officio do mesmo consul dirigido á presidencia em 8 de Janeiro de 1838, communicando-lhe que — « solicito em

dar principio a obra, se assegura, que as suas attenções não deixarão de promover a creação do edificio, cuja planta submettera a inspecção de S. Exc. na conferencia que tivera sobre esse particular. »

Lançaram-se, portanto, os fundamentos da construcção do templo em Janeiro de 1338, e concluido no anno seguinte, teve lugar a sua installação solemne pelo ministro protestante o padre Charles A. Austin.

O padre Austin, que por muitos annos dirigiu a capellania da igreja anglicana em Pernambuco, a contar de 1835, quando veio de Liverpool com sua mulher, tres filhos e um criado, a bordo da galera ingleza *Lady Starmont*, entrada no porto do Recife no dia 28 de Abril, com 45 dias de viagem, teve residencia permanente em um predio situado na travessa que vai do Caminho Novo para Fernandes Vieira; e da circumstancia da sua longa residencia nessa localidade, vem a denominação de *Beco do Padre Inglez*, que teve e é ainda vulgarmente mantida apezar de constituir hoje uma larga e extensa rua, e ter officialmente denominação diversa imposta pela municipalidade em 1898.

O Templo Protestante, ou *Igreja dos Inglezes*, como é vulgarmente conhecido, é situado na rua da Aurora, na esquina da rua Formosa, hoje do Conde da Bôa Vista, *inter muros*, isoladamente, cercado nas faces daquellas duas ruas por um elegante gradil de ferro sobre uma base de alvenaria e pedra, com dois portões de entrada em frente ao edificio.

E' de proporções regulares, e mede internamente 12 metros de largura sabre 17 de extensão, independente do santuario, que se abre ao fnndo, tendo dos lados duas sachristias.

No santuario, de uma bella pintura, e ladrilho de mosaico, fica ao fundo um altar, sobre o qual se ostentam umas allegorias de bôa pintura representando a *Agnus Dei* e os quatro Evangelistas; e aos lados, inscriptos em inglez em caracteres gothicos, o Decalogo e a Oração Dominical, sobre laminas metallicas, como são tambem aquellas allegorias: e no alto abre se uma alterosa janella, de vidraça colorida, formando no seu todo um bello conjuncto ornamental pelos seus caprichosos lavores, e sobre cuja archi-volta se lê esta legenda, em inglez, como que de

consagração do templo: — *Louvae á Deus neste santuario, na magestade do seu poder.*

A sala da oração, com o seu ladrilho de marmore branco, é bastante clara pela luz que recebe de oito grandes janellas, que são de um bello effeito pela sua vidraça colorida, e nas quaes se estampam, destacando-se das suas ornamentações, os Passos do Senhor, e alguns paineis de factos notaveis da sua vida.

No côro, com a sua varanda volteada, de balaustres de madeira envernisada, ostenta-se ao centro, sobre um cornijamento geral, que serve de base á mesma varanda, um escudo das armas reaes da Grã Bretanha, dourado e em relevo, figurando no laço em que se inscreve a legenda —*Dieu et mon droit*— a data de 1838, allusiva á construcção do templo; e em baixo do côro, e junto a uma das escadas de ascenção, está a pia baptismal, de marmore branco, é de um bello trabalho artistico pelos seus primorosos lavores em relevo.

A um lado do santuario ergue se o pulpito, isoladamente, de fórma octogonal, deixando ver em cada uma das suas faces lindas ornamentações de talha, e na propria côr da madeira de que é feita toda a peça. Foi construido em Pernambuco, e inaugurado em 1897, como se vê de uma inscripção em latim sobre uma placa de metal collocada na base da mesma peça.

No centro da entrada do santuario, e voltada para a sala de oração, ergue-se uma alterosa estante de latão polido, e de um primorosissimo trabalho de modelação e cinzel. Uma grande aguia, de azas distendidas e com as garras apaiadas sobre a parte superior da columna, é propriamente dita a estante, sobre a qual se vê uma Biblia *in-folio*, de primorosa edicção ingleza e luxuosa encadernação. Esta bella e importante peça, cujo custo attingiu a quantia superior a um conto de reis, foi offerecida em 1882 pelos filhos de David Willian Bowman e sua consorte Eliza Gilroy, em memoria de seus pais, como se vê de uma inscripção aberta no extremo superior da columna, sobre o qual a aguia se ostenta.

Nas paredes da sala de oração, e em altura superior, figuram varias placas de marmore branco com inscripções abertas, e algumas com brazões d'armas, em relevo, consagradas á memoria de pessoas notaveis da colonia ingleza

fallecidas em Pernambuco, quer particularmente, como bemfeitores da igreja, quer por outra ordem de serviços e distincções.

Destacamos, para figurar em primeiro lugar, a placa consagrada ao cavalheiro Eduardo Watts, consul da Inglaterra em Pernambuco, fallecido em 24 de Dezembro de 1840, cujo nome se acha intimamente ligado á historia da fundação do templo, porquanto, lhe coube na sua gerencia consular lançar os seus fundamentos em 1838, dirigir as obras da sua construcção, e solemnemente realisar a sua inauguração no anno seguinte; consignando então as demais inscripções consagradas á memoria de outras pessôas, nomeadamente, o bemfeitor Allan Hebbert fallecido em 1843; o vice-consul Joshua Goring, em 1850; o capellão Willian Ding, em 1893; Joseph How, mestre de capella, em 1901; o capellão W. E. Macray, em 1900; e o Dr. John Loudon, em 23 de Maio de 1843.

Deixamos para mencionar em ultimo lugar o nome do Dr. Loudon, porque a sua memoria é tambem digna de veneração entre nós, os pernambucanos, não sómente pelos serviços que prestou, zelosa e desinteressadamente, nos misteres da sua profissão de medico distinctissimo, como tambem na sua qualidade de homem de sciencia, porquanto a elle se devem as primeiras observações meteorologicas feitas nesta capital.

Essas observações comprehendem todo o anno de 1842 e os mezes de Janeiro a Março de 1843, attendem á humidade, pressão atmospherica, tempo e chuvas, e ventos reinantes, e tiveram logo publicidade nos *Annaes da Medicina de Pernambuco*, orgão de uma importante corporação medica então existente nesta capital.

Das observações meteorologicas do Dr. Loudon, fazem honrosas referencias e transcripções, J. M. Figueira de Mello no seu *Ensaio sobre a estatistica civil e politica da provincia de Pernambuco* e J. B. Fernandes da Gama nas suas *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*, cujo escriptor, consagrou em uma annotação estas palavras em tributo de reconhecimento e respeito á memoria do illustre madico: — « O Sr. Dr. Loudon já não existe! Uma terrivel enfermidade cortou-lhe a existencia; mas este honrado inglez, este medico habil, viverá por muito tempo

na memoria daquelles que conheceram e apreciaram suas estimaveis qualidades. »

O templo é de um só pavimento, e externamente de uma architectnra simples, mas bem disposto e construido; e no seu conjuncto geral, de um bonito aspecto, principalmente observado ao longe, destacando-se da arborisação e jardins que o contornam.

Dá entrada ao edificio um elegante portico, que assenta sobre degráos de pedra em suas tres faces, formadas por arcadas sobre pilastras, coroando a da frente um frontão triangular. Este portico é de construcção recente e em substituição do primitivo, cujo frontão assentava rectilineamente sobre duas calumnas de pedra.

O serviço religioso do templo é dirigido por um capellão, que é a unica autoridade ecclesiastica da religião protestante existente em Pernambuco, e a parte economica, por um thesoureiro e dous mordomos.

O ministro protestante tem tambem á seu cargo a capellania do Cemiterio Britanico.

Recife, Outubro de 1903.

F. A. Pereira da Costa.

NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA

POR

A. J. V. Borges da Fonceca

(CONTINUAÇÃO DO N. 58)

TITULO XI

DE CARVALHOS DE MEGAÓ

O tronco desta familia em Pernambuco foi Fernão Carvalho de Sá, natural da aldêa Galega, o qual era sobrinho de Raphael de Carvalho, o velho, pai de D. Anna de Carvalho, mulher de Jorge Homem Pinto. Viveu o dito Fernão de Carvalho na capitania de Itamaracá, onde foi senhor do engenho de Megaó; e na mesma capitania casou nobremente com D. Brites Lins de Albuquerque, filha de Arnáo de Vasconcellos de Albuquerque e de sua mulher D. Maria de Oliveira, de quem Arnáo de Vasconcellos foi primeiro marido. (Vide titulo de Olandas.)

Deste matrimonio nasceram:

Barlholomeu Lins de Oliveira, que continúa.

José de Sá de Albuquerque, adeante.

Fernão Carvalho de Sá de Albuquerque, que casou duas vezes; a primeira com D..... ... . filha

de João Cavalcante de Albuquerque, Fidalgo da Casa Real e professo na Ordem de Christo e Senhor do Engenho de Santa Anna, e de sua mulher D. Maria Pessôa. (Vide titulo de Cerqueiras Cavalcantes.) Deste matrimonio não houve successão nem do segundo que contrahio com D. Agueda de Barros, irmã de Manoel da Fonceca Rego e do Vigario Francisco da Fonceca Rego, filhos de Antonio da Fonceca Rego e de sua mulher Maria Ganes. (Vide titulo de Catanhos.)

Diogo Carvalho de Sá de Albuquerque, adeante.

Clemente de Sá de Albuquerque, que casou com D. Juliana Catanho, filha de Christiano Paulo, natural da Allemanha, e de sua mulher..... .... (Vide titulo de Catanhos.) Não tiveram successão.

D. Angela Lins de Albuquerque que casou com Antonio Cavalcante de Albuquerque, Senhor dos Engenhos do Taipú, Popi e do Meio, na Parahyba, filho de Manoel Cavalcante de Vasconcellos e de sua mulher D. Ignez Francisca de Albuquerque. (Vide titulo de Cerqueiras Cavalcantes.)

D. Brites de Albuquerque mulher de Pedro Marinho Falcão, filho de Leão Falcão de Essa e de sua 3ª mulher D. Joanna de Castro Barbosa. (Vide titulo de Marinhos.) Deste matrimonio não houve successão.

D. Joanna de Sá, que casou com o Capitão Leandro Bezerra Cavalcante, filho de Cosme Bezerra Monteiro e de sua mulher D. Leonarda Cavalcante de Albuquerque. (Vide titulo de Felpas de Barbudas.)

Bartholomeu Lins de Oliveira, que foi Senhor do Engenho de Abiai; casou com D. Bernarda de Albuquerque filha de Manoel Cavalcante de Vasconcellos e de sua mulher D. Iguez Francisca de Albuquerque. (Vide titulo de Cerqneiras Cavalcantes.)

Deste matrimonio nasceram:

Leonardo de Albuquerque Cavalcante, que continúa.

D. Maria Lins de Albuquerque, adeante.

D. Ignez Lins de Albuquerque, que casou com seu primo o Tenente Coronel Francisco Cavalcante de Albuquerque, filho do Capitão Leandro Bezerra Cavalcante e de sua mulher D. Joanna de Sá. (Vide titulo de Bezerras Felpas de Barbudas.)

Leandro de Albuquerque Cavalcante, que foi Senhor

do Engenho do Abiai, onde vivia velho em 1755. Casou com D. Joanna de Barros, filha de Christiano Paulo, natural da Allemanha e de sua mulher..... .....
(Vide titulo de Catanhos.)

Deste matrimonio foi filha unica:

D. Bernarda de Albuquerque; casou com o Capitão Estevão de Castro Rocha, filho de D. Maria Lins de Albuquerque, casou e foi segunda mulher do Tenente-coronel Cosme Alves de Carvalho, Senhor do Engenho de Callogi, filho de Manoel Carvalho Fialho, que foi Capitão-mór da Capitania de Itamaracá e Capitão-mór Governador da Capitania de Sergipe de El-Rey; proprietario do Officio de Meirinho geral de Pernambuco, e de sua mulher D. Catharina de Senna, filha de Gaspar Vaz e de sua mulher Maria de Sobral.

Do referido matrimonio nasceram:

Luiz Alves de Carvalho, que continúa.

D. Bernarda Lins de Albuquerque, casou com Pedro da Cunha Pereira, filho do Tenente-coronel Domingos Gonçalves e de sua mulher D. Leonor da Cunha Pereira.
(Vide titulo de Olandas.)

Luiz Alves de Carvalho.

José de Sá de Albuquerque, que foi Senhor do Engenho de Megaó; casou com D. Maria da Fonceca Christiana, filha de Christiano Paulo, natural da Allemanha, e de sua mulher... ....
(Vide titulo de Catanhos.)

Deste matrimonio nasceram:

Lourenço de Sá de Albuquerque, que foi Clerigo Presbytero.

Antonio de Sá de Albuquerque, que continúa.

D. Anna de Albuquerque, que continúa.

Antonio de Sá de Albuquerque, que continúa.

D. Anna de Albuquerque, adeante.

Antonio de Sá de Albuquerque, que viveu sempre no Engenho de Megaó e foi Coronel do Regimento de Cavallaria da Capitania de Itamaracá. Consta do seu testamento que foi feito em Tijucupapo a 12 de Janeiro de 1734 e se acha no Cartorio dos Residuos do juiso ecclesiastico, que foi casado com D. Joanna de Ornellas (a qual foi filha de ....) que della

deixara cinco filhos, tres machos e duas femeas e a mulher peijada, e são elles os seguintes :

D. Anna de Albuquerque ; casou duas vezes, a primeira com Balthazar de Ornellas, filho de Balthazar de Ornellas Valdeveso, natural da Ilha da Madeira, das principaes familias de lá (o qual falleceu em Goyanna, servindo de juiz ordinario e onde tambem foi ouvidor) e de sua segunda mulher D. Maria de Castro, filha de Manoel Pinto da Fonceca, e a segunda com João Leitão Mello, filho de Christovão Vieira de Mello e de sua mulher D. Ursula Leitão. (Vide titulo de Novos). Deste matrimonio não houve successão e do primeiro nasceram :

José Ornellas, que continúa.

D. Maria Ornellas, que casou com Christovão Vieira de Mello, e de sua mulher D. Ursula Leitão. (Vide titulo de Novos.)

José Orneilas, que vive no Recife, casou com D. Marianna de Andrade Bezerra, filha de Francisco da Rocha Bezerra e de sua mulher D. Leonor da Cunha Pereira. (Vide titulo de Mellos da casa do Trapiche do Cabo.)

Deste matrimonio nasceram :

Cosme da Rocha Bezerra, que foi Capitão-mór da villa de Iguarassú, onde casou com D. Josepha Vieira, filha de Christovão Vieira, Senhor do Engenho da Piedade e de sua mulher D. Ursula Leitão. (Vide titulo de Novos.) Não teve filhos.

Fernão Carvalho de Sá e Albuquerque, que continúa.

Diogo Carvalho de Sá e Albuquerque, adeante.

D. Leonor da Cunha Pereira, que casou com o Tenente-coronel Domingos Gonçalves Freire, filho de Christovão de Olanda Cavalcante e de sua mulher D. Anna de Azevedo. (Vide titulo de Olandas.)

D. Marianna de Andrade Bezerra, que casou com o Coronel Antonio Coelho Catanho, filho de D. Joanna de Sá e Albuquerque que casou com Fernão de Souza Falcão filho de João Cezar Falcão e de sua mulher D. Maria Borges Pacheco. (Vide titulo de Marinhos.)

D. Joanna..... outra que foi segunda mulher do dito João Cezar Falcão, pai de Fernão de Souza, que casou com a outra irmã do mesmo nome, o qual João Cezar foi filho de Fernão de Souza Falcão e

de sua mulher D. Antonia Bezerra. (Vide titulo de Marinhos.)

Fernão Carvalho de Sá e Albuquerque, casou com D. Bernarda Carvalho de Sá e Albuquerque, filha de Christovão de Olanda Cavalcante e de sua mulher D. Anna de Azevedo. (Vide titulo de Olandas.)

Deste matrimonio nasceram :

Francisco Cavalcante, que mora no Pasmado e quando esteve no Ceará casou com D. Izabel de Freitas, filha do Tenente-coronel Francisco Cabral Marecos e de sua mulher Maria Cabral. (Vide titulo de Olandas S. G.)

Fernão Carvalho de Sá e Albuquerque, que tambem mora no Pasmado e não tenho noticia do seu estado. Casou com D. Bonifacia..... do Engenho de D. Marianna Cavalcante de Sá e Albuquerque, que casou na Capitania do Ceará com o Coronel José Bernardo Uchôa, filho do Coronel Antonio Fernandes da Piedade e de sua mulher D. Marianna de Souza Uchôa. (Vide titulo de Uchôas.)

D. Clara de Sá Cavalcante, que tambem casou no Ceará com o Sargento-mór Ignacio de Souza Uchôa, filho do dito Coronel Antonio Fernandes da Piedade, e de sua mulher D. Marianna de Souza Uchôa. (Vide titulo de Uchôas.)

D. Anna Cavalcante de Albuquerque, que casou na Ribeira de Acaracú com o Commissario geral Domingos Alves Ribeiro, natural do reino. Tem mais filhos e entre elles tres de D. Bernarda Cavalcante, mulher de Bento Pereira Vianna Mestre de Campo do Terço de infanteria auxiliares da Ribeira, com filhos bastantes.

Diogo Carvalho de Sá, casou com D. Izabel Cavalcante, filha de Christovão de Olanda Cavalcante e de sua mulher D. Anna de Azevedo. (Vide titulo de Olandas.)

Deste matrimonio nasceram :

Antonio de Olanda Cavalcante, que continúa.
Christovão de Olanda.
D. Thereza.....
D. Lourença.....

Antonio de Olanda Cavalcante, que vivia na Varzea na campina de Santo Antonio, casou com D. Francisca..... filha de Simão Pitta.

TITULO XII

DE CATANHOS

João Gomes Catanho, cavalheiro da Ordem de Christo que foi capitão na guerra dos Olandezes. SG.

Antonio Gomes Catanho, tambem cavalheiro da Ordem de Christo, e sem geração.

Manoel de Barros Rego, que vivia em Olinda no anno de 1661, como consta do termo de Irmão da Misericordia, que assignou a 4 de Agosto do dito anno, e não tenho delle outra noticia.

Maria Gomes Catanho, que continúa.

D. Agueda de Barros, adeante.

D. Maria Gomes Catanho, casou com Antonio da Fonceca Rego e deste matrimonio nasceram:

Manoel Francisco Rego, que continúa.

Francisco da Fonceca Rego, Clerigo Presbytero que foi conego da Sé de Olinda e era Mestre Escola a 26 de Julho de 1635, dia em que assignou termo de Irmão da Misericordia de Olinda, e tambem foi vigario geral do Bispado, passando depois a vigario collado da villa do Recife. Falleceu desgraçadamente na noite de vespera de Santa Catharina, do anno de 1774 ou 75, pouco mais ou menos, no incendio que fez um foguete, que entrou casualmente em sua casa.

N..... adeante.

D. Agueda de Barros que foi segunda mulher de Fernão Carvalho de Sá e Albuquerque, filho de Fernão Carvalho de Sá e de sua mulher D. Brites Lins de Albuquerque. (Vide titulo de Carvalhos de Megaó.) Não tiveram successão.

Manoel Fonceca Rego, que foi Senhor do Engenho dos Guararapes, casou e foi primeiro marido de D. Maria de Mello, filha de Pedro Marinho Falcão, Mestre de Campo de Auxiliares, e de sua mulher D. Brites de Mello em titulo de Marinhos.

Deste matrimonio nasceram:

João da Fonceca Rego, cavalheiro da Ordem de São Bento de Aviz; Senhor do Engenho dos Guararapes.

D. Brites..... que não casou.

D. Brites Maria de Almeida.

N..... casou com Christovão Paulo, natural da Allemanha, que foi Senhor do Engenho Abiai e tiveram :

D. Joanna de Barros, que casou com Leonardo de Albuquerque Cavalcante, filho de Bartholomeu Lins de Oliveira e de sua mulher D. Bernarda de Albuquerque. (Vide titulo de Carvalhos de Megaó.)

D. Maria da Fonceca Christiana, que casou com José de Sá de Albuquerque, filho de Fernão Carvalho de Sá e de sua mulher D. Brites Lins de Albuquerque. (Vide titulo de Carvalhos de Megaó.)

D. Juliana Catanho, mulher de Clemente de Sá de Albuquerque.

TITULO XIII

DA FAMILIA DOS TENORIOS

Esta familia principiou em Pernambuco no anno de 1613, no qual passou a Pernambuco as suas heranças D. Luiz Lopes Tenorio, nobre hespanhol natural de Sevilha. Trouxe em sua campanhia a dous irmãos e um sobrinho, os irmãos João Ramires Tenorio, Conego do Monte Santo de Granada e Simão Lopes Tenorio, Clerigo e o sobrinho se chamava João Tenorio de Molina, e como este casou e tem descendencia nesta Capitania, faremos della titulo que será o..... e neste continuaremos só a descendencia de D. Luiz Lopes Tenorio.

Quando D. Luiz Lopes Tenorio veio a Pernambuco era casado em Sevilha e já tinha tido os filhos que adeante nomearemos, e retirando-se para a Bahia na occasião da entrada dos Olandezes, com animo de passar á Hespanha, falleceu naquella cidade onde jaz sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Graça de Monges Benedictinos, a que deu grossas esmolas. Foi sua mulher D. Luiza Tenorio, sua prima, filha de Simão Lopes de Granada, que era primo de João Ramires Tenorio, jurado de Granada. E deste matrimonio de D. Luiz Lopes Tenorio com D. Luiza Tenorio sua prima, nasceram os filhos seguintes, como consta de um iivro que conservo, de sua propria lettra.

D. Manoel Tenorio, que continúa.

D. Maria, que nasceu em Sevilha a 28 de Julho de 1604 e morreu dentro em poucos dias.

D. Brites Maria que nasceu em Sevilha a 4 de Agosto de 1605 e passou a Pernambuco no anno de 1681 a herança de seu pai em companhia de sua cunhada D. Maria Peres de Figueirôa, falleceu solteira nesta villa do Racife de Pernambuco.

José, que nasceu em Sevilha a 8 de Dezembro de 1608 e morreu dentro em onze dias.

D. Manoel Tenorio, viveu sempre em Sevilha, sua patria e delle não temos mais noticia que a de haver sido administrador e fiel de pagador geral das Armadas.

Fulano Henriques, casou com D. Marianna Peres de Figueirôa, natural da villa de Asnalcaser, baptisada na freguezia de S. Paulo, cinco leguas de Sevilha, filha de Francisco Peres de Figueirôa, irmão de D. Jeronymo Peres, Bispo de Quito, do P. Christovão Peres, que foi Provincial da Companhia de Jesus, na Provincia de Castella ou Anhalaria e de L. Antonio Peres, que foi consultor do Santo Officio em Sevilha e foi casado e teve filhos, morava na rua de Catalanos, e de outro que foi Conego da Sé de S. Salvador, e de D. Catharina Holgado, Infante de Lara; e deste matrimonio de D. Manoel Tenorio com D. Marianna Peres de Figueirôa, nasceram os filhos seguintes, como consta do mesmo livro:

D. Luiza Marcelina, que nasceu em Sevilha a 2 de Junho de 1662, casou em Sevilha, e não temos noticia da sua descendencia.

D. Catharina, que nasceu em Sevilha a 29 de Outubro de 1663 e morreu menina.

D. Brigida Francisca, que nasceu em Sevilha a 10 de Outubro de 1665, casou em Sevilha e della não temos mais noticia do que a de se achar viva no anno de 1715 quando se foram fazer as diligencias para o Senhor Antonio Borges da Fonceca ser Familiar do Santo Officio e vivia em Marchena em companhia de seu filho D. Thomaz Ignacio de Reina, parocho da dita Igreja de Marchena.

D. Joanna Maria Tenorio, que continúa.

D. Rosa Fernandina Lourença Tenorio § 5º.

D. Joanna Maria Tenorio, nasceu em Sevilha a 24 de Janeiro de 1667, foi baptisada na Igreja da Santa Cruz. Passou a Pernambuco no anno de 1681, em companhia de sua mãi D. Marianna Peres de Figueirôa e de sua tia D. Brites Maria, a cobrar as heranças que haviam ficado de

seu avô D. Luiz Lopes Tenorio, que por causa das guerras da acclamações de El-Rey D. João o 4º se não haviam podido cobrar antes; casou em Pernambuco com D. Francisco Ponce de Leon hespanhol illustrissimo que tambem havia vindo a Pernambuco por conta destas heranças, e por este casamento foi Senhor do Engenho Maranhão na freguezia de Ipojuca. Não sabemos de onde era natural e de quem era filho D. Francisco Ponce de Leon; mas das inquirições que vieram de Castella para seu filho Felix Xavier ser religioso da Campanhia de El-Rey, ha de constar.

Falleceu o dito D. Francisco Ponce de Leon em Lisbôa a 16 de Junho de 1722 e do seu matrimonio com D. Joanna Manoella Tenorio, nasceram os filhos seguintes:

D. Maria Benedicta Ponce de Leon, que continúa.

D. Candida Rosa Tenorio que casou com o Sargento mór de Infanteria Pedro de Moraes Magalhães, sobrinho do Governador Antonio Borges da Fonceca, e da sua descendencia diremos no titulo.

D. Felix Gabriel Ponce de Leon, que nasceu a 14 de Março de 1695. Entrou religioso da Companhia de Jesus no anno de 1712 e na dita religião se chama Felix Xavier Artos no collegio da Bahia e Theologia no do Rio de Janeiro; foi secretario da Provincia do Brasil e no presente anno de 1748 acabou de Reitor do collegio do Seminario de Belem.

D. Leonidas, que nasceu a 15 de Junho de 1697 e morreu a 24 de Dezembro do mesmo anno.

D. Marianna, que nasceu a 12 de Fevereiro de 1633 e morreu a 13 de Setembro de 1760.

D. Maria Benedicta Ponce de Leon, nasceu a 21 de Fevereiro de 1691, casou a 24 de Setembro de 1715 com Carlos Pereira de Burgos, então Alferes ou Ajudante de Infantaria paga do Terço do Recife e hoje Sargento-mór da Comarca de Pernambuco, a que chamam vulgarmente de Estado.

O dito Carlos Pereira Burgos é natural de Lisbôa, irmão inteiro de Antonio Pinto Coelho, que foi Cavalheiro da Ordem de Christo, Familiar do Santo Officio e Official maior da Secretaria de Estado, filho de Antonio Pinto Coelho, proprietario de um officio no Thezouro, e de D. Helena Maria Baptista; e deste matrimonio de Carlos

Pereira Burgos com D. Maria Benedicta Ponce de Leon, nasceram os filhos seguintes:

D. Francisca Caetana Xavier, que morreu a 12 de Abril de 1716 e casou com Victorino Dias de Mello, como veremos no § 1º.

Antonio, que nasceu em 24 de Dezembro de 1717 e se chamou em estudante Antonio Manoel Felix Pereira de Burgos. Entrou na Religião da Companhia de Jesus em Outubro de 1733 e sahio em Dezembro de 1746. Assiste no presente anno de 1748 na Bahia, ordenado de Clerigo Presbytero e se chama como se havia chamado na religião Antonio Peres e Cardenas.

José Felix Pereira de Burgos, com quem se continúa.

D. Thereza, que nasceu a 29 de Janeiro de 1721 e falleceu menina.

Estanislau, que nasceu a 17 de Março de 1722 e falleceu menino.

D. Joanna Maria Tenorio, § 2º.

D. Helena Maria Baptista, § 3º.

D. Anna Maria Tenorio, que vive solteira neste anno de 1748.

Ignacio Francisco Xavier, que vive solteiro neste anno de 1748.

D. Rosa Maria Tenorio, § 4º.

José Felix Pereira de Burgos, que nasceu a 13 de Outubro de 1713; servio a El-Rei no presente anno de 1748. E' Ajudante de Infantaria do Terço pago da cidade de Olinda, casou com D. Francisca Xavier de Jesus Maria, que foi exposta e era viuva do cirurgião Manoel Luiz, e deste matrimonio tem nascido até o presente os filhos seguintes:

José Felix, que nasceu a 15 de Janeiro de 1747 e falleceu no mesmo anno.

José Pergentino, que nasceu a 15 de Maio deste anno de 1748.

Joaquim.....

Anna.....

Thereza .....

Carlos... .....

D. Francisca Caetana Xavier, filha do Sargente-mór Carlos Pereira de Burgos e de D. Maria Benedicta Ponce de Leon, casou com Valentim Dias de Mello, Capitão da

Ordenança e Cond. da freguezia de Mamanguape, e Secretario do Governo da Parahyba neste anno de 1748, irmão inteiro do Padre Bernardo Dias da Cunha, que é ao presente Capellão da Sé, e filhos ambos do Capitão Sebastião Dias de Abreu e de D. Helena da Cunha Bandeira ; e deste matrimonio tem nascido até o presente :

D. Helena da Cunha Bandeira, que nasceu a 15 de Junho de 1735 e casou com José de Mello Cezar e Andrada, Fidalgo da Casa Real.

D. Maria dos Prazeres.

Ignacio Dias de Mello, de quem foi padrinho e se baptisou a 31 de Julho de 1741.

José Dias de Mello, que nasceu a de.....

D. Joanna Maria Tenorio, nasceu a 1 de Junho de 1823, casou com Pedro José, natural de Lisboa, freguezia da Sé Velha, filho de..... .... e deste matrimonio tem nascido até o presente :

Francisco Xavier, que nasceu a 29 de Fevereiro de 1733.

José, que nasceu a 25 de Março de 1743 e morreu menino.

Antonio, que morreu menino.

Carlos, que morreu menino.

José Pedro, que nasceu a 18 de Janeiro de 1747.

Anna..... .... menina.

D. Helena Maria Baptista, filha 3ª do Sargento-mór Carlos Pereira de Burgos e de D. Maria Benedicta Ponce de Leon, casou com Florentino Velloso Monteiro, filho de Florentino Velloso Monteiro Capitão da Fortaleza de Nossa Senhora de Nazareth do Cabo de Santo Agostinho, e de D. Angela de Moura, e deste matrimonio e por fallecer a dita Helena, nasceu unicamente :

Antonio das Chagas, que é menino neste anno.

D. Rosa Maria Tenorio, filha 6ª e ultima do Sargento mór Carlos Pereira de Burgos e de D. Maria Benedicta Ponce de Leon ; nasceu a 22 de Março de 1732 ; casou com Lourenço Gomes, natural da Mata, que serve a El-Rey na Companhia de granadeiros do terço de Olinda, filho de Aleixo de Souza.

Lourenço. .....

Francisco .....
Josepha, que morreu menina.

D. Thereza, que nasceu depois da morte do pai.

D. Rosa Fernandina Lourença Tenorio, filha ultima de D. Manoel Tenorio e de D. Marianna Peres de Figuirôa nasceu em Sevilha a 10 de Agosto de 1671 e foi baptisada na freguezia da Cruz com o nome de Fernandina Lourença Rosa. Passou em companhia de sua mãi á esta Capitania no anno de 1681, ás heranças de seu avô D. Luiz Lopes Tenorio, como dissemos, e nesta Capitania casou e foi segunda mulher do Sargento-mór João Baptista Jorge, natural de Santa Catharina de Nogueira, do Conselho de Vinhao, arcebispado de Braga, filho de Domingos Jorge de Sá e de D. Maria Figueirôa, o qual por este casamento foi senhor do Engenho de Bertioga, na freguezia de Ipojuca e deste matrimonio do Sargento-mór João Baptista Jorge e de D. Rosa Fernandina nasceram :

N..... ..... que nasceu a 12 .....de 1694 e morreu menino.

D. Maria, que nasceu a 7 de Abril de 1696 e morreu menina.

D. Francisca Peres de Figueirôa, que nasceu a 7 de Abril de 1697 e casou em 7 de Janeiro de 1714 com o Governador Antonio Borges da Fonceca, Titulo 1º.

João Xavier, que nasceu a 20 de Dezembro de 1698 e entrou religioso da Companhia de Jesus, em cuja religião falleceu a 4 de Fevereiro de 1717.

D. Ignacia, que nasceu a 22 de Janeiro de 1701 e morreu menina.

D. Ignacia, que nasceu a 25 de Junho de 1704 e morreu menina.

José Xavier, que nasceu a 28 de Dezembro de 1705, entrou na Companhia de Jesus, onde leu Artes, no Collegio de São Paulo e ao presente lê Theologia no Collegio do Rio de Janeiro e é do 4º voto.

D. Ignacia Rosa Tenorio, que nasceu a 28 de Dezembro de 1707 e casou com o capitão Roque Antunes Correia. Titulo 2º.

Francisco Xavier e Ignacio, que morreram meninos.

TITULO XIV

DA FAMILIA DE MORAES MAGALHÃES

Esta familia é moderna em Pernambuco, onde principiou em Pedro de Moraes Magalhães, que no anno de 1713 veio em companhia de seu tio o Governador Antonio Borges da Fonceca.

Pedro de Moraes Magalhães é natural de Mogadouro, na provincia de Traz os Montes, arcebispado de Braga e das principaes familias daquella villa, filho de Pedro de Moraes Magalhães senhor de uma capella na dita villa de Mogadouro e de D. Izabel Velloso, irmã do Governador Antonio Borges da Fonceca de quem fallamos no Titulo 1°; neto por parte paterna de Gaspar de Aragão Cabral e de D. Clara de Moraes Magalhães.

Servio Pedro de Moraes em Catalanha em um dos regimentos da cavallaria, que militaram na guerra da grande liga de Carlos 6° imperador da Allemanha e 3° rei de Hespanha, e occupou os postos de alferes e tenente, assistindo em varios choques e batalhas e ficou prisioneiro na guerra de congiado (?), e feita a paz passou com licença de El-rei a servir em companhia de seu tio, na capitania de Pernambuco para onde, como vimos no titulo 1°, veio no anno de 1713 com o posto de Mestre de Campo do Terço pago de infanteria da cidade de Olinda, no qual declarou Pedro de Moraes praça de soldado, e depois de ser novamente alferes ajudante e capitão de infanteria do dito Terço de Olinda, passou ao posto de ajudante do tenente de Mestre de Campo General desta capitania, e no presente anno de 1748 é Sargento-mór do Terço pago de infanteria desta praça do Recife de Pernambuco. Casou com D. Candida da Rosa Tenorio, filha de D. Francisco Ponce de Leon e de D. Joanna Manoella Tenorio, de quem ácima fallamos no titulo 4° e deste matrimonio nasceram :

Francisco, que morreu menino.

Pedro de Moraes Magalhães, que nasceu a 15 de Setembro de 1720 e vive no presente anno de 1748, solteiro e servindo a El-rei com o posto de ajudante do n. do Terço de infanteria paga da cidade de Olinda.

D. Rosa Candida de Aragão, que nasceu a 4 de Junho

de 1722 e casou com Mathias Soares Teixeira, Mestre de Campo do Terço de auxiliares da capitania da Parahyba a 21 de Novembro de 1743, como veremos no titulo.

D. Joanna Izabel, que no presente anno vive solteira e muito virtuosamente.

Felix José de Moraes, ao presente Clerigo diacono.

Gonçalo Borges da Fonceca, Clerigo de menores.

D. Maria José de Moraes, de quem fui padrinho em Abril de 1730 e vive solteira.

José Ignacio de Moraes estudante e tonsurado.

D. Cecilia.

(Continúa.)

VIAGENS NO BRASIL

Provincias de Pernambuco, Ceará, Parahyba, Maranhão, etc.

Uzos e costumes dos habitantes desse paiz, por Henry Koster

Traduzidas para o francez por M A. Jay e do francez para o portuguez por Antonio C. de A. Pimentel, amanuense do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

Publicado em Paris em 1846. —1· volume.

(CONTINUAÇÃO DO N. 56)

CAPITULO VII

CONNINUAÇÃO DA VIAGEM. — DE AÇÚ A ARACATY. DE ARACATY AO CEARÁ. — OS INDIOS. — O ULTIMO GOVERNADOR. — A FAMILIA DOS FEITOSAS

A noite ajustei o aluguel de dous cavallos para me levarem ao Ceará e a um dos meus companheiros. Visitei de novo o Sr. Barroso áquem communiquei o meu projecto e que deu-me carta para uma pessôa que conhecia no Ceará fornecendo me ainda um guia para a viagem.

Promptos os cavallos parti alta madrugada acompanhado pelo guia de Goyanna e pelo que obtivera para o Ceará, o qual montava um cavallo que fôra incumbido de levar á cidade ; era um velho mêio tolo e bastante gaiato. Chamado o canoeiro para passar-nos não fomos ouvidos nem vistos por ser ainda escuro. Servimo-nos então de uma grande canôa que estava do nosso lado e que o guia

com a maior impericia impellio para o meio do rio onde encalhou, dando n'um banco de areia, porque o meu homem não conhecia bem o rio. Fomos forçados a despir parte da roupa e a entrar na agua para desencalhal-a. Conseguimol-o e, sãos e salvos, chegamos á margem opposta. Os cavallos amarrados aos lados da canôa, passaram o rio á nado ou tomando pé, conforme a profundidade d'agua.

A distancia do Aracaty á cidade de *Fortaleza do Ceará Grande*, é de trinta leguas de solo arenoso e coberto de capoeiras. Entretanto em algumas partes o matto é mais alto e mais fechado. Vimos tambem lindas *varzeas* ou terras baixas e alagadiças que estavam então sufficientemente seccas para serem cultivadas; eram as unicas de que se poderia esperar alguma lavoura; a região em geral é plana e o caminho as vezes se approxima do mar; mas em parte nenhuma chega até a praia. Avistamos diversas choupanas e passamos em tres ou quatro aldeias. O meio facil de conseguir peixe, fornece maiores recursos e abastança aos moradores daquelles cantões. Atravessamos uma aldeia india e a villa de São José, ambas construidas em quadro e contando cada uma, pouco mais ou menos, tresentas almas. Soube que os governadores do Ceará são obrigados a ir empossar-se do cargo em São José. Fizemos o caminho em quatro dias, chegando á Fortaleza em 16 de Dezembro; poderiamos ter chegado ao meio dia do quarto, mas preferi aguardar a noite. Fui de Natal ao Ceará cuja distancia, segundo a maneira vaga de contar do paiz, é de cento e sessenta leguas, em trinta e quatro dias. No que se seguio á minha chegada, fiz voltar para o Aracaty os cavallos e os homens que vieram comigo.

A cidade de Fortaleza é edificada em chão de areias e formando quadro tendo quatro ruas que partem de uma praça e mais outra rua extensa que se alonga paralella ao lado setentrional da praça. As casas constam sómente do andar terreo. Calçamento não ha e apenas calçadas de tijollos na frente de algumas casas. Contem a cidade tres igrejas, o palacio do governo, a casa da Camara, a Cadeia, a Alfandega e a Thesouraria. O numero de habitantes, tanto quanto posso julgar, é de mil á mil e duzentos. A fortaleza de que a cidade tira o duplo nome está levantada sobre um monte de areia, perto da cidade e consiste numa

muralha da banda do mar e num forte palanque da lado da terra. Notavam-se nella quatro ou cinco canhões de diversos calibres apontados para differentes pontos. Observei que o maior estava voltado para a banda da terra, os que visavam o mar eram de calibre por extremo pequeno para alcançar uma embarcação que fundeasse no ancoradouro ordinario. O paiol da polvora acha-se em outro ponto da montanha, bem defronte do porto. Difficil seria justificar a preferencia concedida á capital do Ceará, que não possue nem rio, nem porto e cuja costa é de difficil accesso. O mar bate violentamente ao longo dessa costa e os recifes não offerecem ás embarcações commodo nem seguro abrigo. Em sua origem essa fundação era tres leguas mais ao norte perto de uma enseadinha onde já nada mais existe além das ruinas de um antigo forte. A costa é escarpada o que dá lugar a impetuosa *ressaca* aos navios que procuram atracar. Quando alli fui, um navio estava descarregando e a sua carga consistia em farinha de mandioca ; o bote approximava-se da terra até encalhar o mais possivel e os homens carregando as saccas na cabeça as botavam em terra ; devendo passar por entre os cachopos, quando uma vaga os alcançava, a farinha molhava-se toda, e por isso bem poucas saccas chegavam á praia perfeitamente enchutas. O ancoradouro é máo e está exposto aos ventos que por felicidade sopram sempre de sul para léste, pois se fossem variaveis, com muito trabalho fundearia um navio na costa. Os recifes formam uma cadeia regular bastante longe da terra, os quaes se avistam na baixa-mar.

Essa cadeia de rochas segue direcção paralella com a costa numa distancia de quasi um quarto de milha ; existem alli duas entradas, uma norte e outra ao meio-dia da cidade. As pequenas embarcações podem fundear entre os recifes e a costa ; um grande navio, porém, só ao norte ou ao sul da cidade, dentro ou fora das entradas, sendo preferivel a do norte. O navio que vier deste ultimo lado deve encaminhar-se á ponta do Mocoripe, situada uma legua ao sul da capital e onde ha um fortesinho e ir depois direito ao ancoradouro. Avistando uma embarcação o forte iça a bandeira branca. Ao norte da cidade, entre os recifes e a costa ha um rochedo chamado *Pedra da Velha*, que se avista mesmo com a maré cheia por causa das va-

gas que se quebram em cima. Saindo do porto, uma embarcação pode passar entre o rochedo e a costa evitando um escôlho, que se acha cem varas ao norte, ou antes, pode passar entre elle e os recifes.

Os edificios publicos são pequeninos e baixos, porem aceiados, extetiormente caiados e com bôas accommodações para os fins a que são destinados. Apezar do triste aspecto do terreno em que está edificada, esta cidade tinha uma certa apparencia de prosperidade, que talvez não seja real ; com effeito, a difficuldade de transporte por terra, a falta de porto seguro, as terriveis e frequentes seccas, não permittem esperar que ella attinja nunca a um verdadeiro gráo de oppulencia. O commercio do Ceará é bem limitado e provavelmente não se alargará, porque os avultados creditos que se é forçado a conceder aos negociantes impedem os promptos pagamentos á que estão habituados os negociantes inglezes.

Fui logo depois de minha chegada á casa do Sr. Marcos Bricio, inspector da thesouraria e chefe da repartição de marinha, á cujos titulos junta outros que se não pode classificar na nossa lingua. Eu levara para elle uma carta do Sr. Barroso. Achei reunidas em sua casa varias pessôas que tomavam chá e jogavam as cartas. O Sr. Marcos é homem de instrucção e espirituoso, que vio a luz do dia em Lisbôa e occupara no Maranhão um lugar superior antes de ser mandado para o Ceará. Fui apresentado ao Sr. Lourenço que tinha na Inglaterra relações commerciaes e que lembrou-se do meu nome porque em Lisbôa conhecera alguns dos meus proximos parentes; convidou-me para sua casa onde recebi os maiores obsequios.

No outro dia visitei o governador Luiz Barba Alardo de Menezes (1) que com bastante affabilidade recebeu-me e disse-me que se lisonjeava se tivesse mais occasiões de testemunhar-me a estima que votava aos meus compatriotas, desejando que alguns fossem residir na sua capitania. Fôra elle quem mandara, durante a sua administração, construir o corpo principal do palacio utilisando-se

(1) Esse governador foi depois removido para uma provincia mais importante.

para isso de operarios indios aos quaes pagava metade do salario commum. Tendo o habito de fallar do que pertencia a gente da provincia em linguagem de proprietario dizia : « Meus navios, meu algodão, etc. »

Achei-me no Ceará por occasião do anniversario natalicio da rainha de Portugal. Houve revista na guarnição, que se compunha de tropas regulares em numero de cento e quatorze homens, com bôa apparencia e apresentando-se todos mui decentes. No salão do palacio via-se um retrato do principe regente em pé, encostado á parede e sobre um estrado de quasi tres pés de altura, com tres degráos no primeiro dos quaes postou-se o governador de grande uniforme, e todos passando deante delle inclinavam-se, imitando assim o ceremonial da côrte. Jantei nesse dia á mesa do governador, onde se reuniram todos os officiaes civis e militares e dous ou tres commerciantes. Collocou-me elle á sua direita, na qualidade de estrangeiro, mostrando por este modo a alta estima em que tinha os inglezes. Havia quasi trinta pessôas á mesa das quaes o maior numero uniformisadas. Emfim a reunião foi mais esplendida do que eu imaginara.

Tive occastão de visitar as aldeias indigenas de Arronxes e de Mecejana; ha ainda outra na visinhança do Ceará de cujo nome me esqueci. Distam duas ou tres leguas da capital e a edificação é como geralmente, em forma de quadro e contém cada uma perto de tresentos habitantes. A pessôa que me conduziu á essas aldeias conhocia o Vigario de Arronxes, conseguintemente visitamol-o. Habitava um edificio que outr'ora pertencera aos jesuitas, o qual faz parte da igreja e é ornado de uma galeria que deita para o côro.

Os Indios moradores nessa aldeia e em todas as outras por onde passei, são christãos, si bem que digam que alguns adoram secretamente o *maracá* e praticam as cerimonias e ritos de sua antiga religião, cuja exacta descripção encontra-se na Historia do Brazil de M. Southey. Quando a religião catholica romana crea raizes no espirito dos Indios, degenera necessariamente, em superstição. A dedicação delles ás praticas minuciosas, quer determinadas pela religião catholica romana, quer prescriptas pela primitiva crença, é a unica cousa em que mostram alguma constancia de caracter. Cada aldeia tem o seu padre,

bem como um director, que exerce grande poder sobre os individuos da jurisdicção. Se um proprietario precisa de trabalhadores, dirige-se ao director com quem ajusta o preço do dia de serviço e este ordena a um chefe indio que com tantos homens vá a propriedade onde se necessita do seu trabalho. Os trabalhadores mesmos recebem a importancia do seu salario que despendem como lhes aprás; todavia os ajustes são sempre por preços menores do que o do costume. Ha em cada aldeia dous juizes ordinarios que funccionam por um anno, um branco, outro Indio, mas é facil de imaginar que no cargo só o primeiro exerce a autoridade. Esses juizes podem prender os individuos suspeitos e applicar-lhes penas leves; para crimes de certa gravidade porem, é preciso esperar a *corrreição* do *ouvidor* da capitania. Existe em cada aldeia, uma casa de camara e uma prisão. São todos accórdes em dizer que no *sertão* a justiça é *conversa*, pois desde que se caia com dinheiro, consegue-se a absolvição de qualquer crime. Um innocente é castigado por exigencias de um rico, á quem tenha tido a desgraça de desagradar, do mesmo modo que um assassino escapa á punição se tiver a felicidade de ser protegido por um potentado. Estes abusos provém mais do regimen feudal estabelecido naquella parte do paiz, do que da corrupção dos proprios juizes, que as vezes bem desejariam cumprir os seus deveres, mas sabem perfeitamente que os esforços que nesse sentido fizessem seriam inuteis podendo até ser-lhes funestos.

Os Indios tambem tem seus *capitães-móres*, cargo que lhes é conferido por toda a vida e concede ao que delle se acha investido, algum poder sobre os outros; mas como não ganham nada, os capitães-móres Indios são ridicularisados pelos brancos, que tem quasi razão porquanto esse official seminú, com sua bengalla de castão de ouro, é capaz de fazer rir o homem mais serio do mundo.

Os Indios em geral parecem um povo pacifico e isento de maldades; não são de excessiva dedicação para com os amos, mas quando fógem não lhes fazem mal; a vida que levam debaixo das vistas de um severo director, tem por certo para elles poucos attractivos, por isso não admira vel-os abandonar a aldeia e, por meio da fuga, desembaraçarem-se de um jugo importuno, mas são de caracter

tão inconstante que, quando se subtraem ao dominio do director, nunca se detém em parte alguma.

O Indio quasi nunca planta para si e quando o faz alguma vez raramente espera pela colheita, vende o seu milho ou o seu feijão antes de maduros e muda-se. Seus predilectos divertimentos são a pesca e a caça. Só um lago ou um riacho póde retel-o algum tempo. E dotado de caracter independente que o faz detestar tudo quanto póde embaraçar-lhe a liberdade de proceder como lhe apráz; submette-se ao director porque não lhe póde resistir.

Um Indio jámais se resolve a dar ao patrão o tratamento de senhor, embora este seja o empregado entre elles pelos brancos e pela gente livre do paiz; a este respeito os pretos são menos ferozes e de menos escrupulos. O Indio serve-se dos termos *amo* ou *patrão*. A repugnancia de usar do tratamento de senhor póde ter começado nos descendentes dos que foram escravisados antigamente e que, pela tradicção talvez se perpetuasse. E' possivel que por polidez se recusem a dar presentemente o que outr'ora davam pelo constrangimento. Todavia se nisso está a origem desse habito, elle não continúa pelo mesmo motivo; os Indios que vi e com os quaes muito fallei, parecem ignorar que os seus antepassados foram forçados a trabalhar como escravos.

O assassinato entre elles é pouco commum e são mais astuciosos do que ladrões.

Quando podem comem sem moderação, mas tambem, sendo preciso contentam-se com muito pouco. Gostam das bebidas fortes e beberiam com satisfação de dia e de noite dansando *meio alegres* e cantando em sua lingua monotonas canções. Os mulatos se consideram superiores aos Indios e os proprios negros creoulos os olham de cima para baixo. *Mofino como caboclo*, é proverbio commum nas classes inferiores do Brasil. Os Indios vêem com indifferentismo a conducta das mulheres e das filhas; a mentira e outros vicios habituaes a existencia selvagem, são frequentes entre elles. Parecem desprovidos de toda especie de affeição e dos cuidados da vida e bem estar da familia, do que outra qualquer classe dos habitantes do paiz, e todavia as mulheres desses homens meio selvagens não se occupam em trabalhos penosos. O homem carrega

a agua e a lenha e edifica a cabana emquanto que a mulher abriga se em casa de algum visinho. Quando porem se precisa viajar, é a mulher que leva os filhos, os potes, os cestos e as cabaças furadas; o marido, o surrão de couro de cabra, a rêde que põe enrolada nas costas, os utensilios de pesca, e as armas, caminhando na rectaguarda. As creanças, mesmo no dia em que nascem, são lavadas no riacho ou no pôço mais proximo, pois homens e mulheres gostam do aceio, particularmente em suas pessôas, mas as maneiras não correspondem á isso. Nunca rejeitam alimentos, mas quasi sempre os comem sem preparal os. Ratos, morcegos, cobras, mariscos, jacares, tudo para elles é bom.

O instincto (porque não sei que outro nome possa dar) que os Indios possuem ácima de todos os outros homens, para traçar um caminho através dos mattos e ir de um a outro ponto determinado, sem vereda nem signal apparente, é maravilhoso; descobrem os rastros em cima das folhas seccas cahidas das arvores. Os portadores mandados de uma a outra provincia são, na mór parte Indios que tem por tal forma o costume de supportar grandes fadigas, que seriam capazes de caminhar, quasi sem descanço, mezes inteiros. Tive occasiões de encontral-os com o surrão ás costas, caminhando com bom passo, nada havendo que lhes podesse embaraçar o caminho, que lhes demorasse a marcha. Ainda que um cavallo possa passar nos primeiros dias um desses homens, não obstante, se a viagem se prolonga, elle chega primeiro do que o cavalleiro. Se um criminoso escapa á perseguição da policia, como unico recurso, botam-lhe Indios no encalso, embora sabendo que o não consiguirão vivo, porquanto o que avista o fugitivo não se lembra de lhe ir as mãos, mas faz-lhe fogo, e os juizes nunca podem saber qual delles matou o criminoso por que quando se lhes pergunta, respondem invariavelmente: — *os homens*.

Acredita-se geralmente que um troço de Indios se bateria muito bem, porem que dous ou tres fugiriam ao primeiro signal de perigo. Todavia no meio delles existem bastantes ousados e corajosos; mas a crença é que, em geral são poltrões, inconstantes, sem delicadeza e tão suceptiveis de esquecerem os beneficios como as offensas; cabeçudos e teimosos nas cousas pequeninas, como descui-

dados nos negocios mais serios. O caracter do negro é mais decidido e destes podem se fazer os peiores homens, são porem igualmente capazes de bonitas acções.

O Indio parece sem energia e sem actividade e tambem pouco apto tanto para o bem como para o mal, levado a um certo gráo. Ha entretanto muito que dizer em seu abono. Portaram-se para com elle muito injustamente. Primeiro foram esmagados e depois tratados como creanças estando sempre debaixo do jugo dos que se consideravam seus superiores; o desejo de governal-os chegou a ponto de se apossarem da direcção de seus negocios domesticos. Embora tudo, porem, si elles fossem uma raça de seres intelligentes, energicos e capazes de tomar alguma cousa á serio, poderiam ter feito mais do que fizeram.

A carreira ecclesiastica lhes é franqueada, mas della não tiram vantagem (1). Não vi nas cidades um só Indio exercendo uma profissão util; nem ha exemplo de ter algum enriquecido; negros e mulatos oppulentos não são raros.

Empreguei muitos Indios e nunca tive razão de queixa; jámais me fizeram mal, porem tambem nunca recebi de nenhum prova de amizade, á excepção de Julio.

Guias e portadores são excellentes, porque a sua natural inclinação os impelle á vida errante que essas profissões exigem. Como trabalhadores notei que gostam de enganar; as suas *espertezas* porem sendo grosseiras, são faceis de ser descobertas. Com elles nunca pude contar por muito tempo, e quanto a fazer-lhes adiantamentos de dinheiro ou roupa, é prejuizo certo. Quando havia necessidade de qualquer trabalho em tempo determinado, o administrador contava sempre de preferencia com os negros e mulatos nunca incluindo Indios no rol dos que deviam executal-o e quando eu lhe observava isso respondia-me —*Caboclo é só para hoje*; o que queria dizer que com o Indio só se conta um dia e que nelle não se deve confiar.

---

(1) Sei de bôa fonte que houve dous exemplos de Indios ordenados sacerdotes seculares e que esses dous homens morreram a força de se embriagarem.

Como a maioria dos primitivos habitantes do hemispherio occidental, os Indios são de côr acobreada, baixos e reforçados, mas ainda que de membros bem desenvolvidos, os musculos não são pronunciados nem indicam força; cara larga, nariz chato, bocca grande, olhos pequenos e fundos, cabellos pretos bastos e estirados, sem bigodes e com pouca barba. As mulheres, quando moças, não deixam de ter encantos, mas murcham logo e o corpo perde a elegancia. Entre os Indios as deformidades são raras e não me lembro de ter visto um só individuo dessa raça defeituoso de nascença: as pessoas de instrucção com quem conversei sobre este assumpto, pensam que a este respeito os Indios são mais favorecidos da natureza do que outro qualquer povo do mundo.

Todos os Indios de Pernambuco fallam o portuguez; poucos porem, o pronunciam bem e fallando deixam conhecer por um certo sotaque que são Indios; grande numero entretanto só entende essa lingua. E' raro o Indio que falle portuguez tão bem como os pretos creoulos.

Embora o director tenha faculdade para castigar os Indios todavia a raça não é escrava. Não se pode obrigar nenhum a trabalhar contra vontade. Um Indio confiará, se quizer o seu filho menor a qualquer homem rico que o faça aprender um officio ou que o eduque como creado de servir, mas logo que elle attinge a idade de poder prover a subsistencia, torna-se independente e, se lhe apraz, deixa a companhia daquelle á quem fôra confiado.

Um dia, á porta do convento dos carmelitas de Goyanna, apresentaram-se dous Indios, que pediram para fallar ao Provincial, á quem entregaram uma bolsa cheia de dinheiro em ouro dizendo haverem-na achado junto á Dous Rios e pediram-lhe que em intenção delles celebrasse missas, pagando-se com o dinheiro que a bolsa continha. O Provincial admirando esse rasgo de honestidade, perguntou a um delles se queria ficar ao seu serviço, o que foi acceito pelo Indio. O bom do padre costumava ir com frequencia ao campo, á casa de um amigo afim de divertir-se na caça. Pouco depois de ter admittido o Indio, sahiu do convento para um desses passeios fazendo se accompanhar por elle. No caminho lembrando-se que deixara a polvora, entregou as chaves ao Indio e orde-

nou-lhe que a fosse buscar que elle iria cominhando. Debalde esperou que voltasse e chegando á noite ao convento soube que o creado pozera-se ao *fresco*. Correu á sua sella convencido de ter ficado sem o dinheiro e sem tudo o mais que o velhaco tivesse podido haver á mão. Felizmente, porem, e com grande satisfação, verificou que elle se contentara com o polvarinho, duas piastras, um habito velho e uma calça de chita usada. Esta anedocta me foi referida por um amigo intimo do Provincial.

Durante a minha permanencia no Ceará, fui caçar nas margens de uma lagôa, então secca, distante da cidade duas ou tres leguas. Os terrenos na visinhança da capital são aridos e na capitania não se fabrica assucar, mas planta-se algodão, cuja safra nesse anno foi má. A secca tinha sido tal, que muito receiaram a fome, e a miseria chegaria ao cumulo se do Sul não tivesse vindo um carregamento de farinha de mandioca. O preço ordinario dessa mercadoria é de seiscentos e quarenta reis por alqueire, mas a carga do navio foi vendida a preço dez vezes maior o que prova que a penuria era extrema. Outr'ora exportavam do Ceará para as outras capitanias muita carne de boi salgada, mas a mortandade do gado occasionada pelas seccas, fez com que os habitantes desistissem inteiramente desse commercio, e todo o paiz recebe hoje as suas provisões do Rio Grande do Sul, fronteira meridional das possessões portuguezas. Entretanto a carne de boi salgada que chega a Pernambuco conserva sempre o nome de *carne do Ceará*. A parte do paiz á léste e ao norte dessa capitania é, segundo me disseram, menos arida do que as circumvisinhanças e a do Piauhy. que está nessa direcção é fertil e nunca soffre seccas.

Ouvi fazer os maiores elogios ao governador do Ceará João Carlos, elevado a esse cargo antes mesmo de completar vinte annos de idade sendo na epoca á que me refiro capitão general do Matto Grosso. Sua maneira de administrar justiça era geralmente expedita. Um dia porem, revelou a habitual severidade. Uma occasião, quando em casa do Sr. Marco, visinha de palacio, jogava a sua partida do costume, vieram prevenil-o de que um soldado tendo entrado em sua horta, a estava roubando. Pobre diabo! disse elle, é preciso ter muita fome para

atrever-se a penetrar assim na horta do seu governador! Não lhe façam mal nenhum.

Havia gente que costumava no correr das noites, desmontar portas e fazer e praticar outras tréllas desta natureza. Em vão procurou o governador saber quem eram os autores dessas perturbações, até que um dia, envolvido n'um capote, resolveu-se elle proprio espreitar e agarral-os. Um moço, com quem eu fizera conhecimento, encontrou-o de atalaya uma noite, e, interrogado disse o nome. O governador reconhecendo-o, deu-lhe o conselho que dali por deante procurasse recolher-se o mais cedo possivel.

A familia dos Feitosas, existente nas capitanias do Ceará e do Piauhy, possue vastos dominios cobertos de gados. Na administração de João Carlos, os homens dessa familia haviam attingido a tal grão de poder e de independencia, que recusaram-se a obedecer as leis civis e criminaes e castigavam as offensas por sua propria autoridade; os individuos culpados para com elles, eram publicamente degolados nas povoações do interior; o pobre que se recusava a obedecel-os morria, e o rico que não pertencia ao seu partido via se forçado a calar e a tolerar actos que reprovava. Os Feitosas descendem de Europeus mas varios ramos dessa familia são de sangue misturado e não ha talvez nella uma só pessoa que não tenha nas veias sangue brasileiro. O chefe, coronel de milicias, podia, á primeira voz, por cem homens em armas, o que equivale á vinte vezes o numero de um lugar pouco habitado. Accolhia desertores e aos que matavam por vingança; não acceitando porem, ladrões e muito menos os que assassinavam para roubar.

De Lisbôa recebeu João Carlos ordens secretas para apoderar-se da pessoa desse chefe da familia Feitosa e o seu primeiro passo foi avisal-o de que o iria visitar num dia que determinou, afim de passar revista no seu regimento. A povoação é proxima do mar, mas por terra fica bastante longe da capital. Feitosa promptificou-se a receber S. Exc., que no dia indicado, seguido de dez ou doze homens, encaminhou-se para a povoação onde o coronel, o recebeu com a maior cortezia, havendo já reunido toda a sua gente afim de abrilhantar a revista, finda a qual retiraram-se todos para suas casas, mui cançados do exercicio do dia, mesmo porque a mór parte morava longe.

A' noite, o coronel e alguns dos seus mais proximos parentes, accompanhados do governador, dirigiram-se para a casa, e quando se dispunham todos a ir deitar-se, João Carlos, fazendo signal aos da sua comitiva, encaminhou-se para Feitosa apontando-lhe uma pistolla ao peito e os seus companheiros procedendo do mesmo modo para com os parentes e creados, que nenhuma resistencia poderam oppor á tão imprevisto ataque, ainda mais por serem em numero menor.

João Carlos disse a Feitosa que se fizesse movimento ou gritasse, podia considerar-se morto embora elle soubesse que morreria tambem. Conduzindo-o a uma porta do quintal fel-o montar, e aos outros presos em cavallos que já alli se achavam promptos e dirigiram-se á praia, onde chegando pela madrugada embarcaram em jangadas que os levaram á bordo de um navio que bordejava perto.

Pouco depois deu-se o alarme na povoação e mal o governador poz pé no navio, vio na praia os partidarios do coronel, que embarcando em jangadas, dispunham-se a alcançal-o. Era porem tarde; o navio fazendo-se ao largo, foi desembarcar o governador na capital e seguio a sua derrota.

Suppõe-se que Feitosa se achava na cadeia do Limoeiro, quando os Francezes entraram em Lisbôa e que alli morrera ou que por elles fôra posto em liberdade (1); os seus parciaes ainda esperam vel-o voltar; entretanto depois desse acontecimento estabeleceu-se entre elles a desunião, e a familia, privada dos chefes, deixou de ser temivel. Nos costumes do Brasil opera-se vantajosa mu-

---

(1) Outro membro dessa familia devia ser egualmente preso; o governador porem não achou meio de o conseguir. Mandando chamar um sujeito de certa ordem e de reconhecida coragem, consultou-o a respeito e esse homem offereceu-se para ir sósinho informar Feitosa das ordens contra elle expedidas e apoderar-se depois de sua pessôa, e effectivamente foi; mas sabedor Feitosa de sua ida e das ordens que levava, passou immediatamente a Bahia e dahi a Lisbôa.

O que se encarregara de prendel-o, poz-se-lhe na pista e chegando a Bahia seguio tambem para Lisbôa, o ali chegando informou-se do paradeiro de Feitoza, sabendo que elle se entendera com o Secretario de Estado e embarcara para voltar ao Brasil, mas que o navio fôra retido por ventos contrarios. Então dirigiu-se tambem

dança e o paiz affasta-se á largos passos de sua meia barbaria.

Pouco antes da minha chegada, um moço da capital, fazendo-se acompanhar de dous meirinhos fôra a trinta leguas distantes fazer penhora em bens de um seu devedor Seguiram em bons cavallos afim de chegar antes do devedor saber dos seus intentos e tentar talvez contra a sua existencia, porque ir ao interior á cobranças é muito perigoso. As leis portuguezas não permittem prisão nesses casos e sómente, por meio de arresto, a apprehensão de todas as mercadorias que o devedor mandar á cidade.

No Ceará fui accolhido do modo o mais lisonjeiro; o nome de Inglez é lá uma excellente recommendação.

De ordinario passava eu as manhãs em casa, mas de tarde dava passeios a cavallo em companhia de tres ou quatro moços mais instruidos que encontrei, cousa que não esperava. A' noite via o Sr. Marcos em casa de quem se reunia numerosa sociedade.

Havia tamdem reuniões em palacio e depois do chá ou do cafe, o tempo corria depressa. A unica habitação da cidade assoalhada era o palacio e pareceu-me á principio bastante estranho que um dos funccionarios mais notaveis, como o Sr. Marcos, recebesse numa sala ladrilhada com as paredes apenas caiadas.

Recebi desse senhor um sacco de sêda carmesim, contendo despachos do governo com endereço ao Principe regente de Portugal e do Brasil com a incumbencia de entregal-o ao administrador do Correio de Pernambuco. Essa commissão dava-me o direito de requisitar cavallos

---

elle ao Secretario de Estado e mostrando-lhe a ordem que trazia para prender Feitosa narrou-lhe detalhadamente os crimes que tinham tornado necessaria essa prisão.

Em consequencia foi preso Feitosa e recolhido a cadeia do Limoeiro onde o seu perseguidor foi vel-o e o saudou com estas palavras: — Muito bem! Então, eu não disse? Alludindo assim a resolução que tomara de prendel-o.

Em seguida voltando ao Brasil, deu contas ao governador do modo porque executara as ordens que recebera. Esse homem é bastante conhecido no Ceara e a veracidade da historia me foi garantido por pessôas respeitabilissimas. Desse Feitosa nunca mais se ouvia fallar.

das autoridades pelo caminho. A occasião era favoravel para o Sr. Marcos, que julgava mais seguro confiar-me esses despachos do que remettel-os por um homem a pé, conforme se uzava. As pessoas incumbidas desses serviços merecem confiança, mas podem sobrevir accidentes.

Na minha viagem de Goyanna ao Ceará, vira eu Pernambuco e as provincias visinhas num deploravel estado provocado pela absoluta falta de inverno; as desgraças porem chegam ao cumulo quando a secca se prolonga por dous annos consecutivos. No correr do segundo os matutos caem mortos pelas estradas, extinguem-se familias e regiões inteiras se despovoam.

O paiz foi presa desse horrendo flagello nos annos de 1791, 1792 e 1793, porque todos tres se escoaram sem chuva quasi nenhuma. Em 1810 encontravam-se viveres se bem que por preços exhorbitantes, no seguinte choveu com abundancia e o receio da fome dissipou-se. Eu tinha visto, repito, as provincias que então atravessei, na maior miseria por falta de inverno e eu proprio soffrera os maiores dissabores por essa causa, e particularmente uma vez de maneira consideravel. Na minha volta aquellas regiões haviam mudado de aspecto, tinham principiado as chuvas, fazendo-me sentir que os dous extremos são horrivelmente encommodativos. As sensações porem que produz o medo da privação d'agua são menores do que as de possuil-a em demasia, isto é, do que o encommodo de ficar-se ensopado por grossos aguaceiros e de viajar por terrenos encharcados.

Fui obrigado a demorar-me no Ceará mais do que tencionava, em consequencia de uma indisposição que me reteve na cama por alguns dias. Logo que pude andar tratei dos preparativos da volta. Comprei quatro cavallos, um para levar as minhas malas e uma barriquinha com bolachas, o segundo, farinha, o terceiro milho e o quarto finalmente para a minha montaria.

O Sr. Lourenço forneceu-me tres Indios de confiança para me acompanharem, e a 8 de Janeiro de 1811 puz-me a caminho de Pernambuco.

(Continúa.)

Governadores e capitães generaes de Pernambuco

1654—1821

(Continuação do n. 58)

D. Thomaz José de Mello. — Nomeado governador e capitão general da capitania por carta patente de 5 de Setembro de 1786, partiu de Lisbôa em 23 de Outubro de 1787, chegou a Pernambuco a 11 de Dezembro, e tomou posse do governo na igreja cathedral de Olinda no dia 13. Deixou o governo em 29 de Dezembro de 1798.

D. Thomaz José de Mello pertencia a casa dos marquezes de Alegrete, uma das mais antigas e illustres de Portugal, nasceu em 20 de Setembro de 1742, e era filho de D. Antonio José de Mello e D. Mariana Joaquina de Mendonça.

D. Thomaz era official inferior da armada real portugueza. Homem activo, de grande orientação, de genio emprehendedor, energico e laborioso, foi incontestavelmente um dos bons governadores dos tempos coloniaes, como attestam eloquentemente os actos do seu fecundo governo, e os monumentos que ainda nos restam.

A sua nomeação foi geralmente bem recebida, e a sua vinda saudada com enthusiasmo em todas as capitanias

do seu governo. Até na remota villa de Soure, no Ceará houve illuminação por tres dias, custando a da casa da Camara e do pelourinho 4$880, — *sendo 3$600 de 4 1/2 libras de céra branca, e 1$280 de quatro frascos de azeite de carrapato.*

Um dos primeiros objectos que mereceu a attenção de D. Thomaz, foi a construcção de um edificio destinado a receber e educar os expostos, o que levou a effeito em 1789, e mais tarde, em 1795, deu-lhe maiores proporções, ao mesmo tempo que curava dos meios necessarios para a manutenção da instituição.

Um outro estabelecimento que honra a memoria de D. Thomaz, é o Hospital dos Lazaros, de instituição antiga, mas abandonado, sem casa apropriada e meios de manutenção. Elle remove todos estes inconvenientes, levanta um hospital em Santo Amaro, reune os doentes, installa-os e proporciona-lhes os meios necessarios á suavisar-lhes a amargurada existencia.

Ao mesmo tempo que D. Thomaz cuidava da construcção da Casa dos Expostos e do Hospital dos Lazaros, emprehendeu uma outra obra de grande utilidade, a reconstrucção do aterro de Afogados, cuja falta interceptava a communicação do Recife com o interior por aquelle ponto, concertou a respectiva ponte, arborisou toda a extensão do aterro, e estabeleceu feiras semanaes, que eram concorridissimas pela variedade e abundancia de generos expostos á venda.

D. Thomaz dando conta dos seus trabalhos ao ministro José de Seabra e Silva, em officio de 28 de Abril de 1789, diz o seguinte, depois de tratar da Casa dos Expostos, Hospital dos Lazaros e Aterro de Afogados :

« Já vão tres obras de crescida despeza, intentada sem outro fundo mais que a vontade propria daquelles, que bem quizeram ter parte no beneficio commum da povoação que habitam. Mas, porque pode haver quem buscando diminuir o valor destas diligencias, me faça a injustiça de emprestar alguma especie de coacção e violencia devo prevenir a V. Exc. de que os unicos meios de que me tenho valido para promover tão diversos trabalhos, são os de representar, e fazer ver a estes povos o quanto taes obras lhes são convenientes e necessarias; e os de

louvar como merecem, o zelo com que cada qual se porta a favor dos seus mesmos interesses. »

Tratando do Aterro de Afogados diz:

« Pude persuadir aos moradores, que voluntariamente quizessem contribuir com os materiaes e despezas necessarias para a sua reedificação, e elles foram tanto alem das minhas esperanças, e com tão briosa emulação entraram na execução do meu projecto, que não ficou corporação ou classe alguma depois, que não se distinguisse nesta occasião, empregando-se pessoalmente no trabalho. »

Terminando o officio diz:

« Aqui tem V. Exc. pelo maior a noticia do estado actual desta capitania, e do que nella tenho obrado no decurso de 16 mezes: o desejo de bem servir a S. M., e de beneficiar os povos, que me encarregou a mesma Senhora, é o unico movel que determina e dirige as acções do meu governo: haverá nellas muito que emendar, mas nada se accuse nas minhas intenções, nascendo sempre os erros do discurso e não da vontade. »

Por Portaria de 21 de Fevereiro de 1789, baixou D. Thomaz um Regimento para o serviço do porto, afim dos navios soccorrerem-se mutuamente nas occasiões de necessidade; e por outro acto taxou o honorario dos operarios que trabalhavam nas obras publicas.

Attendendo aos interesses do commercio, construio no Recife um cáes de pedra de cantaria lavrada, sobre o qual assentou um guindaste, — « que facilitasse os trabalhos de embarque e desembarque, e acautelasse o perigo com que os fazíam á braços os indios miseraveis e homens forçados, que mettidos nagua até a cinta, e forcejando debaixo de enormes pesos, succedia muitas vezes pisarem-se e sahirem estropiados para toda a vida. »

Em 1793, estando proximo um rompimento com a França, mandou reparar as fortificações, completou a tropa, e deu as providencias necessarias com relação a praça de Fernando de Noronha, fazendo os reparos precisos em suas fortificações, municiando-as, e entregando o commando da ilha a um official de confiança o coronel do regimento de Olinda Antonio José da Silva.

A igreja de S. José dos Carpinteiros, hoje de Ribamar estava apenas começada, e graças a iniciativa de D. Thomaz, e aos meios de que lançou mão, concluio-se toda a

obra, cujo começo vinha de longos annos ; construio de accordo com a municipalidade duas praças de mercado, uma em Santo Antonio e outra em S. José, com todos os edificios necessarios, sendo a primeira destinada a venda de cereaes, legumes e hortaliças, e a segunda para mercado de carne e peixe.

Alem de todos esses serviços muitos outros prestou ainda D. Thomaz, taes como regularisar as calçadas ou passeios dos predios, muito irregulares então, porque cada proprietario as fazia com a altura e largura que entendia, e muitos nem mesmo as construiam ; reparou os arcos de pedra da ponte do Recife ; abolio o antigo uso de urupemas nas portas e janellas das casas, ordenando que se puzessem rotulas de madeira ; attendeu ao calçamento das ruas ; construio uma ferraria com as officinas necessarias para concerto de armas e outros trabalhos publicos, germen do nosso extincto Arsenal de Guerra ; e aproveitando os armazens do antigo forte do Mattos, estabeleceu uma prensa para o enfardamento do algodão.

Não foi sómente ao desenvolvimento material da capitania a que attendeu o benemerito governador ; a instrucção e outros ramos de serviço publico tambem mereceram as suas attenções.

Creou uma aula de mathematicas, e depois uma Academia Militar, para qual deu os competentes estatutos em 1 de Março de 1788, e concorreu muito para a creação do Seminario Episcopal.

Ao exercito prestou tambem D. Thomaz muito bons serviços, reformou os corpos milicianos, quer na parte disciplinar, quer na material, e creou bandas de musica em todos elles, que foram as primeiras que houveram em Pernambuco ; e reformou o fardamento dos regimentos de linha, tornando-os mais elegantes e menos dispendiosos, ao mesmo tempo que concedia aos soldados melhores vantagens para a sua alimentação.

Ainda outros melhoramentos receberia Pernambuco deste governador, se uma terrivel secca que assolou a capitania desde 1791 a 1793, em que morreram milhares de pessôas de fome e sêde, e se perdeu todo o gado e lavoura da capitania, não viesse entorpecer a marcha dos seus trabalhos e difficultar a realisação de novos projectos.

Mesmo assim, durante tão terrivel calamidade, D. Thomaz José de Mello prestou relevantes serviços, especialmente pelas providencias energicas que deu com relação a venda da farinha e do sal, que chegaram a elevados preços, attingindo o alqueire da farinha a 5$000 e o do sal a 20$000; graças, porem, ás medidas tomadas pelo governador, embora energicas, violentas mesmo, o que era necessario, aliás, em tão afflictiva situação, para conter a ganancia dos especuladores, que só cuidavam de enriquecer á custa da desgraça publica, vio o povo minorada a calamidade que tanto o affligia.

Não menos solicito em serviços mostron-se o governador para com as demais capitanias annexas á sua jurisdicção, e particularmente o Ceará, quando em 1791 grassou uma epidemia de febres de máo caracter, mandando immediatamente uma commissão medica acompanhada de pharmaceuticos e sangradores, e com uma bem provida ambulancia, com o que despendeu não pequena quantia, para a epocha.

Traduzem os sentimentos da gratidão cearense significados ao governador, entre alguns outros documentos, particularmente, um officio do senado da camara de Sobral, expedido em Novembro de 1791, no qual manifesta, que o seu acto — « foi acção nunca vista nesta America e só propria de um espirito não só o mais sublime, mas tambem o mais christão, ...e que de governador e general sabio e prudente passa a ser pai amoroso. » — E conclue : « que por tantos e tão grandes beneficios, beijavam as mãos de S. Exc. rendendo-lhe as graças e agradecendo-lhe tanta piedade, tanto amor e zelo, patenteados nesse seu procedimento. »

Conquistára D. Thomaz pelos seus assignalados serviços a affeição, o respeito e a gratidão dos seus governados, e as musas exaltaram o seu merecimento em cadentes estrophes, das quaes chegaram aos nossos dias um bello soneto do Dr. Francisco José de Salles, e o seguinte *Elogio* composto pelo Padre Manoel de Souza Magalhães, e recitado pelo actor José do Sacramento Salamin, no theatro publico do Recife, em presença do governador, no dia do seu beneficio em 1 de Novembro de 1788 :

ELOGIO

Cantemos musa o varão preclaro
Mimo da natureza,
Que bondade o fez digno, o fez raro,
O valor, a nobreza,
A graça, a singeleza,
Da gratidão se excita o meu disvelo
Cantemos Musas o famoso Mello !
Mas como se por muito caprichosas
De mim fogem as Musas
Do fraco desempenho receiosas
Se retiram confusas !
Ah ! que frias escusas !
O grande heróe felicitar viemos,
O receio deixai, Musas cantemos.
Se d'Argos os cem olhos eu tivesse
General exaltado,
Se as cem linguas da fama eu ter podera
E tivesse alcancado
De forte agigantado
Briareo os cem braços, deste modo
Multiplicára assim meu corpo todo;
Assim multiplicado me alegrára
Constante a vos servir
Só para a minha submissão render-vos
E tanto beneficio agradecer-vos !
Mas a vossa grandeza, independente
De bondade fecunda
Só em meu bem redunda,
Fazer-me um beneficio não é novo
Quando tantos fazeis a todo o povo !
Povo illustre, assembléa de respeito
Que com vossa assistencia
Os olhos da clemencia,
Volvendo sobre vós os céos propicios
Derramam por Thomaz mil beneficios.
Eu dissera quaes são, porem preciso
Para dizer agora
Da lyra d'ouro do poeta Amphrisio,
E a voz encantadora
Daquella ave sonora

Que enflautando o gorgeio a voz levanta
E sobre as margens do rio leda canta !
Vós bem vêdes a provida mudança
(Quem é que pensaria !)
Té o somno negar-se, não descança
Ou seja noute ou dia
Vós vêdes (quem diria !)
Os telheiros, calçadas, bombas, cáes,
Rotulas, bancas, atterros, hospitaes !
Quem louvar vos podera .....
Oh ! vigilancia ! Oh ! genio inimitavel !
A minha curta esphera
Pasma quando pondera :
Não posso agradecer-vos, nem honrar-vos
Só saberei calando respeitar-vos.

A Camara Municipal de Olinda, já em carta de 30 de Dezembro de 1788, dirigida ao ministro Martinho de Mello e Castro, solicitára que fizesse presente ao soberano os seus votos de gratidão pela nomeação de D. Thomaz, exaltando as suas qualidades, merecimento e os grandes serviços que já havia prestado em beneficio do paiz, que em bôa hora fôra confiado á sua administração.

Emprehendendo tantas obras e melhoramentos, D. Thomaz não lançou mão dos dinheiros publicos, e foi buscar os meios necessarios na generosidade e bôa vontade do povo, recorrendo a todas as classes, lançando mão de outros elementos, explorando, em fim, a vaidade dos homens com a creação dos postos de capitães e coroneis de entradas e forasteiros, aos quaes concedeu honras e privilegios imaginarios, e cujas patentes dava em remuneração das doações que se faziam para as obras pias.

Porem D. Thomaz, que tanto fôra protegido pela côrte nos primeiros annos do seu governo, pelo que obtivéra pela Carta Regia de 18 de Janeiro de 1790 e Provisão de 11 de Fevereiro do mesmo anno, augmento de soldo, passando, com mais 1:200$000 que lhe foi concedido a ter 4:000$000 de vencimentos annuaes, e cujos actos foram sempre approvados pelo ministerio, cahiu em fim das graças, porque, se tanto recommendava como homem publico, pelos seus serviços e distincção, fraquejou, po-

rém, na moral e bons exemplos que devia dar, investido como se achava de tão alta e respeitavel autoridade.

Fernandes Gama diz, que os serviços relevantes prestados por D. Thomaz, e um dispotismo insupportavel foram simultaneos. Uma mulher, com quem publicamente se amancebara, um secretario particular, que com elle viera na qualidade de mordomo ou criado grave, confidente do seu governo e dos seus amores, o fizeram ainda commetter mais graves injustiças.

D. Brites, a sua amante, bem se póde dizer que dispunha das graças que os governadores podiam então prodigalisar, e Domingos José Fidelis, seu secretario particular, era igualmente um valido, que raras vezes não conseguia o que queria ; mas ambos tambem se prestavam a ignobeis vinganças, e assim como se valiam da sua ascendencia para conseguirem beneficios, que quasi sempre importavam em uma injustiça relativa, igualmente induziram o general a violar todas as leis, prendendo, carregando de ferros, e até degredando, sem forma de processo, alguns cidadãos honestos e abastados, cujo unico delicto era terem cahido na indignação da amante do governador ou do seu Mercurio.

Repetidas queixas, portanto, foram dirigidas a rainha D. Maria I, e aos ministros de estado representando contra a sua conducta e desmandos.

Alem disso, indispondo-se com os padres capuchinhos por certas contrariedades que lhes causou quando construio a ribeira do peixe, nas proximidades do seu hospicio da Penha, o respectivo prefeito, Frei Francisco Gradisco lhe causou a sua ruina, partindo para Lisbôa em 1796, *e lá pintando o como se fôra um atheo*, motivou a sua chamada á côrte e subsequente perda do governo.

Todos esses factos concorreram para que a rainha, já mal satisfeita com o procedimento de D. Thomaz, o mandasse retirar do governo, por Carta Regia de 20 de Agosto de 1798, passando a administração da capitania as pessoas designadas pelo Alvará de 12 de Dezembro de 1770, que eram, a primeira autoridade ecclesiastica, a patente militar mais elevada, e o ouvidor geral da camara.

Naquella carta deixou a rainha ver claramente o seu desagrado, expressando-se por esta forma : — « Por justos motivos que me foram presentes sou servida ordenar-vos

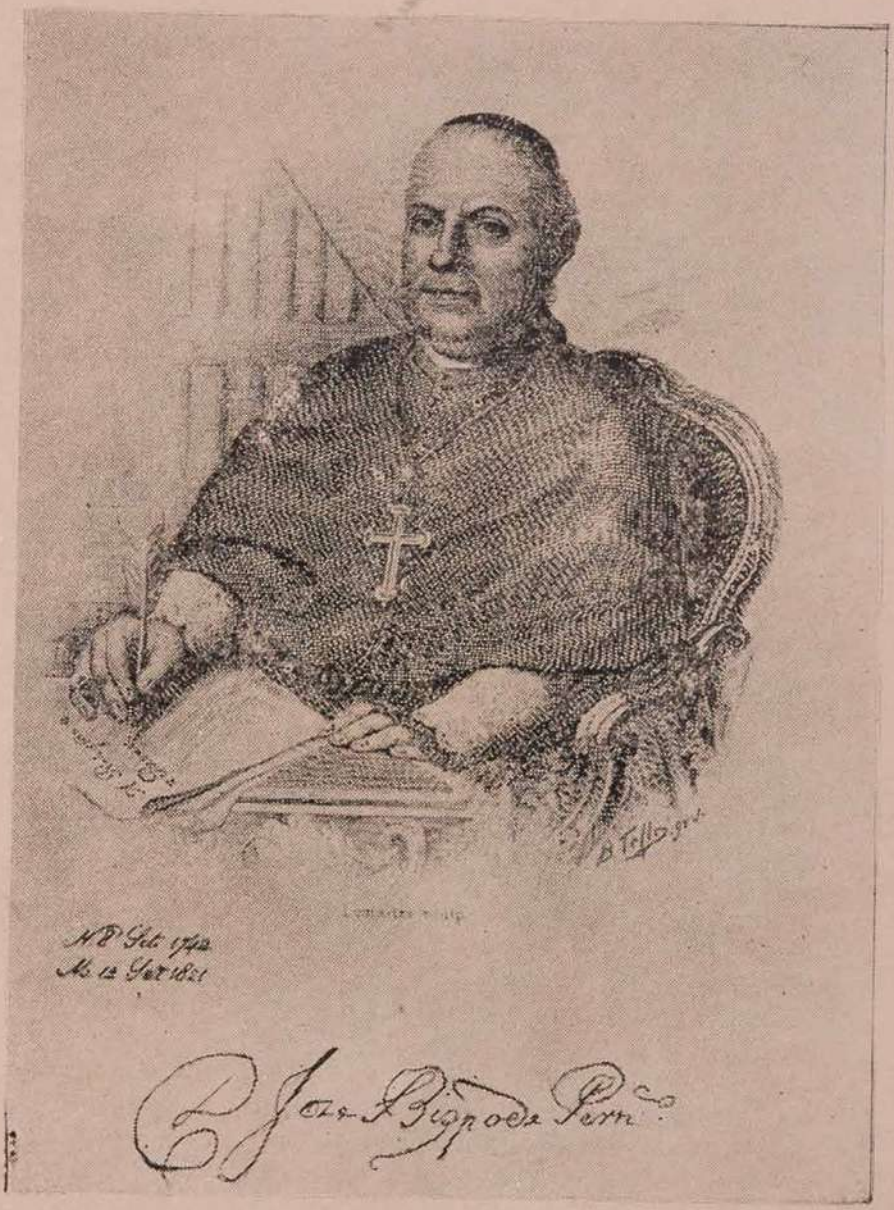
que logo que receberdes esta vos prepareis a embarcar para este Reino, e que com effeito vos embarcareis na primeira occasião de comboy que se offerecer, entregando esse governo as pessoas em quem elle recahe segundo o que se acha determinado. »

Obedecendo D. Thomaz a ordem régia que o mandou retirar de Pernambuco, entregou o governo em 29 de Dezembro de 1798 a junta composta do bispo diocesano D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, do chefe de esquadra Pedro Sheverim, o desembargador ouvidor geral Dr. Antonio Luiz Pereira da Cunha.

Alem da perda do governo, mandou ainda a rainha por Carta Régia de 30 de Setembro de 1798, devassar da sua administração, nomeando para essa incumbencia o desembargador José de Mello Freire da Fonceca.

Fidalgo de alta linhagem, official superior da armada real portugueza, do conselho do rei e cavalheiro da ordem de Malta, D. Thomaz José de Mello, se fraquejou como homem, se empalideceu o brilho do seu longo e fecundo governo por alguns actos de despotismo, aliás compativeis com a indole do tempo e com o descripcionario poder dos governadores e capitães generaes, e se pelos exemplos de moralidade que devia dar aos seus governados, afastou se das raias traçadas pelo dever, entregando se publica e escandalosamente a mulheres perdidas, sem moral nem reputação, sacrificando muitas vezes aos seus caprichos o direito e a justiça, cujos interesses lhe cumpria manter e zelar, recommenda-se porém, á nossa gratidão pelo seu amor ao engrandecimento e progresso de Pernambuco, cujos innumeros actos exaltam a sua memoria, illustram o seu nome, e o collocam na primeira ordem dos bons governadores que teve a capitania no periodo colonial.

Junta Governativa. — Demittido D. Thomaz José de Mello do cargo de governador da capitania por Carta Régia de 20 de Agosto de 1798, e ordenado que entregasse ás pessoas designadas pelo Alvará de 12 de Dezembro de 1770, que eram, a primeira autoridade ecclesiastica, o official de patente mais elevada, e o ouvidor geral da comarca, cumprio elle immediatamente as ordens que recebera, e no dia 29 de Dezembro do mesmo anno de


N. B. Set. 1742
M. 12 Set. 1821
Joa. Bpo de Pern.co

1798 entregou o governo da capitania, no palacio do Recife, as seguintes pessoas :

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo diocesano.

Pedro Sheverim, chefe de esquadra da armada real, e Intendente da Marinha.

Desembargador Antonio Luiz Pereira da Cunha, ouvidor geral da comarca.

No pessoal desta Junta deu-se depois as seguintes alterações :

Provido e empossado no cargo de ouvidor geral da comarca o Desembargador José Joaquim Nabuco de Araujo, substituio ao seu antecessor o Desembargador Antonio Luiz Pereira da Cunha, no lugar que occupava na Junta, em 19 de Outubro de 1799.

Embarcando para Portugal o bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, foi substituido no governo pela primeira dignidade ecclesiastica da capitania, o Deão da cathedral de Olinda Dr. Manoel Xavier Carneiro da Cunha, que tomou posse no dia 15 de Julho de 1802.

Exonerado o chefe de esquadra Pedro Sheverim do cargo de Intendente da Marinha, e empossado o seu successor o capitão de mar e guerra Candido José de Siqueira, deixou elle immediatamente o seu lugar de membro da Junta do governo por haver cessado as suas funcções officiaes na capitania, sendo substituido por D. Jorge Eugenio de Socio e Seilbs brigadeiro graduado e coronel commandante do regimento de artilharia do Recife, cuja posse teve lugar no dia primeiro de Fevereiro de 1803.

Despachado Desembargador da Relação do Porto o ouvidor e corregedor geral da comarca José Joaquim Nabuco de Araujo, e provido neste cargo o Desembargador João de Freitas Albuquerque, depois de empossado, o substituio no seu lugar de membro da Junta, em 9 de Julho de 1803.

Esta Junta, com as modificações notadas, governou até 24 de Maio de 1804, quando passou a administração a governador nomeado Caetano Pinto de Miranna Montenegro.

(Continúa.)

F. A. Pereira da Costa.

Os Manuscriptos Brasileiros

DO

BRITISH MUSEUM

OLIVEIRA LIMA. — Relação dos manuscriptos portuguezes e estrangeiros, de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britannico de Londres. — *Rio de Janeiro, 1903, in 8°, 138 pp.*

Vindo da Allemanha, poucos dias após a minha chegada em Londres, me amesendava mais uma vez, ao declinar duma nevoenta tarde de outomno, sob o tecto hospitaleiro de *Grosvenor Square, 42*. Havia tempos apprendera a considerar um pedaço da patria distante aquelle nobre lar, onde dominava, na magestade do talento e do coração o Sr. Barão de Penedo.

Viéra alli pela primeira vez, annos antes, carinhosamente recommendado pelo venerando e inolvidavel amigo o Sr. Visconde de Paraguassú, e desde então encontrára sempre a irradiar da personalidade rara do representante

do Brasil junto á rainha Victoria, a mesma aureola de genuina fidalguia e de empolgante sympathia.

Eramos poucos a jantar, e o illustre diplomata inquiria a miudo, com benevola distincção, das variadas impressões que, na minha alma juvenil, haviam gravado os multiplos e grandiosos aspectos da colossal metropole britannica. Ora, aquelle dia de Novembro, passara-o eu todo a peregrinar pelo *British Museum*, de assombro em assombro, maravilhado ante as opulencias inestimaveis daquelle gigantesco relicario das mais perfeitas emanações do genio humano, e trazia a retina ferida de mil imagens estranhamente sublimes e o cerebro a torvelinhar de idéas, que eu suppunha novas. Obedecendo á paixão innata pelos livros, me esqueci um instante a proclamar as riquezas bibliographicas conservadas nas estantes do monumento de *Great Russel Street*. No auge do meu enthusiasmo vi os labios austeros do Barão se encresparem num sorriso, entre piedoso e ironico.

— « Meu amigo, sabe o Sr. como Gladstone, o grande Gladstone, definio estas immensas collecções cuja grandiosidade o deslumbra?

— Não ! retorqui com sincera surpreza.

— Disse que eram vastos *cemiterios de livros;* mas, não creia, desta vez ao menos, no eminente estadista e original commentador de Homero : para os mortos destas necrepoles ha uma formula cabalistica que os faz resuscitar de prompto e se encontra nas paginas dos seus catalogos.

E a conversação mudou de assumpto.

Mas, fiquei comprehendendo a pavorosa inutilidade das grandes bibliothecas sem estes livros, tão desdenhados e tão uteis, que são o inventario dos seus conteúdos, e comecei a estimar o proveitoso labor dos seus organisadores ; por isso folgo em deparar, no recente trabalho do nosso querido conterraneo, o laureado historiador e critico Oliveira Lima, com uma producção a mais perfeita que no genero se póde imaginar.

Antes, porém, de proceder a rapida analyse deste seu novo trabalho, pensamos não ser ocioso precedel-a duma noticia sobre o estabelecimento sem rival onde o Autor foi encontrar os materiaes necessarios a sua realisação, e certo isto não poderiamos fazer melhor do que transcre-

vendo aqui a interessante *Nota Preliminar* pelo mesmo consagrada ao assumpto.

« O Museu Britannico, diz Oliveira Lima, importantissima instituição que abrange uma das mais ricas, senão a mais rica bibliotheca do mundo, collecções artisticas de primeira ordem, entre as quaes os formosos marmores do Parthenon, e incomparaveis riquezas de natureza scientifica, taes como collecções de historia natural, ethnographia etc., é um estabelecimento do Estado, mas, no caracter predominante na Inglaterra, governado em parte por tradições e reservando o seu campo á iniciativa privada, tendo aliás sido planeado por um celebre medico, Sir Hans Sloane. Foi este igualmente o organisador da collecção de manuscriptos conhecida por *Sloaniana*, a qual o Parlamento mandou comprar em 1753, depois da morte do collecionador, pela somma de 20.000 libras esterlinas, juntamente com a livraria e as collecções de antiguidades, objectos artisticos e exemplares de historia natural, para semelhante fim e por tal somma deixadas por Sir Hans Sloane, que com ellas despendera 50.000 libras.

« A *Bibliotheca Sloaniana* (Mss.) vai até n. 4099. Os ns. 4100 a 4478 representam o legado, em 1765, do Reverendo Birch. Entre os ns. 4479 e 5027 existem codices doados e codices comprados. Com o n. 5028 começam em rigor os chamados Manuscriptos Addicionaes, posto que figurem ainda depois sob o nome do fundador Sloane. Sóbem hoje ou antes subiam em principios de 1900 a 36.297 codices, e crescem constantemente com as compras e legados. Os documentos da casa do conde de Hardwicke, por exemplo, ajuntaram em 1899 centenares de volumes á immensa collecção. Tambem augmenta sempre a intitulada *Bibliotheca Egertoniana*, porque Francis H. Egerton (conde de Bridgewater) deixou por testamento uma somma de 7.000 libras para serem os juros della empregados na acquisição de novos manuscriptos com que se enriquecesse sua collecção, agora no Museu. Sóbe actualmente o seu numero a 2.790.

« As outras collecções encorporadas na Secção dos Mss. do Museu Britannico —a qual tambem comprehende Escripturas, Rolos e Sellos— e que nos interessam por serem aqui citadas, são: a *Harleiana*, de 7640 codices, formada

pelo conde de Oxford e Mortimer (Roberto Harley), fallecido em 1724, e por seu filho, fallecido em 1741, e que foi adquirida por 10.000 libras; a *Cottoniana*, de cerca de 1000 codices, organisada no fim do seculo XVI e começo do seculo XVII por Sir Robert Cotton e doada ao Estado por seu neto no anno de 1700, sendo ambas essas *bibliothecas* anteriores á fundação do Museu, o qual data de 1753; a *Lansdowniana*, de 1245 codices, reunida pelo primeiro marquez de Lansdowne e comprada em 1807 por quasi 5.000 libras, e finalmente a de *Jorge IV*, com 438 codices, offerecida por este monarcha em 1823, mas colligida no reinado anterior de Jorge III. »

Antes de Oliveira Lima a idéa de resenhar, dentre os thesouros manuscriptos do Museu Britannico, os documentos portuguezes — e conseguintemente os relativos ao Brasil — já occorrêra a Frederico F. de la Finganière, cujo excellente CATALOGO, impresso em Lisbôa, em 1853, foi durante meio seculo o melhor guia de quantos pesquizaram assumptos luso-brasileiros nas secções de ineditos da grande livraria londrina. O complemento que mais tarde addiccionou-lhe Varnhagen, a—SUCCINTA INDICAÇÃO DE ALGUNS MANUSCRIPTOS IMPORTANTES RESPECTIVOS AO BRASIL E A PORTUGAL, coordenado em Quito, em Fevereiro de 1862, e publicado, em Havana, no anno seguinte, pouco adianta porquanto é menos completo do que o catalogo do leilão da bibliotheca de Lord Stuart de Rothesay, donde proviéram todas as especies nelle enumeradas. Com o decorrer do tempo, os defeitos originaes de ambos se avolumaram de fórma a exigir succedaneo mais proficuo, tarefa que soube realisar, com a proficiencia peculiar a todos os seus escriptos, o applaudido litterato pernambucano.

Ao contrario do que geralmente succede com a maioria das similares, a sua inestimavel RELAÇÃO não tem a aridez rebarbativa e a seccura fatigante dos catalogos communs.

Tendo examinado conscienciosamente todos os volumes de que encontrou indicação nos inventarios anteriores, registrou esmeradamente todos os documentos, versando na integra sobre a America Portugueza, guardados no Museu Britannico; ás minuciosas descripções bibliogra-

phicas de cada um accrescentou preciosas notas explicativas, e ajuntou eruditas observações proprias a patentear o seu merecimento intrinseco, o interesse da sua vulgarisação e a sua importancia historica.

Para aquilatar de quanto se avantaja aos precedentes, só no respectivo á copia dos manuscriptos mencionados, é sufficiente assignalar que dentre os 181 codices descriptos nada menos de 110 não foram citados por Finganière e muitos outros apenas indicados com concisão prejudicial á bôa intelligencia do leitor.

Quem quer que nutra curiosidade intelligente pelas cousas do passado da nossa patria, encontrará alli informes valiosos e conducentes á elucidação de mais dum incidente obscuro ou pouco conhecido.

Interessando directamente ao nosso Estado distingui em primeiro lugar o numero 21000 dos *Manuscriptos Addiccionaes*.

E', diz Oliveira Lima, um livro de registro particular, com indices muito completos e muito bem feitos, contendo a historia de Pernambuco, miuda e inteira, num periodo pouco conhecido, qual o da administração do Marquez de Monte Bello, cujas armas se acham lindamente desenhadas á penna no frontespicio do codice. Realmente, sobre o governo de Antonio Felix Machado da Silva e Castro, de 5 de Junho de 1690 a 13 de Junho de 1693, são por demais excassas as informações que possuimos, e a prompta divulgação do conteúdo deste volume de ineditos torna-se sobre maneira desejavel.

Os ns. 5221 e 5253 da *Bibliotheca Sloaniana* respeitam igualmente a Pernambuco, encerrando o primeiro 32 desenhos originaes, á tinta da China, por *Franz Post*, os quaes serviram para as illustrações da famosa obra de Barlaeus, e contendo o segundo 7 formosas aquarellas, representando indios e scenarios pernambucanos, provavelmente delineados por *G. van Eckhout*, outro pintor hollandez que acompanhou Mauricio de Nassau á America, e cujos trabalhos tem com frequencia sido attribuidos ao seu homonymo, o celebre discipulo de Rembrandt.

Contêm ainda documentos de interesse especial para a historia pernambucana os codices de ns. 323, 324, 325 e 1049 da *Bibliotheca Egertoniana*, e nos de ns. 5027 A, 13981,

15189, 20846, 20936, 20949 e 28461 dos *Manuscriptos Addiccionaes.*

E o contingente relativo a Pernambuco é talvez o mais exiguo do repertorio brasileiro do *British Museum;* muito mais abundantes são alli os documentos referentes á historia geral, ás questões de limites, ás negociações diplomaticas, ás luctas com os hespanhóes nas fronteiras meridionaes, á exploração da Amazonia; os mappas e os *portulanos*, alguns incompletamente conhecidos, muitos completamente ignorados até hoje.

E', portanto, valiosissimo o serviço que vem de prestar aos estudiosos da historia nacional o operoso, erudito e elegante escriptor pernambucano, a quem não sei como lh'o devemos condignamente agradecer, nós todos os que veneramos a imagem severa de Clio.

Alfredo de Carvalho

ACTAS DAS SESSÕES

Sessão magna em 24 de Julho de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. CONSELHEIRO DR. PINTO JUNIOR

A' uma hora da tarde presentes os Exms. Srs. Conselheiro Dr. Governador do Estado, representado por seu ajudante de ordens major Peregrino, Drs. Chefe de Policia e seu respectivo secretario, Procurador Geral do Estado, Vice-director do Collegio Pestalozzi, acompanhado dos alumnos desse acreditado estabelecimento de instrucção, deputados estaduaes, representantes de diversas associações, jornalistas, estudantes de direito e de engenharia e pessôas de todas as classes sociaes : bem como os seguintes socios do Instituto : Conselheiro Pinto Junior, 1° vice-presidente, Drs. Regueira Costa, 1° secretario, Sebastião Galvão, 2° secretario, Eudoxio de Brito, João Coimbra, Luiz José da Silva, major Codeceira e Soares Brandão, o Sr. Conselheiro Pinto Junior, presidente do acto, depois de breve allocução allusiva á solemnidade abrio a sessão.

Em substituição ao Dr. Carlos Porto Carreiro, orador official, que deixou de comparecer, foi designado pelo Sr. Presidente o Dr. Luiz José da Silva, o qual subindo á tribuna, poz em relevo o patriotismo dos heróes da confederação, salientando dentre elles o invicto Fr. Joaquim do

Amor Divino Caneca e consagrando palavras repassadas de sentidissima recordação aos sacrosantos martyres da grande ideia.

Em seguida occuparam a tribuna, o illustre estudante Alcebiades Lima, em nome da sociedade litteraria *Bernardo Vieira de Mello*, e o illustrado Dr. Regueira Costa, que recitou varios sonetos de sua lavra, analogos a grandiosa data.

Depois de ter fallado o ultimo orador o Sr. Presidente agradecendo o comparecimento das pessôas que compareceram levantou a sessão.

Durante o acto fez-se ouvir a apreciada banda do 2º Corpo de Policia.

João José Pinto Junior, 1º Vicè presidente; *J. G. Regueira Costa*, 1º Secretario; *Sebastião Galvão*, servindo de 2º Secretario.

Sessão ordinaria de 23 de Agosto de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Conselheiro Pinto Junior, Luiz José da Silva, Pereira da Costa, substituindo o 1· secretario que não compareceu, e Sebastião Galvão occupando a cadeira do 2·, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. 1· Secretario mencionou as seguintes:

OFFERTAS

Pelo Sr. J. F. Marques Ferreira, por intermedio do consocio Commendador Celestino de Menezes, dous folhetos intitulados — *Tassi yang-kuo*.

Pelo Dr. Julio da Silveira Lobo, por intermedio do consocio Conselheiro Pinto Junior, um volume de sua obra —*Apontamentos para a historia do segundo reinado*.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram lidas e remettidas á commissão respectiva, composta dos Srs. Drs. João Coimbra, Regueira Costa e Luiz José da Silva, quatro propostas para socios effectivos e tres para correspondentes, estas ultimas independentemente do pagamento da joia.

O Sr. Major Codeceira apresentou e pedio para se mandar publicar com a acta da sessão um trabalho seu intitulado *O seu a seu dono*, em resposta a um artigo publicado na *Concentração*, de 25 de Julho, com relação á transferencia dos restos mortaes do Desembargador Nunes Machado para o cemiterio publico, sendo o pedido attendido.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão leu uns apontamentos biographicos do finado consocio Dr. José Antonio Correia da Silva, que o Instituto mandou publicar.

O Sr. Presidente em sentidas palavras communicou o fallecimento daquelle digno socio honorario, sendo resolvido que se lançasse na acta um voto de pezar por tão infausto acontecimento.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *F. A. Pereira da Costa*, Servindo de 1º Secretario. — *Sebastião Galvão*, servindo de 2º Secretario.

Sessão ordinaria em 13 de Setembro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Conselheiro Pinto Junior, Major Codeceira, Drs. Miguel Castro, Luiz Silva, Cunha Barbosa, Eudoxio de Brito, Alfredo Freire, Pereira da Costa, substituindo o 1º secretario que não compareceu, e Sebastião Galvão, substituindo o 2º, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente e approvada, o Sr. 1º Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do Exm. Consul da Italia, convidando o Instituto a se fazer representar nas exequias solemnes, que deviam ser celebradas por alma de S. M. o Rei Umberto, no dia 29 daquelle mez. — Deixou de ser correspondido o convite por ter sido entregue no Instituto depois de 5 horas da tarde do dia 28.

Um dito do Sr. Alberto F. Rodrigues, de 16 de Agosto accusando a recepção e agradecendo o n. 53 da *Revista do Instituto* e offertando um exemplar da edição do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, commemorativo do 4º centennario do descobrimento do Brasil. — Mandou-se agradecer.

Um dito do Lyceu Litterario Portuguez, de 18 de Agosto, offertando um volume do seu livro commemorativo do 4º centenario do descobrimento do Brasil. —Mandou-se agradecer.

OFFERTAS

Pelo Museu Paulista o 4º volume de sua *Revista*.

Pelo Dr. Director da Secretaria da Industria do Estado, o fasciculo n. 1 da *Viticultura de S. Paulo*. Exposição Viticula de S. Paulo em 1897.

Pelo Museu Paraense um numero do seu *Boletim*.

Pelo consocio Dr. Manoel Duarte M. de Azevedo, por intermedio do Exm. Sr. Desembargador Luna Freire, um volume do livro commemorativo do 4º centenario do descobrimento do Brasil, publicado pelo Lyceu Litterario Portuguez do Rio de Janeiro.

Pela Bibliotheca Nacional o volume XXI de seus *Annaes*.

Pelo Instituto Smithsoniano de Washingtòn as seguintes obras: — *Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution*, dos annos de 1895 a 1899, 8 volumes encadernados e os 9º, 10º, 11º e 12º volumes do *Boletim da Sociedade de Geographia de Neuchâtel*, em brochura.

Pelo consocio Coronel Coelho Cintra uma das quatro *marrecas* de bronze que no Rio de Janeiro serviam de ornato ao chafariz denominado das *Marrecas*.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Lido o parecer da commissão de admissão de socios correu o escrutinio secreto e foram approvados para socios effectivos os Exms. Srs. Desembargadores Manoel do Nascimento da Fonceca Galvão, João Carlos de Mendonça Vasconcellos, Carlos Augusto Vaz de Oliveira e General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e para socios correspondentes os Srs. Desembargador Joaquim da Costa Ribeiro, Drs. Orville Derby, director da Carta Geographica de S. Paulo, A. Lœfgren, director dos serviços meteorologicos, porto botanico e explorações botanicas de S. Paulo e Theodoro de Sampaio, orador do Instituto de S. Paulo.

Em seguida foram remettidas a mesma commissão, para dar parecer, duas propostas para socios honorarios e duas para socios correspondentes.

O Sr. Dr. Miguel Castro, obtendo a palavra, leu as informações escriptas para serem copiadas na acta desta sessão, sobre a casa em que residio e de onde sahio preso o padre Miguelinho, na cidade de Olinda, as quaes vão abaixo transcriptas.

O Sr. Dr. Luiz José da Silva apresentou a seguinte proposta :

« O Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, plenamente convencido de que nenhum dos filhos desta terra deixará de contribuir na medida de suas forças para realisar o devido pagamento da immensa divida que infelizmente até hoje não foi satisfeita como ha muito devia tel-o sido, divida que se refere em commemorar dignamente, como é myster, os grandiosos feitos e patrioticos serviços prestados ao seu paiz pelo Exm. Sr. Dr. Francisco do Rego Barros, Conde da Bôa Vista, de saudosa memoria, resolve pedir ao generoso povo de Pernambuco, bem como ao supremo governo do Estado os precisos auxilios afim de erigir na Praça da Republica, nesta cidade, uma estatua áquelle preclaro pernambucano, sendo para isto aberta uma subscripção, sob os auspicios deste Instituto. Assim, pois, tenho a honra de submetter á discussão a presente proposta. Sala das sessões do Instituto, 13 de Setembro de 1900. — *Luiz José da Silva.* »

Posta em discussão a proposta declarou o Sr. Major Codeceira que votava por ella, tendo porem, em ligeiras considerações, declarado, sem negar os serviços e merecimentos do Conde da Bôa Vista, que entendia preceder a sua estatua a erecção de um monumento aos restauradores de Pernambuco, aos martyres de 1710, 1817, e 1824 e outros heróes credores preferenciaes das homenagens e gratidão de Pernambuco, em cuja considerações declarou concordar o Sr. Dr. Alfredo Freire, sem negar tambem o seu voto á proposta.

Finalmente foi a mesma proposta approvada.

O Sr. Presidente em sentidas palavras communica o fallecimento do venerando socio Visconde da Silva Loyo, e o Instituto resolveu que se lançasse na acta um voto de pezar por tão infausto acontecimento.

INFORMAÇÕES

Este patriotico Instituto sempre solicito e infatigavel na indagação, exame e estudos de qualquer feitos attinentes ao conhecimento da verdade historica, trate-se de causas ou daquelles de seus concidadãos que, por actos de civismo ou por feitos gloriosos, tornaram-se dignos do respeito e da veneração da posteridade, resolveu em uma das suas precedentes reuniões, por indicação de um de seus socios, que eu fosse ouvido, provavelmente por ser parente (sobrinho), do padre Miguelinho para o fim de verificar-se e conhecer-se a rua e casa em que residio em Olinda esse glorioso patriota, em Março de 1817, quando foi preso como implicado na patriotica reuolução de 6 de Março, de cujo governo provisorio fôra elle secretario.

Satisfazendo pressuroso a essa deliberação do Instituto exponho quanto sei a tal respeito, por ter-me sido referido por pessôa de inteira confiança, que já não vive, exposição que, de conformidade com os desejos do Instituto, reduzi a escripto e offereço para os devidos fins.

Antes porém, peço permissão para precedel-as de ligeiras referencias relativas a estirpe do padre Miguelinho de saudosissima memoria.

O padre Miguelinho (Miguel Joaquim de Almeida Castro), nasceu aos 17 de Novembro de 1768, na cidade do Natal, hoje capital do Estado do Rio Grande do Norte ;

foi baptisado com os santos oleos na matriz daquella freguezia, em 3 de Dezembro do mesmo anno, pelo padre Bonifacio da Rocha Vieira, coadjutor então, mediante licença do respectivo vigario Panthaleão da Costa Araujo ; teve por padrinhos Francisco Pinheiro Teixeira, por procuração do Capitão-mór Manoel Dias Palhares e D. Angelica Maria Teixeira. Foram seus pais o Capitão Manoel Pinto de Castro, natural de S. Verissimo de Vellon, bispado do Porto, e de sua mulher D. Francisca Antonia Teixeira, natural do Rio Grande do Norte ; foi neto por parte paterna de Francisco Pinto de Castro e de D. Izabel Pinto de Almeida, naturaes do mesmo S. Verissimo de Vellon do referido bispado do Porto, e por parte materna do Capitão Francisco Pinheiro Teixeira e de D. Bonifacia Antonia de Mello, naturaes do Rio Grande do Norte.

O padre Miguelinho teve sete irmãos dos quaes tres foram sacerdotes : o padre Ignacio Pinto de Almeida Castro, que foi vigario de Jaboatão, neste Estado, então provincia, o padre Manoel Pinto de Almeida Castro, que foi vigario de Natal e deputado provincial em diversos bienios, pela respectiva provincia ; o padre José Joaquim de Almeida Castro, que falleceu poucos annos depois de ordenado ; Joaquim Felicio de Almeida Castro, que tomou parte no movimento de 1824 no Ceará, onde fixara residencia, e fez parte da respectiva junta revolucionaria e falleceu deixando descendencia legitima ; Francisco Pinheiro Teixeira, avô do signatario destas linhas, o qual deixou quatro filhos de legitimo matrimonio ; Simeão Pinto de Almeida Castro, que falleceu ; D. Bonifacia Pinto de Almeida, que foi casado, tendo tido diversos filhos entre os quaes o Conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida, que presidio este Estado, então provincia, no anno de 1828 e posteriormente, no segundo imperio ; D. Clara Joaquina de Almeida Castro, que morava com o irmão, assistio a prisão deste e auxiliou-o na penosa noite que precedeu a mesma prisão, na escolha e queima de papeis a seu cargo, como secretario do governo, que podiam comprometter a terceiros. Foi depois casada com o Tenente-coronel Ignacio Pinto de Almeida Castro, seu sobrinho, por ser filho do irmão Francisco Pinheiro Teixeira.

Feitas estas ligeiras considerações e voltando ao assumpto á casa em que morava o padre Miguelinho, quando

foi preso, é minha convicção que a casa em questão é o sobrado, hoje em ruinas, sito á rua Nova na cidade alta de Olinda, fronteiro ao recolhimento da Conceição, ultimo edificio dessa rua a partir da Sé e á pequena distancia da igreja da Misericordia.

Este asserto funda-se no testemunho insuspeito do fallecido padre Joaquim da Assumpção, que morou no anno de 1854 no alludido sobrado e referio-me esse facto.

O padre Joaquim da Assumpção que servio por longos annos o lugar de secretario deste bispado, foi um caracter respeitavel, um venerando sacerdote que sempre se recommendou por sua dignidade pessoal e pelas virtudes do seu habito, como o attestam todos aquelles que, como eu, o conheceram pessoalmente e cultivaram suas relações, pelo que seu testemunho deve ser acceito como a expressão da verdade. Tenho concluido. Recife 13 de Setembro de 1900. — O Bacharel *Miguel Joaquim de Almeida Castro.*

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire,* Presidente. — *F. A. Pereira da Costa,* servindo de 1º Secretario. — *Sebastião Galvão,* servindo de 2º Secretario.

Sessão ordinaria de 27 de Setembro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde presentes os Srs. Drs. Miguel Castro, Conselheiro Pinto Junior, Eudoxio de Brito, Sebastião Galvão substituindo o 1º secretario que não compareceu, Luiz Silva, occupando a cadeira de 2º secretario, Barão de Nazareth, Coronel Coelho Cintra e major Cedeceira, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente o Sr. Major Codeceira obtendo a palavra pela ordem, declarou que protestava contra o que se achava transcripto na mesma acta com relação ao seu voto para ser erguida nesta capital uma estatua ao Conde da Boa Vista, porquanto o que disse e

requer que seja registrado na da presente sessão foi o seguinte :

« Que foi contemporaneo das duas administrações do Conde da Bôa Vista, quando presidente deste Estado, então provincia, que sendo maior de 20 annos entrou na politica e militou no partido liberal, naquelle tempo denominado *praeiro* o qual se achava em opposição áquelle presidente e acompanhou-a com os seus serviços, já na imprensa e já nas urnas, isto até o anno de 1846 em que retirou-se da politica, tendo-se estendido a sua opposição ao Conde da Bôa Vista tambem no caracter de commandante superior da Guarda Nacional, que elle Conde exercia; que nunca lhe negou os serviços materiaes prestados á nossa patria, taes como aberturas de estradas e outros, feitos á provincia e em que nunca foi excedido por nenhum outro, mesmo pernambucano; porém entende que isto não basta para que sem verdadeira apreciação de sua administração civil e politica, o que pertence á posteridade e não á geração presente, seja elle preferido aos quatro heróes, bem como aos demais pernambucano que já figuram nas calebres datas de 1654, 1710, 1817 e 1824, os primeiros dos quaes são lembrados tambem nos quadros que figuram na galeria de retratos que possue esta associação ; que sendo suspeito por ter sido contrario á politica do Conde, abstem-se de dar o seu voto, e que se o Instituto entende que bastam esses serviços materiaes para recommendal-o aos postheros, que o faça, mas sem a sua acquiescencia.

Pondéra porem, que devendo o Instituto uma divida de honra aos quatro heróes de que fallou e á cujos sacrificios de vida, fortuna, liberdade e socego, devemos a herança de uma patria livre e independente, nenhuma razão tem para dar preferencia a creação de estatuas de outros ás delles, porquanto ninguem como elles tem direito á isso ; que seria injustiça reservada ao Estado de Minas Geraes, que preferio Tiradentes ao seu verdadeiro martyr Felippe dos Santos despedaçado na praça publica, antes de haver nascido o mesmo Tiradentes. »

Posto em discussão o requerimento fallaram a respeito alguns dos Srs. Socios presentes, sendo afinal approvado.

O Sr. 1° Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. Secretario da Sociedade Litteraria *Bernardo Vieira de Mello* de 14 do corrente, agradecendo ao Instituto, em nome da mesma sociedade, a fineza de lhe ter cedido o seu salão de honra para nelle celebrar aquella sociedade, a sua sessão magna anniversaria. — Inteirado.

Um dito do Exm. Sr. General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, de 15 do corrente, agradecendo a sua eleição de socio effectivo do Instituto. — Inteirado.

Um dito do Exm. Sr. Provedor da Santa Casa de Misericordia do Recife, de 19 do corrente, accusando a recepção e agradecendo a offerta de cem volumes da *Idéa Republicana*, feita pelo Instituto para os alumnos do collegio de S. Joaquim, á cargo da mesma Santa Casa. — Inteirado.

OFFERTAS

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Lidos os pareceres da commissão de admissão de socios correu o escrutinio secreto e foram approvados para socios correspondente o Sr. Julio da Silveira Lobo, honorarios os Srs. E. Reclús, socio da Sociedade de Geographia de Paris e do Instituto Historico Brasileiro, e F. Virchow, socio do Instituto Ethnographico de Berlim e do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, sendo reprovados dous, um para socios effectivo e outro para socio correspondente.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão propoz e o Instituto approvou, que fossem dispensados do pagamento das joias respectivas os Exms. Srs. Desembargadores Manoel do Nascimento da Fonceca Galvão, João Carlos de Mendonça Vasconcellos e Carlos Augusto Vaz de Oliveira, ultimamente eleitos socios effectivos e Desembargador Joaquim da Costa Ribeiro, correspondente, sendo tambem dispensada a do effectivo o Sr. Rodolpho Lima, sob proposta do Dr. Miguel Castro.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão.

— *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *Sebastião Galvão*, servindo de 1º Secretario. — *Luiz José da Silva*, servindo de 2º Secretario.

Sessão ordinaria em 11 de Outubro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Luna Freire, Regueira Costa, 1º secretario, Barão de Nazareth, General Coelho Cintra, Manoel Arão, e Dr. Pereira da Costa, 2º secretario, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente e approvada, o Sr. 1º Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. Adolpho Guimarães, de 21 de Setembro, pedindo para a loja maçonica *Cosmos* de S. João do Rio Preto do Estado de S. Paulo, a remessa da *Revista do Instituto*. — Mandou-se remetter.

Pela redacção o n. 8 da *Revista Industrial e Mercantil* que se publica nesta cidade.

Pelo autor, o Sr. Mario Martins, um volume de sua obra *Historia do Paraná — 1555 a 1853*.

Por um pernambucano um folheto *Notas biographicas do vice-presidente da Republica Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva*.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foi proposto e approvado por escrutinio secreto, depois de lido o parecer da commissão de admissão de socios composta dos Srs. Manoel Arão, Barão de Nazareth e General Coelho Cintra, nomeados a requerimento do Dr. Pereira da Costa, o Sr. Candido Coelho Costa, cujo pagamento da joia foi dispensado.

O Sr. Dr. Pereira da Costa propoz e foi approvado que o Instituto chamasse a si as despezas preliminares a

fazer-se com a erecção da estatua do Conde da Bôa Vista, até que se faça arrecadação de dinheiro sendo então reembolsado o Instituto.

O mesmo Sr. Dr. Pereira da Costa propoz ainda e foi igualmente approvado que o Instituto permutasse as obras moedas e medalhas que possue em duplicata, por outras que ainda não tenha e mais que se solicitasse do consocio Dr. Manoel Cicero, director da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, copia de diversos documentos que mencionou, correndo a despeza necessaria por conta do Instituto.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *J. B. Regueira Costa*, 1º Secretario. — *F. A. Pereira da Costa*, 2º Secretario.

Sessão ordinaria de 25 de Outubro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Desembargador Francisco Luiz, Regueira Costa, 1· secretario, Eudoxio de Brito, Alcebiades Velloso, Pereira da Costa, 2· secretario, Luiz José da Silva, Alfredo de Carvalho, Julio Pires, Martins de Barros, Sebastião Galvão, João Vicente e os Srs. Barão de Nazareth, General Coelho Cintra, Augusto Cesar e Manoel Arão, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. Dr. 1· Secretario mencionou o seguinte:

EXPEDIENTE

Um officio do Club Litterario de Palmares, pedindo para a sua bibliotheca as publicações do Instituto. — Mandou se satisfazer.

Um dito do Exm. Sr. Desembargador Manoel do Nascimento da Fonceca Galvão, de 22 do corrente, accusando a recepção e agradecendo o seu diploma de socio effectivo do Instituto. — Inteirado.

OFFERTAS

Pelo Sr. Candido Costa, um volume de sua obra intitulada *As duas Americas* e o drama *Pedro Alvares Cabral.*

Pelo observatorio do Rio de Janeiro o seu *Boletim* mensal de Junho de 1900.

Pelas respectivas Redacções, diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Tendo vindo ao Instituto uma commissão convidal-o a se fazer representar na grande romaria a realisar-se em 4 de Novembro proximo vindouro, em homenagem a Jesus Christo Redemptor, o Sr. Presidente nomeou para esse fim os Srs. Barão de Nazarethe, Drs. Eudoxio de Brito, João Vicente, Sebastião Galvão e o Sr. Manoel Arão.

O Exm. Sr. Dezembargador Francisco Luiz, obtendo a palavra, propoz que o Instituto se dirigindo aos poderes lhes solicitasse a demolição dos arcos de Santo Antonio e da Conceição, fazendo em seguida diversas considerações no sentido de justificar a sua proposta.

Depois de fallarem a respeito diversos Srs. Socios, o Sr. Presidente mandou que fosse a proposta á commissão de archeologia afim de dar parecer.

Foram propostos e approvados para socios effectivos os Srs. Drs. Alfredo Pretextato Maciel da Silva, F. Burlamaqui e Olympio Costa, e para socios correspondentes os Srs. Drs. Melchisedeck de Albuquerque Lima e Romario Martins.

O Sr. General Coelho Cintra leu um manuscripto remettido ao Instituto pelo Sr. Major Codeceira o qual, de conformidade com o pedido do mesmo Major Codeceira, será publicado e transcripto na acta da presente sessão, e foi remettido a uma commissão composta dos Srs. Barão de Nazareth, Drs. Desembargador Francisco Luiz e Alfredo de Carvalho, para dar parecer.

O Sr. Presidente congratula-se com o Instituto pela presença do consocio Dr. Martins de Barros, ao qual pede o seu valioso auxilio em favor da associação.

O Sr. Dr. Martins de Barros agradecendo ao Sr. Presidente promette fazer o que estiver ao seu alcance afim de corresponder a espectativa dos que o elegeram socio.

Finalmente sendo concedida a palavra ao Sr. Dr. Re-

gueira Costa, este procedeu á leitura da traducção da memoria escripta pelo Dr. João C. Branner, intitulada — *Recife de grés do Rio Formoso.*

Concluida a leitura foi o mesmo socio cumprimentado e felicitado pelos presentes, sendo a traducção mandada publicar em avulsos e na Revista do Instituto.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *João Baptista Regueira Costa*, 1º Secretario. —*Sebastião Galvão*, servindo de 2º Secretario.

MANIFESTO

Illms. e Exms. Srs. Presidente e membros do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. — Tendo sido esta Instituição organisada quasi por um acto de inspiração de cinco illustres cidadãos os Drs. Joaquim Pires Machado Portella, José Soares de Azevedo, Antonio Witruvio Pinto Bandeira e Accioly de Vasconcellos, Antonio Rangel de Torres Bandeira e Major Salvador Henrique de Albuquerque, com o fim de commemorar a data mais memoravel da historia pernambucana — a Restauração de Pernambuco do dominio hollandez, e mesmo do Brasil, e o mais que consta do art. 1º de seus Estatutos, desde logo foi aventada a ideia de serem erigidas estatuas de semelhantes feitos aos heróes que, á custa do sacrificio de fortuna, socego, sangue e vida, com espanto do mundo inteiro, concorreram para a unidade, do resto do territorio brasileiro e de toda a região comprehendida hoje pelos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e ainda Alagôas, pagando-lhes assim um tributo de admiração.

O facto foi iniciado, e isto se verifica plenamente da acta da sessão de 9 de Dezembro de 1864 em que seu primeiro presidente, uma das glorias patrias, o venerando ancião Monsenhor Dr. Francisco Muniz Tavares propoz o levantamento de estatuas commemorativas do feito aos seus heróes João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Antonio Felippe Camarão e Henrique Dias, e eu acrescentaria, se então já fosse socio, uma tambem ao bravo general portuguez Francisco Barreto de Menezes, o vencedor das duas batalhas de Guararapes e que acom-

panhou com inegualavel valor o exercito pernambucano guiando-o á victoria.

Aceita pelo Instituto a proposta ficou estabelecido que seria executada essa lembrança do monumento, tributo de gratidão aos pernambucanos. E nunca desanimou o Instituto, e nas sessões de 11 de Julho de 1865, 12 de Outubro do mesmo anno, 15 de Abril de 1866, 13 de Maio de 1869, 5 de Agosto do mesmo anno, 16 de Maio de 1872, 17 e 31 de Outubro do mesmo anno, e finalmente de 3 de Abril de 1896, continuaram os esforços para a sua execução, tratando-se a principio em taes sessões se deviam ser levantadas as 4 estatuas ou sómente um monumento que significasse conjuntamente o feito dos quatro heróes. Mas o facto ia vagarosamente, porque semelhante ideia não podia nem póde ser executada, por sua importancia e valor sem um poderoso auxilio e sobre tudo vindo do governo do Estado.

E realmente o respeitavel senador de então, meu dignissimo e prezado amigo Dr. Ignacio Alcebiades Velloso, em sessão de 11 de Maio de 1894 apresentou um projecto nesse sentido, o qual foi approvado pelo senado e actualmente se acha na Camara dos Deputados para concluir a sessão. Seu autor justificando-o em discurso disse o modo como se devia erigir esse monumento condigno do Estado por sua importancia, se escrevendo no pedestal os nomes dos heróes que figuraram na nossa historia e chegado mesmo a indicar o meio de execução, com o auxilio de loterias e subscripção popular, concluindo com a paraphraze de Napoleão o grande ..... Quem fôr pernambucano me acompanhe !?

Em vista do quanto fica exposto é incontestavel que o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano não póde erguer estatua a quem quer que seja antes de cumprir o dever de honra que se impoz, equivalente a formal compromisso em que se acha, sem que seja com bons fundamentos taxado de leviano, sem criterio, frivolo, contradictorio, inconsequente, sem valor em suas deliberações; porque não tendo levado a effeito ainda um projecto lembrado e em principio já de execução, o abandona e cuida de cousa nova revelando assim que seus compromissos reputados serios, pouco valem.

As sociedades, como os homens, são afferidas seme-

lhantemente. De facto, se o Instituto erigir qualquer estatua antes de satisfazer o objecto de tantas preoccupações suas e no qual tem consumido annos, merece com razão subida os qualificativos supra indicados.

Estas considerações porém jámais excluem a ideia de se poder elevar estatuas a pernambucanos que se dignificarem em serviços prestados á patria, já exprimindo ou representando cada uma dessas estatuas uma ideia, como por exemplo, a de José de Alencar, no Rio de Janeiro indica o litterato ; a de Gonçalves Dias no Maranhão, a poesia brasileira ; a de João Caetano, a arte dramatica ; as dos generaes Tiburcio e Gurjão, o militar cearense ; as do Duque de Caxias e do Marquez do Herval, generaes brasileiros ; a do Marquez de Tamandaré, a marinha brasileira, etc.

Sendo assim não é de estranhar que um dos vossos consocios fizesse uma proposta afim de ser erigida uma estatua ao Conde da Bôa Vista, recordaddo os seus serviços materiaes quando presidente da então provincia. A' essa proposta oppuz o que entendia declarando reconhecer os seus serviços materiaes prestados a Pernambuco ; quanto porém ao mais que comprehendeu sua administracão, achei que não era chegado o tempo para ser feito juizo preciso sobre o mesmo Conde, porquanto foi nosso contemporaneo e politico, creando um partido com a denominação de seu titulo.

Deste modo todos os actuaes o julgam ou com a affeição do partido a que elle pertenceu, ou com a prevenção de adversarios que delle foram.

Em qualquer caso não haverá justiça no julgamento : ou é a benevolencia que lhe offerece uma estatua ou a antipathia que lh'a negará.

Só os posteros livres de paixões e com o espirito mais disposto lhe darão o que merecer.

Por esta razão me abstive de votar, lembrando porêm ao Instituto qne, emquanto elle não satisfizesse sua divida de honra, anteriormente contrahida, compromisso que se tem modificado varias vezes na forma, mas não na ideia, não podia erigir estatuas a quem quer que fosse, ainda mesmo com elevadissimo merito, tal como se houvesse a lembrança de fazer-se a estatua isoladamente de qualquer

dos heróes das revoluções libertadoras de 1710, 1817 e 1824, sob os auspicios do Instituto.

Está bem entendido que fica livre a qualquer outro que não ao mesmo Instituto de erguel-as, recordando o facto da estatua do almirante Wandencolk, feita á custa de subscripção promovida pelo ex-inspector do Arsenal de Marinha, Serrano, a qual existe no edificio do antigo Arsenal e que hoje estaria collocada talvez, se não tivesse morrido o mesmo Serrano, sendo aquella estatua a primeira levantada nesta capital.

Entretanto aquelle Almirante não era pernambucano; vive ainda e se teve algum merecimento deslustrou-o por actos posteriores.

A verdade é que, em hypothese alguma, o Almirante póde ser equiparado em meritos ao Conde da Bôa Vista.

Emquanto o Instituto não transformar em verdade o facto, que, desde sua installação, foi um pensamento seu e constante, repito, não póde cuidar em erigir estatuas a ninguem; outro póde fazel-o.

Se a associação deixou de realisar sua vontade (sabe-se) foi unicamente por falta de meios, causa que ainda persiste. Se tem hoje recursos para lembrar outra estatua tem-n'o de certo para satisfazer, porque é dever seu, o primitivo compromisso.

O autor da proposta junto a todos os socios do Instituto, menos com o nome deste, póde levar a effeito a lembrança da estatua ao Conde da Bôa Vista. Esses socios são individualidades que se substituem successivamente; o Instituto entretanto é um ser moral que se representa por suas ideias, objecto e fim.

Salvem, por Deus, ao menos, o nome da associação até hoje tão respeitavel.

Não desconheço o valor que tem demonstrado muitas vezes a familia Cavalcante, notando-se salientemente heróes como Jeronymo de Albuquerque e seus dous filhos, Antonio e Mathias de Albuquerque, na conquista do Maranhão, Pedro de Albuquerque, o valente soldado do reducto do Rio Formoso, Luiz Barbalho Bezerra do forte do arrayal do Bom Jesus, e na Bahia do outro fórte por elle construido em defesa de seus irmãos. Colomby, Lacerda e os demais da guerra titanica com os hollandezes. Em 1710, 1817 e 1824, os membros de taes familias, fraterni-

sando com o povo, esquecidos de seus titulos de nobreza, prestaram inolvidaveis serviços á patria pernambucana. Portanto, ao Sr. Conde da Bôa Vista, que é um dos descendentes da mesma familia, eu não teria duvida alguma se elle já podesse ter o juizo honroso e imparcial da posteridade, em dar lhe tambem o meu voto de apoio para opportunamente receber a homenagem a que tiver direito.

E não se queira especular com o meu procedimento franco, porque digo livremente o que sinto e penso, sem precisar de hypocrisia nem mascarar-me, procedimento que se está tendo a meu respeito em todos os pontos desta cidade.

Um velho octogenario como eu e do meu caracter, segue a linha recta, obedecendo sómente á sã razão e a consciencia.

Podem torpemente calumniar-me, fazerem vis papeis de intrigantes os que vivem á sombra da adulação que eu que sempre vivi á clarissima luz do dia, que é a verdade, soberanamente despreso essas miserias.

Quando eu pensava que a proposta da estatua ao Conde da Bôa Vista não podia ser uma deliberação de simples sessão ordinaria, ou economica, pela magnitude de seu objecto, com assombro vi que em nome do Instituto se achavam nomeadas commissões para levar a effeito a proposta; e o que é notavel é que tendo eu assistido sempre a todas as sessões não vi taes nomeações e menos serem autorisadas despezas nesse sentido e quando deliberação anterior prohibio toda e qualquer despeza extraordinaria emquanto não fossem liquidados os varios debitos em que o Instituto se acha compromettido, não pagando em dia os ordenados de seus empregados. Isto não é serio e eu fujo de uma tal deliberação e concurso de minha parte.

A columna commemorativa do arrayal novo do Bom Jesus, acha-se completamente estragada ha dous annos, approximadamente; esforcei-me pela restauração da mesma, havendo já orçamento feito na importancia de ..... 1:600$000 réis e não podendo ser executado até hoje aquelle serviço por faltarem recursos ao Instituto.

Os restos mortaes do grande restaurador de Pernambuco, Fernandes Vieira, tirados de sua jazida para serem guardados em mausoléo condigno que lhes reservava a a associação na igreja da Conceição dos Militares, conti-

nuam ainda insepultos e guardados n'uma urna em uma das salas do Instituto, até se perderem, por falta do tumulo projectado, que chegou a ser encommendado, mas que não se levou a effeito por não haver dinheiro !

Em vista destas considerações, vendo que se autorisava despezas sem recursos para satisfazel-as, sem convocação especial de uma assembléa geral para revogar o primitivo projecto, que constituio até agora o objecto mais importante da orientação social, dirigi-me ao autor da lembrança de se levantar a estatua ao Conde da Bôa Vista para fazer-lhe todas as considerações que deixo expostas.

Disse-lhe então que assim procedia por *chamar-me seu amigo*, a quem dizia prestar consideração, mas com assombro meu vi que o mesmo senhor assumindo autoridade de *primus inter pares*, e como se fosse um *plenipotenciario* da associação, disse-me que as commissões estavam *bem organisadas* por autoridade competente e tratando-me mal, não me quiz ouvir.

Não desço a particularisar esse ponto, bem como outros que me tem produzido desgostos profundos porque elles compõem a *roupa suja* que só deve ser lavada no seio da familia, e não quero vel-a na praça publica.

Resta-me, pois retirar-me do meio dos associados do Instituto. Chegou a vez em que sou demais ; incompatibilisei-me, não posso continuar. E assim vou concluir, depois de muito particularmente chamar a attenção do Instituto, para o facto exposto e considerações feitas, sobretudo porque devo-lhe o coração e lhe sou muito penhorado pelas attenções que outr'ora me dispensou.

Mas, como hoje penso que a patriotica associação, que sempre foi tão justa e coherente em seu modo de julgar, se desvia da norma de conducta a que se havia traçado para seguir outra differente, que é incompativel com o seu objecto e fim e lhe quebra toda essa força de prestigio em que se collocam sempre elevadas certas instituições, deixo-a pesarosamente, pedindo minha exoneração do cargo de 2º vice-presidente ; e assim partindo a minha penna, que tantas vezes humildemente, dei á todas as causas do Instituto, as quaes julgava tambem de minha patria, recolho-me ao silencio da familia até chegar os meus derradeiros dias.

Mas, do retiro onde me vou acolher, todos os meus

votos serão ainda pela prosperidade da associação com a qual tanto me edifiquei.

E meu ultimo pedido é que este manifesto seja registrado na acta da sessão em que fôr apresentado. Recife, 25 de Outubro de 1900. — *José Domingues Codeceira.* »

Sessão solemne de assembléa goral de 10 de Novembro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' meia hora da tarde, presentes os Exms. Srs. Vice-governador do Estado Desembargador Antonio Pedro da Silva Marques, generaes Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, commandante do 2° districto militar e Marciano Botelho de Magalhães, inspector das forças federaes, major Peregrino de Farias e alferes Alfredo Avelino Maia e Silva, representantes, aquelle, do Exm. Sr. Dr. Governador do Estado, Conselheiro Antonio Gonçalves Ferreira, e este do commandante da brigada policial, coronel Leoncio Luiz Pinto Ribeiro, officiaes federaes e de policia, senadores e deputados do Congresso do Estado, membros do conselho municipal, advogados, jornalistas, commissões de sociedades litterarias, distinctas senhoras, director e alumnos do collegio Pestalozzi, e cidadãos de todas as classes, verificando-se igualmente a presença dos socios do Instituto: Desembargador Adelino Antonio de Luna Freire, presidente, Drs. João Baptista Regueira Costa, 1° secretario, Bianor de Medeiros, occupando a cadeira de 2° secretario, Pedro Celso Uchôa Cavalcante, João Coimbra, Luiz José da Silva, João Vicente da Silva Costa Filho, Sebastião de Vasconcellos Galvão, Francisco Augusto Pereira da Costa, e dos Srs. Barão de Nazareth e Manoel Arão, o Sr. Presidente declara que a sessão do Instituto por fim especial commemorar a data gloriosa de 10 de Novembro de 1710, na qual Bernardo Vieira de Mello, em

pleno regimen absoluto, quando os mais ligeiros attentados contra a soberania dos reis eram punidos com a pena de morte, teve a grande coragem de ser o primeiro que proclamou na America a republica, propondo naquelle dia memorando, no paço da Camara de Olinda, onde se haviam congregados os homens mais notaveis do lugar, na ausencia do governador Sebastião de Castro e Caldas, que tinha fugido vergonhosamente para a Bahia, que se adoptasse um governo modelado pela republica de Veneza, que era, naquelle tempo, a nação que attrahia a admiração do mundo inteiro, sendo essa proposta logo rejeitada pelo voto dos timoratos, que receiaram jogar a cabeça em tão arriscada empreza.

A esse famoso acontecimento accrescentou o Sr. Presidente, seguio-se a guerra appellidada *dos Mascates*, oriunda, não de infundados zelos da pretensa nobreza de Olinda, que bem conhecia que, mais cedo ou mais tarde, a florescente povoação do Recife adquiriria os fóros de cidade, mas o elevadissimo espirito de nacionalidade e nobre desejo de independencia que germinava na alma dos pernambucanos desde que em 1654 o sólo da patria fôra expurgado da presença dos hollandezes que durante 24 annos pezaram sobre os nossos antepassados do modo o mais horrivel,

Os moradores da velha Morim, disse ainda o mesmo Sr. Presidente, pertenciam ao importante partido que em 1710 aspirava a separação do Brasil para constituir uma poderosa nação por dispor dos recursos de que fôra dotado pela mão poderosa da natureza; os portuguezes moradores do Recife, amparados pelos governadores estupidos e violentos que a metropole nos mandava, faziam parte de uma facção ante-separatista que com a conservação de tão opulenta possessão, como era o Brasil, tudo tinha a ganhar, possessão que lhes dava riqueza e importancia.

Foi tremenda a luta alimentada pela ferocidade do novo governador Felix José Machado de Mendonça, durante quasi dous annos sendo afinal o sagrado direito de liberdade esmagado pela mão perversa da tyrannia.

Bernardo Vieira de Mello e seus partidarios foram presos, processados e depois de mil supplicios tão dolorosamente descriptos pelo padre Antonio Gonçalves Leitão, deportados para Portugal, onde Bernardo Vieira de Mello

e seu filho André Vieira de Mello, atirados nas masmorras do Limoeiro, falleceram de *morte appressada*, na linguagem cynica do portuguez autor insuspeito das *Calamidades*, não faltando quem, nesse tempo, atribuisse sua morte á violencia do poder.

Seus companheiros de martyrio foram degredados para as possessões portuguezas da India onde findaram todos os seus tristes dias, com excepção de Leonardo Bezerra Cavalcante que, impellido pelo ardente desejo de voltar á patria, fugio do presidio para a Bahia e alli morreu cego e com a alma repassada de odio contra seus algozes.

Eis, senhores, concluio o Sr. Presidente do Instituto, descriptos em poucas palavras os lamentaveis acontecimentos de que vai occupar-se o nosso distincto orador. Em seguida declarou aberta a sessão.

Occuparam a tribuna e pronunciaram discursos analogos á solemnidade os Drs. Luiz José da Silva, orador official da sessão, João Coimbra, Manoel Arão e por fim o joven Alcebiades Lima, orador da Sociedade Litteraria Bernarno Vieira de Mello.

Antes de encerrar-se a sessão o Sr. Dr. João Baptista Regueira Costa, recitou um bello soneto de sua lavra tambem analogo á solemnidade e fez distribuir um outro impresso relativo ao mesmo assumpto.

Tanto o autor destas composições poeticas como os oradores que o precederam, foram muito applaudidos pelo numeroso auditorio.

Durante o acto as bandas do 1º e 3º corpos de policia fizeram ouvir lindas peças de seus repertorios, tendo ao começar a sessão tocado o hymno nacional, que foi por todos ouvido de pé.

Foram presentes um officio do Sr. Consul de Portugal commendador Celestino de Menezes declarando que por motivo de molestia não podia comparecer a sessão, e outro do Sr. Dr. Director da Escola de Engenharia participando ter nomeado uma commissão para representar a mesma Escola.

O Sr. Presidente agradecendo a presença das Exms. Senhoras, das autoridades e de todos os cavalheiros que se dignaram de comparecer, declarou encerrada a sessão. —*Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *J. B. Regueira*

Costa, 1º Secretario. — *Bianor de Medeiros*, Servindo de 2º. Secretario.

Sessão ordinaria de 29 de Novembro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Desembargador Luna Freire, Regueira Costa, 1º secretario, Luiz José da Silva, Eudoxio de Brito, Pereira da Costa, Alcebiades Velloso, Affonso de Albuquerque e João Coimbra, e os Srs. Barão de Nazareth, General Coelho Cintra e Augusto Cesar, substituindo o 2º secretario, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada com uma observação do Sr. Coelho Cintra.

O Sr. Dr. 1º Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do 1º secretario da Sociedade Monte Pio Bom Successo, de 22 do corrente, convidando o Instituto a se fazer representar na sua festa anniversaria, no dia 9 de Dezembro proximo vindouro.

Tiveram conhecimento do convite todos os Srs. Socios presentes.

Um dito da commissão dos bacharelandos de 1900, convidando o Instituto a se fazer representar no *Te-Deum* que mandam celebrar na matriz da Bôa Vista, ás 11 horas da manhã do dia 8 de Dezembro, e na collação solemne do respectivo grau, a 1 hora da tarde do mesmo dia.

Para corresponder ao convite foi nomeada uma commissão composta dos Srs. Dr. Luiz José da Silva, Manoel Arão e Augusto Cesar.

OFFERTAS

Pelo Sr. Coronel Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel os seguintes obras :

Primier censo general de la provincia de Santa Fé, verificado bajo la administracion del Director Dom José Galvez, 2 volumes.

Os numeros 733 a 805 do jornal « Deus e Humanidade» do anno de 1855, 1 volume.

Memoria historica sobre os indigenas do Matto Grosso, pelo capitão João Augusto Caldas, 1 folheto.

Estadistas e parlamentares, por Timon, 1 volume.

Constituição e projecto de constituição politica do Imperio do Brasil, 2 folhetos.

Boletim do Instituto Geographico Argentino, 1 volume.

O Sr. D. Pedro II a 7 de Abril de 1887, por Luiz F. da Veiga, 1 volume.

O Patrimonio territorial da Camara Municipal do Rio de Janeiro, pelo Dr. Mello Moraes, 1 folheto.

O Episcopado Brasileiro, perante o tribunal da sciencia, da Historia Critica e da Republica dos Estados Unidos do Brasil, por A. Pessolano, 1 folheto.

Offerenda aos Brasileiros Dia 7 de Abril de 1831, por Francisco de Paula Brito, 1 folheto.

Um pedaço do gurupez e outro da caverna da fragata Amazonas, vencedora da batalha naval de Riachuelo.

Pelo consocio Dr. A. da Cunha Barbosa as seguintes:

Uma collecção do Annuario do Observatorio Astronomico do Rio de Janeiro, 14 volumes, sendo 7 encadernados, e 4 moedas de prata commemorativas do 4· centenario do descobrimento do Brasil, da associação dos empregados do commercio e da associação do 4· centenario.

Pelo autor, o Sr. Alberto F. Rodrigues, um exemplar do Almanak Popular para o anno de 1900.

Pelo Dr. J. C. Branner, 4 folhetos sobre a expedição Branner-Agassiz ao Brasil e outro, de que é elle autor, intitulado *The Oil Bearing Shales of the coast of Brazil.*

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram lidas e remettidas á respectiva commissão, para dar parecer diversas propostas para socios effectivos e correspondentes.

Depois do expediente o Sr. Barão de Nazareth apresentou, na qualidade de relator, o parecer da commissão

especial, nomeada na sessão anterior pelo Sr. Presidente do Instituto, para consultar sobre o manifesto do Sr. Major Codeceira, contraria á proposta approvada por esta associação no sentido de ser erigida uma estatua ao Conde da Bôa Vista.

Após a leitura do referido parecer, fallaram sobre elle os Srs. Dr. João Coimbra e Barão de Nazareth, sendo addiada a sua votação para a sessão seguinte, a requerimento do Sr. General Coelho Cintra.

Sobre a mesma proposta mandou á meza o Sr. Dr. Affonso de Albuquerque um protesto que, depois de lido pelo Dr. 1· Secretario e de contra elle se pronunciarem os Srs. Dr. João Coimbra e Barão de Nazareth, foi unanimemente rejeitado, por não se achar em termos de ser recebido pelo Instituto.

O Sr. Presidente apresentou e o Instituto approvou por unanimidade a redacção da reforma dos Estatutos, que foi mandada imprimir em avulsos e na *Revista*.

Por ultimo foi nomeada uma commissão composta dos Srs. Dr. João Coimbra, general Coelho Cintra e Augusto Cesar, em lugar do Sr. Barão de Nazareth, que pedio dispensa da mesma commissão, para com o Dr. Thesoureiro pronunciar-se a respeito do estado financeiro do Instituto.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *J. B. Regueira Costa*, 1º Secretario. — *Augusto Cesar da Cunha*, substituindo o 2º Secretario.

Sessão extraordinaria de 6 de Dezembro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Desembargadores Luna Freire e Francisco Luiz, Drs. Eudoxio de Brito, Regueira Costa, 1· secretario, Rodolpho Galvão, Manoel Arão, Luiz José da Silva, Alfredo de Carvalho, Affonso de Albuquerque, João Coimbra, Pereira da Costa,

2· secretario, e os Srs. General Coelho Cintra, e Barão de Nazareth, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

O Sr. 1· Secretario mencionou as seguintes :

OFFERTAS

Pelo Sr. Sebastião Paraná, um volume de sua obra intitulada *Chorographia do Paraná.*

Pelo Sr. General Coelho Cintra, dous numeros do jornal especial intitulado *Illustracion Sul Americana*, dedicado ao Brasil quando tiveram lugar, em Buenos Aires, os festejos alli realisados por occasião da visita do Dr. Campos Salles, cujos numeros foram remettidos pelo Sr. João Silverio de Souza.

Pelo Sr. Carls Hiersemann, de Leipzig, um catal go de livros.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram remettidas a commissão de admissão de socios, composta dos Srs. Manoel Arão, general Coelho Cintra e Barão de Nazareth, diversas propostas para socios honorario, effectivos e correspondentes.

Findo o expediente o Sr. Presidente communica ao Instituto o fallecimento do socio correspondente Dr. Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, sendo resolvido que se lançasse na acta um voto de pezar por esse infausto acontecimento.

Em seguida o mesmo Sr. Presidente declara que a presente sessão extraordinaria, convocada a requerimento de alguns consocios, é, principalmente, prestar o Instituto a sua solidariedade com o regosijo nacional pela victoria que acaba de conseguir o Brasil na questão de limites com a França.

Sobre o assumpto fallaram o Dr. Pereira da Costa e o Sr. Barão de Nazareth, o qual propoz que se dirigisse aos Exms. Srs. Presidente da Republica e Barão do Rio Branco uma mensagem congratulatoria, o que foi pelo Instituto approvado, assim como que fosse nomeada uma commissão para cumprimentar o Exm. Sr. Conselheiro Governador do Estado por esse auspicioso facto, assim tambem ao Sr.

Consul da Suissa, pedindo a este para transmittir ao seu governo as cordeaes felicitações do Instituto.

Resolveu ainda esta associação, por indicação do Sr. Presidente, que se officiasse ao Exm. Sr. Dr. Esmeraldino Bandeira, agradecendo a proposta por S. Exc. apresentada na Camara dos Srs. Deputados no sentido de consignar-se na acta da sessão de 10 de Novembro um voto de gratidão civica a Bernardo Vieira de Mello que, naquelle dia, do anno de 1710, ergueu no Senado da Camara de Olinda o primeiro grito de republica, e pedindo-lhes que transmitta a mesma Camara o testemunho de reconhecimento do Instituto por ter ella unanimemente approvado a mesma proposta.

Em seguida foi submettido á votação, depois de fallarem pela ordem os Srs. Drs. João Coimbra, Affonso de Albuquerque e general Coelho Cintra, o parecer abaixo transcripto apresentado na sessão anterior pela commissão incumbida de pronunciar-se sobre o manifesto do Sr. Major José Domingues Codeceira.

O parecer foi approvado, e quanto ao pedido que fez o Sr. Major Codeceira de exoneração do cargo de 2° vice presidente do Instituto, resolveu este que sobre elle se manifestasse esta associação na eleição á que proximamente tem de proceder para compor a sua mesa administrativa do anno de 1901 a 1902.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente.—*J. B. Regueira Costa*, 1° Secretario. — *F. A. Pereira da Costa*, 2° Secretario.

PARECER

Sobre o manifesto do sr. major José Domingues Codeceira

A' commissão abaixo assignada, foi presente o manifesto do Sr. Major José Domingues Codeceira, protestando contra a proposta apresentada pelo Dr. Luiz José da Silva e approvada pelo Instituto em sessão de 13 de Setembro do corrente anno, no sentido de erigir-se uma estatua ao benemerito pernambucano Conde da Bôa Vista que, por duas vezes, exerceu o cargo de Presidente da antiga provincia prestando-lhe serviços da maior relevancia.

Funda-se o Sr. Major Codeceira para assim protestar em que não póde o Instituto elevar estatuas á quem quer que seja, antes de cumprir o compromisso que, desde 1864, contrahio de commemorar os quatro heróes da restauração de Pernambuco do dominio hollandez, sob pena de ser com bons fundamentos taxado de *leviano, sem criterio, frivolo, contradictorio, inconsequente e sem valor em suas deliberações;* accrescendo á essa circumstancia a consideração de que, apezar dos serviços materiaes que reconhece ter prestado a Pernambuco o Conde da Bôa Vista, ainda é cedo para para se formar um juizo seguro sobre a sua individualidade, attenta a diversidade das opiniões dictadas em uns pela affeição que ainda lhe votam, como seus co-religionarios, em outros pelo despeito de que se acham possuidos, como seus adversarios politicos.

Conclue o Sr. Major Codeceira o seu manifesto por pedir exoneração do cargo de 2º vice-presidente do Instituto, uma vez que pensa estar esta associação desviada da norma de conducta que se ha traçado, para seguir outra differente, que é incompativel com o seu objecto e fim, e lhe quebra toda essa força de prestigio em que se collocam sempre elevadas, certas instituições.

Deixando de lado a maneira insolita pela qual o Sr. Major Codeceira se pronuncia a respeito de uma associação da qual tem recebido as maiores provas de distincção e apreço, passa a commissão a emittir o seu parecer sobre o manifesto submettido á sua apreciação.

Não é exacto, como affirma o Sr. Major Codeceira, que o Instituto tivesse sido fundado com o fim principal de commemorar a restauração de Pernambuco do poder hollander *e o mais que consta do art. 1º de seus Estatutos.*

Ao contrario, o que o Sr. Major Codeceira se afigura secundario, é exactamente o que constitue o objecto principal do Instituto.

E de feito, dispõe unicamente o art. 1º dos nossos Estatutps que o fim desta associação é : « Colligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradicções historicas, que lhe for possivel obter, ou de que tiver noticia, pertencentes ás antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a epoca de seu descobrimento até os nossos dias ; » nada estabelecendo nem podendo estabelecer com relação ao facto especial da restauração de Per-

nambuco do dominio hollandez, facto este que entretanto é commemorado pelo Instituto a 27 de Janeiro, por coincidir esta data que é a anniversaria da sua installação, em 1862 com a da expulsão dos bátavos em 1654.

Se é certo porém, que a sua denominação de archeologico e geographico, lhe está indicando qual a orientação a seguir, para cumprir a grandiosa missão que tiveram em vista os seus fundadores, é certo tambem que, desde a sua installação o gloriosissimo periodo que decorre de 1630 a 1654, tem preoccupado constantemente a attenção do Instituto.

Figura, entre as homenagens prestadas aos heróes da guerra hollandeza, a erecção de estatuas a Vieira, Vidal, Camarão e Henrique Dias.

A proposta para esse fim apresentada em sessão de 9 de Dezembro de 1864 foi assignada, não pelo venerando Monsenhor Muniz Tavares, como refere o Sr. Major Codeceira, mas pelos Srs. Padre Lino do Monte Carmello Luna e Major Salvador Henrique de Albuquerque.

Approvado em sessão de 19 de Janeiro de 1865, o parecer da commissão de trabalhos archeologicos, concluindo pela adopção daquella proposta, e nomeada para fazer executar a obra uma commissão composta dos autores da ideia e dos Drs. Gervasio Campello e José dos Anjos, rezam as actas do Instituto os esforços dahi em diante por este empregados para a realisação de semelhante projecto já procurando promover na Camara dos Deputados a concessão de uma loteria para auxiliar as despezas com os monumentos que se pretendia levantar, já lembrando a nomeação de commissões populares incumbidas de angariar para isso donativos, já proseguindo aqui e na Europa nas investigações necessarias para a construcção das estatuas, já finalmente solicitando-se, para a collocação destas, da Camara Municipal do Recife a cessão de 30 palmos em quadro e a respectiva demarcação de terreno nos centros do Campo das Princezas, Pateo do Arsenal de Marinha, Largo das Cinco Pontas e Praça da Bôa Vista.

Entretanto ou fosse pelo facto de haver sido occupada pela Companhia Recife Draynage o terreno em frente á fortaleza das Cinco Pontas, parte do qual destinara a mesma Camara para a estatua de André Vidal e o receio de que o mesmo acontecesse com relação aos outros ter-

renos concedidos por ella para o assentamento das estatuas de Vieira, Camarão e Henrique Dias, ou fosse pelo avultado das despezas a fazer-se com a execução dos quatro monumentos embora, pelo primitivo projecto, não devessem elles ser vasados em bronze, mas esculpidos em marmore, o que é certo é que, na sessão de 5 de Agosto de 1869 a respectiva commissão, composta dos proprios autores da ideia declara que, diante da impossibilidade quasi absoluta (palavras textuaes), de levar-se a effeito o projecto sobre as estatuas, era de parecer que se approvasse a proposta apresentada na sessão anterior, no sentido de inaugurar-se na Praça da Bôa Vista uma columna commemorativa dos quatro heróes da restauração de Pernambuco do dominio hollandez.

Mas, ainda assim, completamente negativo foi o resultado deste novo tentamen do Instituto, pois que nem a consideração de ser menos dispendiosa e de mais facil execução a construcção de uma columna de marmore de que a de quatro estatuas, nem o compromisso que anteriormente contrahira esta associação de commemorar por essa forma os vultos gloriosos de sua gloriosissima restauração, nem finalmente o ardor patriotico do Sr. Major Codeceira que, entrando tres annos depois para o gremio do Instituto, deveria ter posto a sua reconhecida dedicação ao serviço dessa ideia de que só actualmente faz a sua *delenda Carthago*, nada disso teve força bastante para converter em realidade o que então, como hoje, nunca passou de uma aspiração do Instituto.

E de feito, trinta e seis annos são decorridos depois que foi apresentada a proposta para a erecção de estatuas a Vieira, Vidal, Camarão e Henrique Dias, e trinta e um hesde que se substituio essa ideia pela da construcção de uma columna em honra áquelles heróes, e comprehende-se que esse espaço de tempo era por demais sufficiente para que já estivesse traduzida em facto semelhante aspiração.

O que não se comprehende é que, no entender do Sr. Major Codeceira não possa esta associação promover os meios de elevar em bronze o vulto do Conde da Bôa Vista, sem que erija a columna commemorativa dos heróes da restauração de Pernambuco do poder dos hollandezes, em que platonicamente trabalha a 31 annos.

Basta compulsar as actas das primeiras sessões do

Instituto para se verificar que, ao mesmo tempo que este mourejava pela construcção das estatuas, e depois pela da columna commemorativa dos heróes da restauração, nunca deixou de projectar e pôr em execução outras ideias, como fossem mandar lithographar os retratos de Vieira, Camarão, Vidal e Henrique Dias, resolver collocar duas lapidas uma no edificio do Arsenal de Marinha para assignalar o local em que existio o arco do Bom Jesus, e outra em Olinda, na casa em que residio João Fernandes Vieira, fazer levantar uma columna de marmore no sitio em que esteve a fortaleza do Arrayal Novo, e, o que mais é, nomear uma commissão que angariasse, como effectivamente angariou, donativos para auxiliar na capital do Maranhão a construcção de um monumento ao poeta Gonçalves Dias; e contra todas essas deliberações nenhuma voz se levantou no recinto desta associação para recordar que, antes de tudo, deveria satisfazer ao compromisso em que se empenhara de alçar estatuas ou elevar uma columna commemorativa aos quatro vultos da restauração pernambucana.

Ainda em 1897 o Dr. Martins Junior propoz e o Instituto approvou, que se erguesse um monumento aos martyres da revolução de 1817, e o Sr. Major Codeceira, alem de achar louvavel a ideia apoiou-a com o seu voto, indicando apenas que nelle fossem tambem commemorados os heróes de 1654, 1710 e 1824, e apezar de nada decidir o Instituto sobre esta indicação, approvando unicamente a proposta do Dr. Martins Junior, o Sr. Major Codeceira curvou-se a essa deliberação e não se lembrou então de preferir á qualquer outra a commemoração dos quatro heróes da restauração de Pernambuco.

Como pois pugnar agora por esta preferencia a proposito da estatua do Conde da Bôa Vista que o Instituto resolveu erigir e quando tão bem aceita tem sido a ideia não só neste Estado como em todos os outros da União onde pulse um coração gernambucano?

Por ser o Conde da Bôa Vista um politico contemporaneo sobre cuja individualidade, segundo pensa o Sr. Major Codeceira, ainda é cedo para formar um juizo seguro?

Mas politico contemporaneo tambem o era Nunes Machado e não menos prematuro é o juizo que se possa for-

mular a seu respeito, e entretanto nenhuma duvida teve o autor do manifesto em interessar o Instituto nas merecidas homenagens prestadas ultimamente á sua memoria.

Por não haver sido resolvido o assumpto em assembléa geral para autorisar as necessarias despezas, como ainda pretende o Sr. Major Codeceira?

Mas para deliberar sobre a restauração do mausoléo que guardasse os restos mortaes do grande tribuno, não se lembrou o autor do manifesto de requerer a convocação de uma assembléa geral, apezar de haverem corrido todas as despezas por conta do Instituto.

Por não applicar este de preferencia o dinheiro que se vai despender com a estatua do Conde da Bôa Vista á elevação de um tumulo onde sejam encerrados os ossos de Fernandes Vieira, que insinua o Sr. Major Codeceira jazerem em abandono numa das salas desta associação?

Mas essa consideração não actuou no espirito do autor do manifesto quando, por iniciativa exclusivamente sua deliberou o Instituto não pequena quantia com a reparação daquelle mausoléo.

Entretanto assim se pronunciando não entra nos intuitos da commissão disputar a preferencia entre o legendario tribuno e o Conde da Bôa Vista para negar áquelle o que reclama para este, qual é o direito ás homenagens que um e outro merecem por parte desta associação.

Accentuando estes pontos tem ella por unico objecto pôr em relevo que, rendendo hoje ao Conde da Bôa Vista o mesmo preito de admiração que rendeu hontem a Nunes Machado, occupa o Instituto uma posição diversa da que occupa o Sr. Major Codeceira, collocando-se imparcialmente entre a affeição dos co-religionarios e o despeito dos adversarios politicos de cada um daquelles vultos e esquecendo que militaram elles em arraiaes differentes, para só se lembrar de que ambos honraram a terra de seu berço e conquistaram o reconhecimento dos conteporaneos.

E' de voto, portanto, a commissão que, versando sobre materia vencida o manifesto do Sr. Major Codeceira, e em que pese a attitude por este posteriormente assumida, mantenha o Instituto a resolução que tomou em sessão de 13 de Setembro e a que lhe cumpre dar execução, afim de que dentro em breve avulte na Praça da Republica a estatua do benemerito Conde da Bôa Vista.

Quanto a exoneração do lugar de 2º vice-presidente pedida pelo Sr. Major Codeceira, no final de seu manifesto, abstem-se a commissão de emittir parecer, deixando que a respeito resolva o Instituto como entender mais conveniente em sua sabedoria.

Sala das sessões do Instituto, 29 de ovembro de 1900. — (Assignados) *Barão de Nazareth, Alfredo de Carvalho, Francisco Luiz Correia de Andrade*, com restricção.

Sessão ordinaria em 13 de Dezembro de 1900

PRESIDENCIA DO EXM. SR. DESEMBARGADOR LUNA FREIRE

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Desembargadores Luna Freire e Francisco Luiz, Drs. Regueira Costa, 1· secretario, João Coimbra, Sebastião Galvão, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa, 2· secretario, Eudoxio de Brito, Luiz José da Silva e os Srs. Manoel Arão, Barão de Nazareth, General Coelho Cintra e Augusto Cesar, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada com uma emenda do Sr. Dr. João Coimbra no sentido de estender-se á bancada pernambucana na Camara dos Srs. Deputados o reconhecimento do Instituto pelo voto de gratidão civica que na mesma Camara, por intermedio do Exm. Sr. Dr. Esmeraldino Bandeira propoz e aquella corporação approvou em honra a Bernardo Vieira de Mello, no dia 10 de Novembro.

O Sr. Dr. 1· Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Uma carta do Sr. A. Besserrest, de 21 de Novembro offerecendo por venda ao Instituto diversos objectos archeologicos encontrados nas ruinas de Palmyra. — Mandou-se á commissão de archeologia.

OFFERTAS

Pelo Museu Nacional de Montevidéo um exemplar de seus Annaes.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estados.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Em seguida lido o parecer da commissão de admissão de socios correu o escrutinio secreto e foram eleitos socios effectivos os Srs. Drs. João Diniz Ribeiro da Cunha, José Saboia, Manoel Bernardino Vieira Cavalcante, Desembargador Antonio Pedro da Silva Marques, Celso Florentino Henrique de Souza, Manoel Arthur Muniz, Aprigio Carlos de Amorim Garcia e o Sr. Fernando Barroca, honorarios os Srs. Barão Hutot e Barão Richoff, e remettidas á mesma commissão outras propostas para socios effectivos e correspondentes.

Os Srs. Drs. Sebastião Galvão, Alfredo de Carvalho e Regueira Costa, propuzeram e o Instituto approvou que se solicitasse do consocio Dr. Manoel Cicero, director da Bibliotheca Nacional, copia da segunda parte do *Valeroso Lucideno*, de Frei Manoel Calado, visto como apenas a primeira parte dessa obra, valiosissimo subsidio para a historia patria, foi publicada em 1648, conservando-se inedita até o presente a segunda parte, cujo original existe na Bibliotheca do Porto e da qual a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro possue uma copia que figurou na exposição de Historia do Brasil, de 1881, e vem descripta no respectivo catalogo, sob n. 19799.

Igualmente e sob proposta dos mesmos Senhores foi approvado que seja inserto na Revista do Instituto o magistral artigo denominado *Os Hollandezes no Brasil*, escripto pelo distincto litterato José Verissimo, e publicado no *Jornal do Commercio* de 26 de Novembro do corrente anno.

O Sr. Dr. Sebastião Galvão, pedindo a palavra, propoz ainda e o Instituto approvou que se solicitasse do Dr. Augusto Victorino Alves do Sacramento Blacek a remessa dos cinco volumes de sua obra *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, da qual o mesmo offertou o 6º volume ao Instituto.

Em seguida, e ainda com a palavra, pedio dispensa

da Commissão de Redacção de Estatutos e da Revista, visto o mau estado de sua saúde.

Sendo acceita a dispensa o Sr. Presidente nomeou para interinamente substituil-o ao Sr. Dr. Alfredo de Carvalho.

O Sr. Dr. João Coimbra, obtendo a palavra procedeu, na qualidade de relator, a leitura do parecer da commissão nomeada na sessão anterior para pronunciar-se sobre o estado financeiro do Instituto.

Concluida a leitura do parecer, pedio a palavra o Sr. Dr. Eudoxio de Brito para uma explicação depois do que fallaram sobre elle os Srs. Barão de Nazareth, Dr. João Coimbra e por ultimo o Sr. Desembargador Francisco Luiz.

O Sr. Barão de Nazareth propoz e o Instituto approvou as seguintes medidas:

1° Que fosse dispensado o Sr. Dr. Gaudino Eudoxio de Brito do cargo de Thesoureiro do Instituto.

2° Que se officiasse ao Exm. Sr. Conselheiro Dr. Governador do Estado, aos Directores das Repartições Fiscaes e Gerente da Caixa Economica, dando-lhes sciencia desta resolução do Instituto.

3° Que passasse a mesa administrativa a gerir os negocios financeiros do Instituto até a eleição do novo Thesoureiro.

4° Que o Instituto promovesse os meios de rehaver a importancia do deficit verificado pela commissão què foi nomeada para tomar contas ao ex-thesoureiro.

O Sr. Desembargador Francisco Luiz propoz que se concedesse um prazo razoavel dentro do qual o Sr. ex-thesoureiro entrasse com a importancia do deficit verificado.

Sobre esta proposta fallaram diversos socios, entre os quaes o Sr. Dr. Eudoxio de Brito que declarou ser-lhe impossivel um prazo menor de noventa dias entrar com a importancia por elle devida, o que lhe foi concedido, ficando tambem approvado que o mesmo Sr. exthesoureiro prestasse garantia assignando-se responsavel pelo dito debito.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão. — *Adelino A. de Luna Freire*, Presidente. — *João Baptista Regueira Costa*, 1° Secretario. — *F. A. Pereira da Costa*, 2° Secretario.

Sessão ordinaria de 27 de Dezembro de 1900

PRESIDENCIA DO SR. DR. REGUEIRA COSPA

A' uma hora da tarde, presentes os Srs. Drs. Regueira Costa, Rodolpho Galvão, Luiz José da Silva, Eudoxio de Brito, João Coimbra, Pereira da Costa, 2· secretario substituindo o primeiro, Manoel Cicero, Alfredo de Carvalho, Pedro Celso, e o Sr. Manoel Arão nomeado 2· secretarie ad-hoc, abrio-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada e o Sr. 1° Secretario mencionou o seguinte :

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. Theodoro Sampaio, de 27 de Novembro, accusando a recepção e agradecendo o seu diploma de socio correspondente do Instituto. — Inteirado.

Um dito do Sr. Dr. 1· Secretario do Instituto Geographico e Historico da Bahia, de 29 de Novembro, remettendo de ordem da mesa administrativa do mesmo Instituto, por intermedio do Dr. Rodolpho Galvão as seguinte offertas de obras commemorativas do 4° centenario do descobrimento do Brasil, a saber: Carta de Pero Vaz Caminha Pindorama, o drama A Descoberta do Brasil, e uma medalha de cobre cunhada para o mesmo fim.—Mandou-se agradecer.

Um dito do Sr. Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, director da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, de 1 do corrente, communicando que os documentos á que se refere a proposta approvada em sessão deste Instituto, do dia 11, acham-se a disposição da pessôa que fôr incumbida de extrahir a competente copia, depois da necessaria autorisação do governo. — Inteirado.

Um dito do Dr. Joaquim Thiago da Fonceca, de 8 do ...rrente, agradecendo a sua nomeação para fazer parte da ...mmissão agenciadora de donativos em Santa Catharina ...ra auxiliar as despezas com a erecção da estatua ao ...onde da Bôa Vista.

Um dito do Dr. Antonio Toledo Piza, director da ...partição de Estatistica e do Archivo de São Paulo, de

17 do corrente, offertando um exemplar do relatorio de estatistica, relativo ao anno de 1898. — Mandou-se agradecer.

OFFERTAS

Pelo Sr. Antonio Manoel Xavier Bittencourt, um volume da Revista geral dos trabalhos da commissão constructora da nova capital de Minas Geraes e um atlas dos Itinerarios, perfiz longitudinaes e da zona demarcada da commissão de exploração do planalto central do Brasil.

Pelo consocio o Sr. Alberto Loffgreen, as seguintes obras :

Boletins da commissão geographica e geologica de São Paulo, 5 folhetos, edicção commemorativa do 4° centenario Hans Staden, suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil.

Pelo Sr. Philoteo Pereira de Andrade um folheto — Paginas de Pedra da India Portugueza, e outro —Documentos Roukanis para a Historia de Gôa.

Pelo consocio Dr. Manoel Cicero um distinctivo de metal dourado com que os voluntarios da patria da Bahia marcharam para a guerra do Paraguay.

Pelas respectivas redacções diversos jornaes deste e de outros Estedos.

Mandou-se archivar e agradecer as offertas.

Foram remettidas a commissão de admissão de socios para dar parecer, duas propostas para socios correspondentes.

O Sr. Presidente communica que o Exm. Sr. Barão de Gurjahú remetteu ao Instituto para auxiliar as despezas com a erecção da [illegible] da Bôa Vista sem [illegible], que angariou entre diversas pessoas, sem acompanhou a mesma importancia.

O Sr. Dr. Luiz José da Silva propoz que o Institut[illegible] creasse um lugar de servente, resolveu-se porém que [illegible] mesa administrativa providenciasse no sentido de manda[illegible] fazer os serviços da casa pelo melhor modo que enten[illegible] desse.

O Sr. Dr. Pereira da Costa propoz e foi approvad[illegible] que o Instituto offertasse á Bibliotheca Nacional, por in[illegible]

termedio do consocio Dr. Manoel Cicero, dous exemplares da medalha commemorativa da abolição da escravidão do Brasil mandada cunhar pelo Instituto.

Resolveu o Instituto celebrar em 27 de Janeiro proximo sua festa annivesaria.

Finalmente o Sr. Presidente communicou á casa o fallecimento dos socios honorarios Engenheiro Victor Fournier e Luciano Cordeiro, resolvendo-se que fosse lançado na acta um voto de pezar por tão infausto acontecimento.

Nada mais havendo a tratar-se foi levantada a sessão.

Em tempo declara-se que o Sr. Dr. Regueira Costa assumio a presidencia da sessão por ser dos presentes o socio mais antigo.

INDICE DO VOLUME X

(Ns. 56, 57, 58 e 59)

Os Motins de Fevereiro de 1823. Estudo historico pelo Dr. Alfredo de Carvalho 1

Cartas Nassovianas. — Traducção do hollandez pelo Dr. Alfredo de Carvalho 23

O Passo do Fidalgo.—Estudo historico pelo Dr. F. A. Pereira da Costa.... ..... 53, 171

A Colonia Allemã da Cova da Onça.—Noticia historica por A. V. de Sá Barreto..... 75

A Sedição Militar de Setembro de 1831.—Narração official..... 79

Diario da Viagem do Capitão Blaer aos Palmares em 1645. — Traducção do hollandez pelo Dr. Alfredo de Carvalho..... 88

Governadores e Capitães Generaes de Pernambuco.—Estudo historico pelo Dr. F. A. Pereira da Costa. (Continuação com 1 retrato.)..... 97, 271, 446, 5

Nouiliarchia Pernambucana.—Por A. J. V. Borges da Fonseca..... 125, 225, 408, 5

Viagens no Brasil.—Por Henry Koster;

tradução do francez por A. C. de A. Pimentel. (Continuação.) 147, 551
Discurso do 2° vice-presidente do Instituto, Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade, na sessão solemne de 24 de Julho de 1901..... 161
Discurso do Orador official do Instituto, Dr. Carlos Porto Carreiro, na mesma sessão..... 165
Napoleão I no Brasil. —Estudo historico pelo Dr. J. A. Ferreira da Costa..... 197
Da occurrencia de restos de mammiferos fosseis, no interior dos Estados de Pernambuco e Alagôas. — Pelo Dr. John C. Branner; tradução do inglez pelo Dr. Alfredo de Carvalho..... 219
Um problema numismatico.—Pelo Dr. Alfredo de Carvalho..... 246
Combate do Rodeador.—Pelo General J. I. de Abreu e Lima..... 251
Cartas do Imperador D. Pedro II, ao Conselheiro A. C. de Sá e Albuquerque..... 258
Allocução do 3° Vice-presidente do Instituto, Dr. J. B. Regueira Costa, na sessão solemne de 10 de Novembro de 1901..... 290
Discurso do Orador official do Instituto, Dr. Carlos Porto Carreiro, na mesma sessão..... 296
Discurso do 2° Vice-presidente do Instituto, Desembargador Francisco Luiz Correia de Andrade, na sessão magna de 27 de Janeiro de 1902..... 302
Relatorio apresentado na mesma sessão pelo 1° Secretario do Instituto, Dr. Alfredo de Carvalho..... 304
Discurso do Orador official do Instituto, Dr. Carlos Porto Carreiro, na mesma sessão..... 309

Discurso do Orador official, Dr. Arthur Muniz, na sessão funebre em homenagem á memoria do Dr. José Hygino, em 15 de Fevereiro de 1902. (Com 1 retrato.) 316
Discurso do 1º Vice-presidente do Instituto, Desembargador Antonio Pedro da Silva Marques, na sessão de inauguração do retrato do Dr. Pereira da Costa, em 20 de Junho de 1902..... 339
Discurso do Orador official, Dr. Arthur Muniz, na mesma sessão. (Com 1 retrato.) 338
Discurso do Dr. Pereira da Costa, na mesma sessão..... 360
Geologia de Pernambuco. — Pelo Dr. John C. Branner; traducção do inglez pelo Dr. Alfredo de Carvalho. (Com 1 mappa.)..... 381, 507
A Bandeira da Confederação do Equador.—Pelo Dr. Alfredo de Carvalho. (Com 1 estampa.) 403
A Setembrisada, a Abrilada e a Guerra dos Cabanos.—Por Felix Fernandes Portella..... 425
Um novo mappa do Brasil Oriental.— Pelo Dr. Alfredo de Carvalho..... 460
Um episodio da Rebellião Praieira. A fuga de Pedro Ivo..... 483
Duas instituições inglezas em Pernambuco.— Pelo Dr. F. A. Pereira da Costa. (Com 1 estampa.) 526
Os manuscriptos brasileiros do British Museum.—Pelo Dr. Alfredo de Carvalho 576
Acta das sessões...... 175, 374, 465, 582
Indice do Volume X..... 620

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo